TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
Estado do Amazonas

Diário da Justiça
Eletrônico

Caderno 2
JUDICIÁRIO - CAPITAL

Presidente:
Desembargador
Yedo Simões de Oliveira

Ano XII • Edição 2669 • Manaus, segunda-feira, 5 de agosto de 2019 dje.tjam.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEÇÃO I

PRESIDÊNCIA

SECRETARIA DA CENTRAL DE PRECATÓRIOS

Intimações

Precatório - N.º 0003392-67.2017.8.04.0000 – Credor: Evandro Rodrigues de Moraes. Advs.: Elton Manuel Barreto Rodrigues (6683/AM) e Devedor: Município de Coari /AM. Advs.: Fabricio de Melo Parente (5772/AM) e Laura Macedo Coelho (11723/AM). Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 397/398, cujo teor é o seguinte: "Oficie-se à Caixa Econômica Federal (Sr. Alan Dione Gomes da Fonseca - Gerente de Atendimento do PAB TJAM - Ed. Arnoldo Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda a transferência conforme guia às fls. 396, e quitação da Guia DARF às fls. 395 através da conta judicial 3205/040/01611562-9, devendo juntar ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Cópia da presente decisão serve como ofício, devendo, na oportunidade do envio, ser anexada cópia dos documentos de fls. 395 e 396. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Assistente de Cálculos Judiciais da Central de Precatórios para análise e providências.". Manaus, 2 de agosto de 2019.

Precatório - N.º 0003076-20.2018.8.04.0000 – Credor: Iraci Madalena Pinheiro. Advs.: Amanda Lima Martins (2483/AM) e José Eldair de Souza Martins (1822/AM) e Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 144/145, cujo teor é o seguinte: "Oficie-se à Caixa Econômica Federal (Gerente de Atendimento do PAB TJAM - Ed. Arnoldo Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda à transferência conforme guia às fls. 143, devendo juntar ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Cópia da presente decisão serve como ofício, devendo, na oportunidade do envio, ser anexada cópia do documento de fls. 143. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Assistente de Cálculos Judiciais da Central de Precatórios para análise e providências.". Manaus, 2 de agosto de 2019.

Precatório - N.º 0003765-64.2018.8.04.0000 – Credor: Francisco Lourenço de Andrade. Advs.: Leandro Rebelo de Paula (11851/AM) e Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 117/118, cujo teor é o seguinte: "Oficie-se à Caixa Econômica Federal (Gerente de Atendimento do PAB TJAM - Ed. Arnoldo Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda à transferência conforme guia às fls. 116, devendo juntar ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Cópia da presente decisão serve como ofício, devendo, na oportunidade do envio, ser anexada cópia do documento de fls. 116. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Assistente de Cálculos Judiciais da Central de Precatórios para análise e providências.". Manaus, 2 de agosto de 2019

Precatório - N.º 0002855-71.2017.8.04.0000 – Credores: Exodus Lelis da Silva e Ana Esmelinda M de Melo. Advs.: Ana Esmelinda Menezes de Melo (356A/AM) e Devedor: O Município de Manaus. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 213/214, cujo teor é o seguinte: "Dessa forma, deve ser aguardado o depósito do aporte mensal que contemple o crédito do beneficiário. Intimem-se os requerentes para ciência". Manaus, 2 de agosto de 2019

Precatório - N.º 0009647-46.2014.8.04.0000 – Credores: Espólio de Manuel Otavio Rodrigues de Souza, João Antônio da Silva Tolentino e Mário da Cruz Glória. Advs.: Arnoldo Bentes Coimbra (345/AM), João Antônio S. Tolentino (2300/AM), Mário da Cruz Glória (4013/AM) e Wellington de Amorim Alves (2993/AM) e Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 406/407, cujo teor é o seguinte: "Oficie-se à Caixa Econômica Federal (Gerente de Atendimento do PAB TJAM - Ed. Arnoldo Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda à transferência conforme guia às fls. 405, devendo juntar ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Cópia da presente decisão serve como ofício, devendo, na oportunidade do envio, ser anexada cópia do documento de fls. 405. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Assistente de Cálculos Judiciais da Central de Precatórios para análise e providências.". Manaus, 2 de agosto de 2019.

Precatório - N.º 0005922-78.2016.8.04.0000 – Credores: Marcos Roberto Taveira e Michelle Pereira Cruz. Advs.: Bruno Júnior Bisinoto (2780/AM) e Tânia Maria dos Santos (2497/AM) e Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 356/357, cujo teor é o seguinte: "Oficie-se à Caixa Econômica Federal (Gerente de Atendimento do PAB TJAM - Ed. Arnoldo Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda à transferência conforme guia às fls. 355, devendo juntar ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Cópia da presente decisão serve como ofício, devendo, na oportunidade do envio, ser anexada cópia do documento de fls. 355. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Assistente de Cálculos Judiciais da Central de Precatórios para análise e providências.". Manaus, 2 de agosto de 2019

Precatório - N.º 0003462-84.2017.8.04.0000 – Credores: Lenice da Silva Pessoa e Janne Sales Gomes. Advs.: Janne Sales Gomes (3045/AM) e Maria Auxiliadora Bicharra (3004/AM) e Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 215/216, cujo teor é o seguinte: "Oficie-se à Caixa Econômica Federal (Gerente de Atendimento do PAB TJAM - Ed. Arnoldo Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda à transferência conforme guia às fls. 214, devendo juntar ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Ato contínuo, intime-se o devedor para, no prazo de 10 (dez) dias, depositar o saldo remanescente em favor das credoras nos moldes da informação da Assistente de Cálculos Judiciais às fls. 166/169. Cópia da presente decisão serve como ofício, devendo, na oportunidade do envio, ser anexada cópia do documento de fls. 214. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada

pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Assistente de Cálculos Judiciais da Central de Precatórios para análise e providências.". Manaus, 2 de agosto de 2019.

Precatório - N.º 0003010-11.2016.8.04.0000 – Credor: Poli Engenharia Ltda. Advs.: Amanda Lima Martins (2487/AM), Jean Ricardo Lima de Queiroz (3813/AM) e José Eldair de Souza Martins (1822/AM) e Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 188/189, cujo teor é o seguinte: "Oficie-se à Caixa Econômica Federal (Gerente de Atendimento do PAB TJAM - Ed. Arnoldo Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda à transferência conforme guia às fls. 187, devendo juntar ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Cópia da presente decisão serve como ofício, devendo, na oportunidade do envio, ser anexada cópia do documento de fls. 187. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Assistente de Cálculos Judiciais da Central de Precatórios para análise e providências.". Manaus, 2 de agosto de 2019.

Precatório - N.º 0002999-45.2017.8.04.0000 Credores: Stivie Roger do Nascimento Lioca Pereira, Rodrigo de Oliveira Silva e Francisco Erton da Fonseca Ferreira. Advs.: Elcinete Cardoso de Almeida (6946/AM), Frederico Gustavo Távora (6462/AM), Marcelo Oliveira Lopes (6083/AM) e Patricia Sena Praia (8244/AM) e Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 188/189, cujo teor é o seguinte: "Oficie-se à Caixa Econômica Federal (Gerente de Atendimento do PAB TJAM - Ed. Arnoldo Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda à transferência conforme guia às fls. 187, devendo juntar ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Cópia da presente decisão serve como ofício, devendo, na oportunidade do envio, ser anexada cópia do documento de fls. 187. Ato contínuo, intime-se o ente devedor para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos os comprovantes de recolhimento dos tributos incidentes sobre os créditos dos beneficiários Rodrigo de Oliveira Silva e Francisco Erton Fonseca Ferreira. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Assistente de Cálculos Judiciais da Central de Precatórios para análise e manifestação.". Manaus, 2 de agosto de 2019.

Precatório - N.º 0002997-75.2017.8.04.0000 – Credores: Sanyo da Amazônia S.A, Ivan Caminha Pereira da Silva e Vicente de Paulo Armond de Melo. Advs.: Audrey da Fonseca Caminha (4053/AM) e Vicente de Paulo Armond de Melo (1828/AM) e Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 262/265, cujo teor é o seguinte: "Oficie-se à Caixa Econômica Federal (Gerente de Atendimento do PAB TJAM - Ed. Arnoldo Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda à transferência conforme guia às fls. 261, devendo juntar ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Oficie-se também à Caixa Econômica Federal para que se manifeste sobre o ocorrido e efetue imediatamente a transferência para a conta correta da beneficiária, conforme guia às fls. 210. Cópia da presente decisão serve como ofício, devendo, na oportunidade do envio, ser anexada cópia do documento de fls. 210 e 261. Ato contínuo, intime-se a Procuradoria do Estado do Amazonas para, no prazo de 10 (dez) dias, informar o domicílio bancário para recebimento do seu crédito. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Assistente de Cálculos Judiciais da Central de Precatórios para análise e providências.". Manaus, 2 de agosto de 2019.

Precatório - N.º 0002904-49.2016.8.04.0000 – Credor: Aldemar Filgueira de Souza. Advs.: Ana Esmelinda Menezes de Melo (356A/AM) e Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 444/445, cujo teor é o seguinte: "Oficie-se à Caixa Econômica Federal (Gerente de Atendimento do PAB TJAM - Ed. Arnoldo Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda à transferência conforme guia às fls. 443, devendo juntar ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Cópia da presente decisão serve como ofício, devendo, na oportunidade do envio, ser anexada cópia do documento de fls. 443. Ato contínuo, intime-se o devedor para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar o comprovante do recolhimento do imposto de renda remanescente incidente sobre o montante do credor. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Assistente de Cálculos Judiciais da Central de Precatórios para análise e providências.". Manaus, 2 de agosto de 2019.

SEÇÃO II

TRIBUNAL PLENO

Conclusões de Acórdãos

PROCESO: AGRAVO INTERNO CÍVEL Nº 0006150-19.2017.8.04.00. Agravante: **SINDICATO DO COMERCIO ATACADISTA E DISTRIBUIDOR DO ESTADO DO AMAZONAS.** Advogados: Drs. Audrey Louise da Mata. (OAB/AM nº 6.749), Hamilton Almeida Silva (OAB/AM nº 12.552) e Milton Carlos Silva e Silva (OAB/AM nº 6.060) Agravado: **PRESIDENTE DA ASEMBLEIA DO ESTADO DO AMAZONAS.** Relatora: Desdora. **ONILZA ABREU GERTH.** Procuradora-Geral de Justiça: Dra. Lêda Mará Nascimento Albuquerque. **EMENTA**: AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. INSURGÊNCIA CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR. PERIGO DE DANO OU RISCO AO RESULTADO ÚTIL DO PROCESO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS. NÃO PROVIMENTO. I. Para a concesão da tutela cautelar faz-se necesária a demonstração dos requisitos elencados no art. 30, do CPC, ônus do qual não se desincumbiu a Agravante. I. No que diz respeito ao primeiro requisito, isto é, a probabildade do Direito, não vislumbro elementos que posam, em cognição sumária, dar guarida ao pleito do Agravante, isto porque, a decisão agravada, foi clara nos motivos para negar a concesão de tal pedido. II. No que tange ao segundo requisito, o perigo de dano ou risco ao resultado útil do proceso, tenho-o também como não demonstrado. IV. Agravo Interno conhecido e não provido. **ACORDAM** os Excelentísimos Senhores Desembargadores integrantes das Egrégias Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e não prover o recurso, nos termos do voto da Relatora. **EXTRATO DA ATA-DECISÃO**: "Por unanimidade de votos, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu conhecer negar provimento prover o recurso, nos termos do voto da Relatora." **VOTARAM** os Exmos. Srs. Desdores. Onilza Abreu Gerth, Relatora, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pesoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima, Aristóteles Lima Thury, João Mauro Besa, Cláudio César Ramalheira Roesing, Sabino da Silva Marques, Welington José de Araújo, Jorge Manoel Lopes Lins, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira. **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS**: Exmos. Srs. Desdores. Maria do Perpétuo Socoro Guedes Moura,Aristóteles Lima Thury, Carla Maria Santos dos Reis, Lafayete Carneiro Vieira Júnior,Nélia Caminha Jorge, Airton Luís Corêa Gentil,Joana dos Santos Meireles. **IMPEDIDO:** Desdor. Délcio Luís Santos. Presidiu a Sessão o Exmo. Sr. Desdor. Yedo Simões de Oliveira. **Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas, realizada no dia 30.07.2019.**

PROCESO: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Nº 4001919-07.2019.8.04.00. Impetrante: **DANILO COSTA CUNHA.** Advogados: Drs. Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB/AM nº 10.714) e Ellen Carolina Lima Colares OAB/AM nº 11.219). Impetrados: **GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS e O ESTADO DO AMAZONAS.** Relatora: Desdora. **MARIA DAS GRAÇAS PESSÔA FIGUEIREDO.** Procuradora-Geral de Justiça: Dra. Lêda Mara Nascimento

Albuquerque. **EMENTA**: CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO APROVADO ALÉM DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS EM EDITAL. DESISTÊNCIA DOS CANDIDATOS APROVADOS EM MELHOR COLOCAÇÃO. NOMEAÇÃO DOS APROVADOS NAS POSIÇÕES SUBSEQUENTES. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SEGURANÇA CONCEDIDA. 1. Apesar de aprovado fora do número de vagas previstas em edital, o Impetrante posui direito subjetivo à nomeação no respectivo cargo público, na medida em que a desistência dos dois primeiros colocados no certame, no decorer do prazo de validade, originou a obrigação da Adminstração prover os cargos vagos através dos clasificados remanescentes. 2. Desta forma, como o Edital em questão fez previsão para o prenchimento imediato de duas vagas, sendo que os dois primeiros colocados não tomaram pose, surge o direito subjetivo à nomeação dos candidatos aprovados na terceira e quarta colocação. 3. Segurança concedida, em consonância com o parecer do Ministério Público. **ACORDAM** os Excelentísimos Senhores Desembargadores integrantes do Egrégio **Tribunal Pleno** do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer ministerial, conceder a segurança. **EXTRATO DA ATA-DECISÃO**: "Por unanimidade de votos, em consonância com o parecer ministerial, o Egrégio Tribunal Pleno, decidiu conceder a segurança, nos termos do voto da Relatora." **VOTARAM** Exmos. Srs. Desdores. Maria das Graças Pesoa Figueiredo, Relatora, Ari Jorge Moutinho da Costa, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Besa, Cláudio César Ramalheira Roesing, Sabino da Silva Marques, Welington José de Araújo, Jorge Manoel Lopes Lins,Jomar Ricardo Saunders Fernandes,José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões e Onilza Abreu Gerth,Juíza de Direito convocada. **AUSÊNCIAS JUSTIFCADAS**: Exmos. Srs. Desdores. Maria do Perpétuo Socoro Guedes Moura,Aristóteles Lima Thury, Carla Maria Santos dos Reis, Lafayete Carneiro Vieira Júnior,Nélia Caminha Jorge, Airton Luís Corêa Gentil,Joana dos Santos Meireles. **IMPEDIDO**: Desdor. Délcio Luís Santos. Presidiu a Sessão o Exmo. Sr. Desdor. Yedo Simões de Oliveira. **Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas, realizada no dia 30.07.2019.**

PROCESO: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL nº 4002384-50.2018.8.04.00. Impetrante: **ELIZANGELA SOUZA CARVALHO.** Advogados: Drs. Diego Rosato Boton (OAB/AM nº A-495) e Dilma Lira Porto Botton (OAB/AM nº A-627). Impetrado: **GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS.** Relator: Desdor. **ARISTÓTELES LIMA THURY.** Procuradora-Geral de Justiça: Dra. Lêda Mara Nascimento Albuquerque. **EMENTA**: MANDADO DE SEGURANÇA - CONCURSO PÚBLICO - DESISTÊNCIA DO PRIMEIRO COLOCADO - DIREITO LÍQUIDO E CERTO DE CONVOCAÇÃO DO SEGUNDO COLOCADO NO CERTAME. - A Impetrante posui direito subjetivo à nomeação, visto que, de acordo com documento de fl. 105, a candidata aprovada em 1º (primeiro) lugar desistiu da vaga. Desa forma, deve ser estendido à Requerente o direito de figurar dentro do número de vagas em razão da desistência do primeiro colocado; - Apesar de incumbir à Administração Pública a avaliação do binômio necesidade/ posibildade para promover a nomeação efetiva dos candidatos, no presente caso, depreende-se do edital que há a previsão de uma vaga para o cargo de Asistente Técnico, nível médio, no Município de Apuí-AM (Edital fl. 33), o que conduz à presunção da comprovada necesidade de a SEDUC nomear profisional para aquela área, constatandose de plano a existência efetiva de cargo vago para ser ocupado; - **CONCESSÃO DA SEGURANÇA**. **ACORDAM** os Desembargadores que integram a Tribunal Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial em conceder a segurança pleiteada, nos termos do voto do Relator, que pasa a integrar o julgado. **EXTRATO DA ATA-DECISÃO**: "Por unanimidade de votos e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial o Egrégio Tribunal Pleno decidiu conceder a segurança pleiteada, nos termos do voto do Relator." **VOTARAM** os Exmos. Srs. Desdores. Aristóteles Lima Thury, Relator, João Mauro Besa, Cláudio César Ramalheira Roesing, Sabino da Silva Marques, Welington José de Araújo, Jorge Manoel Lopes Lins, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pesôa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socoro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima e Onilza Abreu Gerth, Juíza de Direito convocada. **AUSÊNCIAS JUSTIFCADAS**: Exmos. Srs. Desdores. Carla Maria Santos dos Reis, Lafayete Carneiro Vieira Júnior,Nélia Caminha Jorge, Airton Luís Corêa Gentil,Joana dos Santos Meireles. **IMPEDIDO**: Desdor.Délcio Luís Santos. Presidiu a Sessão o Exmo. Sr. Desdor. Yedo Simões de Oliveira. **Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas, realizada no dia 30.07.2019.**

PROCESO: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Nº 4000121-11.2019.8.04.00. Impetrante: **ANA LÚCIA DE OLIVEIRA ALMEIDA.** Advogada: Dra. Jéssica Maciel Pasos (OAB/AM nº 13.808). Impetrados: **GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, SECRETÁRIO DE ESTADO DO GOVERNO DA CASA CIVIL – SEGOV e AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS – AFEAM.** Relator: Desdor. A**RISTÓTELES LIMA THURY.** Procuradora-Geral de Justiça: Dra. Lêda Mará Nascimento Albuquerque. **EMENTA**: MANDADO DE SEGURANÇA. NOMEAÇÃO DE DIRETOR PRESIDENTE DE EMPRESA PÚBLICA - AFEAM. HOMOLOGAÇÃO PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO DO WRIT SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. ART. 485, VI, DO CPC. SEGURANÇA DENEGADA. ARTIGO 6º, §5º, DA LEI 12.016/2009. -Em havendo a homologação pelo Banco Central de nomeação de Direitor Presidente de Empresa Pública Estadual equiparada às instituições financeiras, e coincidindo com o pedido do Mandado de Segurança para permanência de Diretor pretérito até homologação do BACEN, incore a impetrante em perda superveniente do interese de agir. -No caso, desnecesário o provimento jurisdicional, haja vista deixar de existir supedâneo para a pretensão, bem como pela ausência de prova pré constituída, e necesidade de dilação probatória. -Extinção da ação mandamental sem resolução de mérito.-**SEGURANÇA DENEGADA**. **ACORDAM** os Desembargadores que integram o Tribunal Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em consonância com o Graduado Órgão Ministerial em, extinguir o presente Mandado de Segurança sem julgamento de mérito, e, por consequência, **denegar a segurança**, nos moldes do artigo 6º, § 5º, da Lei 12.016/2009, nos termos do voto do Relator, que pasa a integrar o julgado. **EXTRATO DA ATA-DECISÃO**: "Por unanimidade de votos em consonância com o Graduado Órgão Ministerial o Egrégio Tribunal Pleno decidiu extinguir o presente Mandado de Segurança sem julgamento de mérito, e, por consequência, denegar a segurança, nos termos do voto do Relator". **VOTARAM** os Exmos. Srs. Desdores. Aristóteles Lima Thury, Relator, João Mauro Besa, Cláudio César Ramalheira Roesing, Sabino da Silva Marques, Welington José de Araújo, Jorge Manoel Lopes Lins, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pesôa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socoro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima e Onilza Abreu Gerth, Juíza de Direito convocada. **AUSÊNCIAS JUSTIFCADAS**: Exmos. Srs. Desdores. Carla Maria Santos dos Reis, Lafayete Carneiro Vieira Júnior,Nélia Caminha Jorge, Airton Luís Corêa Gentil,Joana dos Santos Meireles. **IMPEDIDO**: Desdor. Délcio Luís. Santos. Presidiu a Sessão o Exmo. Sr. Desdor. Yedo Simões de Oliveira. **Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas, realizada no dia 30.07.2019.**

PROCESO: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL nº 4002029-06.2019.8.04.00. Impetrante: **ANA PAULA MAIA ANDRADE.** Advogados: Drs. Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB/AM nº 11.691), Frederico Santos Paiva (OAB/AM nº 6.569) e Alvaro da Trindade Garcia Filho (OAB/AM nº 6.236.

Impetrados: **GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS e O ESTADO DO AMAZONAS.** Relatora: Desdora. Maria do Perpétuo Socoro Guedes Moura. Procuradora-Geral de Justiça: Dra. Lêda Mara Nascimento Albuquerque. **EMENTA**. MANDADO DE SEGURANÇA. CANDIDATA APROVADA FORA DO NÚMERO DE VAGAS DO CONCURSO. PRETERIÇÃO COMPROVADA. SEGURANÇA CONCEDIDA. 1. Caracteriza preterição da candidata aprovada fora do número de vagas do concurso a garantirlhe direito à nomeação a prova de que foram contratados terceiros para prestarem os mesmos serviços confiados aos cargos disputados no certame. Precendetes do STJ e desta Corte. 2. Considerando, destarte, que foram nomeados 1.035 (mil e trinta e cinco) candidatos aprovados no concurso para enfermeiro e provouse a contratação precária de mais 254 (duzentos e cinquenta e quatro) profissionais de enfermagem, forçoso concluir que a Impetrante, classificada, originalmente, na 1.210ª (milésima ducentésima décima) posição foi preterida e, portanto, tem direito à nomeação. 3. Segurança concedida. **ACORDAM**, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos para, em sintonia com o parecer ministerial, conceder a segurança, nos termos do voto condutor da decisão. **EXTRATO DA ATA-DECISÃO**: "Por unanimidade de votos , em sintonia com o parecer ministerial, o Egrégio Tribunal Pleno deciciu conceder a segurança, nos termos do voto do Relator." **VOTARAM** os Exmos. Srs. Desdores. Maria do Perpétuo Socoro Guedes Moura, Relatora,Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima, Aristóteles Lima Thury, João Mauro Besa, Cláudio César Ramalheira Roesing, Sabino da Silva Marques, Welington José de Araújo, Jorge Manoel Lopes Lins, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pesôa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa e Onilza Abreu Gerth, Juíza de Direito convocada. **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS**: Exmos. Srs. Desdores. Carla Maria Santos dos Reis, Lafayete Carneiro Vieira Júnior,Nélia Caminha Jorge, Airton Luís Corêa Gentil,Joana dos Santos Meireles. **IMPEDIDO**: Desdor.Délcio Luís Santos. Presidiu a Sessão o Exmo. Sr. Desdor. Yedo Simões de Oliveira. **Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas, realizada no dia 30.07.2019**

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0004241-68.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível,

Embargante: Alexandre Andrade do Nascimento Embargado: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - AMAZONPREV Embargado: Comandante-geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas Embargado: Exmo. Sr. Governador do Estado do Amazonas LitsPassiv: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGE

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. INTERPOSIÇÃO FORA DO PRAZO LEGAL DO ART. 1.023, CAPUT, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PRAZO CONTADO EM DIAS ÚTEIS. ART. 219 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INTEMPESTIVIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS.1. O art. 1.023 do Código de Processo Civil dispõe que os Embargos de Declaração deverão ser opostos no prazo de 05 (cinco) dias, o qual será computado em dias úteis, nos termos do art. 219 do mesmo Diploma Legal.2. In casu, constata-se que que o Acórdão, ora, embargado, que concedeu, parcialmente, a Segurança vindicada foi disponibilizado no dia 28 de maio de 2019 (terça-feira), no Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, de modo que a sua publicação aconteceu no primeiro dia útil subsequente ao da disponibilização, vale dizer, no dia 29 de maio de 2019 (quarta-feira), iniciando o prazo para a eventual interposição de recurso, no primeiro dia útil seguinte ao da publicação, ou seja, no dia 30 de maio de 2019 (quinta-feira), conforme atesta a Certidão à fl. 329 dos Autos do Mandado de Segurança n.º 4005719-77.2018.8.04.0000.3. Dessarte, o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a oposição de Embargos Declaratórios, conforme previsão expressa do art. 1.023, caput, c/c o art. 219, caput, ambos da Lei Adjetiva Civil, iniciou-se no dia 30 de maio de 2019 (quinta-feira), visto que, este, foi o primeiro dia útil subsequente ao considerado como da publicação, e findou-se no dia 05 de junho de 2019 (quarta-feira). Contudo, os presentes Aclaratórios foram protocolizados, somente, em 06 de junho de 2019 (quinta-feira), encontrando-se, portanto, fora do prazo processual, previsto pelo art. 1.023, caput, do Código de Processo Civil.4. Dessa forma, o reconhecimento da intempestividade dos Embargos de Declaração opostos é medida que se impõe, uma vez que o prazo recursal, previsto no art. 1.023, caput, do Código de Processo Civil, não foi observado pelo Embargante, bem assim, porque tampouco foi comprovada qualquer impossibilidade da prática do ato processual, mediante justa causa.5. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS.. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu NÃO ACONHECER os presentes Aclaratórios, nos termos do voto do Relator.". Sessão: 30 de julho de 2019.

Processo: 0657621-85.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública

Impetrante: Jucilene dos Santos Ferreira Advogado: Matheus Lobato Beltrão (OAB: 13287/AM) Impetrado: Governador do Estado do Amazonas Procuradoria Ge: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGE MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: João Mauro Bessa.

MANDADO DE SEGURANÇA – DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO – PROMOÇÃO DE SOLDADO QPPM À GRADUAÇÃO DE CABO QPPM NO ANO DE 2018 – EFEITOS RETROATIVOS AO ANO DE 2016 – NECESSÁRIA COMPROVAÇÃO DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ARTIGO 7.º E 15, AMBOS DA LEI 4.044/2014 – AUSÊNCIA DE PROVAS – INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO A SER TUTELADO – SEGURANÇA DENEGADA.1. Aduz a impetrante que foi promovida à graduação de Cabo através do decreto de 21.09.2018, a contar de 25.08.2018, mas preenche todos os requisitos necessários à promoção, por meio da inclusão nominal em Quadro Normal de Acesso (QNA) desde o mês de dezembro de 2016, cujos pressupostos são aqueles previstos no art. 7º , § 1.º c/c art. 15, ambos da Lei n.º 4.044/2014.2. No caso dos autos, embora seja possível aferir objetivamente alguns dos requisitos legais, há pressupostos que carecem da devida comprovação e impedem, via de consequência, o provimento almejado pela impetrante.3. Cabe citar que a avaliação do comportamento da impetrante constante dos autos remete à data de 31.10.2018, o que inviabiliza, nesse momento, qualquer afirmação conclusiva acerca do cumprimento, no ano de 2016, do requisito previsto no art. 15, inciso II da Lei 4.044/2014 para fins da promoção almejada. Além disso, não há nos autos documentos que comprovem a sua inclusão no Quadro Normal de Acesso (QNA) no ano de 2016 nem a existência de vagas disponíveis para a promoção à graduação à patente de Cabo naquele ano, assim como não foi comprovado nos autos o preenchimento das exigências elencadas no art. 15, incisos III e IV da referida lei, o que impede o reconhecimento da liquidez e certeza do direito vindicado pelo impetrante.4. Destarte, a análise do pleito formulado nestes autos perpassa ainda pela verificação de requisitos cujo cumprimento a documentação carreada aos autos não é capaz de demonstrar, de plano, como exige o rito que rege a ação de mandado de segurança, que, frise-se, não admite dilação probatória.5. De tudo, não vislumbro nenhuma ilegalidade ou abusividade no ato da autoridade apontada como coatora, que, ao revés, mostrou ter agido, ab initio, de acordo com o melhor direito, inexistindo, por conseguinte, direito líquido e certo a ser tutelado na espécie.6. Segurança denegada.. DECISÃO: "Por unanimidade de votos e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministeriall, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu denegar a segurança, consoante os termos do voto do Relator.". Sessão: 30 de julho de 2019.

Processo: 4001401-17.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível

Impetrante: Bruna Campos Silva Advogado: Izaque Newton

da Silva Dutra (OAB: 10636/AM) Advogado: DENIS DE SOUZA MESQUITA (OAB: 10154/AM) Impetrado: Governador do Estado do Amazonas Procuradoria Ge: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGE MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos.

MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATA APROVADA FORA DO NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS NO EDITAL. ALEGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. IDENTIDADE DE CARGO. FARMACÊUTICO-BIOQUÍMICO. COMPROVAÇÃO DA PRETERIÇÃO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO CONFIGURADO. SEGURANÇA CONCEDIDA.1. In casu, a Impetrante afirma que foi aprovada na 127.ª (centésima vigésima sétima) colocação no Concurso Público objeto do Edital n.º 01, de 10 de fevereiro de 2014, ofertado pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas – SUSAM, para o cargo de Farmacêutico-Bioquímico.2. Alega que, a despeito do número de vagas previstas no Edital ser de 58 (cinquenta e oito), como a Administração já iniciou a chamada dos aprovados no Quadro Reserva e mantém contratos com terceirizados, que estariam ocupando as vagas remanescentes, utiliza-se do presente remédio constitucional visando garantir o seu direito à nomeação e posse no cargo público.3. Dessarte, o cerne do presente mandamus não é apenas a existência ou a legalidade de contratos temporários, mas, também, se há Farmacêuticos-Bioquímicos, a título precário, em número suficiente para comprovar a preterição em tela. Como a Administração Estadual, por ora, já procedeu a nomeação de 110 (cento e dez) candidatos, e a Impetrante alcançou a 127.ª (centésima vigésima sétima) colocação, é necessário comprovar a contratação irregular de, ao menos, 17 (dezessete) profissionais.4. Da documentação acostada aos autos, verifica-se que há comprovação da referida preterição, especialmente, na relação de profissionais de Farmácia-Bioquímica, vinculados do Estado do Amazonas, que foram obtidos pela Impetrante, mediante consulta ao sítio eletrônico do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES. Nesses, constatou-se a existência de, pelo menos, 23 (vinte e três) vínculos de caráter precário, na área específica de Farmácia-Bioquímica.5. Assim, somando-se o número de candidatos já convocados (110), com o número de vínculos precários (23), detectados nas informações obtidas mediante consulta ao sítio eletrônico do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES (fls. 342 a 587), obtém-se o total de 133 (cento e trinta e três) Farmacêuticos-Bioquímicos, comprovando-se, via de consequência, a preterição da Impetrante Bruna Campos Silva, aprovada na 127.ª (centésima vigésima sétima) colocação.6. SEGURANÇA CONCEDIDA.. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, em consonância com o Graduado Órgão Ministerial, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu CONCEDER A SEGURANÇA, nos termos do voto do Relator,.". Sessão: 30 de julho de 2019.

Processo: 4001733-81.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível

Impetrante: Enyewis da Cruz Ferreira Advogado: Aedra Jamara dos Santos Matos (OAB: 8922/AM) Advogado: Maria da Conceição Silva Costa (OAB: 8994/AM) Impetrado: Governador do Estado do Amazonas Procuradoria Ge: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGE Procuradoria Ge: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos.

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. CONCURSO PÚBLICO. NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS ALÉM DAS VAGAS DO EDITAL. DESISTÊNCIA DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS PARA AS VAGAS NÃO PREVISTAS ORIGINALMENTE. DEMONSTRAÇÃO DE NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CANDIDATA APROVADA FORA DAS VAGAS, MAS ALCANÇADA PELAS DESISTÊNCIAS. PRETERIÇÃO TÁCITA CONFIGURADA. DIREITO À NOMEAÇÃO PARA OCUPAR A VAGA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO CONFIGURADO. SEGURANÇA CONCEDIDA. 1. Como é de conhecimento, a Tese de Repercussão Geral de n.º 784, oriunda do julgamento do Recurso Extraordinário n.º 837.311, do excelso Supremo Tribunal Federal, firmou entendimento segundo o qual o surgimento de novas vagas ou a abertura de novo concurso para o mesmo cargo, durante o prazo de validade do certame anterior, não gera automaticamente o direito à nomeação dos candidatos aprovados fora das vagas previstas no Edital, ressalvadas as hipóteses de preterição arbitrária e imotivada, por parte da administração, caracterizadas por comportamento tácito ou expresso do Poder Público capaz de revelar a inequívoca necessidade de nomeação do aprovado durante o período de validade do Certame, a ser demonstrada de forma cabal pelo candidato.2. Quando a Administração Pública nomeia candidatos, além do número de vagas previstos no Edital, deixa-se explícito que, ao tempo da convocação, a necessidade de preenchimento de cargos é maior do que aquela prevista no momento do lançamento do Edital.3. Assim sendo, o fato da Administração Pública nomear, dentro do próprio concurso, vagas além daquelas previstas no Edital do Certame, faz prova cabal da necessidade da administração preencher mais vagas do que as previstas inicialmente, logo, assim como as primeiras, estas se tornam vagas a serem preenchidas pelo Concurso Público, devendo todas as vagas do Edital e as acrescidas posteriormente, serem tratadas de forma igualitária, já que todas buscam suprir uma necessidade apontada pelo próprio Estado. Dessa forma, nasce para esses candidatos, nomeados além das vagas previstas, inicialmente, o mesmo direito subjetivo dos primeiros colocados, embora esse direito nasça, no momento de sua efetivação.4. Além do exposto, a Primeira Turma do excelso Supremo Tribunal Federal no ARE 956.521 AgR/ES entendeu que, em casos de desistência do candidato melhor colocado, há direito subjetivo à nomeação ao candidato subsequente. Inexistindo diferença entre as vagas do concurso público, a desistência deste candidato, nomeado nas novas vagas, transfere para o candidato subsequente o mesmo direito subjetivo de ser nomeado, caso ainda esteja em vigência o concurso, assim como ocorre com a desistência do candidato aprovado no número inicial de vagas.5. Ou seja, havendo desistência de um candidato aprovado no número de vagas do edital ou nas vagas preenchidas por posterior necessidade, o próximo candidato mais bem colocado ganha o direito subjetivo à nomeação, dentro do prazo de validade do concurso. Não acontecendo a nomeação e inexistindo motivação para a não nomeação, há clara preterição tácita do candidato que adquiriu o direito subjetivo, por desistência de seu antecessor.6. No caso dos Autos, é bem de se ver que o Concurso Público objeto do Edital n.º 01, de 10 de fevereiro de 2014, ofertado pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas – SUSAM, ofertou um total de 19 (dezenove) vagas para o cargo de Nutricionista, para a Capital, e que a Impetrante foi classificada em 32.º (trigésimo segundo), fora, portanto, do número de vagas.7. Por meio do Decreto de 30 de novembro de 2018, o Edital de Chamada n.º 005/2018 convocou os candidatos classificados do 28.º (vigésimo oitavo) lugar ao 31.º (trigésimo primeiro) lugar. Todavia, do Processo Administrativo n.º 6.126/2019, protocolizado pela Impetrante no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas – SUSAM, a Administração Pública informou que a 29.ª (vigésima nona) colocada do Certame, "não tomou posse e sua nomeação será tornada sem efeito por meio de decreto em elaboração", de modo que restou evidenciada a existência de 01 (uma) vaga não preenchida no decorrer do Certame, bem ainda, a necessidade e conveniência do provimento, eis que existe candidato classificado para suprir a apontada vaga.8. Nessa linha de intelecção, o não comparecimento da candidata classificada na 29.ª (vigésima nona) colocação, em tempo hábil, a saber, até 30 (trinta) dias da data de publicação do Decreto de 30 de novembro de 2018, publicado no Diário Oficial do Estado n.º 33.891, de 30 de novembro de 2018, assim como, ausente prorrogação do referido prazo pela Autoridade competente, torna, desde já, o cargo vago.9. Além disso, não pairam dúvidas acerca da necessidade administrativa de provimento de novos servidores para o cargo pretendido pela Autora, porquanto, além das 19 (dezenove) vagas inicialmente ofertadas, a Administração Pública, dentro do prazo de validade do certame, convocou mais 12 (doze) candidatos, de modo que, ao todo, seriam preenchidos, em tese, 31 (trinta e uma) vagas.10. Dessa forma, a Impetrante estando classificada em 32.º (trigésimo segundo) lugar é a próxima a ser nomeada, segundo a ordem de classificação, tendo em vista que os candidatos em 30.º (trigésimo) lugar e 31.º (trigésimo

primeiro) lugar já foram nomeados, de modo que, demonstrada a sua preterição, convola-se a sua mera expectativa de direito, em direito subjetivo.11. SEGURANÇA CONCEDIDA.. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, em consonância com o Graduado Órgão Ministerial, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu CONCEDER A SEGURANÇA, nos termos do voto do Relator.". Sessão: 30 de julho de 2019.

Processo: 4004071-96.2017.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível

Impetrante: Michely Andrade de Oliveira Impetrante: Mariney Andrade de Oliveira Advogado: Lucas Cezar José Figueiredo Bandiera (OAB: 8798/AM) Impetrado: Governador do Estado do Amazonas Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGE MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Aristóteles Lima Thury.

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE SOLDADO DA PM À CABO PM. PROMOÇÃO SUPERVENIENTE PORATO ESPONTÂNEO DAADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PERDA DO INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO DO WRIT SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. ART. 485, VI, DO CPC. SEGURANÇA DENEGADA. ARTIGO 6º, §5º, DA LEI 12.016/2009.- Em havendo a prática espontânea da promoção para Cabo da PM por meio de Decreto da lavra da autoridade coatora apontada, cuja coincidência do conteúdo do ato confere com o objetivado pelos impetrantes, incorrem esses na perda superveniente do interesse de agir.-No caso, desnecessário o provimento jurisdicional, haja vista a pretensão deixar de ser resistida.-Extinção da ação mandamental sem resolução de mérito.-SEGURANÇA DENEGADA. . DECISÃO: "Por unanimidade de votos em dissonância com o Órgão Ministerial o Egrégio Tribunal Pleno decidiu julgar extinto o Mandado de Segurança sem julgamento de mérito, por perda superveniente do interesse de agir, nos termos do artigo 485, VI, do CPC, e por consequência, denegar a segurança, com espeque no artigo 6º, § 5º, da Lei 12.016/2009, nos termos do voto do Relator.". Sessão: 16 de julho de 2019.

Secretaria do Tribunal Pleno , em Manaus, 2 de agosto de 2019.

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0203666-10.2019.8.04.0022 - Correição Extraordinária, Corregedor(a) Geral

Remetente: O Dessembargador Corregedor Geral de Justiça do Amazons

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Djalma Martins da Costa. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RELATÓRIO DE CORREIÇÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL DA COMARCA DE BENJAMIN CONSTANT. HOMOLOGAÇÃO.- A presente correição extraordinária merece ser homologada, porquanto reflete com fidelidade os fatos narrados em sua missão, realizando minucioso trabalho nos livros existentes no Cartório Extrajudicial da Comarca de Benjamin Constant, consoante as formalidades legais exigidas;- Quanto às recomendações feitas, tenho-as como adequadas ao resultado da inspeção, merecendo destaque as que objetivam organizar os livros existentes no arquivo da serventia, bem como a fiscalização sobre os registros nas CTPS e o recolhimento dos encargos sociais dos seus funcionários e ex-funcionários;- Relatório aprovado e homologado. . DECISÃO: “Por unanimidade, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu aprovar e homologar a Correição Extraordinária realizada na no Cartório Extrajudicial da Comarca de Benjamin Constant, observadas as formalidades legais pertinentes à espécie.”. Sessão: 30 de julho de 2019.

Processo: 0210653-96.2018.8.04.0022 - Correição Extraordinária, Juiz Corregedor Auxiliar - Setor 1

Corrigente: Exmo. Sr. Desembargador Lafayette Carneiro Vieira Júnior

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Djalma Martins da Costa. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RELATÓRIO DE CORREIÇÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NA 7.ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA CAPITAL. CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. HOMOLOGAÇÃO.- A presente correição extraordinária merece ser homologada, porquanto reflete com fidelidade os fatos narrados em sua missão, além de ter realizado minucioso trabalho nos autos dos processos examinados existentes na 7.ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Manaus, consoante as formalidades legais exigidas;- Quanto às recomendações feitas, tenho-as como adequadas ao resultado da inspeção, devendo ser acolhidas com ressalvas;- Relatório aprovado e homologado. . DECISÃO: “Por unanimidade, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu aprovar e homologar a Correição Extraordinária realizada na 7.ª Vara de Família e Sucessões da Capital, observadas as formalidades legais pertinentes à espécie.”. Sessão: 30 de julho de 2019.

Processo: 4000202-57.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Impetrante: Andre de Oliveira Soares Advogado: Paulo Victor Pereira Barros (OAB: 13050/AM) Impetrado: Governador do Estado do Amazonas Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. MILITAR. PROMOÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA QUANTO À GRADUAÇÃO NECESSÁRIA À PROMOÇÃO PARA 2.º TENENTE. SEGURANÇA DENEGADA. I - No caso dos Autos, sustenta o Impetrante, em síntese, que faz jus à promoção ao posto de 2.º Tenente QPPM, por preencher os requisitos previstos em lei. Alega ainda a ocorrência de erro da Administração em não efetivar sua promoção no tempo adequado, bem como a existência de vagas suficientes para sua progressão na carreira. II -Para a análise do pedido formulado, deve-se observar os requisitos de promoção dos militares do quadro permanente da Polícia Militar do Amazonas – QPPM, previstos nos dispositivos ínsitos à Lei Estadual n.º 4.044, de 09/06/2014. III - No presente caso, o Impetrante não comprovou o número de cargos vagos na graduação de 2.º Tenente, do quadro de oficiais administrativos, bem como de que está entre os policiais mais antigos. IV- Comissão de Promoção decide não incluir no Quadro de Acesso os militares que justamente não atenderam os requisitos estabelecidos no art. 25, § 8.º e § 13 da Lei n.º 4.044/2014, ou seja, ao que parece, a Administração não atuou arbitrariamente, mas, sim, em observância ao diploma legal. Precedentes desta Corte de Justiça. V - Segurança denegada, em consonância com o Ministério Público.

. DECISÃO: “Por unanimidade de votos e em consonância com o parecer do Graduado Órgão do Ministério Público, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu DENEGAR A SEGURANÇA, nos termos do voto do Relator.”. Sessão: 30 de julho de 2019.

Processo: 4001677-48.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Impetrante: Lauriê Renata de Oliveira Advogada: Maria de Jeusus de Souza Lima (OAB: 3076/AM) Impetrado: Governador do Estado do Amazonas Impetrado: Secretaria de Estado da Saúde Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA : DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL – CONCURSO PÚBLICO – CANDIDATO APROVADO FORA DO NÚMERO DE VAGAS – DESISTÊNCIA DE CANDIDATO MELHOR APROVADO – MERA EXPECTATIVA DE DIREITO:- A desistência de candidato melhor aprovado somente faz nascer para aquele aprovado fora do número de vagas o direito líquido e certo à nomeação quando alcançado em sua classificação pelo total estabelecido no edital.- No caso presente, tendo sido a impetrante

aprovada 16º (décimo sexto) lugar no concurso respectivo, e tendo sido previstas 10 (dez) vagas, a desistência de 3 (três) candidatos melhor aprovados não alcança a colocação da impetrante, não convalidando a mera expectativa em direito subjetivo à nomeação SEGURANÇA DENEGADA. . DECISÃO: "Por unanimidade de votos, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu denegar a segurança pretendida, conforme as razões constantes do voto condutor desta decisão.". Sessão: 30 de julho de 2019.

Processo: 4001742-43.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Impetrante: Vanda Santana Queiroz Dini Advogado: Anderson Lincoln Vital da Silva (OAB: 8525/AM) Impetrado: Governador do Estado do Amazonas Impetrado: O Estado do Amazonas Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Djalma Martins da Costa. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATA APROVADA FORA DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL. DESISTÊNCIA DE CANDIDATOS EM MELHOR COLOCAÇÃO. EXPECTATIVA DE DIREITO CONVOLADA EM DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. EXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. CONCESSÃO DA SEGURANÇA.- A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite que o direito à nomeação "também se estende ao candidato aprovado fora do número de vagas previstas no edital, mas que passe a figurar entre as vagas em decorrência da desistência de candidatos classificados em colocação superior" (ARE 675202 AgR/PB, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, 2.ª Turma, DJe 22/08/2013); - No caso, a Impetrante, aprovada na 22.ª (vigésima segunda) colocação no concurso público realizado pela Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas para o cargo de Farmacêutico-Bioquímico, conseguiu comprovar que as nomeações de 06 (seis) candidatos aprovados dentro das vagas foram tornadas sem efeito, gerando, assim, o seu direito subjetivo de ser nomeada e empossada;- Segurança concedida.. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, e em concordância com o parecer ministerial, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu conceder a segurança pleiteada, extinguindo o feito com a resolução do mérito, nos termos do do voto do Relator.". Sessão: 30 de julho de 2019.

Processo: 4001812-60.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Impetrante: Maria de Fatima Pessoa Figueiredo Advogado: Erico Caboclo de Macedo (OAB: 7685/AM) Advogado: Henrique Caboclo de Macedo (OAB: 8816/AM) Impetrado: Governador do Estado do Amazonas Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA : DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL – SERVIDOR PÚBLICO – PROGRESSÃO FUNCIONAL – PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS – EXISTÊNCIA DE VAGA – CONCESSÃO DA SEGURANÇA :- Preenchidos os requisitos legais e havendo vaga a ser ocupada, deve ser concedida a segurança em benefício de servidor público que afirma ter seu direito líquido e certo violado quando a administração não realiza a progressão funcional legalmente prevista.- A alegação de limite prudencial de gastos com pessoal não se mostra juridicamente plausível apta a permitir que se descumpra a lei, violando direito subjetivo do servidor. SEGURANÇA CONCEDIDA. . DECISÃO: "Por unanimidade de votos, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu conceder a segurança pretendida, conforme as razões constantes do voto condutor desta decisão.". Sessão: 30 de julho de 2019.

Secretaria do(a) Tribunal Pleno , em Manaus, 2 de agosto de 2019.

PROCESSO: Mandado de Segurança **nº 4004740-18.2018.8.04.0000,** em que é **Impetrante Município de Maués.** Procurador do Município: **Dr. Sérgio Vital Leite de Oliveira (OAB/AM 9124).** Impetrado **Governador do Estado do Amazonas.** Relatora, Onilza Abreu Gerth. **EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. LITISPENDÊNCIA. NÃO CONFIGURADO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. DENEGAÇÃO DA ORDEM.** I- o direito de requerer mandado de segurança extingue-se após cento e vinte dias da ciência do ato impugnado. Nos casos de prestação de trato sucessivo, consubstanciados na suposta omissão do governador do Estado do Amazonas em não executar imediatamente as emendas parlamentares impositivas ao orçamento público, o prazo decadencial se reabre a cada mês, não se pode falar de decurso do prazo decadencial, razão pela qual entendo ser tempestiva a impetração do writ. II- Quanto à primeira preliminar, qual seja, a litispendência, deixo de reconhecê-la, posto que o Impetrante nos autos do mandado de segurança de n.º 4003017-61.2018.8.04.0000, é a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Assim, não havendo identidade de partes, não há que se falar em litispendência. III- Da análise dos autos, em especial, o teor probatório antes mencionado, constata-se a carência de documentos capazes de atestar individualmente se cada emenda legislativa possui (ou não) obstáculos jurídicos, fáticos e/ou políticos para sua execução. Assim sendo, infere-se a inadequação da via escolhida para resolução da matéria aqui discutida. **IV- Segurança denegada, em consonância com o Ministério Público. ACORDAM** os Desembargadores que compõem o Tribunal Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o Graduado Órgão do Ministério Público, **EXTINGUIR o processo, sem resolução do mérito, e, nessa extensão, DENEGAR a ordem,** nos termos do voto do que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante. **EXTRATO DA ATA. DECISÃO:** "Por unanimidade de votos e em consonância com o Graduado Órgão do Ministério Público, o Egrégio Tribunal pleno decidiu **EXTINGUIR o processo, sem resolução do mérito, e, nessa extensão, DENEGAR a ordem,** nos termos do voto da Relatora.". **VOTARAM** os Exmos. Srs. Desdores. Onilza Abreu Gerth, Relatora, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo Cesar Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Wellington José de Araújo, Jorge Manoel Lopes Lins, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira. Presidiu a sessão o Exmo. Sr. Des. Yedo Simões de Oliveira. **Observações: Ausências justificadas:** Exmos. Srs. Desdores. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Aristóteles Lima Thury, Carla Maria Santos dos Reis, Lafayette Carneiro Vieira Júnior, Nélia Caminha Jorge, Aírton Luís Corrêa Gentil, Joana dos Santos Meirelles. Impedidos: Exmos. Srs. Desdores. Yedo Simões de Oliveira – Presidente, Elci Simões de Oliveira, Délcio Luís Santos. **Sessão ordinária do Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas, realizada no dia 30 de julho de 2019.**

Intimações

INTIMAÇÃO: Fica o Dr. **Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB/AM 11.691) INTIMADO** do Despacho de fl. 45 exarado pela Exma. Desdora. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura nos autos de **Agravo Interno Cível nº 0004253-82.2019.8.04.0000,** que tem como Agravante **O Estado do Amazonas** e Agravada **Ana Paula Maia Andrade. Procurador: Dr. Júlio Cézar Lima Brandão (OAB/AM 2258). DESPACHO:** "Intimem-se as partes para que se manifestem, em 05(cinco) dias, sobre eventual interesse no julgamento presencial do recurso. Em não havendo manifestação, determino a inclusão em pauta para julgamento virtual. À Secretaria para as providências subsequentes.". Manaus, 02 de agosto de 2019.

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0002986-75.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Estado do Amazonas - Embargado: Aylon Massimo Oliveira Praça - FICA INTIMADO o Embargado, por meio de seus representantes legais, Advogados: Drs. Cleyton Rafael Martins do Amaral (11691/AM), Frederico Santos Paiva (6569/AM) e Outro, da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Elci Simões de Oliveira, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Posto isso, conheço e desprovejo o recurso. Em consequência, mantenho a decisão impugnada. ". Manaus, 1º de agosto de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno. - Advs: Laércio de Castro Dourado Júnior (OAB: 13184/AM) - Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB: 11691/AM) - Frederico Santos Paiva (OAB: 6569/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 4003584-58.2019.8.04.0000 - Petição Cível - Manaus - Requerente: Partido Popular Socialista - Requerido: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas - Requerido: O Estado do Amazonas - FICA INTIMADO o Requerente, por meio de seu representante legal, Advogado: Dr. Moysés Roberto Geber Corrêa OAB 5678/AM, da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador João de Jesus Abdala Simões, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Inexistindo, dessa forma, forma qualquer outra providência a ser adotada por este julgador, arquivem-se os presentes autos. ". Manaus, 2 de agosto de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno. - Advs: Moysés Roberto Geber Corrêa (OAB: 5678/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

4003475-44.2019.8.04.0000 – Ação Direta de Inconstitucionalidade

Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil Advogado: Grace Anny Fonseca Benayon Zamperlini (2508/AM) Advogado: Ragelia Santos de Paiva Kanawati (10998/AM) Advogado: Marcela Dorneles Sandrini (11326/AM) Advogado: Eliezer Alves de Oliveira (10900/AM) Advogado: Priscila de Souza Macedo Neves (13017/AM) Advogado: Eric Rafael Canto dos Santos (7829/AM)

FICA INTIMADO o Requerente, por meio de seus representantes legais, Advogados: Dr. Eliezer Alves de Oliveira (10900/AM), Eric Rafael Canto dos Santos (7829/AM), Grace Anny Fonseca Benayon Zamperlini (2508/AM), Marcela Dorneles Sandrini (11326/AM), Priscila de Souza Macedo Neves (13017/AM) e Ragelia Santos de Paiva Kanawati (10998/AM), da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Délcio Luís Santos, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Ante o exposto, INDEFIRO o pedido cautelar. CITEM-SE a Câmara de Vereadores do Município de Manaus e o Corregedor de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para, querendo, apresentarem manifestação no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.868/1999. INTIME-SE, ainda, a ANOREG/AM para que se manifeste em 15(quinze) dias acerca do interesse em intervir no feito na qualidade de amicus curiae e, sendo o caso, apresentar sua manifestação no mesmo prazo. Após, INTIMEM-SE o Procurador-Geral do Município de Manaus e o Procurador-Geral do Estado do Amazonas para se manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 8º, da Lei nº 9.868/1999. Finalmente, INTIME-SE a Procuradora-Geral de Justiça para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 8º, da Lei nº 9.868/1999 ". Manaus, 2 de agosto de 2019.

Secretaria do Tribunal Pleno 2 de agosto de 2019

Pauta de Julgamento Designado

E D I T A L

De ordem do Exmo. Sr. Desdor. **Yedo Simões de Oliveira**, Presidente do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, torno público para conhecimento de todos os interessados que, de acordo com o **artigo 934 do Código do Processo Civil**, após cumpridas as formalidades legais, serão julgados nas próximas sessões, os seguintes processos:

Mandado de Segurança Cível n.º 4001705-16.2019.8.04.0000

Impetrante: Manuel Antonio Nonato Freire de Souza Ribeiro Advogada: Luciana de Fátima Llanos Aguirre (OAB: 11948/AM) **Impetrado: Exmo. Sr. Governador do Estado do Amazonas**

Impetrado: Exmo. Sr. Secretário Estadual de Saúde Procurador: Júlio Cezar Lima Brandão Relatora: Carla Maria Santos dos Reis

Secretaria do Tribunal Pleno, em Manaus, 2 de agosto de 2019.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Intimações

Processo nº 0202610-39.2019.8.04.0022 – Pedido de Providências. Requerente, **Dr. Rodrigo César da Silva e Silva (OAB/AM sob o nº 7.260).** Requerido, Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Parintins/AM. **DECISÃO-CGJ/AM** – Exmo. Sr. Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador **LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA JÚNIOR:** "Acolho o parecer às fls.22/24, razão pela qual determino o cumprimento das recomendações nele contidas. Ao Setor de expediente para providências. Cumpra-se". Manaus, 25 de julho de 2019. **Desembargador Lafayette Carneiro Vieira Júnior, Corregedor-Geral de Justiça.** Fica a parte requerente intimada do inteiro teor da presente decisão, a contar da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Processo nº 0203279-92.2019.8.04.0022 - Pedido de Providências**.** Requerente, Lai Chen Hua Jui, **advogado, Dr. Joaquim Lopes Frazão (OAB/AM sob o nº 4.016).** Requerido, 6º Tabelionato de Notas da Comarca de Manaus/AM. Terceiro Interessado, TLF MONTADORA DE VEÍCULOS ELÉTRICOS DA AMAZÔNIA LTDA, **advogados, Drs. David Cunha Novoa (OAB/AM sob o nº 10.777), Marina Rezende Lopes (OAB/AM sob o nº 12.153), Jéssica Santana Magnani (OAB/AM sob o nº 10.343)** e **Jennifer Guimarães da Silva (OAB/AM sob o nº 13.314). DECISÃO nº 114/2019** – Exmo. Sr. Juiz Corregedor Auxiliar , **Dr. HENRIQUE ALBUQUERQUE DE FREITAS:** "(...) Isso posto, indefiro o pedido de reconsideração e determino o arquivamento do feito, com comunicação das partes, não obstante a ressalva de que o juízo natural da causa poderá dar a direção que entender à controvérsia, inclusive com a revogação da tutela administrativa deferida às fls. 78-80. Cumpra-se". Manaus, 19 de julho de 2019. Flávio **Henrique Albuquerque de Freitas, Juiz Corregedor Auxiliar.** Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente decisão, a contar da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça

SEÇÃO III

CÂMARAS REUNIDAS

Intimação

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Jorge Manoel Lopes Lins**, Relator nos autos de **Agravo de Instrumento** nº **4003494-50.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Agravante **Município de Silves** Procurador: **Dr**. **Cristian Mendes da Silva 4380/AM**,e Agravado **Gutemberg Batista do Amaral,** fica a parte Agravada, intimada, na pessoa de seu Advogado: **Dr. David Saleon Gomes Abecassis 9614/AM,** para tomar ciência do inteiro teor da decisão de fls. 95/97, dos autos referidos. Em 2 de agosto de 2019. Desembargador **Jorge Manoel Lopes Lins.**

--

Secretaria das Egrégias Câmaras Reunidas, em **02 de agosto de 2019**

De ordem da Exma. Srª. Desembargadora **Onilza Abreu Gerth**, Relatora nos autos de **Revisão Criminal** nº **0004291-94.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Requerente **Israel Araújo de Almeida,** advogada Drª. Tatiana Ferreira da Silva (10168/AM) e Requerido **Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau.** Fica a parte Requerente intimada, na pessoa de sua advogada **Drª. Tatiana Ferreira da Silva (10168/AM),** para tomar ciência do inteiro teor da Decisão Monocrática de fls. 17/20, com o seguinte conteúdo: "(...) Ante o exposto, não tendo o Recorrente cumprido com a determinação judicial, atinente ao pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular, indefiro in limine a Inicial e extingue-se o Processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 625, §§1.º e 3.º, do CPP.". Em 31 de julho de 2019. Desembargadora **Onilza Abreu Gerth – Relatora.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Djalma Martins da Costa**, Relator nos autos de **Remessa Necessária Cível** nº **0607606-54.2014.8.04.0001,** Manaus/Am em que é Requerente **Mario Silva Dalmeida Neto,** advogados: Dr. Davidson Reis da Silva (8228/AM), Dr. Alberto D'Almeida Coelho (6495/AM) e Requerido **Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas PMAM-Coronel PM Almir David Barbosa.** Fica a parte Requerente intimada, na pessoa de seus advogados **Dr. Davidson Reis da Silva (8228/AM) e Dr. Alberto D'Almeida Coelho (6495/AM),** para tomar ciência do inteiro teor da Decisão Monocrática de fls. 237/238, dos autos referidos. Em 31 de julho de 2019. Desembargador **Djalma Martins da Costa Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Anselmo Chíxaro**, Relator nos autos de **Mandado de Segurança Cível** nº **4001696-54.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que são Impetrantes **Walderly Calixto Barros, Maria do Socorro da Costa Felix Barreto, Luizete Moreira da Fonseca, Rosenilce da Silva Santos Zacarias e outros,** advogado Dr. Richardson Aranha Peixoto (6626/AM) e Impetrado **Prefeito Municipal de Itacoatiara/AM,** Procuradora Drª Nazira Marques de Oliveira (8707/AM). Ficam as partes Impetrantes intimadas, na pessoa de seu advogado **Dr. Richardson Aranha Peixoto (6626/AM),** para se manifestarem a respeito da petição interposta às páginas 536/548 dos autos referidos. Em 31 de julho de 2019. Desembargador **Anselmo Chíxaro – Relator.**

-

Secretaria das Câmaras Reunidas, em Manaus, 02 de Agosto de 2019. Maria Goreth de Souza Ruiz

Pauta de Julgamento Designado

De ordem da Presidente, em exercício da Egrégia Câmaras Reunidas, Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo, faço público que, de acordo com o artigo **934 do Novo Código do Processo Civil/2015 e Portaria n.º 001/2016-VPTJAM**, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Conflito de Competência Cível nº 0621053-70.2018.8.04.0001, de 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha)

Suscitante: Juízo de Direito da 2.ª Vara Especializada no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Suscitado: Juízo de Direito do 3.º Juizado Especializada no Combate a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Interessados: José Augusto Figueira Cerquinho Júnior e Ministério Público do Estado do Amazonas. Exmo. Sr. Dr. Carlos Fábio Braga Monteiro. **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.** Procurador(a) de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). José Roque Nunes Marques.

Exceção de Suspeição nº 0232068-04.2018.8.04.0001, de 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Excipiente: MASAE Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogado: Dr. Clovis Ferro Costa Junior (OAB: 109253/RJ). **Excepto: Maria Eunice Torres do Nascimento** - Juíza da 9ª Vara Cível. **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury.** Procurador(a) de Justiça: Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Pedro Bezerra Filho.

Secretaria das Câmaras Reunidas em Manaus/AM, 02 de agosto de 2019, Dra. Maria Goreth de Souza Ruiz, Secretária.

Editais

CÂMARAS REUNIDAS

EDITAL DE CITAÇÂO

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS. O Exmo. Sr. Desembargador **Carla Maria Santos dos Reis**, Relator nos autos de **Reclamação N.º 4004398-07.2018.8.04.0000 Manaus(AM),** Reclamante **Tapajos Tecidos Ltda,** Reclamado **Juizo de Direito da 2a Turma Recursal do Estado do Amazonas,** usando de suas atribuições legais etc.,

FAZ SABER a todos que o presente **Edital** virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste, **CITA A SRA. LENIR LOPES MOTA,** de paradeiro incerto e não sabido, **para, no prazo de 15(QUINZE) dias, responder aos termos da presente ação, com a advertência de que, não havendo contestação, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pelo Autor.** Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 31 de julho de 2019. Eu, _____, Secretário das **Egrégias Câmaras Reunidas**, o fiz digitar e subscrevo.

-

Secretaria das Egrégias Câmaras Reunidas, em Manaus, **02 de agosto de 2019.**

SEÇÃO IV

CÂMARAS ISOLADAS

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Intimações

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0615536-26.2014.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: Raimundo de Souza Pereira. (Advogado(a): Dr(a). José Ivan Benaion Cardoso, José Ivan Benaion Cardoso, Claudomilton Roberto da Silva, Marlon Santos de Oliveira, Defensoria Pública do Estado do Amazonas(1657/AM, 1657/AM, 10291/AM, 10137/AM, O/AM). Apelado: Raimundo de Souza Pereira. (Advogado(a): Dr(a).José Ivan Benaion Cardoso, José Ivan Benaion Cardoso, Maria Domingas Gomes Laranjeira(1657/AM, 1657/AM, 1239/AM). DECISÃO: Assim sendo, nos termos dos artigos 691 e 692 do CPC, defiro o pedido de habilitação requerido por Lúcio Mauro Cruz Pereira, devendo assumir a condição de sucessor processual de Leandro de Souza Pereira nos presentes autos de Apelação Cível, devendo o feito retomar o seu curso com o cumprimento das diligências requeridas no parecer ministerial de fls. 278/280. À Secretaria, para que proceda à substituição no cadastro do processo do nome de Leandro de Souza Pereira por Lúcio Mauro Cruz Pereira e certifique sobre a ausência de contrarrazões ao recurso de apelação de fls. 208/217. Em seguida, proceda à intimação da nova parte habilitada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste sobre a preliminar de inovação recursal suscitada nas contrarrazões de fls. 253/258. Intimem-se. Cumpra-se.". LA

De ordem da Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Relatora dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração Cível nº 0003598-13.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social (Advogado(a): Dr(a). Ellen Cristina Lima Carneiro23063/PA e Embargado: José Aldeci Bento da Silva (Advogado(a): Dr(a). Wilson Molina Porto12790AM/T fica INTIMADO o EMBARGADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Wilson Molina Porto 12790AM/T. "Em havendo pleito de atribuição de efeitos infringentes, determino a intimação dos Embargados para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestarem sobre os Embargos de Declaração opostos, conforme a regra insculpida no artigo 1.023, § 2º, NCPC. Intimem-se. Cumpra-se.". LA

De ordem da Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Relatora dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração Cível nº 0000308-87.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: Vania Maria Froes Ramos (Advogado(a): Dr(a). Salvador Clarindo Campelo1712/AM e Embargado: Banco Cruzeiro do Sul (Advogado(a): Dr(a). Carla da Prato Campos, Carlos Eduado Pereira Texeira156844/SP, 327026/SP fica INTIMADO o EMBARGADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Carla da Prato Campos, Carlos Eduado Pereira Texeira 156844/SP, 327026/SP. "Determino a intimação dos Embargados para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestarem sobre os Embargos de Declaração opostos, conforme a regra insculpida no artigo 1.023, § 2º, NCPC. Intimem-se. Cumpra-se.". LA

De ordem da Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Relatora dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração Cível nº 0005116-38.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: Santo Indalécio Empreendimentos Imobiliários Ltda. e São Hipólito Empreendimentos Imobiliários Ltda (Advogado(a): Dr(a). Nelson Wilians Fratoni Rodrigues128341/SP e Embargado: Glaucia Didia Soares Lasmar (Advogado(a): Dr(a). Jonathas Marcelino Andrade dos Santos7607/AM fica INTIMADO o EMBARGADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Jonathas Marcelino Andrade dos Santos 7607/AM. "Intime-se o Embargado para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, observado o prazo legal.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pela Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, relatora dos autos virtuais de Agravo Interno Cível nº 0005385-82.2016.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Centro de Ensino Superior Nilton Lins. (Advogado(a): Dr(a). Glaucy Araujo Lima de Oliveira(5802/AM). Agravado: Thalyson Pereira Nascimento. (Advogado(a): Dr(a).Bruna Mariana Nascimento dos Santos, Gilmar de Oliveira Nascimento, Luiz Gustavo Negro Vaz Júnior, Mayka Salomão Cordeiro Viana(10935/AM, 3465/AM, 7355/AM, 6321/AM). DECISÃO: "Dito isso, julgo prejudicado o agravo interno tendo em vista a perda superveniente do objeto, ante o julgamento do recurso de origem.". LA

De ordem da Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Relatora dos autos dos autos eletrônico Agravo Interno Cível nº 0001748-21.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: White Martins Gases Industriais do Norte Ltda. (Advogado(a): Dr(a). Carlos Roberto Siqueira Castro, Maurício Corte Chagas Memória, Juliana de Castro LobatoA671/AM, 137775/RJ, 110497/MG e Agravado: S. E. T. do Brasil Ltda (Advogado(a): Dr(a). Monica Vicente Taketa, Carolina Gomes Mar7988/AM, 8627/AM fica INTIMADO o AGRAVANTE, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Carlos Roberto Siqueira Castro, Maurício Corte Chagas Memória, Juliana de Castro Lobato A671/AM, 137775/RJ, 110497/MG. "Considerando ter o Agravado levantado a preliminar de litigância de má-fé, intime-se a Agravante para, em cinco dias, se manifestar a respeito, nos termos dos artigos 9º e 10, do Código de Processo Civil, retornando-me, após, conclusos.". LA

De ordem da Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Relatora dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração Cível nº 0005144-06.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda (Advogado(a): Dr(a). Pedro Camara Junior, Elaise Moss Portela, Isabelle Benlolo de Azevedo, Emilly Bianca Ferreira dos Santos2834/AM, 7689/AM, 11737/AM, 14369/AM e Embargado: Walter Luiz Lima Neves (Advogado(a): Dr(a). CINTIA PINHEIRO DOS SANTOS5433/AM fica INTIMADO o EMBARGADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). CINTIA PINHEIRO DOS SANTOS 5433/AM. "Intime-se o Embargado para apresentar contrarrazões ao recurso, observado o prazo legal.". LA

De ordem da Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Relatora dos autos dos autos eletrônico Agravo de Instrumento nº 4002692-52.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: Irismar Ribeiro Davila (Advogado(a): Dr(a). Tatiana Rocha de Menezes e Rocha3663/AM e Agravado: O Município de Manaus fica INTIMADO o AGRAVANTE, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Tatiana Rocha de Menezes e Rocha 3663/AM. "Considerando ter o Agravado levantado a preliminar de não conhecimento do recurso em razão da ausência de dialeticidade recursal, intime-se a Agravante para, em cinco dias, se manifestar a respeito, nos termos dos artigos 9º e 10, do Código de Processo Civil, retornando-me, após, conclusos. Intime-se. Cumpra-se. À Secretaria para providências.". LA

De ordem do Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator dos autos dos autos eletrônico Agravo de Instrumento nº 4005890-34.2018.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: Centro de Estudos Juridicos do Amazonas Ltda - Faculdade Fametro (Advogado(a): Dr(a). Saulo Moysés Rezende da Costa7300/AM e Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau fica INTIMADO o AGRAVANTE, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Saulo Moysés Rezende da Costa 7300/AM. "Na forma do artigo 10 do Código de Processo Civil, intime-se a parte Agravante a fim de que, no prazo de 10 (dez)

dias, esclareça como se dará o pagamento do valor remanescente devido à recuperanda, considerando o seguinte: a) que o acordo da venda direta anteriormente homologado em primeiro grau se referiu apenas aos valores pagos diretamente à Caixa Econômica Federal e nada menciona sobre os valores a serem percebidos pela recuperanda; b) que o acordo se deu de modo diverso daquele estabelecido nas decisões juntadas às fls. 34/47 e 48/52 dos presentes autos, em que a recuperanda, e não a Caixa Econômica Federal, perceberia o valor de entrada, à vista, no valor de R$ 1.125.000,00, a fim de possibilitar que aludido valor compusesse imediatamente o plano de recuperação judicial; c) que o acórdão de fls. 105/111, manteve o acordo sob a premissa de que a recuperanda perceberia quantia vultosa remanescente da quitação da dívida fiduciária a ser destinado como ativo para a recuperação judicial. Cumpra-se.". LA

De ordem do Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0635661-78.2015.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: L. L. dos S. (Advogado(a): Dr(a). Beatriz Cunha e Silva1184/AM e Apelado: L. N. A. dos S. (Advogado(a): Dr(a). Heldo Gonçalves de Oliveira5842 fica INTIMADO o APELANTE, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Beatriz Cunha e Silva 1184/AM. "Pelo exposto, concedo prazo de 5 (cinco) dias para que o Apelante pague o preparo do presente apelo, nos termos do artigo 99, §7º, do CPC, ou faça prova de eventual modificação de sua condição financeira apta a justificar a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita, sob pena de não conhecimento do seu recurso.". LA

De ordem do Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator dos autos dos autos eletrônico Agravo Interno Cível nº 0005544-54.2018.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: Joabe Augusto Martins Alves (Advogado(a): Dr(a). Renato Damasceno Batista, Laisa Grázia Lima Martins Batista3120/AM, 8064/AM e Agravado: Marcio Augusto de Souza Alves (Advogado(a): Dr(a). Laura Rita Araújo Cardoso5675/AM fica INTIMADO o AGRAVADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Laura Rita Araújo Cardoso 5675/AM. "Acolho a promoção ministerial de fls. 21-22, determinando que se efetue nova intimação do Agravado para apresentar contrarrazões, devendo-se incluir o número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil na publicação, conforme o disposto no § 2.º, do artigo 272, do Código de Processo Civil. Cumpra-se.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0604048-40.2015.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: O Estado do Amazonas. (Advogado(a): Dr(a). Sálvia Haddad Gurgel do Amaral(3529/AM). Apelado: Marcelo Santos Oliveira. (Advogado(a): Dr(a).Igson de Oliveira Andrade(5533/AM). DECISÃO: "A parte apelada peticionou, às fls. 259-260, requerendo a devolução do prazo para apresentação de contrarrazões, sob o fundamento de que não teria sido intimado nesse sentido. Contudo, analisando os autos, verifiquei, à fl. 256, que o Apelado foi devidamente intimado via diário de justiça para apresentar suas contrarrazões. Nesse contexto, destaco que o fato de ter havido a remessa de intimação para o portal eletrônico ao Estado do Amazonas à fl. 255 não significa que apenas houve a intimação do referido ente, visto que tal o portal eletrônico é um sistema próprio de intimação dos órgãos público que não se confunde com a intimação por meio do diário de justiça. Diante do exposto, indefiro o pedido de fls. 259-260.". LA

De ordem do Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator dos autos dos autos eletrônico Agravo de Instrumento nº 4003446-91.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: Suely Inez Cardoso Farias (Advogado(a): Dr(a). André de Souza Oliveira5219/AM e Agravado: Maria da Graça Pinto Cardoso Participação Comercial LTDA (Advogado(a): Dr(a). Rafael Cândido da Silva6499/AM fica INTIMADO o AGRAVADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Rafael Cândido da Silva 6499/AM. "Tendo em vista a ausência de pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, intime-se a parte Agravada para que responda ao presente recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.019, II do Código de Processo Civil. Cumpra-se.". LA

De ordem do Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator dos autos dos autos eletrônico Agravo de Instrumento nº 4003442-54.2019.8.04.0000 - Itacoatiara em que é Agravante: Mozarte Silva Pacheco (Advogado(a): Dr(a). Elcilene Colares Alencar5173/AM e Agravado: Suely Nogueira de Araujo (Advogado(a): Dr(a). Soraia Lima de Araújo Goes28488/PE fica INTIMADO o AGRAVADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Soraia Lima de Araújo Goes 28488/PE. "Tendo em vista a ausência de pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, intime-se a parte Agravada para que responda ao presente recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.019, II do Código de Processo Civil. Cumpra-se.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4002818-05.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Representante: K. R. C. E. . (Advogado(a): Dr(a). Karina Tatiana da Câmara Elias (5420/AM) e Katiuscia Raika Camara Elias (5225/AM)). Agravado: B. S. da S. . (Advogado(a): Dr(a). Fabrício Guerra Furtado (346A/AM) e Marcellus de Magalhães Cordeiro Júnior (7085/AM)). DECISÃO: (....) "Pelo exposto, defiro a liminar requerida para atribuir efeito suspensivo à decisão agravada, até o julgamento do presente recurso.".

Fica INTIMADO o agravado, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Fabrício Guerra Furtado (346A/AM) e Marcellus de Magalhães Cordeiro Júnior (7085/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4003447-76.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Banco Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Advogado(a): Dr(a). Karina de Almeida Batistuci (685A/AM)). Agravado: Carlos Henrique Barbosa Teixeira. (Advogado(a): Dr(a). João da Silva Pessôa Júnior (13074/AM)). DECISÃO: (....) "Pelo exposto, indefiro o pedido de atribuição do efeito suspensivo em caráter liminar.".

Fica INTIMADO o agravado, na pessoa de seu advogado Dr. (a) João da Silva Pessôa Júnior (13074/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing, relator(a) dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4003529-10.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Nelson Sobanski. (Advogado(a): Dr(a). Lídia Maura Lopes da Costa (6399/AM)). Agravado: Poli Engenharia Ltda. (Advogado(a): Dr(a). José Eldair de Souza Martins (1822/AM)). DECISÃO: (....) "Pelo exposto, com fulcro no artigo 1019, I, do Novo Código de Processo Civil, defiro o pedido suspensivo, suspendendo os efeitos da decisão liminar proferida nos autos n. 0632455-17.2019.8.04.0001. Comunique-se o juiz prolator da decisão gravada.".

Fica INTIMADO o agravado, na pessoa de seu advogado Dr. (a) José Eldair de Souza Martins (1822/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. LA

De ordem do Exmo. Sr. Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior, Relator dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração Cível nº 0004232-09.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: Fazenda do Estado do Amazonas / SEFAZ (Advogado: Dr. Ruth Ximenes de Sabóia 2100/AM) e Embargado: Steck da Amazônia Indústria elétrica LTDA (Advogado: Dr. Celso Ricardo

Pereira dos Santos A425/AM) fica INTIMADO o EMBARGADO, na pessoa de seu Advogado Dr. Celso Ricardo Pereira dos Santos A425/AM. "I - Em homenagem ao Princípio do Contraditório, exige a oportunização da manifestação a outra parte, determino a intimação do Embargado para se manifestar sobre o recurso, no prazo de 5 (cinco) dias. II - À Secretaria para providências.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior, Relator dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0635929-35.2015.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: Agra Singolare Incorporadora Ltda (Advogado: Dr. Yun Ki Lee 131693/SP, Eduardo Luiz Brock 91311/SP, Solano de Camargo 149754/SP) e Apelado: Heymar dos Santos Barreto (Advogado: Dr. Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho 6721/AM, Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho 6721/AM) fica INTIMADO o APELADO, na pessoa de seu Advogado Dr. Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho 6721/AM, Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho 6721/AM. "Nesse diapasão, determino a intimação da parte Apelada para manifestar-se sobre o conteúdo das informações juntadas pela parte contrária, no prazo de 5 (cinco) dias. À Secretaria para as providências cabíveis.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração Cível nº 0005163-12.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: Lojas Riachuelo S/A - MIDWAY CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A. (Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues A598/AM) e Embargado: Janaina Santos de Lima. (Advogado: Janaina Santos de Lima 10212/AM). Fica INTIMADO, o embargado na pessoa de seu Advogado Dr. Janaina Santos de Lima (10212/AM) para apresentação das contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal. AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0700793-87.2012.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: JOE CONSULTORIA LTDA (Advogado: Dr. Jano de Souza Melo 4587/AM) e Apelado: E. M. R. PRODUÇÕES E EVENTOS (Advogado: Dr. Nazareno Pereira Melo 5690/AM) fica INTIMADAS AMBAS AS PARTES, na pessoa de seus Advogados Dr. Jano de Souza Melo 4587/AM, Nazareno Pereira Melo 5690/AM. "Em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do Código de Processo Civil, determino a intimação de ambas as partes, por intermédio de seus advogados constituídos, para que se manifestem, no prazo de 02 (dois) dias úteis (arts. 218 e 219 do CPC), a respeito do cumprimento, por parte do Apelante, do requisito extrínseco da regularidade formal, mais especificamente a regra da dialeticidade, uma vez que o recurso aparentemente apenas reitera alegações expostas na petição de fls. 110/113, não impugnando em específico os fundamentos adotados pela sentença recorrida que se orientou no sentido de desconsiderar o suposto acordo de fls. 103/104 e caracterizá-lo como cumprimento voluntário. Com isso, entendeu, portanto, que os valores relativos aos honorários advocatícios já teriam sido pagos pela parte demandada. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0631478-93.2017.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: Services Assessoria e Cobrança S/c Ltda. (Advogado: Dr. Ana Luize Sebben 83312/PR, Juliano Meneguzzi de Bernert 32779/PR) e Apelado: Janaina Santos de Lima (Advogado: Dr. Janaina Santos de Lima 10212/AM) fica INTIMADO o AGRAVANTE, na pessoa de seu Advogado Dr. Ana Luize Sebben, Juliano Meneguzzi de Bernert 83312/PR, 32779/PR. "Pelo exposto, determino que sejam realizadas as alterações cadastrais necessárias a fim de que Juliano Meneguzzi de "Bernett" tenha seu nome corrigido para Juliano Meneguzzi de Bernert, de forma que todas as intimações e publicações sejam feitas exclusivamente em seu nome. Intime-se a Agravante para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize a representação processual da advogada Ana Luize Sebben. Caso descumprida a determinação, retire-se o nome da advogada do cadastro do feito. Em seguida, considerando a matéria versada nos autos, encaminhe-se o feito à apreciação do G. Órgão Ministerial. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior, relator dos autos virtuais de Embargos de Declaração Cível nº 0000932-39.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Embargante: O Município de Manaus. (Advogado: Dr. Ariel Shalom Benchimol de Resende 6095/AM). Embargado: Odalea Heitor da Silva. (Advogado: Dr. Leandro de Oliveira Violin 4857/AM). DECISÃO: "Ante o exposto, acolho os Embargos de Declaração, a fim de declarar nulo os atos praticados desde a ausência de intimação do Município de Manaus do Acórdão de fls. 330/335, nos autos do processo n° 0204336-58.2012.8.04.0001, abrindo-se oportunidade para o Município de Manaus exercer o seu amplo direito de defesa, sob pena de lesão ao artigo 5º, inciso LV da CF. Intimem-se. À Secretaria para as providências de praxe.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0611686-27.2015.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: Oi Móvel S/A e Ral Empreendimentos Ltda. (Advogado: Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues 598A/AM, Eladio Miranda Lima 86235/RJ e Apelado: Ral Empreendimentos Ltdal e Oi Móvel S/A (Advogado: Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues 598A/AM, Eladio Miranda Lima 86235/RJ) ficam INTIMADAS AMBAS AS PARTES, na pessoa de seu Advogado Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues 598A/AM, Eladio Miranda Lima 86235/RJ. "Em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do Código de Processo Civil, determino a intimação de ambas as partes, por intermédio de seus advogados constituídos, para que se manifestem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (arts. 218 e 219 do CPC), a respeito do cumprimento, por parte do Apelante, do requisito extrínseco da regularidade formal, mais especificamente, o ônus da impugnação específica das razões expostas pelo juízo a quo na sentença recorrida (regra da dialeticidade). À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração Cível nº 0005186-55.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social. (Advogado: Ellen Cristina Lima Carneiro 23063/PA) e Embargado: Marcos da Silva Santos. (Advogado: Ricardo Queiroz de Paiva 4510/AM, Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior 8713/AM). Fica INTIMADO, o embargado na pessoa de seu Advogado Dr. Ricardo Queiroz de Paiva 4510/AM, Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior 8713/AM) para apresentação das contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal. AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração Cível nº 0005191-77.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: Marcelo Chagas de Lima. (Advogado:Pablo de Paula Lima 9482/AM) e Embargado: Banco Bradesco S.a.. (Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues 598A/AM). Fica INTIMADO, o embargado na pessoa de seu Advogado Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM) para apresentação das contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal. AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo Interno Cível nº 0007387-54.2018.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a). (Advogado: Dr. Daniela de Sousa Saturnino Braga 128762/RJ, Paulo Victor Vieira da Rocha

231839/SP, Bruno Giotto Gavinho Frota 301487/SP). Agravado: Estado do Amazonas. (Advogada: Dra .Vivian Maria Oliveira da Frota 6880/AM). DECISÃO: "Diante do exposto, da sumária análise dos fundamentos recursais e pelas razões delineadas, defiro o pedido de tutela antecipada recursal, por entender demonstrado o perigo da demora alegado e a hipótese de cabimento de Agravo de Instrumento, para restaurar os efeitos da decisão de fls. 52/56 emanada nos autos do Agravo de Instrumento de n. 4002988-11.2018.8.04.0000, no intuito de suspender a exigibilidade dos créditos impugnados na ação anulatória de n. 062518-63.2018.8.04.0001, até o julgamento final da demanda.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0634778-97.2016.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: Rozivaldo Xavier Corrêa. (Advogada: Dra. Nilcilene Pereira Cavalcante 641A/AM). Apelado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a). (Advogado: Dr.Guilherme Vilela de Paula 1010A/AM, Isabela Montuori Bougleux de Araújo 1069A/AM, Gustavo Henrique Wykrota Tostes 1065A/AM, Gustavo Henrique Wykrota Tostes A1065/AM). DECISÃO: "Ante o exposto, defiro o pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita, restando justificada a ausência do preparo recursal. À Secretaria para as providências cabíveis.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0617784-96.2013.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: Moyses Laredo e outros (Advogado: Dr. Celso Valério França Vieira 3886/AM, Francinete Segadilha França 867/AM, Cássio França Vieira 4409/AM). Apelado: Silvio Cezar Oliveira Santos. (Advogado: Dr. Marco Lúcio Souto Maior de Athayde 4522/AM). DECISÃO: "Posto isso, nos termos do art. 119 do CPC, INDEFIRO o pedido de assistência, pois que ausentes os requisitos para tal.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Agravo de Instrumento nº 4001026-16.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: Protensão Impacto Ltda (Advogado: Dr. Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira 189340/SP) e Agravado: Construtora Ponctual Corp Ltda. fica INTIMADO o AGRAVANTE, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira 189340/SP/Adv da Parte Passiva Selecionada Não informado OAB do Adv. da Parte Passiva Selecionada Não informado. "Tendo em vista que, embora intimado para fazê-lo, o Agravante não apresentou qualquer comprovação de que não poderia arcar com as custas recursais, e que, por ser pessoa jurídica, sua simples alegação de que é hipossuficiente não goza de presunção de veracidade, indefiro o requerimento de benefícios da justiça gratuita e, nos termos do art. 99, §7º do CPC/15, determino a intimação do Recorrente para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, recolher o preparo recursal, sob pena de não conhecimento do recurso. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4003213-94.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Hapvida Plano de Saúde. (Advogado(a): Dr(a). Aline Carvalho Borja (18267/CE), Fabianne Ribeiro Halinski (7059/AM), Francisco José Almeida Severiano (21834BC/E), Hugo Leonardo Pegado Benicio (5526/RN), Igor Macedo Facó (16470/CE), Isaac Costa Lázaro Filho (18663/CE), Jordana de Freitas Vidal Bezerra (31749/CE), Laura Maria Amaro Martins (22874/CE), Luiz Carlos Vidal Maia Júnior (20266/CE), Michele Nobre Ferreira Bringel (25577/CE), Patricia Tavares de Vasconcelos (25615/CE), Rachel Feitosa Pontes (24441/CE), Ronaldo da Silva Bezerra (21197/CE) e Sílvia Letícia Ferreira da Silva (23717BC/E)). Agravado: Onizia Soares da Silva. (Advogado(a): Dr(a). Alexandre Gomes Ribeiro (6199/AM), Marcos Paulo Coêlho de Souza (4395/AM) e Pablo de Paula Lima (9482/AM)). DECISÃO: "Diante do exposto, da sumária análise dos fundamentos recursais e pelas razões delineadas, ex vi dos arts. 1.019, I, 932, I e 95, parágrafo único, todos do CPC/2015, confiro efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento, ficando suspensa a decisão agravada até julgamento definitivo do presente recurso. Comunique-se do inteiro teor desta decisão ao Juízo da causa, por força do que ordena a parte final do inciso I, do art. 1.019, do Código de Processo Civil de 2015. Intime-se a parte agravada, na pessoa de seus advogados, nos termos do que determina o inciso I, do art. 1.019, do Novo CPC, a fim de que respondam ao recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ressalvando-se a faculdade de juntada da documentação que se fizer necessária ao julgamento do Recurso.".

Fica **INTIMADO o agravado,** na pessoa de seu advogado Dr. **Alexandre Gomes Ribeiro (6199/AM), Marcos Paulo Coêlho de Souza (4395/AM) e Pablo de Paula Lima (9482/AM)**, para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4003355-98.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A. (Advogado: Dr. Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Gustavo Henrique Wykrota Tostes (1065A/AM) e Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM)). Agravado: Lincoln Douglas Amorim Neves. (Advogado: Dr. Eli Marques Cavalcante Junior (2881/AM)). DECISÃO: "Diante do exposto, concedo efeito suspensivo ao presente recurso para desfazer o bloqueio judicial determinado na origem. Intime-se o Agravado, na pessoa de seus advogados, via Diário da Justiça, para responder ao recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ficando facultada a juntada dos documentos que entender necessários ao julgamento do recurso (CPC/15, art. 1.019, inciso II). Após, vista ao Ministério Público Estadual.".

Fica **INTIMADO o agravado**, na pessoa de seu advogado Dr. **Eli Marques Cavalcante Junior (2881/AM)**, para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4003431-25.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Francisco Batista de Almeida. (Advogado: Dr. Antônio Coimbra Filho (3252/AM) e Francisco Batista de Almeida (14207/AM)). Agravado: Antonio Nunes da Silva Junior. (Advogado(a): Dr(a). José Ulisses Nunes de Oliveira (10040/AM) e Marcos Antonio Vitor da Silva (7841/AM)). DECISÃO: "Diante do exposto, da sumária análise dos fundamentos recursais e pelas razões delineadas, INDEFIRO o pedido de efeito suspensivo, por entender não demonstrado o preenchimento dos requisitos para tal. Comunique-se o d. Juízo da causa a respeito da presente decisão, ex vi da parte final do inciso I, do art. 1.019, do Novo CPC. Intime-se a parte agravada, pessoalmente, nos termos do que determina o inciso II, do art. 1.019, do Novo CPC, a fim de que responda ao recurso no prazo legal, ressalvando-se a faculdade de juntada da documentação que se fizer necessária ao julgamento do recurso.".

Fica **INTIMADO o agravado**, na pessoa de seu advogado Dr. (a) J**osé Ulisses Nunes de Oliveira (10040/AM) e Marcos Antonio Vitor da Silva (7841/AM)**, para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4003409-64.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Francisco Valdemir Gomes da Silva. (Advogado: Dr. Andson Cunha da Silva(7151/AM). Agravado: Importadora Tvlar Ltda. DECISÃO: "Diante do exposto, atribuo efeito suspensivo ao recurso para obstar a exigibilidade das

custas iniciais até o julgamento definitivo do presente agravo. Comunique-se o d. Juízo da causa a respeito da presente decisão, ex vi da parte final do inciso I do art. 1.019 do CPC. Intime-se o agravado, pessoalmente, para responder ao recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ficando facultada a juntada dos documentos que entender necessários ao julgamento do recurso (CPC/15, art. 1.019, inciso II).". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Pedido de Efeito Suspensivo À Apelação nº 4003215-64.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Requerente: Ronaldo Roberto Reis Lauria. (Advogado: Dr. Edmilson Lucena dos Santos Júnior (6030/AM). Requerido: O Estado do Amazonas. DECISÃO: "Assim, pelas razões expostas, indefiro o pedido de atribuição do efeito suspensivo à apelação interposta por Ronaldo Roberto Reis Lauria, tendo em vista a inexistência dos requisitos insculpidos no art. art. 1.012, §4º, do CPC". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0613128-23.2018.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: Mrp Excelso Serviços e Construções Ltda.. (Advogado: Dr. Daniel Pereira da Silva Neto 5055/AM). Apelado: Emam Emulsões e Transportes Ltda.. (Advogado: Dr. Igor de Mendonça Campos 303002/SP, Priscila Lima Monteiro 5901/AM). DECISÃO: "Pelo exposto, com fundamento nos art. 1.007, caput e § 4.º c/c art. 932, III do CPC/15, não conheço do recurso, eis que deserto, em razão da não comprovação do recolhimento do respectivo preparo recursal. Transitada em julgado a presente decisão, restituam-se os autos ao juízo a quo, para fins de promover as medidas que entender adequadas. Intimem-se. Cumpra-se.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0623323-67.2018.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: Massiano Matias Pinto. (Advogado: Dr. José Ivan Benaion Cardoso 1657/AM). Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A. (Advogado: Dr. José Augusto de Rezende Júnior 1109A/AM). DECISÃO: "Por todo o exposto, não conheço do apelo, a teor do art. 932, III, do CPC/15, diante da patente violação ao princípio da dialeticidade recursal. Intime-se.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4003348-09.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Eucatur Empresa União Cascável Transportes e Turismo Ltda.. (Advogado(a): Dr(a). Talvani Franco Leite Brito 680A/AM, Suerda Carla Campos Morais de Araújo 4083/AM). Agravado: Mariana Bárbara Tavares de Oliveira. (Advogado: Dr. Cândido Honório Soares Ferreira Neto 5199/AM, Guilherme Torres Ferreira 5692/AM, Karen Bezerra Rosa Braga 6617/AM). DECISÃO: "Diante do exposto, e com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, não conheço do Recurso, eis que manifestamente inadmissível e eivado de vício insanável. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

Intimação

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003199-13.2019.8.04.0000**, em que é Agravante: **Manaus Energia S/A.** (Advogados: Dra. Gabrielle Stoco Fabio - OAB/AM 12.913, Dr. Décio Freire - OAB/MG 56.543, Dr. Gustavo de Marchi - OAB/MG 84.288 e Dr. Danilo Carvalho Freire - OAB/MG 162.033). Agravada: **M. Correia da Silva - Me**. (Advogada: Dra. Roberta Cintrão Simões de Oliveira - OAB/AM 3.582). Fica **a Agravada intimada**, na pessoa de sua advogada para, querendo, apresentar contrarrazões ao presente recurso, bem como **a Agravante para conhecimento da Decisão de fls. 42/46**, cujo final é do teor seguinte: "..... Com o apoio das razões acima fincadas, **defiro o efeito suspensivo (CPC/2015, art. 1.019, I). Comunique-se ao juízo a quo. Intime-se a agravada para que ofereça resposta, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar a documentação que entender como necessária (CPC/2015, art. 1.019, II). Intime-se a Agravante".** Manaus/AM, 29 de julho de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 30 de julho de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Agravo Interno nº 0007089-62.2018.8.04.0000,** em que é Agravante: **Maria Edna Araújo Mateus**. (Advogada: Dra. Maria Edna Araújo Mateus - OAB/AM 3.461). Agravada: **Cia de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil**. (Advogados: Dr. Tomé Rodrigues Leão de Carvalho Gama - OAB/AL 7.312 e Dr. Carlo André de Mello Queiroz - OAB/AM 6.047). Ficam **às partes intimadas da DECISÃO de fls. 60/61**, exarada nos autos acima referidos na qual, "..... Amparado pelas razões acima fincadas, **julgo prejudicado o Agravo Interno, nos termos do art. 932, III do CPC/2015. Intimem-se".** Manaus/AM, 19 de julho de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 1º de agosto de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos de eletrônicos de **Apelação Cível nº 0636791-74.2013.8.04.0001**, em que é Apelante: **Conservadora Amazonas Ltda. Epp**. (Advogados: Dra. Michele de Melo Freitas e Araújo - OAB/AM 4.822, Dra. Karina Lima Moreno - OAB/AM 3.932, Dra. Jackeline Ferreira da Silva - OAB/AM 9.460, Dra. Carla Ferreira Mendes - OAB/AM 4.641 e Dr. Dyogo Rodrigues de Oliveira - OAB/AM 11.920). Apelada: **Aços da Amazônia Ltda**. (Advogados: Dr. Eduardo Lins - OAB/SP 122.319, Dra. Adriana Zerbini Militello - OAB/SP 168.181 e outros). Fica **a Apelante intimada** na pessoa de seus advogados Dra. Michele de Melo Freitas e Araújo, Dra. Karina Lima Moreno, Dra. Jackeline Ferreira da Silva, Dra. Carla Ferreira Mendes e Dr. Dyogo Rodrigues de Oliveira do DESPACHO de fls. 227/229, exarada nos autos scima mencionados, na qual, ".....Diante do exposto, considerando a possibilidade de, após cumpridas as diligências, ser homologado o termo de acordo de fls. 201/204, (a) torno sem efeito a designação de data para julgamento; (b) defiro o pedido de fl. 222, determinando que passe a constar como patronos da parte apelada os advogados constantes da procuração de fl. 223; **e (c) fixo o prazo de 15 (quinze) dias para que a apelante efetue a juntada de instrumento procuratório com poderes especiais para transigir em nome de seus patronos (substabelecimento às fls. 197/198), sob pena de ser indeferida a petição de fls. 199/200. À Secretaria para as providências cabíveis**". Manaus/AM, 23 de julho de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, eletronicamente.

Manaus, 1º de agosto de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003354-16.2019.8.04.0000**, em que é Agravante: **Patri Vinte e Quatro Empreendimentos Imobiliários S/A.** (Advogada: Dra. Keyth

Yara Pontes Pina - OAB/AM 3.467 e outros). Agravada: **Geyza Emanuelle Martins Bessa.** (Advogada: Dra. Ana Lúcia Salazar de Souza - OAB/AM 7.173 e Dra. Michelle Pereira Cruz - OAB/AM 7.072). Ficam **às partes intimadas da DECISÃO de fls. 314/317**, exarada nos autos acima referidos na qual, "..... Sob o pálio dos fundamentos acima fincados, ao considerá-lo manifestamente inadmissível, **não conheço do recurso (CPC/2015, art. 932, III). Comunique-se ao juízo a quo. Intimem-se".** Manaus/AM, 24 de julho de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 1º de agosto de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0002662-85.2019.8.04.0000**, em que são Embargantes: Jonas **Tamandaré Lins Rodrigues Júnior e Andria de Jesus Lins Rodrigues.** (Advogada: Dra. Maria de Nazareth Farias do Nascimento - OAB/AM 3.182). Embargadas: **Santa Adelvina Empreendimentos Imobiliários Ltda, Santa Humbelina Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Rossi Residencial S.A.** (Advogado: Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues - OAB/SP 128.341 e outros). Ficam **às partes intimadas da DECISÃO de fls. 14/17**, exarada nos autos acima referidos na qual, ".....Assim, diante da ausência de indicação pelos embargantes de contradição, omissão, obscuridade e erro material a ser sanado, **NÃO CONHEÇO dos Embargos de Declaração opostos, por serem inadmissíveis, nos termos do art. 932, III do CPC/2015. Intimem-se".** Manaus/AM, 24 de julho de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 1º de agosto de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Apelação Cível nº 0260892-17.2011.8.04.0001,** em que é Apelante: **Associação dos Policiais Federais no Estado do Amazonas - APOFAM/AM.** (Advogado: Dr. Cássio França Vieira - OAB/AM 4.409 e outros). Apelado: **Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.** (Advogados: Dr. Pedro Câmara - Sociedade de Advogados - OAB/AM 613/2017, Pedro Câmara Júnior - OAB/AM 2.834, Dra. Isabelle Benlolo de Azevedo - OAB/AM 11.737, Dra. Elaise Moss Portela - OAB/AM 7.689 e outros). Ficam **às partes intimadas da DECISÃO de fls. 484/486**, exarada nos autos acima referidos na qual, "..... Com amparo nas razões acima fincadas, **não conheço do recurso, por encontrar-se deserto, com fundamento no CPC/2015, art. 932, III c/c art. 1007, § 4.°. Intime-se. Intimem-se. Cumpra-se".** Manaus/AM, 24 de julho de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 02 de agosto de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4001652-35.2019.8.04.0000,** em que é Agravante: **Marlene Mota Siqueira**. (Advogados: Dr. Rosquild Azedo Omena - OAB/AM 605-A e Dr. Raul Góes Neto - OAB/AM 8.203). Agravadas: **Norte Serviços de Apoio Administrativo Eireli - Epp e Delta Tecnologia Em Usinagem Ltda**. (Advogados: Dr. José Luiz Cantuária dos Reis - OAB/AM 2.896 e Dr. Samuel Martins Freitas - OAB/AM 11.969). Ficam **às partes intimadas da DECISÃO de fls. 22/27**, exarada nos autos acima referidos na qual, ".....Sob o pálio dos motivos retro fincados, amparado pelos princípios da economia e celeridade, **não conheço do recurso (CPC/2015, art. 932, III). Comunique-se ao juízo a quo. Intimem-se".** Manaus/AM, 24 de julho de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 02 de agosto de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003403-57.2019.8.04.0000,** em que é Agravante: **Murad Mohd Abdel Karim Ahmad**. (Advogados: Dra. Ana Lúcia Salazar de Souza - OAB/AM 7.173, Dr. Alex da Silva Almeida - OAB/AM 10.706 e Dr. Francisco Rodrigo de Menezes e Silva - OAB/AM 9.771). Agravados: **Murad Mohd Ahmad e Sophie Mohd Souto Ahmad - representados por sua genitora Mayara Teles Souto.** (Advogados: Dr. Felipe Braga de Oliveira - OAB/AM 9.663, Dra. Alessandra Seriacopi Vila - OAB/AM - OAB/AM 9.881 e Dra. Lívia Oliveira e Silva - OAB/AM 12.851). Fica **o Agravante intimado** na pessoa de seus advogados, Dra. Ana Lúcia Salazar de Souza, Dr. Alex da Silva Almeida e Dr. Francisco Rodrigo de Menezes e Silva **do DESPACHO de fls. 70/72**, exarado nos autos acima mencionados, na qual, "..... Nessa conjuntura, **fixo prazo de 5 (cinco) dias, para que o agravante demonstre se o juízo a quo apreciou o seu pedido de gratuidade de justiça, encaminhando cópia da decisão acaso proferida; na hipótese de não ter havido decisão do juízo a quo, deverá o agravante, no mesmo prazo, declinar a sua profissão e encaminhar documentação comprobatória de sua renda (as duas últimas declarações de imposto de renda, contracheques, recibos de pagamento etc.). Intime-se".** Manaus/AM, 25 de julho de 2019. (as) Des. (Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 02 de agosto de 2019. (as) Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003366-30.2019.8.04.0000**, em que é Agravante: **Banco Bonsucesso Consignado S.A.** (Advogado: Dr. Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa - OAB/SP 165.046 e outros). Agravada: **Kathia Maria Lima Vasconcelos**. (Advogado: Dr. Charles Brito Porto - OAB/AM 9.468). Fica **a Agravada intimada**, na pessoa de seu advogado para, querendo, **apresentar contrarrazões ao presente recurso**, bem como **o Agravante para conhecimento da Decisão de fls. 17/19,** cujo final é do teor seguinte: "..... Amparado pelas razões acima fincadas**, indefiro o efeito suspensivo (CPC/2015, art. 1.019, I). Comunique-se ao juízo a quo. Intime-se a agravada para que ofereça resposta, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária (CPC/2015, art. 1.019, II). Intime-se o Agravante".** Manaus/AM, 25 de julho de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 02 de agosto de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0002261-86.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública

Embargante: Djanildes Rebelo da Silva Advogado: Marcos Maurício Costa da Silva (OAB: 4272/AM) Advogado: Claudia de Santana (OAB: 8369/AM) Advogado: Bruno de Souza Cavalcante (OAB: 9057/AM) Advogado: Bernardo Silva de Seixas (OAB: 7910/AM) **Embargado: O Estado do Amazonas** Procurador: Élida de Lima Reis (OAB: 7458/AM) **Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. TESES JÁ AFASTADAS PELO DECISUM VERGASTADO. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.I – Para o acolhimento dos Embargos de Declaração é indispensável a existência de um dos vícios insertados no art. 1.022 do CPC/2015, descabendo o acolhimento de aclaratórios que não comprovam, remarque-se, qualquer uma das falhas ensejadoras da sua admissão. II – Inviável a utilização dos embargos, sob a alegação de vícios, quando a intenção é, em verdade, a reapreciação do julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório do acórdão embargado.III – Embargos de Declaração rejeitados.. DECISÃO: "EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. TESES JÁ AFASTADAS PELO DECISUM VERGASTADO. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS. I - Para o acolhimento dos Embargos de Declaração é indispensável a existência de um dos vícios insertados no art. 1.022 do CPC/2015, descabendo o acolhimento de aclaratórios que não comprovam, remarque-se, qualquer uma das falhas ensejadoras da sua admissão. II - Inviável a utilização dos embargos, sob a alegação de vícios, quando a intenção é, em verdade, a reapreciação do julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório do acórdão embargado. III - Embargos de Declaração rejeitados. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator.".

Processo: 0003037-86.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Janayna Castro de Vasconcelos Advogado: Eugênio F. Pinto de Andrade (OAB: 3424/AM) Advogado: Eloy Pinto de Andrade (OAB: 819/AM) Advogado: Eloi Pinto de Andrede Junior (OAB: 3840/AM) Advogada: Fabíola da Silva Gesta Caruso (OAB: 4662/AM) Advogada: Maria P. Socorro Figueiredo de Andrade (OAB: 6566/AM)

Soc. Advogados: Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados (OAB: 46/AM) **Embargada: Elizete de Vasconcelos Campos Embargada: Kelly Lima Ribeiro** Advogado: Irandy Rodrigues da Cruz (OAB: 3294/AM) **Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ARTIGO 1.022 DO CPC. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE ATIVA DAS PARTES. MATÉRIA NÃO IMPUGNADA ANTERIORMENTE. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.I – Para o acolhimento dos Embargos de Declaração é indispensável a existência de um dos vícios insertados no art. 1.022 do CPC/2015, descabendo o acolhimento de aclaratórios que deixam de indicar qualquer uma das falhas ensejadoras da sua admissão.II - A embargante não impugnou em seu recurso de apelação o capítulo da sentença referente a ilegitimidade das partes. Tal circunstância, ainda que verse sobre matéria de ordem pública, suscitada somente em embargos de declaração, configura inovação recursal, consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ). III – Embargos de Declaração rejeitados.. DECISÃO: "EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ARTIGO 1.022 DO CPC. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE ATIVA DAS PARTES. MATÉRIA NÃO IMPUGNADA ANTERIORMENTE. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS. I - Para o acolhimento dos Embargos de Declaração é indispensável a existência de um dos vícios insertados no art. 1.022 do CPC/2015, descabendo o acolhimento de aclaratórios que deixam de indicar qualquer uma das falhas ensejadoras da sua admissão. II - A embargante não impugnou em seu recurso de apelação o capítulo da sentença referente a ilegitimidade das partes. Tal circunstância, ainda que verse sobre matéria de ordem pública, suscitada somente em embargos de declaração, configura inovação recursal, consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ). III - Embargos de Declaração rejeitados. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator.".

Processo: 0003203-21.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível, 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Banco do Brasil S/A Advogado: Rui de Jesus Soares Junior (OAB: 7253/AM) Advogada: Joany Sillas Pereira (OAB: 9646/AM)

Advogado: Andrea Gonçalves Oliva Itacarambi (OAB: 25246/GO) Advogado: Érika Seffair Riker (OAB: 7735/AM)

Advogado: Grace Kelly da Silva Barbosa (OAB: 3627/AM) Advogado: Herlane Moreira de Oliveira Abade (OAB: 4229/RO) **Agravado: Melo Distribuidora de Peças Ltda Agravado: Alberto Simonetti de Melo Agravada: Aramita de Jesus Ferreira** Advogado: Carlos Roberto Deneszczuk Antonio (OAB: 146360/SP)

Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: AGRAVO INTERNO. IRRESIGNAÇÃO QUANTO AO NÃO CONHECIMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 1.015, DO CPC. TAXATIVIDADE MITIGADA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO REQUISITO ESTABELECIDO NO RECURSO ESPECIAL Nº 1.704.520/MT. RECURSO DESPROVIDO. I – Apesar de requerer a incidência da tese adotada no REsp 1.704.520/MT, as razões recursais apresentadas pelo agravante em nenhum momento demonstram in concreto o preenchimento do requisito consignado pela Corte Cidadã, qual seja: "urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação".II - Na realidade, busca o recorrente flexibilizar totalmente o rol do art. 1.015, do CPC, em nítida violação à própria jurisprudência por ele (agravante) colacionada. III - Agravo de Interno conhecido e desprovido.. DECISÃO: "EMENTA: AGRAVO INTERNO. IRRESIGNAÇÃO QUANTO AO NÃO CONHECIMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 1.015, DO CPC. TAXATIVIDADE MITIGADA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO REQUISITO ESTABELECIDO NO RECURSO ESPECIAL Nº 1.704.520/MT. RECURSO DESPROVIDO. I - Apesar de requerer a incidência da tese adotada no REsp 1.704.520/MT, as razões recursais apresentadas pelo agravante em nenhum momento demonstram in concreto o preenchimento do requisito consignado pela Corte Cidadã, qual seja: "urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação". II - Na realidade, busca o recorrente flexibilizar totalmente o rol do art. 1.015, do CPC, em nítida violação à própria jurisprudência por ele (agravante) colacionada. III - Agravo de Interno conhecido e desprovido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.".

Processo: 0003780-96.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 5ª Vara da Fazenda Pública

Embargante: O Município de Manaus Procurador: Margaux Guerreiro de Castro (OAB: 3917/AM) **Embargada: Leyna Giselli Amorim Regis** Advogada: Joyce Helen da Silva Holanda (OAB: 7519/AM) Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM) Advogado: Silas Ayrton Vinhote de Souza (OAB: 10035/AM) **Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS

NO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. TESES JÁ AFASTADAS PELO DECISUM VERGASTADO. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.I – Para o acolhimento dos Embargos de Declaração é indispensável a existência de um dos vícios insertados no art. 1.022 do CPC/2015, descabendo o acolhimento de aclaratórios que não comprovam, remarque-se, qualquer uma das falhas ensejadoras da sua admissão. II – Inviável a utilização dos embargos, sob a alegação de vícios, quando a intenção é, em verdade, a reapreciação do julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório do acórdão embargado.III – Embargos de Declaração rejeitados.. DECISÃO: "EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. TESES JÁ AFASTADAS PELO DECISUM VERGASTADO. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS. I - Para o acolhimento dos Embargos de Declaração é indispensável a existência de um dos vícios insertados no art. 1.022 do CPC/2015, descabendo o acolhimento de aclaratórios que não comprovam, remarque-se, qualquer uma das falhas ensejadoras da sua admissão. II - Inviável a utilização dos embargos, sob a alegação de vícios, quando a intenção é, em verdade, a reapreciação do julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório do acórdão embargado. III - Embargos de Declaração rejeitados. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator.".

Processo: 0004220-92.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual

Embargante: O Estado do Amazonas Procurador: Alberto Bezerra Melo (OAB: 2015/AM) Procurador: Eugênio Nunes Silva (OAB: 763A/AM) **Embargado: ABF Administração e Participação LTDA** Advogado: Roberto Carlos Keppler (OAB: 68931/SP) **Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO SOBRE DOCUMENTO. CERCEAMENTO DE DEFESA RECONHECIDO. NULIDADE DO ACÓRDÃO. SANEAMENTO DE VÍCIO. OMISSÃO TEORIA DA CAUSA MADURA. JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. ARGUMENTO INAPTO A MODIFICAR O JULGADO. EMBARGOS CONHECIDOS E PROVIDOS PARA SANAR NULIDADE. APLICAÇÃO DO EFEITO MODIFICATIVO.I – Para o conhecimento dos embargos de declaração, é indispensável que a parte aponte, ao menos, algum dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC. II – Em relação à alegação de cerceamento de defesa, de fato, inexistiu intimação do ora embargante para se manifestar acerca do documento utilizado como fundamento da decisão, sendo reconhecida a nulidade do acórdão de fls. 1.146/1.152. III - Deve ser analisado o pedido se a causa se encontrar apta a imediato julgamento (art. 1.013, § 3.º e incisos do CPC).IV - Para fins de justiça gratuita de pessoa jurídica, é necessária a prova que demonstra a situação mais atual da empresa, o que, no caso, seria o ano de 2018.V - Sendo de fácil constatação que o resultado líquido do exercício de 2018 é negativo, justifica-se a hipossuficiência da embargada, devendo o benefício pleiteado ser concedido.VI – Embargos de Declaração acolhidos para anular o acórdão embargado, afastando o vício de omissão e, sucessivamente, aplicando a teoria da causa madura, revogar a decisão de primeiro grau e deferir o pedido de justiça gratuita à embargada. . DECISÃO: "EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO SOBRE DOCUMENTO. CERCEAMENTO DE DEFESA RECONHECIDO. NULIDADE DO ACÓRDÃO. SANEAMENTO DE VÍCIO. OMISSÃO TEORIA DA CAUSA MADURA. JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. ARGUMENTO INAPTO A MODIFICAR O JULGADO. EMBARGOS CONHECIDOS E PROVIDOS PARA SANAR NULIDADE. APLICAÇÃO DO EFEITO MODIFICATIVO. I - Para o conhecimento dos embargos de declaração, é indispensável que a parte aponte, ao menos, algum dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC. II - Em relação à alegação de cerceamento de defesa, de fato, inexistiu intimação do ora embargante para se manifestar acerca do documento utilizado como fundamento da decisão, sendo reconhecida a nulidade do acórdão de fls. 1.146/1.152. III - Deve ser analisado o pedido se a causa se encontrar apta a imediato julgamento (art. 1.013, § 3.º e incisos do CPC). IV - Para fins de justiça gratuita de pessoa jurídica, é necessária a prova que demonstra a situação mais atual da empresa, o que, no caso, seria o ano de 2018. V - Sendo de fácil constatação que o resultado líquido do exercício de 2018 é negativo, justifica-se a hipossuficiência da embargada, devendo o benefício pleiteado ser concedido. VI - Embargos de Declaração acolhidos para anular o acórdão embargado, afastando o vício de omissão e, sucessivamente, aplicando a teoria da causa madura, revogar a decisão de primeiro grau e deferir o pedido de justiça gratuita à embargada. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em acolher os embargos de declaração para afastar o vício de omissão e aplicar-lhes o efeito modificativo, nos termos do voto do Relator.".

Processo: 0005106-91.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual

Embargante: O Estado do Amazonas Procurador: Fabio Pereira Garcia dso Santos (OAB: 4850/AM) **Embargado: ABF Administração e Participação LTDA** Advogado: Roberto Carlos Keppler (OAB: 68931/SP) **Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE.I – Inexistindo qualquer omissão, contradição ou obscuridade na decisão, imperiosa é a rejeição de Embargos de Declaração, ainda mais quando seu verdadeiro desiderato é a rediscussão do mérito da causa devidamente resolvido.II – Embargos de Declaração rejeitados. Acórdão mantido na forma como lançado.. DECISÃO: "EMENTA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. I - Inexistindo qualquer omissão, contradição ou obscuridade na decisão, imperiosa é a rejeição de Embargos de Declaração, ainda mais quando seu verdadeiro desiderato é a rediscussão do mérito da causa devidamente resolvido. II - Embargos de Declaração rejeitados. Acórdão mantido na forma como lançado. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0005106-91.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da desembargadora relatora.".

Processo: 0238886-16.2011.8.04.0001 - Apelação Cível, 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Brinquedos Estrelas Ind. e Com. Ltda Advogado: Fabio Marcos Pataro Tavares (OAB: 208094/SP) Advogado: Ademir Buitoni (OAB: 25271/SP) **Apelado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A)** Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM) **Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DE NULIDADE. INEXISTÊNCIA DE ABANDONO DA CAUSA PELO AUTOR E OU DE PARALISAÇÃO POR MAIS DE 1 (UM) ANO. AUSÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. PRAZO DECENAL DA PRETENSÃO DE COBRANÇA DE DÉBITOS DAS FATURAS DE ENERGIA ELÉTRICA. OBRIGAÇÃO DE NATUREZA PESSOAL. DÉBITOS CERTOS E INDIVIDUALIZADOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.I – Rechaçam-se

todas as preliminares apontadas, seja pela ausência de decurso de mais de 1 (um) ano de paralisação do processo ou pela falta de caracterização de abandono de causa pelo autor.II - O prazo para a cobrança de faturas de energia elétrica é decenal, na forma do art. 205 do CC/02, logo não que se falar em prescrição da pretensão, uma vez que a ação foi ajuizada em 27/07/2011;III - Acerca da suposta ausência de certeza das faturas de 04/2007 e 05/2007, é mister ressaltar, de pronto, que a obrigação decorrente das contas de energia elétrica possui natureza jurídica pessoal, isto é, não tem vinculação com o imóvel. Precedentes do STJ;IV - Apelação conhecida e não provida.. DECISÃO: "EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DE NULIDADE. INEXISTÊNCIA DE ABANDONO DA CAUSA PELO AUTOR E OU DE PARALISAÇÃO POR MAIS DE 1 (UM) ANO. AUSÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. PRAZO DECENAL DA PRETENSÃO DE COBRANÇA DE DÉBITOS DAS FATURAS DE ENERGIA ELÉTRICA. OBRIGAÇÃO DE NATUREZA PESSOAL. DÉBITOS CERTOS E INDIVIDUALIZADOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. I - Rechaçam-se todas as preliminares apontadas, seja pela ausência de decurso de mais de 1 (um) ano de paralisação do processo ou pela falta de caracterização de abandono de causa pelo autor. II - O prazo para a cobrança de faturas de energia elétrica é decenal, na forma do art. 205 do CC/02, logo não que se falar em prescrição da pretensão, uma vez que a ação foi ajuizada em 27/07/2011; III - Acerca da suposta ausência de certeza das faturas de 04/2007 e 05/2007, é mister ressaltar, de pronto, que a obrigação decorrente das contas de energia elétrica possui natureza jurídica pessoal, isto é, não tem vinculação com o imóvel. Precedentes do STJ; IV - Apelação conhecida e não provida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.".

Processo: 0601830-34.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Zila de Souza Lima Advogado: José Eldair de Souza Martins (OAB: 1822/AM) Advogado: Antonio Carlos Gama Alves (OAB: 924A/AM) **Apelado: Banco Bradesco S.A.** Advogado: Edson Rosas Junior (OAB: 1910/AM) Advogada: Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB: 5109/AM) **Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DECISÃO SURPRESA. NULIDADE DA SENTENÇA. TEMPESTIVIDADE DO EMBARGOS À EXECUÇÃO. BENEFÍCIO DE JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.I – Urge salientar que a sentença vergastada fora prolatada sem que a parte embargante, ora recorrente, tenha sido intimada para apresentar manifestação sobre o suposto entendimento de intempestividade dos embargos à execução, fato que configura nulidade do decisum atacado;II - Os embargos à execução são tempestivos, uma vez que o prazo se iniciou em 23/11/2017 e a peça processual foi ajuizada em 17/01/2018, necessário levar em consideração as suspensões de prazos processuais da semana da conciliação e do artigo 222 do CPC, respeitando o prazo de 15 (quinze) dias úteis;III - No que tange ao pedido de concessão de assistência judiciária gratuita, este não merece ser deferido, tendo em vista que os documentos colacionados não foram suficientes para comprovar a situação de hipossuficiência financeira capaz de ensejar sua concessão, nos moldes dos artigos 98 e seguintes do Código de Ritos;IV Apelação conhecida e provida.. DECISÃO: "EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DECISÃO SURPRESA. NULIDADE DA SENTENÇA. TEMPESTIVIDADE DO EMBARGOS À EXECUÇÃO. BENEFÍCIO DE JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. I - Urge salientar que a sentença vergastada fora prolatada sem que a parte embargante, ora recorrente, tenha sido intimada para apresentar manifestação sobre o suposto entendimento de intempestividade dos embargos à execução, fato que configura nulidade do decisum atacado; II - Os embargos à execução são tempestivos, uma vez que o prazo se iniciou em 23/11/2017 e a peça processual foi ajuizada em 17/01/2018, necessário levar em consideração as suspensões de prazos processuais da semana da conciliação e do artigo 222 do CPC, respeitando o prazo de 15 (quinze) dias úteis; III - No que tange ao pedido de concessão de assistência judiciária gratuita, este não merece ser deferido, tendo em vista que os documentos colacionados não foram suficientes para comprovar a situação de hipossuficiência financeira capaz de ensejar sua concessão, nos moldes dos artigos 98 e seguintes do Código de Ritos; IV Apelação conhecida e provida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.".

Processo: 0602848-66.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A Advogada: Rodolfo Meira Roessing (OAB: 12719/PA) **Apelado: Roony Santos de Souza** Advogado: Paulo Dias Gomes (OAB: 2337/AM) Advogado: Loren Amorim Gomes (OAB: 7553/AM) **Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. PRESCRIÇÃO. TRÊS ANOS. TERMO A QUO. DATA DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA INCAPACIDADE LABORAL. SÚMULA 278 STJ. AUSÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. NECESSIDADE DE FIXAÇÃO E MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS. RECURSO DESPROVIDO.I - Indubitável, nos termos da Súmula 405 do Superior Tribunal de Justiça e do artigo 205, §3.º, do Código Civil, que a prescrição da pretensão de recebimento de indenização proveniente do seguro obrigatório para acidentes de trânsito é de três anos. II - A controvérsia, no entanto, diz respeito ao início de tal prazo prescricional, o qual, segundo o Recorrente, se conta da data do sinistro (abril de 2007). No entanto, o Superior Tribunal de Justiça enuncia, em sua Súmula (n.º 278), que o termo inicial do prazo prescricional na ação de indenização é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral, in casu, ocorrida em novembro de 2012.III - Os honorários advocatícios, incluídos nas despesas processuais, devem ser fixados em todos os procedimentos contenciosos em decorrência automática da sucumbência. IV - Apelação conhecida e não provida.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. PRESCRIÇÃO. TRÊS ANOS. TERMO A QUO. DATA DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA INCAPACIDADE LABORAL. SÚMULA 278 STJ. AUSÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. NECESSIDADE DE FIXAÇÃO E MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS. RECURSO DESPROVIDO. I - Indubitável, nos termos da Súmula 405 do Superior Tribunal de Justiça e do artigo 205, §3.º, do Código Civil, que a prescrição da pretensão de recebimento de indenização proveniente do seguro obrigatório para acidentes de trânsito é de três anos. II - A controvérsia, no entanto, diz respeito ao início de tal prazo prescricional, o qual, segundo o Recorrente, se conta da data do sinistro (abril de 2007). No entanto, o Superior Tribunal de Justiça enuncia, em sua Súmula (n.º 278), que o termo inicial do prazo prescricional na ação de indenização é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral, in casu, ocorrida em novembro de 2012. III - Os honorários advocatícios, incluídos nas despesas processuais, devem ser fixados em todos os procedimentos contenciosos em decorrência automática da sucumbência. IV - Apelação conhecida e não provida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Manaus, 26 de julho de 2019.".

Processo: 0608071-24.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Manuel Raimundo Nogueira da Silva Advogado:

Antonio Carlos Gama Alves (OAB: 16215/PA)

Advogado: Zacarias Santos de Souza (OAB: 7531/AM) Advogado: Jonilson Maia Pereira (OAB: 7871/AM) Advogado: Antonio Carlos Gama Alves (OAB: 924A/AM) Advogado: José Ricardo Martins Pontes (OAB: 900A/AM) Advogado: Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB: 7291/AM) **Apelado: O Estado do Amazonas** Procuradora: Kerinne Maria Freitas Pinheiro (OAB: 10105/PI) **Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. PROMOÇÃO DE POLICIAL MILITAR NA RESERVA REMUNERADA. INEXISTÊNCIA DE PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. AUSÊNCIA DE CURSO DE HABILITAÇÃO E INTERSTÍCIO MÍNIMO. PRETERIÇÃO NÃO DEMONSTRADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.I – Rechaça-se a prescrição alegada nos autos, uma vez que o autor, ora apelante, foi transferido para reserva remunerada em 28/11/2012, quando se iniciou a contagem do prazo prescricional, entretanto, em 18/03/2016, houve suspensão do lustro em decorrência de pedido administrativo, voltando a correr somente em 15/07/2017;II - Patente a ausência de atuação equivocada da Administração, tendo em vista que o apelante não se desincumbiu do ônus de provar a promoção de outro militar com qualificações inferiores as dele, bem como não demonstrou ter realizado o Curso de Habilitação de Tenentes antes da formação dos quadros de acesso para promoções, tendo sido agregado em 22/11/2007;III - Apelação conhecida e não provida.. DECISÃO: "EMENTA: ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. PROMOÇÃO DE POLICIAL MILITAR NA RESERVA REMUNERADA. INEXISTÊNCIA DE PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. AUSÊNCIA DE CURSO DE HABILITAÇÃO E INTERSTÍCIO MÍNIMO. PRETERIÇÃO NÃO DEMONSTRADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. I - Rechaça-se a prescrição alegada nos autos, uma vez que o autor, ora apelante, foi transferido para reserva remunerada em 28/11/2012, quando se iniciou a contagem do prazo prescricional, entretanto, em 18/03/2016, houve suspensão do lustro em decorrência de pedido administrativo, voltando a correr somente em 15/07/2017; II - Patente a ausência de atuação equivocada da Administração, tendo em vista que o apelante não se desincumbiu do ônus de provar a promoção de outro militar com qualificações inferiores as dele, bem como não demonstrou ter realizado o Curso de Habilitação de Tenentes antes da formação dos quadros de acesso para promoções, tendo sido agregado em 22/11/2007; III - Apelação conhecida e não provida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância parcial com o parecer ministerial (fls. 165/172), conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.".

Processo: 0608334-56.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Maria Lucia Rodrigues dos Santos Lisboa Advogado: Fernando Passos Gama (OAB: 366261/SP) **Apelado: Eliezer Leão Gonzales** Advogado: Jocil da Silva Moraes Filho (OAB: 12010/AM)

Advogado: Jennifer Lopes Rebello de Souza (OAB: 11115/AM) **Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS. LEVANTAMENTO DE ALVARÁ PELO ADVOGADO. RETENÇÃO INDEVIDA DOS VALORES. CABIMENTO DA MAJORAÇÃO DOS DANOS MORAIS. IMPOSSIBILIDADE DE INCLUSÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS COMO DANO MATERIAL. AUSÊNCIA DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ EM VISTA DA AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO.I - A indenização a título de danos morais deve ser fixada segundo critérios de razoabilidade e proporcionalidade e com a observância das circunstâncias peculiares do caso. Cabível a majoração da indenização de R$5.000,00 (cinco mil reais) para o importe de R$10.000,00 (dez mil e reais), por ser o valor que mais se amolda às especificidades do caso concreto.II - Impossibilidade de inclusão dos honorários advocatícios contratuais como dano material, posto que os honorários contratuais foram livremente firmados entre o causídico e a Apelante, não sendo lícito cobrar do Apelado o pagamento de tal despesa.III - Ausência de litigância de má-fé do Apelado, visto que ele nada mais fez do que contestar a demanda, apresentando argumentos que considerava hábeis de infirmar o direito da Autora, corolário lógico aos princípios da ampla defesa e contraditório consagrados expressamente na Constituição Federal. IV Apelação conhecida e parcialmente provida, com majoração de honorários.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS. LEVANTAMENTO DE ALVARÁ PELO ADVOGADO. RETENÇÃO INDEVIDA DOS VALORES. CABIMENTO DA MAJORAÇÃO DOS DANOS MORAIS. IMPOSSIBILIDADE DE INCLUSÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS COMO DANO MATERIAL. AUSÊNCIA DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ EM VISTA DA AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO. I - A indenização a título de danos morais deve ser fixada segundo critérios de razoabilidade e proporcionalidade e com a observância das circunstâncias peculiares do caso. Cabível a majoração da indenização de R$5.000,00 (cinco mil reais) para o importe de R$10.000,00 (dez mil e reais), por ser o valor que mais se amolda às especificidades do caso concreto. II - Impossibilidade de inclusão dos honorários advocatícios contratuais como dano material, posto que os honorários contratuais foram livremente firmados entre o causídico e a Apelante, não sendo lícito cobrar do Apelado o pagamento de tal despesa. III - Ausência de litigância de má-fé do Apelado, visto que ele nada mais fez do que contestar a demanda, apresentando argumentos que considerava hábeis de infirmar o direito da Autora, corolário lógico aos princípios da ampla defesa e contraditório consagrados expressamente na Constituição Federal. IV Apelação conhecida e parcialmente provida, com majoração de honorários. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Manaus, 26 de julho de 2019.".

Processo: 0615921-08.2013.8.04.0001 - Apelação / Remessa Necessária, Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal

Apelante: Maria do Perpetuo Socorro de Freitas Marques Advogado: Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB: 6488/AM) Advogado: Anneson Frank Paulino de Souza (OAB: 11981/AM) **Apelado: O Município de Manaus** Procurador: José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior (OAB: 5517/AM) Remetente: O Excelentíssimo Juiz de Direito da Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal **Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO ANULATÓRIA DE IPTU. INTIMAÇÃO PARA RECOLHIMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS. PRAZO DE 15 DIAS DO ART. 290, CPC. NÃO OBSERVÂNCIA. SENTENÇA ANULADA. APELO PROVIDO. I – Deve ser anulada a decisão que julgou extinto o processo pela falta de recolhimento das custas processuais se não observou o prazo legal de 15 (quinze) dias entre a intimação do patrono e a sentença extintiva, pois em desacordo com o art. 290, CPC.II Apelação conhecida e provida.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO ANULATÓRIA DE IPTU. INTIMAÇÃO PARA RECOLHIMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS. PRAZO DE 15 DIAS DO ART. 290, CPC. NÃO OBSERVÂNCIA. SENTENÇA ANULADA. APELO PROVIDO. I - Deve ser anulada a decisão que julgou extinto o processo pela falta de recolhimento das custas processuais se não observou o prazo legal de 15 (quinze) dias entre a intimação do patrono e a sentença extintiva, pois em desacordo com o art. 290, CPC. II Apelação conhecida e provida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores

integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.".

Processo: 0621001-45.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Banco Bradesco S.A. Advogado: Edson Rosas Junior (OAB: 1910/AM) Advogada: Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB: 5109/AM) **Apelado: Salgueiro Coelho - Me** Defensor: Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB: 4808/AM) Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas **Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. BUSCA E APREENSÃO. CITAÇÃO POR EDITAL. MEDIDA EXCEPCIONAL. NÃO ESGOTAMENTO DOS MEIOS DE LOCALIZAÇÃO DO RÉU. PRESSUPOSTO PROCESSUAL DE VALIDADE. APLICAÇÃO DO ART. 240, §§ 2.º DO CPC/2015. RECURSO DESPROVIDO. I – O dever de promover a citação é imputado ao Autor, devendo observar o prazo de 10 (dez) dias (art. 240 do CPC/2015). Neste ínterim, embora o prazo não seja peremptório, a prorrogação deve se pautar dentro de uma margem de razoabilidade, o que não se verifica no caso em questão, eis que o lapso temporal transcorrido foi de quase 03 (três) anos. II- Ocorre que, como a totalidade das tentativas restaram infrutíferas, observou-se o prolongamento do processo sem a perfectibilização da relação processual, o que constitui afronta aos princípios constitucionais da celeridade, efetividade processual e razoável duração do processo.II - A não consecução da citação caracteriza ausência de pressuposto processual de constituição e de desenvolvimento válido do processo e impõe, como consequência, a extinção do feito, com fundamento no art. 485, IV, do CPC. III – Inexistência de prazo exíguo para o cumprimento da decisão, considerando que o juízo de primeiro grau determinou, acertadamente, que o apelante observasse o prazo delineado no art. 240, §2º, do CPC/2015 para a regularização do feito. IV Apelação conhecida e não provida. . DECISÃO: "EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. BUSCA E APREENSÃO. CITAÇÃO POR EDITAL. MEDIDA EXCEPCIONAL. NÃO ESGOTAMENTO DOS MEIOS DE LOCALIZAÇÃO DO RÉU. PRESSUPOSTO PROCESSUAL DE VALIDADE. APLICAÇÃO DO ART. 240, §§ 2.º DO CPC/2015. RECURSO DESPROVIDO. I - O dever de promover a citação é imputado ao Autor, devendo observar o prazo de 10 (dez) dias (art. 240 do CPC/2015). Neste ínterim, embora o prazo não seja peremptório, a prorrogação deve se pautar dentro de uma margem de razoabilidade, o que não se verifica no caso em questão, eis que o lapso temporal transcorrido foi de quase 03 (três) anos. II- Ocorre que, como a totalidade das tentativas restaram infrutíferas, observou-se o prolongamento do processo sem a perfectibilização da relação processual, o que constitui afronta aos princípios constitucionais da celeridade, efetividade processual e razoável duração do processo. II - A não consecução da citação caracteriza ausência de pressuposto processual de constituição e de desenvolvimento válido do processo e impõe, como consequência, a extinção do feito, com fundamento no art. 485, IV, do CPC. III - Inexistência de prazo exíguo para o cumprimento da decisão, considerando que o juízo de primeiro grau determinou, acertadamente, que o apelante observasse o prazo delineado no art. 240, §2º, do CPC/2015 para a regularização do feito. IV Apelação conhecida e não provida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.".

Processo: 0621606-93.2013.8.04.0001 - Remessa Necessária Cível, 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta)

Requerente: James de Oliveira Batalha Representa: Silene de Souza Lima Ferreira Defensor: Ricardo Queiroz de Paiva (OAB: 4510/AM) Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas **Requerido: O Estado do Amazonas** Representa: Procurador Geral de Justiça Remetente: O Juízo de Direito da Quarta Vara da Fazenda Pública Estadual **Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. REMESSA NECESSÁRIA. CONCURSO PÚBLICO COM PRAZO DE VALIDADE EXPIRADO. APROVAÇÃO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA.I – É pacífica, no Supremo Tribunal Federal (STF), a posição de que há direito subjetivo à nomeação de candidatos aprovados dentro do número de vagas;II - O prazo de validade do certame público - homologado em 19/06/2005 - já teria se esgotado em 19/06/2009, portanto, no momento em que fora ajuizada a demanda originária (19/08/2013) não havia mais que se falar em discricionariedade do Administrador Público em nomear os aprovados;III - Reexame Necessário conhecido e não provido.. DECISÃO: "EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. REMESSA NECESSÁRIA. CONCURSO PÚBLICO COM PRAZO DE VALIDADE EXPIRADO. APROVAÇÃO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. I - É pacífica, no Supremo Tribunal Federal (STF), a posição de que há direito subjetivo à nomeação de candidatos aprovados dentro do número de vagas; II - O prazo de validade do certame público - homologado em 19/06/2005 - já teria se esgotado em 19/06/2009, portanto, no momento em que fora ajuizada a demanda originária (19/08/2013) não havia mais que se falar em discricionariedade do Administrador Público em nomear os aprovados; III - Reexame Necessário conhecido e não provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer ministerial (fls. 114/117), conhecer e negar provimento à remessa necessária, nos termos do voto do Relator.".

Processo: 0622778-94.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Iresolve Companhia Securitizadora de Créditos Advogado: Luciano da Silva Buratto (OAB: 179235/SP) **Apelado: Angelita Silva de Souza** Advogado: Paulo Felipe da Silva (OAB: 10242/AM)

Advogado: Aldinei Fernandes de Azevedo (OAB: 10642 **Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA OPE JUDICIS. CESSÃO DE CRÉDITO INEFICAZ. AUSÊNCIA DE PROVAS QUANTO AO NEGÓCIO JURÍDICO ANTERIOR E CIÊNCIA DA CESSÃO. FRAUDE EM SERVIÇO BANCÁRIO. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO SPC/SERASA. DANO MORAL. VALOR ARBITRADO ADEQUADO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.I – A apelante não obteve êxito em provar o consentimento e a licitude da suposta contratação entre a autora, ora apelada e o banco Itaú, tendo deixado de colacionar cópia do contrato em tese firmado ou documentos capazes de dar eficácia à cessão de crédito realizada;II - A má prestação do serviço bancário aliada à inscrição indevida do nome da autora, ora apelada, em cadastro de inadimplentes dão ensejo à configuração do ato ilícito, previsto no artigo 186 do Código Civilista, gerador de indenização por dano moral.III - Inaplicável o conteúdo do enunciado de súmula 385 do STJ, pois não havia nenhuma restrição em nome da apelada, no momento, da inscrição indevida;IV - O valor arbitrado a título de danos morais (R$10.000,00 – dez mil reais) se encontra adequado e proporcional não fugindo aos parâmetros adotados pela jurisprudência pátria;V - Apelação conhecida e não provida.. DECISÃO: "EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA OPE JUDICIS. CESSÃO DE CRÉDITO INEFICAZ. AUSÊNCIA DE PROVAS QUANTO AO NEGÓCIO JURÍDICO ANTERIOR E CIÊNCIA DA CESSÃO. FRAUDE EM SERVIÇO BANCÁRIO. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO SPC/SERASA.

DANO MORAL. VALOR ARBITRADO ADEQUADO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. I - A apelante não obteve êxito em provar o consentimento e a licitude da suposta contratação entre a autora, ora apelada e o banco Itaú, tendo deixado de colacionar cópia do contrato em tese firmado ou documentos capazes de dar eficácia à cessão de crédito realizada; II - A má prestação do serviço bancário aliada à inscrição indevida do nome da autora, ora apelada, em cadastro de inadimplentes dão ensejo à configuração do ato ilícito, previsto no artigo 186 do Código Civilista, gerador de indenização por dano moral. III - Inaplicável o conteúdo do enunciado de súmula 385 do STJ, pois não havia nenhuma restrição em nome da apelada, no momento, da inscrição indevida; IV - O valor arbitrado a título de danos morais (R$10.000,00 - dez mil reais) se encontra adequado e proporcional não fugindo aos parâmetros adotados pela jurisprudência pátria; V - Apelação conhecida e não provida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.".

Processo: 0627036-21.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Ana Dilza Gomes das Neves Advogada: Thammy das Neves Athayde (OAB: 7312/AM)

Advogado Marco Lucio Athayde (OAB: 4522/AM) **Apelado: Santander Capitalização** Advogado: Marco André Honda Flores (OAB: 6171/MS) **Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: PROCESSO CIVIL E CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA QUANTO À INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA OPE JUDICIS. TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO. REGRAS DE DEVOLUÇÃO DE 100% DO VALOR DA RESERVA DE CAPITALIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO E (OU) DANO MORAL. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.I – Ausência de impugnação específica quanto aos requisitos da inversão do ônus da prova ope judicis, insculpidos no CDC, limitando-se a pugnar pela aplicação genérica do Código Consumerista, impedindo o conhecimento do recurso nesta parte;II - As cláusulas contratuais dispostas nas "Condições Gerais do Din Din do Milhão" são cristalinas em preceituar que o resgate do título de capitalização, ao final da sua vigência, se dará pelo valor de 100% do montante constituído como "RESERVA DE CAPITALIZAÇÃO" e não sobre a somatória de cada parcela paga pela autora;III - O extrato apresentado pela instituição financeira (fls. 85/86) é capaz de extinguir o direito da autora, ora recorrente, quanto ao seu pedido de ressarcimento integral do valor pago – monetariamente atualizado – acrescido de juros de mora sem levar em consideração despesas quanto aos sorteios e à taxa de administração bancária;IV - Restando afastada a prática de conduta ilícita por parte do banco apelado, refuta-se, também, a configuração do dano moral pleiteado pela autora;V – Apelação parcialmente conhecida e não provida.. DECISÃO: "EMENTA: PROCESSO CIVIL E CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA QUANTO À INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA OPE JUDICIS. TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO. REGRAS DE DEVOLUÇÃO DE 100% DO VALOR DA RESERVA DE CAPITALIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO E (OU) DANO MORAL. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO. I - Ausência de impugnação específica quanto aos requisitos da inversão do ônus da prova ope judicis, insculpidos no CDC, limitando-se a pugnar pela aplicação genérica do Código Consumerista, impedindo o conhecimento do recurso nesta parte; II - As cláusulas contratuais dispostas nas "Condições Gerais do Din Din do Milhão" são cristalinas em preceituar que o resgate do título de capitalização, ao final da sua vigência, se dará pelo valor de 100% do montante constituído como "RESERVA DE CAPITALIZAÇÃO" e não sobre a somatória de cada parcela paga pela autora; III - O extrato apresentado pela instituição financeira (fls. 85/86) é capaz de extinguir o direito da autora, ora recorrente, quanto ao seu pedido de ressarcimento integral do valor pago - monetariamente atualizado - acrescido de juros de mora sem levar em consideração despesas quanto aos sorteios e à taxa de administração bancária; IV - Restando afastada a prática de conduta ilícita por parte do banco apelado, refuta-se, também, a configuração do dano moral pleiteado pela autora; V - Apelação parcialmente conhecida e não provida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer parcialmente e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.".

Processo: 0628407-83.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Robson Chagas da Silva Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM) **Apelado: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA – DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE CONVERSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA ACIDENTÁRIO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. APELAÇÃO CÍVEL. LAUDO PERICIAL. INCAPACIDADE PERMANENTE E PARCIAL. POSSIBILIDADE DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. NÃO CABIMENTO.I – Para a concessão de aposentadoria por invalidez, deve estar demonstrada a qualidade de segurado, a incapacidade total e permanente para o trabalho, bem como a impossibilidade plausível de reabilitação para outra atividade (art. 42 da Lei 8.213/91 e art. 43 Decreto 3048/99).II – No caso dos autos, depreende-se a impossibilidade do segurado voltar a exercer as suas atividades profissionais habituais. No entanto, o perito do juízo aduz a possibilidade do autor ser submetido a processo de reabilitação e o desempenho de trabalho diverso. Indevida, pois, a aposentadoria por invalidez haja vista a possibilidade de reabilitação do segurado. III – Recurso de apelação conhecido e desprovido. . DECISÃO: "EMENTA - DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE CONVERSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA ACIDENTÁRIO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. APELAÇÃO CÍVEL. LAUDO PERICIAL. INCAPACIDADE PERMANENTE E PARCIAL. POSSIBILIDADE DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. NÃO CABIMENTO. I - Para a concessão de aposentadoria por invalidez, deve estar demonstrada a qualidade de segurado, a incapacidade total e permanente para o trabalho, bem como a impossibilidade plausível de reabilitação para outra atividade (art. 42 da Lei 8.213/91 e art. 43 Decreto 3048/99). II - No caso dos autos, depreende-se a impossibilidade do segurado voltar a exercer as suas atividades profissionais habituais. No entanto, o perito do juízo aduz a possibilidade do autor ser submetido a processo de reabilitação e o desempenho de trabalho diverso. Indevida, pois, a aposentadoria por invalidez haja vista a possibilidade de reabilitação do segurado. III - Recurso de apelação conhecido e desprovido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0628407-83.2017.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora.".

Processo: 0628732-24.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A Advogado: Marco Antonio Crespo Barbosa (OAB: 115665/SP) **Apelado: Adeilson Pedrosa de Oliveira** Advogado: Paixão Periman de Almeida Ferreira (OAB: 12138/AM) Advogado: Carlos Eduardo Rodrigues da Cunha (OAB: 12251/AM) **Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. BUSCA E APREENSÃO. DEFERIMENTO LIMINAR. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO.

REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS. IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS AUTORAIS. ALIENAÇÃO DO VEÍCULO. MULTA. ART. 3º, §6º, DEC-LEI 911/69. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NÃO VERIFICADA. APELO IMPROVIDO.I – A instituição financeira assumiu o risco ao alienar o bem objeto da lide antes da análise exauriente do caso posto em tela, e, tendo o pedido sido julgado improcedente, aplicou o juízo a quo acertadamente o art. 3º, §6º, do Decreto-lei 911/69.II - Diante da manutenção da improcedência dos pedidos iniciais, verifica-se que o próprio autor, ora apelante, foi quem deu causa ao processo, devendo arcar com a sucumbência.III - Por fim, não deve prosperar a alegação de litigância de má-fé contra o recorrente, uma vez que não é identificado no presente recurso o caráter protelatório, mas sim um exercício do direito ao 2º grau de jurisdição.IV Apelação conhecida e não provida, com majoração de honorários.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. BUSCA E APREENSÃO. DEFERIMENTO LIMINAR. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO. REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS. IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS AUTORAIS. ALIENAÇÃO DO VEÍCULO. MULTA. ART. 3º, §6º, DEC-LEI 911/69. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NÃO VERIFICADA. APELO IMPROVIDO. I - A instituição financeira assumiu o risco ao alienar o bem objeto da lide antes da análise exauriente do caso posto em tela, e, tendo o pedido sido julgado improcedente, aplicou o juízo a quo acertadamente o art. 3º, §6º, do Decreto-lei 911/69. II - Diante da manutenção da improcedência dos pedidos iniciais, verifica-se que o próprio autor, ora apelante, foi quem deu causa ao processo, devendo arcar com a sucumbência. III - Por fim, não deve prosperar a alegação de litigância de má-fé contra o recorrente, uma vez que não é identificado no presente recurso o caráter protelatório, mas sim um exercício do direito ao 2º grau de jurisdição. IV Apelação conhecida e não provida, com majoração de honorários. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.".

Processo: 0643002-87.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social Advogado: Fabrício Perrotta da Silva (OAB: 165909/RJ) **Apelado: Jamilson do Carmo Trindade** Advogado: Douglas Reis da Silva (OAB: 10368/AM)

Advogado: Denis Reis da Silva (OAB: 10799/AM) **Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA – DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO ACIDENTÁRIA. LESÃO CONSOLIDADA. SEQUELA PARCIAL E PERMANENTE. COMPROVADA A REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL. AUXÍLIO-ACIDENTE DEVIDO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DO ART. 1-F DA LEI N.º 9494/97 C/C ADI 4357 E 4425. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.I - Depreende-se do laudo pericial que houve redução na capacidade laborativa com sequela parcial e permanente. Logo, perfaz-se o preenchimento de todos os requisitos necessários para a concessão do auxílio-acidente.II - No que tange à correção monetária, tem razão o recorrente quanto ao pedido de aplicação do art. 1º-F da Lei n.º 9.494/97 (com redação dada pela Lei n.º 11.960/2009), porém, devendo o sistema de correção monetária trazido por essa lei ser usado até 25/03/2015, data limite estabelecida pelo STF, nas ADIs 4357 e 4425, em sede de questão de ordem, que tratou da modulação dos efeitos destes julgados, para que então a partir do dia 26/03/2015 fosse usado índice diverso do havido pela caderneta de poupança para atualização dos débitos fazendários, cabendo, inclusive, a aplicação do IPCA-E deste ponto em diante. III - Recurso conhecido e parcialmente provido para alterar o índice utilizado para correção monetária.. DECISÃO: "EMENTA - DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO ACIDENTÁRIA. LESÃO CONSOLIDADA. SEQUELA PARCIAL E PERMANENTE. COMPROVADA A REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL. AUXÍLIO-ACIDENTE DEVIDO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DO ART. 1-F DA LEI N.º 9494/97 C/C ADI 4357 E 4425. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. I - Depreende-se do laudo pericial que houve redução na capacidade laborativa com sequela parcial e permanente. Logo, perfaz-se o preenchimento de todos os requisitos necessários para a concessão do auxílio-acidente. II - No que tange à correção monetária, tem razão o recorrente quanto ao pedido de aplicação do art. 1º-F da Lei n.º 9.494/97 (com redação dada pela Lei n.º 11.960/2009), porém, devendo o sistema de correção monetária trazido por essa lei ser usado até 25/03/2015, data limite estabelecida pelo STF, nas ADIs 4357 e 4425, em sede de questão de ordem, que tratou da modulação dos efeitos destes julgados, para que então a partir do dia 26/03/2015 fosse usado índice diverso do havido pela caderneta de poupança para atualização dos débitos fazendários, cabendo, inclusive, a aplicação do IPCA-E deste ponto em diante. III - Recurso conhecido e parcialmente provido para alterar o índice utilizado para correção monetária. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0643002-87.2017.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas em conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora.".

Processo: 4001333-67.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 4ª Vara da Fazenda Pública

Agravante: O Estado do Amazonas Procurador: Virginia Nunes Bessa (OAB: 3591/AM) **Agravado: Jose Wilson Bentes Jucá** Defensor: Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB: 4368/AM) Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas **Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA – DIREITO PROCESSUAL CIVIL. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. CIRURGIA ELETIVA. PERIGO DE DANO. INEXISTÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO.I – Na forma do art. 300, CPC/15, conceder-se-á tutela de urgência quando, diante dos argumentos esboçados na petição inicial, houver elementos que evidenciem ser provável o acolhimento do direito alegado e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.II – Não se caracteriza o perigo de dano quando, a despeito de necessária, a intervenção cirúrgica prescrita tiver caráter eletivo. III – Agravo de instrumento conhecido e provido.. DECISÃO: "EMENTA - DIREITO PROCESSUAL CIVIL. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. CIRURGIA ELETIVA. PERIGO DE DANO. INEXISTÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO. I - Na forma do art. 300, CPC/15, conceder-se-á tutela de urgência quando, diante dos argumentos esboçados na petição inicial, houver elementos que evidenciem ser provável o acolhimento do direito alegado e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. II - Não se caracteriza o perigo de dano quando, a despeito de necessária, a intervenção cirúrgica prescrita tiver caráter eletivo. III - Agravo de instrumento conhecido e provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 4001333-67.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do(as) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora.".

Processo: 4002196-57.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal

Agravante: O Município de Manaus Procurador: Ketlen Anne Pontes Pina (OAB: 4818/AM) **Agravado: Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus – Sinaaes** Advogado: João Bosco A. Toledano (OAB: 1456/AM) Advogada: Adriana Ferreira do Nascimento (OAB: 5498/AM) **Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PRESCRIÇÃO. NÃO CONFIGURADA. ALEGAÇÃO DE SENTENÇA EXTRA PETITA. SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE REFORMA NESSA FASE PROCESSUAL. I – Como se verifica nos autos, o agravado peticionou em juízo, requerendo a liquidação por artigo. Logo, considerando que o mesmo não se manteve inerte por prazo superior a 5 (cinco) anos, não há que se falar em prescrição da pretensão executória. II - Trata-se de título judicial que já transitou em julgado, não sendo, no presente momento processual, cabível a impugnação da sentença proferida na ação de conhecimento visando acolhimento de alegação de decisão extra petita. III – Agravo de Instrumento conhecido e desprovido.. DECISÃO: "EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PRESCRIÇÃO. NÃO CONFIGURADA. ALEGAÇÃO DE SENTENÇA EXTRA PETITA. SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE REFORMA NESSA FASE PROCESSUAL. I - Como se verifica nos autos, o agravado peticionou em juízo, requerendo a liquidação por artigo. Logo, considerando que o mesmo não se manteve inerte por prazo superior a 5 (cinco) anos, não há que se falar em prescrição da pretensão executória. II - Trata-se de título judicial que já transitou em julgado, não sendo, no presente momento processual, cabível a impugnação da sentença proferida na ação de conhecimento visando acolhimento de alegação de decisão extra petita. III - Agravo de Instrumento conhecido e desprovido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidades de votos, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.".

Processo: 4002197-08.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Lgp Maxx Ltda Epp Advogada: Renata Maria Baptista Cavalcante (OAB: 128686/RJ) **Agravado: Pátrio Sertório Shopping Ltda** Advogada: Lidiane da Costa Batista (OAB: 7492/AM) **Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUSTIÇA GRATUITA MANTIDA. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MANUTENÇÃO DE BLOQUEIO. PAGAMENTO DE SALÁRIO A FUNCIONÁRIOS. POSSIBILIDADE DE PENHORA. AGRAVO IMPROVIDO.I – Preliminarmente, deve ser afastada a impugnação ao deferimento do benefício da gratuidade de justiça, uma vez que por meio do balanço patrimonial da empresa agravante, é cristalino que os prejuízos acumulados em muito superam os lucros obtidos.II - A jurisprudência tanto dos Tribunais Pátrios como desta própria Corte se posiciona pela possibilidade de penhora de valores que estejam em conta-corrente da pessoa jurídica, por mais que se destinem ao pagamento de funcionários. III - Agravo de Instrumento conhecido e desprovido.. DECISÃO: "EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUSTIÇA GRATUITA MANTIDA. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MANUTENÇÃO DE BLOQUEIO. PAGAMENTO DE SALÁRIO A FUNCIONÁRIOS. POSSIBILIDADE DE PENHORA. AGRAVO IMPROVIDO. I - Preliminarmente, deve ser afastada a impugnação ao deferimento do benefício da gratuidade de justiça, uma vez que por meio do balanço patrimonial da empresa agravante, é cristalino que os prejuízos acumulados em muito superam os lucros obtidos. II - A jurisprudência tanto dos Tribunais Pátrios como desta própria Corte se posiciona pela possibilidade de penhora de valores que estejam em conta-corrente da pessoa jurídica, por mais que se destinem ao pagamento de funcionários. III - Agravo de Instrumento conhecido e desprovido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.".

Processo: 4002410-14.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Banco do Brasil S/A Advogado: Andrea Gonçalves Oliva Itacarambi (OAB: 25246/GO)

Advogado: Érika Seffair Riker (OAB: 7735/AM) Advogado: Grace Kelly da Silva Barbosa (OAB: 3627/AM) Advogado: Herlane Moreira de Oliveira Abade (OAB: 4229/RO) Advogado: Joany Sillas Pereira (OAB: 9646/AM) Advogado: Rui de Jesus Soares Júnior (OAB: 7253/AM) **Agravado: Áldrin Henrique de Castro Rodrigues** Advogado: André Luiz Rego da Silva (OAB: 5955/AM) **Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA – DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. CABIMENTO. DIFICULDADE DO DEVEDOR EM OBTER QUITAÇÃO. REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA. OCORRÊNCIA. I – No caso dos autos, percebe-se que há dificuldade por parte do agravado em obter a quitação, hipótese prevista no art. 335, I do CC, motivo pelo qual possível a propositura de ação de consignação em pagamento. II – No caso concreto, presente a probabilidade do direito eis que, em sede de cognição sumária, o agravado demonstra que tem dificuldades de pagar, a despeito de fazer depósitos na própria conta para esse fim e de ter dificuldades de obter informações acerca de valores. III – Quanto ao perigo de dano, esse requisito também se faz presente, uma vez que, já houve depósito do valor que entende o agravado devido, tendo em vista que diz não conseguir ter acesso a essa informação, o que por si só afasta a mora, conforme aduz o art. 334 do Código Civil.IV – Recurso conhecido desprovido.. DECISÃO: "EMENTA - DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. CABIMENTO. DIFICULDADE DO DEVEDOR EM OBTER QUITAÇÃO. REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA. OCORRÊNCIA. I - No caso dos autos, percebe-se que há dificuldade por parte do agravado em obter a quitação, hipótese prevista no art. 335, I do CC, motivo pelo qual possível a propositura de ação de consignação em pagamento. II - No caso concreto, presente a probabilidade do direito eis que, em sede de cognição sumária, o agravado demonstra que tem dificuldades de pagar, a despeito de fazer depósitos na própria conta para esse fim e de ter dificuldades de obter informações acerca de valores. III - Quanto ao perigo de dano, esse requisito também se faz presente, uma vez que, já houve depósito do valor que entende o agravado devido, tendo em vista que diz não conseguir ter acesso a essa informação, o que por si só afasta a mora, conforme aduz o art. 334 do Código Civil. IV - Recurso conhecido desprovido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 4002410-14.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora.".

Processo: 4003242-81.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Agravante: Bradesco Saúde S.A Soc. Advogados: Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados (OAB: 46/AM) Advogado: Eloi Pinto Andrade (OAB: 819/AM) Advogado: Eloi Pinto de Andrade Junior (OAB: 3840/AM) Advogado: Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB: 3424/AM) Advogada: Fabíola da Silva Gesta Caruso (OAB: 4662/AM) Advogada: Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB: 6566/AM) Advogado: Júlio Feitosa Pereira (OAB: 6745/AM) **Agravado: Manoel Pinheiro Martins** Advogado: Claudionor Claudio Dias Júnior (OAB: 2654/AM) **Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ASTREINTES. IMPUGNAÇÃO. NÃO ACOLHIMENTO. CUMPRIMENTO DA MEDIDA JUDICIAL FORA DO PRAZO. PROPORCIONALIDADE DAS MULTAS. RECURSO DESPROVIDO. I – Nos autos de origem, a parte agravada informou o cancelamento

do procedimento cirúrgico (objeto da ordem judicial) em razão da ausência de autorização do plano de saúde, relato este que não foi impugnado pela ora agravante quando lhe foi dada oportunidade para se manifestar naquele caderno processual. II – A cirurgia em debate só foi realizada 01 (um) ano após o deferimento da tutela provisória, o que implica nítido descumprimento da medida judicial. III – Salienta-se, ademais, que as operadoras de plano de saúde respondem pela má-prestação de serviços fornecidos pela rede hospitalar credenciada. Logo, o beneficiário-consumidor não pode ser prejudicado por eventual negativa do hospital em atender requisições da própria seguradora que lhe conveniou. IV - Por fim, quanto a proporcionalidade da multa, rememora-se que, na oportunidade do julgamento do agravo de instrumento nº 4002058-32.2014.8.04.0000 e do agravo interno nº 0010613-09.2014.8.04.0000, a questão foi cuidadosamente examinada, inexistindo qualquer modificação fático-jurídica apta a alterar o posicionamento ali estabelecido. V – Agravo de Instrumento conhecido e desprovido.. DECISÃO: "EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ASTREINTES. IMPUGNAÇÃO. NÃO ACOLHIMENTO. CUMPRIMENTO DA MEDIDA JUDICIAL FORA DO PRAZO. PROPORCIONALIDADE DAS MULTAS. RECURSO DESPROVIDO. I - Nos autos de origem, a parte agravada informou o cancelamento do procedimento cirúrgico (objeto da ordem judicial) em razão da ausência de autorização do plano de saúde, relato este que não foi impugnado pela ora agravante quando lhe foi dada oportunidade para se manifestar naquele caderno processual. II - A cirurgia em debate só foi realizada 01 (um) ano após o deferimento da tutela provisória, o que implica nítido descumprimento da medida judicial. III - Salienta-se, ademais, que as operadoras de plano de saúde respondem pela má-prestação de serviços fornecidos pela rede hospitalar credenciada. Logo, o beneficiário-consumidor não pode ser prejudicado por eventual negativa do hospital em atender requisições da própria seguradora que lhe conveniou. IV - Por fim, quanto a proporcionalidade da multa, rememora-se que, na oportunidade do julgamento do agravo de instrumento nº 4002058-32.2014.8.04.0000 e do agravo interno nº 0010613-09.2014.8.04.0000, a questão foi cuidadosamente examinada, inexistindo qualquer modificação fático-jurídica apta a alterar o posicionamento ali estabelecido. V - Agravo de Instrumento conhecido e desprovido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.".

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível , em Manaus, 2 de agosto de 2019.

Despachos

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4000888-49.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Agravante, Hugo Fernandes Levy Filho**, advogado, Carolina Augusta Martins (9989/AM), Hugo Fernandes Levy Neto (4366/AM), Robert Merrill York Júnior (4416/AM) e Victor Hugo Trindade Simões (9286/AM) e como **Agravado, Maria Clice Marques**, advogado, Andreza Priscila Lima de Lima (9192/AM). **Despacho:** "Tendo em vista que o julgamento do presente Agravo de instrumento não fora unânime, chamo o processo a ordem a fim de modificar o acórdão de fls. 32/34, para que onde se lê "por unanimidade de votos", leia-se "por maioria de votos". À Secretaria para providências. Manaus, 1º de agosto de 2019. Desembargador ARISTÓTELES LIMA THURY".

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 2 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões** Relator dos Autos Virtuais de **Apelação Cível nº. 0641648-27.2017.8.04.0001**/Manaus – AM, em que figuram como **Apelante, C. M. B.** , advogado, Camila da Silva Melo (10293/AM) e como **Apelado, T. R. S.** , advogado, Anne Louise Ventura da Silva (8297/AM). **Despacho:** "(...) Ante o exposto, em homenagem aos princípios do contraditório e ampla defesa, determino a intimação da apelante para, no prazo de 5 (cinco) dias, trazer documentos atuais capazes de comprovar a colmatação dos requisitos legais para a concessão da justiça gratuita, sob pena de indeferimento, na forma do art. 99, § 7.º, do CPC. À secretaria para providências. Manaus, 1º de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 2 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões** Relator dos Autos Virtuais de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005138-96.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Embargante, O Estado do Amazonas**, advogado, Janilson da Costa Barros (13152/AM) e como **Embargado, Conceição Coelho D'avila**, advogado, Dr. Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM). **Despacho:** "(...) Considerando que os aclaratórios podem implicar a modificação do julgado, intime-se a parte embargada para apresentar

manifestação no prazo disposto no art. 1.023, §2º, respeitando-se o que preceitua o art. 219, ambos do CPC. Cumpra-se com as cautelas de praxe. Manaus, 1º de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 1º de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões** Relator dos Autos Virtuais de **Apelação Cível nº. 0224326-69.2011.8.04.0001**/Manaus – AM, em que figuram como **Apelantes, Metacon - Construções, Montagens e Comércio Ltda e Rio Claro Trust de Recebiveis S/A**, advogados, Drs. Abner Jorge Martiniano Barbosa, Gláucio Bessa de Andrade Figueira (4993/AM), Laura Maria Santiago Lucas (4872/AM) e Michel Macedo Bessa (4058/AM) e como **Apelado, Metacon Construções Montagens e Comércio Ltda.**, advogados, Drs. Gláucio Bessa de Andrade Figueira (4993/AM) e Michel Macedo Bessa (4058/AM). **Despacho:** "(...) Chamo o processo à ordem para tornar sem efeito o despacho de fls. 808. Sucessivamente, na forma dos arts. 101 e 9332 do CPC/2015, intimem-se os apelantes para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se sobre a possibilidade de aplicação da teoria da causa madura ante eventual anulação da decisão recorrida. À secretaria para providências. Manaus, 1º de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-

Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 1º de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo**

de Instrumento nº. 4003614-93.2019.8.04.0000/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Amazonas Distribuidora de Energia S/A**, advogados, Drs. Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) e Luís Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM) e como **Agravado, Physio Vida Comércio de Materiais Ortopédicos, Esportivos e Serviços de Pilates Ltda Me**, advogados, Drs. Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (8948/AM) e Suzana Pinto Lorenzoni (9155/AM). **Despacho:** "(...) Acautelo-me quanto à concessão de efeito suspensivo, e, na oportunidade, determino a intimação da parte agravada para apresentar contrarrazões no prazo legal. À secretaria para as providências. Manaus, 1º de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 1º de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4003525-70.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social**, advogado, Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e como **Agravado, Aracy Lima dos Santos**, advogados, Drs. Jose Reynaldo Saraiva Pinheiro (4682/AM) e Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM). **Despacho:** "(...) Acautelo-me para apreciar, posteriormente, o pedido de efeito suspensivo (CPC, art. 1.019); Intime-se o agravado para responder na forma do art. 1.019, I do CPC; À Secretaria, para providências. Manaus, 1º de agosto de 2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 1º de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4003526-55.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social**, advogado, Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e como **Agravado, Rubem Alberis Anselmo Nobre**, advogada, Dra. Ana Virgínia Arakian Izel (3701/AM). **Despacho:** "(...) Acautelo-me para apreciar, posteriormente, o pedido de efeito suspensivo (CPC, art. 1.019); Intime-se o agravado para responder na forma do art. 1.019, I do CPC; À Secretaria, para providências. Manaus, 1º de agosto de 2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 1º de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4003571-59.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Banco Bmg S/A**, advogados, Drs. Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) e como **Agravado, Maria Cime Ferreira Martins**, advogado, Polyne Maressa da Mota Lopes (13523/AM). **Despacho:** "(...) Acautelo-me para apreciar, posteriormente, o pedido de efeito suspensivo (CPC, art. 1.019); Intime-se o agravado para responder na forma do art. 1.019, I do CPC; À Secretaria, para providências. Manaus, 1º de agosto de 2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator," ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 1º de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Decisões

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0603568-91.2017.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figura como **Apelante, Audricléa Viana Frota**, advogado, Dr. Raul Góes Neto (8203/AM) e como **Apelado, São Fiacre Empreendimentos Imobiliários Ltda.**, advogado, Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP). **DECISÃO: "(...)** Ante o exposto, e o que mais dos autos consta, NÃO CONHEÇO do recurso de Audriclea Viana Frota, ante a ausência de impugnação específica, consistindo, pois, em ofensa à dialeticidade recursal, tudo nos termos do art. 932, II, do CPC. Manaus, 31 de julho de 2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 2 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pela Exma. Sra. Dra. Desembargador **Mirza Telma de Oliveira Cunha**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4003517-93.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Amazonas Distribuidora de Energia S/A**, advogados, Drs. Guilherme Vilela de Paula (69306/MG), Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG) e Luis Philipe de Lana Foureaux (104147/MG) e como **Agravado, Musique Nuit Serviços de Festas e Eventos Ltda - EPP**, advogado, Dr. Daniel Marinho Pereira (5157/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Posto isso, com amparo no art. 932, I combinado com o art. 1.019, I, ambos do CPC, admito provisoriamente o processamento do recurso e defiro a antecipação dos efeitos da tutela recursal postulada para limitar os comandos contidos na decisão recorrida ao débito referente à fatura de energia elétrica do mês de agosto de 2018 em discussão nos autos de origem. Intime-se o agravado para, querendo, oferecer resposta ao recurso no prazo da lei. À Secretaria para as providências cabíveis. CUMPRA-SE. Manaus, 31 de julho de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha – Relatora, Juíza de Direito Convocada - Portaria nº 1762/2019-PT." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 1º de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4002574-76.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Marcelo da Costa Galvao**, advogados, Drs. Edinei Lourenço de Carvalho (9689/AM), Edinei Lourenço de Carvalho Junior (9347/AM) e Raphaela da Costa Nascimento (9861/AM) e como **Agravado, Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A**, advogados, Drs. José Maria Santos de Carvalho (1928/AM), Thatiane Tupinambá de Carvalho (3696/AM) e Viviane Tupinambá de Carvalho (4716/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Fincado nessas razões, tendo em conta a superveniência de sentença de mérito confirmando os efeitos da

tutela antecipada, julgo prejudicado o Agravo de Instrumento, nos termos do art. 932. II do CPC. Dê-se conhecimento desta decisão ao Magistrado prolator da decisão agravada ou a quem estiver na direção da ação principal. Intimem-se as partes. Transcorrido o prazo recursal, sem irresignação, remetam-se os autos à Vara de origem.. À secretaria para as providências. Manaus/AM, 01 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 1º de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pela Exma. Sra. Doutora **Mirza Telma de Oliveira Cunha**, Relatora do Processo Eletrônico de **Embargos de Declaração Cível nº. 0003784-36.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Embargante, Mapemi-brasil Materiais Médicos e Odontológicos Ltda**, advogados,Drs. Carlos de Campos Neto (8670/AM) e Mariana de Jesus Rodrigues Ramos (9702/AM) e como **Embargado, O Estado do Amazonas e Wn Comércio Importação e Representação Ltda**, advogada, Dra. Carolina Farias de Barros (8005/AM) e Fabiano Buriol (7657/AM). **DECISÃO: "(...)** Posto isso, indefiro o pedido de efeito suspensivo e determino a intimação dos embargados para, querendo, oferecerem resposta ao recurso no prazo de 5 (cinco) dias. À Secretaria para providências. CUMPRA-SE. Manaus, 31 de julho de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha-Relatora - Juíza de Direito Convocada - Portaria nº 1762/2019-PTJ." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 1º de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0609776-57.2018.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figura como **Apelante, Manoel Hilário Correia**, advogado, Dr. Dheymison Albuquerque da Silva (12223/AM) e como **Apelados, Gleydson Monteiro Vasconcelos e Luzia Alencar Correa**, advogados, Drs. Adara Ayres Trindade Martins (8747/AM), Felipe Rebouças Demosthenes Marques (11945/AM) e Felipe Rebouças Demosthenes Marques (11945/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Fincado nessas razões, com fundamento no art. 932, II, do CPC, não conheço da apelação cível interposta por ser manifestamente intempestiva. Intimem-se as partes. Transcorrido o prazo recursal, sem irresignação, remetam-se os autos à Vara de origem. À secretaria para as providências. Manaus/AM, 31 de julho de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 1º de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4003594-05.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Agravante, Doralice Castilho Arimori**, advogado, Vitor de Souza Vieira (6843/AM) e Wagner de Oliveira Vieira (2786/AM) e como **Agravado, Jose Afonso Araújo da Silva - Epp**, advogado, Iracema de Paula Maia Araújo de Freitas (12386/AM), Sandoval Fernando Cardoso de Freitas (7944/AM) e Sandro Rafael da Costa Freitas (12776/AM). **Despacho:** "(...) Sendo assim, visando impossibilitar prejuízo ao agravante, bem como a entrega de pronunciamento jurisdicional íntegro e em acordo com as balizas da lei, tenho por bem, neste momento, deferir parcialmente o pleito inicial da agravante, conferindo EFEITO SUSPENSIVO ao presente agravo de instrumento, a fim de suspender tão somente o trecho da decisão impugnada que trata do recolhimento das custas processuais, até pronunciamento final acerca do mérito recursal. Intimem-se as partes acerca da presente decisão, conferindo-se prazo à agravada para que responda o Recurso em questão, nos termos do inciso II do art. 1.019 do CPC. Cumpra-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 1º de agosto de 2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury. Relator."

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 2 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Pauta de Julgamento Designado

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Nélia Caminha Jorge, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Fabiane Saraiva Domingues (6567/AM) e Aldo Soares Evangelista (427A/AM) - Processo 0000133-15.2014.8.04.3801 - Remessa Necessária Cível - Indenização Por Dano Moral - Requerente : Iolanda Lima de Assunção - Requerido : Município de Coari/am - Prefeitura Municipal - Relator: Aristóteles Lima Thury

ADV/REP.: José Carlos Skrzyszowski Júnior (986A/AM) e Erivelton Ferreira Barreto (5568/AM) e Rafael Fernando Tiesca Maciel (7187/AM) - Processo 0005131-07.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Acidente de Trabalho - Embargante : Banco Bradesco Financiamentos S/A - Embargado : Retifica Somotor Ltda - Relator: Aristóteles Lima Thury

ADV/REP.: Eduardo Akira Sakita (4116/AM), Evandro Ezidro de Lima Regis (2498/AM) e Luis Felipe Mota Mendonça (2505/AM) e Silvia Roberta Padilha de Oliveira (6664/AM) e Silvia Roberta Padilha de Oliveira (6664/AM) - Processo 0208249-09.2016.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Baukraft Engenharia e Construções Ltda - Apelado : Flavio Gonçalves de Oliveira Junior Apelada : Mary Rose de Matos Machado - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: Edilson Queiroz Martins (0136/MP/AM) e Caroline Pereira de Souza (9052/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Processo 0246005-28.2011.8.04.0001 - Remessa Necessária Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - Requerente : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Requerido : Confederação das Organizações Indígenas e Povos do Amazonas - COIAM Requerido : Estevão Lemos Barreto - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Ariosto Lopes Braga Neto (1448/AM) e Leonardo Cunha e Silva de Aguiar (3470/AM) e Eliane Reis Bernabéu Céspedes (4430/AM) e Juan Bernabéu Céspedes (2595/AM) - Processo 0603787-75.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Jorge Mar Gonçalves Barroso - Apelada : Jackeine de Castro Oliveira - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: Evellyn Priscilla Omena Garcia (8254/AM) e Thiago Oliveira Costa (83060/PR) e Evellyn Priscilla Omena Garcia (8254/AM) e Thiago Oliveira Costa (83060/PR) - Processo 0604297-20.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Lagrange Vieira Martins Apelante : O Estado do Amazonas - Apelado : O

Estado do Amazonas Apelado : Lagrange Vieira Martins - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Thammy das Neves Athayde (7312/AM) e Indra Mara Bessa (1877/AM) - Processo 0604638-46.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Perdas e Danos - Apelante : Clemilton dos Santos Ramos - Apelado : O Estado do Amazonas - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: Luana Silva Santos (16292/PA), Rodolfo Meira Roessing (12719/PA) e Simone de Sá Araújo Jardim (1650/AM) e João Carlos Flor Júnior (31060/PR), Marlos Gaio (A914/AM) e Tammy Telles Lima da Silva (8701/AM) - Processo 0605744-48.2014.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A - Apelado : Paulo Medeiros da Silva - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: Guilherme Vilela de Paula (69306/MG) e Luis Philipe de Lana Foureaux (104147/MG) e Alysson George Gomes Cavalcante (3710/AM) - Processo 0605882-10.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Apelado : Comercial Bom Demais Ltda - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (5035/AM) e Mendelsson Costa Duarte (8319/AM) e André Luiz Farias de Oliveira (2419/AM), Luciany Mota Bezerra de Oliveira (5679/AM) e Luciany Mota Bezerra de Oliveira (5679/AM) - Processo 0606087-05.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Marco Antonio Abreu Moreira - Apelado : Leonardo Cezar Benacon de Castro - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: Ednilson Pimentel (1799/AM) e Ednilson Pimentel (1799/AM) e Gabriel Braga de Oliveira Claros (4387/AC), Gabriel Braga de Oliveira Claros (4387/AC), George Calos Barros Claros (2018/AC) e George Calos Barros Claros (2018/AC) - Processo 0608651-25.2016.8.04.0001 - Apelação Cível - Imissão Na Posse - Apelante : Katiane D'avila da Rocha Apelante : Cristiane D'avila da Rocha - Apelado : Francisco Milton de Lucena Apelada : Odete D´Avila Lucena - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: Antonio Carlos Gama Alves (16215/PA) e Rosa Evaneide Mendes Pinto (7291/AM) e Élida de Lima Reis (7458/AM) - Processo 0615391-04.2013.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Alonso Rodrigues Peres - Apelado : O Estado do Amazonas - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: Benedicto Celso Junior (1133A/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0618760-35.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Banco Cruzeiro do Sul - Apelado : Francisco Jose Azedo Ribeiro - Relator: Aristóteles Lima Thury

ADV/REP.: Martha Mafra Gonzalez (4103/AM) e Alexsander do Nascimento Cordeiro (13832/AM), Beatriz Batista dos Santos (1153A/AM) e Francisco André Cardoso de Araújo (1159A/AM) - Processo 0618803-98.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Lei de Imprensa - Apelante : Edson Ribeiro Costa - Apelado : Norte Editora Ltda - Me (Jornal Amazonas Em Tempo) Apelada : Sociedade de TV Manauara Ltda/Rádio Você FM - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Antonio Braz da Silva e Antonio Braz da Silva (1026A/AM) e Fabio Pontes Garcia (14234/AM) - Processo 0619733-48.2019.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Banco Bradesco Financiamentos S/A - Apelado : Derick Daniel Cruz de Almeida - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: Thatiane Tupinambá de Carvalho (3696/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0619977-74.2019.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A - Apelada : Leila Ferreira da Costa - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: Wilson Molina Porto (12790AM/T) e Cassiano Cardoso Calandrelli (371064/SP) - Processo 0621429-90.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Luiz Guilherme da Silva Maciel - Apelado : Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS Apelado : Inss - Instituto Nacional do Seguro Social Apelado : Procuradoria Federal No Estado do Amazonas - Relator: Aristóteles Lima Thury

ADV/REP.: Christiano Pinheiro da Costa (3542/AM), Defensoria Pública do Estado do Amazonas, Everton Sarraff Nascimento (6538/AM) e Theo Eduardo Ribeiro Fernandes Moreira da Costa (14088OM/T) e Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) - Processo 0623774-29.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Raimundo Batista Carvalho - Apelado : Banco CSF S/A - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Cairo Lucas Machado Prates (33787/SC), Gustavo Michelotti Fleck (21243/DF) e Queila Coelho de Souza (7931/AM) e Luiz Gustavo Isoldi (203340/SP) - Processo 0623842-42.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Aposentadoria Por Invalidez - Apelante : Dione Souza Viana - Apelado : Inss - Instituto Nacional do Seguro Social - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (A920/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0627023-51.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Jocivaldo Baía Rodrigues - Apelado : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: Edney Martins Guilherme (177167/SP) e Fernando Luz Pereira (147020/SP) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0629118-25.2016.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento - Apelado : Denilson Frazão Castro - Relator: Aristóteles Lima Thury

ADV/REP.: Jorge Antonio Veras Filho (5693/AM) e Thiago Almeida Rebello (12327/AM) e Siddharta Gautama de Almeida Antony (3962/AM) - Processo 0629351-22.2016.8.04.0001 - Apelação Cível - Fornecimento de Água - Apelante : Águas do Amazonas S.A. - Apelado : Siddharta Gautama de Almeida Antony - Relator: Aristóteles Lima Thury

ADV/REP.: Martha Mafra Gonzalez (4103/AM) e Antonina Maria de Castro do Couto Valle e Leila Maria Raposo Xavier Leite (3726/AM) - Processo 0630607-68.2014.8.04.0001 - Apelação Cível - Irredutibilidade de Vencimentos - Apelante : Augusta Francisca da Costa Ribeiro Apelante : Cezino Olimpio Rios Apelante : Maria Bordacy Rodrigues Gomes Apelante : Maria Bordacy Rodrigues Gomes Apelante : Maria de Fátima Ferreira Miguel Apelante : Maria de Fátima Ferreira Miguel Apelante : Maria de Fátima Ferreira Miguel Apelante : Perpétua de Souza Araújo Apelante : Raimunda Gomes Alves Apelante : Selma Maria Felix Joia de Figueiredo - Apelado : O Estado do Amazonas - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Leonardo Cunha e Silva de Aguiar (3470/AM) e Glaucio Nunes da Luz (6326/AM) e Sudjane L. Rodrigues (6718/AM) - Processo 0631191-72.2013.8.04.0001 - Apelação Cível - Imissão - Apelante : Raimundo Oliveira da Silva - Apelada : Maria do Perpetuo Socorro Mendes Inauhiny - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior e Carlos Arauz Filho (27171/PR), Carolina Pinto Coelho (38430/PR), Danielle Wardowski Cintra Martins (57151/PR) e Gabriela da Silva Batista Lopes (54622/PR) - Processo 0636035-89.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Dívida Ativa - Apelante : O Município de Manaus - Apelado : Viação Sorriso de Toledo Ltda - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: Cairo Lucas Machado Prates (33787/SC) e Rodrigo Medeiros Lócio (39972/PE) - Processo 0636515-04.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Bergson Silva de Souza - Apelado : Inss - Instituto Nacional do Seguro Social - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti (19353/PE), Ike Kennedy Veiga da Silva (4519/AM), José Ricardo do nasciemtno Varejão (22674/PE), José Roberto Gióia Alfaia (1746/AM), Marita Santos de Oliveira Correa (5391/AM), Roberta Cisneiros Biondi (34775/PE), Rodrigo Nascimento Accioly (26461/PE) e Sergio Augusto G. Cavalcante (4895/AM) e Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti (19353/PE), José Ricardo do nasciemtno Varejão (22674/PE), Roberta Cisneiros Biondi (34775/PE) e Rodrigo Nascimento Accioly (26461/PE) - Processo 0641162-76.2016.8.04.0001 - Apelação / Remessa Necessária - Execução Contratual - Apelante : Detran-am Apelante : AGS Comercio e Servicos Ltda. Remetente : Juízo de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública do Estado do Amazonas - Apelado : AGS Comercio e Servicos Ltda. - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: Wilson Molina Porto (805A/AM) e Rodrigo Medeiros Lócio (39972/PE) - Processo 0648284-72.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Reginaldo Cardoso Alves -

Apelado : Inss - Instituto Nacional do Seguro Social - Relator: João de Jesus Abdala Simões

ADV/REP.: Ingrid Mendonça Ossuosky (7573/AM) e Ernando Simião da Silva Filho (9069/AM) - Processo 0653120-88.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Prestação de Serviços - Apelante : André de Souza Nascimento - Apelado : O Estado do Amazonas - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: José Carlos Skrzyszowski Júnior (45445/PR) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0659621-58.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Alienação Fiduciária - Apelante : B. I. S/A - Apelado : G. T. da S. - Relator: Aristóteles Lima Thury

ADV/REP.: Michelle Fascini Xavier (860A/AM) e Wilson Molina Porto (805A/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4002897-81.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos À Execução - Agravante : Darcicley Bastos dos Santos - Agravado : Inss - Instituto Nacional do Seguro Social - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: Boniek Pereira da Silva (8303/AM) e Danielle Kohashi da Costa (10059/AM) e Fábio Brandão Saraiva Júnior (10205/AM) - Processo 4003100-43.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Concurso de Credores - Agravante : Banco da Amazônia S/A - Agravado : Rn Comércio de Frios Ltda Me - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: Jose Arnaldo Janssen Nogueira (1047/AM) e Sérvio Túlio de Barcelos (1048A/AM) e Erivelton Ferreira Barreto (5568/AM) - Processo 4003118-64.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Suspensão - Agravante : Banco do Brasil S/A - Agravado : Alge da Amazônia Locadora de Veículos Ltda - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT) e Mauro Paulo Galera Mari (877A/AM) e Fábio Brandão Saraiva Júnior (10205/AM), Laura flavia Guimarães (11992/AM), Laura flavia Guimarães (11992/AM), Laura flavia Guimarães (11992/AM), Laura flavia Guimarães (11992/AM), Laura flavia Guimarães (11992/AM) e Laura flavia Guimarães (11992/AM) - Processo 4003126-41.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Suspensão - Agravante : Banco Bradesco S.a. - Agravado : Nr Comercio de Frios Ltda Agravado : Águia Eletroeletrônicos Ltda - ME Agravado : L.paulo Pinhiro Firmo Eireli Agravado : Megamix Comercio Atacadista de Produtos Alimeniceos Ltda Agravado : Megamix Comércio de Eletroeletrônicos Ltda Agravado : Rn Comercio de Frios Ltda (Frigo Um) - Relator: Nélia Caminha Jorge

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 2 de agosto de 2019.

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0202054-42.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Apelado: Taric Wendrel Farias de Oliveira - O Excelentíssimo Senhor Desembargador João Mauro Bessa, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0202054-42.2015.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante Ministério Público do Estado do Amazonas e Apelado Taric Wendrel Farias de Oliveira, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelado Taric Wendel Farias de Oliveira, na pessoa de seu Advogado Dr. Jânio Hélder Gomes Lopes, (OAB/AM nº 2.050), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer Contrarrazões ao recurso ou justificar a impossibilidade de fazê-lo sob pena de aplicação de multa prevista no artigo 265 do Código de Processo Penal, nos termos do art. 600 do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 2 de agosto de 2019. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 2 de agosto de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Rogerio Marques Santos - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4003618-33.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Simone Alencar Omena - Paciente: Adriano Braga do Nascimento - Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital - O Excelentíssimo Senhor Desembargador Sabino da Silva Marques, Relator dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4003618-33.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Impetrante e Advogada Dra. Simone Alencar Omena, OAB 4.327/AM, Paciente Adriano Braga do Nascimento e Impetrado Juízo de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente Adriano Braga do Nascimento, na pessoa de sua Advogada Dra. Simone Alencar Omena, (OAB/AM nº 4.327/AM), para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: “Ante o exposto, indefiro a liminar pleiteada”. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 2 de agosto de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exmo. Sr. Desdor. Sabino da Silva Marques, Relator(a), Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Simone Alencar Omena (OAB: 4327/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Pauta de Julgamento Designado

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Criminal, Exmo(a). Des(a) Sabino da Silva Marques, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Gilvan Pereira Dácio (12781/AM) e George Pestana Vieira - Processo 0611416-61.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal - Violência Doméstica Contra A Mulher - Apelante : E. da S. M. - Apelado : M. P. do E. do A. - P. G. - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: André Lavareda Fonseca (5278/AM), Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Eduardo Augusto da Silva Dias (5857/AM) e André Lavareda Fonseca (5278/AM), Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Karleno José Pereira (9059/AM) - Processo 0636178-78.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Roubo - Apelante : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau Apelante : William Costa Alves - Apelado : William Costa Alves Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Efigênia Generoso de Araújo (4508/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4003346-39.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - Impetrante : Efigênia Generoso de Araújo Paciente : Fabíola Coelho Lopes - Impetrado : Juízo de Direito da 3ª Vara Especializada Em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes (3ª Vecute) - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

Secretaria do(a) Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 2 de agosto de 2019.

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Conclusões de Acórdãos

Conclusão de Acórdãos. JULGAMENTO VIRTUAL da 2CCRIM.

1. Processo: 0004078-88.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal, Vara Única de Carauari. Embargante: Marco Alexandre Guimarães Ferreira. Advogado: Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB: 1142A/AM). **Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Procurador: José Roque Nunes Marques. Relator: Djalma Martins da Costa. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - CONTRADIÇÕES - OMISSÕES - ERROS MATERIAIS - NÃO CONFIGURADOS - EMBARGOS REJEITADOS.Rejeitam-se os embargos declaratórios ante a inexistência de contradições, omissões ou erros materiais no acórdão atacado, à luz do artigo 619, do CPP. DECISÃO: "EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - CONTRADIÇÕES - OMISSÕES - ERROS MATERIAIS - NÃO CONFIGURADOS - EMBARGOS REJEITADOS. Rejeitam-se os embargos declaratórios ante a inexistência de contradições, omissões ou erros materiais no acórdão atacado, à luz do artigo 619, do CPP. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em rejeitar os presentes Embargos de Declaração.".

2. Processo: 0004134-24.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal, 1ª Vara do Tribunal do Júri. Embargante: Carlos Cezar Ferreira de Moura. Defensor: Larisse Silva Oliveira (OAB: 37385/BA). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Carlos Fábio Braga Monteiro. Procurador: Flavio Ferreira Lopes. Relator: Djalma Martins da Costa. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INOVAÇÃO EM SEDE DE ACLARATÓRIOS - VEDAÇÃO - TESE DE OMISSÃO - NÃO OCORRÊNCIA - MATÉRIA NÃO SUSCITADA PELA DEFESA EM SEDE RECURSAL - PRECLUSÃO - PRECEDENTES DO STJ - EMBARGOS NÃO CONHECIDOS. DECISÃO: "EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INOVAÇÃO EM SEDE DE ACLARATÓRIOS - VEDAÇÃO - TESE DE OMISSÃO - NÃO OCORRÊNCIA - MATÉRIA NÃO SUSCITADA PELA DEFESA EM SEDE RECURSAL - PRECLUSÃO - PRECEDENTES DO STJ - EMBARGOS NÃO CONHECIDOS. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em não conhecer os presentes Embargos de Declaração, nos termos do voto condutor.".

3. Processo: 0004161-07.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal, 7ª Vara Criminal. Embargante: Bruno Souza Braga. Advogado: Sarah Lima Toledano (OAB: 10106/AM). **Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Jefferson Neves de Carvalho (OAB: 2076/AM). Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coelho. Relator: Djalma Martins da Costa. E M E N T A: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÕES – INEXISTÊNCIA.Rejeitam-se os embargos declaratórios ante a inexistência de omissões no acórdão atacado, à luz do artigo 619, do CPP. DECISÃO: "E M E N T A: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÕES - INEXISTÊNCIA. Rejeitam-se os embargos declaratórios ante a inexistência de omissões no acórdão atacado, à luz do artigo 619, do CPP. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes das Egrégias Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em rejeitar aos Embargos de Declaração.".

4. Processo: 0218311-45.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal, 3ª V.E.C.U.T.E. Apelante: Leonardo Pereira Carvalho. Defensor: Viviane Patrícia Maran (OAB: 8609/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Reinaldo Alberto Ney de Lima. Procurador: José Roque Nunes Marques. Relator: Djalma Martins da Costa. Revisor: Jorge Manoel Lopes Lins. E M E N T A: APELAÇÃO - TRÁFICO DE DROGAS - MATERIALIDADE E AUTORIA – COMPROVADAS – NEGATIVA DE AUTORIA – FALTA DE PROVA – CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTE PARA CONFIRMAR A CONDENAÇÃO – ABSOLVIÇÃO – INVIABILIDADE - DEPOIMENTO POLICIAL COERENTE – USUÁRIO – NÃO COMPROVAÇÃO – RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO: "E M E N T A: APELAÇÃO - TRÁFICO DE DROGAS - MATERIALIDADE E AUTORIA - COMPROVADAS - NEGATIVA DE AUTORIA - FALTA DE PROVA - CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTE PARA CONFIRMAR A CONDENAÇÃO - ABSOLVIÇÃO - INVIABILIDADE - DEPOIMENTO POLICIAL COERENTE - USUÁRIO - NÃO COMPROVAÇÃO - RECURSO IMPROVIDO. A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, e em concordância com o parecer ministerial, em negar provimento à presente Apelação Criminal.".

5. Processo: 0000041-18.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal, 5ª Vara Criminal. Embargante: Ministério Público do Estado do Amazonas. Promotor: Evandro da Silva Isolino (OAB: 2264/AM). Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coelho. **Embargado: Americo Gorayeb Junior.** Advogado: Vasco Pereira do Amaral (OAB: 28837/AM). Advogado: Américo Gorayeb Neto (OAB: 3923/AM). Advogado: Ivanildo Xavier Soares (OAB: 77154/SP). **Embargado: Walter Rodrigues da Cruz Junior.** Advogado: Sergio Paulo Monteiro Litaiff Filho (OAB: 7507/AM). Advogada: Janderli Cavalcante Costa (OAB: 12550/AM). **Embargado: Marcio Rovai Arem.** Advogado: Alberto Zacharias Toron (OAB: 65371/SP). Advogado: Edson Junji Torihara (OAB: 119762/SP). Advogada: Cláudia Maria Soncini Bernasconi (OAB: 126497/SP). Advogado: Renato Marques Martins (OAB: 145976/SP). Advogada: Gabriela Prioli Della Vedova (OAB: 310608/SP). Advogado: Marcelo Mabilde de Vasconcellos (OAB: 174904/SP). Advogada: Renata Matida Politi (OAB: 346057/SP). Advogada: Luna Perel Harri (OAB: 357651/SP). Advogado: Glauter Fortunato Dias Del Nero (OAB: 356932/SP). **Embargado: Jorge Marques Moura.** Advogado: Alberto Zacharias Toron (OAB: 65371/SP). Advogado: Edson Junji Torihara (OAB: 119762/SP). Advogada: Cláudia Maria Soncini Bernasconi (OAB: 126497/SP). Advogado: Renato Marques Martins (OAB: 145976/SP). Advogada: Gabriela Prioli Della Vedova (OAB: 310608/SP). Advogado: Marcelo Mabilde de Vasconcellos (OAB: 174904/SP). Advogada: Renata Matida Politi (OAB: 346057/SP). Advogada: Luna Perel Harri (OAB: 357651/SP). Advogado: lauter Fortunato Dias Del Nero (OAB: 356932/SP). **Embargado: José Almir Inácio de Oliveira.** Advogado: Philipe Jose Lima de Lima (OAB: 9039/AM). **Embargado: Hallhiton Maciel Gebet.** Advogado: Ivanildo Xavier Soares (OAB: 199A/AM). **Embargada: Maria Minuza da Fonseca de Lira.** Advogado: Gutemberg Ferreira de Luna (OAB: 2327/AM). Advogado: Fernando Nunes da Frota (OAB: 1527/AM). **Embargado: Leena Motta da Rocha Lopes.** Advogado: Philipe Jose Lima de Lima (OAB: 9039/AM). **Embargado: Alexandre Frederico de Souza Carvalho.** Advogado: Gutemberg Ferreira de Luna (OAB: 2327/AM). Advogado: Fernando Nunes Frota (OAB: 1527/AM). **Embargado: Servio Tulio Xerez de Mattos.** Advogado: Ivanildo Xavier Soares (OAB: 199A/AM). **Embargado: Jorge Marques Moura.** Advogado: Edson Junji Torihara (OAB: 119762/SP). Advogada: Cláudia Maria Soncini Bernasconi (OAB: 126497/SP). Advogado: Renato Marques Martins (OAB: 145976/SP). Advogado: Marcelo Mabilde de Vasconcellos (OAB: 174904/SP). Advogada: Renata Matida Politi (OAB: 346057/SP). Advogada: Luna Perel Harri (OAB: 357651/SP). Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: CRIMINAL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO EM SENTIDO ESTRITO – PREQUESTIONAMENTO DE NORMAS LEGAIS – IMPOSSIBILIDADE – INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS – MATÉRIA QUE NÃO FOI ARGUIDA ANTERIORMENTE – INOVAÇÃO RECURSAL – EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.1.Não obstante a discussão doutrinária sobre sua natureza jurídica, a teor do artigo 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração buscam suprir omissão, contradição, obscuridade, ou ainda, ambiguidade verificados na decisão, não se prestando para alterar o julgado ou rediscutir

matéria já decidida, bem como, analisar tese nova não arguida a tempo e modo, salvo em caso de notório erro material ou manifesto equívoco no julgamento, em que, excepcionalmente atribuem-se efeitos infringentes.2.No presente caso, da leitura das razões apresentadas nos embargos, verifico que a pretensão do Embargante se confunde com a rediscussão da matéria já dirimida por esta Corte, por meio do acórdão de fls. 10.870/10.880. Isto porque, percebe-se que o acórdão é autoexplicativo no tocante aos pontos questionados pelo Embargante e mais, destaco que o órgão julgador enfrentou a matéria questionada, afastando as teses defensivas apresentadas e portanto, inexistindo qualquer vício no aresto combatido. 3.Desta forma, inexistindo vícios na decisão unânime desta Câmara Criminal, estando a questão devidamente apreciada, permitindo a nítida compreensão dos fundamentos que levaram à manutenção da decisão recorrida, não é adequada, a estreita via dos embargos, à rediscussão ou modificação da matéria já decidida, restando impossibilitado o seu acolhimento, ainda que para fins de prequestionamento. 4.Por sua vez, quanto ao pleito para declaração de inconstitucionalidade parcial dos artigos 4º e 5º, da Resolução nº 026/2009 – CPJ/MPAM, trata-se de matéria nova, a qual não foi arguida quando da apresentação das razões do Recurso em Sentido Estrito e por essa razão, torna-se inviável sua análise por meio dos aclaratórios.5.Portanto, inexistindo qualquer dos vícios elencados no artigo 619, do Código de Processo Penal e ainda, diante da inovação recursal trazida pela defesa, entendo não ser adequada a estreita via dos embargos à rediscussão ou modificação da matéria já decidida no acórdão. 6..EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. DECISÃO: "EMENTA: CRIMINAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - PREQUESTIONAMENTO DE NORMAS LEGAIS - IMPOSSIBILIDADE - INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS - MATÉRIA QUE NÃO FOI ARGUIDA ANTERIORMENTE - INOVAÇÃO RECURSAL - EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. 1.Não obstante a discussão doutrinária sobre sua natureza jurídica, a teor do artigo 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração buscam suprir omissão, contradição, obscuridade, ou ainda, ambiguidade verificados na decisão, não se prestando para alterar o julgado ou rediscutir matéria já decidida, bem como, analisar tese nova não arguida a tempo e modo, salvo em caso de notório erro material ou manifesto equívoco no julgamento, em que, excepcionalmente atribuem-se efeitos infringentes. 2.No presente caso, da leitura das razões apresentadas nos embargos, verifico que a pretensão do Embargante se confunde com a rediscussão da matéria já dirimida por esta Corte, por meio do acórdão de fls. 10.870/10.880. Isto porque, percebe-se que o acórdão é autoexplicativo no tocante aos pontos questionados pelo Embargante e mais, destaco que o órgão julgador enfrentou a matéria questionada, afastando as teses defensivas apresentadas e portanto, inexistindo qualquer vício no aresto combatido. 3.Desta forma, inexistindo vícios na decisão unânime desta Câmara Criminal, estando a questão devidamente apreciada, permitindo a nítida compreensão dos fundamentos que levaram à manutenção da decisão recorrida, não é adequada, a estreita via dos embargos, à rediscussão ou modificação da matéria já decidida, restando impossibilitado o seu acolhimento, ainda que para fins de prequestionamento. 4.Por sua vez, quanto ao pleito para declaração de inconstitucionalidade parcial dos artigos 4º e 5º, da Resolução nº 026/2009 - CPJ/MPAM, trata-se de matéria nova, a qual não foi arguida quando da apresentação das razões do Recurso em Sentido Estrito e por essa razão, torna-se inviável sua análise por meio dos aclaratórios. 5.Portanto, inexistindo qualquer dos vícios elencados no artigo 619, do Código de Processo Penal e ainda, diante da inovação recursal trazida pela defesa, entendo não ser adequada a estreita via dos embargos à rediscussão ou modificação da matéria já decidida no acórdão. 6..EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presente autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e rejeitar os presentes embargos de declaração, nos termos do voto que acompanha esta decisão. Sala de sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, AM.".

6. Processo: 0000239-88.2016.8.04.4000 - Apelação Criminal, Vara Única de Envira. Apelante: Francisco Fernandes da Silva. Advogado: Sebastião Fernandes Gurgel Neto (OAB: 10597/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Kleyson Nascimento Barroso (OAB: 6879/AM). Procurador: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. Revisor: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ATO LIBIDINOSO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PROVAS ACERCA DA AUTORIA DELITIVA. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. PALAVRA DA VÍTIMA COERENTE COM OS DEMAIS ELEMENTOS DE PROVA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. DOSIMETRIA DA PENA. EM CONFORMIDADE COM OS DITAMES LEGAIS. O presente recurso interposto tem como finalidade a absolvição do acusado, mediante a alegação de ausência de provas aptas a embasarem o édito condenatório.A materialidade e a autoria delitivas restaram comprovadas por meio das provas testemunhais produzidas, sobretudo pelo depoimento da vítima, a qual tanto em sede inquisitiva, quanto judicial, apresentou relatos semelhantes, sem contradições substanciais, narrando detalhadamente o abuso sofrido por parte do Apelante.É consolidado o entendimento que em crimes contra a liberdade sexual, a palavra da vítima possui especial relevância, posto que tais delitos geralmente ocorrem às escondidas, não deixando vestígios, sobretudo quando coerente com os demais elementos colhidos durante a instrução processual, como é o caso dos autosTendo em vista que a individualização da pena está sujeita à revisão, somente nos caso de flagrante ilegalidade, quando inobservados os parâmetros legais estabelecidos em lei, não há que se falar em modificação da reprimenda, vez que a aplicação da pena em patamar superior ao mínimo legal, está em conformidade com os critérios estipulados no art. 59 do CP, tampouco alteração para regime mais brando, tendo em vista está de acordo com o que preceitua o art. 33, §2º, "a", do CP.Apelação conhecida e não provida.Sala de sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ATO LIBIDINOSO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PROVAS ACERCA DA AUTORIA DELITIVA. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. PALAVRA DA VÍTIMA COERENTE COM OS DEMAIS ELEMENTOS DE PROVA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. DOSIMETRIA DA PENA. EM CONFORMIDADE COM OS DITAMES LEGAIS. O presente recurso interposto tem como finalidade a absolvição do acusado, mediante a alegação de ausência de provas aptas a embasarem o édito condenatório. A materialidade e a autoria delitivas restaram comprovadas por meio das provas testemunhais produzidas, sobretudo pelo depoimento da vítima, a qual tanto em sede inquisitiva, quanto judicial, apresentou relatos semelhantes, sem contradições substanciais, narrando detalhadamente o abuso sofrido por parte do Apelante. É consolidado o entendimento que em crimes contra a liberdade sexual, a palavra da vítima possui especial relevância, posto que tais delitos geralmente ocorrem às escondidas, não deixando vestígios, sobretudo quando coerente com os demais elementos colhidos durante a instrução processual, como é o caso dos autos Tendo em vista que a individualização da pena está sujeita à revisão, somente nos caso de flagrante ilegalidade, quando inobservados os parâmetros legais estabelecidos em lei, não há que se falar em modificação da reprimenda, vez que a aplicação da pena em patamar superior ao mínimo legal, está em conformidade com os critérios estipulados no art. 59 do CP, tampouco alteração para regime mais brando, tendo em vista está de acordo com o que preceitua o art. 33, §2º, "a", do CP. Apelação conhecida e não provida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer ministerial, em conhecer e negar provimento à apelação criminal, nos termos do voto que acompanha a presente decisão.".

7. Processo: 0639440-70.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal, 1ª V.E.C.U.T.E. Apelante: Maylson Souza Lima. Advogado: João Evangelista Generoso de Araujo (OAB: 12394/AM). Advogado: Cristiane Gama Guimarães (OAB: 4507/AM).

Advogado: Adriel Lopes Mota (OAB: 9320/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Andre Alecrim Marinho (OAB: 2870/AM). Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coelho. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. Revisor: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Sala de sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - PROCESSO PENAL - TRÁFICO DE DROGA - AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADA - SENTENÇA FUNDAMENTADA - PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO COM FULCRO NO ARTIGO 386, VII DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - INVIABILIDADE. I - o Juízo a quo condenou o Apelante à pena de 06 (seis) anos de reclusão, em regime inicial fechado, além de 600 (seiscentos) dias-multa, pela prática do delito tipificado no artigo 33, da Lei 11.343/2006. II - A defesa em suas razões recursais juntadas às fls. 161/181, limita-se a alegar que inexistem provas suficientes aptas a condená-lo pelo crime de tráfico e requer, portanto, a sua absolvição, com fulcro no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. III - Em que pese a tese exposta pela defesa, entendo que a pretensão recursal não prospera, na medida em que o decreto condenatório encontra amparo legítimo nos elementos de convicção colhidos durante as fases inquisitorial e judicial. IV - A autoria, por sua vez, é verificada pelos depoimentos prestados ainda no Inquérito Policial, pelos policiais que participaram do flagrante, devidamente reproduzidos em juízo, à luz do contraditório e da ampla defesa. V - Embora o Apelante tente a qualquer custo negar sua culpabilidade, sob o argumento de que a residência onde foram apreendidas as drogas não era sua e sim de ''Neguinho'' não consegue afastar o fato de que o flagrante se deu na sua pessoa e não de terceiros. VI - Vale lembrar que, conforme pacífica orientação jurisprudencial, os policiais não se encontram legalmente impedidos de depor sobre atos de ofício, nos processos de cuja fase investigatória tenham participado, revestindo-se tais depoimentos de inquestionável eficácia probatória. VII - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer ministerial, em conhecer e negar provimento à apelação criminal, nos termos do voto que acompanha a presente decisão.".

Secretaria da Segunda Câmara Criminal , em Manaus, 2 de agosto de 2019.

Despachos

Segunda Câmara Criminal
DESPACHO DE RELATORES

Segunda Câmara Criminal

0201291-22.2013.8.04.0030 - Apelação Criminal. Apelante: F. L. da S.. Advogada: Ana Paula Freitas de Oliveira (OAB: 7495/AM). Advogada: Maiara Cristina Moral da Silva (OAB: 7738/AM). Apelado: M. P. do E. do A. - P. G.. Promotor: Carlos José Alves de Araújo (OAB: 2396/AM). Despacho: - Fica INTIMADO o Apelante F. L. da S. na pessoa de suas Advogadas Ana Paula Freitas de Oliveira (7495/AM) e Maiara Cristina Moral da Silva (7738/AM) para tomarem conhecimento da seguinte DESPACHO da lavra do Des. Jorge Manoel Lopes Lins, cujo teor final é o seguinte: "Consoante o artigo 600, § 4.º, do Código de Processo Penal, intime-se o apelante para apresentar razões de apelação no prazo legal.".

0611302-30.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal. Apelante: Willian Campinas Siqueira. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau. Promotor: Evandro da Silva Isolino (OAB: 2264/AM). Despacho: - Fica INTIMADO Apelante Willian Campinas Siqueira, nas pessoas de seus Advogados Danielle Queiroz Ribeiro (9296/AM) e Maria Goreth Terças de Oliveira (3735/AM), para tomar conhecimento da seguinte DESPACHO da lavra da Doutora Onilza Abreu Gerth, cujo teor final é o seguinte: "Tendo em vista o teor da certidão de fl. 276, onde restou informado que a mídia encontra-se devidamente disponibilizada nos autos, INDEFIRO o pedido de suspensão do prazo para apresentar as razões de apelação (fl. 275), mantendo-se o inteiro teor do despacho exarado à fl. 272" .

4003561-15.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Lynneu Francisco Campos. Impetrante: Elizabeth Cavalieri Campos. Paciente: Erick Adriano de Souza. Advogado: Lynneu Francisco Campos (OAB: 6789/AM). Advogada: Elizabeth Cavalieri Campos (OAB: 7228/AM). Impetrada: Juízo de Direito da Comarca de Presidente Figueiredo. Despacho: - Ficam INTIMADOS o Paciente Erick Adriano de Souza na pessoa de seus Advogados Elizabeth Cavalieri Campos (7228/AM) e Lynneu Francisco Campos (6789/AM) para tomarem conhecimento do seguinte DESPACHO, da lavra do Des. Djalma Martins da Costa, cujo teor final é o seguinte: "Tanto no incidente dos autos da Apelação Criminal, quanto no presente remédio heroico, não há provas do estado clínico da Senhora Verônica Nascimento de Souza, nem certidão de nascimento do bebê, ou provas da dependência exclusiva do Paciente das menores, além da impossibilidade de constatar as informações da Declaração de nascido vivo, conforme bem descrito na decisão do Exmo. Desdor. Cláudio Roessing (fls. 228/229). Contudo, a situação reflexa das menores merece consideração porque são garantias fundamentais constitucionais por corolário do princípio da dignidade da pessoa humana. Por isto, a despeito da ausência das provas relatadas, conheço da impetração. Diante do exposto, intimem-se os Impetrantes para colacionar documentos recentes sobre o estado de saúde da esposa do Paciente, laudos, certidão do recém nascido e outras provas do alegado que julgarem convenientes, no prazo de 5 (cinco) dias".

Total de feitos: 3

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0201147-33.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: I. P. de S. - Apelado: M. P. do E. do A. - P. G. - INTIME o Apelante I. P. de S., na pessoa de seu advogado Sérgio Roberto Carvalho da Silva (38089/GO), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. Relator Des. Jorge Manoel Lopes Lins. - Advs: Sérgio Roberto Carvalho da Silva (OAB: 38089/GO) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0249798-67.2014.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: K. B. da C. A. - Apelante: P. P. T. - Apelado: M. P. do E. do A. - P. G. - INTIME o Apelante K. B. da C. A., na pessoa de seu advogado Klinger da Silva Oliveira (2000/AM) para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. Relator Des. Djalma Martins da Costa. - Advs: Klinger da Silva Oliveira (OAB: 2000/AM) - Rafael Albuquerque Maia (OAB: 21439/CE) - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Clarissa Moraes Brito - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0263990-05.2014.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Francinei de Almeida da Silva - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - INTIME o Apelante Francinei de Almeida da Silva, na pessoa de seu advogado César Augusto Gomes Monteiro (9696/AM), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. Relator Des. Jorge Manoel Lopes Lins. - Advs: César Augusto Gomes Monteiro (OAB: 9696/AM) - Rodrigo Miranda Leão Júnior - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0500146-18.2008.8.04.0001 (001.08.500146-6) - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: J. E. T. N. - Apelado: M. P. do E. do A. - P. G. - INTIME o Apelante J. E. T. N., na pessoa de sua advogada Andrea Viana de Salles (10050/AM), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. Relator Des. Djalma Martins da Costa. - Advs: Andrea

Viana de Salles (OAB: 10050/AM) - Géber Mafra Rocha - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0603671-30.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Leidison Ferreira dos Santos - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - INTIME o Apelante Leidison Ferreira dos Santos, na pessoa de seu advogado Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (7790/AM), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. Relator Des. Djalma Martins da Costa. - Advs: Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (OAB: 7790/AM) - Janderson Fernandes Ribeiro - Mário Ypiranga Monteiro Neto (OAB: 2814/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0608611-38.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Alain Pires dos Anjos - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - INTIME o Apelante Alain Pires dos Anjos, na pessoa de seu advogado Alex de Souza Cabral (12096/AM), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. Relator Des. Djalma Martins da Costa. - Advs: Alex de Souza Cabral (OAB: 12096/AM) - Laís Rejane de Carvalho Freitas (OAB: M/PE) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4003536-02.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Boca do Acre - Impetrante: Francisco Félix Teixeira Filho - Impetrante: Michael Lemes Monteiro - Impetrante: Isla Queiroz Monteiro - Paciente: Agostinho Alves do Vale - Impetrado: Juizo de Direito da Vara Ùnica da Comarca de Boca do Acre - Ficam INTIMADOS o Paciente Agostinho Alves do Vale, nas pessoas de seus Advogados Francisco Félix Teixeira Filho (2817/AM), Isla Queiroz Monteiro (14000/AM) e Michael Lemes Monteiro (10013/AM), para tomar conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA e do seguinte DESPACHO, ambos da lavra do Des. Jorge Manoel Lopes Lins, de seguintes teores, respectivamente: "Ante o exposto, com fundamento no artigo 485, V, do CPC de 2015, aplicado por analogia, conforme autoriza o artigo 3.º do Código de Processo Civil, extingo o presente habeas corpus, em razão da existência de litispendência em relação ao habeas corpus n.º 4003187-96.2019.8.04.0000, deixando, por conseguinte, de resolver o mérito da causa" e "considerando os termos da decisão proferida às fls. 357/362, determino que os presentes autos sejam arquivados, com as cautelas legais". - Advs: Francisco Félix Teixeira Filho (OAB: 2817/AM) - Michael Lemes Monteiro (OAB: 10013/AM) - Isla Queiroz Monteiro (OAB: 14000/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4003600-12.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Matheus Lobato Beltrão - Impetrante: Rafael Yan de Souza Silva - Paciente: Daninho Maia Cruz - Impetrado: Juizo da 2º Vara Especializada Em Crimes Contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes de Manaus/am. - Fica INTIMADO o Paciente Daninho Maia Cruz, na pessoa de seus Advogados Matheus Lobato Beltrão (13287/AM) e Rafael Yan de Souza Silva (13427/AM) para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra do Des. Djalma Martins da Costa, cujo teor final é o seguinte: "Com essas considerações e dispensando dilações, julgo prejudicada a presente Ação de Habeas Corpus, em homenagem ao art. 61, VI, do RI/TJAM, e, portanto, não conheço da ordem ". - Advs: Rafael Yan de Souza Silva (OAB: 13427/AM) - Matheus Lobato Beltrão (OAB: 13287/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Segunda Câmara Criminal, Exmo. Des Jomar Ricardo Saunders Fernandes, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e **prazo para manifestação de cinco (05) dias, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018,** os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

01. ADV/REP.: André Ricardo Antonovicz Munhoz e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Elizandra Leite Guedes de Lira - Processo 0608811-45.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal - Agravante: Elenilson Soares da Silva - Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relatora: Onilza Abreu Gerth

02. ADV/REP.: Daniel Britto Freire Araujo (12641/MA) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e André Luiz Medeiros Figueiras - Processo 0620083-70.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: A. R. de M. - Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas - Apelado: E. da S. - Apelado: A. R. de M. - Relatora: Onilza Abreu Gerth

03. ADV/REP.: Kon Tsih Wang (4646/AM) - Processo 0621619-53.2017.8.04.0001 - Recurso Em Sentido Estrito - Recorrente: Andreson da Costa Silva - Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Djalma Martins da Costa

Secretaria da Segunda Câmara Criminal, em Manaus, 2 de agosto de 2019.

SEÇÃO VI

VARAS - COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO SHEILLA JORDANA DE SALES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA FRANCISCA GARCIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0245/2019

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: JONATHAS MONTEIRO GUIMARAES (OAB 262243SP), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0234084-09.2010.8.04.0001 (001.10.234084-7) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADO: Marcelo Moraes Olovics e outro - Vistos, etc... HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada nestes autos da Ação de Execução movida por AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A., contra LESON DA AMAZÔNIA COMPONENTES ELETRÔNICOS LTDA e seu fiador MARCELO MORAES OLOVICS. Como é cediço, a homologação de acordo é uma das hipóteses de extinção do processo com julgamento do mérito, conforme o disposto no art. 487, III, do NCPC. No caso dos autos, tendo as partes pleiteado a homologação do acordo e a suspensão do processo, nada obsta que o magistrado não julgue extinto o processo, posto que, tendo o processo sido julgado com julgamento do mérito e tendo uma das partes descumprido a avença, a opção para as partes seria a execução do acordo judicial nos próprios autos. Em caso de descumprimento, valerá a presente sentença como título executivo judicial, cuja execução seguirá o rito do art. 523 e seguintes do NCPC. Honorários advocatícios já distribuídos pelas partes. Expeça-se o competente Alvará de Levantamento, na forma requerida e acordada. Transitada em

julgado, arquivem-se e dê-se baixa. P. R. I.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 3592/AC), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: WAGNER AMÂNCIO DOS SANTOS (OAB 4660/AM) - Processo 0604200-20.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Valdineia Alves Pereira - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e outro - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do NCPC. Prazo de (15) quinze dias. Manaus, 02 de agosto de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES NETO (OAB 10785/AM), ADV: GABRIELA GOMES SOARES (OAB 12504/AM) - Processo 0606838-89.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Fred Benzecry - REQUERIDA: Clair Pantoja do Nascimento - Mário Jorge Pereira do Nascimento - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: V - Intimação da parte autora ou exequente para manifestar-se à respeito da petição de fls. 116/118 e seus documentos. Prazo: 10 dias.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0607676-03.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - EXECUTADO: Marcos Rogério Clemente Sardinha - Ante o exposto, indefiro o pedido de consulta ao Infojud/Renajud por entender que a parte demandante não esgotou os meios que lhe são acessíveis para obter o endereço correto da parte requerida. Oportunamente, fica intimado a parte autora para indicar o endereço da parte ré no prazo de 10 dias, sob pena de não se interromper a prescrição, na forma do art. 240, §2º do NCPC. Decorrido 30 dias da intimação deste despacho sem manifestação do autor em que promova diligências aqui determinadas, entendo que ficará caracterizado abandono da causa, motivo pelo que determino a intimação pessoal do autor para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, na forma do art. 485, §1º, do NCPC.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GEFERSON BATISTA PINHEIRO (OAB 11931/AM) - Processo 0611686-95.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Leila Mara da Silva Lima - Vistos, etc. Em análise da petição e documentos de fls. 223/226, verifico que a requerida logrou êxito em provar que as verbas bloqueadas via Bancejud são de natureza salarial, depositadas em razão do exercício profissional. Pelo exposto, com fulcro no art. 833, IV, do CPC, determino o imediato desbloqueio das contas da requerida bloqueadas no bojo deste processo. Em termos de prosseguimento, intime-se o requerente para que requeira o que de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, com atenção ao que dispõe o art. 921, III, do CPC. Após, retornem os autos conclusos para despacho.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0618211-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Salomé Fernandes da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Manifeste-se o Autor sobre à Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 350, do N.C.P.C.

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM) - Processo 0620639-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Romineide Marinho de Almeida e outro - REQUERIDO: Inss e outros - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Proceda-se a citação da parte Requerida, por meio eletrônico, como também, intimem-se as partes a respeito do Laudo Pericial, apresentado, mesma oportunidade em que deverão providenciar a apresentação de seus pareceres técnicos.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0620727-86.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S. A. - EXECUTADO: Manoel Fernando Goncalves Vieira Me - Manoel Fernando Gonçalves Vieira - De ordem, intimo a parte interessada para que efetue o recolhimento das custas de diligência do Sr. Oficial de Justiça, para cumprimento da ordem deprecada junto à Comarca de São Gabriel da Cachoeira/AM. Prazo de 10 (dez) dias.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0623567-59.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Genilson Sena Costa - Diante tudo o que fora exposto, com fundamento no artigo 66 da Lei 4728/65 e no Decreto-Lei n. 911/69, JULGO PROCEDENTE a demanda, declarando rescindido o contrato e consolidando nas mãos da autora o domínio e posse plena e exclusiva do bem mencionado na inicial, cuja apreensão liminar torno definitiva, facultando a venda pela autora, na forma do artigo 2º do Decreto-Lei n. 911/69. Condeno o réu em custas processuais e honorários advocatícios, arbitrados, estes, em 10% do valor atualziado da causa, fixados segundo disposições dos artigos 82, §2°, 85 caput e §2°, do Código Processo Civil, tendo sido considerado o zelo, o tempo e o trabalho desenvolvido pelo procurador da parte vencedora. Após, o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, deverá o credor, na pessoa de seu advogado, providenciar o cumprimento de sentença adequado a sua pretensão. Em caso negativo, proceda-se a devida baixa. P.R.I.

ADV: SAMANTHA DE SOUZA PENHA (OAB 13297/AM), ADV: MÁRCIA PEIXOTO DE OLIVEIRA BORBA (OAB 9246/AM) - Processo 0624222-31.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ademar Lobão Benevides - REQUERIDO: Ccb Brasil S/A Credito Financiamentos e Investimentos - Processo nº.:0624222-31.2019.8.04.0001 Requerente:Ademar Lobão Benevides Requerido:Ccb Brasil S/A Credito Financiamentos e Investimentos DECISÃO Vistos, etc. Trata-se de Ação de Exibição de Documentos c/c Tutela de Urgência movida por Ademar Lobão Benevides em face de Ccb Brasil S/A Credito Financiamentos e Investimentos. Em síntese, narra que o Banco do estado do Rio Grande do sul tem efetuado descontos em seu contracheque referentes a contrato de empréstimo consignado que o autor realizou com o então requerido, Ccb Brasil S/A Credito Financiamentos e Investimentos, e que foi objeto de portabilidade deste banco para aquele. No entanto, narra que jamais autorizou que a empresa requerida realizasse qualquer transação. Assim sendo, requer a determinação ao requerido para que apresente a cópia assinada do contrato de empréstimo consignado que foi objeto de portabilidade ao Banrisul em 26/03/2019, sob pena de multa. É o relatório. Passo a decidir. A ação autônoma de exibição de documentos tem procedimento disposto nos arts. 396 e seguintes do CPC, e é cabível para ordenar à parte que exiba documento ou coisa que se encontre em seu poder. Para tanto, o pedido formulado pela parte deverá observar os requisitos do art. 397, do CPC, os quais passo a analisar. Quanto à individuação completa do documento, tenho que o que se requer é a exibição de cópia assinada do contrato de empréstimo consignado que foi objeto de portabilidade ao Banrisul em 26/03/2019 Quanto à finalidade da prova, vislumbro ser necessário à parte autora ter em mãos os contratos para que tenha conhecimento de seus exatos termos e constatar sua regularidade ou não dos pactos, para fins de proposição de futura demanda. Por fim, tratando-se de relação puramente consumerista, e presentes os pressupostos para concessão da inversão do ônus da prova, é forçoso constatar que o contrato requerido na inicial, se acha em poder da parte contrária, visto que também é sua obrigação legal. Assim sendo, preenchidos os requisitos legais para deferimento do pleito, DETERMINO ao requerido que exiba a cópia assinada do contrato de empréstimo consignado que foi objeto de portabilidade ao Banrisul em 26/03/2019, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do art. 398, do CPC, ou caso queira, que apresente resposta na forma do

parágrafo único do retrocitado artigo. No mais, quanto à incidência das normas consumeristas ao caso em comento, necessário assentar que a relação que envolve a parte autora e a parte ré é submetida ao direito do consumidor, vez que as partes enquadram-se no conceito legal de consumidor e fornecedor, nos termos dos arts. 2º e 3º, §2º, do CDC. Não obstante, também se aplica ao caso, entre outras, as regras de direito comum, em homenagem ao chamado diálogo das fontes, nos termos do art. 7º do CDC. Quanto à inversão do ônus da prova, segundo as regras ordinárias de experiência, tem-se que são verossímeis as alegações da parte requerente e essa é hipossuficiente no plano técnico e probatório para comprovar as condições em que se deram a contratação do serviço de mútuo, motivos pelos quais determino que o ônus da prova seja invertido em prol da parte requerente, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC. À Secretaria para: Decorrido o prazo assinalado, ou tendo se manifestado o requerido, vistas à parte autora no mesmo prazo de 05 (cinco) dias para que requeira o que de direito; Após, retornem os autos conclusos na fila de despacho inicial. Manaus, 01 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0627722-08.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Orismilde Ribeiro da Silva - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0628662-70.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Roberto de Souza Fiacadori - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVEZ DOS SANTOS (OAB 1163/AM), ADV: NELSON PASCHOALOTTO (OAB 108911/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0628947-68.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Celeste Santos de Souza ME - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Intimar o autor para que informe qual das diligência deseja, tendo em vista os pedidos de fls. 144/145 e fls. 148/150, devendo proceder à juntada das custas referentes ao cumprimento do respectivo ato, independente de nova intimação.

ADV: THIAGO HENRIQUE ANDRADE MARQUES (OAB 14585/AM) - Processo 0629536-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade - Ausência de Citação do Executado - REQUERENTE: Elias Natividade Brasil - Jaqueline de Araújo Maurício Brasil - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Processo nº.:0629536-55.2019.8.04.0001 DESPACHO Vistos, etc. Primeiramente, verifico que o autor narra que o imóvel objeto da lide foi levado à leilão extrajudicial marcados para os dias 18/06/2019 e 21/06/2019. Ocorre que os presentes autos foram redistribuídos a este juízo em 24/06/2019, após a data marcada para os leilões. Assim sendo, vislumbro grandes chance da arrematação do imóvel por terceiro, bem como consolidação da propriedade em seu nome. Pelo exposto, determino ao autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste acerca das constatações supra mencionadas. Prossigo. Quanto à gratuidade de justiça, o art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência patria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950- PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). No caso em comento, verifico que os autores alegam estar em difícil situação financeira. Contudo, para comprovar as alegações, e para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, é dever dos autores provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, no prazo de 15 (quinze) dias, os autores deverão apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal, de ambos; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses, de ambos ; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses, de ambos ; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal, de ambos ; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 06 (seis) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para que: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 01 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: THASSIA POLLYANA FERNANDES DA COSTA (OAB 13462/AM) - Processo 0630897-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ilidio Formoso Neto - REQUERIDO: Movida Locação de Veículos S/A - LITSPASSIV: Carlos A de Freitas Gomes / Formula Centro Automotivo Express - DESPACHO Vistos, etc. Compulsando a petição inicial, noto que não foi analisada a inversão do ônus da prova, que é regra de instrução que pode ser conhecido de ofício até o saneamento da demanda, conforme nos ensina a jurisprudência pátria: EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA DE OFÍCIO EM SEDE DE APELAÇÃO. NORMA DE ORDEM PÚBLICA E INTERESSE SOCIAL. HIPOSSUFICIÊNCIA E VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES DO CONSUMIDOR. ÔNUS DO FORNECEDOR EM PROVAR A INEXISTÊNCIA DA FRAUDE E USO PELO PRÓPRIO CLIENTE DE SEU CARTÃO E SENHA. GARANTIA DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. REABERTURA DA INSTRUÇÃO. 1. Na responsabilidade por vício de serviço, a inversão do ônus da prova é ope judicis, dependendo de decisão judicial a respeito, cabendo ao réu, portanto, a prova de que inexiste vício no produto. A inversão do ônus da prova, contudo, por ser regra de instrução, deve ser determinada no saneamento da demanda ou, caso não seja, deferida de forma a garantir o efetivo contraditório e ampla defesa, com reabertura da instrução

probatória. 2. O art. 6º, VIII, do CDC inclui no rol de direitos básicos do consumidor "a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério o juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências", sendo tal norma de ordem pública e interesse social , a teor do art. 1º do CDC. Possibilita-se, assim, o seu conhecimento de ofício, sendo que "cabe às instâncias ordinárias a análise dos aspectos pertinentes à caracterização de hipossuficiência do consumidor na relação de consumo (art. 6º, CDC), a ensejar, ou não, a inversão do ônus da prova". 3. () (TJ - MG - AC 10480150140832001 MG, Relator: Cabral da Silva, Data de Julgamento: 02/07/2019). Assim sendo, verifico que o autor é consumidor nos moldes do art. 2º, do CDC e a ré, por seu turno, enquadra-se no conceito de fornecedor, nos moldes do art. 3º, §2º, do CDC. Vislumbro ainda que a requerente é hipossuficiente no plano técnico e fático. Por tais razões, defiro em favor do demandante a inversão do ônus probatório, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC e art. 373, § 1º, do CPC. No mais, em face a notícia de interposição de agravo de instrumento ao qual foi concedido efeito suspensivo para concessão integral dos benefícios da justiça gratuita, e ainda, ao AR de fls. 71, que retornou negativo, determino ao autor que, no prazo de 10 (dez) dias, tome as providências cabíveis para viabilizar a citação válida do requerido Fórmula Centro Automotivo, nos termos do art. 240, §2º, do CPC. Após, retornem os autos conclusos para despacho inicial. Manaus, 31 de julho de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0634769-38.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Gilson Oliveira de Souza - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; O AR foi entregue a pessoa diversa da parte Requerida. Manifeste-se a autora. Prazo: 10 dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0636599-34.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Josefa da Silva Dias - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0637632-59.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Rosinelson Guerreiro dos Santos - Como é cediço, a alienação fiduciária é uma garantia atípica. O domínio se transfere desde logo para o credor, embora de caráter resolúvel. O devedor permanece na posse direta, transferindo para o credor, a instituição financeira, a posse indireta. Continua como depositário. Advindo o vencimento da obrigação, não sendo paga, o domínio resolúvel se torna definitivo. Assim, provado o inadimplemento e a mora do(a) devedor(a), conforme demonstra a notificação extrajudicial coligida aos autos, assiste ao credor perseguir a coisa através de ação de busca e apreensão, com fundamento no art. 3º, do Decreto-lei nº. 911/69. Em consequência, DEFIRO o pedido de liminar de busca e apreensão formulado pelo autor. Contudo, antes de proceder à expedição do mandado, em observância ao que dispõe a Portaria nº 116/2017, determino que a parte interessada proceda ao recolhimento das custas de diligências atribuídas aos Oficiais de Justiça, cujo valores estão previstos no Provimento nº 250/2015/CGJ/AM. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se mandado, consignando nele que, uma vez executada a liminar e efetuada a citação, o devedor terá o prazo de 5 (cinco) dias para efetuar o pagamento integral da dívida - entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial. Não o fazendo neste prazo, ficará automaticamente consolidada a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor, conforme a nova redação dada pela Lei nº 10.931/04, sendo certo que o prazo para contestar é de 15 (quinze) dias da execução da liminar, sob pena de revelia. Desde logo, faculto ao meirinho encarregado da diligência, proceder na conformidade do disposto no § 2º, do art. 212, do NCPC, se necessário. Em não havendo o recolhimento das custas, voltem-me os autos conclusos. Intime-se e cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0638679-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Edimar Mesquita da Silva - REQUERIDO: N. V. Industria Comercio e Construção Ltda - Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda - Spe - Assim sendo, constatada a reversibilidade dos efeitos da decisão, caso, ao final da demanda, sejam julgados improcedentes os pedidos autorais, DEFIRO a antecipação de tutela requerida, nos moldes do art. 300, caput, do CPC, para determinar que a requerida se abstenha de inscrever o nome do autor nos cadastros de proteção ao crédito. Outrossim, quanto à incidência das normas consumeristas ao caso em comento, necessário assentar que a relação que envolve a parte autora e a parte ré é submetida ao direito do consumidor, vez que as partes enquadram-se no conceito legal de consumidor e fornecedor, nos termos dos arts. 2.º e 3.º, ambos do CDC. Não obstante, também se aplica ao caso, entre outras, as regras de direito comum, em homenagem ao chamado diálogo das fontes, nos termos do art. 7.º do CDC. A respeito da inversão do ônus da prova, segundo as regras ordinárias de experiência, tem-se que são verossímeis as alegações da parte requerente e essa é hipossuficiente no plano técnico e probatório para comprovar o alegado ato ilícito da ré, motivos pelos quais determino que o ônus da prova seja invertido em prol da parte requerente, nos moldes do art. 6.º, VIII, do CDC. Quanto à gratuidade de justiça, DEFIRO parcialmente o pedido, com fulcro no art. 98, § 5º, do CPC, isentando a parte autora apenas das custas judiciais iniciais, de modo a excluir das benesses as despesas postais e demais encargos processuais que se fizerem necessários no decorrer da lide. Por fim, determino a remessa dos autos para o Centro Judiciário de Resolução de Conflitos (CEJUSC - CÍVEL), a fim de que este designe audiência de conciliação ou mediação, nos termos do artigo 334 do Código de Processo Civil. Int. Cumpra-se. Manaus, 01 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: LUIZ HENRIQUE CHÍXARO AIRES (OAB 13023/AM) - Processo 0638995-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Iin Tecnologias Ltda - REQUERIDO: Edirceu Lima Figueiredo - Nessa senda não há na hipótese probabilidade do direito, motivo pelo que INDEFIRO o pedido de tutela antecipada. Por fim, em termos de prosseguimento, cite-se e intime-se a parte requerida para comparecer à audiência de conciliação ou mediação, na forma do art. 334 do NCPC, a ser designada pelo CEJUSC-Cível, e sobre a presente decisão. Oportunamente, indefiro o pedido de citação por oficial de justiça, providência cabível apenas quando factualmente restar infrutífera a citações via correios, nos termos do art. 249, do CPC. Int. Cumpra-se. Manaus, 01 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: RENATO FERREIRA RIBEIRO MATTA (OAB 9235/AM) - Processo 0639003-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Fernando Cardoso de Queiroz - REQUERIDO: Companhia de Seguros Aliança do Brasil - Processo nº.:0639003-58.2019.8.04.0001 DESPACHO O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência patria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950- PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária

(IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). No caso, verifico que o requerente é advogado e recebe benefícios mensais liquidos no importe de R$ 19.605,78 mensais que, em cotejo com o valor da causa e as despesas mensais demonstradas, verifico não constituir óbices ao autor para arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Contudo, é dever legal facultar ao interessado a impossibilidade de arcar com as custas, com fulcro no art. 99 §3º, do CPC, pelo que, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, determino ao autor que apresente, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do beneficio: a) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 06 (seis) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para que: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 01 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTÔNIO (OAB 146360/SP) - Processo 0639109-20.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Concurso de Credores - EMBARGANTE: Paulo Roberto Baddini Mantovani - Marcia Pucci Ferreira Brandão - Bruno Setton - Reny Tunchel Setton - EMBARGADO: Banco do Brasil S/A - Processo nº.:0639109-20.2019.8.04.0001 DESPACHO Vistos, etc. Compulsando os autos, verifico que a embargante postula pela concessão dos benefícios da justiça gratuita, porquanto alega estar em recuperação judicial e impossibilitada de arcar com as custas e despesas processuais desta ação. Pois bem. O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Por sua vez, o art. 98, do CPC, estabelece que "A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei." Nesse exato sentido, tem-se o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: "Súmula 481/STJ - Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais." No caso em tela, os argumentos aduzidos pela parte autora em fl.2 não possuem força probante necessária para demonstrar a total ausência de receitas e patrimônio, suficiente para inviabilizar a assunção dos ônus decorrentes desta demanda. É importante observar que a simples presença de dívidas e protestos e até mesmo eventual pedido de recuperação judicial e falência não se revelam suficientes para demonstrar a "impossibilidade" no recolhimento das custas e despesas, já que a empresa pode ter outros bens suficientes para saldá-las. Portanto, deferir o benefício, que, em última análise, é custeado pelo Estado, equivaleria a carrear à população os ônus que deveriam ser pagos pela requerente, o que não pode ser admitido. Nessas condições, antes de indeferir o pedido, contudo, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) declaração de renda apresentada à Receita Federal; b) cópia dos balancetes financeiros, dos últimos três meses; Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação, nos termos da Portaria nº 116/2017 TJAM - Tabela II, 2. D), relativas à interposição de embargos à execução. Após, retornem os autos conclusos para despacho inicial. Int. Manaus, 01 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: LORENZONI & ALVES ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 000499/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM) - Processo 0639209-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Elisângela Araújo de Almeida - REQUERIDO: Banco do Brasil - Praça 15 de Novembro - DESPACHO O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência patria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950- PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). Portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 06 (seis) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para que: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 31 de julho de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: RAFAEL REIS PEREIRA (OAB 7219/AM) - Processo 0639353-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: J de L A Nery - Me - REQUERIDO: Radmam Bittar França - Processo nº.:0639353-46.2019.8.04.0001 DESPACHO Ab initio, ante a natureza da causa e a possibilidade de conciliação entre as partes, determino a realização de audiência de conciliação ou mediação, nos moldes do art. 334, do NCPC, a qual será realizada pelo CEJUSC - Cível, localizado no 3º andar deste Fórum, devendo os autos serem

encaminhados ao referido setor. Cite-se e intime-se a parte Ré. O prazo para contestação (de quinze dias úteis) será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I - havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II - havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III - em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Int. Manaus, 31 de julho de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0639517-11.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: Maria de Sousa Silva - Como é cediço, a alienação fiduciária é uma garantia atípica. O domínio se transfere desde logo para o credor, embora de caráter resolúvel. O devedor permanece na posse direta, transferindo para o credor, a instituição financeira, a posse indireta. Continua como depositário. Advindo o vencimento da obrigação, não sendo paga, o domínio resolúvel se torna definitivo. Assim, provado o inadimplemento e a mora do(a) devedor(a), conforme demonstra a notificação extrajudicial coligida aos autos, assiste ao credor perseguir a coisa através de ação de busca e apreensão, com fundamento no art. 3º, do Decreto-lei nº. 911/69. Em consequência, DEFIRO o pedido de liminar de busca e apreensão formulado pelo autor. Contudo, antes de proceder à expedição do mandado, em observância ao que dispõe a Portaria nº 116/2017, determino que a parte interessada proceda ao recolhimento das custas de diligências atribuídas aos Oficiais de Justiça, cujo valores estão previstos no Provimento nº 250/2015/CGJ/AM. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se mandado, consignando nele que, uma vez executada a liminar e efetuada a citação, o devedor terá o prazo de 5 (cinco) dias para efetuar o pagamento integral da dívida - entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial. Não o fazendo neste prazo, ficará automaticamente consolidada a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor, conforme a nova redação dada pela Lei nº 10.931/04, sendo certo que o prazo para contestar é de 15 (quinze) dias da execução da liminar, sob pena de revelia. Desde logo, faculto ao meirinho encarregado da diligência, proceder na conformidade do disposto no § 2º, do art. 212, do NCPC, se necessário. Em não havendo o recolhimento das custas, voltem-me os autos conclusos. Intime-se e cumpra-se.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0639633-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Izaias Patrício da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Processo nº.:0639633-17.2019.8.04.0001 DESPACHO Vistos, Trata-se de ação declaratória de inexigibilidade de débito c/c reparação por danos morais proposta por Izaias Patrício da Silva Almeida em face de Manaus Ambiental S/A. Compulsando a petição inicial, noto que tal peça não preenche os requisitos essenciais para o seu deferimento, sendo necessário que ocorra emenda a petição inicial, nos moldes do art. 321, do CPC, conforme abaixo se expõe. Primeiramente, vislumbro que o requerente deverá quantificar o valor dos débitos que pretende que seja declarados inexigíveis, para fins de atribuição do valor da causa. Frise-se que o valor atribuído à causa deve corresponder à somatória dos pedidos formulados de forma cumulativa na inicial, consoante determina o art. 292, VI, do NCPC. Ante o exposto, determino que a parte autora EMENDE A PETIÇÃO INICIAL, no prazo de 15 dias, para que corrija o valor atribuído à causa, sob pena de indeferimento da petição inicial, nos moldes do art. 321, §1º, e art. 330, IV, ambos do CPC. Prossigo quanto à gratuidade de justiça. O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência patria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950- PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). Portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 06 (seis) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para que: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 31 de julho de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: FRANCINALDO MAIA DO NASCIMENTO (OAB 11228/AM) - Processo 0639668-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Fabio Alex Gomes dos Santos - REQUERIDO: Hts - Serviços de Hotelaria e Turismo Ltda. - Processo nº.:0639668-74.2019.8.04.0001 DESPACHO Vistos, Trata-se de ação anulatória de acordo proposta por Fábio Alex Gomes dos Santos em face de HTS SERVIÇOS DE HOTELARIA E TURISMO LTDA. Compulsando a petição inicial, noto que tal peça não preenche os requisitos essenciais para o seu deferimento, sendo necessário que ocorra emenda a petição inicial, nos moldes do art. 321, do CPC, conforme abaixo se expõe. Primeiramente, vislumbro que o valor da causa está incorreto, porquanto deve corresponder ao valor total do acordo que se busca nulificar. Neste sentido, colaciono jurisprudência: AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATO JURÍDICO. SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA. CONTEÚDO

ECONÔMICO DA DEMANDA. VALOR DO ACORDO CUJA DECLARAÇÃO DE NULIDADE PRETENDE A PARTE. () 2. Se o valor da causa nas ações que visam discutir a validade de negócio deve ser aquele atribuído ao contrato (art. 259, V, CPC), a ação anulatória de sentença homologatória não é exceção a tal regra, com a peculiaridade de que o parâmetro, na hipótese, passa a ser o valor do acordo que se busca nulificar. 3. Recurso conhecido e não provido. (TJ PR 8559760 PR 855976-0, Relator: Celso Jair Mainardi, Data de Julgamento: 01/02/2012, 14º Câmara Cível). Na hipótese, frise-se que o valor atribuído à causa deve corresponder à somatória dos pedidos formulados de forma cumulativa na inicial, consoante determina o art. 292, VI, do NCPC. Ante o exposto, determino que a parte autora EMENDE A PETIÇÃO INICIAL, no prazo de 15 dias, para que corrija o valor atribuído à causa, conforme fundamentação supra, sob penda de indeferimento da petição inicial, nos moldes do art. 321, §1º, e art. 330, IV, ambos do CPC. Prossigo quanto à gratuidade de justiça. O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência patria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950- PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). Portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; d) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 06 (seis) parcelas, já sob o novo valor da causa, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para que: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 31 de julho de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: DANIELLE KOHASHI DA COSTA (OAB 10059/AM) - Processo 0639775-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Espólio de Marta Roberta Coutinho Kohashi - Kauan Takayoshi Coutinho Kohashi - Mario Lyoto Coutinho Kohashi - Valentina Shie Coutinho Kohashi - Mário Hiroshi Kohashi - REQUERIDO: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - Processo nº.:0639775-21.2019.8.04.0001 DESPACHO O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência patria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950- PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). Assim, tratando-se de espólio, que não possui personalidade jurídica própria, levar-se-á em conta as rendas do inventariante, porquanto é o responsável por antecipar as despesas processuais (TJ SP AI 21975799220188260000 relator: José Aparício Coelho Padro Neto, 9º Câmara de direito Privado, Data: 15/05/2019). No caso, em breve consulta aos sítios de pesquisa, verifico que o Sr. Mário Hiroshi Kohashi é empresário, o que faz presumir que possui condições de arcar com as custas e despesas processuais. Ademais, causa estranheza a declaração de imposto de renda (fls. 18) não demonstrar renda alguma, o que por si só, é indicio de ocultação de renda. Portanto, para apreciação do pedido, é dever legal, consubstanciado no art. 99, §2º, do CPC, facultar ao inventariante nomeado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar os seguintes documentos, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho ou contracheques, dos últimos três meses, se possuir; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 06 (seis) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para que: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 31 de julho de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0639922-86.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Flay Azevedo de Araújo - REQUERIDA: Agnus-Dei Empreendimentos Imobiliários Ltda - ME - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados

aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM) - Processo 0648416-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Antonio Gomes de Morais - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - DESPACHO Vistos, etc. Primeiramente, verifico que Decisão de fls. 107/115 concedeu ao autor o benefício de justiça gratuita após interposição de agravo de instrumento. Quanto à inversão do ônus da prova, verifico que o autor é consumidor nos moldes do art. 2º, do CDC e a ré, por seu turno, enquadra-se no conceito de fornecedor, nos moldes do art. 3º, §2º, do CDC. Vislumbro ainda que a requerente é hipossuficiente no plano técnico e fático. Por tais razões, defiro em favor do demandante a inversão do ônus probatório, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC e art. 373, § 1º, do CPC. Por fim, ante a natureza da causa e a possibilidade de conciliação entre as partes, determino a realização de audiência de conciliação ou mediação, nos moldes do art. 334, do NCPC, a qual será realizada pelo CEJUSC - Cível, localizado no 3º andar deste Fórum, devendo os autos serem encaminhados ao referido setor. Cite-se e intime-se a parte Ré. O prazo para contestação (de quinze dias úteis) será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I - havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II - havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III - em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Int. Manaus, 31 de julho de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: FELIPE ANTÔNIO DE CARVALHO FILHO (OAB 6454/AM) - Processo 0659491-68.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Jrl Comércio de Derivados de Petróleo Ltda - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Forte nessas razões, CONHEÇO dos embargos opostos por Amazonas Distribuidora de Energia S/A e Jrl Comércio de Derivados de Petróleo Ltda, na forma do art. 1.022, II, do CPC, e ACOLHO-OS para declarar que a decisão em comento passa a ter a seguinte redação: "…. Nesse diapasão, DEFIRO PARCIALMENTE a antecipação de tutela requerida, nos moldes do art. 300, caput, do CPC, apenas para determinar que a requerida abstenha-se de efetuar o corte de energia elétrica nas dependências da requerente, quanto aos débitos discutidos na inicial, quais sejam: faturas com vencimento em 09/11/2018 e 10/12/2018 com valores respectivos de R$ 8.174,18 e R$ 8.745,16. Oportunamente, defiro o pedido de consignação formulado pelo requerente no valor de R$ 1.658,97 com relação às faturas com vencimento em 09/11/2018 e 10/12/2018, cada uma. ". No mais persiste a decisão tal como está lançada. À secretaria para: Publicar a presente decisão para conhecimento das partes. Retifique-se o registro da decisão, anotando-se. Em termos de prosseguimento, vistas à parte autora para réplica. Após, façam os autos conclusos para decisão interlocutória para saneamento do processo. Manaus, 01 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: LUCIVANE CARLA DA SILVA (OAB 10109/AM), ADV: CAROLINA OLIVEIRA DA FONSECA (OAB 10249/AM), ADV: TELMÁRCIA DAYENE SILVA DO NASCIMENTO (OAB 10097/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 30820/RS), ADV: MARIANE CARDOSO MACAREVICH (OAB 30264/RS) - Processo 0704168-96.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0704804-62.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: Banco Pan S/A - REQUERIDA: Maria de Nazaré Alves da Silveira - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; Juntado o expediente negativo referente à pesquisa, postule em dez (10) dias a parte credora o que for do seu direito. Intime-se.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Aline Mikaela Garcia Gomes (OAB 9626/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 3592/AC)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Carlos Roberto Deneszczuk Antônio (OAB 146360/SP)
Carolina Oliveira da Fonseca (OAB 10249/AM)
Clemente Augusto Gomes Neto (OAB 10785/AM)
Danielle Kohashi da Costa (OAB 10059/AM)
Felipe Antônio de Carvalho Filho (OAB 6454/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Francinaldo Maia do Nascimento (OAB 11228/AM)
Gabriela Gomes Soares (OAB 12504/AM)
Geferson Batista Pinheiro (OAB 11931/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jonathas Monteiro Guimaraes (OAB 262243SP)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Lídio Alvez dos Santos (OAB 1163/AM)
Júlio César de Almeida Lorenzoni (OAB 5545/AM)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lorenzoni & Alves Advogados Associados (OAB 000499/AM)
Lucivane Carla da Silva (OAB 10109/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Henrique Chíxaro Aires (OAB 13023/AM)
Márcia Peixoto de Oliveira Borba (OAB 9246/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Mariane Cardoso Macarevich (OAB 30264/RS)
Nelson Paschoalotto (OAB 108911/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Rafael Reis Pereira (OAB 7219/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Ferreira Ribeiro Matta (OAB 9235/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 30820/RS)
Samantha de Souza Penha (OAB 13297/AM)
Telmárcia Dayene Silva do Nascimento (OAB 10097/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thassia Pollyana Fernandes da Costa (OAB 13462/AM)
Thiago Henrique Andrade Marques (OAB 14585/AM)
Wagner Amâncio dos Santos (OAB 4660/AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0244/2019

ADV: CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR (OAB 247319/SP) - Processo 0602979-31.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - De ordem, intimo a parte interessada para que efetue o pagamento das custas de diligências postais e/ou oficial de justiça), necessária para prática do ato requerido, no prazo de 10

(dez) dias.

ADV: CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR (OAB 247319/SP) - Processo 0602982-83.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - De ordem, intimo a parte interessada para que efetue o recolhimento das custas de diligência do Sr. Oficial de Justiça, necessária para expedição do mandado requerido, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 503/RR), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0604374-97.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: PABLO HENRIQUE OLIVEIRA DA SILVA - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Roberto Trindade Levintal, CPF 413.808.512-20, CRM 3727 AM, 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 13/08/2019, a partir das 8:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0626287-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Marcelo de Oliveira Silva - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/08/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0635093-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Leudo Cabral de Abreu - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 16/08/2019, a partir das 16:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na Clinica Hap Vida, Av. João Valério, nª 60, Bairro São Geraldo, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0635271-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Ana Creuza da Silva - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/08/2019, a partir das 10:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na Clinica Hap Vida, na Av. Duque de Caxias, nª 1905, Bairro Praça14 de Janeiro, nesta cidade.

ADV: MARLON TAVARES DANTAS (OAB A1261/AM) - Processo 0636254-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum

Cível - Seguro - REQUERENTE: Jose Souza de Moura - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Roberto Trindade Levintal, CPF 413.808.512-20, CRM 3727 AM, 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 13/08/2019, a partir das 8:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0637578-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Helena Soares da Silva - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/08/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0638462-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Maria Ezenilda Almeida Bulcão - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Roberto Trindade Levintal, CPF 413.808.512-20, CRM 3727 AM, 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 13/08/2019, a partir das 8:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0638682-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Elismar Pedroza Rodrigues - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/08/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0638707-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Carlos Antonio da Silva - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos,

sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/08/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0638887-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Marilene Vasconcelos da Silva - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/08/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Augusto Tortoro Júnior (OAB 247319/SP)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
Marlon Tavares Dantas (OAB A1261/AM)
Timóteo Martins Nunes (OAB 503/RR)

2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0291/2019

ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 700A/AM), ADV: SIDNEI FERRARIA (OAB 253137/SP), ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: ROSIMEIRE DE OLIVEIRA BARBOSA (OAB 6558/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0222594-24.2009.8.04.0001 (001.09.222594-3) - Cumprimento de sentença - Posse - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - REQUERIDA: A. N. T. Engenharia e Empreendimentos Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0603721-90.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada (Bacenjud), deferida nas fls. 39, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0606114-85.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JHENNIFER CRISTINE SOUZA PINTO (OAB 12655/AM), ADV: BRUNA CAMILA GONÇALVES DA SILVA (OAB 10280/AM), ADV: ÉRIKA LIMA BARBOSA (OAB 10665/AM) - Processo 0610387-10.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: A. Lira Barros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM) - Processo 0611285-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: C. H. P. Construções Navais Ltda. - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre a proposta de honorários periciais, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do § 3º do artigo 465 do CPC, bem como, em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, tomem ciência da data da perícia designada pelo sr. Perito para o dia 26/08/2019, às 13:00h, nos termos da petição acostada aos autos em fl. 180.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0612355-41.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: YARA FONSECA DE ALBUQUERQUE SOARES (OAB

4264/AM), ADV: CAMILO FRANCISCO DE PAES DE BARROS E PENATI (OAB 206403/SP), ADV: MARCELO ZANETTI GODOI (OAB 139051/SP), ADV: JOANNA PAES DE BARROS E OLIVEIRA KISS (OAB 131139/SP) - Processo 0617091-05.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Plastipak Packaging da Amazônia Ltda. - EXECUTADO: C. V. Indústria e Comércio de Produtos de Limpeza e Cosméticos Ltda. - EPP - Vistos, Em virtude da concessão da recuperação judicial à requerida, autos sob o nº 0607585-39.2018.8.04.0001, em trâmite na 12ª Vara Cível da comarca de Manaus, juntada nas fls. 116/129, defiro o pedido de suspensão pelo prazo de 180 dias ajuizado pela requerida.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: VANDERLEY ALMEIDA CLARINDO (OAB 8560/AM), ADV: SAUL ROGÉRIO RAMOS DE ATHAYDE (OAB 3264/AM) - Processo 0618806-58.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: P. M. de Souza Braga e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM), ADV: EUDA RIBEIRO GUEDES (OAB 14116/AM), ADV: JOSÉ CARLOS DA SILVA ROCHA (OAB 14048/AM) - Processo 0622123-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Dizan de Souza Placido e outro - REQUERIDA: Cristiane da Rocha Meire - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: LUCIANO ARAÚJO TAVARES (OAB 12512/AM), ADV: ALCEMIR PESSOA FIGLIUOLO NETO (OAB 13248/AM) - Processo 0625250-34.2019.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Jozimar Costa dos Santos - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR Negativo juntado aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0625873-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Helena Vieira Dantas e outro - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0627812-16.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da diligência do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0628000-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Jose Joao de Santana Neto - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0629126-94.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Maria de Lourdes Gomes Colares - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: NOEL CAVALCANTE DOS SANTOS (OAB 13042/AM), ADV: RAIMUNDO GUARACY GUEDES MOTTA (OAB 4131/AM) - Processo 0630707-47.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Nilza Alves de Souza - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: SUANY MENDES FONSECA ROCHA (OAB 12710/AM), ADV: JULIANA SOUZA DO VALE (OAB 13451/AM) - Processo 0632526-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ellen Santiago Mendes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: JONATHAS MARCELINO ANDRADE DOS SANTOS (OAB 7607/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0632971-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incorporação Imobiliária - REQUERENTE: Patrícia Berg Araújo - REQUERIDO: Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: NAYARA LIMA MORAIS (OAB 13894/AM) - Processo 0635284-68.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial

- Pagamento - REQUERENTE: Condominio Recanto do Mindú I - De ordem, remeto os autos para à contadoria para elaboração do cálculos das custas e emissão das guias de recolhimento referentes.

ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ MOUCO FERNANDES (OAB 5017/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM) - Processo 0635455-64.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Planos de Saúde - REQUERENTE: Davi Ramos dos Santos e outros - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0635639-78.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus - Sicoob Uniam - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: BASSLA MARINHO ABDEL AZIZ (OAB 13568/AM), ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM) - Processo 0635906-84.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0639139-55.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0639816-85.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a

referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

Alcemir Pessoa Figliuolo Neto (OAB 13248/AM)
Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
André Luiz Mouco Fernandes (OAB 5017/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Bassla Marinho Abdel Aziz (OAB 13568/AM)
Bruna Camila Gonçalves da Silva (OAB 10280/AM)
Camilo Francisco de Paes de Barros e Penati (OAB 206403/SP)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
ÉRIKA LIMA BARBOSA (OAB 10665/AM)
Euda Ribeiro Guedes (OAB 14116/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Jhennifer Cristine Souza Pinto (OAB 12655/AM)
Joanna Paes de Barros e Oliveira Kiss (OAB 131139/SP)
Jonathas Marcelino Andrade dos Santos (OAB 7607/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Carlos da Silva Rocha (OAB 14048/AM)
Juliana Souza do Vale (OAB 13451/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Luciano Araújo Tavares (OAB 12512/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 700A/AM)
Marcelo Zanetti Godoi (OAB 139051/SP)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nayara Lima Morais (OAB 13894/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Noel Cavalcante dos Santos (OAB 13042/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo Guaracy Guedes Motta (OAB 4131/AM)
Rosimeire de Oliveira Barbosa (OAB 6558/AM)
Saul Rogério Ramos de Athayde (OAB 3264/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sidnei Ferraria (OAB 253137/SP)
Suany Mendes Fonseca Rocha (OAB 12710/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Vanderley Almeida Clarindo (OAB 8560/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Yara Fonseca de Albuquerque Soares (OAB 4264/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO SANTOS TAKETOMI

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0292/2019

ADV: ISAEL FRANKLIN GONÇALVES (OAB 12054/AM) - Processo 0230513-15.2019.8.04.0001 (processo principal 0644433-59.2017.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fernanda de Oliveira Saraiva Reis - DESPACHO Vistos, Após a realização de diversas diligências (Bacenjud / Renajud) não foram encontrados bens ou ativos em nome da empresa executada. Tal fato serve de indício, ao menos em juízo de cognição sumária, não exauriente, da ocorrência de abuso da personalidade jurídica, desvio de finalidade ou confusão patrimonial. Neste sentido, em atenção ao pedido do exequente, determino o processamento do presente Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica apresentado em desfavor da pessoa jurídica LOTH LOGÍSTICA, CONSULTORIA E COMERCIO DO VESTUÁRIO LTDA, na forma do artigo 133 e seguintes do CPC, suspendendo-se o andamento da execução no tocante às pessoas alvo do presente incidente, até o seu julgamento. Cite-se a pessoa jurídica requerida para oferecer contestação e apresentação de provas cabíveis, em 15 dias, na forma do artigo 135, do CPC, com menção de que, como efeito do acolhimento do pedido de desconsideração passarão a estar sujeitos à execução os bens do requerido. Expeça-se o necessário. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO PAULO GOMES MONTEIRO BARBOSA (OAB 8657/AM), ADV: ANA CAROLINE SILVA PICANÇO (OAB 14459/AM) - Processo 0602361-23.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Evilázio de Souza Robalinho - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Intime-se a Autarquia Previdenciária, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a execução, conforme redação do artigo 535, CPC, bem como para que cumpra a obrigação de fazer constante na sentença prolatada.

ADV: AGASSIZ RUBIM DA SILVA REIS FILHO (OAB 6552/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0616826-71.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Márcio Brandão Cunha - REQUERIDO: Manaus Aerotáxi Participações Ltda. - Expeça-se alvará do valor incontroverso (R$ 6.982,34). Vista ao requerente para que se manifeste quanto à petição de fls. 192, no prazo de 5 dias.

ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JOSÉ FRANCISCO DE ASSIS (OAB 8951/AM) - Processo 0635442-26.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Liminar - REQUERENTE: Gesiene Barbosa dos Santos - REQUERIDO: Amil - Assistência Médica Internacional S/A - Hospital Santa Júlia Ltda. - Vistos, Trata-se de Embargos de Declaração movida pelo HOSPITAL SANTA JULIA LTDA., no qual pleteia que a Operadora de Planos de Saúde AMIL seja compelida a custear todas as despesas com o procedimento e demais despesas no tratamento da embargada, conforme foi concedido liminarmente na decisão provida nas fls. 84 a 91. A pretensão merece acolhimento. É que os fundamentos da decisão de fls. 84/91 foram no sentido da responsabilização da operadora do plano de assistência de saúde, restando incongruente que a parte dispositiva do decisum tenha imposto responsabilidade unicamente o codemandado nosocômio. Senão, confira-se os seguintes trechos da decisão embargada a indicar que a ratio decidendi considerou a relação jurídica havida entre autora e operdado do plano de assistência à saúde: Fixadas essas premissas, verifico que o autora fez prova satisfatória, juntando farta documentação que comprovam a relação jurídica com a parte ré, bem como o laudo médico, de onde se depreende a urgência da intervenção cirúrgica, cotação dos materiais. Ademais, a autora fora dispensada do trabalho em 06.06.2019, tendo inclusive o prazo de até 30 dias para optar pela continuidade do serviço do plano de saúde nos termos da Resolução 279/2011 e dos artigos 30 e 31 da Lei federal de nº

9.656/98 (documento anexo). (negrito e sublinhado não constam do original) Destarte, acolho o embargos de declaração no sentido de sanar a contradição apontada, substituindo, por conseguinte, o primeiro parágrafo da parte dispositiva da decisão de fl. 90 pelo seguinte texto: "Nesses termos, defere-se a tutela antecipada, para determinar que os réus, AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL LTDA e HOSPITAL SANTA JÚLIA, realizem IMEDIATAMENTE o procedimento cirúrgico requerido (cirurgia de Colecistectomia VLP), bem como arquem com todos os gastos necessários a realização do procedimento, sob pena de multa diária no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil) reais, até o limite de 20 (vinte) dias-multa.". Encaminhem-se os autos ao CEJUSC para realização de audiência de conciliação, nos termos do art. 334, do CPC. Cite-se e intime-se.

ADV: ANDRÉA GUIMARÃES PACHECO (OAB 12305/AM) - Processo 0638342-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Lucas Douglas Roberto de Lima - REQUERIDO: Centro Universitário do Norte - Uninorte - Ante o exposto, DENEGO a tutela de urgência pleiteada. Como se trata de tutela antecipada em caráter antecedente, intime-se a parte autora para aditar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 303, § 1º, I, CPC. Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidade do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação (CPC, art. 139, VI, e Enunciado 35, da ENFAM: "Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adapta-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo". Assim, havendo o aditamento no prazo, cite-se a parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Não havendo aditamento, retornem os autos conclusos para sentença extintiva, conforme artigo 303, § 2º, CPC.

ADV: ALAN YURI GOMES FERREIRA (OAB 10450/AM), ADV: PRISCILA PORTELLA COUTINHO (OAB 9433/AM) - Processo 0639591-65.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0632112-21.2019.8.04.0001) - Embargos à Execução - Penhora / Depósito/ Avaliação - EMBARGANTE: Mario Passos Asumpção - EMBARGADO: Priscila Portella Coutinho - Manifeste-se a parte embargada/exequente no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 920, I, CPC. Certifique-se a tramitação do presente embargos no processo de execução principal, apensando-se os embargos àquele.

ADV: HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER (OAB 12127/AM), ADV: RENZZO FONSECA ROMANO (OAB 6242/AM) - Processo 0639640-09.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: João Eudes Costa Sá - EMBARGADO: Condomínio Residencial Jardim Europa - Indefiro o pedido de efeito suspensivo, porquanto não cumprido o requisito previsto no final do § 1º, do art. 919, do CPC, qual seja a garantia da execução por penhora, depósito ou caução suficientes. Manifeste-se a parte embargada/exequente no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 920, I, CPC. Certifique-se a tramitação do presente embargos no processo de execução principal, apensando-se os embargos àquele.

ADV: EDUARDO HUMBERTO DENERIAZ BESSA (OAB 14181/AM) - Processo 0639661-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Anne Maria Deneriaz Papaleo Cardoso - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim, por ora, indefiro o pedido de antecipação da tutela jurisdicional. Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidade do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação (CPC, art. 139, VI, e Enunciado 35, da ENFAM: "Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adapta-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo". Assim, cite-se para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (OAB 6552/AM)
Alan Yuri Gomes Ferreira (OAB 10450/AM)
Ana Caroline Silva Picanço (OAB 14459/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andréa Guimarães Pacheco (OAB 12305/AM)
Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB 4368/AM)
Eduardo Humberto Deneriaz Bessa (OAB 14181/AM)
Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB 12127/AM)
Isael Franklin Gonçalves (OAB 12054/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Paulo Gomes Monteiro Barbosa (OAB 8657/AM)
José Francisco de Assis (OAB 8951/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Priscila Portella Coutinho (OAB 9433/AM)
Renzzo Fonseca Romano (OAB 6242/AM)

3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0263/2019

ADV: ÁLVARO RÉGIS DE MENEZES JÚNIOR (OAB 8899/AM) - Processo 0603664-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trabalho - REQUERENTE: Romilton Rodrigues Paiva - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/08/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC), ADV: KAULING E MELO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 1592/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC), ADV: VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC), ADV: ANDREA DE MELO (OAB 27089/SC), ADV: VITOR TEIXEIRA FERREIRA (OAB 39959/SC), ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0629763-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Mary Jane da Silva Costa - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da

Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 20/08/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647268-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Valdelino Conceição Lima - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 20/08/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

Álvaro Régis de Menezes Júnior (OAB 8899/AM)
ANDREA DE MELO (OAB 27089/SC)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
KAULING E MELO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 1592/SC)
LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC)
MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC)
VITOR TEIXEIRA FERREIRA (OAB 39959/SC)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MANUEL AMARO DE LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EDNA MOUZINHO BARRETO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0264/2019

ADV: MARCONDES F. LUNIERE JÚNIOR (OAB 2987/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0022675-84.2010.8.04.0012 (012.10.022675-5) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Luiz Guedes Brandao - REQUERIDO: Impressora Editorial Solimoes Ltda - Evaldo Groskof Filho - INTSSADO: BANCO AYMORÉ - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - Banco Santander S.a. - ANTE O EXPOSTO, pronuncio a prescrição e, por conseguinte, julgo extinto o feito nos moldes do artigo 487, II c/c 924, V e 925, todos do Código de Processo Civil. Sem custas processuais, bem como sem honorários, posto que a prescrição foi declarada de ofício. Havendo irresignação, remetam-se os autos ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para que que providencie o arquivamento. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. P.R.I.C.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: PEDRO LUCAS PORTUGAL AL-BEHY KANAAN (OAB 8587/AM) - Processo 0225613-04.2010.8.04.0001 (apensado ao processo 0238953-49.2009.8.04.0001) (001.10.225613-7) - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Transglobal Servicos Ltda - REQUERIDA: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS da Autora, em ambos os processos n.º 0238953-49.2009.8.04.0001 e 0225613-04.2010.8.04.000, com fulcro no art. 487, I do Novo Código de Processo Civil, confirmando as tutelas antecipadas concedidas, apenas no teor em que foram mantidas, convertendo ambos os pedidos obrigacionais em perdas e danos, condenando a Requerida em lucros cessantes na forma de lucros líquidos operacionais, pelo período em que vigorou o contrato, a ser apurado em liquidação de sentença por arbitramento, nos termos do art. 510 do Novo código de processo civil. Arcará a ré, ainda, com as custas, despesas processuais e verba honorária arbitrada em 15% sobre o valor atualizado da causa. Por fim, determino seja a presente sentença transladada para os autos de N. 0238953-49.2009.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0241982-39.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: João Sousa Araujo - III - DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado no bojo da ação monitória intentada por AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, nos termos da fundamentação supra, para: 1) Pronunciar a prescrição da pretensão de cobrança dos débitos referente ao mês de 11/2005 à 02/2009, posto que decorridos mais de dez anos, e quanto a estes, julgo extinto o processo com resolução de mérito, com fulcro no art. 487, II, do CPC; 2) Em relação ao período imprescrito, condenar a ré ao pagamento do quantum equivalente as faturas mensais de fornecimento de energia elétrica, a ser apurado em liquidação por cálculos, com incidência de juros e correção monetária, desde o vencimento de cada obrigação, conforme a súmula 43 do STJ e art. 397, caput, do CC, calculados na forma prevista na Portaria n. 1855/2016 deste E. Tribunal de Justiça; Custas e honorários advocatícios pela ré, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, todavia, isento, por ser beneficiário da justiça gratuita. Transitada em julgado a sentença, intime-se a parte interessada no cumprimento da sentença, na pessoa de seu advogado, para requerer o que entender de direito (art. 513, § 1], CPC). Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P.R.I.C.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM),

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0600215-82.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Marco Antonio Castro Teixeira - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte interessada, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, (R$ 66,50 - valor do mandado de citação monitória) conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: EDUARDO SIMÕES PASSOS (OAB 4906/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM), ADV: KEULISON DA SILVA RAMOS (OAB 8581/AM) - Processo 0600303-52.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Joria Maria Serra - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - De ordem, intimo o Embargado para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre os embargos à monitória opostos tempestivamente, nos termos do art. 702 §5º do CPC.

ADV: RENAN PEREIRA DE SOUZA LIMA (OAB 7054/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 392A/RN) - Processo 0601465-14.2017.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Enderson Thadeu Simoes Marques Viedes - REQUERIDO: Banco Bradesco (antigo HSBC PREMIER) - De ordem, intime-se o Embargado para se manifestar acerca dos Embargos de Declaração opostos tempestivamente nas fls. 145/148, no prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023 §2º CPC.

ADV: HUGO NEVES DE MORAES ANDRADE (OAB 23798/PE), ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603947-03.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: RUY MEDEIROS - REQUERIDO: Banco Pan S/A - INTSSADO: DETRAN/SP - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO - diretor detran/GO - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB) - Processo 0608484-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Amazon Combustíveis para Veículos e Construções Ltda - REQUERIDO: G. C. Transportes Ltda - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: MARCUS AURÉLIO FERNANDES SENA (OAB 10817/AM) - Processo 0608790-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alcina Martins da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: FABIOLA BORGES DE MESQUITA (OAB 54887/PR), ADV: MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER DE OLIVEIRA (OAB A1271/AM) - Processo 0609256-39.2014.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: BRASIL MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS S.A - REQUERIDO: ITA MINERACAO LTDA - De ordem, intime-se o Embargado para se manifestar acerca dos Embargos de Declaração opostos tempestivamente nas fls. 210/212, no prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023 §2º CPC.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: VASCO MACEDO VASQUES (OAB 5305/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0609909-36.2017.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: S C M Construções Ltda (Scm Serviços e Construções Ltda) - Enock Rodrigues de Melo Junior - Samuel Chaves de Melo - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM) - Processo 0611251-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Leonardo Gomes da Cruz - REQUERIDO: Banco Bmc S/A - Banco Bradesco Financiamentos S/A - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0611877-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Tainá Figueiredo Amaral - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0616539-40.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria de Nazare Silva - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte interessada, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça (R$ 66,50 - valor do mandado de citação monitória), conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: CMG - CÉSAR, MENDES & GALLARDO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 9508/AM), ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM) - Processo 0618137-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Conversão - REQUERENTE: Aldemar Maquine Bezerra - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - ATO ORDINATÓRIO De ordem, intime-se o autor para que se manifeste acerca do ofício de fls. 138/150 no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM), ADV: FELIPE ALMEIDA FERREIRA (OAB 10271/AM) - Processo 0619902-74.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: JOSÉ DO NASCIMENTO LIMA CARDOSO - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, intime-se o Embargado para se manifestar acerca dos Embargos de Declaração opostos tempestivamente nas fls. 127/129, no prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023 §2º CPC.

ADV: FABRÍCIO GUERRA FURTADO (OAB 346A/AM), ADV: MARCELLUS DE MAGALHÃES CORDEIRO JÚNIOR (OAB 7085/AM) - Processo 0619907-57.2019.8.04.0001 - Procedimento

Comum Cível - Locação de Móvel - AGRAVANTE: D.G.L.M. - AGRAVADO: F.B.N. - Diante da Decisão Interlocutória de fls. 40/41, de ordem, intimo a parte AUTORA conforme sentença de fl. 32 para que efetue o pagamento das custas processuais, conforme fls. 35, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM) - Processo 0622685-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Leoney Figliuolo Harraquian - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - TERCEIRO I: Banco Bradesco S/A - Constato o descumprimento da liminar da análise do ofício da Divisão de Pessoal/TJAM às fls; 88 e do extrato bancário do autor (fls. 90), portanto, nos termos do art. 520 do CPC/15, determino a intimação do devedor para que no prazo de 15 (quinze) dias efetue o depósito do valor de R$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), podendo apresentar em 15 (quinze) dias, se quiser, sua impugnação, nos termos do art. 525 do NCPC. Em consonância com o parágrafo 1º do art. 523, não ocorrendo pagamento voluntário no prazo assinalado, o débito será acrescido de 10% (dez por cento) de multa e, também, 10% (dez por cento) de honorários, seguindo-se os atos de expropriação.

ADV: CÁSSIO JOSÉ MATOS DE BARROS (OAB 13256/AM), ADV: DEVID VINICIUS XAVIER DA COSTA (OAB 9673/AM) - Processo 0624238-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: Condomínio Fechado Jardim dos Eucaliptos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, intimo a parte autora conforme sentença de fl. 43 para que efetue o pagamento das custas processuais, conforme fls. 47, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: RODRIGO MENDES LASMAR (OAB 12480/AM), ADV: ANA CLARA SOARES LADEIRA (OAB 7289/AM), ADV: VITOR RODRIGO SANS (OAB 160869/SP), ADV: CARLOS RICARDO DE ARAÚJO MELO (OAB 4239/AM) - Processo 0625658-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Aparecida da Silva Maciel - REQUERIDO: Toya Indústria e Comércio Ltda. - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: FERNANDA SOARES DE CASTRO VEADO (OAB 107172/MG), ADV: HELLOM LOPES ARAÚJO (OAB 105320/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: DARCILO DE MIRANDA NETO (OAB 5029/MG), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: ELISA TEIXEIRA DE FARIA (OAB 77508/MG), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: FERNANDA SILVEIRA (OAB 127076/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: FILIPE DE FILIPPO (OAB 73668/MG), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: GIULIANA MARA DOS SANTOS FREITAS (OAB 110240/MG), ADV: BARBARO DE CASTRO SILVA (OAB 135250/MG), ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: LEANDRO RAPHAEL ALVES DO NASCIMENTO (OAB 43012/MG), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: PAULO ANTÔNIO DA SILVA PASSOS (OAB 32194/MG), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: OTÁVIO VIEIRA TOSTES (OAB 118304/MG), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: VINÍCIUS FERREIRA FARIAS MONTENEGRO (OAB 131531/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: MARCELA PAGANI (OAB 81192/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: LUCAS TADEU SIMÕES (OAB 143530/MG), ADV: LUANA OTONI DE PAULA (OAB 115351/MG) - Processo 0626984-93.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: MARIA DO PERPETUO SOCORRO CARVALHO CHAPARRO - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0628364-78.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Amazongreen Industria e Comercio de Cosmeticos e Perfumaria da Amazonia Ltda - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I- Defiro o pedido de fl. 83 dos autos. II - Intime-se a parte Requerente para efetuar o pagamento da despesa de consulta eletrônica, esta cobrada POR CADA ATO (R$ 14,98 - valor da consulta e mais R$ 1,50 pela emissão do boleto, totalizando R$ 16,48), no prazo de 5 (cinco) dias, conforme Portaria 116/2017 - PTJ, tabela III, item 9. Após, proceda-se a consulta via sistemas requisitados na fl. 83, para localizar o endereço da parte requerida.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0631175-11.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria das Dores Rodrigues dos Santos - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 69, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM) - Processo 0633066-67.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Rcl Comércio de Produtos Alimentícios - REQUERIDO: Pandora Lanchonete Eireli - Me - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 36, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0634237-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paulo Jean Barros Ferreira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, INTIME-SE o Requerente para que proceda o pagamento da primeira parcela das referidas custas no prazo de 15 (quinze) dias, conforme G.R.J de páginas 91.

ADV: MARA LINDOLFO GOMES GUEDES (OAB 5116/AM), ADV: MIGUEL BARRELLA FILHO (OAB 1622/AM), ADV: ANA PAULA DA SILVA SOUSA (OAB 6608/AM), ADV: FAUSTO MENDONÇA VENTURA (OAB 2503/AM), ADV: ACÁCIA BRANCA SECO FERREIRA (OAB 2507/AM), ADV: MÔNICA VIEIRA GALATE MATTOS (OAB 5123/AM), ADV: THAYLA GALATE GOMES (OAB 7954/AM), ADV: LETÍCIA SANT'ANA XAVIER (OAB 12994/AM), ADV: FILIPE DE FREITAS NASCIMENTO (OAB 6445/AM) - Processo 0643174-97.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reivindicação - REQUERENTE: Acácia Branca Seco Ferreira - Socorro de Fátima Branca seco Ferreira - Acacio Sergio Seco Ferreira - Branca Virgínia Seco da Costa Ferreira - REQUERIDO: Manoel Messias Marques de Sousa - Solange Barella Mansan - Miguel Barrella Filho - Vania Barrella Bressane - Carla Barrella Dohr - Ana Lúcia Barrela - PERITO: Marcelo

Frassei - Ricardo Ninuma - Valderedo Januário da Costa Júnior - Valério Ladeira Luniére - De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo Pericial de fls. 1074/1130 no prazo de 15 dias, conforme § 1º do art. 477 do CPC.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: ALEXANDRE PENA DE CARVALHO (OAB 4208/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0711329-60.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Osmerino Muca de Souza - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Banco Itaú S/A - Service Premium Recuperadora de Credito Ltda. - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: TAÍS MIRANDA RODRIGUES (OAB 7743/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: GABRIEL WILLIAM FACHIN LIMA (OAB 8518/AM), ADV: ROBERTO PONTES DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 9142/AM) - Processo 0718041-66.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: LYDIANNE SANTOS DE SOUSA - RISOMAR GOMES DE SOUSA - REQUERIDO: Patri Doze Empreendimentos Imobiliários Ltda - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

Acácia Branca Seco Ferreira (OAB 2507/AM)
Alexandre Fleming Neves de Melo (OAB 6142/AM)
Alexandre Pena de Carvalho (OAB 4208/AM)
Alexandre Silveira do Nascimento (OAB 118432/MG)
Ana Clara Soares Ladeira (OAB 7289/AM)
Ana Paula da Silva Sousa (OAB 6608/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
BARBARO DE CASTRO SILVA (OAB 135250/MG)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carlos Ricardo de Araújo Melo (OAB 4239/AM)
Cássio José Matos de Barros (OAB 13256/AM)
CMG - César, Mendes & Gallardo Advogados Associados (OAB 9508/AM)
DARCILO DE MIRANDA NETO (OAB 5029/MG)
Devid Vinicius Xavier da Costa (OAB 9673/AM)
Ediney Costa da Silva (OAB 7646/AM)
Eduardo Simões Passos (OAB 4906/AM)
ELISA TEIXEIRA DE FARIA (OAB 77508/MG)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Fabiano da Silva Maciel (OAB 5005/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fabiola Borges de Mesquita (OAB 54887/PR)
Fabrício Guerra Furtado (OAB 346A/AM)
Fausto Mendonça Ventura (OAB 2503/AM)
Felipe Almeida Ferreira (OAB 10271/AM)
FERNANDA SILVEIRA (OAB 127076/MG)
FERNANDA SOARES DE CASTRO VEADO (OAB 107172/MG)
FILIPE DE FILIPPO (OAB 73668/MG)
Filipe de Freitas Nascimento (OAB 6445/AM)
Francisco dos Santos Silva (OAB 3458/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Gabriel William Fachin Lima (OAB 8518/AM)
GIULIANA MARA DOS SANTOS FREITAS (OAB 110240/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amorim Corrêa (OAB 5071/AM)
GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
HELLOM LOPES ARAÚJO (OAB 105320/MG)
HUGO NEVES DE MORAES ANDRADE (OAB 23798/PE)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Jair Alves Corrêa (OAB 5317/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 392A/RN)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Keulison da Silva Ramos (OAB 8581/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
LEANDRO RAPHAEL ALVES DO NASCIMENTO (OAB 43012/MG)
Letícia Sant'ana Xavier (OAB 12994/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
LUANA OTONI DE PAULA (OAB 115351/MG)
LUCAS TADEU SIMÕES (OAB 143530/MG)
Luciana Cristina Rodrigues (OAB 3671/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Magda Luiza Rigodanzo Egger de Oliveira (OAB A1271/AM)
Mara Lindolfo Gomes Guedes (OAB 5116/AM)
MARCELA PAGANI (OAB 81192/MG)
Marcellus de Magalhães Cordeiro Júnior (OAB 7085/AM)
Marcondes F. Luniere Júnior (OAB 2987/AM)
MARCUS AURÉLIO FERNANDES SENA (OAB 10817/AM)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
Miguel Barrella Filho (OAB 1622/AM)
monica nazaré picanço dias bonolo (OAB 6929/AM)
Mônica Vieira Galate Mattos (OAB 5123/AM)
Neiva Evangelista Barboza (OAB 3187/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nívea da Silva Corado (OAB 5490/AM)
OTÁVIO VIEIRA TOSTES (OAB 118304/MG)
PAULO ANTÔNIO DA SILVA PASSOS (OAB 32194/MG)
Pedro Lucas Portugal Al-Behy Kanaan (OAB 8587/AM)
Priscila Soares Feitoza (OAB 4656/AM)
RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Renan Pereira de Souza Lima (OAB 7054/AM)
Riulna Ventura Muller (OAB 6654/AM)
Roberto Pontes do Nascimento Júnior (OAB 9142/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Mendes Lasmar (OAB 12480/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Samira Caminha (OAB 5267/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Taís Miranda Rodrigues (OAB 7743/AM)
Tatiane Medina Oliveira (OAB 6336/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thayla Galate Gomes (OAB 7954/AM)
Vanylton Bezerra dos Santos (OAB 7719/AM)
Vasco Macedo Vasques (OAB 5305/AM)
VINÍCIUS FERREIRA FARIAS MONTENEGRO (OAB 131531/MG)
Vitor Rodrigo Sans (OAB 160869/SP)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)

4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO NAIRA NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL OCIAN VIRGILIO AYRES

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0240/2019

ADV: JAIR FERREIRA RODRIGUES (OAB 1275/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: JOSÉ MAURÍCIO DOS SANTOS TOMAZ (OAB 3604/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3995/AM), ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM) - Processo 0012970-08.2004.8.04.0001 (001.04.012970-6) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - REQUERIDO: Salvador Dias de Oliveira - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente. Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls.202/213, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM), ADV: EURICO FERNANDES ALVES JÚNIOR (OAB 4456/AM), ADV: EDSON JOSÉ CAALBOR ALVES (OAB 86705/SP), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM) - Processo 0089023-30.2004.8.04.0001 (001.04.089023-7) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Protenorte Materiais de Segurança e Representações Ltda - REQUERIDO: Jose Murilia Bozza Comercio e Industria Ltda - CONCLUSÃO Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação movida por PROTENORTE MATERIAIS DE SEGURANÇA E REPRESENTAÇÕES LTDA. contra JOSÉ MURILIA BOSSA COMERCIO E INDUSTRIA LTDA., com fundamento no art. 487, II, do Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra, sem prejuízo de que a demanda seja renovada, desde que os autos estejam devidamente instruídos. Determino a baixa no SAJ e na Distribuição, bem como o arquivamento dos autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM), ADV: EDSON DE OLIVEIRA (OAB 480/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0242254-38.2008.8.04.0001 (001.08.242254-1) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: H. N. Souza - REPTANTE: Helio Nobre de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco e outro - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 1.023, § 2º do NCPC), sobre os embargos declaratórios opostos, nos termos do art. 1º, inciso XXIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ENEIDA DOS SANTOS BATISTA (OAB 9440/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM) - Processo 0601103-46.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Vangela Alves de Oliveira - REQUERIDO: São Daniel Empreendimentos Imobiliarios Ltda, - Santa Leônica Empreendimentos Imobiliários Ltda - Capital Rossi Empreendimentos S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 1.023, § 2º do NCPC), sobre os embargos declaratórios opostos, nos termos do art. 1º, inciso XXIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM) - Processo 0609761-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luiz Ferreira de Souza - REQUERIDO: Massa Falida de Banco Morada S.a - No caso sub examen, entendo presentes os requisitos para a concessão da medida e, a fim de evitar grave prejuízo ou de difícil reparação, DECIDO antecipar PARCIALMENTE os efeitos da tutela, e DETERMINO que seja intimada a parte requerida para que providencie, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento desta determinação, a liberação provisoria da margem de consignatória do requerente, relativamente ao discutido nestes autos, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos e, tudo de conformidade com o artigo 294 e ss. da Lei do Rito Civil. Faço-o com arrimo na existência de prova inequívoca e diante da induvidosa verossimilhança da alegação. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$ 500,00 (duzentos reais), até o limite de 10 dias-multa, a serem suportados pela parte ré. Da inversão do ônus da prova. Por entender como verossímil a alegação da parte autora, DETERMINO a inversão do ônus da prova em seu favor, estabelecendo-se incontinenti a paridade no tratamento processual, consoante permissivo que exsurge do artigo 6°, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Dos procedimentos de praxe. 1- Após a citação/intimação da parte a acerca da liminar concedida, paute-se audiência de conciliação, nos termo do artigo 334 e ss. do CPC e intime-se as partes. Ressalvo que o prazo de contestação fluirá após a audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC. E a não apresentação de contestação implicará na aplicação das medidas contidas nos artigos 344 e ss., do Código de Processo Civil, salvo se a demanda versar sobre direito indisponível. Outrossim, no mesmo prazo, a parte ré deverá informar, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide. 2- Apresentada contestação e havendo alegação de preliminares, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a contestação, nos termos do art. 351, do Código de Processo Civil, indicando, motivadamente, as provas que pretende produzir ou requerendo o julgamento antecipado da lide. Destaco às partes que requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, fica desde logo indeferido. 3- Havendo juntada de documentos por ocasião da réplica, determino, à parte requerida que se manifeste acerca da referida documentação. 4- Caso seja ou não necessária a réplica, já tenha sido apresentada ou já tenha decorrido o prazo para sua apresentação, voltem-me os autos conclusos para designação de audiência ou deliberação sobre o pedido de julgamento antecipado da lide, se for o caso. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho deverá ser dado pelos próprios servidores, na forma do art. 206 e ss. do Código de Processo Civil. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO DE ALMEIDA SOUZA COELHO (OAB 9919/AM), ADV: MICHELLE NASCIMENTO TACHY COELHO (OAB 9918/AM), ADV: MICHELLE NASCIMENTO DA SILVA TACHY (OAB 830A/AM), ADV: NAIRO AGUIAR CORDEIRO (OAB 7058/AM) - Processo 0610162-29.2014.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: FIO DE ÁGUA LAVANDEIRIAS LTDA - CONSIGNADO: IMS

REPRESENTAÇÃO DE ARTIGOS DE VESTUÁRIO LTDA - ME - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerido/Executado; para: (X) Manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 1.023, § 2º do NCPC), sobre os embargos declaratórios opostos, nos termos do art. 1º, inciso XXIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: KIZZY DE PAULA MOTA (OAB 188759/RJ) - Processo 0619639-03.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Residencial Palmeiras - REQUERIDA: Marcele Assunção da Silva - Feito executório. Cite-se o executado, para no prazo de três (03) dias efetuar o pagamento da quantia em execução, indicado na petição de fls. 28-30, sob pena de penhora e avaliação de tantos de seus bens quantos bastem, para a garantia do pagamento da divida e acréscimos legais decorrentes, na forma do artigo 829 do CPC. Após a publicação deste despacho, a parte, em quinze dias, deve apresentar o comprovante de recolhimento das custas do oficial de justiça, sob pena de extinção do feito. Não havendo a comprovação, encaminhem-se os autos para sentença extintiva. Havendo comprovação do pagamento das custas, expeça-se o respectivo mandado. No mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a serem cumpridas pelo oficial de justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrando o executado, faça o Oficial de Justiça a penhora dos bens que for necessário, devendo indicar nos autos respectivos a estimativa de valor dos bens, conforme preceitua o artigo 830 do CPC. Art. 830. Se o oficial de justiça não encontrar o executado, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução. § 1o Nos 10 (dez) dias seguintes à efetivação do arresto, o oficial de justiça procurará o executado 2 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido. O devedor deve ser intimado para embargar a execução no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 914 e seguintes, do CPC. Havendo embargos à execução, voltem-me os autos conclusos. Fixo, de plano os honorários do patrono do exequente, a serem pagos pelo executado, no equivalente a 10% (dez por cento) do valor da execução, nos termos do art. 827 do CPC. Decorrido o prazo, sem manifestação da parte executada, intime-se o exequente para requerer o que entender de direito. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CELERINO LEITE JÚNIOR (OAB 6481/AM) - Processo 0632929-22.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Santiago Administração e Participações Ltda - REQUERIDO: Black Pub e Restaurante Ltda - Me - Nivea Maria Goncalves Gomes - No caso sub examen, entendo presentes os requisitos para a concessão da medida e, a fim de evitar grave prejuízo ou de difícil reparação, DECIDO antecipar PARCIALMENTE os efeitos da tutela, e DETERMINO que seja intimada a parte requerida para que providencie, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento desta determinação, que desocupe de imediato o referido imóvel, relativamente ao discutido nestes autos, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos e, tudo de conformidade com o artigo 294 e ss. da Lei do Rito Civil. Faço-o com arrimo na existência de prova inequívoca e diante da induvidosa verossimilhança da alegação. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$ 500,00 (Quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa, a serem suportados pela parte ré. Dos procedimentos de praxe. 1- Após a citação/intimação da parte a acerca da liminar concedida, paute-se audiência de conciliação, nos termo do artigo 334 e ss. do CPC e intime-se as partes. Ressalvo que o prazo de contestação fluirá após a audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC. E a não apresentação de contestação implicará na aplicação das medidas contidas nos artigos 344 e ss., do Código de Processo Civil, salvo se a demanda versar sobre direito indisponível. Outrossim, no mesmo prazo, a parte ré deverá informar, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide. 2- Apresentada contestação e havendo alegação de preliminares, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a contestação, nos termos do art. 351, do Código de Processo Civil, indicando, motivadamente, as provas que pretende produzir ou requerendo o julgamento antecipado da lide. Destaco às partes que requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, fica desde logo indeferido. 3- Havendo juntada de documentos por ocasião da réplica, determino, à parte requerida que se manifeste acerca da referida documentação. 4- Caso seja ou não necessária a réplica, já tenha sido apresentada ou já tenha decorrido o prazo para sua apresentação, voltem-me os autos conclusos para designação de audiência ou deliberação sobre o pedido de julgamento antecipado da lide, se for o caso. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho deverá ser dado pelos próprios servidores, na forma do art. 206 e ss. do Código de Processo Civil. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM) - Processo 0634696-61.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Coencil - Comércio, Importação e Exportação Ltda - CONSIGNADO: Condomínio Parque São José do Rio Negro - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 16 de setembro de 2019, às 11 horas, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC).

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0636826-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Bradesco Cartões S/A - REQUERIDA: Patricia Del Pilar S Sicchar - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 16 de setembro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC).

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0636902-48.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Jander Printes de Oliveira - Intime-se o autor, para efetuar o pagamento das custas do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: NATASHA CAVALCANTE DA COSTA MARTINS (OAB 13091/AM) - Processo 0637158-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Bronzileia de Souza Moreira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Isto posto, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, carreando a declaração de Imposto de Renda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, comprovação de gastos e rendimentos, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 320, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inicial, na forma do artigo 321, caput e parágrafo único, do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB

1011/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0710272-07.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Joaquim Heraldo Brito de Sousa - Intime-se a parte autora para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: RAIMUNDO NONATO PINHEIRO DE ALMEIDA (OAB 2365/AM), ADV: PAULA DONOLINA MEIRELES RAMOS (OAB 8559/AM), ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM) - Processo 0712704-96.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: MARIA CELIA DE CASTRO - Como requer fls. 196, expeça-se competente alvará. Ato contínuo, defiro a pesquisa de ativos junto aos sistemas Renajud e Infojud (última declaração do imposto de renda). Intime-se a parte interessada para recolher as custas por atos processuais, no prazo de 15 dias, sob pena de arquivamento. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: ANTÔNIO DE SOUZA FILHO (OAB 8123/AM), ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM), ADV: MÁRCIO ALEXANDRE SILVA (OAB 2970/AM), ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM), ADV: RUY GAMA E SILVA (OAB 312A/AM), ADV: ROSÂNGELA LEMOS DE MELLO GUIMARÃES (OAB 2747/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0715698-97.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Perpétuo Socorro Calixto Amorim - Cleide Maria Calixto Correa - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente;para: (X) Contrarrazoar, no prazo de 15 (quinze) dias o recurso de apelação juntado às fls.261/271, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, § 2º e 1.010. §§ 1º e 2º, NCPC). Com o decurso do prazo, proceda-se a remessa dos autos, após as formalidade legais, ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1º, inciso XXX, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Antônio de Souza Filho (OAB 8123/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
Celerino Leite Júnior (OAB 6481/AM)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Edgar Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3995/AM)
Edson de Oliveira (OAB 480/AM)
EDSON JOSÉ CAALBOR ALVES (OAB 86705/SP)
Eneida dos Santos Batista (OAB 9440/AM)
Eurico Fernandes Alves Júnior (OAB 4456/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)
Jair Ferreira Rodrigues (OAB 1275/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
José Maurício dos Santos Tomaz (OAB 3604/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kizzy de Paula Mota (OAB 188759/RJ)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Luciano de Almeida Souza Coelho (OAB 9919/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Márcio Alexandre Silva (OAB 2970/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
MICHELLE NASCIMENTO DA SILVA TACHY (OAB 830A/AM)
Michelle Nascimento Tachy Coelho (OAB 9918/AM)
Nairo Aguiar Cordeiro (OAB 7058/AM)
Natasha Cavalcante da Costa Martins (OAB 13091/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paula Donolina Meireles Ramos (OAB 8559/AM)
Priscila Pacheco Ferreira (OAB 5364/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Raimundo Nonato Pinheiro de Almeida (OAB 2365/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Rosângela Lemos de Mello Guimarães (OAB 2747/AM)
Ruy Gama e Silva (OAB 312A/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)

5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0196/2019

ADV: REMULO JOSE NASCIMENTO (OAB 118/AM), ADV: RÔMULO JOSÉ FERNANDES DA SILVA (OAB 1818/AM), ADV: MARCOS ALDENIR FERREIRA RIVAS (OAB 2250/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM) - Processo 0010791-49.1996.8.04.0012 (012.96.010791-1) - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: A G de Matos Transportes e Comercio Ltda - REQUERIDO: Petrobras Distribuidora S.A - Vistos etc. HOMOLOGO o acordo firmado entre as partes, conforme fls. 263-265. Expeça-se alvará em favor do patrono requerido, conforme fls. 274-277. Após, baixem-se e arquivem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0048720-42.2002.8.04.0001 (001.02.048720-8) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048/AM) - Processo 0051442-49.2002.8.04.0001 (001.02.051442-6) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP) - Processo 0052004-58.2002.8.04.0001 (001.02.052004-3) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ,, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP) - Processo 0054015-60.2002.8.04.0001 (001.02.054015-0) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ CARLOS DE MORAES BEZERRA (OAB 151A/AM), ADV: JOSÉ CARLOS DE MORAES BEZERRA (OAB 16566/SP), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: EDNILSON PIMENTEL MATOS (OAB 1799/AM) - Processo 0101540-67.2004.8.04.0001 (001.04.101540-2) - Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: Matam - Montagens Técnicas e Manutenção Ltda. - REQUERIDA: A Empresa de Revitalização do Porto de Manaus S/A - Vistos etc. Oficie-se, como requerido à fl. 725, ao Desembargador Federal Presidente do TRF 1ª região, para efetivar a penhora de crédito oriundo de precatórios (nº 0118573-58.2015.4.01.9198 e nº 02222204-76.4.01.9198) que beneficiem a EMPRESA DE REVITALIZAÇÃO DO PORTO DE MANAUS S/A (executada nestes autos), no valor da execução. Cumpra-se.

ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: VERÔNICA FLORES DE MEDEIROS RAPOSO (OAB 4736/AM), ADV: ALESSANDRA DANIELE DE CARVALHO COSTA GUERREIRO (OAB 7778/AM), ADV: ÂNGELA MARIA BRANDÃO (OAB 3556/AM), ADV: FAUSTO MENDONÇA VENTURA (OAB 2503/AM), ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM) - Processo 0208745-48.2010.8.04.0001 (001.10.208745-9) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Veronica Flores de Medeiros Raposo - Thomé de Medeiros Raposo Filho - Balbina Mestrinho de Medeiros Raposo - Laura Maria de Almeida Borel e outros - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca da petição de fl. 779/832, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES (OAB 438/AM) - Processo 0209816-51.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Roger Rosa da Silva Moreira - REQUERIDO: Santos e Dias Comércio e Serviços Técnicos de Engenharia Ltda - Vistos etc. Para penhora de bens dos sócios, necessária a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica, assim, diga o exequente se há interesse no procedimento especial do art. 133 e seguintes do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM) - Processo 0227581-69.2010.8.04.0001 (001.10.227581-6) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Hyssa Abrahin e Cia Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para apresentar demonstrativo de cálculo atualizado necessário à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: DELCILENE REBOUÇAS SILVA LOPES (OAB 7453/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM) - Processo 0232899-33.2010.8.04.0001 (001.10.232899-5) - Cumprimento de sentença - Cancelamento de Protesto - REQUERENTE: North Manaus Importadora e Exportadora de Produto de Informatica Ltda. e outro - REQUERIDA: Caminha Consultoria Empresarial Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARIA DE NAZARETH FARIAS DO NASCIMENTO (OAB 3182/AM), ADV: RICARDO WAGNER DA COSTA MONTE (OAB 4436/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: EDUARDO LUIZ BROCK (OAB 91311/SP), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0238823-59.2009.8.04.0001 (001.09.238823-0) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Maria Eduarda Rodrigues Almeida - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S.A. e outro - Vistos etc. Intime-se o requerido para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento voluntário do montante da condenação, sob pena de ser a este acrescida multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 do CPC. Expeça-se alvará em favor do representante do autor para levantamento dos valores depositados. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0245212-89.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0246934-61.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCUS VINÍCIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 130124/SP) - Processo 0247652-92.2010.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: BRF - BRASIL FOODS S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar/corrigir o endereço que deverá constar no mandado, no prazo legal de 05

(cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc.

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0261309-67.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERI JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0369572-38.2007.8.04.0001 (001.07.369572-7) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A e outro - Vistos etc. Intime-se o autor para, em 15 (quinze) dias, juntar cópia do acordo feito entre as partes. Cumpra-se.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: IRLANE LIMA DE OLIVEIRA ARAÚJO (OAB 7784/AM), ADV: DEBORAH FARIAS CAVALCANTE (OAB 7822/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 147020/SP) - Processo 0600085-92.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B.V. Financeira S.A. C.F.I. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680/AM) - Processo 0601089-96.2015.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: EUCATUR PNEUS LTDA - Vistos etc. Dado o lapso temporal entre a última movimentação processual e o presente despacho, intime-se o autor, pessoalmente e via publicação, para manifestar interesse no prosseguimento do feito, indicando a medida pretendida, no prazo de 5 (cinco) dias, pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: LUCIENE HELENA DA SILVA DIAS (OAB 4697/AM), ADV: ARIZZA RACHEL MORAIS DA CUNHA (OAB 7826/AM) - Processo 0601944-46.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: ROSIMEIRY HAYDEN DE FARIAS - Vistos etc. Desnecessária a intimação pessoal do devedor revel que não tenha advogado constituído nos autos, nos termos do art. 346 do CPC/2015. Assim, fluirá o prazo a partir da data da publicação da decisão de cumprimento do julgado no diário da justiça eletrônico. Intime-se a exequente para que dê prosseguimento à presente execução, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0602963-77.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Pendente de citação, apesar das medidas já tomadas para tanto. Não se pode admitir que o processo tramite sem que a requerida seja integrada na relação processual. Assim, defiro desde já a utilização dos seguintes meios de consulta de endereços, desde que não tenham sido utilizados anteriormente no processo: Infojud, Bacenjud, Renajud e Siel, ficando o requerente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta na mesma petição em que a solicite. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, inclusive para citação por hora certa, ficando o requerente também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicite. Esgotados os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o autor apresentar novo endereço obtido por diligências próprias, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. A qualquer tempo o requerente poderá solicitar a conversão do feito para execução de título extrajudicial, na forma do art. 4º, do DL 911/1969. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas ou apresentação de novo endereço, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ARIANE ANDRADE DA SILVA (OAB 10809/AM), ADV: RUY MIRAGLIA DA SILVEIRA (OAB 46428/SP) - Processo 0606671-43.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: JULIANA CELY DA SILVA BARROS - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: TÂMARA MENDES GONÇALVES DE SOUSA (OAB 6857/AM), ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: MIDIAN BRASIL DAL MEDICO (OAB 10839/AM) - Processo 0606991-30.2015.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: WOLACE BARRONCAS BRASIL - Vistos etc. Expeça-se mandado conforme indicado à fl. 40. À Secretaria, para providências. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0608619-54.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM) - Processo 0610405-02.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: Tintão Tintas e Materiais de Construção Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Outrossim, em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no mesmo prazo acima assinalado.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0610618-37.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB) - Processo 0610890-02.2016.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Atem's Distribuidora de Petróleo Ltda. - Em

conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados Bacenjud, Renajud e Infojud, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG), ADV: CAIO KANAWATI SOARES (OAB 10104/AM), ADV: FÁBIO VINÍCIUS LESSA CARVALHO (OAB 5614/AM), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ) - Processo 0611163-78.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - REQUERIDO: Maria Rita de Souza Peres e outro - Vistos etc. Intime-se o autor para se manifestar acerca da certidão do Oficial de Justiça juntada à fl. 53, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0611314-39.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: S.B.S. - Indefiro o pedido de fl. 61. Pendente de citação, apesar do esforço já despendido para concretização do ato, não se pode admitir que o processo tramite sem que a requerida seja integrada na relação processual. Assim, defiro desde já a utilização dos seguintes meios de consulta de endereços, desde que não tenham sido utilizados anteriormente no processo: Infojud, Bacenjud, Renajud e Siel, ficando o requerente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta na mesma petição em que a solicite. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, inclusive para citação por hora certa, ficando o requerente também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicite. Esgotados os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o autor apresentar novo endereço obtido por diligências próprias, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. A qualquer tempo o requerente poderá solicitar a conversão do feito para execução de título extrajudicial, na forma do art. 4º, do DL 911/1969. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas ou apresentação de novo endereço, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0612101-68.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISAEL FRANKLIN GONÇALVES (OAB 12054/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: DANIELLE DELGADO GONÇALVES (OAB 9983/AM) - Processo 0612383-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Glenes Franklin da Silva - INTSSADO: Banco Credicard S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0612782-43.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos etc. Tendo em vista a juntada do Mandado sem cumprimento, intime-se o autor para promover nova citação, no prazo legal de 15 (quinze) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intime-se o requerente, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0614628-95.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos etc. Defiro pedido de fl. 88, para que o requerido seja citado por carta, via AR, no endereço indicado na petição. Custas devidamente recolhidas (fls. 91/92), expeça-se carta. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0614841-38.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Expeça-se mandado na forma indicadad pela autora, condicionado ao pagamento de emolumentos judiciais, por parte da requerente, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0615635-25.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: ALESSANDRA AZEVEDO ARAÚJO FURTUNATO (OAB 4705/AC) - Processo 0616398-21.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Rci Brasil S/A - REQUERIDO: Samuel Almeida de Oliveira - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0617312-61.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Expeça-se mandado na forma indicada pela autora, condicionado ao pagamento de emolumentos judiciais, por parte da requerente, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0617631-24.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: TAYLISE CATARINA ROGÉRIO SEIXAS (OAB 182694/SP), ADV: BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR (OAB A1133/AM), ADV: BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR (OAB 131896/SP) - Processo 0617779-06.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Vistos etc. Uma vez que, até o presente momento, não foi cumprido o mandado expedido por este Juízo, expeça-se novo mandado,

sem a necessidade de pagamento de custas. À Secretaria, para providências. Cumpra-se.

ADV: ROGERIO MARCELINO ALVES (OAB 94317/MG), ADV: PAULO HENRIQUE DE ARAÚJO (OAB 142987/MG) - Processo 0618252-60.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: VENTURA MAR IINDUSTRIA E COMERCIO DE EMBARÇÕES LTDA. - Vistos etc. Intime-se o autor, pessoalmente e via publicação, para manifestar interesse no prosseguimento do feito, indicando a medida pretendida, no prazo de 5 (cinco) dias, pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0618921-79.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Expeça-se mandado em endereço indicado pela autora, sem a necessidade de pagamento de custas, tão somente, para esta diligência. Cumpra-se.

ADV: FELIPE GUSTAVO DE AVILA CARREIRO (OAB 27333/DF) - Processo 0619418-59.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Pagamento - REQUERENTE: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/DN - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0619599-31.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Expeça-se mandado em endereço indicado pela autora, condicionado ao pagamento de emolumentos judiciais, por parte da requerente, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0620522-81.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0620804-85.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: I.U. - Vistos etc. Em virtude do não retorno injustificado do mandado de fl. 72, determino a expedição de novo mandado, sem a necessidade de novo pagamento de custas. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0621936-22.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Expeçam-se ofícios, condicionado ao pagamento de emolumentos judiciais, por parte da requerente, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ), ADV: FÁBIO VINÍCIUS LESSA CARVALHO (OAB 5614/AM) - Processo 0622160-23.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MIQUÉIAS MATIAS FERNANDES (OAB 1516/AM), ADV: JOENILSON DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 3178/AM), ADV: FRANCISCO UBIRATÃ SANTOS MOREIRA (OAB 3176/AM) - Processo 0622671-16.2019.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Hilton César de Souza Bessa - REQUERIDO: Amauri Batista Colares e outro - Vistos etc. Os requeridos juntaram aos autos manifestações do Estado do Amazonas e do Município de Manaus, fls. 111-112, dando conta da superposição da área de matrículas que englobam o terreno indicado na inicial com outras três matrículas, sendo uma delas em nome do Estado do Amazonas. Ademais, o autor apresenta apenas Escritura Pública de Compra e Venda, sem demonstrar o registro desta escritura na matrícula do imóvel, fragilizando profundamente a argumentação de que é proprietário do bem, fls. 26-29 e 35-38. Assim, reconsidero a decisão de fl. 88, para determinar o retorno da posse e propriedade ao status quo ante, com reintegração dos requeridos no imóvel objeto da lide, no prazo de 15 dias. Intimem-se as partes para manifestação em 15 dias. Intime-se o Estado do Amazonas para dizer de seu interesse no feito. Intimem-se os requeridos para, no mesmo prazo, recolherem os emolumentos do oficial de justiça. Após, expeça-se mandado. Cumpra-se.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: ANDRÉ RICARDO CABRAL PIO (OAB 6688/AM) - Processo 0623146-69.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Rc Recebíveis Ltda - REQUERIDO: P A Maduro dos Santos Epp e outros - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0623659-13.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Tendo em vista que o AR de fl. 95 foi assinado por pessoa diversa do citando, intime-se o requerente a promover nova citação, por carta ou oficial de justiça, atendendo o disposto no art. 242 c/c 248, §1º, ambos do CPC. Atente-se o requerente ao pagamento dos emolumentos ou custas postais do ato citatório pleiteado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: INGRID GODINHO DODÔ (OAB 9425/AM), ADV: THAIZA FABIANNE CARRIÇO CORRÊA (OAB 4745/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM) - Processo 0623770-55.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Karin Smaniotto Barra - REQUERIDO: Aquarela Construções Eireli - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8310/AM) - Processo 0623918-71.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Lilian Meire Soares de Freitas - ME - Vistos etc. Intime-se o autor, pessoalmente e via publicação, para manifestar interesse no prosseguimento do feito, indicando a medida pretendida, no prazo de 5 (cinco) dias, pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 107414/SP) - Processo 0624029-84.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos etc. Intime-se o autor, pessoalmente, para manifestar interesse no prosseguimento do feito, indicando a medida pretendida, no prazo de 5 (cinco) dias,

pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0624055-48.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos etc. Defiro pedido de fls. 102/103, para que seja expedido novo mandado ao endereço indicado na petição. Intime-se o requerente a recolher, no prazo de 15 (quinze) dias, os emolumentos do Oficial de Justiça. Após expeça-se o mandado. Cumpra-se.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM), ADV: MÁRCIA REGINA RESENDE DOMINICALE (OAB 92284/MG), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0625056-39.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: GISELE SAMPAIO FERNANDES (OAB 4621/AM) - Processo 0625413-24.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaú Veículos S/A - Vistos etc. Intime-se o autor, pessoalmente, para manifestar interesse no prosseguimento do feito, indicando a medida pretendida, no prazo de 5 (cinco) dias, pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: GISELLE CORDEIRO SAMPAIO (OAB 8091/AM), ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0625729-37.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Vistos etc. Intime-se o autor, pessoalmente, para manifestar interesse no prosseguimento do feito, indicando a medida pretendida, no prazo de 5 (cinco) dias, pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0625810-10.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ARMANDO DE SOUZA NEGRÃO (OAB 1982/AM) - Processo 0625960-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Andrey Pacheco Santana e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca dos ARs juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0626278-08.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Ruth Lene Inacio Vieira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos etc. Em observância ao contraditório, intime-se a autora para se manifestar acerca dos documentos juntados às fls. 265/267, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: MARCOS ANTÔNIO DE LUNA (OAB 10880/AM), ADV: CASSIANO CASTRO RIBEIRO (OAB 10586/AM) - Processo 0626321-08.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Equirio Comercio Varejista de Equipamentos Maritimos Ltda - Vistos etc. Defiro pedido de Renajud. Custas devidamente recolhidas (fl. 185). Após o cumprimento da medida, intime-se o autor a se manifestar quanto ao resultado. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0626323-12.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Itapeva Vii Multicarteira Fundo de Ivestimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados - Vistos etc. Intime-se o autor, pessoalmente, para falar sobre as tratativas de acordo mencionadas em petição de fls. 135 ou manifestar interesse no prosseguimento do feito, indicando a medida pretendida, no prazo de 5 (cinco) dias, pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0626818-85.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0626969-27.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Tendo em vista que o AR de fl. 65 foi assinado por pessoa diversa do citando, intime-se o requerente a promover nova citação, por carta ou oficial de justiça, atendendo o disposto no art. 242 c/c 248, §1º, ambos do CPC. Atente-se o requerente ao pagamento dos emolumentos ou custas postais do ato citatório pleiteado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: DANIELLE MENEZES COELHO (OAB 11856/AM), ADV: POLIANA CRISTINA PAIVA DA SILVA (OAB 12786/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0628304-08.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Leno Dias Dacio - Vistos etc. Diga o requerente sobre a petição de fls. 61/62, prazo de 15 dias. Cumpra-se.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG) - Processo 0628567-50.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0628962-32.2019.8.04.0001 - Habilitação - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Vera Lucia da Silva Taveira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 10/10/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 01 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros

Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0629123-76.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para corrigir o endereço que deverá constar no mandado, no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc. Tendo em vista que o CEP indicado não condiz com o bairro, tornando difícil localizar a Zona correta para o cumprimento do mandado.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0629123-76.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos etc. Intime-se o autor a pagar, no prazo de 15 (quinze) dias, os emolumentos do oficial de justiça, atentando ao valor de cada uma das diligências pleiteadas ("penhora/avaliação e intimação", "citação" etc.), conforme estabelecido na Tabela 03, que vai anexa a este despacho, da Lei Estadual 4.408/16, pena de extinção por abandono. Efetuado corretamente o pagamento, expeça-se o respectivo mandado. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0629367-05.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: NELY MIRANDA DE SOUZA (OAB 11156/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ELISÂNGELA NOGUEIRA RODRIGUES (OAB 3433/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM) - Processo 0629424-96.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Gleide Pedro Damasceno e outro - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Vistos etc. Mantenho decisão de fls. 394-395 no sentido de que o réu deve pagar 100% do valor dos honorários periciais, o que foi devidamente acordado em audiência de Instrução, conforme fls. 378-382. Após apresentação dos honorários pelo perito designado, intime-se o requerido para deposito do valor em 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0629627-87.2015.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DO AMAZONAS - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados Bacenjud, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0629711-88.2015.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Associação dos Procuradores do Estado do Amazonas - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados Bacenjud e Renajud, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0630118-89.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Francisco Machado Rodrigues - Vistos etc. Intimem-se as partes para que digam, no prazo de 15 (quinze) dias, se há interesse em audiência de instrução e julgamento, justificando sua utilidade ao deslinde da causa. Em caso negativo e dentro do mesmo prazo, que especifiquem as provas que pretendem produzir ou requeiram o que entenderem de direito. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: MARIA DO ROSÁRIO DE OLIVEIRA MELO (OAB 5385/AM), ADV: RENAN BARBOSA DE AZEVEDO (OAB 23112/CE), ADV: GISELE SAMPAIO FERNANDES (OAB 4621/AM), ADV: MAXIMILIANO CARLOS DA SILVA BARBOZA (OAB 8547/AM) - Processo 0630444-25.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0617896-65.2013.8.04.0001) - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: JAIRO MAURICIO DE SOUZA RODRIGUES - Vistos etc. Oficie-se o juízo deprecado para informar sobre o cumprimento da carta precatória. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0631102-39.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0632241-02.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A

- Vistos etc. Expeçam-se ofícios, conforme indicado pela autora, condicionado ao pagamento de emolumentos judiciais, por parte da requerente, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0632295-65.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Expeçam-se ofícios, conforme indicado pela autora, condicionado ao pagamento de emolumentos judiciais, por parte da requerente, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALBERT DOS SANTOS MOTHE (OAB 166839/RJ), ADV: ANTÔNIO ROQUE DE ALBUQUERQUE JÚNIOR (OAB 22463/CE), ADV: JÉSSICA FERREIRA BOTELHO (OAB 6826/AM) - Processo 0633142-62.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Garrido e Guzman Comercial de Acessórios Ltda - EXECUTADO: Orum Comércio Ltda Me - Vistos etc. Intime-se o requerido para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento voluntário do montante da condenação, sob pena de ser a este acrescida multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 do CPC. Cumpra-se.

ADV: MARCELO LADEIRA OLIVEIRA (OAB 202502/RJ) - Processo 0633626-09.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Pelissari & Galdino Serviços Médicos Ltda - Vistos etc. Concedo o prazo de 10 (dez) dias para o autor regularizar a inicial, sob pena de extinção, nos termos do CPC 321. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: CLEUZA ANNA COBEIN (OAB 30650/SP) - Processo 0634018-80.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Caterpillar S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: NELSON PASCHOALOTTO (OAB 108911/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 156187/SP) - Processo 0634032-35.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos etc. Dado o lapso temporal entre a última movimentação processual e o presente despacho, intime-se o autor, pessoalmente e via publicação, para manifestar interesse no prosseguimento do feito, indicando a medida pretendida, no prazo de 5 (cinco) dias, pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: MARCO AURÉLIO DE CARVALHO MARTINS (OAB 4777/AM) - Processo 0634176-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Mario Jorge Barroso Martins - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 10/10/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 01 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: NELSON PASCHOALOTTO (OAB 973A/AM), ADV: ERIC GARMES DE OLIVEIRA (OAB 173267/SP) - Processo 0635496-65.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos etc. Intime-se o autor a pagar, no prazo de 15 (quinze) dias, os emolumentos do oficial de justiça, atentando ao valor de cada uma das diligências pleiteadas ("penhora/avaliação e intimação", "citação" etc.), conforme estabelecido na Tabela 03, que vai anexa a este despacho, da Lei Estadual 4.408/16, pena de extinção por abandono. Efetuado corretamente o pagamento, expeça-se o respectivo mandado. Cumpra-se.

ADV: ERIKA SEFFAIR RIKER (OAB 7735/AM), ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM), ADV: ANDRÉA GONÇALVES OLIVA ITACARAMBI (OAB 25246/GO), ADV: ADRIANE ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5129/AM), ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR) - Processo 0635852-60.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0631364-96.2013.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Friller Brasil Alimentos Ltda e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca dos ARs juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP) - Processo 0635918-35.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Vistos etc. Intime-se o autor a pagar, no prazo de 15 (quinze) dias, os emolumentos do oficial de justiça, atentando ao valor de cada uma das diligências pleiteadas ("penhora/avaliação e intimação", "citação" etc.), conforme estabelecido na Tabela 03, que vai anexa a este despacho, da Lei Estadual 4.408/16, pena de extinção por abandono. Efetuado corretamente o pagamento, expeça-se o respectivo mandado. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0636498-94.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos etc. Expeça-se mandado de busca e apreensão. Custas recolhidas às fls. 47. Cumpra-se.

ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM), ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM), ADV: ALESSANDRA GOMES DOS SANTOS (OAB 6938/AM), ADV: ICAROTY JOSÉ DA SILVA (OAB 6010/AM) - Processo 0636517-76.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: ODALEIA BEATRIZ ABREU DA SILVA - REQUERIDO: Senso Engenharia e Comércio Ltda - Vistos etc. Intime-se a exequente para manifestar seu interesse de prosseguimento da execução, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento. Cumpra-se.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: BRENO EDUARDO MONTI (OAB 99308/SP) - Processo 0636662-59.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0645639-11.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Teresa Colombo Equipamentos Rodoviários Ltda Epp - EMBARGADO: Associação dos Produtores Rurais do Feirão Vida Verde (asprofe), - "Vistos etc. Apensem-se os autos ao processo principal. Intime-se o embargado para, e 15 (quinze) dias, apresentar resposta aos embargos opostos. Por agora, acautelo-me na análise da suspensão da execução. Cumpra-se."

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0637303-47.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos etc. Uma vez comprovada a mora, pelos documentos juntados na inicial, defiro a Busca e Apreensão do bem alienado fiduciariamente, nos termos do art. 3º do DL nº 911/69. Cite-se o requerido para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida pendente, nos valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial e/ou apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias da execução da liminar. Intime-se o requerente a pagar os emolumentos do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual nº 4.408/2016. Após, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM) - Processo 0637811-66.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Fibra S/A - Vistos etc. Intime-se o autor a pagar, no prazo de 15

(quinze) dias, os emolumentos do oficial de justiça, atentando ao valor de cada uma das diligências pleiteadas ("penhora/avaliação e intimação", "citação" etc.), conforme estabelecido na Tabela 03, que vai anexa a este despacho, da Lei Estadual 4.408/16, pena de extinção por abandono. Efetuado corretamente o pagamento, expeça-se o respectivo mandado. Cumpra-se.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM) - Processo 0638248-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: J. Nasser Engenharia Ltda. - Vistos etc. Chamo o processo à ordem para tornar sem efeito a decisão de fl. 70, uma vez que seu conteúdo é pertinente a outro processo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0638591-30.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Sydia da Silva Nascimento - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Acautelo-me na análise do pedido liminar, considerando indispensável antes a ouvida do requerido. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 1084A/AM), ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI (OAB 8927/SC) - Processo 0639159-51.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omni S/A Crédito Financiamento e Investimento - Vistos etc. Intime-se o autor a pagar, no prazo de 15 (quinze) dias, os emolumentos do oficial de justiça, atentando ao valor de cada uma das diligências pleiteadas ("penhora/avaliação e intimação", "citação" etc.), conforme estabelecido na Tabela 03, que vai anexa a este despacho, da Lei Estadual 4.408/16, pena de extinção por abandono. Efetuado corretamente o pagamento, expeça-se o respectivo mandado. Cumpra-se.

ADV: ANDREI FARIAS DE BARROS (OAB 6074/AM), ADV: JORGE SECAF NETO (OAB 1167/AM) - Processo 0639845-43.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Cooperativa de Livre Admissão Sicoob Manaus - Vistos etc. Transcorridos 3 anos desde a instauração do processo, não apreendido do veículo, conforme certidão do oficial de justiça de fl. 124, diga o autor sobre o interesse na conversão da ação de Busca e Apreensão em Ação de Execução, nos moldes do art. 4º, do DL 911/69, ou pelo que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: GLÉCIO BEZERRA DE SOUSA (OAB 13988/AM) - Processo 0639932-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Janilson Honoroto Souza da Silva - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Após juntada de Laudo Pericial, intimem-se as partes para manifestação no prazo de 15 dias. Conclusos. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0640040-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Temporária - REQUERENTE: Luiz Alberto Nascimento de Souza - Vistos etc. Intime-se o patrono do autor, dr. Gustavo Michelotti Fleck - OAB/DF 21.243, para, em 15 (quinze) dias, apresentar instrumento de mandato, vez que não possui procuração nos autos, sob pena de extinção, termos do CPC 76, §1º. Cumpra-se.

ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM) - Processo 0640174-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lanaplast Indústria da Amazônia Ltda. - Vistos etc. E as custas iniciais? Intime-se, termos do CPC 290. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0640198-78.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos etc. E as custas iniciais? Intime-se, termos do CPC 290. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0640284-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Concessão - REQUERENTE: Natanael Lima Araujo - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Após juntada de Laudo Pericial, intimem-se as partes para manifestação no prazo de 15 dias. Conclusos. Cumpra-se.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0640540-60.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Vistos etc. Intime-se o autor, pessoalmente, para manifestar interesse no prosseguimento do feito, indicando a medida pretendida, no prazo de 5 (cinco) dias, pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JÚNIOR (OAB 16045/CE), ADV: ROBÉRIO CASSIUS SAMPAIO ARAGÃO (OAB 16468/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0641931-21.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Mútuo - REQUERENTE: FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais - Vistos etc. Defiro pedido de fls. 86/87, para que seja expedido somente mandado de intimação. Custas devidamente recolhidas (fl. 80/81), expeça-se mandado. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0645032-95.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - Vistos etc. Intime-se o autor, pessoalmente, para manifestar interesse no prosseguimento do feito, indicando a medida pretendida, no prazo de 5 (cinco) dias, pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0653109-59.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Vistos etc. Chamo o processo à ordem. Verifico que o valor dos emolumentos do Oficial de Justiça corresponde à R$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais), referente a Citação (área urbana) a mais de uma pessoa e Diligência de penhora/avaliação e intimação, conforme estabelecido na Tabela 03, que vai anexa a este despacho. Todavia, o autor pagou a quantia de R$ 205,00 (duzentos e cinco reais). Diante disto, intime-se o autor a complementar a diferença devida, no valor de R$ 260,00 (duzentos e sessenta reais), após expeça-se mandado com endereço indicado pelo autor. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0653359-92.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: José Augusto Pereira da Fonseca - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos etc. Intime-se o autor para informar sobre o cumprimento da liminar concedida e para, querendo, apresentar réplica no prazo legal. Após, com ou sem manifestação, conclusos. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO FERNANDO SILVA AZEVEDO (OAB 9144/AM), ADV: ROSÂNGELA GALVÃO OLIVEIRA (OAB 5630/AM), ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0702924-35.2012.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Aquisição - REQUERENTE: RAIMUNDA GOMES DA SILVA - EMBARGANTE: Elza Verissimo Santarem - INTSSADA: Silmara Nunes Félix - Joelma Pereira de Souza - Compulsando os autos, verifiquei que a patrona da embargante Elza Veríssimo Santarém Crespo não havia sido cadastrada, o que ocorreu nesta data. Dessa forma, intimo a parte acima mencionada para que tome ciência do despacho, cujo teor segue abaixo: " Vistos etc. Em virtude de minha impossibilidade de comparecimento, redesigno a audiência de Instrução e Julgamento para 13/11/2019 às 10:30h a ser realizada na sala de audiência da 4ª UPJ. Intimem-se a autora e as novas embargantes,fls. 110 e 140, para, querendo, indicarem as provas que pretendem produzir. Cumpra-se."

ADV: ANDRÉ RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 5016/AM),

ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA MAYO (OAB 14300/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0707594-19.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Solon Antônio Ramos Gonçalves Júnior - REQUERIDA: Jonasa Empreendimentos Imobiliários Ltda - Direcional Engenharia S.A. - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM), ADV: LORENZONI & ALVES ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 000499/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM) - Processo 0709519-50.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Execução Contratual - REQUERENTE: MDV de Araújo - ME - REQUERIDA: North Manaus Comércio e Serviço de Alimentos, Eletrônicos e Hotelaria Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para cumprir decisão de fl. 253, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM) - Processo 0713817-85.2012.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Credifibra S.A - Crédito, Financiamento e Investimento - Vistos etc. Intime-se o autor, pessoalmente, para manifestar interesse no prosseguimento do feito, indicando a medida pretendida, no prazo de 5 (cinco) dias, pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 4193/AC) - Processo 0714320-09.2012.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito Financiamentos e Investimentos S/A - Vistos etc. Indefiro o pedido de fls. 128. Ao autor para, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, proceder o pagamento das consultas deferidas, pena de extinção. Cumpra-se.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriane Ortiz Granja de Souza (OAB 5129/AM)
Albert dos Santos Mothe (OAB 166839/RJ)
Alessandra Azevedo Araújo Furtunato (OAB 4705/AC)
Alessandra Daniele de Carvalho Costa Guerreiro (OAB 7778/AM)
Alessandra Gomes dos Santos (OAB 6938/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 107414/SP)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Virgínia Arakian Izel (OAB 3701/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André Ricardo Cabral Pio (OAB 6688/AM)
André Rodrigues de Almeida (OAB 5016/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andréa Gonçalves Oliva Itacarambi (OAB 25246/GO)
Andrei Farias de Barros (OAB 6074/AM)
Ângela Maria Brandão (OAB 3556/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Roque de Albuquerque Júnior (OAB 22463/CE)
Ariane Andrade da Silva (OAB 10809/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
ARIZZA RACHEL MORAIS DA CUNHA (OAB 7826/AM)
Armando de Souza Negrão (OAB 1982/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Benedicto Celso Benício Júnior (OAB 131896/SP)
Benedicto Celso Benício Júnior (OAB A1133/AM)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Breno Eduardo Monti (OAB 99308/SP)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Caio Kanawati Soares (OAB 10104/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Cassiano Castro Ribeiro (OAB 10586/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Clemente Augusto Gomes (OAB 438/AM)
Cleuza Anna Cobein (OAB 30650/SP)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Danielle Delgado Gonçalves (OAB 9983/AM)
DANIELLE MENEZES COELHO (OAB 11856/AM)
Deborah Farias Cavalcante (OAB 7822/AM)
Delcilene Rebouças Silva Lopes (OAB 7453/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Ednilson Pimentel Matos (OAB 1799/AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Eduardo Luiz Brock (OAB 91311/SP)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elisângela Nogueira Rodrigues (OAB 3433/AM)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Eric Garmes de Oliveira (OAB 173267/SP)
Erika Seffair Riker (OAB 7735/AM)
Fábio Fernando Silva Azevedo (OAB 9144/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fábio Vinícius Lessa Carvalho (OAB 5614/AM)
Fausto Mendonça Ventura (OAB 2503/AM)
Felipe Gustavo de Avila Carreiro (OAB 27333/DF)
Fernando Luz Pereira (OAB 147020/SP)
Francisco Aldairton Ribeiro Carvalho Júnior (OAB 16045/CE)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Francisco Ubiratã Santos Moreira (OAB 3176/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Gisele Sampaio Fernandes (OAB 4621/AM)
Giselle Cordeiro Sampaio (OAB 8091/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 4193/AC)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Glécio Bezerra de Sousa (OAB 13988/AM)
Gualter Moraes dos Reis (OAB 8804/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli (OAB 8927/SC)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Icaroty José da Silva (OAB 6010/AM)
Ingrid Godinho Dodô (OAB 9425/AM)
Irlane Lima de Oliveira Araújo (OAB 7784/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Isael Franklin Gonçalves (OAB 12054/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jéssica Ferreira Botelho (OAB 6826/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
Joenilson dos Santos Rodrigues (OAB 3178/AM)
Jorge Secaf Neto (OAB 1167/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)

José Carlos de Moraes Bezerra (OAB 151A/AM)
José Carlos de Moraes Bezerra (OAB 16566/SP)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 156187/SP)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Júlio César de Almeida Lorenzoni (OAB 5545/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lorenzoni & Alves Advogados Associados (OAB 000499/AM)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123/PR)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luciene Helena da Silva Dias (OAB 4697/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Marcelo Carvalho da Silva Mayo (OAB 14300/AM)
Marcelo Ladeira Oliveira (OAB 202502/RJ)
Márcia Regina Resende Dominicale (OAB 92284/MG)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Aurélio de Carvalho Martins (OAB 4777/AM)
Marcondes Fonseca Lunieri Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Aldenir Ferreira Rivas (OAB 2250/AM)
Marcos Antônio de Luna (OAB 10880/AM)
Marcus Vinícius de Carvalho Rezende Reis (OAB 130124/SP)
Maria de Nazareth Farias do Nascimento (OAB 3182/AM)
Maria do Rosário de Oliveira Melo (OAB 5385/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Maximiliano Carlos da Silva Barboza (OAB 8547/AM)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
MIDIAN BRASIL DAL MEDICO (OAB 10839/AM)
Miquéias Matias Fernandes (OAB 1516/AM)
Nelson Paschoalotto (OAB 108911/SP)
Nelson Paschoalotto (OAB 973A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nely Miranda de Souza (OAB 11156/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Paulo Henrique de Araújo (OAB 142987/MG)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Poliana Cristina Paiva da Silva (OAB 12786/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Reginaldo Souza de Oliveira (OAB 8310/AM)
Remulo Jose Nascimento (OAB 118/AM)
Renan Barbosa de Azevedo (OAB 23112/CE)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Ricardo Wagner da Costa Monte (OAB 4436/AM)
Robério Cassius Sampaio Aragão (OAB 16468/CE)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 1084A/AM)
Rogerio Marcelino Alves (OAB 94317/MG)
Rômulo José Fernandes da Silva (OAB 1818/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rosângela Galvão Oliveira (OAB 5630/AM)
Ruy Miraglia da Silveira (OAB 46428/SP)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680/AM)
Tâmara Mendes Gonçalves de Sousa (OAB 6857/AM)
Taylise Catarina Rogério Seixas (OAB 182694/SP)
Thaiza Fabianne Carriço Corrêa (OAB 4745/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Verônica Flores de Medeiros Raposo (OAB 4736/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO JOSÉ RENIER DA SILVA GUIMARÃES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SABRINA PRATA AVELINO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0198/2019

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM), ADV: SAMUEL T. FURTADO MONTEIRO (OAB 13377/AM), ADV: EZELAIDE VIEGAS DA COSTA ALMEIDA (OAB 001.339/AM), ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0045420-58.2010.8.04.0012 (012.10.045420-0) - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: David Serudo de Benayon Filho - REQUERIDO: Dilza Nogueira Lima Ferreira - INTSSADO: S. B. Imóveis Ltda. - Defiro parcialmente o pedido formulado para autorizar o saque do saldo remanescente, considerando a validade da constrição realizada sobre o depósito para pagamento das custas antecipadas pelo autor e os honorários de seu patrono. Expeça-se alvará em favor da ré, em nome de seu patrono, para crédito na conta bancária indicada às fls. 212-214. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL DE LIMA CAVALCANTE (OAB 9070/AM), ADV: ANGELICA DUARTE (OAB 002.659/AM) - Processo 0084024-34.2004.8.04.0001 (001.04.084024-8) - Cautelar Inominada - Tutela Provisória - REQUERENTE: Luciana Jamel Rebello de Souza - REQUERIDO: Sociedade Unificada Paulista de Ensino Renovado - UNIP - Vistos etc. Do histórico processual, percebo que a requerida ofereceu contestação, no entanto agora está sem advogados cadastrados no SAJ, sem que haja informação sobre o motivo para tanto. Assim, intime-se a requerida, pessoalmente via AR, para falar sobre a decisão de fl. 13 destes autos provisórios, no prazo de 15 dias. Conclusos. Cumpra-se.

ADV: CAMILA UIARA VIEIRALVES ALMEIDA (OAB 12160/AM), ADV: RAIMUNDO CAVALCANTE LIMA (OAB 5801/AM) - Processo 0245999-89.2009.8.04.0001 (001.09.245999-5) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Ana Maria Correa Sandoval - REQUERIDO: Milton Holler - Unildes Rossana Lobato Holler - Assim, defiro a gratuidade da justiça pleiteada para efeitos a partir deste ato e indefiro o pedido de cancelamento de protesto e certidão de nada consta de débitos de custas judiciais. Intimem-se. Cumpra-se.

Angelica Duarte (OAB 002.659/AM)
Camila Uiara Vieiralves Almeida (OAB 12160/AM)
Daniel de Lima Cavalcante (OAB 9070/AM)
Ezelaide Viegas da Costa Almeida (OAB 001.339/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Raimundo Cavalcante Lima (OAB 5801/AM)
Samuel T. Furtado Monteiro (OAB 13377/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)

6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0287/2019

ADV: LUCIANA SEZANOWSKI MACHADO (OAB 25276/PR), ADV: STEPHANY MARY FERREIRA RÉGIS DA SILVA (OAB 53612/PR) - Processo 0215566-34.2011.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco CNH Industrial Capital S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por falta de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0602221-28.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Francisco Brito - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0603481-38.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: José Gomes de Souza - INTSSADO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerida para que se manifeste acerca da Petição de fls. 156/158, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0603755-65.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Michele Cintra Bernardes - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0610251-86.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud, SIEL e ERIDFT), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0610575-42.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Antônia Dias de Farias - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) requerente(s) para que se manifeste(m) acerca do ofício de fls. 264/265, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM), ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0612592-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Celso dos Santos Pedrosa - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca dos AR's juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0612906-26.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Dunorte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: AMADEU JARDIM MAUÉS FILHO (OAB 6059/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM) - Processo 0615312-15.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: João Mendes da Fonseca Júnior - REQUERIDO: Thyago Vila Maués de Melo - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/09/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 01 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0616280-45.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) autora(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta recebida por terceiro, indicando as providências cabíveis e, em caso de novo pedido de citação por carta/mandado, recolher as custas pertinentes.

ADV: VICENTE DE PAULO ARMOND DE MELO (OAB 1828/AM), ADV: RODRIGO DE SOUZA AGRELA (OAB 320910/SP), ADV: ADRYANA MARIA SANTOS DAMASCENO (OAB 126786/SP), ADV: EDNA FLORES DA SILVA (OAB 155412/SP), ADV: NIRVANA MARYAN QUEIROZ DA FONSECA (OAB 1889/AM) - Processo 0617810-21.2018.8.04.0001 - Protesto - Liminar - REQUERENTE: Construtora Etam Ltda. - REQUERIDO: Villa Factoring Fomento Comercial Ltda. - Profac Tecnologia e Serviços Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade

do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM) - Processo 0619001-09.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por falta de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: JAQUELINE MARQUES FERREIRA (OAB 349812/SP) - Processo 0621289-85.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: G. R. - Garantia Real Segurança Ltda. - Compulsando os autos, constato que o Ato Ordinatório de fls. 43, não foi publicado, tendo em vista inconsistência na certidão de fls. 44, razão pela qual intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m) de seu conteúdo , cujo teor segue abaixo: "Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento. "

ADV: FÁBIO LOURENÇO BANA (OAB 38438/PR), ADV: BRUNA MISCHIATTI PAGOTTO SCHURT (OAB 53471/PR), ADV: TREYCE ATALA RODRIGUES FERREIRA (OAB 1169/RR) - Processo 0623843-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Duplicata - REQUERENTE: Dental Cremer Produtos Odontológicos S/A - REQUERIDA: Janny Soares da Costa - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0629297-51.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0631197-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Leve Castanheiras Residencial Park - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/10/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 01 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0631277-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Leve Castanheiras Residencial Park - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/10/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 01 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0631647-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Leve Castanheiras Residencial Park - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/10/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 01 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0632210-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Leve Castanheiras Residencial Park - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/10/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 01 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS), ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 11937A/AL), ADV: JOSÉ HENRIQUE DA SILVA VIGO (OAB 11751/MS) - Processo 0635122-83.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Quitação - REQUERENTE: Jurandir de Souza Macedo - REQUERIDO: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Banco Cooperativo Sicredi S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que se manifeste acerca da impugnação de fls. 577/589, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARÍLIA MENDES CHIARADIA (OAB 383571/SP), ADV: MATHEUS DE OLIVEIRA (OAB 383576/SP), ADV: LILIANE DA SILVA SANTOS (OAB 410863/SP), ADV: MARIA LÚCIA DE ANDRADE RAMON (OAB 70645/SP) - Processo 0638693-23.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Movida Locação de Veículos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca dos ofícios de fls. 242/244 e fl. 245, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0642896-91.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM), ADV: DEBORAH SABBÁ GALVÃO (OAB 3048/AM) - Processo 0643339-47.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: ENC Comércio e Serviços de Limpeza Ltda. - EPP - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do

processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: NILSON CORONIN (OAB 1925/AM), ADV: RAQUEL PINTO VALENTE (OAB 6771/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0658990-17.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mário José de Oliveira Ricart - REQUERIDO: Francisco Luiz Dantas da Silva - Condomínio Unique - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: CAROLINE FUGOLARI FREITAS (OAB 11135/AM), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: MÔNICA ANTONY DE QUEIROZ MELO (OAB 2043/AM), ADV: ALESSANDRA ANTONY DE QUEIROZ (OAB 4560/AM), ADV: EVELYN CAMPELO LOUREIRO (OAB 5298/AM), ADV: FRANCISCO AUGUSTO MARTINS DA SILVA (OAB 1753/AM), ADV: JOÃO VICTOR PEREIRA MARTINS DA SILVA (OAB 8726/AM), ADV: PRISCILA CAROLINE BORGES DE ALMEIDA (OAB 13746/AM), ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM) - Processo 0711134-75.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Cannes - Condomínio do Edifício Marseille - Condomínio do Edifício Nice - REQUERIDA: R. N. Incorporações Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data de perícia marcada para o dia 27 de agosto de 2019, às 14:00h, a ser realizada no local do litígio.

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Adryana Maria Santos Damasceno (OAB 126786/SP)
Alessandra Antony de Queiroz (OAB 4560/AM)
Amadeu Jardim Maués Filho (OAB 6059/AM)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bruna Mischiatti Pagotto Schurt (OAB 53471/PR)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Caroline Fugolari Freitas (OAB 11135/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Deborah Sabbá Galvão (OAB 3048/AM)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Edna Flores da Silva (OAB 155412/SP)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Evelyn Campelo Loureiro (OAB 5298/AM)
Fábio Lourenço Bana (OAB 38438/PR)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Augusto Martins da Silva (OAB 1753/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jaqueline Marques Ferreira (OAB 349812/SP)
João Victor Pereira Martins da Silva (OAB 8726/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Henrique da Silva Vigo (OAB 11751/MS)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Liliane da Silva Santos (OAB 410863/SP)
Luciana Sezanowski Machado (OAB 25276/PR)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Lúcia de Andrade Ramon (OAB 70645/SP)
Marília Mendes Chiaradia (OAB 383571/SP)
Matheus de Oliveira (OAB 383576/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Mônica Antony de Queiroz Melo (OAB 2043/AM)
Nilson Coronin (OAB 1925/AM)
Nirvana Maryan Queiroz da Fonseca (OAB 1889/AM)
Priscila Caroline Borges de Almeida (OAB 13746/AM)
Raquel Pinto Valente (OAB 6771/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo de Souza Agrela (OAB 320910/SP)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Stephany Mary Ferreira Régis da Silva (OAB 53612/PR)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 11937A/AL)
TREYCE ATALA RODRIGUES FERREIRA (OAB 1169/RR)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Vicente de Paulo Armond de Melo (OAB 1828/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO DIÓGENES VIDAL PESSOA NETO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0288/2019

ADV: BÁRBARA CARVALHO IPIRANGA (OAB 11424/AM), ADV: SCARLETH DARLEM GAMA FRANCO (OAB 9397/AM), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: CHRISTINA CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 7896/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM) - Processo 0001605-36.1995.8.04.0012 (apensado ao processo 0625780-38.2019.8.04.0001) (012.95.001605-0) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/A - REQUERIDO: José Marinho Correia - Maria José Sampaio Correia - INTSSADO: Cartório do 1º Ofício do Protestos de Letras de Manaus/AM (novo endereço) - PERITO: Ricardo Marcelo Gomes de Oliveira - INTSSADO: Edemar Grzechota Cossetin - Rosana Carvalho Ipiranga - Jurimar Carvalho Ipiranga - Ante o exposto, com fundamento nos artigos 903, §5º e inciso III, CPC, defiro o pedido de desistência da arrematação formulado por EDEMAR GRZECHOTA COSSETIN, para determinar que o Credor proceda com a devolução imediata do depósito realizado pelo Arrematante, conforme comprovante de fl. 262. Intime-se o Credor para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ FRANCISCO SANTOS SILVA (OAB 1993/AM), ADV: SALVADOR CLARINDO CAMPELO (OAB 1712/AM) - Processo 0012828-78.1998.8.04.0012 (012.98.012828-2) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Excel Econômico S/A - REQUERIDO: João Carlos Mendes Belchior - Belchior Distribuidora de Bebidas e Gás Ltda. - Sidney Barroso Belchior - Tendo em vista a certidão de fl. 84, determino a intimação do Credor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias.

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM) - Processo 0014813-62.2010.8.04.0012 (012.10.014813-4) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Rio Claro Trust de Recebíveis S/A - REQUERIDO: Clodoaldo José Cavalcante dos Santos - I- Defiro o pedido de fls. 337/338 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistema BACENJUD, consoante solicitado. Cumpra-se

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: ANTÔNIO CHRISTO DA ROCHA LACERDA

(OAB 001.188/AM), ADV: JOÃO MIRANDA DE ALBUQUERQUE (OAB 002.029/AM), ADV: JOSÉ GILBERTO DE SOUZA LUZEIRO (OAB 1891/AM) - Processo 0042414-43.2010.8.04.0012 (012.10.042414-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/A - REQUERIDO: Paulo Darlan Sampaio de Queiroz - Eleonora Benevides de Queiroz - Júlio César Sampaio Queiroz - Elma Furtado de Queiroz - Defiro o pedido de suspensão do feito, até o dia 30/12/2019 consoante solicitado pelo autor à fl. 194. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0045123-65.2002.8.04.0001 (001.02.045123-8) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - REQUERIDO: Franssinetti S. Oliveira - I. Tendo em vista a certidão de fl. 163, intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: CINTHYA FEITOSA DE SOUZA (OAB 6978/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: LEILA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 3734/AM) - Processo 0054867-70.2010.8.04.0012 (012.10.054867-1) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: G. M. Auto Peças Ltda. - Tendo em vista o pedido de regularização do polo passivo da demanda, determino a intimação do autor para, no prazo de 05 dias, provar o alegado de fls. 182/186.

ADV: RICARDO ANDRÉ ZAMBO (OAB 138476/SP) - Processo 0063533-74.2002.8.04.0001 (001.02.063533-9) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Empresa de Águas Santa Cláudia Ltda. - REQUERIDO: Transporte Cavalinho Ltda. - Poli Paper Indústria e Comércio Ltda. - Basequímica Indústria de Produtos Químicos Ltda. - SSP Agaprint Indústria e Comércio Ltda. - Bell Type Industries Ltda. - Jade Transportes Ltda. - L. J. Guerra & Cia. Ltda. - Folha da Cidade S/A - Rot Pet Indústria de Rótulo Ltda. - EPP - Itautec Informática S/A - TNT Mercúrio Cargas e Encomendas Expressas Ltda. - H. K. Comércio e Representação Ltda. - Atlas Copco Brasil Ltda. - Grafisa Gráfica e Editora Ltda. - Rodon Factoring Fomento Mercantil - Piran Sociedade de Fomento Mercantil Ltda. - Comércio e Indústria de Essências Saccoman Ltda. - Ipiranga Comercial Química S/A - Metalgráfica da Amazônia Ltda. - À Secretaria para atualizar os advogados do Requerido TNT MERCÚRIO E CARGAS E ENCOMENDAS EXPRESSAS LTDA, no sistema SAJ, consoante pedido de fl. 1033/1034 e procuração de fls. 1035/1036 dos autos.

ADV: HAROLDO JORGE SANTOS (OAB 4066/AM), ADV: ESTHER MARIA ARAÚJO DE SOUSA (OAB 5639/AM) - Processo 0200864-88.2008.8.04.0001 (001.08.200864-8) - Cumprimento de sentença - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Lucimar de Souza Petillo - REQUERIDO: Losango Promoções e Vendas Ltda. - INTSSADO: Haroldo Jorge Santos - Manifeste-se a autora acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 345/346 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056/RJ) - Processo 0207534-06.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - EXECUTADA: Maria José Rodrigues Menescal de Vasconcelos - I- Defiro o pedido de fl. 85 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistema BACENJUD, consoante solicitado. Cumpra-se.

ADV: ADRIANO FERREIRA ALENCAR (OAB 14806/AM) - Processo 0213567-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: José Gilberto Soares da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - Tendo em vista a juntada de Procuração de fl. 110, determino a remessa dos autos ao Cejusc, consoante despacho de fl. 104.

ADV: VANESSA CASTILHA MAÑEZ (OAB 331167/SP) - Processo 0230733-91.2011.8.04.0001 - Depósito - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Disal Administradora de Consórcios Ltda. - REQUERIDA: Edna Damasceno Vieira - Homologo por sentença a desistência manifestada pela parte autora à fl. 136, para que produza os efeitos legais. Em conseqüência, extingo o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Dê-se baixa na distribuição e arquive-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0253578-20.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: D. C. Samuel Lima - Débora Cláudia Samuel Lima - Tendo em vista a certidão de fl. 111, determino a intimação do autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias.

ADV: BRUNO ALECRIM DE LIMA (OAB 6440/AM), ADV: IVO PAES BARRETO (OAB 735/AM) - Processo 0257711-76.2009.8.04.0001 (apensado ao processo 0344411-26.2007.8.04.0001) (001.09.257711-4) - Procedimento Comum Cível - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: FUCAPI - Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica - REQUERIDO: Fernando Antônio Afonso Garcia - Seisui Tecnologias Ambientais Ltda. - ME - Ex positis, e por tudo mais que constam dos autos, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados por FUCAPI - Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica, contra Fernando Antonio Afonso Garcia e SEISUI Tecnologias Ambientais LTDA - ME, para confirmar integralmente a decisão de fls. 102/103, e condenar os Requeridos, em definitivo, na obrigação de não fazer, no sentido de que se abstenham de efetuar quaisquer comentários que abalem a imagem da Requerente, especialmente acerca do Sistema Anaeróbico de Efluentes Líquidos, sob pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia, limitada em 30 (trinta) dias multa. Condeno os Requeridos ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais), na forma do art. 85, § 8º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO DE SOUSA SANTANA JÚNIOR (OAB 9856/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA BICHARRA DA SILVA SANTANA (OAB 003.004/AM) - Processo 0358193-03.2007.8.04.0001 (001.07.358193-4) - Cumprimento de sentença - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Francisco de Souza Santana - REQUERIDA: Empresa Líder de Assessoria Ltda. - ELA - INTSSADO: Cartório do 6º Ofício do Registro de Imóveis de Manaus/AM - Cartório do 1º Ofício do Protestos de Letras de Manaus/AM (novo endereço) - I. Tendo em vista a certidão de fl. 297, intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, §1º, CPC. Cumpra-se.

ADV: PAULO ROBERTO BRAGA BARBOSA JÚNIOR (OAB 2356/AM) - Processo 0600447-55.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Powertech Engenharia Serviços e Locações de Geradores de Energia, Máquinas e Equipamentos S/A - EXECUTADO: Urso Branco Serviços de Instalações e Manutenção Ltda. - ME - Intime-se a Autora para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0601760-85.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Paulo Samy Medeiros Rocha - Tendo em vista que já se esgotaram as tentativas de localização da parte requerida, defiro o pedido de fls. 165/167 dos autos. Expeça-se o competente edital de citação, consoante solicitado. Intime-se a autora para efetuar o pagamento das custas do edital, consoante Portaria nº 116/2017. Cumpra-se.

ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM) - Processo 0601812-81.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Shopping Cidade Leste - EXECUTADA: Karla Cristina Marques Córdova - ME - Intime-se o Autor, via correio, para dar prosseguimento ao feito, cumprindo a determinação de fl. 76, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0602029-90.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE:

Maria do Socorro Cooper Arcanjo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, DETERMINO a Expedição de Alvará em favor do Autor, através de seu Patrono, Dr. WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA, para o levantamento da quantia incontroversa, qual seja, R$ 22.549,14 (vinte e dois mil quinhentos e quarenta e nove reais e quatorze centavos). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: SOLANGE PEREIRA (OAB 130873/SP), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0602412-10.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: LGN Logística Ltda. - REQUERIDO: E. S. M. Cominicação Ltda. - EPP (Consulte - Guia Empresarial) - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0603201-33.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDO: Carlos Rogério de Oliveira - ME - Carlos Rogério de Oliveira - I. Tendo em vista a certidão de fl. 76, intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, §1º, CPC. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0604873-52.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - REQUERIDO: Robert Kennedy Egas Furtado - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não houve manifestação e assim reputando-se como verdadeiros os fatos narrados pela autora, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, II, do CPC Cumpra-se.

ADV: DANIELLE DA COSTA PINHEIRO (OAB 7710/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JÚNIOR (OAB 12961/AM), ADV: SÂMIA BRENA FURTADO MONTEIRO (OAB 11988/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0605338-85.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito Autoral - REQUERENTE: Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD - REQUERIDO: Nosso Show Gestão de Eventos Ltda. - K. R. Serviços de Organização de Feiras Ltda. - ME - Ronaldo Alves da Silva Júnior - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0605671-42.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Sheila de Lima Neves - Defiro o pedido de Suspensão dos presentes autos, nos termos do 921, inciso III e §1º , do CPC. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0606839-79.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Everardo Bandeira Brito - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, DETERMINO a Expedição de Alvará em favor do Autor para o levantamento da quantia depositada, devidamente atualizado. Requisitem-se informações do Sistema Bancário Bacenjud, acerca de existência de ativos em nome do devedor. Em caso positivo, determino sua indisponibilidade, até o valor utilizado da execução, qual seja, R$ 6.444,04 (seis mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e quatro centavos), conforme planilha de fl. 197 Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0606983-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Noeli Fernandes dos Santos - REQUERIDO: Midway Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Mapfre Vida S/A - Manifeste-se a autora acerca da petição de fls. 225/244 e documentos anexos, no prazo de 15 dias.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0607462-75.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Safra S/A - REQUERIDO: Valdemir Almeida Rolim - Defiro o pedido de fl. 163, concedo o prazo de 10 dias para o Autor dar prosseguimento ao feito. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM) - Processo 0607785-80.2017.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Tam Linhas Aéreas S/A - REQUERIDO: José Fortunato da Silva - I. Tendo em vista a certidão de fl. 106, intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, §1º, CPC. Cumpra-se.

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 1254A/AM) - Processo 0608139-08.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Paulo Alécio Maciel de Oliveira - Intime-se o Autor, via correio, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: LÚCIO ANTÔNIO SIMÕES MONTEIRO (OAB 5446/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: JOÃO PAULO MONTEIRO DE LIMA (OAB 7618/AM) - Processo 0608874-80.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - REQUERENTE: Giane Moura Novo - REQUERIDO: Edson Rosas Júnior - Edson Rosas Advocacia S/C - Manifeste-se o Devedor acerca da petição de fls. 208/212, no prazo de 05 dias.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0609564-02.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Aldrimar Viana Frota - DEPOSFIEL: Leonardo Gracia Amaral - Intime-se o autor para, no prazo de 05 dias, informar a este Juízo, o andamento do Agravo de Instrumento.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0609924-34.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: José Ricardo Soares Costa - Manifeste-se o autor acerca do pedido de fls. 63/65 e documentos anexos, no prazo de 05 dias.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0609991-67.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDA: Marina Ingrid Barroso Leite - Intime-se o Autor, via correio, para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias. Cumpra-se. Manaus (AM), 01 de agosto de 2019.

ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM) - Processo 0611382-28.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: José Weilânio de Lima - REQUERIDA: Adriana Cristina de Santanna Patrocínio - Rodrigo Patrocínio - Iael Aparecida Gonçalves Souza - INTSSADO: Fórum Cível Central - Serviço de CArtas Precatórias da Comarca do Rio de Janeiro/RJ - Juízo de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro/RJ - Tendo em vista o AR positivo de fl. 107, determino a intimação do autor para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 dias.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0611776-64.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Paulo

Henrique Azevedo da Silva - I. Tendo em vista a certidão de fl. 138, intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, §1º, CPC. Cumpra-se.

ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP) - Processo 0614553-90.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - REQUERIDO: Francisco de Assis Barbosa de Souza - Defiro o prazo de 20 dias para o Autor efetuar o pagamento das custas de diligência. Cumpra-se.

ADV: BRUNA CAMILA GONÇALVES DA SILVA (OAB 10280/AM), ADV: JHENNIFER CRISTINE SOUZA PINTO (OAB 12655/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: LEILA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 3734/AM) - Processo 0614759-65.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Lucas Chagas Gadelha - REQUERIDO: Cermam (Comissão Estadual de Residência Médica do Amazonas) Cerem/AM - Tendo em vista a lavra Decisão do Desembargador, Jomar Ricardo Saunders Fernandes de fls. 130/133, determino a secretaria que proceda à baixa dos autos, em seguida à remessa à Justiça Federal, conforme solicitado.

ADV: JAIRO RAFAEL MORAES MUNHOZ (OAB 8703/AM), ADV: CLEVER RODRIGUES MENEZES JUNIOR (OAB 14055/AM) - Processo 0616698-51.2017.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Verde Comércio de Peças e Lubrificantes Ltda. - REQUERIDO: Euzebio Mesquita de Araújo - - Defiro em parte o pedido de fl. 111 dos autos. II- Consoante Portaria nº 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se consulta via sistema Renajud, consoante solicitado.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0618391-36.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimunda Maria Gomes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, com supedâneo no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados por Raimunda Maria Gomes contra Banco BMG S/A, no sentido de: a) Confirmar a tutela de urgência de natureza antecipada concedida por meio da Decisão de fls. 54/56, para manter a suspensão dos descontos; b) Condenar o Requerido a restituir, em dobro, os valores que não se destinaram à amortização do débito de R$ 4.618,10, na forma do o parágrafo único do art. 42, do CDC, com correção monetária pelo INPC-IBGE, desde a data do efetivo desembolso de cada valor pago indevidamente, acrescidos juros moratórios, de 1% ao mês, desde a citação (art. 405, CC), a ser apurado em fase de LIQUIDAÇÃO de Sentença, nos termos do art. 509, I, CPC; c) Condenar o Requerido ao pagamento da quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de danos morais, quantia esta que deverá sofrer acréscimo de juros de 1% ao mês desde a dada em que ocorreu o evento danoso (STJ - Súmula n.º 54), qual seja, a data de assinatura do contrato, e, correção monetária desde a presente data, de acordo com os índices do INPC-IBGE; Ante a sucumbência, condeno o Requerido ao pagamento das custas processuais e os honorários de advogado, fixados em 10% sob o valor atualizado da condenação, nos termos do art. 85, §º2º, do CPC. Após o transito em julgado, determino o desentranhamento da petição de petição de fls. 296 e os documentos anexos a ela, ante a preclusão temporal para produção de provas documentais, bem como pelo fato de que os mencionados documentos não se enquadram na hipótese do art. 435, CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0621721-07.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Ana Raimunda Castro Purus - I. Consoante Portaria 116/2017 PTJ-AM, tabela III, item 9 (atos processuais), INTIME-SE a Autora para, no prazo de 05 dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após proceda-se a consulta via Sistema BACENJUD, para que informe o endereço da Requerida, constante em seu banco de dados, consoante solicitado à fl. 150. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0621987-04.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Podium Comércio de Pneus Auto Center Ltda. - EXECUTADO: L. C. Conservação, Logística e Comércio Ltda. - I- Defiro o pedido de fl. 186 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistema SREI, consoante solicitado. Cumpra-se.

ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680/AM) - Processo 0622818-18.2014.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Eucatur Pneus Ltda. - REQUERIDO: Ademir Guimarães de Barros - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0625088-39.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - REQUERIDO: Benedito Lomas da Silva - Tendo em vista o pedido de fl. 65, determino a Secretaria que proceda a alteração do valor da causa, consoante solicitado.

ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 1084A/AM), ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI (OAB 1044A/AM) - Processo 0625298-66.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - REQUERIDO: Celso Mustafa Guimarães - Intime-se o Autor para juntar planilha atualizada de seu crédito, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: TAYANNE PIRES CÉSAR (OAB 9977/AM), ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM), ADV: NAYANNE PIRES CÉSAR (OAB 7782/AM) - Processo 0625553-58.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Associação Educativa do Brasil - SOEBRAS - REQUERIDA: Anna Ney Borges Louzada - Tendo em vista a certidão de fl. 171, determino a intimação da autora para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0625754-79.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: José Humberto Miranda Ferreira - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não houve embargos e assim reputando-se como verdadeiros os fatos narrados pela autora, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, II, do CPC. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0626366-75.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Condomínio - REQUERENTE: Bem Viver Total Ville - Condomínio Vida Nova - REQUERIDO: Associação dos Amigos Bem Viver Total Ville - Tendo em vista que até a presente data não foi juntado o Aviso de Recebimento, determino a expedição de nova Carta de Citação para que a Requerida se manifeste acerca da presente ação, no prazo de lei. Cumpra-se.

ADV: PATRICK DE SOUZA CRUZ (OAB 13259/AM) - Processo 0628680-28.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Napoleão da Costa Pinheiro - Bárbara Cristina Dantas de Oliveira - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - I. Tendo em vista a certidão de

fl. 651, intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, §1º, CPC. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO LUCAS DE MENEZES SILVA (OAB 91792/SP), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM) - Processo 0629308-51.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0615508-87.2016.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Copsul Importadora e Exportadora Ltda. - REQUERIDO: Mercantil Nova Era Ltda. - INTSSADO: Serasa S/A - Defiro em parte o pedido de fls. 575/577 dos autos. À Secretaria para expedir os competentes Ofícios aos Cartórios, consoante determinado na Decisão de fl. 177.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0629675-12.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - EXECUTADO: Jean Alex Marques Alves - Defiro o pedido de fl. 176, determino a intimação do devedor, consoante solicitado.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0632454-08.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: FLS Pompeu - EPP - Florência Lisandra Santos Pompeu - Defiro o pedido de fls. 181/182 dos autos. Expeça-se o competente mandado de citação por hora certa, consoante solicitado.

ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: JOSÉ PERCEU VALENTE DE FREITAS (OAB 7200/AM), ADV: BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (OAB 222/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB 446/AM) - Processo 0632562-32.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - EXEQUENTE: Pemaza Amazônia S/A - EXECUTADO: Açaí Transportes Coletivos Ltda. - INTSSADO: SINETRAN - Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Amazonas - Tendo em vista a falta de manifestação da Executada, conforme certidão de fl.1.171, Defiro o pedido de expedição de Mandado de Penhora e Avaliação, bem como, o bloqueio, através dos sistema Bacenjud, consoante requerido às fls.1168/1170. Verifica-se que as custas do mandado já foram recolhidas à fl. 727, portanto, intime a Autora para recolher as custas da consulta eletrônica do Bacenjud, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0633793-26.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Robson Aparecido de Mendonça - Homologo por sentença a desistência manifestada à fl. 47 para que produza os efeitos legais. Em consequência, extingo o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Dê-se baixa na distribuição e arquive-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ISAURA CRISTINA BONAFÉ RODRIGUES (OAB 9518/AM) - Processo 0633929-91.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Gráfica e Editora Belvedere - ME - Pedro Ricardo Bonafe - Manifestem-se as partes acerca do auto de penhora e avaliação de fl. 138 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0633938-58.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bankpar S/A - REQUERIDO: Marco Aurélio Carvalho Batista - Intime-se o Autor para se manifestar acerca das resposta do Renajud e Infojud, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0634004-62.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Robson Rodrigues Guimarães - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: WEBER DO AMARAL CHAVES (OAB 349177/SP), ADV: MARIANA ROMANO RANGEL (OAB 336333/SP), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM), ADV: ALBERTO GOLDSCHIMIT (OAB 246220/SP) - Processo 0635319-38.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Representação comercial - REQUERENTE: D. P. D. Representações Ltda. - REQUERIDO: Grupo SEB do Brasil Produtos Domésticos Ltda. - I- Defiro o pedido de fls. 591 dos autos. II- Proceda-se a consulta via sistema BACENJUD, consoante solicitado.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM) - Processo 0635464-26.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - REQUERIDO: Frank Jameson Araújo Massulo - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Autora para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0636170-38.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Antônio Marcos Cosmo - Defiro o pedido de dilação do prazo de 10 (dez) dias, para o autor dar o regular andamento do feito, consoante solicitado à fls. 192.

ADV: HEITOR BARBOSA BRUNI DA SILVA (OAB 41422/PR) - Processo 0636608-06.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: S. C. Transportes Ltda. - EXECUTADO: E. D. da Silva Transporte - ME - I. Defiro o pedido de fl. 76. II. Tendo em vista o Provimento nº 273/2016 - CGJ, intime-se o autor para que proceda ao recolhimento das despesas postais, no prazo de 05 (cico) dias, por meio de Guia de Recolhimento propria a ser disponibilizada no sítio virtual do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (http:/www.Tjam.jus.br). II. Após o recolhimento das despesas postais, expeça-se nova carta de citação. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0636625-37.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Versátil Comércio Atacadista de Produtos Alimentícios Ltda. - Arthur Chaves Sabino de Oliveira - Defiro o pedido de dilação do prazo de 15 (quinze) dias, para o autor juntar a comprovação do pagamento das custas, consoante solicitado à fl. 129.

ADV: ANDRÉ NORIO HIRATSUKA (OAB 231205/SP) - Processo 0638929-43.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Movida Locação de Veículos S/A - REQUERIDO: E. L. Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. - EPP - Tendo em vista a informação prestada à fl. 192, determino o sobrestamento do feito, até o julgamento do cumprimento de sentença nº 0212897-95.2017.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0639483-36.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Partiners Participações Ltda. - REQUERIDO: Dona Doce Mix Loja de Conveniência Eirelli - ME - I. Cite-se a Devedora para, no prazo de 03 (três) dias, efetue o pagamento da dívida acrescida das cominações legais e dos honorários de advogado, fixando este último em 10% (dez por cento) sob o valor da causa. (CPC, arts. 829, 841 e 827). II. No caso de integral pagamento, no prazo acima estipulado, a verba honorária será reduzida pela metade (CPC, art. 841, § 1°). III. Caso não seja efetuado o pagamento da dívida e demais encargos, determino, desde já, que o Oficial de Justiça, munido da segunda via do mandado, proceda de imediato à penhora de bens e sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, devendo, ainda, na mesma oportunidade, realizar a intimação do

devedor de tais atos, e a citação deste, para que ofereça, querendo, embargos no prazo de 15 (quinze) dias. (CPC, arts. 829, § 1º e 915). IV. Intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, providenciar o recolhimento das custas de diligências, conforme Portaria Nº 116/2017 PTJ. V. Após a comprovação do pagamento, expeça-se competente mandado. Cumpra-se.

ADV: RAPHAEL HEINRICH BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 5885/AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: SILVYANE PARENTE DE ARAÚJO CASTRO (OAB 7237/AM), ADV: ROBERTO XAVIER MARTINS (OAB 40197/RS) - Processo 0639541-10.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Mass Comércio de Material de Construção Ltda. - EXECUTADO: Aquarela Tintas Ltda. - INTSSADO: Serviço de Proteção ao Crédito - SPC - Defiro o pedido de penhora do veículo modelo Volkswagen Saveiro SD TL MB, ano 2014/2015, placa OAE-6021, bem como, sejam inseridas as restrições referentes a circulação e transferência, consoante requerido à fl. 135. Intime-se o Autor para recolher as custas das diligências, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0640124-92.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: Aço Amazonense Indústria e Comércio de Ferro e Aço Ltda. - Dante Lúcio Cantal Cotta - I- Defiro o pedido de fl. 153 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistema RENAJUD, consoante solicitado. Cumpra-se.

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM) - Processo 0640163-21.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Rafael Normando Miranda Morais - Isto Posto, estando devidamente comprovada a mora do Requerido, DEFIRO liminarmente a medida, com espeque no art. 3º, do Dec-Lei 911/69, com nova redação dada pelo art. 56, da Lei 10.931, de 03.08.2004, para determinar a busca e apreensão do bem acima descrito, na residência do requerido ou no local onde for encontrado, devendo para tanto, ser entregue ao autor, mediante termo de apreensão, até decisão final. Após o cumprimento da medida, cite-se o requerido para, no prazo de 05 dias, pagar o valor da dívida pendente, conforme os valores apresentados pelo autor na inicial, acrescidos de honorários e custas processuais (nova redação do art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei 911/69), sob pena de lhe ser aplicado o que está estabelecido no parágrafo 1º, do art. 3º, do referido Dec-Lei ou, no prazo de 15 dias, apresentar resposta, conforme está estabelecido nos parágrafos 3º e 4º, do Dec-Lei 911/69 (nova redação). Intime-se o autor para efetuar o pagamento da diligência do oficial de justiça, no prazo de 10 (dez) dias, após expeça o competente mandado. Cumpra-se.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0640289-71.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio do Parque Ponta Negra - Reserva das Praias - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Compulsando os autos, verifico que a parte autora não efetuou o pagamento das custas processuais iniciais. Posto isso, determino a intimação do autor para efetuar o pagamento das custas iniciais, no prazo de 10 dias. Cumpra-se.

ADV: DENISE CAVALCANTI CALIL (OAB 171B/RR), ADV: THIAGO SOARES TEIXEIRA (OAB 878/RR) - Processo 0643879-95.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Isabela Conceição Alves Persilva - REQUERIDA: Rival Turismo e Transporte Ltda. - Nobre Seguradora do Brasil S/A - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - INTSSADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Analisando os presentes autos, verifico que a Requerida Rival Turismo e Transporte LTDA, está sem Patrono nos autos, portanto, intime-se, via correio, para constituir novo Patrono, no prazo de 15 dias. Cumpra-se. Manaus (AM), 31 de julho de 2019.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0644020-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Ruzeval Batista dos Santos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do CPC.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0648868-42.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Fergel Indústria de Ferro e Aço Ltda. - REQUERIDO: V. V. Moreira Ltda. - ME (Nome de Fantasia S. M. Montagens Ltda.) - Indefiro o pedido de fls. 146, por não haver o autor comprovado que esgotou as tentativas de localização da parte requerida. Posto isso, determino a intimação do autor para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 dias.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0656237-87.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Igor Corrêa da Silva - I. Tendo em vista a certidão de fl. 68, intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, §1º, CPC. Cumpra-se.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0658492-18.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Villa Jardim Torquato Condomínio Jasmim - EXECUTADA: Jozilma Neves de Oliveira - "Prima facie", não merece acolhimento o pedido de reconsideração, posto que, no tocante às decisões interlocutórias existe recurso próprio para a parte insatisfeita pugnar pela reforma do decisum, cabendo indagar até que ponto pode o pedido de reconsideração apresenta-se como sucedâneo do recurso apropriado. É de ressaltar para o princípio da taxatividade recursal, que não admite a criação de qualquer espécie recursal se a mesma não for criada, por força de Lei Federal. Sendo assim, possibilitar a reforma de uma decisão pelo próprio julgador, quando não houver previsão expressa em lei, é criar um recurso não previsto no ordenamento jurídico. Ademais, o autor não trouxe aos autos documentos que comprovem o pedido de gratuidade. Isto posto, não conheço o pedido de fls. 115, por falta de previsão legal, determino o parcelamento das custas consoante portaria 490/2017 - PTJ em 06 (seis) parcelas.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ), ADV: FÁBIO VINÍCIUS LESSA CARVALHO (OAB 5614/AM) - Processo 0701689-33.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: F. L. Brito de Lima - Franscisca Ladeisse Brito de Lima - Defiro o pedido de suspensão do feito, nos termos do art. 921, III e §1, do CPC. Cumpra-se.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0708627-44.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: UNICRED MANAUS - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais de Saúde de Nível Superior - EXECUTADA: Elisângela Soares de Azevedo - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0709328-05.2012.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco GMAC S/A - REQUERIDA: Arleuda Oliveira de Araújo - Tendo em vista a certidão de fl. 158, Dê-se baixa na distribuição e arquive-se os autos. Cumpra-se.

ADV: JANEYLA SANTOS SUIJKERBUIJK (OAB 5874/AM), ADV: WELLINGTON FILGUEIRA SAMPAIO (OAB 5308/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo

0715756-03.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itauleasing S/A - EXEQUENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDA: Graciete de Araújo Costa - INTSSADO: Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Comodoro/MT - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, DETERMINO a Expedição de Alvará eletrônico em favor do Autor WELLINGTON FILGUEIRA SAMPAIO, CPF nº 142.704.552-68, Banco Caixa Econômica Federal, Agência 1548, operação 013, Conta Poupança 35173-8, para o levantamento da quantia bloqueada, referente aos honorários de sucumbência, devidamente atualizado. Intime-se. Cumpra-se.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Adriano Ferreira Alencar (OAB 14806/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alberto Goldschimit (OAB 246220/SP)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Altamir da Silva Vieira Júnior (OAB 12961/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
André Norio Hiratsuka (OAB 231205/SP)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Christo da Rocha Lacerda (OAB 001.188/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Bandeira de Melo e Barbirato Advogados (OAB 222/AM)
Bárbara Carvalho Ipiranga (OAB 11424/AM)
Bruna Camila Gonçalves da Silva (OAB 10280/AM)
Bruno Alecrim de Lima (OAB 6440/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 1254A/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Christina Cunha e Silva Meirelles (OAB 7896/AM)
Cinthya Feitosa de Souza (OAB 6978/AM)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Clever Rodrigues Menezes Junior (OAB 14055/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Danielle da Costa Pinheiro (OAB 7710/AM)
Denise Cavalcanti Calil (OAB 171B/RR)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Esther Maria Araújo de Sousa (OAB 5639/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Vinícius Lessa Carvalho (OAB 5614/AM)
Fernando Borges de Moraes (OAB 446/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávio Lucas de Menezes Silva (OAB 91792/SP)
Francisco de Sousa Santana Júnior (OAB 9856/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli (OAB 1044A/AM)
Haroldo Jorge Santos (OAB 4066/AM)
Heitor Barbosa Bruni da Silva (OAB 41422/PR)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isaura Cristina Bonafé Rodrigues (OAB 9518/AM)
Ivo Paes Barreto (OAB 735/AM)
Jairo Rafael Moraes Munhoz (OAB 8703/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Janeyla Santos Suijkerbuijk (OAB 5874/AM)
Jhennifer Cristine Souza Pinto (OAB 12655/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Miranda de Albuquerque (OAB 002.029/AM)
João Paulo Monteiro de Lima (OAB 7618/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Francisco Santos Silva (OAB 1993/AM)
José Gilberto de Souza Luzeiro (OAB 1891/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Perceu Valente de Freitas (OAB 7200/AM)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Leila Almeida de Sousa (OAB 3734/AM)
Lúcio Antônio Simões Monteiro (OAB 5446/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Maria Auxiliadora Bicharra da Silva Santana (OAB 003.004/AM)
Mariana Romano Rangel (OAB 336333/SP)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056/RJ)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nayanne Pires César (OAB 7782/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Patrick de Souza Cruz (OAB 13259/AM)
Paulo Roberto Braga Barbosa Júnior (OAB 2356/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Raphael Heinrich Barbosa de Oliveira (OAB 5885/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Ricardo André Zambo (OAB 138476/SP)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Roberto Xavier Martins (OAB 40197/RS)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 1084A/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Salvador Clarindo Campelo (OAB 1712/AM)
Sâmia Brena Furtado Monteiro (OAB 11988/AM)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Scarleth Darlem Gama Franco (OAB 9397/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Silvyane Parente de Araújo Castro (OAB 7237/AM)
Solange Pereira (OAB 130873/SP)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680/AM)
Tayanne Pires César (OAB 9977/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Soares Teixeira (OAB 878/RR)
Vanessa Castilha Mañez (OAB 331167/SP)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Weber do Amaral Chaves (OAB 349177/SP)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wellington Filgueira Sampaio (OAB 5308/AM)

7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0164/2019

ADV: EDNILSON PIMENTEL MATOS (OAB 1799/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0009908-05.1996.8.04.0012 (012.96.009908-0) - Execução de Título Extrajudicial - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE:

BANCO DO BRASIL S/A. - REQUERIDO: Rio Tefe Navegacao e Transportes Ltda. e outros - Vistos, Defiro pedido de dilação do prazo por 30 (trinta) dias.

ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM), ADV: ALEXANDRA THEREZA ZANGEROLAME (OAB 3098/AM), ADV: ANTONIO SAMPAIO NUNES (OAB 3912AM) - Processo 0013444-33.2010.8.04.0012 (012.10.013444-3) - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - REQUERENTE: Livraria Popular Ltda - R.H. Sem informações do advogado. Intime-se o autor para manifestar interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM) - Processo 0247904-17.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Maria Ivania de Oliveira - Intime-se a Autarquia Previdenciária, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a execução, conforme redação do artigo 535, CPC, bem como para que cumpra a obrigação de fazer constante na sentença prolatada.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0600088-37.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Cooperativa de Credito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Vistos, Considerando que a executada não pagou o valor da execução apesar de devidamente citada fls. 97, intime-se o Autor para requerer o que entender de direito para satisfazer seu crédito. Intime-se. Manaus, 31 de julho de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0600271-47.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Às fls. 225/226 comparece o terceiro, Sr. Ailton Venâncio de Jesus, informando que o CPF informado na inicial está incorreto, pois na verdade não é o CPF do Requerido, mas sim seu CPF, qual seja, nº ° 231.137.582-20 . Por essa razão, informa que houve bloqueio em sua conta corrente do valor de R$ 693,65, motivo pelo qual pleiteia o desbloqueio de sua conta e liberação dos valores, ou caso tenha sido transferido, requer a expedição de alvará. Requer, ainda, seja retirado o seu CPF do processo. Assiste razão ao peticionante. De fato o CPF de nº 231.137.582-20, indicado na inicial, é do Sr. Ailton Venâncio de Jesus, conforme se constata pelo seu documento de identidade às fls. 227/228. Observa-se, ainda, o equívoco da inicial pelo próprio documento juntado pela autora às fls. 18, onde consta CPF diverso. Assim, verifico que de fato houve bloqueio equivocado nas contas do peticionante via Bacenjud, no valor de R$ 693,65. Ocorre que, em consulta à resposta de bloqueio deo Bacenjud, verifico que o valor já foi desbloqueado no dia 25/07/2019, o que se constata também pelo comprovante às fls. 228. Sendo assim, à Secretaria para proceder à exclusão do CPF de nº 231.137.582-20 do cadastro do Requerido. INTIME-SE o autor para retificar o número do CPF do Requerido, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MÔNICA ALEXANDRA COSTA DE SEIXAS (OAB 7218/AM), ADV: WALDIR LINCOLN PEREIRA TAVARES (OAB 3998/AM), ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM) - Processo 0600843-37.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0708228-15.2012.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Bem de Família - REQUERENTE: FRANK LACERDA DE SOUZA - REQUERIDA: Thalyta Christina Nascimento Campos - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação de fls.130/140. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0601484-54.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Porto Seguros Cia de Seguros S/A - Vistos, Trata-se de ação de Execução de Titulo Extrajudicial em que não houve a citação do executado e que o exequente requer o bloqueio por meio do sistema BACENJUD e RENAJUD no nome do representante legal. Pois bem, primeiramente verifico que refere-se a empresa individual, no qual há confusão entre o patrimônio da empresa individual e do empresário, não havendo diferenciação de personalidade jurídica. Neste sentido, é possível a pesquisa no sistema BACENJUD e RENAJUD a fim de encontrar valores ou bens passiveis de penhora. No entanto, observo que até o momento não houve a citação da empresa e muito menos do representante. Dito isto, considerando o curto período de tempo em relação a ultima pesquisa nos sistemas BACENJUD e RENAJUD no nome da empresa; Considerando ainda que não houve a citação do executado e que trata-se de requisito essencial para a validade do processo; Defiro a pesquisa no sistema BACENJUD e RENAJUD no nome do representante legal da empresa, condicionando a pesquisa ao pagamento do complemento das custas, tendo em vista que pagou apenas uma pesquisa. Intime-se ainda o autor para providenciar a citação do executado e do seu representante legal.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: PRESTES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 8776/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0603396-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Nelson de Oliveira Rosseti - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - R. H. Afigura-se cabível o julgamento antecipado da lide, eis que desnecessária a produção de provas em audiência (CPC, art. 355, I) devendo o juízo velar pela rápida solução do litígio (CPC, art. 139, II). Decorrido o prazo, sem manifestação recursal, inicia-se prazo de 15 (quinze) dias para as alegações finais. Após, voltem-me os autos concluso para sentença.

ADV: PRISCILLA JIMENES DEL GUERRA (OAB 204205/SP) - Processo 0604308-83.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: KM Cargo Ltda - R.H. Sem informações do advogado. Intime-se o autor para manifestar interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: LIA CAROLINA SANTOS DA SILVA (OAB 6874/AM), ADV: LUIZ PAULO FERNANDES (OAB 10080/AM) - Processo 0605845-17.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: JOÃO TEIXEIRA CRUZ - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S/A - Vistos, intime-se as partes para depositar em juízo o valor dos honorários da perícia que será rateados 50% para cada bem como para indicação de assistente técnico e formulação de quesitos no prazo de 15 (quinze) dias (art. 465, §1º, II do CPC). Após a indicação de dia, hora e local da perícia, intimem-se as partes e os peritos assistentes, se indicados, para acompanharem a realização da perícia. Assinalo o prazo de 30 (trinta) dias, contados das intimações, para a entrega do laudo em juízo (art.422 do CPC), cujo prazo pode ser estendido, a pedido do perito.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0606102-08.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Defiro o pedido de expedição de mandado, conforme fls. 123. Custas já recolhidas. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM) - Processo 0608753-47.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: EDVALDO RAMOS DE SOUZA - REQUERIDO: CONSTRUTORA CAPITAL ROSSI EMPREENDIMENTOS S/A - SÃO DANIEL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e outro - Ação Julgada improcedente e sentença confirmada em grau de recurso com transito em julgado. Intimem-se as partes sobre o cumprimento de sentença, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0609285-21.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERIDO: DOUGLAS ALBUQUQERQUE BRASIL JUNIOR - R.H. Processo em fase de cumprimento de sentença. Intime-se o Devedor DOUGLAS ALBUQUQERQUE

BRASIL JUNIOR, na pessoa do seu patrono, para pagar o valor indicado pelo credor, referente a condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida multa de 10% (dez por cento) e expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 523 e §§ do NCPC. Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, fixo honorários referente a fase executiva em 10% sobre o valor da execução, nos termos da Súmula 517 do STJ. Além disso, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para a executada apresentar impugnação, nos próprios autor, conforme o art. 525, do CPC.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 19937/PR) - Processo 0611895-59.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: KELLY CRISTINA TEODÓSIO DA SILVA (OAB 13192/AM), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: ALINE MARIA DA CÁS RACHID PIETRO (OAB A1075/AM) - Processo 0613025-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Manoel Ferreira da Conceição e outro - REQUERIDO: Banco BMG S/A e outro - R. H. Afigura-se cabível o julgamento antecipado da lide, eis que desnecessária a produção de provas em audiência (CPC, art. 355, I) devendo o juízo velar pela rápida solução do litígio (CPC, art. 139, II). Decorrido o prazo, sem manifestação recursal, inicia-se prazo de 15 (quinze) dias para as alegações finais. Após, voltem-me os autos concluso para sentença.

ADV: GIULO ALVARENGA REALE (OAB 1006/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0613323-42.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Itapeva Vii Multicarteira Fundo de Ivestimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados - Vistos, Indefiro pedido de arrombamento e força policial, devendo o oficial de justiça, se achar que há necessidade, solicitar deste juízo. Expeça-se mandado.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0614037-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Carlos Alberto dos Santos Sampaio - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - R. H. Afigura-se cabível o julgamento antecipado da lide, eis que desnecessária a produção de provas em audiência (CPC, art. 355, I) devendo o juízo velar pela rápida solução do litígio (CPC, art. 139, II). Decorrido o prazo, sem manifestação recursal, inicia-se prazo de 15 (quinze) dias para as alegações finais. Após, voltem-me os autos concluso para sentença.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0617850-03.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Ilma de Jesus da Silva Souza - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação de fls.170/179. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0617890-19.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Vanuza Quadro do Nascimento - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizado no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE) - Processo 0622746-26.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - R.H. Processo em fase de cumprimento de sentença. Ação julgada procedente e sentença confirmada em grau de recurso, com transito em julgado. Intime-se o Devedor Hapvida Assistência Médica Ltda., na pessoa do seu patrono, para pagar o valor indicado pelo credor, referente a condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida multa de 10% (dez por cento) e expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 523 e §§ do NCPC. Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, fixo honorários referente a fase executiva em 10% sobre o valor da execução, nos termos da Súmula 517 do STJ. Além disso, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para a executada apresentar impugnação, nos próprios autor, conforme o art. 525, do CPC.

ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0622795-09.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, Trata-se de ação de Execução contra réu revel, representado pela Defensoria Pública na qualidade de curador de ausentes, a qual não encontrou elementos para opor Embargos á Execução. Sendo assim, intime-se o Exequente para indicar como pretende prosseguir na execução, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de arquivamento.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0623662-60.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Posse - REQUERENTE: Safra Leasing Sa Arrendamento Mercantil - R.H. Intime-se o autor para manifestar interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito para a satisfação do seu crédito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: IGSON DE OLIVEIRA ANDRADE (OAB 5533/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0627201-73.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: ALDENEY OLIVEIRA NOVO - REQUERIDO: DALVANIR B DE SOUZA & CIA LTDA - MOVEIS RUDNICK S/A - LITSPASSIV: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Vistos, etc Considerando o deferimento da Recuperação Judicial da executada, na data de 22/02/2018, e já tendo decorrido o prazo de suspensão a que alude o art. 52, III da Lei 11.101/2005, determino a intimação da requerida para informar se o prazo foi prorrogado e se a exequente consta na lista de credores, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0628995-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: João Arruda da Costa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze)

dias o Recurso de Apelação de fls.203/260. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: SEBASTIÃO ROBERTO DE ARAÚJO (OAB 64679/MG) - Processo 0638921-27.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Tutela de Evidência - REQUERENTE: Nsa Transportes Logistica Eireli - Epp. - Diante disso, com base nos argumentos expostos e no preenchimento dos requisitos do art. 300 do CPC, DEFIRO a TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE para DETERMINAR o bloqueio na conta da empresa requerida no valor de R$ 33.329,54 (trinta e três mil e trezentos e vinte e nove reais e cinquenta e quatro centavos) por meio do sistema BACENJUD. INTIME-SE O AUTOR para pagar as custas da pesquisa de bacenjud, no valor de R$16,98(dezesseis reais e noventa e oito centavos). CITE-SE o requerido, para, em querendo, apresentar contestação, no prazo de 05 (cinco) dias e indicar as provas que pretende produzir, sob pena de revelia e confissão, nos termos dos arts. 306 e 307 do CPC.

ADV: SARA MARTINS SOMBRA DE OLIVEIRA (OAB 9456/AM) - Processo 0639641-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Ana Júlia de Queiroz Bessa - Vistos, Defiro o pedido de justiça gratuita, uma vez que restou comprovada a condição de hipossuficiente. Cite-se a Requerida para oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art.344 do CPC). Em virtude da natureza da ação, deixo de remeter os autos ao CEJUSC. Intime-se.

ADV: LAÍS MONIQUE DA SILVA SANTOS (OAB 10340/AM), ADV: MARIA LÍRIA NEVES DA SILVA (OAB 10639/AM) - Processo 0640008-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Adriano de Souza Vieira e outro - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Inicialmente, defiro a Gratuidade de Justiça integral em razão da profissão do autor e do objeto da lide, que apenas aproveitará em relação as custas processuais, nos termos do art. 98, §5º do CPC. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE e INTIME-SE, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: ANDERSON AIRES DA SILVA (OAB 10043/AM) - Processo 0640089-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Anísio Carlos dos Santos Filho - R.H. A concessão da Justiça Gratuita é um benefício apenas para aqueles que não tem condições de arcar com as custas processuais. Sendo exceção dentro do sistema processual e não a regra. Tanto é verdade, que existe a possibilidade de parcelamento ou concessão da gratuidade apenas para alguns atos. Dessa forma, em caso de dúvida, o juiz deve determinar a produção de provas. Assim, determino a intimação do autor para que comprove a condição de hipossuficiente, devendo juntar aos autos declaração de imposto de renda ou comprovante de rendimentos atualizados, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do benefício.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0640138-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Marcos Roberto Rocha Gomes - Vistos etc. Defiro a gratuidade de justiça. Nos termos da Portaria nº 2183/2016-PTJ, REMETAM-SE os autos ao Com o CEJUSC para realização da citação e perícia técnica.

ADV: ROMULO LOBO DE ALMEIDA (OAB 14364/AM) - Processo 0640229-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Paulo Sergio da Silva Cavalcante - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Inicialmente, defiro a Gratuidade de Justiça, que apenas aproveitará em relação as custas processuais, nos termos do art. 98, §5º do CPC. Dessa forma, INTIME-SE o autor para realizar o pagamento das despesas postais, diretamente no site do TJ/AM, conforme Provimento nº 273 CGJ/AM. Acautelo-me quanto a concessão da tutela de urgência que poderá ser apreciada em momento oportuno. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE e INTIME-SE, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0640242-97.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Tarifas - REQUERENTE: Ingraça Maria do Nascimento - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Inicialmente, defiro a Gratuidade de Justiça, que apenas aproveitará em relação as custas processuais, nos termos do art. 98, §5º do CPC. Dessa forma, INTIME-SE o autor para realizar o pagamento das despesas postais, diretamente no site do TJ/AM, conforme Provimento nº 273 CGJ/AM. Acautelo-me quanto a concessão da tutela de urgência que poderá ser apreciada em momento oportuno. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE e INTIME-SE, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: MARIA ROSA SOARES DE LIMA ÁVILA (OAB 4086/AM), ADV: PAULO SÉRGIO DE MENEZES (OAB 54542/MG), ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM), ADV: PAULO SÉRGIO DE MENEZES (OAB 187A/AM), ADV: FELIPE GUIMARÃES DE SOUZA (OAB 10506/AM) - Processo 0640991-56.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: AGROAM - Agrícola Amazonas Comercial Ltda. - Defiro expedição de Carta de Citação no endereço indicado nas fls. 175. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento das despesas postais, por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedida a devida carta. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0642054-14.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria do Socorro Silva de Andrade - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação de fls.203/213. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0642792-02.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - R.H. Considerando que não houve impugnação ao bem penhorado, DEFIRO a transferência dos valores, conforme requerido as fls. 106/107, mediante pagamento da expedição do Alvará no valor de R$ 50,99 (cinquenta reais e noventa e nove centavos). Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta Corrente 761919-7, Cartório da 7ª Vara Cível, com identificação do processo e com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedido o documento. Manaus, 31/07/2019 Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ELLEN CAROLINA LIMA COLARES (OAB 11239/AM), ADV: LUNA DE SOUZA FERNANDES (OAB 12663/AM), ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM), ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB 10714/AM) - Processo 0646162-23.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Habitacional do Conjunto Tocantins 2º Etapa - Vistos, Trata-se de ação de Execução contra réu revel, representado pela Defensoria Pública na qualidade de curador de ausentes, a qual não encontrou elementos para opor Embargos á Execução. Sendo assim, intime-se o Exequente para indicar como pretende prosseguir na execução, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de arquivamento.

ADV: JAMILE RIBEIRO DA SILVA (OAB 4977/AM) - Processo 0651494-34.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Sociedade Amazonense

de Educação e Cultura Ltda. - SAMEC - R.H. Sem informações do advogado. Intime-se o autor para manifestar interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0717088-05.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos, Defiro pedido de dilação do prazo por 60 (sessenta) dias, conforme requerido em fls. 328/329.

Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alexandra Thereza Zangerolame (OAB 3098/AM)
Aline Maria da Cás Rachid Pietro (OAB A1075/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Anderson Aires da Silva (OAB 10043/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antonio Sampaio Nunes (OAB 3912AM)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 19937/PR)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Ednilson Pimentel Matos (OAB 1799/AM)
Ellen Carolina Lima Colares (OAB 11239/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Felipe Guimarães de Souza (OAB 10506/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Giulo Alvarenga Reale (OAB 1006/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Igson de Oliveira Andrade (OAB 5533/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Jamile Ribeiro da Silva (OAB 4977/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelly Cristina Teodósio da Silva (OAB 13192/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Laís Monique da Silva Santos (OAB 10340/AM)
Lia Carolina Santos da Silva (OAB 6874/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Paulo Fernandes (OAB 10080/AM)
Luiza Helena Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3502/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Luna de Souza Fernandes (OAB 12663/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Maria Líria Neves da Silva (OAB 10639/AM)
Maria Rosa Soares de Lima Ávila (OAB 4086/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mônica Alexandra Costa de Seixas (OAB 7218/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Sérgio de Menezes (OAB 187A/AM)
Paulo Sérgio de Menezes (OAB 54542/MG)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Prestes Sociedade Individual de Advocacia (OAB 8776/AM)
Priscilla Jimenes Del Guerra (OAB 204205/SP)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Romulo Lobo de Almeida (OAB 14364/AM)
Sara Martins Sombra de Oliveira (OAB 9456/AM)
Sebastião Roberto de Araújo (OAB 64679/MG)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB 10714/AM)
Waldir Lincoln Pereira Tavares (OAB 3998/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROSSELBERTO HIMENES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ADILSON JOSÉ DA SILVA OLIVEIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0166/2019

ADV: JANAÍNA MENDONÇA DE MORAES (OAB 8070/AM), ADV: KLAUS GIACOBBO RIFFEL (OAB 75938/RS), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0606885-63.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: Sheila Maria Vieira Said - Despacho: Dê-se vista ao banco para manifestação sobre proposta. Após, voltem-me os autos concluos para sentença.

Janaína Mendonça de Moraes (OAB 8070/AM)
Klaus Giacobbo Riffel (OAB 75938/RS)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)

8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0238/2019

ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: ROSÂNGELA LEMOS DE MELLO GUIMARÃES (OAB 2747/AM) - Processo 0025396-86.2003.8.04.0001 (001.03.025396-0) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - De ordem, fica intimado a parte credora para que aponte bens passíveis de penhora ou manifeste interesse na suspensão do feito, no prazo de 15 (quinze) dias. A ausência de manifestação implicará na suspensão do processo, na forma do 921, inciso III do CPC.

ADV: ELIZABETE LUCAS (OAB 900.332/AM), ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM), ADV: DANIEL IBIAPINA ALVES (OAB 5980/AM) - Processo 0036216-87.2010.8.04.0012 (012.10.036216-0) - Cumprimento de sentença - Acidente de Trabalho - REQUERENTE: Alexsandro Vasconcelos da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Vistos e examinados. Reporto-me ao pedido de fls. 360/361, no qual o Exequente requer a expedição de oficio ao INSS, compelindo-o a cumprir a decisão judicial, determinando a implantação do benefício. Em ato contínuo, em razão do descumprimento, requer a aplicação de multa no valor de R$ 2.000 (dois mil reais), como forma de evitar a prática reiterada do Executado para com os seus beneficios, multa esta que deverá ser paga em favor do Exequente. Relatos no essencial. DECIDO. Analisando detidamente os autos, verifico que a Autarquia Previdenciária não comprovou o restabelecimento do benefício determinado em Sentença de fls. 235/240. Dessa forma, DEFIRO parcialmente o pedido de fls. 360/361, somente para DETERMINAR a INTIMAÇÃO do Executado para que cumpra com a obrigação de fazer, no sentido de restabelecer o benefício

concedido em Sentença, no prazo de quinze dias, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de trinta vezes, nos termos do § 1.º do art. 536 do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0203138-44.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0606218-19.2014.8.04.0001) (processo principal 0606218-19.2014.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica intimado a parte credora para que aponte bens passíveis de penhora ou manifeste interesse na suspensão do feito, no prazo de 15 (quinze) dias. A ausência de manifestação implicará na suspensão do processo, na forma do 921, inciso III do CPC.

ADV: SÉRGIO MARINHO LINS (OAB 2414/AM), ADV: ELANE CRISTINA DE OLIVEIRA KARAM (OAB 5904/AM) - Processo 0206525-67.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0227907-29.2010.8.04.0001) (processo principal 0227907-29.2010.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Luiz Morikawa e outro - EXECUTADA: Márcia Angélica do Socorro Freitas Beckman e outro - De ordem, fica intimado a parte credora para que aponte bens passíveis de penhora ou manifeste interesse na suspensão do feito, no prazo de 15 (quinze) dias. A ausência de manifestação implicará na suspensão do processo, na forma do 921, inciso III do CPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1062A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0604257-72.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica intimado a parte credora para que aponte bens passíveis de penhora ou manifeste interesse na suspensão do feito, no prazo de 15 (quinze) dias. A ausência de manifestação implicará na suspensão do processo, na forma do 921, inciso III do CPC.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (OAB 8525/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0606699-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Espólio de Rosa de Oiveira Vital - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0620204-69.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, JUNTE-SE aos Autos o protocolo de resposta do Sistema Judicial respectivo. DÊ-SE vista às partes interessadas, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0627283-65.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condominio Residencial Flex Tapajós - De ordem, JUNTE-SE aos Autos o protocolo de resposta do Sistema Judicial respectivo. DÊ-SE vista às partes interessadas, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0628751-30.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - De ordem, JUNTE-SE aos Autos o protocolo de resposta do Sistema Judicial respectivo. DÊ-SE vista às partes interessadas, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0633489-32.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Prazo de quinze dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0641402-31.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Ipiranga Produtos de Petróleo S/A - De ordem, fica intimada a parte Exequente para manifestar-se sobre o documento juntado às fls. 211/247, no prazo de cinco dias.

ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0648430-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Jeruza de Paula Melo - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de quinze dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 1175A/AM), ADV: JONATHAN MIKE GONÇALVES DE CASTRO (OAB 410812/SP), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0649860-03.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre o documento juntado às fls.85/86, no prazo de 05 (cinco) dias.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Anderson Lincoln Vital da Silva (OAB 8525/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Daniel Ibiapina Alves (OAB 5980/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 1175A/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Elane Cristina de Oliveira Karam (OAB 5904/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Elizabete Lucas (OAB 900.332/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1062A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jonathan Mike Gonçalves de Castro (OAB 410812/SP)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123/PR)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rosângela Lemos de Mello Guimarães (OAB 2747/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Marinho Lins (OAB 2414/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RUTH HELENA MENDES MONTEIRO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0239/2019

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: ANDREZZA CALDAS VITAL (OAB 10723/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0633947-

44.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Pagamento - EMBARGANTE: Colméia Laranjeiras Empreendimentos Imobiliários Ltda - EMBARGADO: Ricardo Silva de Almeida - Quanto ao efeito suspensivo, verifico que o valor depositado em conta judicial (R$31.720,13), revela-se bem inferior ao reconhecido no bojo dos embargos (R$79.710,04). Ademais, via de regra, os embargos à execução não possuem efeito suspensivo, nos termos do que disciplina o art. 919, caput, do Código de Processo Civil. Indefiro o pedido, portanto. À Secretaria para verificar se houve o recolhimento correto das custas. Em seguida, intime-se a parte exequente, nos termos do art. 920, I, do Código de Processo Civil

Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)

Andrezza Caldas Vital (OAB 10723/AM)

Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)

9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0254/2019

ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: NICOLLE SOUZA DA SILVA SCARAMUZZINI TORRES (OAB 679A/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: CHRISTINA CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 7896/AM) - Processo 0010409-11.2004.8.04.0001 (001.04.010409-6) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/A - Compulsando os autos, observo que não foram encontrados/indicados bens passíveis de penhora da parte executada. Assim, ante a falta de bens penhoráveis para fazer frente à pretensão da parte exequente ou não encontrado o executado, determino a suspensão do processo pelo prazo de 01 (um) ano, conforme o disposto no artigo 921, § 1º do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada do processo em caso de comprovada efetividade do ato constritivo. Transcorrido o prazo, sem que haja qualquer manifestação das partes, arquivem-se os autos, conforme o § 2º do referido artigo, ocasião na qual terá início o prazo de prescrição intercorrente. Intimem-se.Cumpra-se.

ADV: JORGE HADAD SOBRINHO (OAB 91701B/SP), ADV: KYARA TRINDADE BARBOSA (OAB 13913/AM), ADV: ANTÔNIA MACHADO DE OLIVEIRA (OAB 120279/SP), ADV: JOSEANE DE ANDRADE COELHO (OAB 8365/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: DANYEL FURTADO TOCANTINS ÁLVARES (OAB 311574/SP), ADV: MAIARA CARVALHO DA MOTTA (OAB 3994/AM) - Processo 0208522-56.2014.8.04.0001 (processo principal 0233461-76.2009.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Transportes Ludani Ltda - EXECUTADO: Jornal Amazonas Em Tempo - TERCEIRA: Igreja Universal do Reino de Deus - De ordem, intimo a parte interessada (Exequente) para que, no prazo de 5 (cinco) dias, indique conta para transferência (conta, agência, Banco, Titularidade, CPF/CNPJ) do(s) valor(es) ou indique em nome de quem deverá ser levantado o alvará juntando procuração válida com poderes especiais (levantamento de alvará/valores) para tal finalidade.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0606731-16.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Considerando terem esgotados os meios de tentativa de localização da parte Requerida em todos os logradouros localizados nas pesquisas dos sistemas conveniados, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a parte Requerida, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado na rede mundial de computadores no sítio deste Tribunal de Justiça, no prazo máximo de 20 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ÍRIO DANTAS DA NOBREGA (OAB 10025/PB), ADV: NAZIRA MARQUES DE OLIVEIRA (OAB 8707/AM) - Processo 0606747-33.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - EXEQUENTE: Link Celulares e Desenvolvimento de Negócios Ltda. - EXECUTADA: Eriane Sabrina Neves Soares e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0607917-11.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JANEYLA SANTOS SUIJKERBUIJK (OAB 5874/AM), ADV: SULAMITA BRANDÃO DA ROCHA (OAB 4782/AM) - Processo 0609254-64.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Cinthia Walker Matos dos Santos-ME - EXECUTADO: Erin Estaleiro Rio Negro Ltda. - Defiro o pedido de fls. 669/670, oficie-se ao juízo da 5a Vara Federal - Seção Judiciária do Amazonas para, a título de colaboração, proceder com a penhora no rosto dos autos nº 13362-82.2015.4.01.3200 de eventuais valores devidos à empresa, ora executada, ERIN -ESTALEIRO RIO NEGRO LTDA, até o limite da presente execução, qual seja, R$ 1.563.041,66 (um milhão, quinhentos e sessenta e três mil, quarenta e um reais e sessenta e seis centavos). No mais, cumpra-se a decisão de fls. 658/659. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHO (OAB 31618/SP) - Processo 0613594-85.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Consórcio - REQUERENTE: Disal Administradora de Consórcios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: DANIEL DE LIMA CAVALCANTE (OAB 9070/AM) - Processo 0623019-10.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: LUCINDA PEREIRA TAYAH - REQUERIDO: RAED MOHAMMED MUSTAFA TAWELL e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG), ADV: FABIO RIVELLI (OAB 1119/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ICAROTY JOSÉ DA SILVA (OAB 6010/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: EDUARDO LUIZ BROCK (OAB 91311/SP) - Processo 0625050-03.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0704390-64.2012.8.04.0001) - Outras medidas provisionais - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: FELIX MORAIS DE MENDONÇA - REQUERIDA: API SPE 15 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda - Abyara Planejamento Imobiliário S/A e outros - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte executada para que recolha as custas finais pendentes, conforme Guia de Recolhimento Judicial elaborada pelo contador judicial, às fls. 1.297, e junte comprovante de pagamento, no prazo de 10 (dez) dias. Decorrido o prazo sem que a parte tenha juntado os respectivos comprovantes, os autos serão remetidos ao contador judicial para emissão de Certidão de Dívida e providências necessárias, em conformidade com o art. 2º do Provimento nº 228/2014-CGJ/AM.

ADV: WESLAYNE MACEDO DE OLIVEIRA DA COSTA INÁCIO (OAB 8621/AM), ADV: ANDRÉ RICARDO DA COSTA INÁCIO (OAB 975A/AM) - Processo 0625995-14.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Pasco Eletro Sistemas Ltda - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0628352-69.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0631518-75.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Selezio Sergio Sarayva Matos - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Trata-se de cumprimento definitivo de sentença. Compulsando os autos, observa-se que a parte Requerida depositou em juízo o valor que entende devido para satisfação da dívida exequenda, conforme comprovante às fls. 336-338. A parte exequente pugna pela liberação do valor depositado e requer a penhora do alegado saldo remanescente de R$ 11.259,39. Defiro a expedição de alvará em favor da parte exequente do valor incontroverso depositado pela parte executada. Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, esclarecer como chegou ao valor remanescente de R$ 11.259,39, sendo que no cumprimento de sentença indicou o valor de R$ 32.772,45 no dia 19/06/2019, o executado efetuou o depósito de R$ 28.768,69 no dia 31/07/2019. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO SILVA TEIXEIRA (OAB 4672/AM) - Processo 0632184-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Quitação - REQUERENTE: Márcio Silva Teixeira - Trata-se de Ação de Obrigação de fazer com pedido de tutela de urgência ajuizada por Márcio Silva Teixeira em face de Alberto Chagas Fernandes e Antônio em que a parte Requerente pleiteia os beneficios da Justiça Gratuita. À Secretaria, proceda-se à retificação do polo passivo, conforme requerido às fls. 15-19. No caso dos autos, não estou convencida do estado de insuficiência financeira da parte Requerente e, desse modo, condiciono o deferimento da Justiça Gratuita pleiteada à efetiva comprovação da alegada necessidade, uma vez que se trata de presunção relativa (CPC, art. 99, §3º). Levando em consideração que o juízo somente poderá indeferir pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade (CPC, art. 99, § 2.º), DETERMINO que a parte Requerente junte aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, cópias de suas duas últimas declarações do Imposto de Renda OU comprovantes de renda/contracheque E extratos bancários dos 60 dias anteriores ao ajuizamento da ação e/ou outros documentos que atestem sua real hipossuficiência. Na hipótese de impossibilidade de efetuar a juntada dos documentos supracitados, fica a parte Requerente intimada, em igual prazo, para que se manifeste efetuando o pagamento das custas iniciais da Ação ou requerendo o parcelamento nos termos da Portaria n° 490/2017-PTJ, sob pena de indeferimento da Inicial. No mesmo prazo retro deve a parte Requerente informar o CPF e RG do Requerido Antônio Ferreira de Araújo. Após o decurso do prazo, remetam-me os autos para Despacho Inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0632572-13.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARCELO ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 10004/AM) - Processo 0633392-27.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: A da Silva Leite & Cia Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado nas fls. 149 sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM) - Processo 0635301-12.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Francisco Rodrigues da Silva Filho - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB A921/AM), ADV: MARCOS DANRLEY DA SILVA LIMA (OAB 13512/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 205961/SP) - Processo 0635831-21.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: FERNANDO NONATO VASCONCELOS - Compulsando os autos, observa-se que houve penhora parcial de valores em conta bancária da parte executada, conforme se observa às fls. 193/194. A parte executada se manifestou nos autos pugna pela liberação dos valores constritos aduzindo ser verba salarial. A parte exequente se manifestou concordando com a liberação de tal verba. Assim, sendo defiro o pedido de devolução da verba penhorada ao executado, devendo ser transferido o valor à conta bancária informada às fls. 213. Por oportuno, defiro o pedido da parte exequente de realização de consultas de bens do executado via RENAJUD e INFOJUD, após o devido recolhimento das custas necessárias à efetivação da medida, no prazo de 5 (cinco) dias. Realizadas as consultas retromencionadas, intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito, sob pena de arquivamento da ação. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: AMISA CRÍSFANY MARTINS SILVA E SILVA (OAB 12659/

AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0636580-33.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Bvlog Logistica Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca dos ARs juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: EDER MACHADO ARAUJO (OAB 14085/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0636899-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: José Antonio Martins Faustino - O art. 1º, §2º da Portaria nº 2072/2016-PTJ, assim dispõe: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Desta feita, intimo a parte interessada para que tome ciência do(s) documento(s) expedido(s) - ofício 1075 - , remeta-o(s) ao(s) seu(s) destinatário(s) e junte, nos presentes autos, o(s) respectivo(s) comprovante(s) de protocolamento. Caso o(s) referido(s) documento(s) seja(m) enviado(s) via postal, solicito ao responsável pelo envio que identifique o número do processo no(s) Aviso(s) de Recebimento (AR), possibilitando a juntada deste(s) no processo correto quando devolvido ao cartório.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0639101-43.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Compulsando os autos, observo que a parte autora não efetuou a juntada da guia de recolhimento e comprovante de pagamento das custas iniciais do processo. Isto posto, intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial com a juntada dos documentos retromencionados, sob pena de indeferimento liminar do processo. Decorrido o prazo retro, volte-me conclusos para despacho inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARÍLIA RAMOS DE OLIVEIRA (OAB 3733/AM) - Processo 0640266-28.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: G M Consultoria Em Gestão Empresarial Ltda - Epp e outro - Defiro gratuidade de justiça. Cite-se a parte executada, nos termos do art. 829 do CPC, para efetuar o pagamento da dívida, no prazo de 03 (três) dias, ou, querendo, nos termos do art. 914 e 915 do CPC, apresentar embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar do mandado a ordem de penhora indicada pela parte exequente, nos termos do § 1º do art. 829 e observado o art. 835 do CPC, bem como a avaliação, a serem cumpridas pelo oficial de justiça, tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito, nos termos do art. 827, caput do Código de Processo Civil, e, no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido a 5% (cinco por cento), conforme §1º do referido artigo. A requerimento da parte, com fundamento no art.782,§3º, doCPC, expeça-se ofício ao SPC e ao Serasa determinando que incluam o nome da parte Executada no cadastro de inadimplentes. Adiante, de acordo com o art. 828, caput, do CPC, determino à Secretaria que expeça certidão de que a presente execução foi admitida pelo Juízo, identificando as partes e o valor da causa, para fins de averbação à margem da matrícula no Registro de Imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos à penhora, arresto ou indisponibilidade, obstaculizando, assim, a alienação fraudulenta de bens. Deverá a parte exequente informar este Juízo, em até 10 (dez) dias da concretização da averbação, sobre os atos efetivados (art. 828, §1º do CPC). Sendo a parte executada citada mas não apresentado embargos, não realizado o pagamento e não encontrado bens da mesma, intime-se a parte exequente para manifestação, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Outrossim, havendo requerimento da parte exequente, defiro o pedido de arresto - bloqueio pelo sistema BACENJUD de valores disponíveis em conta corrente vinculada ao CPF/CNPJ da parte Executada a fim de resguardar o êxito da execução. Se positiva a consulta e bloqueio, proceda, a secretaria, a intimação/citação do executado para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o bloqueio/penhora, de acordo com o art. 854, §§ 2° e 3° do CPC. Rejeitada ou não apresentada manifestação, o bloqueio será convertido em penhora e realizada a transferência para conta bancária vinculada ao processo, nos termos do art. 854, § 5º do CPC. Retornado negativo o mandado/A.R., intime-se a parte Exequente para indicar endereço atualizado da parte Executada no prazo de 10 dias, procedendo-se, concomitantemente, este juízo, a consulta de novo endereço pelo sistema bacenjud, infojud, renajud e siel, acaso indicado nome da genitora. Localizado novo endereço, expeça-se Mandado de Citação. Expeça-se o competente mandado e/ou proceda a consulta pleiteada. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBSON CARVALHO FERREIRA (OAB 12268/AM), ADV: HELTON LANNUCY VERAS LEITE (OAB 13005/AM) - Processo 0645782-97.2017.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: José Maria Santiago Leite - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM) - Processo 0652398-54.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Portal Imobiliaria Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca dos ARs juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Amisa Crísfany Martins Silva e Silva (OAB 12659/AM)
André Ricardo da Costa Inácio (OAB 975A/AM)
Antônia Machado de Oliveira (OAB 120279/SP)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Christina Cunha e Silva Meirelles (OAB 7896/AM)
Daniel de Lima Cavalcante (OAB 9070/AM)
Dante Mariano Gregnanin Sobrinho (OAB 31618/SP)
Danyel Furtado Tocantins Álvares (OAB 311574/SP)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Eder Machado Araujo (OAB 14085/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Luiz Brock (OAB 91311/SP)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fabio Rivelli (OAB 1119/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Helton Lannucy Veras Leite (OAB 13005/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Icaroty José da Silva (OAB 6010/AM)
Írio Dantas da Nobrega (OAB 10025/PB)
Janeyla Santos Suijkerbuijk (OAB 5874/AM)
Jorge Hadad Sobrinho (OAB 91701B/SP)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
Joseane de Andrade Coelho (OAB 8365/AM)
Kyara Trindade Barbosa (OAB 13913/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)

Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Maiara Carvalho da Motta (OAB 3994/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo Almeida de Oliveira (OAB 10004/AM)
Márcio Silva Teixeira (OAB 4672/AM)
Marcos Danrley da Silva Lima (OAB 13512/AM)
Marília Ramos de Oliveira (OAB 3733/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Nazira Marques de Oliveira (OAB 8707/AM)
Nicolle Souza da Silva Scaramuzzini Torres (OAB 679A/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Robson Carvalho Ferreira (OAB 12268/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 205961/SP)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB A921/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sulamita Brandão da Rocha (OAB 4782/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Weslayne Macedo de Oliveira da Costa Inácio (OAB 8621/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROSSELBERTO HIMENES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0255/2019

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: ORLANDO LIMA BARROS (OAB 12188/AM) - Processo 0607459-57.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: IRISNALDA VIANA DA SILVA - Trata-se de impugnação ao bloqueio de valores em conta bancária da parte executada, nos termos do art. 854, §3º do CPC. Aduz a parte executada que a restrição de valores se deu em conta salário, sendo este fato incidente na hipótese de impenhorabilidade de verba salarial. Diante do narrado, após análise das provas carreadas aos autos, observo que assiste razão à parte executada, pois demonstra seu vínculo empregatício de professora e que destinou a conta em que fora realizado o bloqueio ao recebimento de seus vencimentos, conforme documentos de fls. 191-194. Ademais, além de ter sido demonstrado, sumariamente, o caráter alimentar da verba, a quantia bloqueada se mostra ínfima em relação ao valor exequendo, assim, ponderando os valores em discussão, tenho por bem determinar o imediato desbloqueio da conta salário da parte executada, nos termos do art. 833, IV do CPC. Por oportuno, intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, dar regular prosseguimento do feito. Intimem-se. Cumpra-se.

Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Orlando Lima Barros (OAB 12188/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROSSELBERTO HIMENES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0256/2019

ADV: FRANCIMAR MACIEL FERREIRA (OAB 10155/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0051622-65.2002.8.04.0001 (001.02.051622-4) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - Tendo em vista o pedido de desarquivamento (PROT.19.00018053-3 , datado de 26/07/2019) juntado aos autos, em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte que solicitou o desarquivamento deste processo para fazer vista dos autos em cartório, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de devolução dos autos ao Arquivo Geral.

ADV: FRANCIMAR MACIEL FERREIRA (OAB 10155/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0053121-84.2002.8.04.0001 (001.02.053121-5) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - REQUERIDO: ISRAEL SILVA DOS SANTOS - Tendo em vista o pedido de desarquivamento (PROT.19.00017515-5, datado de 23/07/2019) juntado aos autos, em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte que solicitou o desarquivamento deste processo para fazer vista dos autos em cartório, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de devolução dos autos ao Arquivo Geral.

Francimar Maciel Ferreira (OAB 10155/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)

10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0251/2019

ADV: JOZELÚCIA LIMA MACIEL (OAB 7160/AM) - Processo 0037776-39.2006.8.04.0001 (001.06.037776-4) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Brecha Transportes e Turismo Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência (penhora e avaliação - item III da tabela), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0310274-18.2007.8.04.0001 (001.07.310274-2) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Manaus Energia S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP) - Processo 0600964-02.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liminar - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RODRIGO TOSTA GIROLDO (OAB 4503/RO), ADV: YURI DA SILVA LADISLAU (OAB 10857/AM), ADV: SABRINA MENDES DE OLIVEIRA (OAB 11358/AM) - Processo 0608810-31.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - EXEQUENTE: Rondobrás do Amazonas Comércio de Peças para Veículos Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão

constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0611559-84.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0614470-11.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: OMNI S/A C.F.I. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud e SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PRISCILA MORENO DOS SANTOS (OAB 70981/PR), ADV: ANDREA HERTEL MALUCELLI (OAB 31408/PR) - Processo 0622771-39.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: I. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: VANESSA SILVA LEITE (OAB 14581/AM), ADV: AUDREY LOUISE DA MATTA COSTA (OAB 6749/AM) - Processo 0624685-12.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - EXEQUENTE: Clicia Coelho Holanda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0625940-34.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM) - Processo 0631642-63.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: HTS - Serviços de Hotelaria e Turismo Ltda - O art. 1º, §2º da Portaria nº 2072/2016-PTJ, assim dispõe: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Desta feita, intimo a parte interessada para que tome ciência do(s) documento(s) expedido(s) - carta precatória - , remeta-o(s) ao(s) seu(s) destinatário(s) e junte, nos presentes autos, o(s) respectivo(s) comprovante(s) de protocolamento. Caso o(s) referido(s) documento(s) seja(m) enviado(s) via postal, solicito ao responsável pelo envio que identifique o número do processo no(s) Aviso(s) de Recebimento (AR), possibilitando a juntada deste(s) no processo correto quando devolvido ao cartório.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065/AM) - Processo 0634779-82.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADO: Tude Gomes da Costa Neto - Diante de novo problema na publicação, intimo novamente a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m) ciência do(a) sentença de fls. 111/112, cujo teor segue abaixo: "Vistos, Cuida-se de embargos declaratórios opostos por Tude Gomes da Costa Neto, em face de sentença que condenou o Requerido ao pagamento de faturas de consumo de energia elétrica em atraso, ao fito de que seja impresso efeito modificativo ao recurso interposto. A embargante aventa a tese de omissão e contradição da sentença guerreada. É o relato. Decido. Embargos opostos tempestivamente. Efeito interruptivo concedido, pois. Com efeito, é de rigor reportar que a omissão ensejadora do provimento dos embargos declaratórios tem como pressuposto a ausência de apreciação, por parte do juízo, de algum argumento ou tese invocada pelas partes, e não a rediscussão de questões fático-jurídicas ínsitas ao processo, cuja competência é própria do Órgão ad quem, conforme arts. 494 e 1.013, caput, do CPC. Nesse sentir, enfito que a pretensão aventada nas razões dos declaratórios não se insere no âmbito de cognição do recurso vertente, uma vez que a embargante não ventila qualquer contradição, omissão ou obscuridade da sentença recorrida. Insta salientar, outrossim, que o inconformismo da embargante com o que restou decidido no decisum atacado deve ser objeto do recurso a que alude o art. 1.009 a 1.014 do CPC, até porque o Embargante não invocou teses de defesa, apenas ofertou acordo que não foi aceito. Não se pode invocar teses de defesa em sede de Embargos de Declaração, uma vez que tais teses deveriam ser apresentadas em embargos à monitória e dentro do prazo legal para resposta. Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos com o intuito de desprovê-los, visto que ausente qualquer contradição, omissão ou obscuridade, na forma do art. 1.022 e parágrafos, do CPC. Intime-se a parte embargante."

ADV: ANDREI FARIAS DE BARROS (OAB 6074/AM) - Processo 0639964-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Benicio Galucio da Costa Barros - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 1213A/AM), ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0654566-29.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: P. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/

MG) - Processo 0714206-70.2012.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ANDREA HERTEL MALUCELLI (OAB 31408/PR)
Andrei Farias de Barros (OAB 6074/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Audrey Louise da Matta Costa (OAB 6749/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jozelúcia Lima Maciel (OAB 7160/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Priscila Moreno dos Santos (OAB 70981/PR)
Rodrigo Tosta Giroldo (OAB 4503/RO)
Sabrina Mendes de Oliveira (OAB 11358/AM)
Sérgio Schulze (OAB 1213A/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Vanessa Silva Leite (OAB 14581/AM)
Yuri da Silva Ladislau (OAB 10857/AM)

11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0172/2019

ADV: CARLOS EDUARDO DA COSTA PIRES STEINER (OAB 139138/SP), ADV: WANDETE DE OLIVEIRA NETTO (OAB 180/AM), ADV: RAISSA DE PAULA XAVIER (OAB 189646/RJ) - Processo 0213617-96.2016.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Interesse Coletivo - REQUERENTE: 79.ª Promotoria de Justiça - Patrimônio Público e outro - RÉU: Fédération Internationale de Football Association - Fifa - REQUERIDO: COPA DO MUNDO FIFA 2014 - COMITÊ ORGANIZADOR BRASILEIRO LTDA - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento,(fls.2626) no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: ANTÔNIO HILTON PEREIRA DOURADO (OAB 5330/AM), ADV: JOSÉ NAZARENO DA SILVA (OAB 3052/AM), ADV: NEY ALEXANDRE LIMA LIRA (OAB 13607/AM), ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM) - Processo 0249706-94.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Ney Alexandre Lima Lira - REQUERIDA: Maria das Dores Souza do Nascimento - Luzinete Félix da Silva Souza - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANTÔNIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE), ADV: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JÚNIOR (OAB 16045/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: ROBÉRIO CASSIUS SAMPAIO ARAGÃO (OAB 16468/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0607956-08.2015.8.04.0001 - Monitória - Mútuo - REQUERENTE: Fundação dos Economiários Federais - Funcef - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ROBÉRIO CASSIUS SAMPAIO ARAGÃO (OAB 16468/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JÚNIOR (OAB 16045/CE), ADV: ANTÔNIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE) - Processo 0607956-08.2015.8.04.0001 - Monitória - Mútuo - REQUERENTE: Fundação dos Economiários Federais - Funcef - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo Dr. Francisco Aldairton Ribeiro Carvalho OAB/CE 16.045 para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: JORGE EDUARDO DE SOUZA MARTINHO (OAB 5273/AM), ADV: ALICE VIEIRA NUNES (OAB 7323/AM) - Processo 0610172-39.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: KELEN NEVES MOREIRA - REQUERIDA: MARIA JOSÉ DA ROCHA PINHEIRO - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o perito para designar data para realização da perícia, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: PAULO SÉRGIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA (OAB 8196/AM) - Processo 0610473-44.2019.8.04.0001 - Monitória - Quitação - REQUERENTE: Logic Pro Serviços de Tecnologia da Informação Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME CARVALHO MELO (OAB 11086/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: TEREZA D'AVILA QUEIROZ SAMPAIO (OAB 11106/AM), ADV: MATHEUS DE SOUZA DEMASI (OAB 11327/AM), ADV: VICTOR BASTOS DA COSTA (OAB 11123/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: DANIEL ROQUE SENDRA VIEIRA (OAB 11114/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: LÍVIA BANHARO GUIMARÃES (OAB 12210/AM), ADV: TATIANNE DE ALCÂNTARA AZULAY MELLO (OAB 11998/AM), ADV: FÁBIO SILVA ANDRADE (OAB 9217/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: FERNANDA DE ANDRADE REBOUÇAS SAMPAIO (OAB 8450/AM), ADV: ANTÔNIO LÚCIO PANTOJA JÚNIOR (OAB 8111/AM), ADV: FÁBIO LOUREIRO GUERREIRO (OAB

7505/AM), ADV: DENIZOM MOREIRA DE OLIVEIRA (OAB 9040/AM), ADV: CATHARINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 6484/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: ADENIR SOUZA DA COSTA (OAB 8222/AM), ADV: ALEX FERNANDES MINORI (OAB 9444/AM), ADV: GLÁUCIO BENTES GONÇALVES NETO (OAB 7158/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: LUÍS HENRIQUE MEDEIROS DA SILVA (OAB 5953/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: FABRICIO DA SILVA HENRIQUES (OAB 7744/AM), ADV: EDUARDA ROSA CAVALCANTE DE OLIVEIRA (OAB 8846/AM) - Processo 0612951-30.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: RUI JOSÉ DE SOUZA LEITE FILHO e outro - REQUERIDO: JHSF MANAUS EMPREENDIMENTOS E INCORPORAÇÕES LTDA - Direcional Zircone Empreendimentos Imobiliários Ltda. e outro - Certifico, para os devidos fins, compulsando os autos, verifiquei que a advogada Dra. Keyth Yara Pontes Pina, OAB/AM 3.467 não possui habilitação nos presentes autos quanto a requerida JHSF MANAUS EMPREENDIMENTOS E INCORPORAÇÕES LTDA De ordem, intimo a parte interessada para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, no prazo de 10 (dez) dias

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0613483-33.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Raimundo dos Santos Correa - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: GIULIANNE LOPES CURSINO (OAB 7922/AM), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0614254-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Horvelândia de Andrade Correa - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: LUÍSA DOS SANTOS TORRES (OAB 13411/AM), ADV: LUÍS FELIPE DE AZEVEDO ARAÚJO (OAB 13522/AM) - Processo 0616797-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: José Mardonio dos Santos Batista - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM) - Processo 0621384-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trabalho - REQUERENTE: Raimundo Oliveira da Cruz - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0621718-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Leardes Benevides Ferreira de Souza - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: PETRINI DE SOUSA BARBOSA MARTINS (OAB 6680/AM), ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0622620-44.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Naiana Pereira Queiroz - REQUERIDO: Sul América Seguro Saúde S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM) - Processo 0623622-10.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Pneu Forte Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0627172-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Fabricia Moraes Pires - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0627701-32.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0628045-13.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0632641-74.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DIEGO DOS SANTOS LIMA (OAB 33773/SC), ADV:

JORGE LAURI FAZIONI (OAB 5914/AM) - Processo 0635261-25.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Ricardo Mauro da Silva - REQUERIDO: Diego dos Santos Lima e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: LUIZ PAULO FERNANDES (OAB 10080/AM), ADV: DIEGO DOS SANTOS LIMA (OAB 33773/SC), ADV: JORGE LAURI FAZIONI (OAB 5914/AM) - Processo 0635261-25.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Ricardo Mauro da Silva - REQUERIDO: Diego dos Santos Lima - Vicente Batista de Oliveira Neto - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM), ADV: JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO (OAB 4871/AM), ADV: ROSILENE CUNHA ALVES (OAB 7852/AM), ADV: MÁRCIA FABÍOLLA HOLANDA FERREIRA (OAB 9338/AM) - Processo 0635824-58.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Benfeitorias - REQUERENTE: RCO Transportes Ltda - ME e outro - REQUERIDO: Pedro Rodrigues Mota - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM), ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM) - Processo 0647570-15.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Valcirley Barbosa da Costa - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Adenir Souza da Costa (OAB 8222/AM)
Alex Fernandes Minori (OAB 9444/AM)
Alice Vieira Nunes (OAB 7323/AM)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Antônio Coimbra Filho (OAB 3252/AM)
Antônio dos Santos Mota (OAB 19283/CE)
Antônio Hilton Pereira Dourado (OAB 5330/AM)
Antônio Lúcio Pantoja Júnior (OAB 8111/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carlos Eduardo da Costa Pires Steiner (OAB 139138/SP)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Catharina Ribeiro Botelho (OAB 6484/AM)
DANIEL ROQUE SENDRA VIEIRA (OAB 11114/AM)
Denizom Moreira de Oliveira (OAB 9040/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Diego dos Santos Lima (OAB 33773/SC)
Eduarda Rosa Cavalcante de Oliveira (OAB 8846/AM)
Fábio Loureiro Guerreiro (OAB 7505/AM)
Fábio Silva Andrade (OAB 9217/AM)
Fabricio da Silva Henriques (OAB 7744/AM)
Fernanda de Andrade Rebouças Sampaio (OAB 8450/AM)
Francisco Aldairton Ribeiro Carvalho Júnior (OAB 16045/CE)
Giulianne Lopes Cursino (OAB 7922/AM)
Gláucio Bentes Gonçalves Neto (OAB 7158/AM)
Guilherme Carvalho Melo (OAB 11086/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
Jorge Eduardo de Souza Martinho (OAB 5273/AM)
Jorge Lauri Fazioni (OAB 5914/AM)
José Bezerra de Araújo (OAB 4871/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Nazareno da Silva (OAB 3052/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lívia Banharo Guimarães (OAB 12210/AM)
Luís Felipe de Azevedo Araújo (OAB 13522/AM)
Luís Henrique Medeiros da Silva (OAB 5953/AM)
Luísa dos Santos Torres (OAB 13411/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Luiz Paulo Fernandes (OAB 10080/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Márcia Fabíolla Holanda Ferreira (OAB 9338/AM)
Matheus de Souza Demasi (OAB 11327/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Ney Alexandre Lima Lira (OAB 13607/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (OAB 8196/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Petrini de Sousa Barbosa Martins (OAB 6680/AM)
Raissa de Paula Xavier (OAB 189646/RJ)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Robério Cassius Sampaio Aragão (OAB 16468/CE)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rosilene Cunha Alves (OAB 7852/AM)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Tatiane Medina Oliveira (OAB 6336/AM)
Tatianne de Alcântara Azulay Mello (OAB 11998/AM)
Tereza D'avila Queiroz Sampaio (OAB 11106/AM)
Victor Bastos da Costa (OAB 11123/AM)
Wandete de Oliveira Netto (OAB 180/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0175/2019

ADV: JULIANA INOUE MARIANO ARAUJO (OAB 261052/SP), ADV: CASSIANO CARDOSO CALANDRELLI (OAB 371064/SP), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM) - Processo 0211424-45.2015.8.04.0001 (processo principal 0225337-65.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez - EXEQUENTE: Alciney Isidio da Silva - EXECUTADO: Instituto Nacional de Seguridade Nacional-INSS e outro - R.H. Defiro a petita de fls. 236. Remetam-se os autos à Contadoria para, no prazo de 10 (dez) dias, proceder à atualização dos valores devidos pelo executado INSS. Com a apresentação dos cálculos, INTIMEM-SE as PARTES para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentarem manifestação. Após, voltem os autos conclusos. I. C.

ADV: MARCUS LEANDRO DE SOUZA ANDRADE (OAB 6928/AM) - Processo 0229220-44.2018.8.04.0001 - Procedimento

Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Miguel Ferreira de Holanda - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0601125-07.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Samira da Costa Maia - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0602688-31.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Posto isso, intime-se a parte Requerente, por meio de seu advogado, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova a citação do(s) Requerido(s) nos termos do artigo 240, § 2º, do CPC/2015, sob pena de extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 317 e c/c art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME FELIPE NASCIMENTO PESSOA (OAB 7574/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0605851-92.2014.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0607282-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0609853-32.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ c/c despacho de fl. 36, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0610780-71.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0612100-83.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0612541-69.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0612941-78.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WAGNEY GUIMARÃES ROSAS (OAB 7908/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: MARIA AURILENE GUIMARÃES ROSAS (OAB 8148/AM) - Processo 0613951-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Wladijane Melo de Jesus e outro - REQUERIDO: Latam Airlines Group S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM), ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0615482-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Gilmar de Oliveira Martins - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM) - Processo 0617523-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Rosa Maria Marques Franco - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria

Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: LÍDICE MAYO LANGBECK (OAB 9475/AM), ADV: PAULA ÂNGELA VALÉRIO DE OLIVEIRA (OAB 1024/AM), ADV: EDNA MARIA MOURÃO PEREIRA MACHADO (OAB 2189/AM), ADV: CHRISTIANO RICARDO FRANCIOZI CARVALHAES (OAB 178146/SP), ADV: TAIANILCE MONTEIRO SOUZA (OAB 9222/AM), ADV: ROBERTA SOUZA SILVA (OAB 11429/AM), ADV: LUCIANO PINTOS D'ÁVILA (OAB 3166/AM), ADV: MARIA SOCORRO DE SOUSA PEREIRA (OAB 6616/AM) - Processo 0617530-55.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: ILZA MARIA DE SOUZA - REQUERIDO: R.M.G. - T.E.V. - Prontocord - Pronto Socorro Cárdio Respiratório e Hospital do Coração Ltda - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o Dr. Christiano Ricardo Franclozi Carvalhaes, OAB/SP 178.146, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: JOZELÚCIA LIMA MACIEL (OAB 7160/AM), ADV: ABDALLA ISAAC SAHDO JÚNIOR (OAB 2207/AM), ADV: FABIANA CAROLINE SILVA (OAB 8019/AM), ADV: ELAINE DIB BOTELHO RIBEIRO (OAB 8028/AM) - Processo 0618599-59.2014.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Vieirlaves Imob Ltda - REQUERIDO: EDENILSON NASCIMENTO DO AMARAL - ADAMOR NOGUEIRA DA SILVA e outros - Designo audiência de Instrução e julgamento para o dia 02/10/2019 as 10:00 hrs, a ser realizada na SALA 2 da 4ª UPJ, onde serão ouvidas as testemunhas faltantes. Intimem-se os interessados por meio de nota a ser publicada no Diário de Justiça Eletrônico (DJE).

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0625459-71.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Zimar Ribeiro Pinheiro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do ofício e documento juntado às fls. 120/121, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0626552-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Nilo Nunes da Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0627444-07.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0627774-04.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM) - Processo 0628048-65.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628545-79.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0629080-08.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PHILIPE JOSÉ LIMA DE LIMA (OAB 9039/AM) - Processo 0629735-77.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Alyne Lima de Lima e outro - Assim, por essas razões, sem audiência da parte contrária e independentemente da prestação de caução, DEFIRO a tutela de urgência, nos termos do art. 300, do CPC, pois presente seus requisitos, para determinar que a Requerida se abstenha de efetuar a retomada do imóvel localizado na Rua Aluízio Carrigas Maciel, n. 77, Conjunto Habitacional Rio Xingu, Bairro Compensa, CEP: 69.036-200, a contar da data da intimação desta decisão, sob pena de multa diária de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) até o limite de 20 (vinte) dias/multa. Entendo que os autores são hipossuficientes para produzir a melhor prova para este juízo, portanto, determino a inversão do ônus da prova, com fundamento no art. 6º, VIII, do CDC. Comprovada a hipossuficiência dos Autores, DEFIRO a gratuidade de justiça de forma integral. Considerando altamente viável a autocomposição, designo AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA para o dia 07/11/2019 as 10h a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC para expedição das diligências necessárias à CITAÇÃO E INTIMAÇÃO das partes, com a observância do disposto nos art. 334 e 335 do CPC. CITE-SE e INTIMEM-SE com as cautelas de praxe. CUMPRA-SE.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0631994-16.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para corrigir o endereço que deverá constar no mandado de Rosember de Sousa Oliveira, no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro,

apartamento, sala, condomínio, complemento, etc.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0631994-16.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência (citação, penhora e avaliação), bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0632585-41.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: ANTÔNIO MIGLIORE FILHO (OAB 314197/SP), ADV: ANA CLÁUDIA MEDEIROS DE AQUINO (OAB 6712/AM), ADV: ANDRÉ RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 5016/AM), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM) - Processo 0639568-61.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: JOSEPHA GOMES ABREU - ME - EXECUTADO: Ripasa Comercio e Representacoes de Alimentos ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do pedido de extinção do feito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: HERNANE PEREIRA MACHADO (OAB 7649/AM) - Processo 0640169-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Ronaldo de Souza Gonçalves - Em exame, pedido de GRATUIDADE JUDICIÁRIA. Com efeito, o pedido encontra amparo aos arts. 98 e seguintes do CPC; entretanto, cabe à PARTE produzir a PROVA do preenchimento dos pressupostos e requisitos para o reconhecimento do direito alegado. No caso, a PETIÇÃO INICIAL NÃO SE FAZ ACOMPANHADA de DOCUMENTOS bastantes para a análise de tal pleito. Assim, com fundamento no §2º do art. 99 do CPC, assinalo o PRAZO de 15 (quinze) DIAS a(o) Requerente para COMPROVAR sua alegação, trazendo aos autos os seguintes documentos : I. DECLARAÇÃO DE PRÓPRIO PUNHO afirmando que não têm condições de arcar com o pagamento das despesas judiciais sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família; II. COMPROVANTE de rendimentos e gastos; III. CONTRACHEQUE e/ou carteira de trabalho; IV. DECLARAÇÃO de imposto de renda; V. DECLARAÇÃO de RENÚNCIA de seu patrono, de que trata o §1º, VI, do art. 98 do CPC. Em caso de a Parte NÃO preencher tais PRESSUPOSTOS e/ou REQUISITOS, com supedâneo no § 6º do art. 98 do CPC e na PORTARIA PTJ nº 490/2017, DEFIRO, de logo, o PARCELAMENTO das CUSTAS INICIAIS, em 06 (seis) FRAÇÕES iguais e sucessivas, devendo proceder ao PRIMEIRO RECOLHIMENTO em igual PRAZO de 15 (quinze) DIAS, sob pena de CANCELAMENTO na DISTRIBUIÇÃO, como reza o art. 290 do CPC. I. C.

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0640191-86.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Diante da documentação carreada aos autos, que bem comprovam as assertivas da inicial, especialmente a comprovação da mora do devedor fiduciante, com fundamento no art. 3º do Dec. Lei 911/69, DEFIRO a MEDIDA LIMINAR de BUSCA E APREENSÃO do BEM ALIENADO FIDUCIARIAMENTE em favor da Requerente. Antes de seu cumprimento porém, à luz do PROVIMENTO CGJ / AM n° 116/2017, DETERMINO a INTIMAÇÃO à REQUERENTE para, no prazo de 05 (cinco) dias, PROCEDER ao RECOLHIMENTO PRÉVIO DAS CUSTAS DE DILIGÊNCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante, sob pena de extinção. Desincumbindo o AUTOR, sua obrigação processual, expeça-se o pertinente MANDADO. Ao cumprimento da LIMINAR, ato seguido, CITE-SE o REQUERIDO para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, PAGAR a INTEGRALIDADE da DÍVIDA PENDENTE, segundo os valores apresentados ou apresentar CONTESTAÇÃO, no prazo de 15 (quinze) dias. I. C.

ADV: CLAUDIA BASACCHI (OAB 120283/SP) - Processo 0640307-92.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Agis Equipamentos e Serviços de Informática Ltda - A T O O R D I N A T Ó R I O DE ORDEM do Dr. MÁRCIO ROTHIER PINHEIRO TORRES, Juiz Titular da 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho de Manaus/AM, neste ato, procedo a INTIMAÇÃO do Autor para que realize o pagamento das CUSTAS INICIAIS, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290 CPC), conforme Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, art. 1º, inciso I, c/c Portaria 116/2017-PTJ art. 7º, §2º e art. 10).

ADV: DEBORAH SPEROTTO DA SILVEIRA (OAB 51634/RS), ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0661514-84.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Seguro - REQUERENTE: Julia Maria Souza da Silva - REQUERIDO: Gboex-gremio Beneficente - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC, manifestar-se sobre os documentos juntados.

ADV: BRUNO RODRIGO MACIEL COSTA DE LIMA (OAB 13094/AM) - Processo 0661640-37.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Silvana Paiva da Silva - Compulsando aos autos, verifico que o renunciante não juntou comprovante de comunicação de sua renúncia ao mandante, conforme determina o art. 112 do CPC. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o renunciante para que comprove a comunicação ao mandante, no prazo de 10 (dez) dias.

Abdalla Isaac Sahdo Júnior (OAB 2207/AM)
Alexandre Silveira do Nascimento (OAB 118432/MG)
Ana Cláudia Medeiros de Aquino (OAB 6712/AM)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
André Rodrigues de Almeida (OAB 5016/AM)
Antônio Migliore Filho (OAB 314197/SP)
Bruno Rodrigo Maciel Costa de Lima (OAB 13094/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cassiano Cardoso Calandrelli (OAB 371064/SP)
Christiano Ricardo Franciozi Carvalhaes (OAB 178146/SP)
Claudia Basacchi (OAB 120283/SP)
Deborah Sperotto da Silveira (OAB 51634/RS)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Edna Maria Mourão Pereira Machado (OAB 2189/AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Elaine Dib Botelho Ribeiro (OAB 8028/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Fabiana Caroline Silva (OAB 8019/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Guilherme Felipe Nascimento Pessoa (OAB 7574/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hernane Pereira Machado (OAB 7649/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
Jozelúcia Lima Maciel (OAB 7160/AM)
Juliana Inoue Mariano araujo (OAB 261052/SP)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)

Lídice Mayo Langbeck (OAB 9475/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luciano Pintos D'Ávila (OAB 3166/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcus Leandro de Souza Andrade (OAB 6928/AM)
Maria Aurilene Guimarães Rosas (OAB 8148/AM)
Maria Socorro de Sousa Pereira (OAB 6616/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Paula Ângela Valério de Oliveira (OAB 1024/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Philipe José Lima de Lima (OAB 9039/AM)
Roberta Souza Silva (OAB 11429/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Taianilce Monteiro Souza (OAB 9222/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wagney Guimarães Rosas (OAB 7908/AM)

13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0198/2019

ADV: NICOLLE SOUZA DA SILVA SCARAMUZZINI TORRES (OAB 679A/AM), ADV: GALDINO GIRAO DE ALENCAR (OAB 000.528/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: JOÃO PEDRO DE DEUS NETO (OAB 135506/RJ) - Processo 0010764-03.1995.8.04.0012/02 (apensado ao processo 0010764-03.1995.8.04.0012) (012.95.010764-0/00002) - Embargos à Execução - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - EXECUTADO: M.B.L.A. - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema ERIDFT, dos bens de propriedade da parte requerida, MARIZA B. LEITE DE ALENCAR, CPF nº 521.314.752-68. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: AROLDO PEREIRA CAVALCANTE (OAB 3904/AM), ADV: ALYSSON GEORGE GOMES CAVALCANTE (OAB 3710/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM) - Processo 0024717-81.2006.8.04.0001/01 - Cumprimento Provisório de Sentença - EXEQUENTE: Vera Nazareth Silva de Azevedo - EXECUTADO: Construtora Rayol Ltda - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas RENAJUD e SREI, dos bens de propriedade da parte requerida, CONSTRUTORA RAYOL LTDA, CNPJ 04.604.229/0001-96. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0025761-43.2003.8.04.0001 (001.03.025761-2) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: B. - DEFIRO o pedido de consulta, via SREI, dos bens de propriedade da parte requerida, SANDRA HELENA MACHADO FAÇANHA, CPF 224.612.992-34. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARIA AMÉLIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA (OAB 27109/PR), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM), ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM), ADV: RONAN BATISTA MOREIRA (OAB 8849/AM), ADV: ROSÂNGELA LEMOS DE MELLO GUIMARÃES (OAB 2747/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: MANOEL DO CARMO NEVES SILVA (OAB 284/AM), ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR) - Processo 0048107-22.2002.8.04.0001 (001.02.048107-2) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - REQUERIDO: João Batista Rosa e outro - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas INFOJUD, RENAJUD, BACENJUD, dos dados cadastrais de FRANCISCA MACEDO FABA, sob o CPF de Nº 416.424.302-34, nomeada para representar o espólio do requerido, Sr. José Batista Rosa. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANDREZA PRISCILA LIMA DE LIMA (OAB 9192/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: DANIELLE SALGADO FREIRE (OAB 5349/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0204522-81.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema ERIDFT, dos bens de propriedade da parte requerida, MARIA APOLONIA OLIVEIRA, CPF 525.059.792-00. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: KRISTEN RORIZ DE CARVALHO (OAB 552A/AM), ADV: LUCIANO RADAELLI (OAB 8565/AM), ADV: JOSÉ CARLOS MARINHO DA SILVA (OAB 1273/AM) - Processo 0204884-54.2010.8.04.0001 (001.10.204884-4) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ivana Gonçalves de Souza e outro - REQUERIDO: Empresa de Transportes Dantas Ltda - Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado e por nota (NCPC, art. 513, §2º, I), para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 330.170,11 (trezentos e trinta mil, cento e setenta mil e onze centavos), conforme cálculos apresentados às fls. 333-341. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. À Secretaria para as diligências de prax

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0207298-59.2009.8.04.0001 (001.09.207298-5) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Manaus EnergiaS/A - REQUERIDO: Cleide dos Santos Soares - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema INFOJUD, das três últimas declarações de imposto de renda da parte requerida, CLEIDE DOS SANTOS SOARES, CPF 476.586.812-53, bem como dos bens de sua propriedade via SREI. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das

custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM) - Processo 0212348-32.2010.8.04.0001 (001.10.212348-0) - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Laíde Barroso dos Santos - REQUERIDO: Paulo Roberto Sadala Henriques - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema ERIDFT, dos bens de propriedade da parte requerida, PAULO ROBERTO SADALA HENRIQUES, CPF nº 520.188.812-72. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: CRISTIANE ROSEIRO PEREZ FORTES (OAB 4151/AM) - Processo 0212718-11.2010.8.04.0001 (001.10.212718-3) - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Raimundo Cintra de Aguiar - REQUERIDO: Anibal Lourenço Maruxo e outro - Considerando que o Executado não apresentou qualquer manifestação sobre a constrição via Bacenjud, conforme certificou a secretaria, apesar de devidamente intimado (fl. 217), converto a indisponibilidade de seus ativos financeiros em penhora, nos termos do art. 854, §5º do NCPC. Proceda-se à transferência do montante indisponível via Bacenjud à fl. 212 para a conta vinculada a este juízo. Após, expeça-se Alvará para levantamento dos valores depositados em favor do Exequente, conforme requerido às fls. 218-219; DEFIRO o pedido de consulta, via sistema INFOJUD, das três últimas declarações de imposto de renda, ANIBAL LOURENÇO MARUXO, CPF 149.775.671-53 e CINTIA ALVARES MARUXO, CPF 257.932.502-63, bem como dos bens de sua propriedade via RENAJUD Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: SEVERINO DOS RAMOS DA SILVA JUNIOR (OAB 43230/PE), ADV: DANILLO ARAUJO DOS SANTOS (OAB 39189/PE) - Processo 0215171-61.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lucas Costa Villas-Boas - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISNARD BATISTA MACHADO FILHO (OAB 26037/DF), ADV: KENNEDY PAZ TIRADENTES (OAB 7682/AM), ADV: CRISTIANE LARA DE OLIVEIRA (OAB 20324/DF), ADV: NICOLLE SOUZA DA SILVA SCARAMUZZINI TORRES (OAB 14839/PA), ADV: DAVI LASMAR OMENA (OAB 10181/AM), ADV: NICOLLE SOUZA DA SILVA SCARAMUZZINI TORRES (OAB 679A/AM), ADV: GIOVANA TONELLO PEDRO LIMA (OAB 34777/DF) - Processo 0217926-44.2008.8.04.0001 (001.08.217926-4) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Mútua de Assistência dos Profissionais do CREA - Caixa de Assistê. - REQUERIDA: Joelma Benicio de Lima Printes e outros - Proceda-se à transferência dos valores depositados em juízo em favor da Exequente, conforme dados apresentados à fl. 359. Após, prossiga a Exequente, requerendo o que for de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM) - Processo 0222724-14.2009.8.04.0001 (001.09.222724-5) - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Mercantil Nova Era Ltda. - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema INFOJUD, dos dados cadastrais da parte requerida, JOSÉ AUGUSTO PORTELA MOURA, CPF 337.228.702-91. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, vez que as custas recolhidas à fl. 217 se referiam à consulta de bens, conforme requerido às fls. 205-206.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0223777-30.2009.8.04.0001 (001.09.223777-1) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via SREI, dos bens de propriedade da parte requerida, JOELBB FRANKLYN DA SILVA MELO, CPF 520.332.282-15. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CHRISTINE MONTEIRO AUGUSTO SOUZA (OAB 5087/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: DIEGO CAMPOS (OAB 621A/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ OLIVA VELOSO (OAB 6339/AM) - Processo 0225659-90.2010.8.04.0001 (001.10.225659-5) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Mônica Torres de Paula - REQUERIDA: Montanna Veículos Ltda - Vistos etc. Mônica Torres de Paula ajuizou a presente ação indenizatória contra Montanna Veículos Ltda, em fase de cumprimento de sentença. Ocorre que, na forma do art. 924, II, do CPC, tratou o Executado de remir a execução (fl. 369). Ante o exposto, nos termos do 924, II, do CPC, JULGO EXTINTA a presente execução. Expeça-se Alvará para levantamento do valor de R$ 6.870,04 (seis mil, oitocentos e setenta reais e quatro centavos) em favor da Exequente, bem como proceda à transferência do valor de R$ 1.073,44 (um mil, setenta e três reais e quarenta e quatro centavos) em favor do FUNDEP, conforme petição de fl. 382. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 491/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: FELIPE AUGUSTO FONSECA VIANNA (OAB 6807/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0234127-43.2010.8.04.0001 (001.10.234127-4) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Rio Claro Trust de Recebiveis S/A - Suspendo o processo pelo prazo de 1 (um) ano, conforme disposto no Art. 921, III, do CPC, diante da inexistência de bens penhoráveis. Decorrido o prazo, sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhoráveis, determino o arquivamento dos autos. Cumpra-se. Intimem-se. Publique-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 205961/SP), ADV: ANNE CLÍCIA ALVES DA SILVA GUILHERME (OAB 3881/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0238948-90.2010.8.04.0001 (001.10.238948-0) - Cumprimento de sentença - Posse - REQUERENTE: Banco Finasa S/A - Prossiga o Autor no feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Intime-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: HEDIANE NAIADE SILVA MONTEIRO (OAB 5839/AM), ADV: ZULMIRA PAULINO CAVALCANTE (OAB 4144/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0246360-43.2008.8.04.0001 (001.08.246360-4) - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Manaus EnergiaS/A - REQUERIDA: Francisco Pinheiro da Silva - DEFIRO o pedido de consulta, via SREI, dos bens de propriedade da parte requerida, FRANCISCO PINHEIRO DA SILVA, CPF 184.051.692-53. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GUILHERME DA COSTA LINS (OAB 10685/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM),

ADV: ARI BADARANE NICOLAU JÚNIOR (OAB 11935/AM), ADV: LEONOR REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 11932/AM), ADV: ADAM SILVA DE AZEVEDO (OAB 9745/AM) - Processo 0256130-55.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: RC Recebiveis Ltda - REQUERIDO: Alcy Rodrigues Júnior e outro - Considerando que o Executado não apresentou qualquer manifestação sobre a constrição via Bacenjud, conforme certificou a secretaria, apesar de devidamente intimado (fl. 163), converto a indisponibilidade de seus ativos financeiros em penhora, nos termos do art. 854, §5º do NCPC. Proceda-se à transferência do montante indisponível via Bacenjud à fl. 156 para a conta vinculada a este juízo. Após, expeça-se alvará do valor depositado na conta do juízo em favor do Exequente. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0265383-67.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema ERIDFT, dos bens de propriedade da parte requerida, VERA LÚCIA FARIAS DE SOUZA, CPF 313.267.732-91. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOAO MARTINS DA COSTA NETO (OAB 002.328/AM), ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM), ADV: RICARDO GARCIA SIMÕES SANTOS (OAB 5615/AM) - Processo 0314342-11.2007.8.04.0001 (001.07.314342-2) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Ricardo Garcia Simões Santos - REQUERIDA: O.P. Alimentos -ME - IMÓVEL (LOTE DE TERRAS), NÚMERO 10, SITUADO NO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL “LAGOA BELA” - Diante da desídia do Oficial de Justiça, DETERMINO que seja expedido novo mandado, sem ônus para o exequente, uma vez que já efetuou o devido pagamento do mandado, o qual não foi devidamente cumprido (fl. 504).

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ERIKA DE OLIVEIRA COIMBRA (OAB 8714/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0600084-73.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema RENAJUD, dos bens de propriedade da parte requerida, ELISANGELA CARVALHO DE LIMA, CPF 685.017.062-72. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JUAREZ NASCIMENTO DE OLIVEIRA FILHO (OAB 7562/AM), ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 123979/RJ), ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM), ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 491A/AM) - Processo 0600213-73.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Ocrim S/A Produtos Alimentícios - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema INFOJUD, das três últimas declarações de imposto de renda da parte Executada, JM MASSAS ALIMENTICIAS LTDA ME, CNPJ 10.952.854/0001-21, bem como dos bens de sua propriedade via RENAJUD e ERIDFT. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GIOVANA ISABELLE PIMENTEL LIMA (OAB 3981/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0600300-68.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema ERIDFT, dos bens de propriedade da parte requerida, JOSÉ COSTA DE AZEVEDO, CPF 076.850.922-04. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: PAULA DONOLINA MEIRELES RAMOS (OAB 8559/AM), ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: ÂNGELA MARIA DANTAS DE ALENCAR (OAB 8924/AM), ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG) - Processo 0600371-36.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de restrição e penhora, via sistema RENAJUD, sobre o veiculo de placa OXM 6337 de propriedade da parte requerida, TENEIDE SILVA DE SOUZA, CPF 464.699.232-91. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0600504-78.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Prossiga o Autor no feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Intime-se.

ADV: CELERINO LEITE JÚNIOR (OAB 6481/AM) - Processo 0602005-28.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Suely Pires de Melo - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas, RENAJUD, BACENJUD e SIEL, dos dados cadastrais da parte requerida, FRANCILENE OLIVEIRA FERRO DA SILVA, sob o CPF de Nº 416.988.862-68 e de JOSÉ ERIVALDO MOTA REBOUÇAS, sob o CPF de Nº 357.836.563-72. Isento de custas visto que é beneficiário da Justiça Gratuita.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM) - Processo 0602513-08.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Admite-se a consulta a sistemas de informação ou a expedição de ofícios a órgãos públicos e empresas privadas quando esgotadas as diligências cabíveis ao alcance da parte-interessada para a localização do endereço. In casu, foram esgotadas as consultas aos sistemas eletrônicos disponíveis, tais como RENAJUD, INFOJUD e BACENJUD. Razões pelas quais, DEFIRO o pedido de expedição de ofícios às concessionárias de serviço público. DETERMINO que conste no expediente (ofício) o CPF-MF da parte demandada para evitar o risco de homonímia.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0602586-48.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de fls. 152-153. Expeça-se o competente mandado de citação, para o endereço indicado na fl. 113, sem ônus à parte requerente. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0602651-72.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Edino deCastro Moreira - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema RENAJUD, dos bens de propriedade da parte requerida, EDINO DECASTRO MOREIRA, CPF 054.447.802-91. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: NOELI DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 2197/AM), ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM), ADV: HELDER SOARES DE LIMA (OAB 7536/AM), ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0604511-74.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Ivo Uchoa

Bandeira - REQUERIDA: Shirlei Silva da Conceição - Atento ao pedido de fls. 224/225 e considerando a procedência da demanda, DEFIRO o pedido de liberação do valor depositado à título de caução, por conseguinte, expeça-se alvará para levantamento do valor depositado comprovante às fls. 46/47). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: ALYSSON GEORGE GOMES CAVALCANTE (OAB 3710/AM) - Processo 0604542-65.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Claudia Neves Maia Cordeiro e outro - REQUERIDO: Santa Cordélia Empreendimentos Imobiliários Ltda. - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas RENAJUD e ERIDFT, dos bens de propriedade da parte requerida, SANTA CORDÉLIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., CNPJ 11.737.949/0001-95. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 860A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0604720-14.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Luiz Filho Medeiros de Oliveira - Intime-se o executado, por meio eletrônico, nos termos do art. 535 do NCPC, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a execução do valor de R$ 27.176,54 (vinte e sete mil, cento e setenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), conforme cálculo de fls. 264-265. Não impugnada a execução ou rejeitadas as arguições do executado, será determinado o pagamento da obrigação de pequeno valor, a ser realizado no prazo de 2 (dois) meses contado da entrega da requisição, mediante depósito em juízo, conforme inteligência do art. 535, §3º, II do NCPC.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: JOSÉ LÚCIO CARNEIRO VIEIRA (OAB 10888/AM) - Processo 0604874-03.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: RAIMUNDO INOCÊNCIO FARIAS FERREIRA - ME (MERCADINHO UNIÃO) e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que se manifeste acerca de proposta de acordo presente na petição de fls. 167/168, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0606615-39.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.a - Agência Sefaz - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema BACENJUD, dos dados cadastrais da parte requerida, J. P. COMÉRCIO E SERVIÇO DE REFRIGERAÇÃO LTDA. M. E. (J. P. EMPREENDIMENTOS), sob o CNPJ de Nº 12.118.134/0001-90. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM) - Processo 0606635-35.2015.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Agropam-Agricultura e Pecuúaria Amazonas - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema RENAJUD, dos dados cadastrais das partes requeridas, MANAUS DISTRIBUIDORA DE CARNES LTDA, sob o CNPJ de Nº 17.697.331/0001-25, ALESSANDRO DOS SANTOS DA SILVA, sob o CPF de Nº 941.772.102-00, JOSE PINHEIRO DOS SANTOS, sob o CPF de Nº 680.674.022-72 e KENIO SAMASIO MORAIS BEZERRA, sob o CPF de Nº 518.549.532-49. PROCEDA-SE, ainda, à consulta via sistema SIEL, tão somente das partes requeridas ALESSANDRO DOS SANTOS DA SILVA, JOSE PINHEIRO DOS SANTOS e KENIO SAMASIO MORAIS BEZERRA, que são pessoas físicas inseridas no cadastro eleitoral do SIEL. Custas pagas, conforme comprovante de fls. 215/223 dos autos. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIA PEREIRA DA SILVA (OAB 5841/AM), ADV: SALOMÃO GUEDES BRANDÃO DE FARIAS (OAB 3036/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO DE CARVALHO BRASIL (OAB 9165/AM) - Processo 0607109-69.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Pneu Forte Ltda - Prossiga o Autor no feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Intime-se.

ADV: LEONARDO MARQUES BENTES DA CUNHA (OAB 12565/AM), ADV: FRANCISCO SOUZA DE MELO (OAB 7808/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ SILVA PINTO (OAB 7736/AM), ADV: FABRÍZIO DE SOUSA BARBOSA GROSSO (OAB 4473/AM), ADV: BRUNO BIANCHI FILHO (OAB 4912/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0607146-67.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: Japurá Pneus Ltda - Considerando que o Executado não apresentou qualquer manifestação sobre a constrição via Bacenjud, conforme certificou a secretaria à fl. 147, apesar de devidamente intimado (fl. 146), converto a indisponibilidade de seus ativos financeiros em penhora, nos termos do art. 854, §5º do NCPC. Proceda-se à transferência do montante indisponível via Bacenjud à fl. 124 para a conta vinculada a este juízo. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM) - Processo 0607210-14.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema ERIDFT, dos bens de propriedade da parte requerida, MARIA LUIZA PESSOA PICANÇO, CPF 315.138.752-72. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: SÉRGIO RODRIGO RUSSO VIEIRA (OAB 808A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0607601-61.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francilda Almeida da Silva - REQUERIDO: Bradesco S/A - Intime-se o Exequente para se manifestar sobre as petições de fls. 183-186, 187-193 e 194-198, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WALTER JUNIO ELESBAO DA SILVA (OAB 11427/AM), ADV: BRUNNA BEZERRA COSTA RIBEIRO (OAB 12996/AM), ADV: LUIZ AUGUSTO DOS SANTOS PORTO (OAB 6168/AM) - Processo 0609536-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Wilson Miranda Lima - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas INFOJUD, RENAJUD, BACENJUD e SIEL, dos dados cadastrais da parte requerida, ALEX MENDES BRAGA, CPF-MF sob o nº 855.135.982-72. Caso sejam infrutíferas as consultas aos sistemas eletrônicos disponíveis, DEFIRO o pedido de expedição de ofícios às concessionárias de serviço público. DETERMINO que conste no expediente (ofício) o CPF-MF da parte demandada para evitar o risco de homonímia. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas às diligências, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0609583-47.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Safra S/A - Suspendo o processo pelo prazo de 1 (um) ano, conforme disposto no Art. 921, III do CPC, diante da inexistência de bens penhoráveis. Decorrido o prazo, sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhoráveis, determino o arquivamento dos autos. Cumpra-se. Intimem-se. Publique-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0609948-04.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços -

REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se o executado, por edital (NCPC, art. 513, §2º, IV), para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 5.989,04 (cinco mil, novecentos e oitenta e nove reais e quatro centavos), conforme cálculos apresentados à fl. 168. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. À Secretaria para as diligências de prax

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0609975-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Wilson Caldas da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Remetam-se os autos ao CEJUSC, para que informe sobre a realização da perícia médica.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0611788-15.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S.A. - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema INFOJUD, das três últimas declarações de imposto de renda da parte requerida, B F DO NASCIMENTO TENÓRIO ME, CNPJ 14.762.740/0001-70 e BENEDITO FERREIRA DO NASCIMENTO, CPF 044.284.908-79, bem como dos bens de sua propriedade via RENAJUD e SREI. Custas pagas (fl. 187).

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0612649-06.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema ERIDFT, dos bens de propriedade da parte requerida, SOCORRO CARVALHO REIS, CPF 314.257.802-10. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0612922-48.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema INFOJUD, das três últimas declarações de imposto de renda da parte requerida, WALCIMAR ROCHA MERGULHÃO, CPF nº 075.269542-87, bem como dos bens de sua propriedade via ERIDFT. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOÃO ROAS DA SILVA (OAB 98981/MG), ADV: ALESSANDRO FERNANDES BRAGA (OAB 72065/MG) - Processo 0613558-48.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Intermedium S.AINTERMEDIUM S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema INFOJUD, dos dados cadastrais da parte requerida, CLEVERSON CRUZ GUIMARÃES, CPF 010.502.752-92. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM), ADV: MARCOS DANIEL SOUZA RODRIGUES (OAB 10987/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM) - Processo 0614744-67.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ociam Farias Gomes - REQUERIDO: Unipar Spe Liberty Ltda - Assim, pelas razões acima expendidas, com fundamento no art. 485, IV, c/c art. 290, ambos do CPC, EXTINGO o processo sem julgamento do mérito. Após o trânsito em julgado da presente decisão, arquivem-se os autos sem custas, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 31 de julho de 2019.

ADV: RAFAEL DE OLIVEIRA PINHO (OAB 22514/CE), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 30820/RS), ADV: FRANCISCO OSMÍDIO BRÍGIDO BEZERRA LIMA (OAB 5091/CE), ADV: JOSÉ WELLINGTON COUTINHO CAMPELO (OAB 6441/CE), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0614894-87.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Dinair Matos dos Santos - Prossiga o Autor no feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Intime-se.

ADV: NANCY MAGGIO (OAB 6460/AM) - Processo 0615034-14.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Andre Almeida de Oliveira - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. No caso, há elementos suficientes para afastar a presunção, em especial: (i) natureza e objeto discutidos; (iii) contratação de advogado particular, dispensando a atuação da Defensoria. Antes de indeferir o pedido, contudo, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá a teor do art. 99, §2º, do CPC, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira do trabalho, ou comprovante de renda mensal, e de eventual cônjuge; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, e de eventual cônjuge, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Int.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0615120-53.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Raimundo Nonato Gomes Uchoa - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: PAULO LINDEMBECK BELCHIOR (OAB 10617/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO VASQUEZ RODRIGUEZ (OAB 195578/SP) - Processo 0615186-62.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Tn Transportes e Locação de Equipamentos Ltda. - REQUERIDO: Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda - Spe - Considerando o deferimento da Recuperação Judicial da Requerida BELA VISTA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA- SPE (fls. 141/146), nos autos do processo de Nº 0603350-29.2018.8.04.0001, DETERMINO a SUSPENSÃO da presente lide, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias - automatic stay, nos moldes do art. 6, §4º e no art. 53, III, da LRF. Desta feita, CANCELO a audiência de Conciliação, pautada à fl. 128 dos autos. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0615386-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Almir Nazario Maricaua - REQUERIDO: Banco Bmc S/A (Incorporado Pelo Banco Bradesco) - Diante destas judiciosas razões, a teor do art. 487, I, do CPC,

conheço o mérito da presente lide, para JULGAR PROCEDENTES os pedidos formulados pela parte Autora para: a) DECLARAR a nulidade do contrato em questão, sendo inexigíveis as obrigações dele decorrentes; b) CONDENAR o Requerido à devolução das parcelas denominadas BMC EMP02 descontadas no contra-cheque da Autora, em dobro, corrigido monetariamente desde a data do adimplemento e acrescidos de juros moratórios legais, à razão de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir da citação; c) CONDENAR o Requerido ao pagamento da indenização pelos danos morais sofridos, os quais arbitro em R$ 10.000,00 (dez mil reais) com correção monetária e juros de mora incidentes a partir da presente data. CONDENO o Requerido ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência, os quais arbitro em 20% (vinte por cento) sobre o proveito econômico obtido, devidamente atualizado, nos moldes do art. 85, §2º do CPC. P.R.I.C.

ADV: ERONILDE SILVA DE MORAIS (OAB 255127/SP) - Processo 0615550-05.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0633472-88.2019.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Transporte de Coisas - EXEQUENTE: Costeira Transportes e Serviços Ltda. - Considerando a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica (0633472-88.2019.8.04.0001), determino a suspensão do feito até o julgamento do referido incidente, nos termos do art. 134, §3º do CPC.

ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: JOYCE HELEN HOLANDA MARINHEIRO (OAB 7519/AM), ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0616353-85.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - REQUERENTE: Elmara Elane da Silva Lopes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado e por nota (NCPC, art. 513, §2º, I), para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 14.971,62 (quatorze mil, novecentos e setenta e um reais e sessenta e dois centavos), conforme cálculos apresentados às fls. 281-282. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. À Secretaria para as diligências de prax

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0617007-72.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Expeça-se competente mandado, observando-se o endereço indicado à fl.112. Intime-se a Parte Autora para promover o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP), ADV: LIVIANE KAROLLA OLIVEIRA DE ARAÚJO (OAB 11192/AM) - Processo 0618719-68.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDO: NERTAN RUBENS BEZERRA DE ARAUJO - Prossiga o Exequente no feito, no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0618949-47.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema INFOJUD, das três últimas declarações de imposto de renda da parte requerida, MARIA DILZA SANTOS COLARES, CPF 437.091.682-87, bem como dos bens de sua propriedade via ERIDFT. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0618977-15.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema INFOJUD, das três últimas declarações de imposto da parte requerida, ROCILENE QUEIROZ NOGUEIRA, CPF 835.866.442-72. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ARIANA DA SILVA FÉLIX (OAB 8501/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0619418-30.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via ERIDFT, dos bens de propriedade da parte requerida, ORDEMIO ROSIVALDO DE JESUS MARQUES PAIVA, CPF 414.389.902-78. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP), ADV: SÉRGIO MIRISOLA SODA (OAB 257750/SP), ADV: DÁRIA NUNES BINDÁ (OAB 3672/AM), ADV: ROBERTO GILSON RAIMUNDO FILHO (OAB 18558/PE), ADV: LUCIANA VIANA CIDRÔNIO DE ANDRADE (OAB 8104/AM), ADV: SIGRID DE LIMA PINHEIRO (OAB 9594/AM) - Processo 0619874-72.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Neiza Ferreira Pinheiro - EXEQUENTE: Raimundo e Capela - Jurídico Estratétigo - EXECUTADO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda - Intime-se o executado Carrefour Comércio e Indústria Ltda, na pessoa de seu advogado e por nota (NCPC, art. 513, §2º, I), para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 16.567,28 (dezesseis mil, quinhentos e sessenta e sete reais e vinte e oito centavos), conforme cálculos apresentados à fl. 551. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. À Secretaria para as diligências de prax

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0620077-34.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco - Suspendo o processo pelo prazo de 1 (um) ano, conforme disposto no Art. 921, III, do CPC, diante da inexistência de bens penhoráveis. Decorrido o prazo, sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhoráveis, determino o arquivamento dos autos. Cumpra-se. Intimem-se. Publique-se.

ADV: BRUNO BARBOSA DOS REIS GLÓRIA (OAB 9432/AM) - Processo 0620110-53.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Imissão - REQUERENTE: E.P.N. - REQUERIDA: C.V.S. - Chamo o processo à ordem, para tornar sem efeito a decisão de fl. 41. A teor do art. 300, do NCPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados à inicial, em análise sumária,

não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de posterior reanálise. Intime-se a requerida, por seu advogado, para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, constando no expediente as advertências legais (NCPC, art. 335 c/c 344, respectivamente). À Secretaria para as diligências de praxe. Manaus, 05 de julho de 2019

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0620372-71.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - INDEFIRO o pedido de consulta, via sistema SIEL, dos dados cadastrais da Parte Requerida,

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0621090-05.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Elci Saraiva da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do cálculo judicial elaborado pela contadoria às fls. 321/322 , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SILVANA LIMA DE OLIVEIRA (OAB 8778/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0621144-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio dos Advogados do Amazonas - REQUERIDO: Djalma Pontes Cabral - I- Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na Reconvenção, nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do CPC. II- Intime-se o Reconvindo/Autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do NCPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos, bem como, responder aos termos da reconvenção.

ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: ANA PAULA DA SILVA BEZERRA (OAB 5797/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: LUIZ GONZAGA PINHEIRO JÚNIOR (OAB 12021/AM), ADV: MANUEL NEUZIMAR PINHEIRO (OAB 366/AM), ADV: PAULO JAQSON FREIRE PINTO (OAB 7967/AM) - Processo 0622016-49.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Nilza Barros Alfaia - REQUERIDO: Rossi Residencial S/A - Deste modo, aplicando o disposto no art. 90, §2º do CPC, cada parte arcará igualmente do valor das custas processuais, suspensa a exigibilidade em relação a parte autora, nos termos do art. 98, §2º do CPC, vez que é beneficiária da gratuidade da justiça (fl. 57). Isto posto, intime-se a parte Ré, pessoalmente, para promover o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor das custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser extraída certidão para fins de inscrição como dívida ativa, e, posterior execução. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0622627-07.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via SREI, dos bens de propriedade da parte requerida, NILO UMBERTO ALVES BATISTA, CPF 118.876.302-44. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANA PAULA DA SILVA SOUSA (OAB 6608/AM), ADV: MARA LINDOLFO GOMES GUEDES (OAB 5116/AM) - Processo 0622714-50.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lucas Yudi Peris Mitsui - O pedido de reconsideração não encontra albergue em nosso ordenamento, salvo nos casos em que há a modificação da situação fática sob a qual se dá a decisão cuja reconsideração se persegue. (Art. 505, NCPC). No mais as irresignações devem ser dirigidas à instância recursal pela via adequada, razão pela qual indefiro o pedido e mantenho a sentença de fls. 20-23.

ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM) - Processo 0623561-62.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema INFOJUD, das três últimas declarações de imposto de renda da parte requerida LUIZ CARLOS ALVES DE CASTRO, CPF 161.256.572-72, R. C. COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO LTDA., CNPJ 07.764.543/0001-24 e RODRIGO BRANDÃO DE CASTRO, CPF 855.216.982-72. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: INALDO XAVIER DE SIQUEIRA (OAB 9270/MT), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0623565-02.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0623852-28.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema INFOJUD, das três últimas declarações de imposto de renda da parte requerida, JOSEANE DINIZ DE SENA, CPF 756.389.242-72, bem como dos bens de sua propriedade via RENAJUD e SREI. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: LUÍS ROBERTO PAIVA FILHO (OAB 8628/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM) - Processo 0624030-74.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Luzia da Silva Lopes - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema ERIDFT, dos bens de propriedade da parte requerida, LUZIA DA SILVA LOPES, CPF 624.306.882-04. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: TAÍS MIRANDA RODRIGUES (OAB 7743/AM), ADV: MAIARA CRISTINA MORAL DA SILVA (OAB 7738/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM) - Processo 0624409-15.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: AGENOR RODRIGUES DE MATOS - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado e por nota (NCPC, art. 513, §2º, I), para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 563,53 (quinhentos e sessenta e três reais e cinquenta e três centavos), conforme cálculos apresentados à fl. 222. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda

que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Expeça-se Alvará do valor incontroverso depositado à fl. 209 em favor do Exequente, conforme requerido à fl. 218. À Secretaria para as diligências de prax

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0625280-74.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Cancelamento de Protesto - REQUERENTE: Geap - Autogestão em Saúde - Considerando a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica (0223034-68.2019.8.04.0001), determino a suspensão do feito até o julgamento do referido incidente, nos termos do art. 134, §3º do CPC.

ADV: VALCERLAN FERREIRA CRUZ (OAB 10037/AM) - Processo 0625401-68.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: Tmm Menezes -me - INDEFIRO o pedido de indisponibilidade dos ativos financeiros da parte executada visto que, nos termos do § 2º do art. 513 e 523 do CPC, é necessária a intimação para que o devedor cumpra a sentença, no prazo de 15 dias, e, somente se não ocorrer o pagamento voluntário no referido prazo, inicia-se a fase de cumprimento forçado, acrescentando-se ao débito multa de dez por cento, bem como, honorários de advogado de dez por cento (§1º do art. 523), seguindo-se os atos de penhora e expropriação (§ 3º do art. 523). INTIME-SE a parte executada, por mandado, visto que foi infrutífera a realização via carta com Aviso de Recebimento (fl. 66), devendo constar no ato o valor apresentado pela parte exequente.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0625523-18.2016.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas BACENJUD, RENAJUD E INFOJUD, dos dados cadastrais da Parte Requerida, J.A.S. MESQUITA E CIA LTDA, sob o CNPJ de Nº 05.469.317/0001-9, para obter a atual localização da empresa. INTIME-SE a Parte Requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias. Ressalte-se que a consulta, aos sistemas eletrônicos conveniados, é condicionada ao comprovante de recolhimento das custas aos autos.

ADV: LÚCIA DE FÁTIMA LLANOS AGUIRRE (OAB 11948/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: BÁRBARA CARVALHO IPIRANGA (OAB 11424/AM) - Processo 0625981-06.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: RC RECEBÍVEIS LTDA. - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema RENAJUD, dos bens de propriedade da parte requerida, ASLAN MACHADO ALVES, CPF 525.506.212-04 e ASLAN MACHADO ALVES E.I., CNPJ 10.362.612/0001-88. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0626850-90.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas BACENJUD e RENAJUD, dos dados cadastrais da parte requerida, ASSOCIAÇÃO R. A. BERNARDES, sob o CNPJ de Nº 04187720002102, para obtenção de endereço da parte em questão. Custas Pagas à fl. 64 os autos.

ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM) - Processo 0627258-81.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: R Ebarle Comercio de Materiais de Construção Eireli - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do CPC. Cite(m)-se o(s) executado(s) para pagar a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de 10% (dez por cento), no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação. Caso o(s) executado(s) possua(m) cadastro na forma do art. 246, §1º, e art. 1.051, do Código de Processo Civil, a citação deverá ser feita de maneira preferencialmente eletrônica. Do mandado ou carta de citação deverá constar, também, a ordem de penhora e avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrado(s) o(s) executado(s), havendo bens de sua titularidade, o Oficial de Justiça deverá proceder ao arresto de tantos quanto bastem para garantir a execução, seguindo o processo na forma do art. 830, do Código de Processo Civil. As citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, ou nos feriados ou dias úteis mesmo antes das 6 e depois das 20 horas, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal. O(s) executado(s) deverá(ão) ter ciência de que, nos termos do art. 827, §1º, do Código de Processo Civil, em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade. Registre-se, também, a possibilidade de oferecimento de embargos à execução, distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, do Código de Processo Civil. Alternativamente, no lugar dos embargos, mediante o depósito de trinta por cento do valor total executado, poderá ser requerido o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. Fica(m) o(s) executado(s) advertido(s) que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar na elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei. O exequente, por sua vez, deverá ter ciência de que, não localizados o(s) executado(s), deverá, na primeira oportunidade, requerer as medidas necessárias para a viabilização da citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, §1º, do Código de Processo Civil. Tratando-se de pessoa jurídica, deverá, desde logo, providenciar a juntada de certidão de breve relato obtida junto à Junta Comercial ou semelhante, diligenciando, ainda, perante os cadastros processuais do juízo onde a empresa tem sede ou filial. Por fim, registre-se que, independentemente de nova ordem judicial, mediante o recolhimento das respectivas taxas, o exequente poderá requerer diretamente à Serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 828, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Expedida a certidão, caberá ao exequente providenciar as averbações e comunicações necessárias, comprovando posteriormente nos autos no prazo de 10 dias, sob pena de nulidade, sem prejuízo de eventual responsabilização. Fica a Parte interessada intimada desde já a promover o recolhimento das custas dos atos e diligências necessários ao cumprimento desta decisão e dos atos que vier a requerer, a teor da Portaria n. 116/2017-PTJ, sob pena de arquivamento sem necessidade de nova intimação. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se o competente mandado/carta. Caso não seja efetuado o pagamento, voltem-me os autos conclusos. Cientifique-se as partes que considera-se ato atentatório à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: I - frauda a execução; II - se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos; III - dificulta ou embaraça a realização da penhora; IV - resiste injustificadamente às ordens judiciais; V - intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, conforme art. 774, do CPC. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: RENATA BENTES SENA (OAB 13543/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0627288-87.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condominio Residencial Flex Tapajós - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema ERIDFT, dos bens de propriedade da parte requerida, JULIANA SUZANA DA SILVA, CPF 894.245.572-72. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: PEDRO HUMBERTO DE CARVALHO FIGUEIREDO

(OAB 13318/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUANN ARAUJO DE PAULA MENDES (OAB 13592/AM), ADV: DEIVESON WUANDERSON DE SENA LIMA (OAB 14258/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0628141-28.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Regina Lúcia de Paula Mendes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: RENAN DE MELO ROSAS LUNA (OAB 14253/AM) - Processo 0629324-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Bento Campos Andrade - Diante do exposto e por tudo mais que dos autos constam, com fundamento no artigo 300 do CPC, DEFIRO A MEDIDA PLEITEADA para DETERMINAR que a Ré proceda a imediata suspensão dos efeitos dos protestos e das anotações perante o SPC, levados a efeito contra a parte requerente em relação aos débitos objeto desta demanda, até que se apure o valor e a exigibilidade do mesmo, para DETERMINAR que a Requerida se abstenha de suspender o fornecimento de energia elétrica da unidade consumidora nº 0639917-7, em relação ao débito em discussão nestes autos, até que apure-se a exigibilidade e o valor do débito, bem como DETERMINO que a Requerida instale medidor na unidade consumidora nº 0639917-7, no prazo de de 10 (dez) dias. Em caso de descumprimento da medida, comino multa diária no valor de R$500,00 (quinhentos reais), limitada a trinta dias-multa. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM), ADV: MICHAEL QUEIROZ LEITÃO (OAB 9714/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0629676-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Antonia Castro Campinho - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0631884-46.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas INFOJUD, RENAJUD, BACENJUD e SIEL, dos dados cadastrais da parte requerida, CARLOS MAGNO DE SOUZA CRUZ, CPF 29151465272.

ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM), ADV: SILVONEY BATISTA ANZOLIN (OAB 9329-A/TO), ADV: GILBERTO BADARÓ DE ALMEIDA SOUZA (OAB 22772/BA), ADV: CAROLINA KUNZLER DE OLIVEIRA MAIA (OAB 34034/DF), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSON (OAB 897A/AM), ADV: KARINA FERRARI SANTA ROSA (OAB 15340/DF), ADV: RENATO ALBANI RIBEIRO RINALDI (OAB 7996/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: VICTOR DE ALENCAR ARAÚJO MOTTA (OAB 7796/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: LUCAS EMANUEL PIRES MONTENEGRO (OAB 8001/AM), ADV: MARIZA LUSTOZA RIBEIRO (OAB 6869/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: CAROLINA FARIAS DE BARROS (OAB 8005/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM) - Processo 0632184-18.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Elizete Cardoso Franco - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - UNIMED - Federação Interfederativa das Cooperativas Medicas do Centro-Oeste e Tocantins - Diante do documento de fls. 803/804, com fundamento no art. 76 da Lei nº 5.764/71, determino a suspensão desta demanda tãop somente em face de UNIMED FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS COOPERATIVAS MÉDICAS DO CENTRO-OESTE E TOCANTINS, pelo prazo de um ano contado contado da data de publicação no Diário Oficial da ata da Assembléia Geral da sociedade. Prossiga o Exequente. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM) - Processo 0632404-11.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema INFOJUD, das três últimas declarações de imposto de renda parte requerida, FERNANDO AUGUSTO GONÇALVES BOR, CPF 544.792.822-20, PLASQUISA PTE LTDA, CNPJ 17.315.752/0001-44 e RAFIAM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS DA AMAZÔNIA LTDA., CNPJ 11.024.662/0001-18, bem como dos bens de sua propriedade via RENAJUD. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO (OAB 8816/AM) - Processo 0632667-72.2018.8.04.0001 - Despejo - Despejo por Denúncia Vazia - EXEQUENTE: Carmelinda Nogueira Vieira - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: CHRISTIAN ARAUJO DE SOUZA (OAB 13291/AM), ADV: LUANA DO SOCORRO DE ARAÚJO MORIZ (OAB 13294/AM) - Processo 0633118-68.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S/A - EXECUTADO: PAULO GLEYSON LUCENA DE FIGUEIREDO - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema INFOJUD, das três últimas declarações de imposto de renda da parte requerida, PAULO GLEYSON LUCENA DE FIGUEIREDO, CPF 360.761.472-53, bem como dos bens de sua propriedade via SREI. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0634517-69.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema INFOJUD, das três últimas declarações de imposto de renda da parte requerida, MÔNICA CHAVES BRAGA DE SOUZA, CPF 993.813.112-34. Custas pagas (fl. 141).

ADV: ROSEANE LIMA DOS ANJOS (OAB 10862/AM), ADV: RENATA SOUSA DE CASTRO VITA (OAB 24308/BA), ADV: BRUNO INFANTE FONSECA (OAB 1945E/AM) - Processo 0637739-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Gisele Fernandes de Alencar e Silva - REQUERIDO: Qualicorp Administradora de Benefício S/A e outro - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do CPC. Com o advento do art. 334 do CPC/2015, antes de determinar a citação do Réu para apresentação de defesa, compete ao magistrado pautar audiência de conciliação ou de mediação, a qual será realizada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo o Réu ser citado com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. O Novo Código de Processo Civil objetiva prestigiar, desta forma, a conciliação das partes, de forma a entender que a autocomposição ou a mediação são meios mais eficazes de pôr termo ao litígio, constituindo meio de promoção da efetividade da jurisdição, quer seja na atividade de conhecimento ou na satisfativa. Entrementes, deve o Juiz pautar-se, também, pelas especificidades das demandas, de forma inclusive a assegurar às partes a igualdade de tratamento, velando pela duração razoável do processo, para prevenir atos meramente protelatórios, podendo para tanto alterar a ordem de produção de meios de prova, e dos prazos processuais, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito, consoante prenota o art. 139, VI, do CPC/2015. Neste mesmo sentido, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM, órgão que emite entendimentos de origem doutrinária,

divulgou o Enunciado n. 35, entendendo que além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo. A luz deste magistério, não antevejo prejuízo à garantia fundamental do processo a alteração do seu rito para decidir sobre a possibilidade ou não de contestação em momento oportuno, após a manifestação do Réu, dado que a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos, a teor do art. 3º, §3º do CPC/2015, deverão ser estimulados , inclusive no curso do processo judicial. Desta forma, aplicando-se o ordenamento jurídico à lide em epígrafe e entendendo que deve este juízo atender aos fins sociais a que a norma se destina, verifico que in casu a designação da Audiência não contribuiria com a duração razoável do processo e com a eficiência que se espera dos mecanismos do Poder Judiciário (art. 5º, LXXVIII, da CF/88 c/c art. 4º, do CPC/2015). Assim, diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação. (CPC/2015, art. 139, VI e Enunciado n. 35 da ENFAM). Cite-se o Requerido Amil Assistência Médica Internacional S.A para apresentar defesa, a teor do art. 335, III c/c art. 231, ambos do CPC/2015. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM) - Processo 0638309-26.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0203706-07.2009.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Denise Vasconcelos Franco de Sá - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0638533-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Reche Galdeano Locação de Frota - Diante do exposto e por tudo mais que dos autos constam, com fundamento no artigo 300 do NCPC, DEFIRO A PARCIALMENTE A MEDIDA PLEITEADA para determinar que a Ré se abstenha de inscrever o nome da Autora nos cadastros de proteção ao crédito relativamente ao débito objeto desta demanda, até que se apure o valor e a exigibilidade do mesmo. Em caso de descumprimento da medida, comino multa diária no valor de R$500,00 (quinhentos reais), limitada a trinta dias-multa. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0638701-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Ronildo Gama Corrêa - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do CPC. A teor do art. 300, do CPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados à inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de posterior reanálise. Com o advento do art. 334 do CPC/2015, antes de determinar a citação do Réu para apresentação de defesa, compete ao magistrado pautar audiência de conciliação ou de mediação, a qual será realizada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo o Réu ser citado com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. O Novo Código de Processo Civil objetiva prestigiar, desta forma, a conciliação das partes, de forma a entender que a autocomposição ou a mediação são meios mais eficazes de pôr termo ao litígio, constituindo meio de promoção da efetividade da jurisdição, quer seja na atividade de conhecimento ou na satisfativa. Entrementes, deve o Juiz pautar-se, também, pelas especificidades das demandas, de forma inclusive a assegurar às partes a igualdade de tratamento, velando pela duração razoável do processo, para prevenir atos meramente protelatórios, podendo para tanto alterar a ordem de produção de meios de prova, e dos prazos processuais, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito, consoante prenota o art. 139, VI, do CPC/2015. Neste mesmo sentido, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM, órgão que emite entendimentos de origem doutrinária, divulgou o Enunciado n. 35, entendendo que além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo. A luz deste magistério, não antevejo prejuízo à garantia fundamental do processo a alteração do seu rito para decidir sobre a possibilidade ou não de contestação em momento oportuno, após a manifestação do Réu, dado que a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos, a teor do art. 3º, §3º do CPC/2015, deverão ser estimulados , inclusive no curso do processo judicial. Desta forma, aplicando-se o ordenamento jurídico à lide em epígrafe e entendendo que deve este juízo atender aos fins sociais a que a norma se destina, verifico que in casu a designação da Audiência não contribuiria com a duração razoável do processo e com a eficiência que se espera dos mecanismos do Poder Judiciário (art. 5º, LXXVIII, da CF/88 c/c art. 4º, do CPC/2015). Assim, diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação. (CPC/2015, art. 139, VI e Enunciado n. 35 da ENFAM). Cite-se o Requerido para apresentar defesa, a teor do art. 335, III c/c art. 231, ambos do CPC/2015. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0638705-66.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Isto posto, estando devidamente comprovada a mora da Requerida, DEFIRO liminarmente a medida, com espeque no art. 3º do Decreto-Lei 911/69, para determinar a citação da Parte Requerida, para, no prazo de 15 dias, apresentar contestação, conforme está previsto nos parágrafos 3º e 4º do Decreto-Lei nº 911/69) e a busca e apreensão do bem acima descrito, no local onde for encontrado ou na residência da Ré, devendo para tanto, ser entregue ao Autor, mediante termo de apreensão, até decisão final. Após o cumprimento da medida, intime-se a Ré, para, querendo, no prazo de 5 dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial, sob pena de lhe ser aplicado o que está estabelecido no parágrafo 1º do art. 3º do referido Decreto-Lei. Para expedição do Mandado de Citação, Busca e Apreensão, promova o requerente o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: DANILO CARVALHO FREIRE SILVA FILHO (OAB 162033/MG) - Processo 0638819-05.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Quality Comercial de Produtos Médicos Hospitlares Ltda. - Cite(m)-se o(s) executado(s) para pagar a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de 10% (dez por cento), no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação. Caso o(s) executado(s) possua(m) cadastro na forma do art. 246, §1º, e art. 1.051, do Código de Processo Civil, a citação deverá ser feita de maneira preferencialmente eletrônica. Do mandado ou carta de citação deverá constar, também, a ordem de penhora e avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrado(s) o(s) executado(s), havendo bens de sua titularidade, o Oficial de Justiça deverá proceder ao arresto de tantos quanto bastem para garantir a execução, seguindo o processo na forma do art. 830, do Código de Processo Civil. As citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, ou nos feriados ou dias úteis mesmo antes das 6 e depois das 20 horas, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal. O(s) executado(s) deverá(ão) ter ciência de que, nos termos do art. 827,

§1º, do Código de Processo Civil, em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade. Registre-se, também, a possibilidade de oferecimento de embargos à execução, distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, do Código de Processo Civil. Alternativamente, no lugar dos embargos, mediante o depósito de trinta por cento do valor total executado, poderá ser requerido o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. Fica(m) o(s) executado(s) advertido(s) que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar na elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei. O exequente, por sua vez, deverá ter ciência de que, não localizados o(s) executado(s), deverá, na primeira oportunidade, requerer as medidas necessárias para a viabilização da citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, §1º, do Código de Processo Civil. Tratando-se de pessoa jurídica, deverá, desde logo, providenciar a juntada de certidão de breve relato obtida junto à Junta Comercial ou semelhante, diligenciando, ainda, perante os cadastros processuais do juízo onde a empresa tem sede ou filial. Por fim, registre-se que, independentemente de nova ordem judicial, mediante o recolhimento das respectivas taxas, o exequente poderá requerer diretamente à Serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 828, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Expedida a certidão, caberá ao exequente providenciar as averbações e comunicações necessárias, comprovando posteriormente nos autos no prazo de 10 dias, sob pena de nulidade, sem prejuízo de eventual responsabilização. Fica a Parte interessada intimada desde já a promover o recolhimento das custas dos atos e diligências necessários ao cumprimento desta decisão e dos atos que vier a requerer, a teor da Portaria n. 116/2017-PTJ, sob pena de arquivamento sem necessidade de nova intimação. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se o competente mandado/carta. Caso não seja efetuado o pagamento, voltem-me os autos conclusos. Cientifique-se as partes que considera-se ato atentatório à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: I - frauda a execução; II - se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos; III - dificulta ou embaraça a realização da penhora; IV - resiste injustificadamente às ordens judiciais; V - intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, conforme art. 774, do CPC. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0638840-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Edivaldo de Paiva Nazareth - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do CPC. A teor do art. 300, do CPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados à inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de posterior reanálise. Com o advento do art. 334 do CPC/2015, antes de determinar a citação do Réu para apresentação de defesa, compete ao magistrado pautar audiência de conciliação ou de mediação, a qual será realizada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo o Réu ser citado com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. O Novo Código de Processo Civil objetiva prestigiar, desta forma, a conciliação das partes, de forma a entender que a autocomposição ou a mediação são meios mais eficazes de pôr termo ao litígio, constituindo meio de promoção da efetividade da jurisdição, quer seja na atividade de conhecimento ou na satisfativa. Entrementes, deve o Juiz pautar-se, também, pelas especificidades das demandas, de forma inclusive a assegurar às partes a igualdade de tratamento, velando pela duração razoável do processo, para prevenir atos meramente protelatórios, podendo para tanto alterar a ordem de produção de meios de prova, e dos prazos processuais, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito, consoante prenota o art. 139, VI, do CPC/2015. Neste mesmo sentido, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM, órgão que emite entendimentos de origem doutrinária, divulgou o Enunciado n. 35, entendendo que além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo. A luz deste magistério, não antevejo prejuízo à garantia fundamental do processo a alteração do seu rito para decidir sobre a possibilidade ou não de contestação em momento oportuno, após a manifestação do Réu, dado que a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos, a teor do art. 3º, §3º do CPC/2015, deverão ser estimulados , inclusive no curso do processo judicial. Desta forma, aplicando-se o ordenamento jurídico à lide em epígrafe e entendendo que deve este juízo atender aos fins sociais a que a norma se destina, verifico que in casu a designação da Audiência não contribuiria com a duração razoável do processo e com a eficiência que se espera dos mecanismos do Poder Judiciário (art. 5º, LXXVIII, da CF/88 c/c art. 4º, do CPC/2015). Assim, diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação. (CPC/2015, art. 139, VI e Enunciado n. 35 da ENFAM). Cite-se o Requerido para apresentar defesa, a teor do art. 335, III c/c art. 231, ambos do CPC/2015. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0638903-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Jorge Mário Soares Lima - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, §§ 2º e 3º, ambos do CPC. A teor do art. 300, do CPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados a inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de análise por ocasião da sentença. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, a fim de que promova as diligências necessárias para a realização de perícia médica. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0638984-52.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Isto posto, estando devidamente comprovada a mora da Requerida, DEFIRO liminarmente a medida, com espeque no art. 3º do Decreto-Lei 911/69, para determinar a citação da Parte Requerida, para, no prazo de 15 dias, apresentar contestação, conforme está previsto nos parágrafos 3º e 4º do Decreto-Lei nº 911/69) e a busca e apreensão do bem acima descrito, no local onde for encontrado ou na residência da Ré, devendo para tanto, ser entregue ao Autor, mediante termo de apreensão, até decisão final. Após o cumprimento da medida, intime-se a Ré, para, querendo, no prazo de 5 dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial, sob pena de lhe ser aplicado o que está estabelecido no parágrafo 1º do art. 3º do referido Decreto-Lei. Para expedição do Mandado de Citação, Busca e Apreensão, promova o requerente o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: ÉDEN ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 4115/AM) - Processo 0639097-06.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas

- Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Igreja Evangelica Assembleia de Deus No Amazonas -ieadam - Intime-se o autor, na pessoa de seu patrono, a fim de carrear aos presentes autos, no prazo de 10 (dez) dias, documentos que evidenciem sua hipossuficiência econômica, tais como extrato dos últimos três meses das contas bancárias e balancetes, a fim de comprovar que não pode arcar com as custas processuais. Nesse sentido, súmula 481 STJ: ¨Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais.¨ Cumpra-se.

ADV: WAGNER LIMA DA COSTA (OAB 9985/AM) - Processo 0639201-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: F.c Mendes Muniz Eireli - Epp - Intime-se o autor, na pessoa de seu patrono, a fim de carrear aos presentes autos, no prazo de 10 (dez) dias, certidão de registro de imóveis, cópia das ultimas três declarações à Receita Federal (IRPJ) e extrato dos últimos três meses das contas bancárias, a fim de comprovar que não pode arcar com as custas processuais. Nesse sentido, súmula 481 STJ: ¨Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais.¨ Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0639404-57.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Isto posto, estando devidamente comprovada a mora da Requerida, DEFIRO liminarmente a medida, com espeque no art. 3º do Decreto-Lei 911/69, para determinar a citação da Parte Requerida, para, no prazo de 15 dias, apresentar contestação, conforme está previsto nos parágrafos 3º e 4º do Decreto-Lei nº 911/69) e a busca e apreensão do bem acima descrito, no local onde for encontrado ou na residência da Ré, devendo para tanto, ser entregue ao Autor, mediante termo de apreensão, até decisão final. Após o cumprimento da medida, intime-se a Ré, para, querendo, no prazo de 5 dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial, sob pena de lhe ser aplicado o que está estabelecido no parágrafo 1º do art. 3º do referido Decreto-Lei. Para expedição do Mandado de Citação, Busca e Apreensão, promova o requerente o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: JULIANE ELIZABETE DE SOUZA MAIA (OAB 12643/AM) - Processo 0639545-76.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Maria da Graça Pinto Cardoso Participações Comercial Ltda - A concessão de medida liminar na ação de despejo requer, como requisito objetivo, o depósito judicial de 03 (três) meses de alugueres, como medida de cautela, nos termos do art. 59, §1º, XI, da Lei nº 8.245/91. Art. 59. Com as modificações constantes deste capítulo, as ações de despejo terão o rito ordinário. § 1º Conceder-se-á liminar para desocupação em quinze dias, independentemente da audiência da parte contrária e desde que prestada a caução no valor equivalente a três meses de aluguel, nas ações que tiverem por fundamento exclusivo: IX - a falta de pagamento de aluguel e acessórios da locação no vencimento, estando o contrato desprovido de qualquer das garantias previstas no art. 37, por não ter sido contratada ou em caso de extinção ou pedido de exoneração dela, independentemente de motivo. Desta feita, tendo em vista que o Requerente não promoveu o respectivo depósito, a não concessão da liminar é a medida que se impõe. Diante destas razões, INDEFIRO a medida liminar pleiteada, sem prejuízo de posterior re-análise. Cite-se o requerido para, querendo, apresentar defesa no prazo de 15 dias (Inquilinato, art. 59 c/c NCPC, art. 335), ou requerer a purgação da mora nos termos do art. 62, inc. II da Lei do Inquilinato, constando no expediente as advertências constantes no art. 344 do NCPC. Para expedição da Carta de Citação/intimação, promova o requerente o pagamento das despesas postais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do Provimento 0273/2016-CGJ/AM, disponibilizada no DJE de 20-06-2016.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0639563-97.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Intime-se a parte autora para efetuar o pagamento das custas processuais. Cumpra-se no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição do feito (Art. 290, NCPC). Publique-se.

ADV: EVERTON BERNARDO CLEMENTE (OAB 26506/GO) - Processo 0639727-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Valdenora de Souza da Silva - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, §§ 2º e 3º, ambos do CPC. A teor do art. 300, do CPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados a inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de análise por ocasião da sentença. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, a fim de que promova as diligências necessárias para a realização de perícia médica. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0639811-63.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Isto posto, estando devidamente comprovada a mora da Requerida, DEFIRO liminarmente a medida, com espeque no art. 3º do Decreto-Lei 911/69, para determinar a citação da Parte Requerida, para, no prazo de 15 dias, apresentar contestação, conforme está previsto nos parágrafos 3º e 4º do Decreto-Lei nº 911/69) e a busca e apreensão do bem acima descrito, no local onde for encontrado ou na residência da Ré, devendo para tanto, ser entregue ao Autor, mediante termo de apreensão, até decisão final. Após o cumprimento da medida, intime-se a Ré, para, querendo, no prazo de 5 dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial, sob pena de lhe ser aplicado o que está estabelecido no parágrafo 1º do art. 3º do referido Decreto-Lei. Para expedição do Mandado de Citação, Busca e Apreensão, promova o requerente o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0639856-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Luiz Carlos Coelho Pereira - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do CPC. Com o advento do art. 334 do CPC/2015, antes de determinar a citação do Réu para apresentação de defesa, compete ao magistrado pautar audiência de conciliação ou de mediação, a qual será realizada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo o Réu ser citado com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. O Novo Código de Processo Civil objetiva prestigiar, desta forma, a conciliação das partes, de forma a entender que a autocomposição ou a mediação são meios mais eficazes de pôr termo ao litígio, constituindo meio de promoção da efetividade da jurisdição, quer seja na atividade de conhecimento ou na satisfativa. Entrementes, deve o Juiz pautar-se, também, pelas especificidades das demandas, de forma inclusive a assegurar às partes a igualdade de tratamento, velando pela duração razoável do processo, para prevenir atos meramente protelatórios, podendo para tanto alterar a ordem de produção de meios de prova, e dos prazos processuais, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito, consoante prenota o art. 139, VI, do CPC/2015. Neste mesmo sentido, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM, órgão que emite entendimentos de origem doutrinária, divulgou o Enunciado n. 35, entendendo que além das situações

em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo. A luz deste magistério, não antevejo prejuízo à garantia fundamental do processo a alteração do seu rito para decidir sobre a possibilidade ou não de contestação em momento oportuno, após a manifestação do Réu, dado que a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos, a teor do art. 3º, §3º do CPC/2015, deverão ser estimulados , inclusive no curso do processo judicial. Desta forma, aplicando-se o ordenamento jurídico à lide em epígrafe e entendendo que deve este juízo atender aos fins sociais a que a norma se destina, verifico que in casu a designação da Audiência não contribuiria com a duração razoável do processo e com a eficiência que se espera dos mecanismos do Poder Judiciário (art. 5º, LXXVIII, da CF/88 c/c art. 4º, do CPC/2015). Assim, diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação. (CPC/2015, art. 139, VI e Enunciado n. 35 da ENFAM). Cite-se o Requerido para apresentar defesa, a teor do art. 335, III c/c art. 231, ambos do CPC/2015. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: OZEIAS DE OLIVEIRA SOBRINHO (OAB 12031/AM) - Processo 0639956-22.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Leonel de Oliveira - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. No caso, há elementos suficientes para afastar a presunção, em especial: (i) natureza e objeto discutidos; (iii) contratação de advogado particular, dispensando a atuação da Defensoria. Antes de indeferir o pedido, contudo, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá a teor do art. 99, §2º, do CPC, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira do trabalho, ou comprovante de renda mensal, e de eventual cônjuge; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, e de eventual cônjuge, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Int.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0640123-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Helena Gomes de Almeuda - Em análise da inicial, verifico que a Autora não expôs de modo adequado as circunstâncias do suposto acidente, bem como os documentos de fls. 36/46 estão ilegíveis. Destarte, com espeque no art. 319, III, e 320, ambos do CPC, determino a intimação da parte autora para emendar a inicial, relatando o acidente ocorrido e apresentando o os documentos de fls. 36/46 de forma legível, sob pena de indeferimento da inicial (art. 321, parágrafo único, do CPC). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FABIANA FROES DE OLIVEIRA (OAB 285631/SP) - Processo 0640228-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Vícios de Construção - REQUERENTE: Patrimônio Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda. e outro - Com o advento do art. 334 do CPC/2015, antes de determinar a citação do Réu para apresentação de defesa, compete ao magistrado pautar audiência de conciliação ou de mediação, a qual será realizada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo o Réu ser citado com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. O Novo Código de Processo Civil objetiva prestigiar, desta forma, a conciliação das partes, de forma a entender que a autocomposição ou a mediação são meios mais eficazes de pôr termo ao litígio, constituindo meio de promoção da efetividade da jurisdição, quer seja na atividade de conhecimento ou na satisfativa. Entrementes, deve o Juiz pautar-se, também, pelas especificidades das demandas, de forma inclusive a assegurar às partes a igualdade de tratamento, velando pela duração razoável do processo, para prevenir atos meramente protelatórios, podendo para tanto alterar a ordem de produção de meios de prova, e dos prazos processuais, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito, consoante prenota o art. 139, VI, do CPC/2015. Neste mesmo sentido, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM, órgão que emite entendimentos de origem doutrinária, divulgou o Enunciado n. 35, entendendo que além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo. A luz deste magistério, não antevejo prejuízo à garantia fundamental do processo a alteração do seu rito para decidir sobre a possibilidade ou não de contestação em momento oportuno, após a manifestação do Réu, dado que a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos, a teor do art. 3º, §3º do CPC/2015, deverão ser estimulados , inclusive no curso do processo judicial. Desta forma, aplicando-se o ordenamento jurídico à lide em epígrafe e entendendo que deve este juízo atender aos fins sociais a que a norma se destina, verifico que in casu a designação da Audiência não contribuiria com a duração razoável do processo e com a eficiência que se espera dos mecanismos do Poder Judiciário (art. 5º, LXXVIII, da CF/88 c/c art. 4º, do CPC/2015). Assim, diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação. (CPC/2015, art. 139, VI e Enunciado n. 35 da ENFAM). Cite-se o Requerido para apresentar defesa, a teor do art. 335, III c/c art. 231, ambos do CPC/2015. Intime-se o Autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, promover o pagamento das despesas postais, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição da Carta fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0641148-58.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema INFOJUD, das três últimas declarações de imposto de renda da parte requerida, MAHMOUD AHMAD M YACUB, CPF 407.260.882-34 e RAQUEL MODAS LTDA, CNPJ 04.498.939/0001-89, bem como dos bens de sua propriedade via RENAJUD. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM), ADV: GABRIEL WILLIAM FACHIN LIMA (OAB 8518/AM), ADV: EDSON DE OLIVEIRA (OAB 480/AM), ADV: TAÍS MIRANDA RODRIGUES (OAB 7743/AM) - Processo 0642866-61.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Perdas e Danos - REQUERENTE: Eduardo da Silva Oliveira - REQUERIDA: Suzana Lima de Souza e outro - Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado e por nota (NCPC, art. 513, §2º, I), para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 17.260,93 (dezessete mil, duzentos e sessenta reais e noventa e três centavos), conforme cálculos apresentados à fl. 197. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. À Secretaria para as diligências de prax

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0643954-66.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial

- Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.a - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema INFOJUD, das três últimas declarações de imposto de renda da parte requerida, MARINA BERALDI DE ALBUQUERQUE, CPF 872.113.783-87. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM) - Processo 0644234-37.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Coisas - REQUERENTE: Marta Socorro Dias de Sousa - Indefiro o pedido de fls. 48 e 54, vez que o processo já foi sentenciado, com trânsito em julgado certificado à fl. 47. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: JACKELINE FERREIRA DA SILVA (OAB 9460/AM), ADV: LETÍCIA VITÓRIA BRITO DE ARAÚJO (OAB 13598/AM), ADV: MÁRCIO FERREIRA JUCÁ (OAB 2172/AM) - Processo 0646396-68.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Substituição do Produto - REQUERENTE: Raimundo Barbosa de Almeida Filho - REQUERIDO: Via Marconi Veículos Ltda. - Fiat Automóveis S.a. - Assim, pelo exposto, nos termos do art. 487, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial para CONDENAR as Requeridas a substituírem o veículo em questão por outro do mesmo modelo e ano, em perfeitas condições de uso ou, em caso de inexistência de veículo do mesmo ano/modelo, restituam imediatamente a quantia paga pelo veículo, monetariamente atualizada, e CONDENAR as Requeridas a pagar para a Requerente a importância de R$ 10.000,00 (dez mil reais), em razão dos danos morais impingidos Tendo em vista que parte autora decaiu em parte mínima do pedido, CONDENO a parte vencida em custas e honorários de sucumbência, os quais fixo neste ato no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação (art. 85, §2º, do CPC). Quanto ao dano moral arbitrado, contem-se os juros moratórios a taxa de 1% (um por cento) ao mês a partir da data em que praticado o ilícito (súmula 54 do STJ) e atualização monetária a partir do arbitramento (súmula 362 do STJ). Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA (OAB 5698/AM) - Processo 0649617-59.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gilberto Azogue Marques - I. Intime-se a parte autora para apresentar contrato social no prazo de 15 (quinze) dias. II. Remetam-se os autos para a Contadoria para verificar eventual pendencia de custas. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0653322-65.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kaele Ltda. - KI Rent A Car - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0655034-90.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: KI Rente A Car - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM), ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM) - Processo 0701302-18.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Locação de Móvel - REQUERENTE: CMA-CGM SOCIETÉ ANONYME, representada no Brasil por CMA-CGM DO BRASIL LTDA - REQUERIDO: Fort Indústria e Comércio de Cimento e Argamassa Ltda. - Chamo o processo à ordem, para tornar sem efeito a decisão de fl. 1080, visto que o valor da condenação, conforme sentença proferida às fls. 988-996, deve ser apurado em liquidação de sentença. Dessa feita, somente o valor referente às custas e demais despesas processuais poderão ser aqui executados. De igual modo, INDEFIRO o pedido de fls. 1083-1086.

ADV: ÉLIDA DE LIMA REIS CORRÊA (OAB 7458/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: SEBASTIÃO GONÇALVES GUIMARÃES FILHO (OAB 2488/AM), ADV: EWERTON CARNEIRO DA SILVA (OAB 11062/AM) - Processo 0704580-27.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Maria de Fatima Carvalho Maron - REQUERIDO: Bruno Seixas Vasques - Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado e por nota (NCPC, art. 513, §2º, I), para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 100.001,86 (cem mil, um real e oitenta e seis centavos), conforme cálculos apresentados às fls. 207-222. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. À Secretaria para as diligências de prax

ADV: OLIVAR DURÃES FILHO (OAB 2273/AM), ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM), ADV: CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 4205/AM), ADV: MATHEUS LUNIÉRE MARTINS (OAB 7013/AM), ADV: JÚLIO ANTÔNIO DE JORGE LOPES (OAB 2023/AM), ADV: CARLOS JOSÉ VEIGA CRESPO (OAB 5177/AM), ADV: LOURDES CARVALHO (OAB 228678/SP), ADV: ABERONES GOMES DE ARAÚJO (OAB 2137/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM) - Processo 0705188-25.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Evandro Ciaramello Racosta - REQUERIDO: Empresa de Jornais Calderaro Ltda - Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado e por nota (NCPC, art. 513, §2º, I), para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 24.543,83 (vinte e quatro mil quinhentos e quarenta e três reais e oitenta e três centavos), conforme cálculos apresentados à fl. 215-217. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. À Secretaria para as diligências de prax

ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA VIANA (OAB 5750/AM), ADV: NILTON MENDES PINTO (OAB 7315/AM), ADV: MANOEL DE SOUZA FILHO (OAB 6731/AM), ADV: LÚCIO RICARDO QUEIROZ PAES (OAB 3586/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: JORGE LUÍS DOS REIS OLIVEIRA (OAB 6866/AM) - Processo 0706808-72.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Euilias da Silva Maciel - REQUERIDO: Espólio de Luiz Carlos Dreyer e outro - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema INFOJUD, das três últimas declarações de imposto de renda da parte requerida, ESPÓLIO DE LUIZ CARLOS DREYER, CPF nº 436.037.772-04 e MARIA AUXILIADORA SENA DA CRUZ, CPF nº 053.581.592-15, bem como dos bens de sua propriedade via RENAJUD. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FABRÍCIO PELOIA DEL' ALAMO (OAB 195199/SP), ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM), ADV: PAULO ROBERTO BRAGA BARBOSA JÚNIOR (OAB 2356/AM), ADV: REGINA VERA NOGUEIRA LEMOS (OAB 249492/SP), ADV: JONAS PEREIRA FANTON (OAB 273574/SP) - Processo 0712171-40.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0233692-98.2012.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Apuração de haveres - REQUERENTE: Marco Aurélio Carmácio - REQUERIDA: LVM da Amazônia Comércio e Serviços de Peças Ltda e outros - A teor do exposto, com fundamento no art. 487, inciso

I c/c art. 605, II, ambos do Novo Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos para: A) DECRETAR a dissolução parcial da sociedade LVM DA AMAZÔNIA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PEÇAS LTDA, com a consequente retirada do sócio autor MARCO AURÉLIO CARMACIO da sociedade, devendo o sócio majoritário providenciar a alteração contratual para recomposição societária, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias; B) DETERMINAR o pagamento do valor de R$ 398.648,32 (trezentos e noventa e oito mil, seiscentos e quarenta e oito reais e trinta e dois centavos) à titulo de haveres, devidamente corrigidos e com juros legais a partir da data da resolução (25/03/2012), bem como o pagamento do valor de R$ 50.000,00 à título de remuneração como administrador da empresa nos meses de fevereiro e março de 2012, nos termos do art. 608 do CPC. Por fim, condeno os réus ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo no percentual de 15% sobre o valor da condenação, conforme dispõe o art. 85, § 2° do CPC. Expeça-se ofício à JUCEA para comunicação e registro da retirada do sócio autor do quadro social. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0716286-07.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - A modalidade de citação editalícia, por ser via externa, deve ser utilizada quando esgotados todos os meios possíveis para a localização do réu. E conforme se encontra nos autos, restaram infrutíferos as pesquisas pelos sistemas de localização de endereço do requerido para que fosse realizada a sua citação pessoal, uma vez que este se encontra em lugar incerto e não sabido. Face ao exposto, DEFIRO o pedido de citação por edital nos termos do artigo 256 do CPC/2015. Por conseguinte, expeça-se edital de citação constando as advertências legais, o qual deverá ser publicado na plataforma de editais do Tribunal de Justiça do Amazonas, bem como no Diário de Justiça Eletrônico (parte final do art. 257, parágrafo único do CPC/15), cujo prazo de divulgação deverá ser de 20 (vinte dias), conforme art. 257, III do CPC/15. A expedição do edital ficará condicionada ao recolhimento das custas, nos termos da Portaria 116/2017, Tabela II, item f, no prazo de 5 dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM) - Processo 0717315-92.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: OBEGNER BARREIRA MUSSA - REQUERIDO: VANDERSON SILVA BENTES - Intime-se o executado, por edital (NCPC, art. 513, §2º, IV), para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 3.938,47 (três mil, novecentos e trinta e oito centavos e quarenta e sete centavos), conforme cálculos apresentados à fl. 107. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. À Secretaria para as diligências de prax

Aberones Gomes de Araújo (OAB 2137/AM)
Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Adam Silva de Azevedo (OAB 9745/AM)
Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Alessandro Fernandes Braga (OAB 72065/MG)
Alexandre Fleming Neves de Melo (OAB 6142/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Alexandre Silveira do Nascimento (OAB 118432/MG)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Alysson George Gomes Cavalcante (OAB 3710/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Ana Paula da Silva Bezerra (OAB 5797/AM)
Ana Paula da Silva Sousa (OAB 6608/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
André Luiz Silva Pinto (OAB 7736/AM)
Andreza Priscila Lima de Lima (OAB 9192/AM)
Ângela Maria Dantas de Alencar (OAB 8924/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Anne Clícia Alves da Silva Guilherme (OAB 3881/AM)
Antônia Pereira da Silva (OAB 5841/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Antônio José Barbosa Viana (OAB 5750/AM)
Antônio José Oliva Veloso (OAB 6339/AM)
Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB 11935/AM)
Ariana da Silva Félix (OAB 8501/AM)
Aroldo Pereira Cavalcante (OAB 3904/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bárbara Carvalho Ipiranga (OAB 11424/AM)
BRUNNA BEZERRA COSTA RIBEIRO (OAB 12996/AM)
Bruno Barbosa dos Reis Glória (OAB 9432/AM)
Bruno Bianchi Filho (OAB 4912/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Infante Fonseca (OAB 1945E/AM)
Caio André Pinheiro de Oliveira (OAB 4205/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Carlos Augusto Azevedo da Silva (OAB 5698/AM)
Carlos José Veiga Crespo (OAB 5177/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Carolina Farias de Barros (OAB 8005/AM)
Carolina Kunzler de Oliveira Maia (OAB 34034/DF)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Celerino Leite Júnior (OAB 6481/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Christian Araujo de Souza (OAB 13291/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Christine Monteiro Augusto Souza (OAB 5087/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Cristiane Lara de Oliveira (OAB 20324/DF)
Cristiane Roseiro Perez Fortes (OAB 4151/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Danielle Salgado Freire (OAB 5349/AM)
Danillo Araujo dos Santos (OAB 39189/PE)
Danilo Carvalho Freire Silva Filho (OAB 162033/MG)
Dária Nunes Bindá (OAB 3672/AM)
Davi Lasmar Omena (OAB 10181/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
DEIVESON WUANDERSON DE SENA LIMA (OAB 14258/AM)
Diego Campos (OAB 621A/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Éden Albuquerque da Silva (OAB 4115/AM)
Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB 9932/AM)
Ediney Costa da Silva (OAB 7646/AM)
Edson de Oliveira (OAB 480/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Élida de Lima Reis Corrêa (OAB 7458/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Erika de Oliveira Coimbra (OAB 8714/AM)
Eronilde Silva de Morais (OAB 255127/SP)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Everton Bernardo Clemente (OAB 26506/GO)
Ewerton Carneiro da Silva (OAB 11062/AM)
Fabiana Froes de Oliveira (OAB 285631/SP)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
FABRÍCIO PELOIA DEL' ALAMO (OAB 195199/SP)
Fabrízio de Sousa Barbosa Grosso (OAB 4473/AM)

Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Felipe Augusto Fonseca Vianna (OAB 6807/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Francisco dos Santos Silva (OAB 3458/AM)
Francisco Osmídio Brígido Bezerra Lima (OAB 5091/CE)
Francisco Souza de Melo (OAB 7808/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gabriel William Fachin Lima (OAB 8518/AM)
Galdino Girao de Alencar (OAB 000.528/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Gilberto Badaró de Almeida Souza (OAB 22772/BA)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Giovana Isabelle Pimentel Lima (OAB 3981/AM)
Giovana Tonello Pedro Lima (OAB 34777/DF)
Guilherme da Costa Lins (OAB 10685/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amorim Corrêa (OAB 5071/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Hediane Naiade Silva Monteiro (OAB 5839/AM)
Helder Soares de Lima (OAB 7536/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Caboclo de Macedo (OAB 8816/AM)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Inaldo Xavier de Siqueira (OAB 9270/MT)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Isnard Batista Machado Filho (OAB 26037/DF)
Jackeline Ferreira da Silva (OAB 9460/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira (OAB 8383/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
Joao Martins da Costa Neto (OAB 002.328/AM)
João Pedro de Deus Neto (OAB 135506/RJ)
João Roas da Silva (OAB 98981/MG)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompson (OAB 897A/AM)
Jonas Pereira Fanton (OAB 273574/SP)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
Jorge Luís dos Reis Oliveira (OAB 6866/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Carlos Marinho da Silva (OAB 1273/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Lúcio Carneiro Vieira (OAB 10888/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Wellington Coutinho Campelo (OAB 6441/CE)
Joyce Helen Holanda Marinheiro (OAB 7519/AM)
Juarez Nascimento de Oliveira Filho (OAB 7562/AM)
Juliane Elizabete de Souza Maia (OAB 12643/AM)
Júlio Antônio de Jorge Lopes (OAB 2023/AM)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Karina Ferrari Santa Rosa (OAB 15340/DF)
Kennedy Paz Tiradentes (OAB 7682/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kristen Roriz de Carvalho (OAB 552A/AM)
Leandro Souza Benevides (OAB 123979/RJ)
Leandro Souza Benevides (OAB 491/AM)
Leandro Souza Benevides (OAB 491A/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Leonardo Marques Bentes da Cunha (OAB 12565/AM)
Leonor Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 11932/AM)
Letícia Vitória Brito de Araújo (OAB 13598/AM)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Liviane Karolla Oliveira de Araújo (OAB 11192/AM)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123/PR)
LOURDES CARVALHO (OAB 228678/SP)
Luana do Socorro de Araújo Moriz (OAB 13294/AM)
Luann Araujo de Paula Mendes (OAB 13592/AM)
Lucas Emanuel Pires Montenegro (OAB 8001/AM)
Lúcia de Fátima Llanos Aguirre (OAB 11948/AM)
Luciana Cristina Rodrigues (OAB 3671/AM)
Luciana Viana Cidrônio de Andrade (OAB 8104/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luciano Radaelli (OAB 8565/AM)
Lúcio Ricardo Queiroz Paes (OAB 3586/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB 8948/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luís Roberto Paiva Filho (OAB 8628/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Augusto dos Santos Porto (OAB 6168/AM)
Luiz Gonzaga Pinheiro Júnior (OAB 12021/AM)
Maiara Cristina Moral da Silva (OAB 7738/AM)
Manoel de Souza Filho (OAB 6731/AM)
Manoel do Carmo Neves Silva (OAB 284/AM)
Manuel Neuzimar Pinheiro (OAB 366/AM)
Mara Lindolfo Gomes Guedes (OAB 5116/AM)
Márcio Ferreira Jucá (OAB 2172/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio de Carvalho Brasil (OAB 9165/AM)
Marco Antônio Vasquez Rodriguez (OAB 195578/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Daniel Souza Rodrigues (OAB 10987/AM)
Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna (OAB 27109/PR)
Mariza Lustoza Ribeiro (OAB 6869/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Matheus Luniére Martins (OAB 7013/AM)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michael Queiroz Leitão (OAB 9714/AM)
Michelle Fascini Xavier (OAB 860A/AM)
Nancy Maggio (OAB 6460/AM)
Neiva Evangelista Barboza (OAB 3187/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nicolle Souza da Silva Scaramuzzini Torres (OAB 14839/PA)
Nicolle Souza da Silva Scaramuzzini Torres (OAB 679A/AM)
Nilton Mendes Pinto (OAB 7315/AM)
Nívea da Silva Corado (OAB 5490/AM)
Noeli de Almeida Lorenzoni (OAB 2197/AM)
Olivar Durães Filho (OAB 2273/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Ozeias de Oliveira Sobrinho (OAB 12031/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Paula Donolina Meireles Ramos (OAB 8559/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Jaqson Freire Pinto (OAB 7967/AM)
Paulo Lindembeck Belchior (OAB 10617/AM)
Paulo Roberto Braga Barbosa Júnior (OAB 2356/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Pedro Humberto de Carvalho Figueiredo (OAB 13318/AM)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Priscila Pacheco Ferreira (OAB 5364/AM)
Priscila Soares Feitoza (OAB 4656/AM)
Rafael de Oliveira Pinho (OAB 22514/CE)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)

Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Regina Vera Nogueira Lemos (OAB 249492/SP)
Renan de Melo Rosas Luna (OAB 14253/AM)
Renata Bentes Sena (OAB 13543/AM)
Renata Sousa de Castro Vita (OAB 24308/BA)
Renato Albani Ribeiro Rinaldi (OAB 7996/AM)
Ricardo Garcia Simões Santos (OAB 5615/AM)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Riulna Ventura Muller (OAB 6654/AM)
Roberto Gilson Raimundo Filho (OAB 18558/PE)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Ronan Batista Moreira (OAB 8849/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 205961/SP)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 30820/RS)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rosângela Lemos de Mello Guimarães (OAB 2747/AM)
Roseane Lima dos Anjos (OAB 10862/AM)
Salomão Guedes Brandão de Farias (OAB 3036/AM)
Samira Caminha (OAB 5267/AM)
Sebastião Gonçalves Guimarães Filho (OAB 2488/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Mirisola Soda (OAB 257750/SP)
Sérgio Rodrigo Russo Vieira (OAB 808A/AM)
Severino dos Ramos da Silva Junior (OAB 43230/PE)
Sigrid de Lima Pinheiro (OAB 9594/AM)
Silvana Lima de Oliveira (OAB 8778/AM)
Silvoney Batista Anzolin (OAB 9329-A/TO)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Taís Miranda Rodrigues (OAB 7743/AM)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Valcerlan Ferreira Cruz (OAB 10037/AM)
Victor de Alencar Araújo Motta (OAB 7796/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Wagner Lima da Costa (OAB 9985/AM)
Walter Junio Elesbao da Silva (OAB 11427/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Zulmira Paulino Cavalcante (OAB 4144/AM)

14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0189/2019

ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: YURI DANTAS BARROSO (OAB 4237/AM) - Processo 0602885-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cooperativa - REQUERENTE: H.S.B. - REQUERIDO: U.M.C.T.M. - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ULYSSES ECCLISSATO NETO (OAB 182700/SP), ADV: MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: NELSON BRUNO VALENÇA (OAB 15783/CE), ADV: DANIEL CIDRÃO FROTA (OAB 19976/CE) - Processo 0603301-90.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: RURAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RURAL FIDC PREMIUM - PETRA PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente para que se manifeste(m) acerca da devolução da Carta Precatória de fls. 534-539 , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0607577-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: José Roberto da Silva Souto - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM), ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0607874-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Laurimar Nogueira de Lima - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0614193-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Moises Alberto Rojas Soares - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: RODRIGO FALEIROS DE OLIVEIRA (OAB 22693/MS), ADV: JOSÉ MANUEL MARQUES CANDIA (OAB 7116B/MS), ADV: THALES MACIEL MARTINS (OAB 17371/MS) - Processo 0618965-30.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - REQUERENTE: Douglas Graciatti - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM) - Processo 0633299-64.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Rcl Comércio de Produtos Alimentícios - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas

diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ELSON MOUZINHO DE ALMEIDA (OAB 6294/AM), ADV: JESSE JAMES LOPES DA SILVA (OAB 9730/AM) - Processo 0650353-77.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: José Bruno de Oliveira da Silva - REQUERIDO: Edjalma Lelis Dias e outros - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
Daniel Cidrão Frota (OAB 19976/CE)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elson Mouzinho de Almeida (OAB 6294/AM)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jesse James Lopes da Silva (OAB 9730/AM)
José Manuel Marques Candia (OAB 7116B/MS)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB 8948/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Márcio Rafael Gazzineo (OAB 23495/CE)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nelson Bruno Valença (OAB 15783/CE)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Rodrigo Faleiros de Oliveira (OAB 22693/MS)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Thales Maciel Martins (OAB 17371/MS)
Ulysses Ecclissato Neto (OAB 182700/SP)
Yuri Dantas Barroso (OAB 4237/AM)

15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0301/2019

ADV: JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO (OAB 126504/SP), ADV: HIRON FERREIRA LIMA (OAB 2304/AM), ADV: CECÍLIA VASCONCELOS FILOMENO MOREIRA DE CHAGAS (OAB 4115/RO), ADV: CECÍLIA VASCONCELOS FILOMENO MOREIRA DE CHAGAS (OAB 784A/AM), ADV: FRANCIANE MONTEIRO CAVALCANTE (OAB 6934/AM), ADV: DIOGO ASSAD BOECHAT (OAB 11373/ES), ADV: LUÍS AUGUSTO MITOSO JÚNIOR (OAB 1585/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ROSA OLIVEIRA DE PONTES (OAB 4231/AM) - Processo 0204772-22.2009.8.04.0001 (001.09.204772-7) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Aldenora Laura de Oliveira - Hadoniran Barbosa Litaiff - Mário Antonio da Silva Sussmann e outros - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: PEDRO LUCAS PORTUGAL AL-BEHY KANAAN (OAB 8587/AM), ADV: EVELYNE ROSAS DUARTE (OAB 9339/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0341784-49.2007.8.04.0001 (001.07.341784-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Transglobal Serviços Ltda - . Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: JOÃO CARLOS FLOR JÚNIOR (OAB 915A/AM), ADV: MARLOS GAIO (OAB 914A/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0600729-64.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Clícia Ferreira Vieira - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Vistos e examinados. Trata-se de demanda de Cobrança ajuizada por CLÍCIA FERREIRA VIEIRA contra SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, em razão de ter obtido dessa pagamento de seguro por acidente de trânsito em montante inferior ao que julga adequado. Alega o autor que, inobstante tenha sido vítima de acidente de trânsito que resultou em sua invalidez permanente parcial em 06/04/2014, recebeu administrativamente da seguradora requerida a quantia de R$1.687,50 em 08/08/2014 (fls. 35 e 36), valor este tido como aquém do estabelecido no art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/1974, motivo por que acorreu ao Judiciário a fim de que lhe fosse reconhecido o direito ao recebimento de verba indenizatória complementar. Juntou ao caderno virtual a seguinte documentação: procuração (fls. 12), declaração de hipossuficiência (fls. 14), boletim de ocorrência do sinistro (fls. 23 e 24), ficha de atendimento médico (fls. 18 a 21) e documentos pessoais (fls. 13 a 16). Despacho proferido por esta julgadora, à época determinou a emenda da exordial para que o autor trouxesse aos autos os exames de corpo de delito complementar o que se submeteu perante o IML, comprovantes de hipossuficiência para a concessão da benesse jurídica e comprovante de pagamento do seguro (fls. 26). Petição às fls. 28 a 34, no bojo da qual argumentou a desnecessidade de laudo complementar do IML, anexando-se comprovante de pagamento da verba (fls. 35 e 36) e trouxe comprovante de situação cadastral junto à Receita Federal (fls. 37). Sentença extintiva proferida às fls. 44 a 48 indeferiu a inicial sem resolução do mérito devido a ausência de documentos indispensáveis à propositura da demanda. Justiça gratuita indeferida. Recurso de apelação deduzido (fls. 51 a 66). Acórdão (Segunda Câmara Cível) reconheceu recurso impetrado pelo Autor e determinou a realização de perícia junto ao IML para enquadrar e quantificação da invalidez e deferiu a gratuidade da justiça. Autor acostou pedido de perícia (fls. 91) Decisão interlocutória (fls. 93 e 95) determinou a citação do Réu para oferta de contestação e deferiu a produção de prova pericial e determinado encaminhamento do processo ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC. Contestação apresentada às fls. 102 a 113, ao tempo em que pugnou em preliminar a ausência de documentação obrigatória para instrução do processo, qual seja, comprovante de residência que afirma que mera declaração de residência não é o suficiente para comprovação do domicílio. No mérito refutou a veracidade do registro de ocorrência pois não possui a assinatura do policial que o registrou; que a exordial por estar presente em processo administrativo o valor pago a título de indenização e com o recebimento, firma a quitação; Informou que o requerente já fora indenizado administrativamente no valor máximo em relação da lesão sofrida de acordo com a Lei nº 11.945/2009, sendo assim não havendo valor a ser complementado; Atribuiu incorreção da atualização monetária visto que o valor máximo indenizavel independe de correção monetária; Inconcluso seria o laudo do IML por se ausentar no que tange o grau de de invalidez, que é indispensável para o pagamento proporcional; Em face da ausência do grau da lesão é necessário a perícia complementar a ser realizada pelo IML; Frisou que por se tratar de justiça gratuita os honorários de sucumbência não pode ultrapassar o patamar de 15%. Intimado o Autor a se manifestar acerca de contestação de fls. 102 a 113. O Autor apresentou impugnação à contestação (fls. 160 a 165), onde refuta os fatos apresentados na contestação e ratifica os termos da exordial. Neste ínterim, foi acostado aos autos o ofício emitido pelo IML às fls.166, informou que o Autor não compareceu ao Instituto na data previamente marcada. Intimadas as partes a se manifestarem sobre ofício do IML (fls. 168). Manifestou somente o Réu (fls. 170 a 171), requereu a extinção do feito com resolução do mérito. É o relato. DECIDO. O seguro obrigatório DPVAT, instituído pela Lei nº 6.194 de 09 de dezembro de 1974, tem por objetivo indenizar todos os envolvidos em acidente de trânsito - pedestres,

pessoas transportadas em outros veículos, passageiros do veículo causador do sinistro, condutores, mesmo que proprietários, e dependente - do qual resulte morte, invalidez permanente, além de custear as despesas médicas. Para fins de indenização pelo DPVAT, a invalidez permanente opera-se quando um membro ou órgão sofre perda ou redução irremediável de sua funcionalidade, que pode ser total ou parcial. Nos termos do art. 5º da Lei do DPVAT, exige-se a comprovação do acidente e do dano decorrente para que seja efetuado o pagamento da indenização, daí a razão para que a vítima de acidente seja submetida à perícia técnica com o propósito elucidatório do grau de lesão, de conformidade com a Súmula 474, do STJ, que se sagrou aplicável também aos acidentes ocorridos em momento anterior ao advento da Lei n. 11.945/2009. Logo, considerando-se que o acidente que vitimou o Autor ocorreu em 06 de abril de 2014 tem-se que a legislação supramencionada exige o laudo pericial para apuração do grau de invalidez, mesmo permanente. Com efeito, a perícia judicial em casos tais se sagra como prova imprescindível à formação do convencimento judicial acerca do fato, seu efeito e a relação causal, assim como o grau de lesão experimentado pelo Autor. Se de um lado dúvidas inexistem quanto à ocorrência do acidente, tal o boletim de ocorrência e a notícia levada a conhecimento do Segurador, de outro somente se pode afirmar a gradução lesiva através do laudo pericial a cargo do experto judicial integrante dos quadros do IML nesta Capital. Ocorre que, inobstante agendamento e intimação válida dirigida ao advogado particular habilitado pelo Autor aos autos (fls. 101), quanto à data expressamente designada para a perícia não houve o comparecimento do Autor (periciando) àquele órgão, tal o expediente de fls. 166. O ressalto quanto à intimação do advogado particular é de mister, pois que se o Autor estivesse assistido pela Defensoria Pública, então neste caso, se excepcionaria a regra geral daquele tipo de intimação para que esta se desse a ambos. O Autor não se desincumbiu do ônus de provar o fato constitutivo do seu direito em observância ao que dita o artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil. Parte dispositiva Desta feita, DESACOLHO o pedido formulado pelo Autor e JULGO IMPROCEDENTE a demanda de cobrança do saldo remanescente do seguro DPVAT por não ter ele se desincumbido da prova atinente à graduação da lesão que alega ter experimentado. Faço-o por sentença com resolução do mérito segundo dicção do artigo 487, inciso I, combinado com o artigo 320, do Digesto Processual Civil. Custas e honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, em favor do advogado do Réu (artigo 85, § 2º, CPC), os quais resultam inexigíveis ante a concessão de gratuidade da justiça ao Autor. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado arquive-se o feito e ultime-se a respectiva baixa.

ADV: EDSON SILVA SANTIAGO (OAB 619/RR), ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 503/RR), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0601457-76.2013.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Gildo Antônio Moreira - REQUERIDA: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Vistos. Pois bem, verifico que intimadas as partes a se manifestarem acerca de decisão de fls. 81, ambas requisitaram nova data para perícia médica. Por meio do ato ordinatório de fls. 87 foi intimado o perito para, no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhar o laudo de perícia ou informar sobre não comparecimento da parte, todavia não houve seu atendimento (fls. 92). Incumbe salientar que o requerimento das partes sobre a designação de nova perícia deixou de ser atendida, preocupando-se a Secretaria com o laudo da primeira perícia que até a presente data não foi acostado ao caderno virtual. É inadmissível que o IML deixe de se manifestar sobre aquilo que lhe foi solicitado, e desta feita procrastine o encerramento da demanda. Desta feita, determino a expedição de ofício ao Instituto Médico Legal, na pessoa de Diretor para que preste esclarecimentos sobre o resultado da perícia ordenada judicialmente nestes autos. Faça no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM), ADV: LUCAS LEOPOLDINO MARINHO LARANJEIRAS (OAB 10625/AM) - Processo 0608963-64.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: E. D. E. L. Lima & Cia. Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JOÃO CARLOS FLOR JÚNIOR (OAB 915A/AM), ADV: MARLOS GAIO (OAB 914A/AM) - Processo 0610398-78.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Márcio Serrão Ribeiro - Vistos. Instado a se manifestar acerca de decisório de fls. 169, manifestou-se o patrono do Autor para informar novo endereço autoral, tendo em vista AR negativo de fls.160 com informação de “mudou-se”. Pois bem, ante o novo endereço trazido pelo Autor, Ordeno à Secretaria que encaminhe o feito ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, por força do convênio n. 006/2016 celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado e o Instituto Médico Legal e da Portaria n. 2183/2016 - PTJ, para fins de agendamento de perícia técnica. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ARIEL CRISTINA BRAZ MOTA (OAB 13665/AM) - Processo 0611456-43.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Izabel Cristina de Vasconcelos Leandro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Autora para que tome ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 24/09/2019 às 09:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: JEFFERSON LABORDA DA SILVA (OAB 4322/AM), ADV: RAFAEL ALBUQUERQUE MAIA (OAB 21439/CE), ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM), ADV: ADRIANA MONTEIRO DE CASTRO MARTINS (OAB 86928/RJ), ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM) - Processo 0614156-02.2013.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Gilmar Ferreira da Silva - REQUERIDO: Rogério Rodrigues Portilho e outros - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0618651-84.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ALANA MAGALHÃES SANTANA (OAB 12335/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0618854-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Hilbert Sarney Oliveira Trindade - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV:

CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0619437-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Elisandra Ferreira do Nascimento - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do ofício de fls. 118/190, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623251-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Raimunda Silva de Souza - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM) - Processo 0625381-82.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Sebastiana Francisca da Silva Sidou - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Vistos. Ordenada pela autoridade judiciária a realização de prova pericial (fls. 72 e 73) cujo agendamento foi ultimado pela Secretaria por meio de ato ordinatório (fls. 74) restou malograda a intimação do Autor para comparecimento, tal o AR de fls. 82 que apontou a insuficiência do endereço. Contestação, atempadamente aviada, às fls. 83 a 96, com bosquejo de preliminar de ausência de comprovante de residência. Carreou documentos de fls.97 a 134. Ofício do IML informa o não comparecimento do Autor à perícia designada (fls. 135) O Réu pugna a extinção do feito nos moldes do artigo 487, I, do CPC por ausência de comprovação da invalidez do Autor (fls. 138 e 139). O patrono BERGSON MENDONÇA LACERDA informa ao Juízo a renúncia ao mandato conferido "por CANTONI (atualmente denominada Revisões Cantoni) para atuação nos autos" (fls. 142) e registra que sobre tal informou ao aludido escritório (fls. 143 a 145), requer pois que as intimações sejam encaminhadas a CANTONI (Revisões Cantoni) par ao endereço apontado no petitório. É o relato. DECIDO. Da detida análise dos autos, observa-se na procuração (fls. 07) que os poderes foram outorgados pelo Autor - e não por CANTONI REVISÕES. Em sendo assim, tem-se de um lado como Outorgante o Autor; e de outro lado como Outorgado Cantoni Revisões, representado por Bergson Mendonça Lacerda, o causídico renunciante do mandato. Não há nos autos quaisquer notícias de que Cantoni Revisões é escritório de advocacia devidamente registrado na Ordem dos Advogados do Brasil, motivo pelo qual entendo que o causídico Bergson Mendonça Lacerda foi o constituído pelo Autor para em seu nome postular nos autos. Em sendo assim, não conheço como devida a informação de renúncia enviada a "Cantoni Revisões" eis que não foi este quem outorgou poderes, mas sim o Autor. Ordeno, pois, que ao patrono BERGSON MENDONÇA LACERDA seja dirigida intimação para que demonstre que cientificou o Autor, desincumbindo-se, pois do dever que se lhe impõe o artigo 112 do Digesto Processual Civil. Faça-o em 5 (cinco) dias. A notificação ao mandante é ato de resilição unilateral a ser feita extrajudicialmente e provado a Juízo, do contrário entender-se-á que o advogado permanece responsável pela defesa do Autor. "Os dez dias durante os quais o advogado continua representando a parte têm por termo a quo a efetiva cientificação desta, e não o simples envio de carta ou notificação (a alteração da redação deste art. 45 decorre da Lei n. 8.952/94)." (MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. Código de Processo Civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo - 12ª ed. Barueri, SP: Manole: 2013, p. 53). Ademais, intimem-se o Autor, por aviso postal e, o seu advogado, por publicação, a justificarem a ausência à perícia judicial em 5 (cinco) dias, sob pena de vir esta Julgadora reconhecer, por sentença, que o Autor não se desobrigou do ônus da prova no que pertine ao fato constitutivo de seu direito (artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0625716-04.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: EDILEU FERNANDER - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Vistos. Ordenada pela autoridade judiciária a realização de prova pericial (fls. 74 e 75) cujo agendamento foi ultimado pela Secretaria por meio de ato ordinatório (fls. 76). Contestação, atempadamente aviada, às fls. 84 a 95, com bosquejo de preliminar de ausência de comprovante de residência e ilegibilidade dos documentos essenciais. Carreou documentos de fls. 96 a 136. Intimado o Réu a se manifestar acerca da contestação (fls. 139). Ofício do IML informa o comparecimento do Autor à perícia designada sem a documentação cabível, quando foi agendada data de retorno àquele órgão (fls. 141 a 142). O patrono BERGSON MENDONÇA LACERDA informa ao Juízo a renúncia ao mandato conferido "por CANTONI (atualmente denominada Revisões Cantoni) para atuação nos autos" (fls. 151) e registra que sobre tal informou ao aludido escritório (fls. 152 a 154), requer pois que as intimações sejam encaminhadas a CANTONI (Revisões Cantoni) par ao endereço apontado no petitório. Acostado laudo de perícia emitido pelo IML (fls. 159). É o relato. DECIDO. Da detida análise dos autos, observa-se na procuração (fls. 10) que os poderes foram outorgados pelo Autor - e não por CANTONI REVISÕES. Em sendo assim, tem-se de um lado como Outorgante o Autor; e de outro lado como Outorgado Cantoni Revisões, representado por Bergson Mendonça Lacerda, o causídico renunciante do mandato. Não há nos autos quaisquer notícias de que Cantoni Revisões é escritório de advocacia devidamente registrado na Ordem dos Advogados do Brasil, motivo pelo qual entendo que o causídico Bergson Mendonça Lacerda foi o constituído pelo Autor para em seu nome postular nos autos. Em sendo assim, não conheço como devida a informação de renúncia enviada a "Cantoni Revisões" eis que não foi este quem outorgou poderes, mas sim o Autor. Ordeno, pois, que ao patrono BERGSON MENDONÇA LACERDA seja dirigida intimação para que demonstre que cientificou o Autor, desincumbindo-se, pois do dever que se lhe impõe o artigo 112 do Digesto Processual Civil. Faça-o em 5 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito por irregularidade na representação processual. A notificação ao mandante é ato de resilição unilateral a ser feita extrajudicialmente e provado a Juízo, do contrário entender-se-á que o advogado permanece responsável pela defesa do Autor. "Os dez dias durante os quais o advogado continua representando a parte têm por termo a quo a efetiva cientificação desta, e não o simples envio de carta ou notificação (a alteração da redação deste art. 45 decorre da Lei n. 8.952/94)." (MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. Código de Processo Civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo - 12ª ed. Barueri, SP: Manole: 2013, p. 53). Não cumprida a determinação aludida, o processo será extinto, tal como dita o artigo 76, inciso I, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ OTÁVIO DE ARAÚJO SILVA (OAB 1287/AM), ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM), ADV: SILVANA CASTRO MUNIZ (OAB 3328/RO) - Processo 0625871-31.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria da Conceição Souza Mota - Vistos em correição permanente. Em análise preliminar (fl. 21), esta Julgadora observando o conjunto fático, averiguou que a presente demanda não se tratava de Seguro DPEM (Seguro Obrigatório para Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas cargas), ordenando, assim, que a Requerente atentasse para a incoerência. Desta feita, a Autora arrolou aos autos emenda à inicial alegando o erro material de sua responsabilidade e, requisitou que se desconsidera-se a nomenclatura "DPEM", e que se passasse a ler "Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório - DPVAT" (fls. 24 a 25). É o relato. Decido. Defiro a gratuidade da justiça à Autora que é aposentada. A quaestio judicialmente deduzida é daquelas que exige a perícia técnica produzida por expert para que se possa entender sobre a existência de mal acometido ao Autor em decorrência de acidente de trânsito. Sob tal espeque, DEFIRO a prova pericial e admito a nomeação do perito judicial dentre um dos expertos indicados em cadastro pelo Tribunal de Justiça, que, por força

do Convênio n. 006/2016 celebrado com o Instituto Médico Legal - IML, os alistou oficialmente. A tal respeito também mencionar a Portaria n. 2183/2016-PTJ que instrumentalizou a remessa das demandas de cobrança do seguro obrigatório - DPVAT, ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC. Caberá pois, àquele setor que, através de contato com o perito agende perícia técnica no consultório do experto judicial, devendo as partes e os assistentes técnicos a ela comparecerem. Para tanto determino à Secretaria que tome as necessárias providências para informar às partes o nome do perito, sua especialidade e o local da diligência. Noutro giro, Defiro os honorários periciais os quais devem ser liberados por Alvará na data assinalada para a audiência de conciliação, momento em que deverá entregar o laudo oficial, exceto se outro prazo seja indicado pelo CEJUSC. A responsabilidade pelo pagamento da verba honorária pericial pertence ao Réu que prefere o caminho da judicialização da quaestio a provar por informações administrativas probatórias plausíveis a recusa ao pagamento da verba securitária tal como pleiteado pelo Autor. Intimem-se o Réu e o Autor para que, em 5 (cinco) dias, contados deste pronunciamento judicial de nomeação do expert judicial, ou do prazo assinalado pelo CEJUSC, ofereçam quesitos e indiquem assistentes técnicos, querendo, à inteligência do que dita o artigo 421, §1o, incisos I e II, da Lei do Rito Civil. O não comparecimento do Autor ao referido ato (perícia assinalada pelo experto do Juízo) pode dar ensejo ao reconhecimento judicial de que ele não se desobrigou do ônus da prova quanto ao fato constitutivo do seu direito, segundo o que reza o artigo 373, inciso I, da Lei do Rito Civil, e, desta feita será possível ao órgão julgador o lançamento de sentença. Cumpra-se.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0626957-08.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eldo da Silva de Souza - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Vistos. Decisão de fls. 55 e 56 concedeu a gratuidade da justiça à Autora e deferiu prova pericial a ser produzida no IML, e determinou o encaminhamento do feito à CEJUSC. Contestação apresentada às fls. 63 a 76, ao tempo em que pugnou em preliminar a ausência do comprovante de residência que afirma que mera declaração de residência não é o suficiente para comprovação do domicílio, e preliminar onde alega alto índice de judicialização do presente tipo de demanda - com ausência de prévio acionamento administrativo que culminaria com a caracterização da falta de interesse de agir da Autora. No mérito refutou os fatos articulados na inicial. Manifestou-se o Réu mais uma vez em fls. 129 a 132 para alegar falta de comprovação de nexo de causalidade entre os danos e os fatos alegados. Laudo pericial acostado aos autos (fls. 136 e 137), onde experto perito informou a ausência de perda anatômica funcional e logo em seguida classificou a perda como parcial incompleta. Manifestou-se o Réu sobre o laudo, pugnou pela intimação do perito para que esclarecesse pontos divergentes no laudo (fls.140). O Autor requereu julgamento antecipado da lide (fls. 145). Réu pugnou julgamento antecipado da lide (fls. 146). É o relato. Decido. Inicialmente, afirmo na hipótese, a aplicação do Código de Processo Civil segundo o que reza o artigo 1.046. Desacolhimento ao pedido para o exaurimento da via administrativa antes da produção da demanda pelo segurado É procrastinatória, posto que inteiramente contrária ao direito, a pontuação do Réu de que o Autor (segurado) haveria exaurir a esfera administrativa antes de ingressar com demanda de cobrança diante do Estado-Juiz. Ora, sua resistência ao pagamento é ato que viola o princípio da inafastabilidade da jurisdição e atinge, de forma irrefragável os segurados, em sua maioria, leigos que acabam sendo alijados através de política protelatória da Seguradora quanto ao reconhecimento de relevante direito social. O requerimento administrativo prévio não é requisito para a propositura judicial da demanda de cobrança do seguro obrigatório perseguido no caso concreto. "ADMINISTRATIVO ANTERIOR AO AJUIZAMENTO DA DEMANDA. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR.DESNECESSIDADE DE PROVA DO ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA PARA O AJUIZAMENTO DA DEMANDA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO. ARTIGO5.º, INCISO XXXV DACONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PRESERVAÇÃO DO DIREITO DE ACESSO AO JUDICIÁRIO. Condicionar a caracterização do interesse de agir ao prévio requerimento administrativo importa na negativa de vigência do artigo5.º, incisoXXXV, daConstituiçãoda República. SENTENÇA CASSADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO." (TJPR - 10ª Câmara Cível - AC - 1311143-4 - Região Metropolitana de Londrina - Foro Central de Londrina - Rel. Elizabeth de F N C de Passos - Unânime - Julgado: 19.03.2015). Desacolhimento à preliminar da ausência de comprovante de residência Destaco, todavia que o comprovante de residência há ser contemporâneo ao ajuizamento da demanda apenas para a verificação da competência territorial absoluta do Juízo Estadual e ao processamento do feito, na forma do artigo 109, § 3º, da Constituição Federal, o que não é o caso, embora se saiba que apenas para evitar fraudes o comprovante passou a ser exigido em demandas de seguro obrigatório. Declaração de residência prestada em cartório (fls. 53). Noutro giro, verificada a divergência das informações prestadas por experto perito do IML que se manifestou inicialmente pela inexistência de perda anatômica de natureza permanente e logo em seguida classificou a perda como parcial incompleta com repercussão residual. Ora, se não há perda, gera confusão o perito ao classifica-la como parcial residual. O laudo deve ser elucidado para que este órgão julgador possa formar seu convencimento para o lançamento de sentença. Ante o exposto, determino o encaminhamento do feito ao perito responsável pelo laudo de fls. 136 e 137 para que esclareça a respeito da divergência acima espraiada em 5 (cinco) dias. Com a resposta elucidativa do perito sejam as partes intimadas à manifestação em 5 dias, independentemente de outro despacho. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM) - Processo 0632022-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fábia Melo de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos. Preliminarmente, esta Julgadora ordenou à Requerente, que arrola-se aos autos verificação fidedigna acerca do pleito da benesse da justiça gratuita (fls. 22 a 24), sob pena de indeferimento da mesma. Desta feita, houve emenda à inicial apresentando-se perante este Douto Juízo Declaração da RANAM INDUSTRIAL COMERCIAL DE IMPLEMENTOS DE TRANSPORTE LTDA, afirmando que a Autora presta serviço de assessoria comercial, sem vínculo empregatício, tendo somente como renda a sua comissão mensal, quando houver (fl. 26 a 27). É o relato. Decido. Primeiramente, DEFIRO o pedido da gratuidade da justiça, pois a Autora acostou aos autos documentos suficientes para comprovação de sua hipossuficiência econômica, conforme o disposto no artigo 99, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil. Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se perante a Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis, audiência conciliatória, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0632894-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Damião Cimião Paulo de Morais e outro - Vistos em correição permanente. Preliminarmente, esta Julgadora ordenou que os Autores apontassem a atividade de labor exercida por ambos, além de comprovarem a necessidade da benesse, por meio de declarações de imposto de renda de um e de outro e contracheques ou comprovantes de rendimentos (fls. 20 a 21). Desta feita, os Requerentes arrolaram aos autos, nas folhas 25 a 29, declaração de hipossuficiência e documento de mesma natureza constatando que os dados destes não se encontram na Receita Federal. Ademais, também lhes ordenou esclarecimentos, ante a falta de alguns documentos necessários para cumprir o requisito de instrução documental (fls. 20 a 21), qual seja o boletim de ocorrência policial, laudo de criminalística do acidente de trânsito, laudo do IML e Processo nº 0619738-70.2019.8.04.0001, o qual foi citado na petição inicial (fls. 1 a 6). Assim, os Autores apresentaram em juízo em emenda à inicial os laudos supracitados, nas folhas 30 a 38 e 39 a 47, respectivamente. Contudo, restou inerte em relação a exposição de boletim de ocorrência policial e Processo nº 0619738-70.2019.8.04.0001, sem os quais torna-se impossível o prosseguimento da demanda. É o relato. Decido. Primeiramente, DEFIRO o pedido da gratuidade da justiça, ante a comprovação de hipossuficiência documental dos Autores, conforme o disposto no artigo 99, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil. Todavia, necessita-se, ainda, que seja apresentado perante este Juízo documento que comprove à existência do Processo nº 0619738-70.2019 ou que o próprio seja arrolado pelos Requerentes. Outrossim, deve-se acostar a presente demanda boletim de ocorrência policial, cumprindo-se, por fim, o requisito de instrução documental à luz do artigo 320, do CPC. Desta feita, ORDENO seja dirigida intimação aos Autores para que no prazo derradeiro de 5 (cinco) dias cumpram o que lhes foi apontado, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: JANAÍNA SANTOS DE LIMA (OAB 10212/AM) - Processo 0634218-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: J.M.S.S. - Vistos. Trata-se de demanda de repetição de indébito aviada por JOSÉ MARIA DOS SANTOS SILVA em face de BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A em virtude de invasão a conta-salário do Autor para descontos indevidos de parcelas intrísecas ao empréstimo consignado nº 798382317. Pugna tutela de urgência para suspensão dos descontos mensais feito pelo Réu em conta-salário e contracheque da Autora; devolução de repetições de indébito; indenização por dano moral; indenização por dano temporal por desvio produtivo. Atribuiu à causa o valor de R$ 49.260,49 (quarenta e nove mil, duzentos e sessenta reais e quarenta e nove centavos), sob o qual requer a benesse da gratuidade da justiça. É o relato. Decido. Inicialmente, no que pertine à hipossuficiência é convencimento desta Julgadora que a gratuidade da justiça há ser concedida em casos como o presente, dos quais se extrai possível contratação como se fosse empréstimo consignado, quando na verdade o que se adquire são serviços de cartão de crédito. Passo à apreciação do pedido tutelar provisório de urgência pelo a estatuído artigo 300, do Código de Processo Civil, sob as balizas do elementos que o integram, quais sejam o fumus boni iuris e o periculum in mora. Quanto ao primeiro requisito - fumus boni iuris - tem-se que se faz sustentado na plausibilidade do bosquejo firmado pelo Autor relativo este à afirmativa de que acreditou na informação prestada por preposto do Réu de que estava a adquirir um empréstimo consignado e não um cartão de crédito para desconto mensal na modalidade consignação em folha de pagamento. O segundo requisito periculum in mora também está inteiramente enquadrado na hipótese fática, afinal eventual delonga na prestação da tutela jurisdicional na espécie pode levar à negativação dos dados do Autor em bureaus restritivos de crédito, isso sem falar no prejuízo que pode ser potencializado por descontos realizados por tempo indeterminado haja ou não uso do cartão de crédito pelo Autor eventualmente induzido à adesão. Ademais, eventual outorga de tutela de urgência antecipada não gera ao Réu qualquer perigo de sua irreversibilidade periculum in mora inverso de que trata o artigo 300, §3º, da Lei do Rito Civil. Desta feita, forte nas razões jurígenas espraiadas, DEFIRO a tutela de urgência em cognição prévia e sumária para ordenar ao Réu que suspenda os descontos consignados a título "OLE BONSUC. CARTÃO COD-6305" em folha de pagamento diante do órgão público em que o Autor exerce atividade. Faça-o em 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) ao dia, até o limite de 5 (cinco) dias-multa. Inverto o ônus da prova para que a instituição financeira colacione ao caderno processual, até a data da audiência de conciliação, o contrato de empréstimo cartão de crédito consignado, em virtude da hipossuficiência informacional e técnica do Autor, na qualidade de consumidor. É a dicção do artigo 6º, inciso VIII, do Digesto Consumerista. "Cabimento da inversão do ônus da prova para determinar às instituições financeiras a exibição de extratos bancários RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC) - AÇÃO DE COBRANÇA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DE POUPANÇA - PLANOS BRESSER E VERÃO - PRELIMINAR - PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA NÃO OCORRÊNCIA - EXIBIÇÃO DOS EXTRATOS BANCÁRIOS - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVOR DA CORRENTISTA - POSSIBILIDADE - OBRIGAÇÃO DECORRENTE DE LEI - CONDICIONAMENTO OU RECUSA - INADMISSIBILIDADE - RESSALVA - DEMONSTRAÇÃO DE INDÍCIOS MÍNIMOS DA EXISTÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - INCUMBÊNCIA DO AUTOR (ART. 333, I, DO CPC) - ART. 6º DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 211/STJ - NO CASO CONCRETO, RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. (...) II - A obrigação da instituição financeira de exibir os extratos bancários necessários à comprovação das alegações do correntista decorre de lei, já que se trata de relação jurídica tutelada pelas normas do Código do Consumidor, de integração contratual compulsória, não podendo ser objeto de recusa nem de condicionantes, em face do princípio da boa-fé objetiva; (...) IV - Para fins do disposto no art. 543-C do Código de Processo Civil, é cabível a inversão do ônus da prova em favor do consumidor para o fi m de determinar às instituições financeiras a exibição de extratos bancários, enquanto não estiver prescrita a eventual ação sobre eles, tratando-se de obrigação decorrente de lei e de integração contratual compulsória, não sujeita à recusa ou condicionantes, tais como o adiantamento dos custos da operação pelo correntista e a prévia recusa administrativa da instituição financeira em exibir os documentos, com a ressalva de que ao correntista, autor da ação, incumbe a demonstração da plausibilidade da relação jurídica alegada, com indícios mínimos capazes de comprovar a existência da contratação, devendo, ainda, especificar, de modo preciso, os períodos em que pretenda ver exibidos os extratos. V - Recurso especial improvido, no caso concreto." (REsp 1133872/PB, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/12/2011, DJe 28/03/2012) Tema: 411. Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Assim é que se determina à Secretaria, o cumprimento das disposições do artigo 248, daquele Diploma para que seja agendada, perante a Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis, audiência conciliatória, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica,na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Observe-se ao Réu sobre o comando de tutela antecipada de urgência que lhe foi concedida em desfavor. Intime-se o Autor através de seu

advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Certifique-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0636563-89.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: José Alberto Silva Rodrigues - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FELIPE CARNEIRO CHAVES (OAB 9179/AM), ADV: GERALDO UCHÔA DE AMORIM JÚNIOR (OAB 12975/AM) - Processo 0637533-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francisca Olandy Rodrigues Venancio - Vistos. Trata-se de demanda declaratória de nulidade contratual cumulada com inexistência de débito cumulada com reparatória por danos morais e materiais aviada por FRANCISCA OLANDY RODRIGUES VENÂNCIO em face de BANCO OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S/A em virtude de empréstimo consignado efetuado pela autora através de desconto em folha de pagamento (contracheque). Pugna tutela de urgência para suspensão dos descontos mensais feito pelo Réu na remuneração da Autora; seja declarado nulo o cartão de crédito consignado e quitado o contrato entabulado entre as partes, em razão do vício de consentimento; indenização por danos materiais em e indenização por danos morais. Atribuiu à causa o valor de R$ 30.567,20 (trinta mil, quinhentos e sessenta e sete reais e vinte centavos), sob o qual requer a benesse da gratuidade da justiça. É o relato. Decido. Inicialmente, no que pertine à hipossuficiência é convencimento desta Julgadora que a gratuidade da justiça há ser concedida em casos como o presente, dos quais se extrai possível contratação como se fosse empréstimo consignado, quando na verdade o que se adquire são serviços de cartão de crédito. Passo apreciação do pedido tutelar provisório de urgência pelo a estatuído artigo 300, do Código de Processo Civil, sob as balizas do elementos que o integram, quais sejam o fumus boni iuris e o periculum in mora. Quanto ao primeiro requisito - fumus boni iuris - tem-se que se faz sustentado na plausibilidade do bosquejo firmado pelo Autor relativo este à afirmativa de que acreditou na informação prestada por preposto do Réu de que estava a adquirir um empréstimo consignado e não um cartão de crédito para desconto mensal na modalidade consignação em folha de pagamento. O segundo requisito periculum in mora também está inteiramente enquadrado na hipótese fática, afinal eventual delonga na prestação da tutela jurisdicional na espécie pode levar à negativação dos dados do Autor em bureaus restritivos de crédito, isso sem falar no prejuízo que pode ser potencializado por descontos realizados por tempo indeterminado haja ou não uso do cartão de crédito pelo Autor eventualmente induzido à adesão. Ademais, eventual outorga de tutela de urgência antecipada não gera ao Réu qualquer perigo de sua irreversibilidade periculum in mora inverso de que trata o artigo 300, §3º, da Lei do Rito Civil. Desta feita, forte nas razões jurígenas espraiadas, DEFIRO a tutela de urgência em cognição prévia e sumária para ordenar ao Réu que suspenda os descontos consignados a título "OLE BONSUC. CARTÃO COD-6305" em folha de pagamento diante do órgão público em que o Autor exerce atividade. Faça-o em 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) ao dia, até o limite de 5 (cinco) dias-multa. Inverto o ônus da prova para que a instituição financeira colacione ao caderno processual, até a data da audiência de conciliação, o contrato de empréstimo cartão de crédito consignado, em virtude da hipossuficiência informacional e técnica do Autor, na qualidade de consumidor. É a dicção do artigo 6º, inciso VIII, do Digesto Consumerista. "Cabimento da inversão do ônus da prova para determinar às instituições financeiras a exibição de extratos bancários RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC) - AÇÃO DE COBRANÇA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DE POUPANÇA - PLANOS BRESSER E VERÃO - PRELIMINAR - PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA NÃO OCORRÊNCIA - EXIBIÇÃO DOS EXTRATOS BANCÁRIOS - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVOR DA CORRENTISTA - POSSIBILIDADE - OBRIGAÇÃO DECORRENTE DE LEI - CONDICIONAMENTO OU RECUSA - INADMISSIBILIDADE - RESSALVA - DEMONSTRAÇÃO DE INDÍCIOS MÍNIMOS DA EXISTÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - INCUMBÊNCIA DO AUTOR (ART. 333, I, DO CPC) - ART. 6º DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 211/STJ - NO CASO CONCRETO, RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. (...) II - A obrigação da instituição financeira de exibir os extratos bancários necessários à comprovação das alegações do correntista decorre de lei, já que se trata de relação jurídica tutelada pelas normas do Código do Consumidor, de integração contratual compulsória, não podendo ser objeto de recusa nem de condicionantes, em face do princípio da boa-fé objetiva; (...) IV - Para fins do disposto no art. 543-C do Código de Processo Civil, é cabível a inversão do ônus da prova em favor do consumidor para o fi m de determinar às instituições financeiras a exibição de extratos bancários, enquanto não estiver prescrita a eventual ação sobre eles, tratando-se de obrigação decorrente de lei e de integração contratual compulsória, não sujeita à recusa ou condicionantes, tais como o adiantamento dos custos da operação pelo correntista e a prévia recusa administrativa da instituição financeira em exibir os documentos, com a ressalva de que ao correntista, autor da ação, incumbe a demonstração da plausibilidade da relação jurídica alegada, com indícios mínimos capazes de comprovar a existência da contratação, devendo, ainda, especificar, de modo preciso, os períodos em que pretenda ver exibidos os extratos. V - Recurso especial improvido, no caso concreto." (REsp 1133872/PB, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/12/2011, DJe 28/03/2012) Tema: 411. Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Assim é que se determina à Secretaria, o cumprimento das disposições do artigo 248, daquele Diploma para que seja agendada, perante a Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis, audiência conciliatória, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica,na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Observe-se ao Réu sobre o comando de tutela antecipada de urgência que lhe foi concedida em desfavor. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Certifique-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA DO CARMO ALVES (OAB 296853/SP) - Processo 0639396-80.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itau Seguros S/A - Vistos. O Autor aviou a presente demanda de Busca e Apreensão contra o Réu com o escopo de retomar o veículo automotor especificado na proemial, em razão do descumprimento do enliçamento contratual outrora entabulado no talante às parcelas do financiamento, como se infere da planilha em anexo. Antes da movimentação do aparato judiciário para o alcance de tutela jurisdicional houve a notificação extrajudicial dirigida ao Réu com respectivo Aviso de Recebimento (fls. 58 a 60). Dá-se à causa o valor de R$ 18.251,31 (dezoito mil, duzentos e cinquenta reais

e trinta e um centavos). Acostou aos autos procuração (fls. 13 a 14), demonstrativo de débito (fls. 61 a 62) e cédula de crédito bancário (fls. 26 ao 57). O modelo contratual delineado no Decreto-Lei n. 911/69 torna resolúvel o domínio do bem em favor do credor (possuidor indireto do veículo) em caso de inadimplemento do instrumento pelo devedor (possuidor direto). "PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. LIMINAR POSTERGADA PARA APÓS A CONTESTAÇÃO. INOBSERVÂNCIA DE RITO. DECRETO-LEI N. 911/69. AUSÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIA EXCEPCIONAL. DEFERIMENTO. I. Inexistindo qualquer circunstância excepcional indicada pelo juízo, bastante à concessão da liminar para a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente a comprovação dos requisitos previstos no art. 3º do Decreto-lei n. 911/69, cuja constitucionalidade já foi reconhecida pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal. II. Recurso especial conhecido e provido." (REsp. 678.039/SC, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 18.11.2004, DJ 14.03.2005 p. 380). Pois bem, os documentos acostados à proemial - inadimplemento contratual e constituição do Réu em mora - são suficientemente sólidos a estabelecer a sustentabilidade deste decisório no sentido de DEFERIR, como deferida tenho a liminar formulada, porquanto se encontre em mora o Réu. Faço-o de conformidade com o apregoado no artigo 3°, caput, do Decreto-Lei n° 911/69. A consequência natural de tal pontuação é a ordem para que seja expedido o competente mandado, depositando-se o bem sob a responsabilidade e os cuidados da pessoa indicada na vestibular, ou a quem o Autor (proprietário do veículo alienado) indicar ao oficial de justiça, que de seu turno haverá nomeá-la como depositária. Em se dando o cumprimento da ordem supramencionada impende que se realize a citação do Réu para efetuar o pagamento integral do débito (quitação da obrigação contratual) apontado pelo Autor (credor fiduciário) em 5 (cinco) dias, quando então restituir-se-á, àquele, o bem livre de ônus (artigo 3°, § 2°, do Decreto Lei nº 911/69) e, para contestar a demanda no prazo de 15 (quinze) dias, contados da execução da liminar, nos termos do que reza o artigo 3°, § 3°, do mesmo Diploma, sob pena de revelia. (STJ, REsp 1.233.299-PR, julgado em 15/04/2011) e Precedentes (REsp 767.27/SP, DJ de 13/02/2006; AgRg no Ag 772.797/DF, DJ de 06/08/2007; REsp 1.061.388/SP, DJ de 27/06/2008 e REsp 1.287.402/PR, DJe 18/06/2013. Só se admitirá a purgação da mora nesta demanda de busca e apreensão se o Réu houver pago, pelo menos, 40% do valor financiado, tal o que se extrai da Súmula n. 284, do STJ: "Súmula 284 - A purga da mora, nos contratos de alienação fiduciária só é permitida quando já pagos pelo menos 40% (quarenta por cento) do valor financiado." Observe-se ao Réu que poderá produzir sua resposta à demanda mesmo que pague a integralidade do débito, desde que entenda ter havido pagamento a maior e desejar a restituição, segundo o que dispõe o artigo 3º, § 4º, do Decreto-Lei n° 911/69. No caso de haver devedor solidário faz-se imperioso que se lhe cientifique. Na hipótese de não pagamento do Réu e desde que retomado o bem e ultimada sua entrega em depósito ao representante legal do Autor (instituição financeira), consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do veículo no âmbito de seu patrimônio, quando então caberão às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária.(Redação dada pela Lei 10.931, de 2004). O inadimplemento ou a mora em que incorra o devedor nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária autorizam ao credor fiduciário (proprietário) à venda do bem a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, aplicando-se o preço da venda no pagamento do crédito ostentado pelo Autor e também das despesas decorrentes, sem prejuízo à entrega do que remanescer ao devedor, se houver, com a imprescindível prestação de contas.(Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014). Comunique-se ao DETRAN sobre a existência desta demanda e a restrição judicial recaída sobre o bem por intermédio do sistema RENAJUD. Faça-o à luz do artigo 3ª, §9º, do Decreto-Lei n. 911/69, de molde a que reste impossibilitada a venda do veículo a terceiro. É expressamente dispensada a publicação deste pronunciamento, EXCETO se a Secretaria constatar que o Autor ainda não recolheu as despesas relativas à diligência a cargo do oficial de justiça (artigo 2º, § 1º, do Provimento n. 250/2015-CGJ/AM), para cuja desobrigação a ele assinalo o prazo de 5 dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por falta de observância a pressuposto de seu desenvolvimento válido e regular. RECOMENDO à Secretaria que se dedique à leitura dos pronunciamentos judiciais para que evite a torrente de processos desnecessariamente conclusos para despachos. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ FRANCISCO DA SILVA (OAB 88492/SP) - Processo 0639722-40.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Caixa Consórcios S/A Administradora de Consórcios - Vistos e examinados. O Autor aviou a presente demanda de Busca e Apreensão contra o Réu com o escopo de retomar o veículo automotor especificado na proemial, em razão do descumprimento do enliçamento contratual outrora entabulado no talante às parcelas do financiamento, como se infere da planilha em anexo. Preliminarmente, o Requerente informa esta Julgadora que ajuizou a mesma demanda, com os mesmos pedidos, causa de pedir e partes, na Comarca de São Caetano do Sul, São Paulo, cujo número do processo corresponde a 1006048-87.2015.8.26.0565 (fls. 1 a 5). Juntou ao caderno virtual a seguinte documentação: petição inicial apresentada na Comarca de Origem/SP (fls. 7 a 10), Decisão-Mandado proferida pelo Juízo da 6ª Vara Cível de São Caetano do Sul (fl. 6), procuração (fls. 11 a 14), guia e comprovante de pagamento das custas processuais iniciais (fls. 15 a 16). É o relatório. Decido. O Autor ingressou com requerimento para que este Juízo ultime a busca e apreensão de veículo automotor que alega se encontrar nesta Comarca. Imperioso frisar que a demanda de busca e apreensão foi formulada perante a Comarca de São Caetano do Sul, precisamente diante da 6ª Vara Cível (fls. 06), no ano de 2015. Pois bem, o instrumento processual utilizado pelo Autor para pleitear a concessão de busca e apreensão perante este Juízo, porquanto, em tese, localizado o bem nesta Comarca, deveria estar roborado por elementos documentais imprescindíveis para se cumprir o requisito da indispensabilidade da instrução documental (artigo 320, da Lei do Rito Civil), não lhe sendo bastantes a juntada da decisão liminar concessiva da medida de busca e apreensão proferida pelo Juízo diante do qual foi proposta a demanda (fls. 06) e da petição inicial (fls. 07 a 10). Ser-lhe-ia necessário, ademais, provar que o processo de busca e apreensão, iniciado no ano de 2015, ainda conta tramitação, isto quer dizer, que não houve sua extinção por falta de localização do bem, tampouco a revogação da liminar em consequência da eventual sentença extintiva. A agilidade do procedimento da busca e apreensão engatilhado por meio da Lei n. 13.043, de 13 novembro de 2014, não pode se prestar para a violação do binômio da certeza e segurança jurídicas. Portanto, para o credor deprecar o pedido a este órgão julgador, deveria ter demonstrado que o processo ainda tem andamento diante do juízo natural. Ainda que o Autor arrolasse aos autos a sentença terminativa proferida pela 6ª Vara Cível da Comarca de Origem, nada obstante haveria o fenômeno da coisa julgada a inviabilizar o requerimento da busca e apreensão. Finalmente salientar que o Autor sequer demonstrou a este Juízo que o bem (veículo) se encontra, de fato, nesta Comarca. Este é o convencimento desta Julgadora, baseando-se não só no texto normativo dos artigos 260 a 268 do Código de Processo Civil, como também na argumentação do prestigiado doutrinador processualista Humberto Theodoro Júnior: "Ao juiz compete dirigir o processo e determinar os autos que as partes e serventuários haverão de praticar. Mas a autoridade do juiz, pelas regras de competência, se restringe aos limites de sua circunscrição territorial. Assim, quando o ato tiver de ser praticado em território de outra comarca, o juiz da causa não poderá ordená-lo diretamente aos serventuários do juízo; terá, então, de requisitá-lo por carta à autoridade judiciária cometente (NCPC, art. 236, §1º).". Na hipótese concreta, apenas através da Carta Precatória expedida pelo juízo da 6ª Vara Cível da Comarca de São Caetano do Sul, é que seria possível a este, a busca e apreensão do veículo. A tal propósito - expedição de carta precatória - o RECURSO ESPECIAL Nº 1.363.701 - SP (2013/0013230-3) STJ para ações de busca e apreensão: "Pretende-se a reforma de julgado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, nos autos de agravo de instrumento em face de decisão que determinou a expedição de carta precatória para busca e apreensão de bem móvel vinculado

a contrato de empréstimo com garantia de alienação fiduciária, proveu o recurso em virtude da essencialidade para a recuperação judicial da devedora. (...)" O Autor não cumpriu os requisitos que lhe foram sobejamente demonstrados neste pronunciamento para a acolhida ao requerimento de busca e apreensão. Parte dispositiva Desta feita, DECLARO a inépcia da petição inicial dirigida à busca e apreensão do veículo e JULGO EXTINTA a demanda sem resolução do mérito por falta de observância aos requisitos de sua formulação. Faço-o por sentença sem resolução do mérito segundo dicção do artigo 485, inciso I, da Lei do Rito Civil. Por fim, determino à Secretaria que encaminhe o feito à Contadoria para confirmar o recolhimento das custas processuais, tomando, em caso negativo, as necessárias providências para o pagamento ou sua complementação, independentemente de outra decisão. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Após certificado o trânsito em julgado, arquive-se o feito e ultime a respectiva baixa no acervo.

ADV: LÚCIO DE REZENDE NETO (OAB 211324/SP), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: LUCIO DE REZENDE NETO (OAB 512A/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM) - Processo 0642810-57.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Rodrigo Saran Azevedo - ME - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) partes apeladas para que, querendo, ofereçam contrarrazões às apelações interpostas no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0653297-52.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Helenize Bayma do Nascimento - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do ofício de fls. 139/140, no prazo de 05 (cinco) dias.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriana Monteiro de Castro Martins (OAB 86928/RJ)
Alana Magalhães Santana (OAB 12335/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Ariel Cristina Braz Mota (OAB 13665/AM)
Bergson Mendonça Lacerda (OAB 8963/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Cecília Vasconcelos Filomeno Moreira de Chagas (OAB 4115/RO)
Cecília Vasconcelos Filomeno Moreira de Chagas (OAB 784A/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Diogo Assad Boechat (OAB 11373/ES)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Edson Silva Santiago (OAB 619/RR)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Evelyne Rosas Duarte (OAB 9339/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Felipe Carneiro Chaves (OAB 9179/AM)
Franciane Monteiro Cavalcante (OAB 6934/AM)
Geraldo Uchôa de Amorim Júnior (OAB 12975/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Hiron Ferreira Lima (OAB 2304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Janaína Santos de Lima (OAB 10212/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jefferson Laborda da Silva (OAB 4322/AM)
João Carlos Flor Júnior (OAB 915A/AM)
José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB 126504/SP)
José Francisco da Silva (OAB 88492/SP)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Lucas Leopoldino Marinho Laranjeiras (OAB 10625/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Lúcio de Rezende Neto (OAB 211324/SP)
Lucio de Rezende Neto (OAB 512a/AM)
Luís Augusto Mitoso Júnior (OAB 1585/AM)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
Luiz Otávio de Araújo Silva (OAB 1287/AM)
Maria do Carmo Alves (OAB 296853/SP)
Marlos Gaio (OAB 914A/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro Lucas Portugal Al-Behy Kanaan (OAB 8587/AM)
Phâmara de Souza Sicsú (OAB 6334/AM)
Rafael Albuquerque Maia (OAB 21439/CE)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rosa Oliveira de Pontes (OAB 4231/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Silvana Castro Muniz (OAB 3328/RO)
Timóteo Martins Nunes (OAB 503/RR)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO IDA MARIA COSTA DE ANDRADE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0302/2019

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0230617-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alberlane Bentes de Souza - REQUERIDO: Daniel Silva de Oliveira - Vistos. Trata-se de demanda indenizatória por danos morais aviada por ALBERLANE BENTES DE SOUZA em face de DANIEL SILVA DE OLIVEIRA em virtude de suposta divulgação pelo réu de fotos íntimas da autora. Requer a indenização por danos morais e a concessão do segredo de justiça. Atribuiu à causa o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), sob o qual requer a concessão da gratuidade da justiça. É o relato. Decido. Inicialmente, DEFIRO o pedido da gratuidade da justiça, tendo em vista a assistência da requerente pela defensoria pública. Noutro giro, no que tange ao segredo de justiça, DEFIRO o pedido de tramitação do feito em segredo de justiça, por conter dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade conforme disposição do artigo 189, inciso III, do Código de Processo Civil. Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se perante a Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis, audiência conciliatória, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa.

O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Certifique-se.

ADV: JOSÉ MARIANO VIANA MUNIZ FILHO (OAB 22847/BA), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: DANIEL GARCÉA PESSOA (OAB 24480/PE) - Processo 0231486-67.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0613082-05.2016.8.04.0001) - Habilitação de Crédito - Obrigações - REQUERENTE: José Edson da Costa Filho - REQUERIDO: Melo Distribuidora de Peças Ltda. - ADMINISTRA: Karen Bezerra Rosa Braga - Certifico que esta habilitação de crédito foi autuada em apartada e em dependência ao processo de Recuperação Judicial nº 0613082-05.2016, em cumprimento ao disposto na decisão de fls. 4377/4379 ali prolatada. Destarte, ainda em cumprimento a referida decisão, abro vista à administradora judicial para manifestação.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0602718-03.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Restabelecimento - REQUERENTE: Francinete Rubens Costa - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que se manifeste acerca da impugnação de fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM) - Processo 0602882-31.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - REQUERIDO: Commercial Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM) - Processo 0604175-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Edvaldo Flores da Costa - REQUERIDO: Sky Brasil Serviços Ltda. - Ausência de réplica. Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: JOÃO CARLOS FLOR JÚNIOR (OAB 915A/AM), ADV: MARLOS GAIO (OAB 914A/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0609680-47.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Sérgio Silva de Souza - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - INTSSADO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Instituto Médico Legal - IML - Vistos. Foi determinado por este juízo, a produção de prova pericial perante o IML (fls. 213 e 214). A Secretaria, por ato ordinatório de delegação (fls. 218) intimou o perito do Instituto Médico Legal para o encaminhamento do laudo pericial ou informação sobre não comparecimento da parte. Sem qualquer leitura ao processo, a Secretaria fez emitir outro ato ordinatório para que o Réu apresentasse contestação - embora esta já houvesse sido juntada ao caderno (fls. 130 a 143) - e manifestação das partes acerca do laudo pericial (fls. 221). É breve o relato. Passo a decidir. Salta aos olhos desta Julgadora a falta de zelo da Secretaria desta 2ª UPJ para com o regular andamento processual, isto porque em ato ordinatório de fls. 218 intima o IML a apresentar laudo, mesmo sem qualquer informação no caderno virtual de designação de nova data para perícia ou intimação autoral para tal, mesmo após ordem desta Julgadora para realização de perícia. Logo em seguida a Secretaria expede outro ato ordinatório (fls. 221) para abrir prazo ao Réu de apresentação de contestação e manifestação acerca de laudo, quando se sabe que a contestação já está no caderno virtual desde junho de 2018 e não se pode acostar manifestação acerca de um laudo que a própria Secretaria sabe não constar nos autos, como informa em ato anterior (fls. 218). Pois bem, imperioso que atente-se a Secretaria ao decisório às fls. 213 e 214, certifique se houve marcação de nova perícia deferida por este Juízo. Estes autos devem permanecer na fila da secretaria até o cumprimento total das determinações arroladas. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0609987-59.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Ricardo da Silva Trindade - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (INFOJUD, INFOSEG e SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARLOS GAIO (OAB 914A/AM), ADV: JOÃO CARLOS FLOR JÚNIOR (OAB 915A/AM) - Processo 0612387-85.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Joel Carvalho Teixeira - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Vistos. Manifestou-se o Autor pelo deferimento de perícia médica (fls. 102). Na espécie, a quaestio judicialmente deduzida é daquelas que exige a perícia técnica produzida por experto para que se possa entender sobre a existência de mal acometido ao Autor que lhe impeça total ou parcialmente o exercício de atividade laboral de outrora, e que esclareça sobre a possibilidade, ou não do desempenho daquela e de outra atividade, destacando sobre sua capacidade para o labor, motivos pelos quais indefiro o pedido de antecipação de tutela por não restar comprovados in limine a incapacidade do Autor para a continuidade ao exercício laboral. Assim é que ficou determinado, através da Recomendação Conjunta nº 01 de 15 de dezembro de 2015, firmada entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como Portaria 2183/2016-PTJ, o encaminhamento do feito à Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis para providências. Intime-se o Autor através de seu patrono. Em caso de seu não comparecimento à perícia técnica - prova imprescindível ao deslinde da demanda - o processo será julgado improcedente por não ter o Autor se desincumbido do ônus da prova do fato constitutivo do seu direito (artigo 373, inciso I, da Lei do Rito Civil). Cumpra-se.

ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 503/RR), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 5369/RO) - Processo 0615494-11.2013.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Sidnelson Avelino - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Instituto Médico Legal - IML - Vistos. O Autor não compareceu à perícia médica agendada perante o IML, como expressamente informado por referido Instituto (fls. 161). Em verdade, expedida a intimação postal para que comparecesse ao ato, tem-se que há informação de sua mudança de endereço, aspecto bastante ao comando para que o seu advogado informe seu endereço e justifique a ausência de ambos para a perícia médica, tudo em 5 dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por falta de observância a pressuposto de seu desenvolvimento válido e regular. Curial rememorar que a mudança de endereço da parte sem informação ao Juízo é conduta que transgride o princípio da cooperação.

Cumpra-se.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0616985-43.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Walmir Glória da Silva - Vistos em correição permanente. Ordeno à Secretaria que corrija a certidão de fls. 51 eis que elaborada de forma equivocada, tendo em vista que sequer foi ultimada a citação do Réu, em virtude de não ter sido encontrado, conforme certidão do Oficial de Justiça de fls. 50. Após, determino à Secretaria que intime o Autor para manifestação no prazo de 5 dias, acerca da certidão do meirinho, sob pena de extinção do feito por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (promoção citatória do Réu). Cumpra-se.

ADV: ANA CAROLINA AMARAL DE MESSIAS (OAB 9171/AM) - Processo 0620788-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Márcia Dantas de Souza - Maria das Graças Pereira Dantas - REQUERIDO: Rondônia Transportes Ltda. - Vistos em correição permanente. Em novo juízo de admissibilidade da exordial, fls. 102, houve esta Julgadora determinar a sua emenda para que o Autor prestasse esclarecimento quanto à capacidade da parte autora, asseverando ser o Autor portador de necessidades especiais (PNE), logo, configurando-se no polo ativo como relativamente incapaz, assistido por sua genitora. Recebo a emenda da proemial. Acostou aos autos nova procuração (fls. 106). É o relato. Decido. Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se perante a Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis, audiência conciliatória, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Certifique-se.

ADV: ROSEANE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 7610/AM) - Processo 0623211-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Nilcilene de Souza Souza - Erick Souza de Souza - REQUERIDO: Atlético Rio Negro Clube - Vistos. Trata- se de demanda denominada de "indenização por danos materiais e morais" aviada por EVERTON DE SOUZA SOUZA representado por sua genitora e ERICK SOUZA DE SOUZA em face de ATLÉTICO RIO NEGRO CLUBE em razão de alegada negativa de repasse de valores de caráter alimentar que descontam mensalmente dos rendimentos de seu funcionário EDNEI NEVES DE SOUZA (genitor dos autores). Informam que as partes e o funcionário do Réu fizeram acordo de alimentos em demanda que correu perante a 10ª Vara de Família e Sucessões desta Capital, onde ficou estabelecido o desconto de 30% dos rendimentos autorais ainda em folha de pagamento, ocorre que o Réu, empregador do genitor dos Autores, estaria a efetuar os descontos, entretanto sem repassar aos Autores. Requerem o imediato repasse dos valores que estão em poder do Réu, no valor de R$ 26.379,64 e indenização por danos morais em R$ 20.000,00. Atribuíram à causa o valor de R$ 46.379,64, sob os quais requerem a benesse da gratuidade da justiça. É o relato. Decido. Inicialmente, pugna a justiça gratuita, beneplácito este que, segundo o convencimento desta Julgadora goza de presunção relativa, devendo haver verificação fidedigna acerca do referido pleito, evitando, desta feita, a banalização de tão relevante instituto de acesso à justiça. Assim sendo, com sustentáculo no artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal, determino aos Autores que comprove a condição de beneficiário da justiça gratuita. Para tanto, ordeno que sejam o Autores intimados a trazerem ao feito virtual comprovantes de rendimentos e de gastos. Observo que a documentação de fls. 19 a 30, encontra-se parcialmente ininteligível, o que dificulta em muito sua análise, o que carece de correção por meio da redigitalização das folhas. Em análise aos autos verifico que os autores em sede dos pedidos de fls. 9, requerem no item "b" o imediato repasse de todos os valores que estão em poder do requerido, entretanto não especifica se tal requerimento é em caráter liminar ou em provimento final, além disto, o mesmo carece de fundamentação legal e jurídica no corpo da exordial. Friso que a demanda foi denominada indenizatória, embora nos pedidos a parte autora haja requerido a obrigação de fazer, o que deve ser elucidado. Assinalo-lhe o prazo de 15 dias úteis para o cumprimento do que acima se lhe aponta, sob pena de indeferimento da petição inicial, por sentença sem aprofundamento do mérito. Faço-o de conformidade com o que dita o artigo 321, parágrafo único, daquele Digesto Processual Civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RICARDO WAGNER DA COSTA MONTE (OAB 4436/AM) - Processo 0626393-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Sérgio Espíndola Victório - Luciano Silva Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos em correição permanente. INDEFIRO a gratuidade da justiça porquanto o Autor não se desincumbiu de comprovar a hipossuficiência aventada tal como lhe foi ordenado, deixou transcorrer o prazo in albis tal o que se deflui da certidão de fls. 42. Ordeno ao Autor que ultime, no prazo de 5 dias, o recolhimento das custas de processamento da demanda, sob pena de extinção do feito por falta de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0630015-82.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kaele Ltda. - K. L. Rent A Car - REQUERIDO: Raimundo Nonato Rebouças Lima - Vistos em correição permanente. Até o presente não se tem notícias se houve a citação do Réu para comparecimento à audiência de conciliação e oferta de contestação. Destarte, resta inócua a conclusão do feito a esta autoridade judiciária, porquanto pende de providências a cargo exclusivo da Secretaria que deverá ultimar diligências para que busque saber o paradeiro do AR referente à carta de citação do Réu. Faça-o. Rememoro à Secretaria que a fila de conclusão dos processos não pode se transformar em receptáculo ou depósito do acervo da vara. Em verdade, a conclusão só ocorrerá quando haja necessidade de um pronunciamento judicial, do contrário os processos devem ser localizados na fila da SECRETARIA. Certifique-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0638870-16.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Giovane de Oliveira Freitas - De ordem, intimo a parte autora para que recolha as custas para cumprimento do mandado, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0639812-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - REQUERIDO: M. S. Publicidade e Comunicações Ltda. - Vistos. Trata-se de demanda de cobrança aviada por Bradesco Saúde S/A contra MS Publicidade e Comunicações LTDA. (Nome Fantasia: MS Comunicações e CIA LTDA.), em razão de inadimplemento nos valores referentes aos prêmios do seguro contratado pelo Réu. Aduz, o Autor, o enliçamento contratual de seguro com o Réu através de apólice de nº 876/849/579540 e 579541, para a cobertura de seguro para reembolso de despesas médicas e/ou hospitalares e odontológicos deste. Alega que o contrato de seguro teve início em outubro de 2017, todavia pugna cobrança de valores referentes aos meses de outubro de 2018 e novembro de 2018, o que necessita ser

elucidado a este Juízo. As custas foram recolhidas (fls. 96 a 98). O contrato foi juntado às fls. 25 a 86. Atribuiu à causa o valor de 9.045,33 (nove mil e quarenta e cinco reais e trinta e três centavos) referente às faturas de outubro e novembro de 2018 e expressou, categoricamente o interesse pela realização de audiência de conciliação e mediação (artigo 319, inciso VII, do Código de Processo Civil). É o relato. Decido. Primeiramente imperioso, cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se perante a Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis, audiência conciliatória, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM) - Processo 0640170-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lanaplast Indústria da Amazônia Ltda. - REQUERIDO: Marlene de Oliveira Almeida Eirelli - EPP (Ferragens Oliveira) - Vistos em correição permanente. Trata-se de demanda monitória aviada por LANAPLAST INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PORDUTOS PLÁSTICOS LTDA., contra MARLENE DE OLIVEIRA ALMEIDA - EIRELLI, fulcrada em 7 (sete) Notas Fiscais, não pagas, como dita o Autor (fls. 1 e 2). Narra que o débito provém da venda de mercadorias/equipamentos de informática: NFº 06662 e NFº 06649, no valor total de R$ 54.144,99 (cinquenta e quatro mil, cento e quarenta e quatro reais e noventa e nove centavos). Atribui a causa valor de R$ 54.144,99 (cinquenta e quatro mil, cento e quarenta e quatro reais e noventa e nove centavos) sobre os quais ultimou o pagamento das custas de processamento iniciais (fls. 14 a 16) e acostou demonstrativo do débito atualizado (fls. 2). É o relato. Decido. Apesar de o Autor ter acostado aos autos comprovante de recolhimento das custas de processamento iniciais, estas constam como abertas, de acordo com o Sistema SAJ-PG5. Assim, determino à Secretaria que encaminhe o feito à Contadoria para confirmar o recolhimento das custas processuais, tomando, em caso negativo, as necessárias providências para o pagamento ou sua complementação, independentemente de outro despacho. Cumprida a diligência retromencionada, volvam-me conclusos os autos para análise da medida liminar pretendida. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0652979-69.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Cleide Rodrigues dos Santos - Francinaldo Crisóstomo da Silva - REQUERIDO: N. V. Indústria, Comércio e Construção Ltda. - Nova Vida Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Vistos em correição. Inicialmente, DEFIRO o pedido da gratuidade da justiça, pois acostados aos autos documentos suficientes à comprovação da hipossuficiência econômica dos Autores, assim, as declarações de Imposto de Renda, tal o disposto no artigo 99, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil. Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica, na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. Cumpram-se, a Secretaria, as disposições do artigo 248, daquele Diploma e agende-se perante a Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis, audiência conciliatória, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Finalmente é de se ordenar à Secretaria que inclua, em cadastro perante o SAJ/PG5, o nome do segundo Autor FRANCINALDO CRISÓSTOMO DA SILVA e NOVA VIDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Certifique-se.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 5369/RO)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Carolina Amaral de Messias (OAB 9171/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Daniel Garcéa Pessoa (OAB 24480/PE)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Carlos Flor Júnior (OAB 915A/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Mariano Viana Muniz Filho (OAB 22847/BA)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Marlos Gaio (OAB 914A/AM)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Ricardo Wagner da Costa Monte (OAB 4436/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roseane Rodrigues da Cunha (OAB 7610/AM)
Timóteo Martins Nunes (OAB 503/RR)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0287/2019

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0034193-46.2006.8.04.0001 (001.06.034193-0) - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DANILO JOSÉ DE ANDRADE (OAB 6779/AM) - Processo

0207354-92.2009.8.04.0001 (001.09.207354-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Giuliana Ribeiro Muscio Delatorre - ME - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCELO DE LIMA (OAB 2797/AM) - Processo 0209070-57.2009.8.04.0001 (001.09.209070-3) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Alfa e Ômega Montagem e Manutenção Industrial - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: CINTHYA FEITOSA DE SOUZA (OAB 6978/AM) - Processo 0209735-39.2010.8.04.0001 (001.10.209735-7) - Monitória - REQUERENTE: Martins Veículos Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 491A/AM), ADV: DANIEL CARDOSO DE ALBUQUERQUE (OAB 6086/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: ANA MARIA BEZERRA PINHEIRO (OAB 5052/AM) - Processo 0226193-34.2010.8.04.0001 (001.10.226193-9) - Cumprimento de sentença - Depósito - REQUERENTE: Brasil Factoring Fomento Comercial Ltda. - REQUERIDO: Salomão José Linhares Silva Filho - ME - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RODOLFO PAULO CABRAL (OAB 3548/AM), ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM) - Processo 0230257-58.2008.8.04.0001 (001.08.230257-0) - Monitória - REQUERENTE: Brasil Factoring Fomento Comercial Ltda. - REQUERIDO: Amarildo Gomes de Sousa - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: KÁTIA DE OLIVEIRA PINHEIRO LEITÃO (OAB 4333/AM), ADV: HENRIQUE DE DAVID (OAB 84740/RS), ADV: RONALDO DIAS LOPES FILHO (OAB 185371/SP), ADV: MARCELO ANDRE CANHADA FILHO (OAB 363679/SP) - Processo 0261903-18.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Indústria do Congelado Comércio Ltda. - ME e outro - REQUERIDO: Vivo S/A - Simm do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca da petição de fls. 457, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: EDSON SILVA SANTIAGO (OAB A857AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0602913-27.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Gil Romero Machado Batista - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do 109/110, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP) - Processo 0606288-70.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - C. F. I. - REQUERIDO: Emerson Soares da Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0608609-73.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM) - Processo 0609785-24.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Arnaldo Ferreira da Silva Filho - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do ofício de fls. 132/133, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 503/RR), ADV: EDSON SILVA SANTIAGO (OAB 619/RR), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0611037-33.2013.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Luiz Camilo de Souza - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do ofício de fls. 114/115, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0611107-79.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Edmilson Santos da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0614031-92.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 503/RR), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: EDSON SILVA SANTIAGO (OAB 619/RR) - Processo 0616640-87.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Antônia Maria dos Santos da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em

conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do ofício de fls. 121/122, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JHONNY ARAUJO COSTA JUNIOR (OAB 13275/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM) - Processo 0618139-38.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Keully Amorim de Lima - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do ofício de fls. 114/115, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM) - Processo 0618875-56.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Elande Tavares de Melo - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do ofício de fls. 122/123, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ÉDER LUIZ DA COSTA (OAB 319232SP) - Processo 0619154-08.2016.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: R. H. J. Indústria e Comércio de Equipamentos Médicos Ltda. - ME e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 393A/RR), ADV: EDSON SILVA SANTIAGO (OAB 857A/AM), ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 503/RR) - Processo 0623593-67.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Franciney Gama Bendaham - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do ofício de fls. 122/123, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM) - Processo 0624374-55.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Transporte de Pessoas - REQUERENTE: Nelir Campos de Lima - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do ofício de fls, 83/84, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0625613-31.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDSON SILVA SANTIAGO (OAB A857AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0625677-41.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Hiraldo Silva Alves - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do ofício de fls. 114/115, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0627120-22.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (ERIDFT), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO LÚCIO PANTOJA JÚNIOR (OAB 8111/AM), ADV: KARINA SEFFAIR DE CASTRO DE ABREU (OAB 3780/AM), ADV: MARIA DE NAZARE JATOBÁ DO LAGO (OAB 6772/AM), ADV: CÉSAR LUIZ CAMPOS DA COSTA (OAB 8026/AM), ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM), ADV: ANDRÉ RICARDO CARVALHO DE OLIVEIRA (OAB 7399/AM) - Processo 0627166-74.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ângela Maria Barros Albuquerque - REQUERIDO: Faculdade Metropolitana de Manaus Ltda. - FAMETRO - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data de perícia, conforme informação da perita de fls. 124, a ser realizada no dia 28 de agosto de 2019, às 16:30h, no endereço situado na Rua Salvador, 120, Sl. 5 - Térreo / Ed. Vieiralves Business Center - Bairro Adrianópolis - Manaus/AM.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631400-31.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: George Athaualpa de Queiroz Barbosa - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0631867-10.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Raimundo da Silva Maciel - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0634910-86.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE) - Processo 0636251-16.2019.8.04.0001 - Execução de Título

Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - EXECUTADO: Adriano Oliveira dos Santos - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DELCILENE REBOUÇAS SILVA LOPES (OAB 7453/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0659436-20.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: João Simões Moraes Filho - REQUERIDO: Jbcred S/A - Sociedade D Crédito Ao Microempreendedor - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 393A/RR)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Ana Maria Bezerra Pinheiro (OAB 5052/AM)
André Ricardo Carvalho de Oliveira (OAB 7399/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Lúcio Pantoja Júnior (OAB 8111/AM)
Bergson Mendonça Lacerda (OAB 8963/AM)
César Luiz Campos da Costa (OAB 8026/AM)
Cinthya Feitosa de Souza (OAB 6978/AM)
Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB 6086/AM)
Danilo José de Andrade (OAB 6779/AM)
Delcilene Rebouças Silva Lopes (OAB 7453/AM)
Éder Luiz da Costa (OAB 319232SP)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Silva Santiago (OAB 619/RR)
Edson Silva Santiago (OAB 857A/AM)
Edson Silva Santiago (OAB A857AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Henrique de David (OAB 84740/RS)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jhonny Araujo Costa Junior (OAB 13275/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
Karina Seffair de Castro de Abreu (OAB 3780/AM)
Kátia de Oliveira Pinheiro Leitão (OAB 4333/AM)
Leandro Souza Benevides (OAB 491A/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Mara Bianca Rocha Lins (OAB 4006/AM)
Marcelo Andre Canhada Filho (OAB 363679/SP)
Marcelo de Lima (OAB 2797/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria de Nazare Jatobá do Lago (OAB 6772/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Phâmara de Souza Sicsú (OAB 6334/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rodolfo Paulo Cabral (OAB 3548/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Ronaldo Dias Lopes Filho (OAB 185371/SP)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Timóteo Martins Nunes (OAB 503/RR)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO ABRAHAM PEIXOTO CAMPOS FILHO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0288/2019

ADV: RENATA PEREIRA MASCARENHAS (OAB 65111/MG), ADV: ANA VITÓRIA COELHO DE JESUS (OAB 3602AM) - Processo 0044148-09.2003.8.04.0001 (001.03.044148-0) - Mandado de Segurança Infância e Juventude - REQUERENTE: L. M. Tratamento de Resíduos Ltda. - REQUERIDO: Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do retorno dos autos do Arquivo Geral, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de devolução.

ADV: ANA MARIA MARQUES MACHADO DE OLIVEIRA (OAB 8471/AM), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0217729-06.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Banco Leasing - Arrendamento Mercantil - REQUERIDO: Cristóvão Braga Ramos - De ordem, abro vista ao autor para que recolha as custas de processamento da demanda, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0218897-92.2009.8.04.0001 (001.09.218897-5) - Monitória - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Rocicleide Fernandes Vieira - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0602012-88.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Valdiza Peixoto do Nascimento - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0607779-73.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Alexsandro Martins da Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0615752-45.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - EXECUTADO: R. Ebarle Comércio de Materiais de Construção Eireli - Rhonan Ebarle - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§ 2º e 3º, do CPC, intimo parte executada para que se manifeste acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: ELIANA DE OLIVEIRA RESENDE (OAB 12168/AM),

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0616407-17.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Supermercado San Juan Ltda. - EXECUTADO: Natureza Comércio de Descartável Ltda. - Samuel Barros de Queiroz - De ordem, ficam intimadas as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC, c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito.

ADV: JOSÉ ABELARDO ARAÚJO PINTO (OAB 6076/AM), ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0621339-48.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condomínio Jardim Paradiso Alamanda - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - De ordem, fica intimada a parte Autora para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca da petição e documentos de fls. 293 a 296.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0632252-31.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Sheila Rodrigues da Silva - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: HAMILTON NOVO LUCENA JUNIOR (OAB 5488/AM), ADV: SUZIANE SANTOS DE ALENCAR (OAB 7071/AM) - Processo 0635875-06.2014.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: J. B. da Silva e Cia. Ltda. - REQUERIDO: Formato Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0637010-82.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omni S/A Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Sidney Silva de Oliveira - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0643672-96.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Raimundo Barros da Cruz - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM), ADV: LUCIANA DA SILVA COUTO (OAB 5339/AM), ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: GABRIELLY DE OLIVEIRA GOMES (OAB 14294/AM) - Processo 0653642-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inadimplemento - REQUERENTE: Amazonas Indústria e Comércio de Colchões e Espuma Ltda. - REQUERIDO: J. A. Comércio de Colchão e Artigo de Colchoaria Ltda. (rep. Jorge Adriano Lacerda) - Antônio Rodrigues da Silva - Naiara Maria Freitas da Silva - Andreza Maria Silva e Silva - J. A. Comércio de Colchão e Artigo de Colchoaria Ltda. (rep. Leandreson Freitas da Silva) - De ordem, é aberto vista ao advogado do (a) autor (a) para que se manifeste acerca do A. R. Negativo juntado às fls. 97.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0707341-31.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Raimundo Rodrigues de Sousa - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

Ana Maria Marques Machado de Oliveira (OAB 8471/AM)
Ana Vitória Coelho de Jesus (OAB 3602AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Eliana de Oliveira Resende (OAB 12168/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Gabrielly de Oliveira Gomes (OAB 14294/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hamilton Novo Lucena Junior (OAB 5488/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
José Abelardo Araújo Pinto (OAB 6076/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
Luciana da Silva Couto (OAB 5339/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Renata Pereira Mascarenhas (OAB 65111/MG)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Suziane Santos de Alencar (OAB 7071/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)

17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0187/2019

ADV: PAULO VICTOR PETROCHINSKI GUIOTTI GONÇALVES (OAB 29694/GO), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: BASSLA MARINHO ABDEL AZIZ (OAB 13568/AM) - Processo 0224390-98.2019.8.04.0001 (processo principal 0612448-77.2014.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Liminar - REQUERENTE: ZILLI TRANSPORTES LTDA - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim, julgo EXTINTA a Execução, nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se Alvará e arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM), ADV: ROBERTO BRUNO ALVES PEDROSA (OAB 8200B/PA), ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM) - Processo 0225671-70.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco da Amazonia - Retificando a Decisão anterior, esclareço que o encargo de fiel depositário fica transferido ao Exequente ou a quem este indicar. Intime-o para informar onde devem ser depositados os bens e quem ficará responsável pela

guarda dos mesmos, em 5 (cinco) dias.

ADV: MARCELO DOS SANTOS SOEIRO (OAB 6411/AM), ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM) - Processo 0600507-67.2013.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Katiane Pereira dos Santos e outro - REQUERIDO: Manoel Francisco de Castro - Vistos, Vista às Partes do laudo de fls. 172/186, em 15 (quinze) dias. Oficie-se ao setor responsável do Tribunal de Justiça atestando a prestação do serviço, para fins de regular pagamento da Perita.

ADV: SILVESTRE E LUNIERE ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 2406/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0600656-53.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0604595-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: José Roque da Silva Santos - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0614971-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Maria Aparecida da Silva - REQUERIDO: Banco Losango S/A Banco Múltiplo - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: SÉRGIO PINHEIRO MÁXIMO DE SOUZA (OAB 135753/RJ) - Processo 0620103-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sul América Companhia Nacional de Seguros - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC, manifestar-se sobre os documentos juntados.

ADV: FABÍOLA MARIA VASQUES PAREJA LOBO (OAB 4167/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0628246-05.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: T.P.A.E. - REQUERIDO: R.R. e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM), ADV: PAULO HUMBERTO CARVALHO DE OLIVEIRA (OAB 10033/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP) - Processo 0630294-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria Neusa Menezes de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: MARINA LACERDA CUNHA LIMA (OAB 15769/PB), ADV: DESSANA BETISA VIEIRA SILVA (OAB 9283/AM), ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG), ADV: ISABELLA JACOB NOGUEIRA (OAB 8800/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM) - Processo 0633067-86.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0611917-49.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EMBARGADO: Control Construções Ltda - Do exposto, REJEITO os Embargos de Declaração. Torno sem efeito a Certidão de fl. 178, de forma que o prazo para interpor Apelação será contado a partir da presente Decisão, devendo ser retificado o cadastro de publicações para consta o advogado indicado. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: KAMILA MARIA PINHEIRO DE MENEZES (OAB 12278/AM), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0634585-77.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Rci Brasil S/A - REQUERIDO: Luciana de Souza Rosas - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: DENILZA MARIA BEZERRA PESSOA (OAB 613A/AM) - Processo 0637124-50.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Raimundo Roberto Barros - Intime-se a parte Autora, pessoalmente via carta com AR, para dar prosseguimento ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Dê-se igualmente ciência ao seu patrono via DJe. Cumpra-se.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM) - Processo 0638004-76.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Diante disto, REJEITO os Embargos de Declaração, mantendo a Sentença Embargada em sua íntegra. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ALAN DE MOURA MENDES (OAB 13404/AM) - Processo 0639490-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Maria Auxiliadora Florencio da Silva - Ante o exposto, DEFIRO A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA para determinar que a Ré se abstenha de suspender o fornecimento de energia elétrica da Unidade Consumidora da Autora, bem como, de negativar o nome desta nos cadastros de inadimplentes do SPC e SERASA, pelos débitos discutidos nos autos. Defiro o benefício da Justiça Gratuita e de prioridade de tramitação, Lei n° 10.741/2013. Encaminhem-se os Autos ao CEJUSC Cível (Centro Judiciário de Solução de Conflitos) para realização da Audiência de Conciliação. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0639821-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Leonardo Salles Perdiz - Ante o exposto, DEFIRO A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA para determinar que a Ré se abstenha de suspender o fornecimento de água na Unidade Consumidora da Autora, bem como, de negativar o nome deste nos cadastros de inadimplentes do SPC e SERASA, pelos débitos discutidos nos autos. Intime-se, via Portal Eletrônico. Defiro o benefício da Justiça Gratuita. Encaminhem-se os Autos ao CEJUSC Cível (Centro Judiciário de Solução de Conflitos) para realização da Audiência de Conciliação. Cumpra-se.

ADV: MÁRIO JORGE OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 2908/AM) - Processo 0639921-62.2019.8.04.0001 - Procedimento

Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rayza Araujo de Amaral - Vistos, Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS ajuizada por RAYZA ARAÚJO DE AMARAL em face de MATERNIDADE BALBINA MESTRINHO, representada pelo ESTADO DO AMAZONAS. Competência da Vara do Juizado da Fazenda Estadual. Redistribua-se.

ADV: MARIA DO CARMO ALVES (OAB 296853/SP) - Processo 0640067-06.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Ace Seguradora S/A - Vistos, Deflui da análise da Inicial que a Liminar vindicada faz-se necessária, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das Custas referentes às Diligências requeridas, quais sejam, Mandado de Citação, com Busca e Apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do Sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da Justiça Gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de Custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte Ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o Autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o Autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em Ação Executiva, tudo na forma do art. 4º. do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte Ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, § 3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o Banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se Mandado. Cumpra-se.

ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM) - Processo 0640167-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lanaplast Indústria da Amazônia Ltda. - Vistos, Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC.

ADV: THIAGO FERREIRA DE LIMA SILVA (OAB 22858/PA) - Processo 0640251-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Domicio Bezerra de Souza - Defiro o pedido de gratuidade de justiça. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, observando-se a gratuidade de justiça. Após, proceda-se a remessa ao CEJUSC para agendamento de nova audiência conforme necessário e renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para

contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM), ADV: THIAGO GONÇALVES BARROS (OAB 15061/PA), ADV: RAYSSA LOPES DA SILVA TAVARES (OAB 13955/AM), ADV: ADRIANO MIRANDA SOARES (OAB 27691/PA) - Processo 0641568-29.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marcos Vinícius Meirelles de Araújo - Sâmia Cristina Meireles de Araújo - REQUERIDO: VIVA Intercambio Ltda- ME - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: RAIMUNDO PAULINO CAVALCANTE (OAB 7576/AM), ADV: JOSÉ PERCEU VALENTE DE FREITAS (OAB 7200/AM), ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB 446/AM), ADV: VANDSON SOARES DA SILVA (OAB 7508/AM) - Processo 0655206-32.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0601536-95.2013.8.04.0020) - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Rondônia Tranportes Ltda. - Via Verde Transportes Coletivos da Ltda e outros - REQUERIDO: Carlos Alberto Costa de Almeida e outro - Do exposto, CONHEÇO dos Embargos de Declaração, sanando a omissão, negando-lhes efeitos infringente e mantendo a conclusão do decisum na íntegra. P.R.I.Cumpra-se.

ADRIANO MIRANDA SOARES (OAB 27691/PA)
Alan de Moura Mendes (OAB 13404/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bassla Marinho Abdel Aziz (OAB 13568/AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
DENILZA MARIA BEZERRA PESSOA (OAB 613A/AM)
DESSANA BETISA VIEIRA SILVA (OAB 9283/AM)
Fabíola Maria Vasques Pareja Lobo (OAB 4167/AM)
Fernando Borges de Moraes (OAB 446/AM)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabella Jacob Nogueira (OAB 8800/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
José Perceu Valente de Freitas (OAB 7200/AM)
Kamila Maria Pinheiro de Menezes (OAB 12278/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Mara Bianca Rocha Lins (OAB 4006/AM)
Marcelo dos Santos Soeiro (OAB 6411/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Maria do Carmo Alves (OAB 296853/SP)
Marina Lacerda Cunha Lima (OAB 15769/PB)
Mário Jorge Oliveira de Paula Filho (OAB 2908/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Paulo Humberto Carvalho de Oliveira (OAB 10033/AM)
Paulo Victor Petrochinski Guiotti Gonçalves (OAB 29694/GO)
RAIMUNDO PAULINO CAVALCANTE (OAB 7576/AM)
Rayssa Lopes da Silva Tavares (OAB 13955/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberto Bruno Alves Pedrosa (OAB 8200B/PA)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Pinheiro Máximo de Souza (OAB 135753/RJ)
Silvestre e Luniere Advogados Associados (OAB 2406/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Ferreira de Lima Silva (OAB 22858/PA)
Thiago Gonçalves Barros (OAB 15061/PA)
Vandson Soares da Silva (OAB 7508/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0184/2019

ADV: ELIZABETH CAVALIERI CAMPOS (OAB 7228/AM), ADV: ALONSO OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 1976/AM) - Processo 0013079-90.2002.8.04.0001 (001.02.013079-2) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Zélia Maria Campos - REQUERIDA: Praxis Engenharia Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ADRIANA MONTEIRO RAMOS (OAB 4102/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: GUALBERTO GRACIANO DE MELO (OAB 132/AM) - Processo 0040746-12.2006.8.04.0001 (001.06.040746-9) - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Airton Barroso - Assim, pelo exposto e por tudo que consta nos autos, nos termos do artigo 485, inciso VI, do CPC, JULGO EXTINTO o feito sem analisar o mérito, em razão da ausência de interesse de agir decorrente da inadequação da via processual eleita. Custas pela parte autora, suspensa a exigibilidade nos termos do art. 98, § 3º, do NCPC. P.R.I.C.

ADV: EDUARDO TEIXEIRA CAVALCANTE (OAB 6471/AM),

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM), ADV: ANA PAULA SANDOVAL SANTOS (OAB 125950/SP), ADV: RONALDO LÁZARO TIRADENTES (OAB 4113/AM), ADV: AFONSO LUCIANO GOMES AMÂNCIO (ADVOGADO EXCLUÍDO DA OAB) (OAB 6028/AM) - Processo 0206338-69.2010.8.04.0001 (001.10.206338-0) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ronaldo Lazaro Tiradentes e outro - REQUERIDO: Afonso Luciano Gomes Amâncio - Google Brasil Internet LTDA - Locaweb Serviços de Internet S.A. e outros - " Intimem-se os Executados Afonso Luciano Gomes Amâncio, Afonso Luciano Gomes Amâncio Júnior e Keyla Roberta Gregório da Silva, pelos seus respectivos patronos, para efetuarem o pagamento do débito de R$ 98.966,87 (noventa e oito mil, novecentos e sessenta e seis reais e oitenta e sete centavos) ou para indicarem bens penhoráveis suficientes para o cumprimento da obrigação em favor do Exequente Ronaldo Lázaro Tiradentes, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de que lhe sejam penhorados tantos bens quanto bens quanto bastem a fim de que seja satisfeita a execução, bem como acrescida a multa e honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento), conforme art. 523, § 1º, do CPC. Intime-se o Executado Ronaldo Lázaro Tiradentes, pelo seu respectivo patrono, para efetuar o pagamento do débito deR$ 7.335,60 (sete mil, trezentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos) ou para indicar bens penhoráveis suficientes para o cumprimento da obrigação em favor do Exequente Sidnei Turczyn Advogados Associados, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de que lhe sejam penhorados tantos bens quanto bens quanto bastem a fim de que seja satisfeita a execução, bem como acrescida a multa e honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento), conforme art. 523, § 1º, do CPC. Por fim, à Secretaria para providenciar junto à Contadoria o extrato bancário da atual conta judicial na qual se encontram depositados a quantia de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), indicada às fls. 916/917 e 920, tendo em vista que houve a migração dos depósitos judiciais do Banco do Brasil S/A para CEF. Após, expeça-se o competente alvará de levantamento do valor depositado, com as demais cominações legais que houver, para depósito em conta bancária de titularidade de Google Brasil Internet Ltda, CNPJ 06.990.590/0001-23, Banco Itaú, Agência 7130, Conta Corrente 2141-8. "

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVEZ DOS SANTOS (OAB 1163/AM) - Processo 0211944-10.2012.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamento S/A - Diante destas judiciosas razões, a teor do art. 240, §2º c/c art. 356,II c/c art. 487, II, ambos do CPC, e art. 206, §5º, do Código Civil, conheço o mérito da presente lide, e DECLARO a ocorrência da prescrição, ex offício. Ante o disposto no art. 85, do CPC, CONDENO a Parte Autora em custas e despesas, sendo indevidos honorários. P.R.I.C.

ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM) - Processo 0239514-10.2008.8.04.0001 (001.08.239514-5) - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Paulo Jorge Duarte Arruda - Assim, pelo exposto e por tudo que consta nos autos, nos termos do artigo 485, inciso VI, do CPC, JULGO EXTINTO o feito sem analisar o mérito, em razão da ausência de interesse de agir decorrente da inadequação da via processual eleita. Custas pela parte autora, suspensa a exigibilidade nos termos do art. 98, § 3º, do NCPC.

ADV: LORENA ARAÚJO DA ROCHA (OAB 6585/AM), ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM), ADV: ANNE CLÍCIA ALVES DA SILVA GUILHERME (OAB 3881/AM) - Processo 0242620-77.2008.8.04.0001 (001.08.242620-2) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: DIABENS leasing S/A Arrendamento Mercantil e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB) - Processo 0601120-19.2015.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: ATEM'S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. 101 a 104, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: EDUARDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 5188/AM), ADV: HUMBERTO LUIZ TEIXEIRA (OAB 157875/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0605216-14.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - REQUERIDO: JUCILANDE MORAES VILACA - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. Custas de lei recolhidas. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa. Arquivem-se.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO FILHO (OAB 10357/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0606794-07.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: Joselio Carvalho Severino - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Vistos. Trata-se de Cumprimento de Sentença em Ação de Cobrança de Indenização do Seguro DPVAT, proposta por Joselio Carvalho Severino, por meio de seu patrono(a), em face de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Ao compulsar os autos, denoto que às fls. 198/199, a Exequente pugna pelo levantamento da monta incontroversa R$ 1.103,09 (um mil, cento e três reais e nove centavos) e bloqueio do valor remanescente via BACENJUD. Tendo em vista que, embora intimada para efetuar o pagamento do valor devido, a seguradora deixou o prazo transcorrer sem manifestação. Pelo exposto, DEFIRO o levantamento da monta depositada e o bloqueio da monta remanescente via BACENJUD, observado a concessão dos benefício da justiça gratuita às fls. 46. Expeça-se o competente Alvará. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CHARLENE LOPES DOS SANTOS (OAB 12728/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM) - Processo 0614717-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Gabriel de Assis Carvalho - REQUERIDO: Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Amazonas - Hap Vida Assistência Médica Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0616924-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Idelcy de Lourdes de Souza Tavares - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: JOÃO BOSCO DA SILVA VIEIRA FILHO (OAB 8342/AM) - Processo 0617757-06.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE:

Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Francisco Saraiva da Costa - Ante o exposto, com fulcro no art. 487, III, a, do Código de Processo Civil, resolvo o mérito deste feito, homologo o reconhecimento da procedência do pedido e, por conseguinte, JULGO EXTINTO o processo, uma vez que houve a purgação tempestiva da mora por parte do Requerido. Ante a sucumbência, condeno a parte Requerida no pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, §2º, do Código de Processo Civil. Expeça-se o competente mandado de restituição do bem móvel descrito na prefacial, dirigindo-o ao endereço do fiel depositário. Expeça-se o competente alvará judicial em favor da Parte Requerente, para levantamento da quantia depositada para purgação da mora. Opostos embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, intime-se o apelado para responder no prazo legal. Proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal. Oportunamente feitas às devidas anotações e, certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0618372-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Helena Leite de Menezes - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/09/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 01 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ROWENA CHRISTINA SOUZA DE JESUS (OAB 4606/AM), ADV: YARA FONSECA DE ALBUQUERQUE SOARES (OAB 4264/AM) - Processo 0624564-18.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: JUNEI ELMISON PINTO DE OLIVEIRA - REQUERIDO: Viação Cidade de Manaus Ltda - Vistos. Intimem-se as partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares, indicando, com objetividade, os fatos que pretendem produzir, bem como sua necessidade. Após o decurso do prazo, com ou sem manifestação, retornem-me os autos conclusos para Decisão. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0633907-38.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: BANCO BRADESCO CARTÕES S/A - Diante destas razões, a teor do art. 487, I do CPC, conheço o mérito da presente lide, para JULGAR PROCEDENTES os pedidos formulados na exordial, para CONDENAR a Ré ao pagamento de R$ 486.934,51 (quatrocentos e oitenta e seis mil, novecentos e trinta e quatro reais e cinquenta e um centavos), com correção monetária desde o vencimento de cada prestação e juros de mora a partir da citação, na forma da Portaria n. 1.855/2016-PTJ. Condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais arbitro em 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, §2º do CPC. P.R.I.C.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0634605-68.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos assinado por terceiro, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0634994-53.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos assinado por terceiro, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0636006-44.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Badesco Administradora de Consórcios Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0636093-58.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos. Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Intime-se o autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM ou o pagamento dos emolumentos devidos ao Oficial de Justiça, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Cumprida a diligência, expeça-se carta de citação ou mandado de pagamento da quantia devida, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme caput do artigo 701, CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no caput do art. 701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa ou frustrada a citação por oficial de justiça, se requerido, autorizo a consulta ao(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte Requerida, após o pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MIKAELLY ADRIANA DA SILVA ARAÚJO (OAB 10159/AM) - Processo 0638000-68.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Marcos Samuel Azulay - Vistos. Verifico que a petição inicial não preenche o requisito do art. 320, CPC. O Requerente deixou de apresentar prova escrita sem eficácia de título executivo da prestação do serviço, documento indispensável à propositura da ação. Desta feita, determino, nos termos do art. 321 do CPC, a intimação da parte Requerente para,

no prazo de 15 (quinze) dias, emendar ou completar a inicial, sob pena de indeferimento da petição inicial, com fulcro no art. 330, IV c/c art. 485, I, ambos do Código de Processo Civil. Cumpridos os atos de emenda, retornem-me conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0639907-78.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos. Verifico que a petição inicial não preenche o requisito do art. 320, CPC, pois deixou de realizar a juntada da situação do veículo. Ante o exposto, determino, nos termos do art. 321 do CPC, a intimação da parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar ou completar a inicial, sob pena de indeferimento da petição inicial, com fulcro no art. 330, IV c/c art. 485, I, ambos do Código de Processo Civil, e em igual prazo proceder ao recolhimento das custas processuais iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do artigo 290 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0641189-93.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. Custas de lei recolhidas. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0642306-22.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0643007-75.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Jsafra Sa - REQUERIDO: Raimundo Nonato de Carvalho Neto - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: ANTÔNIO DIONYSIO CARVALHO PAIXÃO (OAB 147A/AM) - Processo 0649967-47.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Raimundo Nonato Vieira Costa - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Ademário do Rosário Azevedo Filho (OAB 10357/AM)
Adriana Monteiro Ramos (OAB 4102/AM)
Afonso Luciano Gomes Amâncio (ADVOGADO EXCLUÍDO DA OAB) (OAB 6028/AM)
Alonso Oliveira de Souza (OAB 1976/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
ANA PAULA SANDOVAL SANTOS (OAB 125950/SP)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Anne Clícia Alves da Silva Guilherme (OAB 3881/AM)
Antônio Dionysio Carvalho Paixão (OAB 147A/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
CHARLENE LOPES DOS SANTOS (OAB 12728/AM)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Eduardo José Borges Guerra (OAB 5188/AM)
Eduardo Teixeira Cavalcante (OAB 6471/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Elizabeth Cavalieri Campos (OAB 7228/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Gualberto Graciano de Melo (OAB 132/AM)
Humberto Luiz Teixeira (OAB 157875/SP)
João Bosco da Silva Vieira Filho (OAB 8342/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Lídio Alvez dos Santos (OAB 1163/AM)
Lorena Araújo da Rocha (OAB 6585/AM)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
MIKAELLY ADRIANA DA SILVA ARAÚJO (OAB 10159/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Ronaldo Lázaro Tiradentes (OAB 4113/AM)
Rowena Christina Souza de Jesus (OAB 4606/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yara Fonseca de Albuquerque Soares (OAB 4264/AM)

19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0225/2019

ADV: JESSICA FERNANDA FONSECA BARKER (OAB 8270/AM), ADV: LUDMILA BEZERRA PAZ VERAS (OAB 003.356/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOÃO DE DEUS GOMES DOS ANJOS (OAB 903/AM), ADV: RENATO TADEU RONDINA MANDALITI (OAB 115762/SP), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0002988-44.1998.8.04.0012 (012.98.002988-8) - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Almira Pinheiro Lima - REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A. - DENUNCIADO: Bb Corretora de Seguros e Administradora de Bens S/a - Sul America Terrest. Maritim. e Acidentes Cia de Seguros - Ante o Acórdão de fls. 929/933, dê-se vista ao Apelado para responder a Apelação interposta às fls.860/868, em 15 dias, nos moldes do art. 1.010, §1º, do CPC. Ao pronunciamento, observadas as cautelas devidas, remetam-se os autos à Superior Instância, conforme art. 1.010, §3º, CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRENNO PAMPLONA CAVALCANTE (OAB 7515/AM) - Processo 0253794-05.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0610776-34.2014.8.04.0001) (processo principal 0610776-34.2014.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Prestação de Serviços - REQUERENTE: TOMASELLI SOM & STUDIOS LTDA - Compulsando os autos, verifico que, intimada pessoalmente, a parte requerente deixou

transcorrer o prazo sem que tenha se manifestado, conforme certidão de fls. 27. Todavia, verifico, ainda, que a requerente compareceu outrora aos autos principais informando novo endereço para citação dos requeridos. Assim, em um tentativa derradeira de dar prosseguimento ao presente incidente, intimo a parte interessada para que, no prazo de 5 (cinco) dias, recolha as custas referentes à expedição de Mandados/ARs, conforme Provimento nº 273/CGJ, e junte comprovante de recolhimento. Não havendo manifestação, retornem-me os autos conclusos nos termos do despacho de fls. 22.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MÔNICA NAZARÉ PICANÇO DIAS (OAB 2983/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: JANAINA LEÃO BRAGA (OAB 12906/AM) - Processo 0603123-39.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Dorrie Maria Martins Omena - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: ORLANDO MOREIRA DE SOUZA FILHO (OAB 2594/AM), ADV: LUIZ GONZAGA PINHEIRO JÚNIOR (OAB 12021/AM), ADV: MARIA FÁTIMA SILVA OLIVEIRA (OAB 6356/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: PAULO JAQSON FREIRE PINTO (OAB 7967/AM), ADV: RAIMUNDO SIMÃO JERÔNIMO FILHO (OAB 13056/AM) - Processo 0606259-49.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Brena Oliveira da Costa - REQUERIDO: Condomínio Amazonas Flat e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do valor apontado como honorários em fls.90/91, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NAARA BENAIA DA SILVA PINHO (OAB 8170/AM), ADV: WILLIAM SAMI RAMOS (OAB 8149/AM) - Processo 0607159-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Aldair Sinezio da Silva - Em assim sendo, exauridas as oportunidades do mencionado saneamento, percebo que a petição inicial não preencheu os requisitos do art. 320 c/c 321, do CPC, mormente o referente ao pagamento das custas processuais, razão pela qual EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do que dispõe o art. 485, inc. I, c/c 330, IV, e 321, parágrafo único, todos do Código de Processo Civil. Deixo de condenar em custas processuais a parte requerente. Igualmente entendo como despicienda a cobrança de honorários advocatícios, ante a não manifestação de qualquer ato em juízo pela parte ré. Sem recurso adequado da presente decisão, proceda-se a baixa atinente com as cautelas legais e arquivem-se os autos. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JUSCELINO ADSON DE SOUZA FILHO (OAB 122345/MG), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0608065-22.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ILLY SOARES DE SOUZA (OAB 10263/AM), ADV: CARLOS CÉSAR MOREIRA DE SOUZA (OAB 8610/AM) - Processo 0608490-44.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Mariene Nascimento Dantas Hiraishi e outro - REQUERIDO: Anibal Tavares Simoes Junior e outros - Para que no futuro não se alegue nulidade ou cerceamento de defesa, bem como para que não haja atrasos ao andamento do feito com a realização de atos desnecessários, determino a intimação das partes para que se manifestem no prazo de 05 (cinco) dias sobre a intenção de conciliação. Caso, não haja interesse das partes na conciliação, em face da questão de mérito ser unicamente de direito, e não haver necessidade de produzir prova em audiência, julgo-me apto para antecipar o julgamento da lide, nos termos do disposto no artigo 355, inciso I, do CPC. A esse talante, intimem-se as partes e após, se não houver irresignação a esse entender, através do recurso adequado, voltem-se conclusos os autos para decisão. Intime-se.

ADV: ENNY LUDMYLA PEREIRA DUARTE (OAB 8094/AM), ADV: MARCO ROBERTO COSTA MACEDO (OAB 16021/BA), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0611587-28.2013.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Planos de Saúde - REQUERENTE: Luecir Alysson Lima da Silva - REQUERIDA: Tokio Marine Brasil Seguradora S/A - Tendo em vista o pagamento realizado anteriormente pela requerida em referência aos honorários periciais, conforme fl. 321, torno sem efeito os dois parágrafos iniciais do despacho de fl. 320, tão somente para reconhecer a validade do depósito e fixar o valor das verbas do experto em R$2.512,00 (dois mil, quinhentos e doze reais), mais atualização monetária. Uma vez aceito o encargo pelo perito, determino a imediata expedição de alvará de levantamento de 50% (cinquenta por cento) dos respectivos honorários, segundo art. 465, §4° do CPC. Após, cumpra-se o inteiro teor do despacho antecedente, no que couber. Desde logo, DEFIRO a liberação do restante dos honorários periciais após a entrega do laudo no prazo já estabelecido de sessenta dias. À Secretaria para providências e informações.

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM), ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM), ADV: ARTUR AMARAL GOMES (OAB 9928/AM), ADV: LUANNA BARROS DE ALBUQUERQUE GOMES (OAB 13172/AM) - Processo 0613551-85.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Rafael Barros Bessa e outros - REQUERIDO: EVALDO PINTO DE AQUINO e outro - Cuida-se de ação indenizatória em fase de cumprimento de sentença, ajuizada por Rafael Barros Bessa, RAFAELA BARROS BESSA, GABRIELA BARROS BESSA e Nilca Bonfim Barros Bessa, já qualificado nos autos, contra EVALDO PINTO DE AQUINO e MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA COSTA AQUINO, também qualificados na peça vestibular. Verifica-se, por intermédio do Termo de Audiência às fls.608/610 que as partes transigiram. Desta feita, HOMOLOGO o acordo celebrado, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Via de consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos moldes do art. 487, III, alínea “b” do Código de Processo Civil Brasileiro. Custas e honorários na forma convencionada pelas partes. Ao transcurso do prazo legal, sem a interposição de recurso, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e dê-se baixa na distribuição. Por fim, determino o desbloqueio de eventuais valores e veículos através do sistema Bacenjud e Renajud. Determino ainda que a parte requerente proceda a retirada da restrição do nome e CPF do requerido, conforme estipulado em acordo e pleiteado às fls.624/625. Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP), ADV: ANTÔNIO NUNES COLARES NETO (OAB 10728/AM) - Processo 0614462-92.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - REQUERIDO: J R dos Santos Serrão - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte apelada para que, querendo, ofereça contrarrazões à apelação interposta nas fls. 108/119, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ADALBERTO BARRETO ANTONY (OAB 2093/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: ARIOMAR NASÇON DE OLIVEIRA ALENCAR (OAB 2990/AM) - Processo 0614952-56.2014.8.04.0001 - Procedimento

Comum Cível - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE: Creuza Aice Carlos de Oliveira - REQUERIDA: Rejane Mendes Rolim - Raimundo Simão Batista de Souza - Defiro o pedido da autora de fls. 121/124. Da análise do processo entendo ser dispensável a instrução processual, uma vez que as provas já existentes neste apresentam-se suficientes para autorizar o julgamento antecipado do pedido (art. 355, inciso I, CPC), aplicando-se, in casu, o princípio da economia processual e o da razoável duração do processo. A esse talante, intime-se a parte ré e após, se não houver irresignação a esse entender, voltem-se conclusos os autos para julgamento. Cumpra-se.

ADV: POLYNE MARESSA DA MOTA LOPES (OAB 13523/AM), ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM) - Processo 0616269-84.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Lidiane Mota de Lima - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RENATO GOMES DA SILVA (OAB 320340/SP), ADV: VAGNER SILVESTRE (OAB 275069/SP), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0617330-09.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Assim, assino um prazo de 10 dias para que o autor promova as diligências necessárias visando a citação, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, incisos IV, do Código de Processo Civil.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0618996-16.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: SULAMITA BRANDÃO DA ROCHA (OAB 4782/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: CAROLINA GOMES MAR (OAB 8627/AM) - Processo 0619034-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ademir dos Santos Rodrigues - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (152/169) e documentos às Pág.(s) (170/206).

ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: JEAN MENDONÇA DOS SANTOS (OAB 10984/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0619486-72.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Bernardo Vitorino Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 246/252, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0623000-28.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Ante o exposto, e mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, consolidando a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem móvel, descrito na inicial, nos termos do art. 3º, §1º, do Dec. Lei nº 911/69, com redação dada pela Lei nº 10.931, de 02.08.2004, cuja apreensão torno definitiva, no patrimônio do credor fiduciário, cabendo às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária, em consequência, julgo extinto o processo com resolução do mérito. Condeno o réu ao pagamento das custas do processo e honorários de advogado que, na forma do §2º do art. 85 do CPC, fixo em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa. Determino que o autor, apresente prestação de contas em juízo, no prazo de 10 dias, para apurar o valor a ser devolvido ao réu ou saldo da dívida a ser paga pelo mesmo. Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0624120-43.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Sofia da Silva Pereira - Firme nessas razões, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, nos termos do art. 487, inc. I do CPC, condenando o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS ao pagamento da benesse previdenciária à autora. Para tanto, deve a autarquia previdenciária: a) RESTABELECER o benefício NB nº 620.979.871-7, auxílio-doença acidentário (código 91), com termo a quo no dia posterior ao da indevida cessação administrativa, operada em 05/12/2018, a ser mantido enquanto a enferma permanecer inapta para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, condicionado à conclusão da reabilitação profissional. Devem, ainda, as referidas parcelas em atraso serem pagas à interessada em parcela única, em razão do seu caráter alimentar, observado o art. 100, da Constituição Federal, monetariamente corrigidas de acordo com o INPC (conf. RE nº 870.947/SE e do REsp nº 1.495.146/MG), incidindo tal correção desde a data do ajuizamento da ação (Súmula n. 148 do STJ) e os juros de mora, a contar da citação, conforme índice aplicável à caderneta de poupança (conforme art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei nº11.960/2009); b) CONVERTER o auxílio-doença em auxílio-acidente, cujo termo a quo deverá ser, nos termos do §2.º do artigo 86 da Lei n.º 8.213/91, o dia seguinte à cessação do auxílio-doença acidentário, a ocorrer após a pertinente habilitação profissional da segurada, devendo seu pagamento ser efetuado independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pela acidentada, vedada sua cumulação com qualquer aposentadoria, no percentual de 50% (cinquenta por cento) do salário benefício. Defiro o requerimento da tutela antecipada, a fim de implementar, de imediato, o benefício acidentário susomencionado. Diante da sucumbência recíproca pelo acolhimento do pedido subsidiário, conforme precedentes do STJ (REsp 844.428/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 05/05/2008, REsp 618.637/SP, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, DJ 27/08/2007), as verbas sucumbenciais serão proporcionalmente distribuídas entre os litigantes, nos termos do art. 86, do CPC. Assim sendo, CONDENO as partes ao pagamento das custas na seguinte proporção: 25% (vinte e cinco por cento) pela autora e 75% (setenta e cinco por cento) pela requerida. Quanto aos honorários advocatícios, fixo-os em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, excluindo-se as prestações vencidas após a prolação da sentença, nos termos da Súmula 111, do STJ, ficando cada litigante responsável pelo pagamento em favor do patrono da parte adversa, vedada a compensação, ex vi do art. 85, §14, do CPC. Contudo, por ser a requerente beneficiária da gratuidade judiciária (fl. 43), suspendo-lhe a exigibilidade dos ônus sucumbenciais, na forma do art. 98, §3º, do CPC. Delimito que o adimplemento seja realizado em fase de cumprimento de sentença, com a respectiva liquidação dos

valores até o momento incertos e devidos à parte autora. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM) - Processo 0624459-65.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Ressalte-se que o bloqueio será realizado somente se o bem não for encontrado. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3444/AM), ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB 5810/AM), ADV: RUTH GONÇALVES PINTO (OAB 8398/AM), ADV: AMANDA ALBUQUERQUE AGUILAR (OAB 13657/AM), ADV: CRISTIANE ALBUQUERQUE AMORE (OAB 8536/AM) - Processo 0625621-37.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0625366-79.2015.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Jéssica Vanessa Vasconcelos dos Santos - REQUERIDO: COOPTRAM - Cooperativa dos Permissionários em Transporte Alternativo, Coletivo e Urbano do Amazonas - DENUNCIADO: L P A de Souza - Me (Tubarão Rent A Car) e outro - Da análise dos autos percebo que a audiência de instrução faz-se necessária a fim de obter maiores dados para informar o processo e subsidiar decisão posterior. Assim, pauto a audiência de instrução e julgamento para o dia 03/09/2019 às 09:00, momento em que serão tomados os depoimentos das partes, sob pena de confesso, e inquiridas as testemunhas, se arroladas pelas partes, independentemente de intimação. Ainda, defiro o prazo de 10 dias para que as partes requererem antecipadamente as provas que eventualmente pretendam produzir na audiência de instrução e julgamento, justificando sua pertinência. Intimem-se as partes e seus representantes legais para que compareçam ao ato. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0625638-10.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de fls. 54/57 e determino a suspensão do feito pelo período nele declinado, correspondente ao prazo concedido pelo exequente ao executado para cumprimento voluntário da avença, ex vi do art. 922, caput, do CPC. Após o decurso do prazo acima indicado, sem manifestação da parte interessada quanto ao efetivo cumprimento da obrigação pela executada, retornem-me conclusos para dar prosseguimento ao feito nos termos doa art. 922, parágrafo único, do CPC. Intimem-se.

ADV: ALDENIZE MAGALHÃES AUFIERO (OAB 1874/AM), ADV: ANIELLO MIRANDA AUFIERO (OAB 1579/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM), ADV: MÁRIO VÍTOR MAGALHÃES AUFIERO (OAB 8787/AM) - Processo 0626786-51.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: Fucapi - Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica e outros - Averbo-me suspeito para funcionar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do § 1º do artigo 145 do CPC. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto nos artigos 7º e 9º da resolução nº 23/2010doTJAM. Cumpra-se.

ADV: JULIO CESAR SANCHEZ (OAB 336300SP) - Processo 0627213-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Comércio Derivados de Petróleo Planalto Ltda. - Desta forma, determino o encaminhamento do presente processo ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos Cíveis (Cejusc - Cível) a fim de que se proceda à mencionada audiência, a ser efetivada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da sua designação (art. 334, caput, do CPC). Cite-se o réu com, no mínimo, 20 (vinte) dias de antecedência da mencionada audiência. Intime-se o autor, na pessoa de seu advogado, para igual comparecimento nesta. Determino, ainda, que seja dado expressa ciência às partes, nos atos respectivamente de citação e intimação, para informar que: a) eventual desinteresse da parte ré quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, CPC). b) ocorrendo a audiência, o não comparecimento injustificado de qualquer das partes, autor ou réu, será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sendo a parte sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado do Amazonas. Ressalta-se que tal medida se dá com presunção juris tantum, não exigindo a lei prova de culpa para a imposição de multa e sendo ônus da parte demonstrar impedimento que afaste a presunção relativa em tela (art. 334, §8º, CPC). c) as partes devem estar, na audiência, acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos, podendo constituir representante, por procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, §§ 9º e 10). d) a contestação deverá ser oferecida, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inc. I, do CPC); II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual - o autor, em sua inicial, e o réu, por petição simples, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência (art. 335, inc. II, do CPC; III - no caso de litisconsórcio passivo e havendo o desinteresse na realização da audiência manifestado por todos os litisconsortes, o termo inicial previsto no item II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência (art. 335, §1º, do CPC). Por fim, obtida

eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, CPC. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628382-02.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO da parte autora, reconhecendo-o credor do réu da importância de R$ 11.614,84 (onze mil, seiscentos e quatorze reais e oitenta e quatro centavos), corrigido monetariamente a partir da data do vencimento e com juros moratórios a contar da citação, motivo pelo qual fica convertido o mandado inicial em mandado executivo, com fulcro no art. 702, § 8° do CPC. Condeno o réu ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, §2° do CPC. Transitada esta em julgado e, independentemente de nova intimação, deverá a parte autora apresentar pedido de cumprimento de sentença (artigo 523 do CPC), acompanhado de memória de cálculo devidamente atualizada. P.R.I.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0629129-49.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO da parte autora, reconhecendo-o credor do réu da importância de R$ 88.646,52 (oitenta e oito mil, seiscentos e quarenta e seis reais e cinquenta e dois centavos), corrigido monetariamente a partir da data do vencimento e com juros moratórios a contar da citação, motivo pelo qual fica convertido o mandado inicial em mandado executivo, com fulcro no art. 702, § 8° do CPC. Condeno a ré ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, §2° do CPC. Transitada esta em julgado e, independentemente de nova intimação, deverá a parte autora apresentar pedido de cumprimento de sentença (artigo 523 do CPC), acompanhado de memória de cálculo devidamente atualizada. P.R.I.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631870-62.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0631895-75.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO da parte autora, reconhecendo-o credor do réu da importância de R$ 18.070,49 (dezoito mil e setenta reais e quarenta e nove centavos), corrigido monetariamente a partir da data do vencimento e com juros moratórios a contar da citação, motivo pelo qual fica convertido o mandado inicial em mandado executivo, com fulcro no art. 702, § 8° do CPC. Condeno a ré ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, §2° do CPC. Transitada esta em julgado e, independentemente de nova intimação, deverá a parte autora apresentar pedido de cumprimento de sentença (artigo 523 do CPC), acompanhado de memória de cálculo devidamente atualizada. P.R.I.

ADV: RAFAEL LUIZ NARDI (OAB 12027/AM) - Processo 0633873-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Nilda Regina Pamplona Barros - Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de gratuidade da justiça requerido pelo autor. Diante disso, remetam-se os autos ao contador para fins de cálculo das custas e intime-se para fins de recolhimento, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, por falta de documentos indispensáveis ao prosseguimento da ação e irregularidades obstativas do andamento processual, com fulcro nos arts. 320, 321, parágrafo único, 330, IV e 485, I, todos do Código de Processo Civil. Intime-se e cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0634558-70.2014.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM), ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM) - Processo 0634828-21.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Silva e Pimentel Logística e Serviço de Transportes Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MÁRIO VÍTOR MAGALHÃES AUFIERO (OAB 8787/AM), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB 925A/AM), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: GERMANA VIEIRA DO VALLE (OAB 128579/RJ) - Processo 0636050-92.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0626786-51.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Fucapi - Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica e outro - EMBARGADO: Itaú Unibanco S/A - Averbo-me suspeito para funcionar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, na forma do § 1º do artigo 145 do CPC. Redistribuam-se os autos ao meu sucessor legal, observando-se, em todo caso, o disposto nos artigos 7º e 9º da resolução nº 23/2010doTJAM. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0638811-62.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0640306-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Francisca Araújo da Cunha - Vejo que as ações sequer possuem as mesmas partes, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ é verdadeira inconsistência do referido programa. Dessa feita, em observância ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), entendo inexistir razão para a distribuição processual por dependência a vincular este Juízo. Posto que, tal distribuição por dependência acarreta incompetência absoluta deste Juízo, a qual pode ser, inclusive, declarada de ofício. Ordeno, pois, sejam os autos remetidos ao Setor de Distribuição Processual para que este ultime sua livre distribuição para uma das Varas Cíveis da Comarca da Capital. Intime-se a autora por publicação. Cumpra-se.

ADV: JOÃO GILBERTO FEIRE GOULART (OAB 291913/SP), ADV: CRISTIANO SILVA COLEPICOLO (OAB 291906/

SP), ADV: GABRIEL TOSETTI SILVEIRA (OAB 252852/SP), ADV: CRISTIANO SILVA COLEPICOLO (OAB 291906/SP), ADV: DELIAN PEREIRA DOS SANTOS (OAB 11743/AM) - Processo 0641532-55.2016.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - REQUERIDO: Charlston Andrade Navarro - Me - Intime-se a parte executada, nos termos do artigo 513, §2º do CPC, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos, salvo revel citado por edital; por edital, se, citado desta forma, tiver sido revel na fase de conhecimento, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais, nos termos da Portaria nº 116/2017 PTJ. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC, em desfavor do réu Charlston Andrade Navarro ME, CNPJ n° 21.909.696/0001-43. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: BASSLA MARINHO ABDEL AZIZ (OAB 13568/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697/AM), ADV: DANILO CARVALHO FREIRE SILVA FILHO (OAB 162033/MG) - Processo 0641613-38.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DAYANA DE MENEZES AZEVEDO (OAB 10500/AM) - Processo 0651430-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Vânia Cristina Bragança Coêlho - julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito julgado, em face da ausência de interesse recursal. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: RÊMULO JOSÉ NASCIMENTO (OAB 118A/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: ALUÍSIO PEREIRA DO NASCIMENTO (OAB 2796/AM) - Processo 0707875-72.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: Sistema Dissica de Comunicação Ltda e outro - REQUERIDO: José Gomes da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tomem ciência e cumpram o que foi despachado no termo de audiência de fls. 212/213, no prazo de 05 (cinco) dias, na parte cujo teor segue abaixo: “Findo os depoimentos e a produção de provas em audiência, o MM. Juiz concedeu, às partes, o prazo de 5 dias para apresentação dos memoriais finais. Encerrada a instrução processual foram os autos conclusos para sentença.”

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adalberto Barreto Antony (OAB 2093/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Aldenize Magalhães Aufiero (OAB 1874/AM)
Aluísio Pereira do Nascimento (OAB 2796/AM)
Amanda Albuquerque Aguilar (OAB 13657/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Aniello Miranda Aufiero (OAB 1579/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Nunes Colares Neto (OAB 10728/AM)
Ariomar Nasçon de Oliveira Alencar (OAB 2990/AM)
Artur Amaral Gomes (OAB 9928/AM)
Bassla Marinho Abdel Aziz (OAB 13568/AM)
Brenno Pamplona Cavalcante (OAB 7515/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Alberto Baião (OAB 925A/AM)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Carlos César Moreira de Souza (OAB 8610/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carolina Gomes Mar (OAB 8627/AM)
Cristiane Albuquerque Amore (OAB 8536/AM)
Cristiano Silva Colepicolo (OAB 291906/SP)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Danilo Carvalho Freire Silva Filho (OAB 162033/MG)
Dayana de Menezes Azevedo (OAB 10500/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Delian Pereira dos Santos (OAB 11743/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Enny Ludmyla Pereira Duarte (OAB 8094/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3444/AM)
Gabriel Tosetti Silveira (OAB 252852/SP)
Germana Vieira do Valle (OAB 128579/RJ)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Illy Soares de Souza (OAB 10263/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Janaina Leão Braga (OAB 12906/AM)
Jean Mendonça dos Santos (OAB 10984/AM)
Jessica Fernanda Fonseca Barker (OAB 8270/AM)
João de Deus Gomes dos Anjos (OAB 903/AM)
João Gilberto Feire Goulart (OAB 291913/SP)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)

Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Julio Cesar Sanchez (OAB 336300SP)
JUSCELINO ADSON DE SOUZA FILHO (OAB 122345/MG)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Luanna Barros de Albuquerque Gomes (OAB 13172/AM)
Ludmila Bezerra Paz Veras (OAB 003.356/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Gonzaga Pinheiro Júnior (OAB 12021/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Marco Roberto Costa Macedo (OAB 16021/BA)
Maria Fátima Silva Oliveira (OAB 6356/AM)
Mário Vítor Magalhães Aufiero (OAB 8787/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Mônica Nazaré Picanço Dias (OAB 2983/AM)
Naara Benaia da Silva Pinho (OAB 8170/AM)
Orlando Moreira de Souza Filho (OAB 2594/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Jaqson Freire Pinto (OAB 7967/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Polyne Maressa da Mota Lopes (OAB 13523/AM)
Rafael Luiz Nardi (OAB 12027/AM)
Raimundo Simão Jerônimo Filho (OAB 13056/AM)
Rêmulo José Nascimento (OAB 118A/AM)
Renato Gomes da Silva (OAB 320340/SP)
Renato Tadeu Rondina Mandaliti (OAB 115762/SP)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB 5810/AM)
Ruth Gonçalves Pinto (OAB 8398/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sulamita Brandão da Rocha (OAB 4782/AM)
Vagner Silvestre (OAB 275069/SP)
Vila & Braga Advogados Associados (OAB 523/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
William Sami Ramos (OAB 8149/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0229/2019

ADV: CARLA PASSOS MELHADO COCHI (OAB 187329/SP), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: MARIA ROSIANE DE BRITO ANDRADE (OAB 7628/AM), ADV: LUCIANO VALENTE MACAMBIRA (OAB 7555/AM) - Processo 0211279-28.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - EXEQUENTE: Martins Nunes Pereira - EXECUTADO: Braga Veículos Ltyda - BV FINANCEIRA S/A - Colhe-se que as executadas foram condenadas solidariamente ao pagamento dos honorários advocatícios. Assim, muito embora a Braga Veículos tenha pago metade da condenação, tal circunstância não a desobriga de responder pela integralidade do débito, sem prejuízo de que venha a ser reembolsada pela devedora solidária. Ademais, descabe a abertura de novo prazo para pagamento voluntário. Por tais razões, indefiro o pedido de desbloqueio. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JÚLIO CÉSAR RUBIM DE MORAES (OAB 4727/AM), ADV: JANEYLA SANTOS SUIJKERBUIJK (OAB 5874/AM), ADV: RENDELL MACHADO VALENTE CAVALCANTE (OAB 4759/AM) - Processo 0500162-88.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0343136-42.2007.8.04.0001) - Liquidação por Arbitramento - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Ahmed Barbosa Assi - EXECUTADA: Maria das Graças Machado - Vistos, etc. Exequente comprovou apenas o pagamento (fls.268) de uma consulta eletrônica, sendo que são três a serem feitas: Renajud, Infojud, Eridft. Determino, por ora, que se faça a consulta eletrônica Eridft para bloqueio de bens. Dê-se o prazo de 5 (cinco) dias para que se comprove o pagamento de custas de consulta Renajud e Infojud. Copie-se estes autos à fila de consulta. Após o pagamento das custas restantes, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: NATANIEL PEREIRA MASSULO (OAB 12038/AM), ADV: FABRÍCIO GUERRA FURTADO (OAB 346A/AM), ADV: MARCELLUS DE MAGALHÃES CORDEIRO JÚNIOR (OAB 7085/AM), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM) - Processo 0600190-35.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Entregar - REQUERENTE: SILVIO QUEIROZ ALVES - REQUERIDO: Paulo Roberto Pereira Dias - Vistos, etc. Perscrutando os autos, verifico que o senhor perito ainda não juntou o laudo referente a perícia realizada, tampouco justificou a impossibilidade de fazê-lo. Pois bem, determino à secretaria que expeça ofício ao CRECI-AM a fim de que sejam tomadas as medidas disciplinares cabíveis em desfavor de Paulo Duarte Alecrim, brasileiro, casado, perito judicial, inscrito no INPEAM Nº 000.1001-01/16, RG.: 666.727, CPF: 215.439.842-15, haja vista sua desídia e recalcitrância em cumprir as ordens judiciais preferidas nos presentes autos. Ato continuo, velando pelo Princípio da Duração Razoável do Processo, previsto no âmbito civil no art. 5º, LXXVIII da CRFB e reforçado pelo artigo 4º do Novo CPC, a fim de dar prosseguimento ao feito, tendo em vista a inércia do perito em cumprir o encargo, desconstituo-o do trabalho designado, nomeando em seu lugar a perita Amanda Araujo da Rocha contato@amrocha.com.Br, telefone (92) 99510-0573. Faculto às partes a impugnação de impedimento/suspeição do perito nomeado, a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, ex vi do art. 465, §1º, I e II, do Digesto Processual Civil. Nesse passo, considerando o arbitramento dos honorários periciais em R$4.000,00 (R$1.000,00 da parte autora com justiça gratuita e R$3.000,00 da parte requerida), intime-se a expert, para que diga, no prazo de 05(cinco) dias, se aceita o mister, bem como os honorários periciais fixados. Por oportuno, uma vez aceito o encargo da nomeação, a perita nomeada deverá entregar o laudo objeto da presente perícia no prazo de 30 dias, a contar da data de realização da mesma, sob pena de ser nomeado outro perito para a satisfação da diligência. Cumpra-se.

ADV: BRUNO RICARDO LIMA TAPAJÓS (OAB 5695/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM) - Processo 0602044-25.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Alaor Frazao de Azevedo Filho - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - Vistos, etc. Extrai-se dos autos, por vontade de ambas as partes, que seja pautada nova audiência conciliatório. Nos termos do Art. 3°, § 2°, do CPC/2015, como norma fundamental, temos que "O estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". E ainda, nos termos do § 3° do referido artigo, "A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Publico, inclusive no curso do Processo judicial". Assim, por conta do Princípio de promoção pelo Estado da solução por auto-composição, e tendo em vista a vontade das partes, determino que os autos sejam remetidos ao CEJUSC-Cível, a fim de que seja realizada audiência de conciliação na data 09/09/19 às 11:00 horas, nos termos do Art. 334 do NCPC. Intimem-se o autor e réu através de seus respectivos patronos ao fito de que compareçam ao ato. À secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM) - Processo 0603174-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE:

Rosane Bandeira Clarkson Albuquerque - Vistos, etc. Ao CEJUSC para que paute e confeccione a nova carta de citação, com as cutelas e observações de praxe. Custas de AR recolhidas às fls. 123/125. Cumpra-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0605353-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Sandra de Souza Pantoja Gonçalves - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - I-RELATÓRIO Vistos, etc. Cuida-se de ação indenização por danos materiais e morais intentada por Sandra de Souza Pantoja Gonçalves contra Banco Bradesco S/A, decorrente de cobrança indevida de "pacote de serviços" denominado "padronizado prioritário I/vr. parcial padronizado prior" que alega não ter contratado. Para tanto, pugna pela devolução em dobro dos valores descontados da sua conta corrente, bem como pela indenização pelos danos morais suportados. Às fls.21, decisão interlocutória determinando a suspensão dos descontos. Em contestação, o banco defendeu a licitude das cobranças e pela inexistência de danos morais. Réplica às fls.93/97. Vieram-me os autos conclusos. Decido. II-FUNDAMENTAÇÃO A causa comporta julgamento antecipado, uma vez que a matéria é unicamente de direito, dispensando dilação probatória, na forma do art. 355, I, do CPC. A preliminar de falta de interesse de agir da parte autora suscitada pela ré não merece prosperar. Isso porque, o interesse de agir do autor surge da necessidade de se obter, através do processo, a proteção do seu interesse, sendo certo que o seu interesse decorre do vínculo contratual estabelecido entre as partes. Portanto, se o consumidor não obteve satisfação, sentindo-se lesado, ele tem o direito de recorrer ao Judiciário para análise da questão, isto com base no princípio da inafastabilidade da jurisdição, sendo despiciendo prévio requerimento administrativo. Assim, rejeito a preliminar suscitada. No mérito. Alega a parte autora, em suma, ter aberto uma conta junto ao requerido, mas que jamais autorizou o desconto mensal de valores a título de cesta básica de serviços. De sua parte, alega o réu haver agido dentro dos limites legais, em respeito à regulação realizada pelo BACEN, mediante expressa ciência do correntista, através de publicação periódica de suas tarifas. Nesse contexto, a Resolução BACEN n. 3919 não proíbe a cobrança de serviços sobre transações que excedam um patamar mínimo, intitulado serviços essenciais, na esteira de seu art. 2º, de modo que a cobrança impugnada re?ete apenas o exercício regular de um direito. Ademais, em que pese a instituição financeira não demonstrar a contratação do serviço pela consumidora, o comportamento deste que utiliza diversos outros serviços bancários para além da gratuidade constitui-se como consentimento tácito da contratação de tais serviços. Nesse sentido, tem-se que a consumidora ao utilizar os referidos serviços gerou a expectativa da instituição financeira de ter aquela anuído com tais cobranças. A teoria dos atos próprios, ou a proibição de venire contra factum proprium protege uma parte contra aquela que pretenda exercer uma posição jurídica em contradição com o comportamento assumido anteriormente. Em relação ao pedido de indenização por danos morais, com base em conduta supostamente lesiva por parte do banco, que apenas promoveu a cobrança de tarifas de manutenção da conta aberta com a própria aquiescência da consumidora, não tem razão de ser, pois não a?gura causa e?ciente de dano à personalidade, ou de abalo aos valores imateriais do correntista. A esse respeito, trago julgado da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Amazonas: EMENTA: EMENTA:RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO BANCÁRIO. COBRANÇA DE CESTA BÁSICA. PAGAMENTO REALIZADO POR PROLONGADO PERÍODO. SERVIÇOS UTILIZADOS. TEORIA DO VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM. BENEFÍCIO REVERTIDO EM FAVOR DO CONSUMIDOR. DANO MORAL E MATERIAL NÃO CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.- A controvérsia objeto da lide trata da verificação de suposto ato ilícito do banco requerido, com a possibilidade de responsabilização por danos materiais e morais, diante da alegação de que efetuou descontos na conta bancária do autor, a título de tarifa de cesta básica de serviços, sem que houvesse solicitação ou autorização por parte deste.- No caso dos autos, verifico que, apesar de não haver contrato específico acerca do pacote de serviços, a autora, de há muito, tem conhecimento da sua cobrança, e, a meu ver, com ela tacitamente consentiu, porquanto não comprovou qualquer solicitação de cancelamento da cobrança junto à instituição bancária tão logo realizados os primeiros descontos, o que, inobstante a inversão do ônus probatório incidente nas lides de consumo, era ônus que lhe competia, pois incabível imputar à recorrida a prova negativa da solicitação.- Dessa forma, não constato a ocorrência de prática abusiva a macular o direito da consumidora, tendo sido o benefício revertido em seu proveito, de modo que inexiste o dano moral alegado, razão pela qual a improcedência do pedido indenizatório por danos morais deve ser mantida.- No caso, sequer existiu o dano material, porquanto a Recorrente utilizou além dos serviços gratuitos disponibilizados na Resolução 3.919 do Bacen, de modo que a cobrança da cesta básica foi legítima e a cobrança foi em valor abaixo do que seria se fosse cobrada pelo serviço de maneira individual.- Precedentes da 1ª Turma: 0609857-32.2016.8.04.0015, Relatora: Naira Neila Batista de Oliveira Norte; Comarca: Capital - Fórum Des. Mário Verçosa; Órgão julgador: 1ª Turma Recursal; Data do julgamento: 25/05/2017; Data de registro: 05/06/2017; e 0000548-46.2014.8.04.6501, Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira; Comarca: Fórum de Presidente Figueiredo; Órgão julgador: 1ª Turma Recursal; Data do julgamento: 21/06/2017; Data de registro: 26/06/2017.- Sendo assim, CONHEÇO DO RECURSO E NEGO LHE PROVIMENTO. Mantida a sentença em seus fundamentos na forma do artigo 46 da lei 9.099/95.- Condeno o Recorrente em custas e honorários de advogado, estes fixados em 10% sobre o valor da causa, ao passo que suspendo a exigibilidade de tais verbas pelo prazo e forma prevista no artigo 98, § 3º do CPC ante a concessão do benefício da justiça gratuita concedida em fls. 87.- É como voto. . DECISÃO: Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.. Sessão: 23 de fevereiro de 2018. Processo: 0604481-28.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível. Por tais fundamentos, incabível os danos morais e materiais pleiteados. III-DISPOSITIVO A teor do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos de indenização por danos materiais e morais, com fulcro no art.487, I, do Código de Processo Civil. De outro lado, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido para determinar que a parte ré se abstenha de impor e cobrar a cesta básica de serviços, oferecendo somente os serviços essenciais gratuitos previstos na Resolução BACEN 3.919/10, sendo facultado, caso haja concordância da parte autora, a utilização das cestas padronizadas de serviços. Concedo o prazo de até 30 dias após a intimação para cumprimento da obrigação de fazer, sob pena de multa de R$ 1.000,00 para cada débito de cobrança de cestas de tarifas sem anuência da cliente. Confirmo a tutela de urgência. Face a sucumbência recíproca, condeno as partes ao pagamento, pro rata, das custas processuais e honorários advocatícios, este último fixado em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º do CPC, suspensa a exigibilidade em face da autora, vez que beneficiária da gratuidade de justiça. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: OCIVAN SILVA DE SOUZA (OAB 9480/AM) - Processo 0605517-53.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito,

Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Haroldo Lamego Matos - I-RELATÓRIO Vistos, etc. Cuida-se de ação de busca e apreensão que Aymore Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em face de Haroldo Lamego Matos. Ajuizou o autor a presente ação de Busca e Apreensão do bem indicado na exordial, com sustentáculo no art. 3º do Dec-Lei nº 911/69, com a alteração dada pela Lei 10.931/04, o qual foi alienado fiduciariamente em garantia. Às fls. 29/30 foi deferida a apreensão liminar solicitada na inicial, a qual foi efetivada às fls. 39/40 dos autos. Devidamente citada, a parte ré apresentou defesa às fls. 41/48 aduzindo que não estava em mora. Decisão de fls. 75/77 que determinou a restituição do veículo ao autor em sede de tutela de urgência. Às fls. 100/103, decisão em sede de Agravo de Instrumento que manteve a tutela de urgência. Vieram-me os autos conclusos. Decido. II-FUNDAMENTAÇÃO De logo, hei de ressaltar que o feito comporta julgamento antecipado na fora do art. 355, I do Digesto Processual Civil, já sendo assente a lição segundo a qual presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder. Da análise atenta do contrato colacionado de fls. 14/16, verifico a contratação de seguro proteção financeira no valor de R$ 931,11 (novecentos e trinta e um reais e onze centavos). Devidamente intimado para apresentar a regulamentação do serviço do seguro sob pena de reputarem-se verdadeiros os fatos afirmados na exordial (fls. 77), a instituição financeira quedou-se inerte. O requerido deixou de pagar regularmente as parcelas desde outubro/2016. A notificação extrajudicial deu-se em dezembro/2016 referente a essas últimas parcelas. O seguro proteção financeira garante o pagamento do financiamento, de mensalidades ou prestações por um período pré-determinado. Exclusivamente da posse dos documentos juntados aos autos, não se pode concluir qual o regulamento que rege o serviço, ante a inércia do autor em proceder com a juntada do contrato. Desse modo, deve-se acatar as informações dadas pelo réu, qual seja, a cobertura de cinco parcelas caso houvesse desemprego. Sendo assim, resta incontroverso que o réu não estava em mora no momento da notificação extrajudicial. A constituição em mora é requisito indispensável a propositura da ação de busca e apreensão: PROCESSO CIVIL. BUSCA E APREENSÃO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. EMENDA À INICIAL. NÃO ATENDIMENTO. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL FRUSTRADA. INEXISTÊNCIA DE CONSTITUIÇÃO DA MORA. FALTA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO.- No juízo de cognição superficial efetivado ao analisar a petição inicial, ao magistrado é dado receber a inicial, determinar sua emenda ou indeferi-la de plano. Verificada a possibilidade de emenda, em observância ao princípio da economia processual, é viável a determinação para tal prática por mais de uma vez.- A extinção do feito deve ser considerada como última solução a ser tomada, quando impossível o regular tramite da ação.- A constituição em mora, nos casos de alienação fiduciária, é efetivada por intermédio da notificação extrajudicial ou do protesto, a critério do credor, inteligência do artigo 2º, §2º do DL 911/69. No entanto, frustrada a notificação judicial, o protesto é medida que se impõe.- Optando pela notificação extrajudicial, efetivada por cartório de títulos e documentos, esta será válida se entregue no endereço fornecido pelo devedor. No entanto, havendo devolução da notificação ao remetente, esta não surtirá o efeito pretendido.- Havendo impossibilidade de entrega da notificação extrajudicial, por culpa do devedor, ou seja, caso este não seja localizado, embora enviada a notificação no endereço do contrato, cabe ao credor, fazendo uso do disposto no artigo 2º, §2º do DL 911/69, efetivar o protesto judicial do débito, já que a norma estabelece estas duas possibilidades para caracterização da mora do contratante.- A comprovação da mora é indispensável para a propositura da ação de busca e apreensão, sendo pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, e não necessária apenas para o deferimento da liminar.- Recurso conhecido e não provido.(Acórdão n.820431, 20140910039840APC, Relator: LEILA ARLANCH, Revisor: TEÓFILO CAETANO, 1ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 10/09/2014, Publicado no DJE: 25/09/2014. Pág.: 104) A par de tais ilações, o processo deve ser extinto sem resolução do mérito. III-DISPOSITIVO A teor do exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, com fulcro no art.485, IV, do CPC. Torno definitiva a tutela de fls. 75/77 ao fito de manter o requerido na posse do bem. Fundado no principio da causalidade, condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, este último fixado em 10% sobre o valor da condenação, conforme art. 85, §2º do CPC. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NATASHA CRISTINA PEREIRA DE JESUS (OAB 8437/AM) - Processo 0605636-14.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Tvlândia Empreendimentos Imobiliários Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0608533-44.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PUALANÍ MOREIRA BARRETO (OAB 9852/AM), ADV: FRANCISCA DAS CHAGAS DE SOUSA SANTOS (OAB 9336/AM), ADV: DÉCIO XAVIER BRANT (OAB 8965/AM), ADV: EDUARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6032/AM), ADV: SIMONE ROSADO MAIA MENDES (OAB 4550/PI) - Processo 0609549-72.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo por Denúncia Vazia - EXEQUENTE: SILVA E NASCIMENTO EVENTOS E FESTAS LTDA, ME (CREPE BISTRÔ) - EXECUTADO: Luiz Augusto Ervolino - Vistos, etc. Extrai-se dos autos que houve a satisfação integral do débito exequendo. Nesse passo, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento das custas, solicito a devolução dos autos a esta serventia para que procedamos a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Transcorrido o prazo, sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Cumpra-se.

ADV: CAROLINA POSTIGO SILVA (OAB 9214/AM), ADV: THERSE CATARINE PIRES FIGUEIREDO (OAB 11406/AM), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM), ADV: ADRIANE LARUSHA DE OLIVEIRA ALVES (OAB 10860/AM), ADV: ALINE FERREIRA DE ANDRADE (OAB 7676/AM), ADV: ILKA CRISTINA DI FELÍCIO PINTO DA SILVA (OAB 9727/AM), ADV: ANDRÉ RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 5016/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM),

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0611890-42.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: UNICRED MANAUS - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E DEMAIS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DE NÍVEL SUPERIOR - EXECUTADO: CARLOS ALBERTO BENTO DA SILVA - ME - Vistos, etc. Indefiro o pedido trazido pelo executado, tendo em vista que o executado não se desincumbiu do ônus de provar que o valor bloqueado em questão, caso mantida a penhora, causará inegável impacto no capital de giro da empresa. A parte reclamada tenta de forma genérica aventar que o numerário bloqueado, era o único que dispunha para cumprir com suas obrigações tributárias, pró-labore dos sócios e obrigações trabalhistas perante o funcionário contratado. Contudo, não juntou documento algum, que pudesse sequer, corroborar com a tese trazida em sede de impugnação (fls.541/545). Portanto, não restou comprovada a sugerida impenhorabilidade de que trata o artigo 833, IV do NCPC. Com efeito, expeça-se alvará dos valores bloqueados em favor da exequente. A outro giro, tendo em vista o manifesto interesse da parte reclamante, na manutenção da penhora no rosto dos autos feito às fls. fls.173/175, determino a expedição de ofício à 14ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho informado-lhe para que sejam resguardados os direitos da Exequente nos valores penhorados no rosto dos autos nº 0622349-06.2013.8.04.0001. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROSA MARIA CHAVES DA SILVA (OAB 8436/AM) - Processo 0612511-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Divisão e Demarcação - REQUERENTE: Dezildo Costa Jansen - Vistos, etc. Velando pelo Princípio de promoção pelo Estado da solução por auto-composição, designo nova audiência de conciliação que realizar-se-á no dia 16/09/19 às 08:30 horas no Cejusc - Civil. Tendo em vista que fora deferido os beneficios da justiça gratuita para o autor, à secretaria para que expeça mandado de citação para o endereço Rua Doutor Ademar n. 55-B casa 3, fundos, Bairro Zumbi II, CEP: 69084-101, Manaus/Amazonas. Faça-se constar no expediente as seguintes observações: Art. 335. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4o, inciso I; Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. (art. 344 do CPC). O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC). As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. (§ 9º do art. 334 do CPC) A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação, poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A audiência será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis -Telefone: (92) 3303-5246. Após, determino que os autos sejam remetidos ao CEJUSC-Cível, a fim de que seja realizada audiência de conciliação. Intime-se o autor através de seu patrono para que compareça ao ato, na data e horário marcados. À secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: CAMILLY MARTINS BRASIL (OAB 11085/AM), ADV: JULIANA DA SILVA SEREJO (OAB 3922/AM) - Processo 0614305-85.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Acácias - REQUERIDO: Flavio Soares Medeiros Junior - Em virtude de equívoco na forma de pagamento utilizada para o pagamento das custas processuais, à Secretaria que expeça ofício à Caixa Econômica Federal a fim de que esta transfira os valores depositados judicialmente, conforme documento de fls.93, para a conta de recolhimento de custas do Tribunal. Cumpra-se.

ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: DR. RAFAEL REIS GOMES DA SILVA (OAB 13660/AM), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 53182/DF), ADV: NATHALIA PEREIRA LEITE VILELA TEIXEIRA (OAB 167006/RJ), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0617470-77.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Geison Barros de França - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 259/260, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0621538-36.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SIDNEY OHANA TUFY (OAB 13254/AM) - Processo 0627218-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Manoel Baraúna Marinho - I-RELATÓRIO Vistos, etc. Cuida-se de ação de rescisão contratual cumulada com reintegração de posse de veículo proposta por Manoel Baraúna Marinho contra Jander Cleiton Rebelo Gonçalves, ambos qualificados. Narra o autor ter vendido ao réu um caminhão modelo IVECO/DALLY, ano 2011/2012, Placa JXV-7441, ficando estabelecido e ajustado o valor de R$4.500,00 de entrada e 26 parcelas de R$1.500,00. Alega que o requerido nunca pagou com as parcelas do financiamento. Sustenta que vem recebendo várias notificações de multas de trânsito. Pugna pela busca e apreensão do veículo de forma liminar; restituição das parcelas não pagas e declaração de responsabilidade do réu pelas multas e débitos existentes. Às fls.47/49, concessão de tutela de urgência para reintegração de posse do veículo. Às fls. 51/53, certidão do oficial de justiça cumprindo a liminar e citando o réu. Às fls.54, certidão de decurso de prazo para oferecimento de contestação. É o relatório. Decido. II-FUNDAMENTAÇÃO Consoante se depreende dos autos, a parte ré, conquanto regularmente citada, deixou transcorrer in albis o prazo de contestação, motivo pelo qual reconheço a sua revelia e, não incorrendo a demanda em nenhuma das hipóteses elencadas no art. 345, aplico-lhe a pena de confissão quanto à matéria de fato aduzida na vestibular, com estribo no art. 344, sem prejuízo da disposição a que alude o art. 346, todos do Digesto Processual Civil de 2015. Nesse soar, vislumbro ser prescindível a produção pelo autor de outra provas em audiência de instrução e julgamento, razão pela qual passo a proferir julgamento antecipado da lide, com lastro no art. 355, II, do NCPC. Na hipótese dos autos, denota-se que o caso trata de verdadeiro contrato de gaveta, ou seja, venda de veículo gravado com alienação fiduciária, o que tem sido admitido em nosso ordenamento jurídico, sendo válido entre os contratantes e não produzindo qualquer eficácia jurídica em relação ao agente financiador que não deu anuência. No caso em tela, observa-se que o réu não cumpriu com o avençado, deixando de pagar as parcelas do veículo, circunstância que conduz à inevitável decretação de rescisão contratual, com a perda da entrada paga, consoante previsão contratual, além da reintegração de posse do veículo em favor do autor. Em relação ao pedido de declaração de responsabilidade do réu para efetuar o pagamento de todas as multas e infrações de trânsito cometidas durante o período que esteve na posse do bem, apesar da venda não ter sido comunicada ao Detran, o que torna o proprietário responsável solidário por multas e infrações de trânsito, entendo pertinente o pedido de declarar os referidos débitos como de responsabilidade do réu, uma vez que ele efetivamente as cometeu. De outro

lado, não se mostra cabível a condenação do réu ao pagamento das parcelas do sinalagma, uma vez que a previsão contratual restringiu-se a prever que a inadimplência das parcelas pelo comprador acarretararia apenas a perda das parcelas pagas, silenciando quanto as parcelas vencidas. Assim, uma vez que não foi requerida indenização a outro título, muito menos pugnou-se pela arbitramento de valor pela utilização do bem, não há como acolher o pleito neste ponto. III-DISPOSITIVO A teor do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, com fulcro no art.487, I, do CPC, para declarar rescindido o contrato e igualmente declarar a responsabilidade do réu pelo pagamento das multas de trânsito até a efetiva devolução do veículo, devendo-se aplicar juros legais de 1% ao mês a contar da citação e correção monetária do efetivo desembolso, a ser apurado na fase de cumprimento de sentença. Confirmo a tutela provisória de urgência. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de restituição das parcelas vencidas do contrato. Em razão da sucumbência mínima do autor, condeno integralmente a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, este último fixado em 10% sobre o valor da condenação, conforme art. 85, §2º do CPC. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROSEANE LIMA DOS ANJOS (OAB 10862/AM), ADV: BRUNO INFANTE FONSECA (OAB 1945E/AM) - Processo 0629399-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Walam Silvestre da Silva - Vistos, etc. Cuida-se de ação de procedimento comum ajuizada por Walam Silvestre da Silva contra Banco do Brasil S/A . Às fls. 34 foi proferido despacho no sentido de intimar o autor para emendar a inicial. Contudo, manteve-se inerte. Vieram-me os autos conclusos. Decido. Perlustrando o caderno processual, verifico que o autor, a despeito da cautela deste Juízo em intimá-lo a fim de promover os atos que lhe competem, deixou transcorrer o prazo concedido in albis, circunstância esta que, como corolário, deverá acarretar a extinção do processo sem resolução do mérito decorrente do indeferimento de sua petição inicial. Sobre o tema, colaciono: PROCESSUAL CIVIL. PETIÇÃO INICIAL. ABERTURA DE PRAZO PARA SUPRIMENTO DA FALHA. PRINCÍPIOS DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS E DA ECONOMIA PROCESSUAL. NÃO REGULARIZAÇÃO. RATIO ESSENDI DO ARTIGO 284 DO CPC. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS DO STJ. 1. A extinção do processo, sem julgamento do mérito, ante a ausência de documentos essenciais à propositura da ação ou irregularidade na petição inicial, oportunizada a emenda à inicial, não revela violação ao art. 284 do CPC. Precedentes do STJ: REsp 671986/RJ, DJ 10.10.2005; REsp 802055/DF, DJ 20.03.2006; RESP 101.013/CE, DJ de 18.08.2003; AGRESP 330.878/AL, DJ de 30.06.2003; RESP 390.815/SC, DJ de 29.04.2002; RESP 384.962/MG, DJ de 08.04.2002 e RESP 319.044/SP, DJ de 18.02.2002. 2. O Código de Processo Civil, em seus arts. 282 e 283, estabelece diversos requisitos a serem observados pelo autor ao apresentar em juízo sua petição inicial. Caso, mesmo assim, algum desses requisitos não seja preenchido, ou a petição apresente defeito ou irregularidade capaz de dificultar o julgamento do mérito, o CPC permite (art. 284) que o juiz conceda ao autor a possibilidade de emenda da petição - se o vício for sanável, porque, se insanável, enseja o indeferimento prima facie. Não cumprida essa determinação judicial, a petição inicial será indeferida, nos temos do art. 295, VI. do CPC c/c o parágrafo único do 284, o que significa extinção do processo sem julgamento do mérito com fulcro no art. 267, I, do CPC. 3. In casu. não obstante tenha sido intimado para regularizar o feito, o autor não cumpriu da diligência, motivo pelo qual a petição inicial restou indeferida. 4. Recurso especial desprovido. (REsp 827.242/DF, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/11/2008, DJe 01/12/2008). Nesse diapasão, tendo em vista a ausência de cumprimento da diligência que competia ao autor na espécie, qual seja, a emenda da inicial, o indeferimento da inicial é medida que se impõe. Dispositivo A teor do exposto, INDEFIRO a petição inicial, nos termos do art. 330, IV c/c 321, parágrafo único, ambos do CPC Custas pelo autor. Havendo apelação, cite-se o réu para responder ao recurso. Após, remetam-se ao Tribunal. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos para a contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito em seu desfavor. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HIGOR CESAR DE CASTRO (OAB 12719/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0630427-47.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0252161-32.2011.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Biriba Produções Artisticas Ltda - EXECUTADO: Otávio Raman Neves - Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, indique medida executiva pertinente para o desenvolvimento válido e regular do processo, sob pena de suspensão da execução, na forma do art.921, III, §1º, do CPC. Advirto, desde logo, que não serão deferidas diligências protelatórias ou já realizadas por este juízo. Transcorrido o prazo mencionado, com ou sem manifestação do credor, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: THIAGO CAVALCANTE DA COSTA (OAB 37011/CE), ADV: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JÚNIOR (OAB 16045/CE), ADV: ANTÔNIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE) - Processo 0630680-69.2016.8.04.0001 - Monitória - Mútuo - REQUERENTE: Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: KÁSSIA CRISTINA PEREIRA TORRES (OAB 10577/AM) - Processo 0631363-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Marlete da Costa Vasconcelos - Vistos, etc. Com fulcro nos artigos 320 e 321 do Código de Processo Civil, determino a intimação da requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, emende a exordial no sentido de que: 1) junte os contracheques do ano de 2015, 2018 e os restantes do ano de 2019. Saliente-se que a inércia ensejará o indeferimento da petição inicial, consoante art. 321, § único c/c art. 485, IV, do Digesto Processual Civil. Ultrapassado o prazo, com ou sem manifestação, voltem-me imediatamente conclusos. Quanto à gratuidade de justiça, DEFIRO-A. Cumpra-se. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631407-23.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - I - RELATÓRIO Vistos, etc Cuida-se de ação monitória intentada por Amazonas Distribuidora de Energia S/A, em face de Neire Francisca Serrão dos Santos, a fim de que o débito indicado na exordial seja devidamente adimplido. A Autora lastreia sua pretensão nos documentos anexos à vestibular, correspondentes ao Contrato entabulado com a parte requerida. Sustenta, igualmente, que os débitos oriundos não foram pagos, sendo imprescindível, portanto, o manejo da presente monitória, a fim de receber os valores inadimplidos. Requereu, por fim, a condenação da ré ao pagamento do importe, acrescido de juros moratórios e correção monetária. Consoante se depreende dos autos, a parte requerida, conquanto regularmente citada, deixou transcorrer in albis o prazo para oposição de embargos

à monitória, sem, contudo, apresentar qualquer manifestação, motivo pelo qual reconheço a revelia e, não incorrendo a demanda em nenhuma das hipóteses elencadas no art. 345, aplico-lhe a pena de confissão quanto à matéria de fato aduzida na vestibular, com estribo no art. 344, sem prejuízo da disposição a que alude o art. 346, todos do Digesto Processual Civil de 2015. Nesse soar, vislumbro ser prescindível a produção pelo Autor de demais provas em audiência de instrução e julgamento, razão pela qual passo a proferir julgamento antecipado da lide, com lastro no art. 355, II, do NCPC. II - FUNDAMENTAÇÃO Não se afigura despiciendo acrescentar que a autora acostou arcabouço documental bastante para a comprovação da existência de consumo de energia elétrica sem a devida contraprestação do usuário do serviço. Ademais, em que pesem as excepcionalidades descritas no rol do art. 345, a inadimplência do devedor se acha demonstrada, em razão da própria pena de confissão ficta, cujo corolário é a presunção de veracidade dos fatos articulados pelo autor, constatação que auxilia na configuração do indigitado inadimplemento contratual, influenciando, com alguma relevância, o convencimento deste Juízo. Inteligência do art. 374, IV, do Digesto Processual Civil de 2015. Posto isso, transmutada a prova escrita em título executivo judicial, mister é que se proceda à conversão do mandado de pagamento em mandado executivo, ex vi do caput do art. 700 do Digesto Processual Civil. Verificada a revelia, dela decorrem os seguintes efeitos: a) presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor na petição inicial; b) desnecessidade do revel ser intimados dos atos processuais subsequentes. III - DISPOSITIVO Ex positis, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado no bojo da ação monitória intentada por Amazonas Distribuidora de Energia S/A, em face de Neire Francisca Serrão dos Santos, nos termos do artigo 701, §2º, do CPC, para constituir o título executivo judicial no valor de R$201.840,85(Duzentos e um mil, oitocentos e quarenta reais e oitenta e cinto centavos). Aplique-se juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação inicial e correção monetária a contar do vencimento da obrigação, conforme art. 405 e 406 do Diploma Civil. Custas e honorários advocatícios pelo réu, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, com suporte no art. 85, §2º, do CPC. Havendo apelação, intime-se a parte adversa para contrarrazoar. Após, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM), ADV: ALESSANDRA VANESSA LIMA ARCANJO (OAB 13470/AM) - Processo 0632083-39.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Francinaldo de Souza Medeiros - Vistos, etc. Tendo em vista o grande lapso temporal decorrido sem que autarquia ré tenha depositado o valor da condenação transitada em julgado, conforme RPV expedido às fls. 179/180, requisite-se à autoridade supervisora do sistema bancário, por meio do BACENJUD, a indisponibilidade dos ativos financeiros existentes em nome da parte executada, na forma do art. 854 do Código Processo Civil de 2015. Caso positivo, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado, qual seja, R$ 21.534,71, sendo a parte exequente:Francinaldo de Souza Medeiros e a parte executada:

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0632317-50.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - De ordem, intimo a parte Requerente para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls.95 recebido por terceiro,e em fls.94 sem cumprimento, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/ carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM) - Processo 0632488-75.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Milton Passos Delgado - INTSSADO: DENIS,DANTAS & LOPES ADVOGADOS ASSOCIADOS e outro - Indefiro pleito de fls. 104/105, uma vez que os dados requisitados para fins de pesquisa ao sistema SIEL encontram-se presentes nos autos, bem como indefiro o pedido retro de expedição de ofício(s) às companhias telefônicas, em razão de que, afora as hipóteses específicas de consulta aos sistemas eletrônicos aos quais o Poder Judiciário tem acesso (Bacenjud, Infojud, Renajud e SIEL), é ônus exclusivo da parte autora averiguar e indicar a qualificação e endereço completos da parte adversa. Demais disso, decorre da experiência deste julgador o ínfimo resultado positivo de tais ofícios, muitos dos quais nem ao menos são respondidos (malgrado reiterações), tudo a revelar que a diligência solicitada tem mero efeito procrastinatório. Portanto, intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, requerer o que entender de direito, sob pena de manutenção da suspensão dos autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0637023-13.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/ carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0637955-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Marco Aurélio Gonçalves de Almeida - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 286/293 no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ALVARO PAEZ JUNQUEIRA (OAB 160245/SP), ADV: KLEBER DEL RIO (OAB 203799/SP), ADV: ATHILA RENATO CERQUEIRA (OAB 237770/SP) - Processo 0639786-84.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nota Fiscal ou Fatura - REQUERENTE: Futura Tecnologia Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos da Amazonia Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência (citação por hora certa), bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0640032-46.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc. Cuida-se de ação de busca e apreensão ajuizada por Banco Bradesco S/A em face de Sanis Mario Oliveira Marinho. A constituição em mora é pressuposto essencial de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, como determina

o artigo 2º, parte final do § 2º, do Dec. Lei 911/69. Contudo, conforme documento acostado pelo autor, verifica-se que a notificação extrajudicial, com aviso de recebimento, deixou de ser entregue ao citando, sob a justificativa de que houve mudança de endereço, restando ausente a comprovação de constituição em mora do devedor. Precedentes do STJ: AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BUSCA E APREENSÃO. MORA. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA DO DEVEDOR. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL OU POR PROTESTO DO TÍTULO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. "A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que, na alienação fiduciária, a mora do devedor deve ser comprovada pelo protesto do título ou pela notificação extrajudicial feita por intermédio do Cartório de Títulos e Documentos, entregue no endereço do domicílio do devedor" (AgRg no AREsp 41.319/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 03/09/2013, DJe 11/10/2013) 2. Ainda que não se exija que a notificação extrajudicial seja recebida pessoalmente pelo devedor, verifica-se que, na hipótese em apreço, ela, de fato, não se efetivou. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg no AREsp: 501866 PR 2014/0085430-2, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Julgamento: 10/06/2014, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/06/2014) AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. MORA. COMPROVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. PROVA DO RECEBIMENTO. NECESSIDADE. 1. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que, em caso de alienação fiduciária, a mora deve ser comprovada por meio de notificação extrajudicial realizada por intermédio do Cartório de Títulos e Documentos a ser entregue no domicílio do devedor, sendo dispensada a notificação pessoal. 2. Na hipótese, o Eg. Tribunal de origem consigna que não há comprovação de que a notificação, embora remetida para o endereço constante do instrumento contratual, foi efetivamente recebida no endereço do domicílio do devedor, não restando, portanto, comprovado o atendimento do requisito da constituição deste em mora para prosseguimento da ação de busca e apreensão. 3. Embora desnecessário o recebimento da notificação pelo próprio devedor, exige-se, pelo menos, a comprovação de que efetivamente houve o recebimento no endereço do seu domicílio. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no Ag 1315109/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 01/03/2011, DJe 21/03/2011) QUANDO FOR PROTESTO POR EDITAL COLACIONAR ESTA JURISPRUDENCIA: SE NAO FOR POR EDITAL RETIRÁ-LA DA SENTENÇA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. INTIMAÇÃO DO PROTESTO DO TÍTULO FEITA POR EDITAL. AUSÊNCIA DE PROVA DA FRUSTRAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR. COMPROVAÇÃO DA MORA NÃO CONFIGURADA. Em ação de busca e apreensão fundada no contrato de alienação fiduciária, o protesto do título feito por edital é meio permitido de comprovação de mora, todavia este deve ser utilizado apenas nos casos em que o devedor se encontra em local incerto e não sabido, sob pena de ineficácia do ato notarial. Recurso desprovido. APL 9183819062008826 SP 9183819-06.2008.8.26.0000. Relator(a): Gilberto Leme. Julgamento: 24/04/2012. Órgão Julgador: 27ª Câmara de Direito Privado. Publicação: 26/04/2012. Esclareço que a constituição em mora deve ser prévia, ou seja, anterior a propositura da ação de busca e apreensão fundada no Decreto-lei nº 911/69, por isso incabível a constituição em mora no curso do processo, consequentemente, não há falar em emenda à inicial. No mesmo entendimento: AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. AUSÊNCIA DA NOTIFICAÇÃO VÁLIDA. MORA NÃO CONFIGURADA. EXTINÇÃO DE OFÍCIO DA DEMANDA. APLICAÇÃO DO ART. 267, INCISO IV, DO CPC. IMPOSSIBILIDADE DE EMENDA DA INICIAL, NO CASO CONCRETO, POSTO QUE A CONSTITUIÇÃO EM MORA DEVE SER PRÉVIA AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO E O DOCUMENTO JUNTADO AOS AUTOS COMPROVA QUE A MESMA SE REALIZOU APÓS A DETERMINAÇÃO DO JUÍZO DE ORIGEM. A prova da mora é imprescindível à busca e apreensão (Súmula 72, STJ), e deve dar-se via carta com aviso de recebimento, na forma do artigo 2º, § 2º, do DL 911/69, com nova redação dada pela Lei nº 13.043/14. Notificação não entregue no endereço do destinatário, ausência de constituição válida em mora. Posterior juntada de notificação realizada depois do ajuizamento da lide, o que retira do devedor a possibilidade de pagar o débito extrajudicialmente e evitar as consequências nefastas do processo judicial. Ação julgada extinta, diante da ausência de pressupostos processuais, nos termos do artigo 267, IV, do CPC. JULGADA EXTINTA, DE OFÍCIO, A AÇÃO ORIGINÁRIA, RESTANDO PREJUDICADO O MÉRITO DO RECURSO. (Agravo de Instrumento Nº 70065451270, Décima Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Roberto Sbravati, Julgado em 26/06/2015). Ante o exposto, ausente pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, EXTINGO o presente feito sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, IV do CPC. Havendo recurso de apelação, cite-se o réu para contrarrazoar. Após o trânsito em julgado, determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0653207-44.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca dos ARs juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Adriane Larusha de Oliveira Alves (OAB 10860/AM)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Alessandra Vanessa Lima Arcanjo (OAB 13470/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Aline Ferreira de Andrade (OAB 7676/AM)
ALVARO PAEZ JUNQUEIRA (OAB 160245/SP)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Rodrigues de Almeida (OAB 5016/AM)
Antônio dos Santos Mota (OAB 19283/CE)
Athila Renato Cerqueira (OAB 237770/SP)
Bruno Infante Fonseca (OAB 1945E/AM)
Bruno Ricardo Lima Tapajós (OAB 5695/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camilly Martins Brasil (OAB 11085/AM)
Carla Passos Melhado Cochi (OAB 187329/SP)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 53182/DF)
Carolina Postigo Silva (OAB 9214/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Décio xavier Brant (OAB 8965/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
DR. RAFAEL REIS GOMES DA SILVA (OAB 13660/AM)
Eduardo Alvarenga Viana (OAB 6032/AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fabrício Guerra Furtado (OAB 346A/AM)
Francisca das Chagas de Sousa Santos (OAB 9336/AM)
Francisco Aldairton Ribeiro Carvalho Júnior (OAB 16045/CE)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Higor Cesar de Castro (OAB 12719/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Ilka Cristina di Felício Pinto da Silva (OAB 9727/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Janeyla Santos Suijkerbuijk (OAB 5874/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)

José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Juliana da Silva Serejo (OAB 3922/AM)
Júlio César Rubim de Moraes (OAB 4727/AM)
Kássia Cristina Pereira Torres (OAB 10577/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
KLEBER DEL RIO (OAB 203799/SP)
Luciano Valente Macambira (OAB 7555/AM)
Marcellus de Magalhães Cordeiro Júnior (OAB 7085/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Rosiane de Brito Andrade (OAB 7628/AM)
Nataniel Pereira Massulo (OAB 12038/AM)
Natasha Cristina Pereira de Jesus (OAB 8437/AM)
Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB 167006/RJ)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
OCIVAN SILVA DE SOUZA (OAB 9480/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Pualaní Moreira Barreto (OAB 9852/AM)
Rendell Machado Valente Cavalcante (OAB 4759/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Rosa Maria Chaves da Silva (OAB 8436/AM)
Roseane Lima dos Anjos (OAB 10862/AM)
Sidney Ohana Tufy (OAB 13254/AM)
Simone Rosado Maia Mendes (OAB 4550/PI)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Therse Catarine Pires Figueiredo (OAB 11406/AM)
Thiago Cavalcante da Costa (OAB 37011/CE)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0144/2019

ADV: MICHEL FARAH SADALA SENA (OAB 9438/AM), ADV: ALCIMAR ALMEIDA SENA (OAB 2788/AM) - Processo 0002261-22.1997.8.04.0012 (012.97.002261-8) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Raimundo Joao de Faria Marinho - Diante do teor da petição de fls. 322/325, concedo ao exequente o prazo de 15 (quinze) dias para que se manifeste sobre os cálculos. Após, retornem conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: KELLVIN DO NASCIMENTO SOBRINHO (OAB 4494AM) - Processo 0087879-21.2004.8.04.0001/01 (001.04.087879-2/00001) - Execução Provisória de Sentença - REQUERENTE: Angela Cavazzana Gonçalves Targino - Examinando os presentes autos e seus apensos, verifica-se que a execução da “multa” pretendida pela Autora foi excluída quando do julgamento dos Embargos à Execução n.º 0223530-44.2012.8.04.0001 (transitado em julgado), prosseguindo-se a execução tão somente em relação aos honorários sucumbenciais arbitrados na sentença do processo principal Ademais, verifica-se que a execução dos referidos honorários sucumbenciais está sendo processada nos autos do processo principal. Pelo exposto, impõe-se a baixa e o arquivamento do presente feito, a fim de se evitar duplicidade de execuções. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEÔNIDAS MAGALHÃES NETO (OAB 6085/AM), ADV: DAVIS D’ALBUQUERQUE BRAGA (OAB 5081/AM), ADV: LUIZ HENRIQUE D ALBUQUERQUE VEIGA LIMA (OAB 7651/AM) - Processo 0230859-05.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Anulação - REQUERENTE: Aldri Serviços Ltda - Verifica-se que a executada permanece inerte, em que pese os atos iniciais de constrição judicial. Assim, determino que se prossiga com a execução, expedindo-se mandado para remoção e avaliação dos veículos penhorados. Os bens ficarão à disposição da Justiça, sob a responsabilidade da Central de Transportes do Tribunal de Justiça, até a venda em hasta pública. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LINIKER CARMO DE HOLANDA (OAB 7893/AM), ADV: ARLECY DE SOUZA FERREIRA (OAB 6581/AM), ADV: VICTOR DA SILVA TRINDADE (OAB 2991/AM) - Processo 0600353-44.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Aldeir Angelo Mota - Chamo o feito à ordem para declarar sem efeito o segundo parágrafo do Despacho de fl. 758. A fim de subsidiar a elaboração dos cálculos dos valores pretéritos, determino à Fundação Amazonprev que junte aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, (1) Declaração de Vencimentos em que conste o valor do soldo a que o militar reformado teria direito no posto de Terceiro Sargento, desde 30/09/2014 até hoje; e (2) ficha financeira do Requerente relativa ao mesmo período. De posse das informações acima, caberá ao exequente apresentar o demonstrativo discriminado e atualizado do crédito exequendo, que deverá contemplar TODOS os requisitos elencados nos incisos do Art. 534, CPC. Ademais, diante da inércia da Fundação Amazonprev quanto ao cumprimento da obrigação de fazer, concedo-lhe novo prazo de 15 (quinze) dias para inclusão do soldo de 3º Sargento PM nos rendimentos do Requerente, sob pena de bloqueio de valores, via Bacenjud, na ordem de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), como medida coercitiva para assegurar a efetividade do julgado. Escoado o prazo assinado sem que haja comprovação nos autos do cumprimento da obrigação, proceda-se imediatamente ao bloqueio da quantia supramencionada. O valor deverá permanecer bloqueado até que venha aos autos prova do efetivo cumprimento da Decisão Judicial, sem prejuízo da majoração da constrição caso o Estado do Amazonas permaneça inerte por prazo superior a 30 (trinta) dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DIMAS FONSECA PEREIRA (OAB 8765/AM) - Processo 0608401-55.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Maria Clara Brasil Galvão - Decisão. Diante do exposto, RECONHEÇO A PRESCRIÇÃO do pleito correspondente ao período anterior a março/2012, em relação aos quais declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, II, do CPC. JULGO PROCEDENTES os pedidos de saldo de salário pelos 12 (doze) dias trabalhados no mês de novembro/2016, assim como do 13º salário proporcional remanescente do ano da dispensa, que se deu em 12.11.16, nos termos da fundamentação, por terem os contratados temporários assegurados os direitos sociais que foram constitucionalmente estendidos aos servidores públicos, nos termos da fundamentação. JULGO IMPROCEDENTES os pedidos de FGTS, pois a eventual irregularidade na contratação temporária não tem o condão de, por si só, alterar a natureza jurídica da relação administrativa firmada entre a Requerente e o Requerido, a ponto de assegurar-lhe verbas típicas de vínculo regido pela CLT, conforme ventilado na fundamentação. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução de mérito, consoante o artigo 487, I, do CPC. Em razão da sucumbência recíproca, fixo os honorários advocatícios às partes, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor que respectivamente sucumbiram, ficando a exigibilidade suspensa quanto à parte Autora, em virtude da gratuidade judicial deferida (fl. 22), ora ratificada. Custas pela parte Requerente, que fica isenta nos termos da lei. Deixo de submeter a sentença ao reexame necessário, a teor do que dispõe o art. 496, §3º, II do CPC. P.R.I.

ADV: THAISA CADAIS SEMEN (OAB 10433/AM), ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM), ADV: LAINA REGINA FERNANDES DE ALENCAR (OAB 10949/AM), ADV: MARIA CAROLINA PORDEUS E SILVA CARDOSO (OAB 8083/AM) - Processo 0610310-35.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Maria das Dores Toga da Silva - DECISÃO. Diante do exposto, ACOLHO a IMPUGNAÇÃO apresentada pelo Estado

do Amazonas, para reconhecer excesso de execução decorrente da aplicação de critérios equivocados de atualização do crédito executado, DETERMINANDO sejam tomados como balizadores da presente execução os valores nominais do cálculo de fls. 256/258 c/c demais parcelas e critérios de atualização constantes na tabela do item I da fundamentação. Honorários de sucumbência fixados no percentual de 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido com a Impugnação (art. 85, §§1º e 2º, do CPC), cuja exigibilidade fica suspensa por conta da gratuidade judicial deferida à fl. 120 (art. 98, §3º, do CPC). Custas pela Impugnada, isenta, nos termos da lei. Decorrido in albis o prazo recursal, encaminhe-se os autos à Contadoria Judicial para atualização cálculo de fls. 256/258 (coluna "valor devido"), c/c as demais parcelas e critérios estabelecidos na tabela constante no item I da fundamentação. Após, intime-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos e, caso não haja objeções, requisite-se o pagamento na forma da lei e com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0611897-92.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Piso Salarial - REQUERENTE: Evaristo Bitencourt de Araújo - Trata-se de controvérsia quanto ao cumprimento da obrigação de fazer fixada no Acórdão de fls. 252/259. Aduz o Requerente que a obrigação não foi cumprida, pois houve superveniência de lei federal fixando novo piso salarial para a categoria dos Agentes de Endemias. Por seu turno, a FVS informa o cumprimento da obrigação nos exatos termos do pedido e do que foi deferido no Acórdão de fls. 252/259. Prima facie, verifica-se que a alegação do Requerente padece de fundamento jurídico. O pedido inicial e o título executivo judicial fazem referência ao piso salarial fixado na lei federal n.º 12.994/2018 - R$ 1.014,00. Assim, conforme se vê na petição/documentos de fls. 331/336, a FVS incluiu na folha de pagamento de julho/2019 o piso salarial de R$ 1.014,00, dando-se por satisfeita a obrigação. O eventual descumprimento de lei federal superveniente que fixa novo piso salarial deve ser tratado em novo processo de conhecimento, caso seja de interesse do Exequente. Pelo exposto, reconhecido o adimplemento da obrigação de fazer a partir de julho/2019, concedo ao Exequente o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente o cálculo referente aos meses não incluídos na conta de fls. 269/270, considerando como piso salarial o valor de R$ 1.014,00, em todos os meses do cálculo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEIRY MARIA PADILHA DE ARAÚJO (OAB 9157/AM), ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM), ADV: JANAÍNA MENDONÇA DE MORAES (OAB 8070/AM), ADV: LEANDRO DE OLIVEIRA VIOLIN (OAB 4857/AM), ADV: LÍCIA NASCIMENTO HAYDEN XIMENDES (OAB 9085/AM) - Processo 0614653-74.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Paulo Roberto Chaves dos Santos - Decisão. Diante do exposto, RECONHEÇO A PRESCRIÇÃO do pleito correspondente ao período anterior a abril/2012, em relação aos quais declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, II, do CPC. JULGO IMPROCEDENTES os pedidos de 13º salário proporcional e férias proporcionais, ambos do ano de 2016, por terem sido devidamente pagos, como demonstram as fichas financeiras de fls. 40/70, nos termos da fundamentação. JULGO IMPROCEDENTES os pedidos de FGTS, pois a eventual irregularidade na contratação temporária não tem o condão, por si só, de alterar a natureza jurídica da relação administrativa firmada entre a Requerente e o Requerido, a ponto de assegurar-lhe verbas típicas de vínculo regido pela CLT, conforme ventilado na fundamentação. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução de mérito, consoante o artigo 487, I, do CPC. Honorários advocatícios pela parte Requerente, fixados em R$2.000,00 (dois mil reais), cuja exigibilidade fica suspensa pelo prazo legal, por conta da gratuidade judiciária deferida (fl.17), ora ratificada. Custas pela parte Requerente, que fica isenta em razão da gratuidade judiciária deferida, nos termos da lei. P.R.I.

ADV: BENHUR MEDIM DOS SANTOS (OAB 12176/AM) - Processo 0622154-79.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Glaucione Nogueira de Alencar - Decisão. Diante do exposto, RECONHEÇO A PRESCRIÇÃO do pleito correspondente ao período anterior a junho/2012, em relação aos quais declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, II, do CPC. JULGO PROCEDENTES os pedidos de 13º salário proporcional de 2016 e das férias proporcionais de 2016, considerando-se a data da dispensa em novembro/2016 (fls. 88/89), por terem os contratados temporários assegurados os direitos sociais que foram constitucionalmente estendidos aos servidores públicos, nos termos da fundamentação. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização de 30% (trinta por cento) pelo encerramento antecipado do contrato, dado o caráter precário da contratação, nos termos da fundamentação. JULGO IMPROCEDENTES os pedidos de FGTS, pois a eventual irregularidade na contratação temporária não tem o condão, por si só, de alterar a natureza jurídica da relação administrativa firmada entre a parte Requerente e o Requerido, a ponto de assegurar-lhe verbas típicas de vínculo regido pela CLT, conforme ventilado na fundamentação. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução de mérito, consoante o artigo 487, I, do CPC. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por dano moral, por não reconhecer dano indenizável a esse título na conduta estatal. Diante da sucumbência recíproca, fixo os honorários advocatícios, pelas partes, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor que, respectivamente, sucumbiram, ressaltando que, em relação à parte Requerente, esse ônus fica com a exigibilidade suspensa pelo prazo legal, por conta da gratuidade judicial deferida (fl.36), ora ratificada. Custas pela parte Requerente, das quais fica isenta, na forma da lei. Deixo de submeter a sentença ao reexame necessário, a teor do que dispõe o art. 496, §3º, II do CPC. P.R.I.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0623114-35.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - EXEQUENTE: Amália de Freitas Coelho - A tramitação processual mostra-se um tanto confusa por conta de erros de procedimento levados a efeito pelos atos ordinatórios de fls. 162 e 170. Assim, chamo o feito à ordem para reorganizar a tramitação processual, nos seguintes termos: I - Do pedido de cumprimento de sentença apresentado pela Associação de Procuradores do Estado do Amazonas (APEAM) às fls. 153/158. O Acórdão de fls. 130/136 foi expresso ao diferir a definição do percentual de honorários sucumbenciais para momento posterior à liquidação do julgado. Nesta senda, não poderia a APEAM incluir nos cálculos honorários de sucumbência em percentual que não foi fixado pelo Juízo, sob pena de ofensa ao princípio da adstrição ao título judicial. Assim, sem maiores digressões e sem adentrar no mérito da manutenção ou não da gratuidade judicial, declaro extinta a Execução proposta pela APEAM diante da ausência de título judicial que a lastreie. Honorários de sucumbência fixados no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da execução (art. 85, §§1º e 2º, do CPC). Custas pela Exequente. II - Da fixação dos honorários sucumbenciais da fase de conhecimento. Dado o comando contido no Acórdão de fls. 130/136 e sendo este o momento oportuno, fixo os honorários advocatícios relativos à fase de conhecimento devidos ao(s) Patrono(s) da Requerente em 10% sobre o total da condenação; e, ante à sucumbência recíproca, honorários devidos ao(s) Patrono(s) Requerido em 10% sobre a parte em que sucumbiu o Requerente, cuja exigibilidade fica suspensa, pelo prazo legal, por conta da gratuidade judicial concedida. III - Da execução promovida pela Requerente às fls. 159/160. Diante do requerimento de fls. 159/160 e sendo a Requerente beneficiária da gratuidade judicial, determino o encaminhamento dos autos à Contadoria Judicial para elaboração do cálculo do crédito executado, segundo os parâmetros abaixo delineados. PARCELACORREÇÃO MONETÁRIAJUROS FGTS: R$ 1.775,34 x 8% x 60 = R$ 8.251,63 Conforme art. 8º da Portaria 1855/16-PTJ, devendo incidir a partir de 30/11/2016 (data da dispensa).Conforme art. 18 da Portaria 1855/16-PTJ, devendo incidir a partir de 25/07/2017 (data da citação). HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS 10% Apresentados os cálculos pela Contadoria, voltem-me conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0623657-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - INTSSADO: Vision Clínica de Olhos Ltda. - EPP - Trata-se de pedido de novo bloqueio judicial para custeio

de mais 6 (seis) aplicações do medicamento AVASTIN em favor da sra. Maria Aparecida Santos Mendonça. Intimado, o Estado do Amazonas manifestou-se concordando com a realização do bloqueio judicial, desde que obedeça aos mesmos valores do bloqueio anterior, com base no orçamento de fl. 90. Diante da necessidade de mais 6 (seis) aplicações do medicamento consignada nos receituários de fls. 118/119 e da concordância do Estado do Amazonas manifestada à fl. 134, determino o bloqueio judicial de R$ 5.940,00 (cinco mil, novecentos e quarenta reais) no CNPJ do Estado do Amazonas (CNPJ 04.312.369/0001-90), com imediata transferência para conta judicial, referente ao custeio de seis aplicações de AVASTIN. Efetuados o bloqueio e a transferência para a conta judicial, expeça-se alvará eletrônico em nome da Clínica Vision, atentando para o domicílio bancário informado à fl. 106. Após, INTIME-SE a referida Clínica para que proceda às 6 (seis) aplicações do medicamento AVASTIN na Requerente, acostando aos autos as notas fiscais e/ou outros documentos comprobatórios da efetiva realização do serviço. À Secretaria para providências. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0625634-65.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão - REQUERENTE: Sebastião de Oliveira - Diante da ausência de impugnação à execução, requisite-se o pagamento na forma da lei e com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL ZAWASK DO NASCIMENTO BARBOSA (OAB 11180/AM) - Processo 0625687-80.2016.8.04.0001 - Usucapião - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: Ivaneide Silva de Souza - Chamo o processo à ordem, a fim de declarar sem efeito a decisão interlocutória de fls. 125, que decidiu pelo julgamento antecipado da lide. Na manifestação de fls. 78, o Município de Manaus afirma que o imóvel urbano da Requerente integra a gleba municipal matriculada sob o n.º 32.222, 4º Cartório de Registro de Imóveis (fls. 82/86). O objeto da lide, porém, não diz respeito ao terreno matriculado sob o n.º 18.674 (fl. 19), registrado em nome da Autora, mas trata de parcela das glebas de matrícula n.º 14.054 (fl. 17/18), em nome da Superintendência Estadual de Habitação. Oportuno, portanto, que os órgãos fundiários do Estado do Amazonas e do Município de Manaus esclareçam se a área de 13 m² X 30 m² destacada como "Lote Agregado" no croqui de fls. 9 - onde foi construída a fossa séptica da residência da Autora - está inserida tanto na Matrícula n.º 14.054 (SUHAB) quanto na Matrícula n.º 32.222 (Município de Manaus). Diante disso, intimem-se os Requeridos para informar, no prazo de 15 (quinze) dias, se há sobreposição de matrículas municipal e estadual sobre a área de 13 m² X 30 m² destacada como "Lote Agregado" no croqui de fls. 9. Após a manifestação dos entes públicos, intime-se a Requerente sobre os documentos porventura juntados. Ato contínuo, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: OSNI AMARAL SANTANA (OAB 1959/AM), ADV: PAULA CRISTINA DE OLIVEIRA SIMÕES (OAB 35258/CE), ADV: RAFAEL LINS BERTAZZO (OAB 7213/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: KELLY RODRIGUES VÉRAS (OAB 10362/AM) - Processo 0626175-35.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Jacqueline Silva de Oliveira e outro - DECIDO. Diante do exposto, ACOLHO a IMPUGNAÇÃO apresentada pelo Estado do Amazonas para reconhecer excesso de execução decorrente da aplicação equivocada de critérios de atualização do crédito executado, reconhecendo-se como correto o cálculo que se encontra à fl. 262 dos autos. Honorários de sucumbência fixados no percentual de 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido com a Impugnação (art. 85, §§1º e 2º, do CPC), cuja exigibilidade fica suspensa por conta da gratuidade judicial deferida à fl. 115 (art. 98, §3º, do CPC). Custas pela Impugnada, isenta, nos termos da lei. Decorrido in albis o prazo recursal, encaminhe-se os autos à Contadoria Judicial para mera atualização do cálculo de fl. 262, segundo os mesmos critérios adotados pelo Estado do Amazonas. Após, intime-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos e, caso não haja objeções, requisite-se o pagamento na forma da lei e com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PATRÍCIA GOMES DE ABREU (OAB 4447/AM) - Processo 0629448-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: Município de Anamã Prefeitura Municipal - Diante do teor da manifestação do Estado do Amazonas sustentando em preliminar a necessidade de ingresso da União na lide, como litisconsorte passivo necessário, determino seja intimada, pelo portal eletrônico, a Procuradoria da União no Estado do Amazonas, bem como a Procuradoria da Fazenda Nacional para que digam, em 15 (quinze) dias, sobre seu interesse na presente demanda. Após, retornem conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PATRÍCIA GOMES DE ABREU (OAB 4447/AM), ADV: ADRIMAR FREITAS DE SIQUEIRA (OAB 8243/AM), ADV: ANTÔNIO DAS CHAGAS FERREIRA BATISTA (OAB 4177/AM), ADV: EURISMAR MATOS DA SILVA (OAB 9221/AM), ADV: ENIA JESSICA DA SILVA GARCIA (OAB 10416/AM) - Processo 0629461-50.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: Município de Anamã Prefeitura Municipal - A matéria é de direito e de prova exclusivamente documental, motivo pelo qual, nos moldes do art. 355, I, do CPC, decido pelo julgamento antecipado da lide. Encaminhem-se ao Ministério Público para, querendo, apresentar parecer, no prazo legal. Após as providências determinadas, retornem os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RONALDO SANTANA MACEDO (OAB 6536/AM), ADV: ADRIANO BELEM PONTES (OAB 6514/AM) - Processo 0632544-45.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: LUIS RIBAMAR DE SOUZA FERREIRA - DECISÃO. Diante do exposto, ACOLHO a IMPUGNAÇÃO apresentada pelo Estado do Amazonas, para reconhecer excesso de execução decorrente de erro na forma de apuração do FGTS devido e da aplicação de critérios equivocados de atualização do crédito executado, DETERMINANDO sejam tomados como balizadores da presente execução os valores nominais do cálculo de fls. 232/233 e critérios de atualização constantes na tabela do item II da fundamentação. Honorários de sucumbência fixados no percentual de 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido com a Impugnação (art. 85, §§1º e 2º, do CPC), cuja exigibilidade fica suspensa por conta da gratuidade judicial deferida à fl. 22 (art. 98, §3º, do CPC). Custas pelo Impugnado, isento, nos termos da lei. Decorrido in albis o prazo recursal, encaminhe-se os autos à Contadoria Judicial para atualização cálculo de fls. 232/233 (coluna "FGTS DEVIDO"), segundo os critérios estabelecidos na tabela constante no item II da fundamentação. Após, intime-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos e, caso não haja objeções, requisite-se o pagamento na forma da lei e com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: NIELI NASCIMENTO ARAÚJO FERNANDES (OAB 1089/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM) - Processo 0633001-09.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Cícero Romão de Souza Neto - Decisão. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido condenatório, determinando ao Estado do Amazonas o pagamento de indenização referente à conversão em pecúnia de 11 (onze) meses e 9 (nove) dias de licença especial não gozada, adquirida entre 29.01.1991 a 29.01.2011, quando a Requerente encontrava-se na ativa da Polícia Militar do Estado do Amazonas. As parcelas indenizatórias terão como base de cálculo a remuneração percebida pela mesma à época da aposentadoria/reforma, e serão acrescidas de juros de mora e correção monetária a contar da reforma da Requerente, e segundo os parâmetros da Portaria n.º 1.588/2016-TJAM. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, I do CPC. Honorários advocatícios pelo Estado Requerido, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Custas pelo Requerido, das quais fica isento, na forma da lei. Deixo de submeter a presente sentença ao reexame necessário, conforme autoriza o art. 496, §3º, II do CPC. P.R.I.

ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM) - Processo 0634566-42.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marco Aurélio Rangel de Oliveira - Decisão. Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos moldes da fundamentação. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, I, do CPC. Honorários advocatícios pelo Requerente, os quais arbitro em 10%

(dez por cento) do valor da causa, cuja exigibilidade fica suspensa pelo prazo legal, por conta da gratuidade judicial deferida. Custas pelo Requerente, das quais fica isento, na forma da lei. P.R.I.

ADV: MARCELO DE LIMA (OAB 2797/AM), ADV: RENATA DA SILVA SANTOS BANDEIRA DE MELO (OAB 9523/AM), ADV: JANAÍNA MARIÊ CALADO DE LIMA (OAB 8891/AM) - Processo 0636081-20.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - REQUERENTE: MÁRIO SÉRGIO LEITE DE MELO - Antes de determinar outros atos mais gravosos de constrição judicial, determino seja renovado o bloqueio eletrônico, via Bacenjud, acrescendo-se ao valor constante da tentativa de bloqueio de fls. 920/921, o percentual de 5% (cinco por cento) para cobrir despesas processuais e outros encargos que o executado está provocando pela demora no pagamento do crédito. Caso não sejam localizados valores em conta corrente do executado, fica desde logo determinado a expedição de mandado para remoção e avaliação do bem penhorado às fls. 915, para que possa ser levado à venda em hasta pública. O bem deverá ser removido para o setor de transporte do Tribunal de Justiça, onde ficará sob a responsabilidade do chefe daquele setor. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MOISÉS SILVA DOS SANTOS (OAB 7940/AM) - Processo 0637025-80.2018.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Violação aos Princípios Administrativos - REQUERIDO: Cleverson Redivo - Decisão. Diante do exposto, REJEITO A DENÚNCIA e declaro encerrada a fase de conhecimento do processo, com resolução do mérito, ex vi do art. 17, § 8.º, da Lei n. 8.429/92 c/c art. 485, I, do CPC. Sem honorários advocatícios e sem custas, em harmonia com jurisprudência pacificada do Superior Tribunal de Justiça (rectius, REsp 577804). P.R.I.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0638054-68.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Ademir Francisco do Carmo Freitas - Decisão. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido condenatório, determinando ao Estado do Amazonas o pagamento de indenização referente à conversão em pecúnia de 03 (três) meses de licença especial não gozada, adquirida no quinquênio de 02.01.2005 a 02.01.2010, quando o Requerente encontrava-se na ativa da Polícia Militar do Estado do Amazonas. JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido de indenização por 08 (oito) meses de férias não gozadas, referente aos exercícios de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014. As parcelas indenizatórias terão como base de cálculo a remuneração percebida pelo mesmo à época da aposentadoria/reforma, e serão acrescidos de juros de mora e correção monetária a contar da reforma do Requerente, e segundo os parâmetros da Portaria n.º 1.588/2016-TJAM. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, I do CPC. Honorários advocatícios pelo Estado Requerido fixado em 10% (dez por cento) do valor da condenação. Considerando ser mínima a sucumbência do Requerente, e que este anuiu com a petição de fls. 16, afasto a condenação de verba honorária em relação ao Autor. Custas pelo Requerido, das quais fica isento, na forma da lei. Deixo de submeter a presente sentença ao reexame necessário, conforme autoriza o art. 496, §3º, II do CPC. P.R.I.

ADV: SERGIO ROBERTO CARVALHO DA SILVA (OAB 38089/GO), ADV: SIDNEY RICARDO CARVALHO DA SILVA (OAB 7780/AM) - Processo 0639593-06.2017.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERIDO: Emilton José de Siqueira e outros - Decisão. Diante do exposto, RECEBO A PETIÇÃO INICIAL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, nos termos do art. 17, § 9º da Lei n.º 8429/92, determinando a citação dos Requeridos para apresentarem contestação, nos termos da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO (OAB 10244/AM) - Processo 0639831-54.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Monique Freire Santana - À Impetrante para nominar na peça inicial a(s) autoridade(s) coatora(s), no prazo legal, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0640045-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: José Ronaldo Tavares da Silva - Defiro o pedido de gratuidade judicial. Deixo de realizar a audiência prescrita pelo art. 334, do CPC, uma vez que o direito objeto da lide não admite autocomposição, conforme autoriza o inciso II, §4°, do mencionado dispositivo. Cite(m)-se o(s) Requerido(s) para, no prazo legal, apresentar(em) contestação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL CHAVES ALFAIA (OAB 8619/AM) - Processo 0640320-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Rossimar dos Santos Paes - Defiro o pedido de gratuidade judicial. Deixo de realizar a audiência prescrita pelo art. 334, do CPC, uma vez que o direito objeto da lide não admite autocomposição, conforme autoriza o inciso II, §4°, do mencionado dispositivo. Cite(m)-se o(s) Requerido(s) para, no prazo legal, apresentar(em) contestação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 28837/SP), ADV: HENRIQUE FRANÇA SILVA (OAB 7307/AM), ADV: FRANCINEILO BATISTA DA SILVA (OAB 10514/AM), ADV: RAFAEL SAID E SILVA (OAB 8443/AM), ADV: FABIANO BURIOL (OAB 7657/AM) - Processo 0648402-48.2018.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERIDO: Jairo de Paula Beira Mar - Iran Gato Tavares - Americo Gorayeb Junior e outros - INTSSADO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o Ministério Público para que diga sobre o teor das certidões dos Oficiais de Justiça de fls. 3263 e 3756, no prazo legal - art. 218, §3º, c/c art. 180, caput, CPC. Intime-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0661122-47.2018.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Adson Souza de Oliveira - Diga a parte Requerente sobre a proposta de acordo de fls. 115/119. Após, retornem conclusos para exame da questão levantada por este Juízo, às fls. 109/110. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1083/RR) - Processo 0662423-29.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Patrícia Paula Quindere Vieira - Decisão. Pelo exposto, INDEFIRO a petição inicial, em razão de sua inépcia, nos termos do art. 321, parágrafo único do CPC. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, I do CPC. Sem honorários advocatícios, uma vez que a triangulação processual não chegou a ser formada. Custas pelos Requerentes. P.R.I.

ADV: MARIA IRACEMA PEDROSA (OAB 1709/AM) - Processo 0706854-61.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: Z.O.Bessa - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fls. 167, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: MELVILLY AMARO PICANÇO (OAB 10299/AM), ADV: JOSÉ MARCONI MOREIRA FILHO (OAB 9552/AM) - Processo 4000794-04.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Liminar - IMPETRANTE: Andrea Lima da Silva - Decisão. Pelo exposto, INDEFIRO a petição inicial, em razão de sua inépcia, nos termos do art. 321, parágrafo único do CPC. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, I do CPC. Sem honorários advocatícios. Custas pela Impetrante, que fica isenta, nos termos da lei. P.R.I.

Adriano Belem Pontes (OAB 6514/AM)
Adrimar Freitas de Siqueira (OAB 8243/AM)
Alcimar Almeida Sena (OAB 2788/AM)
Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Antônio das Chagas Ferreira Batista (OAB 4177/AM)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Arlecy de Souza Ferreira (OAB 6581/AM)
Benhur Medim dos Santos (OAB 12176/AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB 6328/AM)
Daniel Zawask do Nascimento Barbosa (OAB 11180/AM)
Davis D'Albuquerque Braga (OAB 5081/AM)
Dimas Fonseca Pereira (OAB 8765/AM)
Enia Jessica da Silva Garcia (OAB 10416/AM)
Eurismar Matos da Silva (OAB 9221/AM)

Fabiano Buriol (OAB 7657/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francineilo Batista da Silva (OAB 10514/AM)
Gabriela Barreto Lima de Carvalho (OAB 10244/AM)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1083/RR)
Henrique França Silva (OAB 7307/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Janaína Mariê Calado de Lima (OAB 8891/AM)
Janaína Mendonça de Moraes (OAB 8070/AM)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Delfin Buitrago Acosta (OAB 5546/AM)
José Marconi Moreira Filho (OAB 9552/AM)
Kellvin do Nascimento Sobrinho (OAB 4494AM)
Kelly Rodrigues Véras (OAB 10362/AM)
Laina Regina Fernandes de Alencar (OAB 10949/AM)
Leandro de Oliveira Violin (OAB 4857/AM)
Leiry Maria Padilha de Araújo (OAB 9157/AM)
Leônidas Magalhães Neto (OAB 6085/AM)
LÍCIA NASCIMENTO HAYDEN XIMENDES (OAB 9085/AM)
Liniker Carmo de Holanda (OAB 7893/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Henrique D Albuquerque Veiga Lima (OAB 7651/AM)
Marcelo de Lima (OAB 2797/AM)
Maria Carolina Pordeus e Silva Cardoso (OAB 8083/AM)
Maria Iracema Pedrosa (OAB 1709/AM)
Melvilly Amaro Picanço (OAB 10299/AM)
Michel Farah Sadala Sena (OAB 9438/AM)
Moisés Silva dos Santos (OAB 7940/AM)
Nieli Nascimento Araújo Fernandes (OAB 1089/AM)
Osni Amaral Santana (OAB 1959/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Patrícia Gomes de Abreu (OAB 4447/AM)
Paula Cristina de Oliveira Simões (OAB 35258/CE)
Rafael Chaves Alfaia (OAB 8619/AM)
Rafael Lins Bertazzo (OAB 7213/AM)
Rafael Said e Silva (OAB 8443/AM)
Renata da Silva Santos Bandeira de Melo (OAB 9523/AM)
Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)
Ronaldo Santana Macedo (OAB 6536/AM)
Sergio Roberto Carvalho da Silva (OAB 38089/GO)
Sidney Ricardo Carvalho da Silva (OAB 7780/AM)
Thaisa Cadais Semen (OAB 10433/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 28837/SP)
Victor da Silva Trindade (OAB 2991/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA FILHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0130/2019

ADV: JOSÉ ANTÔNIO PASSOS (OAB 2226/AM), ADV: IKE KENNEDY VEIGA DA SILVA (OAB 4519/AM), ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM), ADV: EDSON CUNHA DO NASCIMENTO (OAB 5024/AM) - Processo 0212307-31.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: RICARDO BEZERRA DOS SANTOS - REQUERIDO: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - Tendo vista que o exequente, embora regulamento intimado, deixou de apresentar impugnação, deve ser homologado como devido o valor apresentado pelo exequente. Todavia, da feita que a correção dos cálculos estão inseridos dentre as matérias tidas de ordem pública, imperioso se faz que a conta trazida pelo exequente seja retificada, a fim de não ferir o próprio ordenamento jurídico. Assim, nos termos do § 2º, do art. 534, do CPC, no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública não se aplica a multa prevista no § 1º, do art. 523, motivo pelo qual deve ser ela expurgado dos cálculo do exequente. Ademais, não tendo havido impugnação, indevidos a condenação em honorários de sucumbência, consoante dicção do § 7º, do art. 85, do CPC. Desse modo, HOMOLOGO os cálculos de fl. 111, devendo, no entanto, serem remetidos à contadoria para atualização.

ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM), ADV: NAZARENO PEREIRA DE MELO (OAB 5690/AM), ADV: NIELI NASCIMENTO ARAUJO FERNANDES (OAB 397/RN), ADV: VANESSA LIMA DO NASCIMENTO (OAB 9007/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: ELIANA LEITE GUEDES (OAB 4313/AM), ADV: VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 8285-A/TO) - Processo 0234769-84.2008.8.04.0001 (001.08.234769-8) - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Narciso Miguel Vieira da Rocha - REQUERIDO: Estado do Amazonas (Polícia Militar do Estado do Amazonas) na pessoa do Procurador Geral do Estado - Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Leoney Figliuolo Harraquian, digam as partes, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca dos cálculos de fls. 903-906.

ADV: PAULO ROBERTO DOS REIS FERRAZ (OAB 2141/AM), ADV: REGINA APARECIDA DOS REIS FERRAZ (OAB 2205/AM), ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM), ADV: INGRID KHAMYLLA MONTEIRO XIMENES DE SOUSA (OAB 3629/AM), ADV: ANA PAULA DOS REIS FERRAZ TEIXEIRA (OAB 6728/AM) - Processo 0238454-65.2009.8.04.0001 (001.09.238454-5) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jussara Freitas Gomes - REQUERIDO: O Estado Amazonas - Diogo Burgos Felix - Estado do Amazonas - Defiro a produção de prova testemunhal requerida à fl. 686. Designo audiência de instrução e julgamento o dia 10/09/2019, às 11:00 horas. Requisite-se do Comandante-Geral da Polícia Militar a presença das testemunhas arroladas pela autora a fim de que compareçam à audiência designada.

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM), ADV: ROBERTA FERREIRA DE ANDRADE MOTA (OAB 2334/AM), ADV: KARINA BROZE NAIMEG GROSSI (OAB 119869/MG) - Processo 0253525-39.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paulo Francisco Pinto Moreira - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: O Estado Amazonas - Estado do Amazonas - Defiro a petição de fls. 237-238. Tendo em vista que o autor abriu mão de parte de seu crédito para que venha se enquadrar no limite da requisição de pequeno valor, expeça a RPV.

ADV: JÁDSON ALVES LIMA (OAB 1969/AM), ADV: RAFAEL DA CRUZ LAURIA (OAB 5716/AM), ADV: CAIO FELDBERG PORTO (OAB 7995/AM), ADV: MALBA TÂNIA OLIVEIRA GATO (OAB 6409/AM), ADV: TATIANNE VIEIRA ASSAYAG TOLEDO (OAB 3653/AM), ADV: IVANNA DE ALBUQUERQUE CAVALCANTE CARVALHO (OAB 3566/AM), ADV: CARLA ANDRÉA CHAVES DE CARVALHO (OAB 3382/AM), ADV: ZENI TERESINHA SCHNORR BORTOLI (OAB 4044/AM), ADV: IZA AMÉLIA DE CASTRO ALBUQUERQUE (OAB 3814/AM) - Processo 0262522-11.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Raimunda Maciel Santos - REQUERIDO: Manaus Previdência - MANAUSPREV - Estado do Amazonas - INTSSADO: Estado do Amazonas - Dê-se vista ao Ministério Público para, querendo, emitir parecer conclusivo. Após, retornem-me conclusos os autos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: WASHINGTON ALVES DOS SANTOS (OAB 3129/AM), ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM), ADV: ALDENOR DE SOUZA RABELO (OAB 8030/AM) - Processo 0606783-46.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Jornada de Trabalho - REQUERENTE: ALEX SANDRO MONTEIRO DA MOTA - REQUERIDO: Estado do Amazonas - FUNDAÇÃO E HOSPITAL ADRIANO JORGE - Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ - Indefiro a petição de fls. 154-156. O prazo para pagamento dos precatórios expedidos até 1º de julho de 2019 tem seu termo no fim do exercício seguinte, no caso, até 2020. Portanto, não há que se falar em mora no pagamento do devedor. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: OSNI AMARAL SANTANA (OAB 1959/AM), ADV:

MAURICIO SOUSA DA SILVA (OAB 9015/AM), ADV: RAFAEL ALLBUQUERQUE GOMES DE OLIVEIRA (OAB 4831/AM) - Processo 0607090-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Tempo de Serviço (Art. 52/4) - REQUERENTE: Osni Amaral Santana - REQUERIDA: Município de Manaus - Manaus Previdência - MANAUSPREV - Manifeste-se o Requerente e o Município de Manaus, no prazo de 10 dias, acerca da petição de fls. 562/563 de lavra da MANAUSPREV. Após, retornem-me conclusos para nova deliberação.

ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: CARLOS PEDRO CASTELO BARROS (OAB 1229/AM), ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM) - Processo 0608250-94.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Concessão - REQUERENTE: Zayra Figueiredo Pereira - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a apelada intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar Contrarrazões ao recurso de Apelação. Decorrido o prazo com ou sem manifestação, o processo será remetido ao Tribunal de Justiça (art. 1.010, §§ 1º. 2º e 3º). Manaus, 02 de agosto de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0609103-30.2019.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Marcondes da Silva Azevedo - REQUERIDO: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge - Estado do Amazonas - Após, com resposta negativa ou manifestação do autor, intime-se o Estado do Amazonas para apresentar impugnação à execução, no prazo legal.

ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA CUNHA (OAB 2538/AM), ADV: VANESSA LIMA DO NASCIMENTO (OAB 9007/AM) - Processo 0609388-28.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Assistência à Saúde - REQUERENTE: Hellora Danna Mendes Rodrigues - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIX, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a exequente intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da impugnação ao cumprimento de sentença.

ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM), ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM), ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM), ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM), ADV: PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA (OAB 8478/AM), ADV: LUIZA DE ANDRADE CABRAL DOS SANTOS (OAB 13265/AM), ADV: ARTHUR CÉSAR ZAHLUTH LINS (OAB 5238/AM), ADV: RAPHAEL DA FONSÊCA FERREIRA DE SOUZA (OAB 6995/AM), ADV: ROSÂNGELA GALVÃO OLIVEIRA (OAB 5630/AM) - Processo 0609560-04.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA - REQUERIDO: ESTADO DO AMAZONAS - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XV, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica o(a) executado (a) intimado (a) para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar impugnação ao Cumprimento de Sentença.

ADV: ERIK FRANCO DE SÁ (OAB 3786/AM), ADV: NEYDE REGINA DEMOSTHENES TRINDADE (OAB 795/MP) - Processo 0610196-38.2013.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - 13.ª Promotoria de Justiça - Patrimônio Público - REQUERIDO: Daniel Roger Goulart Silva - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE a ação, por infração ao art. 9º, da Lei 8.429/92. CONDENO o requeridos nas penas previstas no inciso I, do art. 12, da lei 8.429/92, conforme especificado retro, que passa a fazer parte deste dispositivo.

ADV: ALBERTO BEZERRA DE MELO (OAB 2015/AM), ADV: ANTONIO JOSE TAVARES BARBOSA (OAB 10068/AM) - Processo 0611262-14.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Michel de Brito Abrahão - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XV, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica o(a) executado (a) intimado (a) para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar impugnação ao Cumprimento de Sentença.

ADV: MATIAS HENRIQUE DE LIMA E LIMA (OAB 9810/AM) - Processo 0613323-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Fábio Pacheco da Silva - REQUERIDO: O Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Embora regularmente citado o réu não apresentou contestação, motivo pelo qual decreto a sua revelia, deixando, no entanto, de produzir os efeitos dela decorrentes, dado que a ação versa sobre direito indisponível, consoante dicção do inciso I, do art. 345, do CPC. Ademais, a questão controvertida é unicamente de direito, prescindindo a produção de outras provas. Assim, sem manifestações em contrário no prazo de 10 (dez) dias, remetam-se os autos ao Ministério Público para emissão de parecer de mérito. Após, voltem-me conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM), ADV: CLÍSSIA LOPES CAVALCANTE (OAB 10258/AM), ADV: ISABELA PERES RUSSO (OAB 3198/AM) - Processo 0615217-87.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Newton David Henchen - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Intime-se o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a obrigação que lhe fora imposta em sentença, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), que será revertida em favor do Exequente (art. 537, §2º, do NCPC). Ademais, nos termos do § 3º, do art. 524, do Código de Processo Civil, determino ao executado, no mesmo prazo acima assinado, para que junte aos autos, relatório acerca das remunerações a que o exequente faria jus, desde a data da promoção, 21/04/2015, até o efetivo cumprimento da decisão. Cumpra-se.

ADV: KARLA BRITO NOVO (OAB 4771/AM), ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM), ADV: LEANDRO VENICIUS FONSECA ROZEIRA (OAB 29991/BA) - Processo 0616417-32.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Valdecir de Souza - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro a petição de fl. 114. De fato, os cálculos realizados pela contadoria estão equivocados, pois, no valor referente aos honorários, deixou de incluir na base de cálculo a quantia relativa às despesas, parcela incluída na condenação, conforme sentença de fls. 64-73. Desse modo, remetam-se os autos à contadoria para o refazimento dos cálculos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KARLA BRITO NOVO (OAB 4771/AM), ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM), ADV: LEANDRO VENICIUS FONSECA ROZEIRA (OAB 29991/BA) - Processo 0616417-32.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Valdecir de Souza - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Leoney Figliuolo Harraquian, digam as partes, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca da atualização de cálculos de fls. 121.

ADV: ALDENOR DE SOUZA RABELO (OAB 8030/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0617640-20.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão - REQUERENTE: GILSON CORREA DA SILVA - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Leoney Figliuolo Harraquian na decisão de fls. 201, manifestem-se as partes, no prazo de 10 (dez) dias, acerca dos cálculos de fls. 203-205.

ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0618402-41.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Armando Andrade de Araújo - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Indefiro a petição de fls. 292-293. A pretensão autoral visa desconstituir ato exarado pela Secretaria de Estado de Saúde, o qual reputa o autor estar eivado de ilegalidade. A atuação do IGOAM funda-se exclusivamente em decorrência de cláusulas contratuais, conforme se verifica claramente pela documento de fl. 20, não sendo esta última entidade, portanto, parte legítima par figurar no polo passivo da lide. Não há necessidade de produção de outras pravos, nos termos do inciso I, do art. 355, do Código

de Processo Civil, motivo pelo qual procederei ao julgamento antecipado do mérito. Publicada esta decisão, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: TICIANO ALVES E SILVA (OAB 764A/AM) - Processo 0619866-61.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Vilmar Maria de Araújo Bezerra - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Assim, JULGO procedente a impugnação para HOMOLOGAR o valor de R$ 62.059,79 (sessenta e dois mil, cinquenta e nove reais e setenta e nove centavos), atualizado até setembro de 2018.

ADV: WIRLEY BENEZAR FALCAO (OAB 12792/AM) - Processo 0621768-78.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Francisco Medeiros Basilio - Reginaldo de Araújo Silva - REQUERIDO: O Estado do Amazonas - Comandante Geral Da Polícia Militar Do Estado Do AmazComandante Geral Da Polícia Militar Do Estado Do Amazonas - Estado do Amazonas - De ordem do Exmo Dr. Leoney Figliuolo Harraquian, Juiz de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública, tenho a honra de dirigir-me a Vossa Senhoria, ao fito de CIENTIFICÁ-LO conforme decisão de fl. 125 dos autos em epígrafe.

ADV: LUCIANA VIANA CIDRÔNIO DE ANDRADE (OAB 8104/AM), ADV: BERNARDO FIGUEIRA RAPOSO DA CÂMARA (OAB 10676/AM) - Processo 0625090-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Neemias Calebe Magalhães Colares - REQUERIDA: Município de Manaus - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica os autores intimados para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 30 de julho de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 99999/AM) - Processo 0627117-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Karina da Silva Farias - Gecileide Nunes da Silva - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica os autores intimados para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 31 de julho de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM) - Processo 0627546-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Bruno de Paula Fraga - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Indefiro a gratuidade de justiça. Analisando o comprovante de rendimento do autor (fls. 84-94), não evidencio enquadrar-se ele como hipossuficiente, sobretudo porque a sua média salarial gira em torno de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais) e as custas a serem pagas, no valor de aproximado de R$ 4.044,05 (quatro mil, quarenta e quatro reais e cinco centavos), podem ser parceladas em até 06 (seis) vezes, ou seja, constituindo cada parcela na quantia de R$ 674,00 (seiscentos e setenta e quatro reais). Sendo assim, determino ao autor que comprove o recolhimento das custas no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição, na forma do art. 290 do Código de Processo Civil.

ADV: ALMENILZE VALENTE SAMPAIO (OAB 5456/AM), ADV: TICIANO ALVES E SILVA (OAB 764A/AM), ADV: WILSON DE LIMA JUSTO FILHO (OAB 6136/AM) - Processo 0627734-95.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Alídia Linhares Vinhorte - REQUERIDO: INSTITUTO DA MULHER DONA LINDU - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIX, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a exequente intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da impugnação ao cumprimento de sentença.

ADV: JOSÉ JÚLIO CÉSAR CORRÊA (OAB 7810/AM) - Processo 0629582-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Nilson Soares Cardoso Junior - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro o parcelamento das custas em 06 (seis) vezes, nos termos da Portaria nº. 490/2017-PTJ. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM), ADV: JÚLIO DE OLIVEIRA MACEDO (OAB 6523/AM), ADV: LISIEUX RIBEIRO LIMA (OAB 4486/AM) - Processo 0631698-33.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0620776-30.2013.8.04.0001) - Execução Contra a Fazenda Pública - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - REQUERENTE: Estado do Amazonas - REQUERIDO: Júlio de Oliveira Macedo - De ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Leoney Figliuolo Harraquian, digam as partes, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca dos cálculos de fls. 94.

ADV: JÚLIO CÉSAR DE VASCONCELLOS ASSAD (OAB 4765/AM), ADV: VITOR FABIAN SOARES CIPRIANO (OAB 6019/AM), ADV: HUGO FÁBIO SAMPAIO TELLES DE SOUZA (OAB 7153/AM), ADV: ALINE CINTRÃO FERREIRA (OAB 9275/AM), ADV: CARLOS ALEXANDRE M.C.M MATOS (OAB 2364/AM), ADV: SAMARA GUERRA ALMEIDA (OAB 7194/AM), ADV: LEONARDO DE BORBOREMA BLASCH (OAB 2997/AM), ADV: CLÓVIS SMITH FROTA JÚNIOR (OAB 3626/AM), ADV: GIORDANO BRUNO DA COSTA CRUZ (OAB 761A/AM) - Processo 0632896-71.2014.8.04.0001 - Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 - REQUERENTE: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - REQUERIDO: José Aurio Olinto - PERITA: Amanda Araújo da Rocha - Às fls. 816/817 fora reconhecida a conexão entre o presente feito com os autos nº 0617582-85.2014.8.04.0001, assim, remetam-se, de imediato, os autos para a 4ª Vara da Fazenda Pública.

ADV: JUCELINNO ARAÚJO LIMA (OAB 8039/AM), ADV: LUIZ CLAUDIO GOMES BORGES (OAB 13180/AM) - Processo 0634770-52.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Giselle Moreira de Sá - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Indefiro a petição de fl. 183-185. A réplica apresentada pela autora é completamente intempestiva, dado que o prazo para a interposição, diferentemente do alegado, iniciou-se em 08/11/2018, conforme certidão de fl. 165, finalizando-se, assim, em 04/12/2018. Portanto, da feita que a réplica fora interposta em 11/12/2018, é patente que sua prática deu-se a destempo. Ademais, para o deslinde da causa, imprescindível se afigura a produção de prova técnica-pericial, motivo pelo qual, conforme dicção do art. 370 do Código de Processo Civil, nomeio perito judicial o médico Eduardo Martins Marques, que deverá ser intimado do munus público para, no prazo de 5 (cinco) dias apresentar proposta de honorários e contatos profissionais atualizados, especialmente endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações. Alerto ao perito que o valor dos honorários periciais serão dividos entre as partes, na forma do art. 95 do Código de Processo, limitando-se, no entanto, a parte que couber a autora a quantia de R$ 1.000,00 (mil reais), dado ser beneficiária da justiça gratuita, de acordo com a Portaria nº. 1.233/2012 - DVEXPED/TJ-AM e Resolução 232/2016 - CNJ. Apresentada proposta de honorários, intimem-se as partes para, querendo, se manifestarem no prazo legal (art. 465, §3º, NCPC). Deverá o Senhor Perito informar a este Juízo a data e o local para início dos trabalhos periciais, com antecedência suficiente para as intimações necessárias. Fixo em 45 (quarenta e cinco) dias o prazo para apresentação laudo pericial, tendo como termo inicial da data estabelecida para início dos trabalhos periciais. Intimem-se as partes para apresentarem quesitos e indicarem assistentes técnicos, no prazo legal (art. 465, §1º, NCPC). Cumpra-se.

ADV: ISABELLA JACOB NOGUEIRA (OAB 8800/AM) - Processo 0638295-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Combustíveis e derivados - REQUERENTE: Atem's Distribuidora de Petróleo Ltda - REQUERIDO: Pessoas Incertas - Manifestantes - Estado do Amazonas - Intime-se o Estado do Amazonas para dizer se tem interesse no feito a fim de avaliar a competência desta Especializada em julgar o feito.

ADV: EZEQUIEL DE FREITAS MEDEIROS (OAB 9818/AM) - Processo 0638319-36.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Etelvina Angelica Viana dos Santos - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Tendo em vista a alteração da Lei de Organização Judiciária do Estado do Amazonas promovida pela LC nº 178/17, que transformou a 1ª VEDAE em Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal (art. 14) e, estando a presente ação dentre aquelas de competência de tal juízo especializado, declino da minha competência. Redistribuam-

se os autos para a Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

ADV: EZEQUIEL DE FREITAS MEDEIROS (OAB 9818/AM) - Processo 0638322-88.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Etelvina Angelica Viana dos Santos - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Tendo em vista a alteração da Lei de Organização Judiciária do Estado do Amazonas promovida pela LC nº 178/17, que transformou a 1ª VEDAE em Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal (art. 14) e, estando a presente ação dentre aquelas de competência de tal juízo especializado, declino da minha competência. Redistribuam-se os autos para a Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

ADV: AGASSIZ RUBIM DA SILVA REIS FILHO (OAB 6552/AM) - Processo 0638581-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pessoas com deficiência - AGRAVANTE: Ana Júlia Medeiros dos Santos - Ana Milena Braga de Medeiros - AGRAVADO: Estado do Amazonas - Secretario de Estado da Saude do Amazonas - NÃO INFORM: Estado do Amazonas - Diante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam, CONCEDO A LIMINAR, para determinar que o Estado do Amazonas DISPONIBILIZE à autora, no prazo de 10 dias, a medicação denominada SPIRANZA cujo princípio ativo é a NURSINERSENA 12mg/5m, enquanto durar seu tratamento, conforme recomendado pelo médico especialista (fl. 32) - 04 DOSES - dias 0/14/28/63. Após, 01 dose a cada 04 meses), na rede Pública ou mesmo na Particular, sob pena de multa diária no valor de R$ 50.000,0 (cinquenta mil reais), até o limite de 30 (vinte) dias multa, incididos na pessoa do administrador responsável pelo cumprimento da presente demanda.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0638589-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Raimundo Elenildo Ferreira dos Santos - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/2015, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, do CPC/2015). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal.

ADV: EZEQUIEL DE FREITAS MEDEIROS (OAB 9818/AM) - Processo 0638823-42.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Samara Barros Brasil Aparicio - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Tendo em vista a alteração da Lei de Organização Judiciária do Estado do Amazonas promovida pela LC nº 178/17, que transformou a 1ª VEDAE em Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal (art. 14) e, estando a presente ação dentre aquelas de competência de tal juízo especializado, declino da minha competência. Redistribuam-se os autos para a Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

ADV: JOENILSON DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 3178/AM) - Processo 0638850-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Victor da Cunha Marques - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Compulsando os autos, verifico que o autor não instrui a exordial com qualquer documento, salvo o instrumento de mandato. Assim, da feita que a petição inicial deve vir acompanhada com os documentos indispensáveis à sua propositura, consoante dicção do art. 320 do Código de Processo Civil, determino ao autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, complete a petição inicial, sob pena de indeferimento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0638935-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença Prêmio - REQUERENTE: Antonio Bezerra de Vasconcelos - REQUERIDO: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge - Compulsando os autos, verifico que o autor junta aos autos comprovante de sua remuneração (fl. 12) que, à primeira vista, evidencia a falta dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade de justiça, consoante disposição do § 2º, do art. 99, do Código de Processo Civil, sobretudo por ser possível hoje o parcelamento das custas em até 06 (seis) vezes, na forma da Portaria nº. 490/2017-PTJ. Assim, determino ao autor que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o preenchimento dos requisitos legais para litigar sobre o pálio da justiça gratuita. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 3059/AM), ADV: ANTONIA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 3059/AM) - Processo 0638967-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Comandante ou Capitão - REQUERENTE: José Oliveira Sikva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - À vista do exposto, ante a expressa vedação legal, INDEFIRO A LIMINAR, com fulcro nos arts. 1º e 2º-B, da Lei nº 9.494/97; e art. 1º, § 3º, da Lei nº 8.437/92. Cite-se o ente público requerido para contestar a ação, no prazo de 30 dias (art. 183 e 335 do NCPC). Intimem-se e Cumpra-se.

ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM) - Processo 0638980-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Jorge Carlos Pontes Teixeira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Compulsando os autos, verifico que o autor junta aos autos comprovante de sua remuneração (fl. 64) que, à primeira vista, evidencia a falta dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade de justiça, consoante disposição do § 2º, do art. 99, do Código de Processo Civil, sobretudo por ser possível hoje o parcelamento das custas em até 06 (seis) vezes, na forma da Portaria nº. 490/2017-PTJ. Assim, determino ao autor que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o preenchimento dos requisitos legais para litigar sobre o pálio da justiça gratuita. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM) - Processo 0638988-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Ivone Maria Rocha Azevedo - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Compulsando os autos, verifico que o autor junta aos autos comprovante de sua remuneração (fl. 35) que, à primeira vista, evidencia a falta dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade de justiça, consoante disposição do § 2º, do art. 99, do Código de Processo Civil, sobretudo por ser possível hoje o parcelamento das custas em até 06 (seis) vezes, na forma da Portaria nº. 490/2017-PTJ. Assim, determino ao autor que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o preenchimento dos requisitos legais para litigar sobre o pálio da justiça gratuita. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0639114-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Mario Jorge Nascimento de Souza - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/2015, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, do CPC/2015). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0639171-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Eliza Mara Breves da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/2015, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, do CPC/2015). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal.

ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM) - Processo 0639215-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Kleber Brito da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Secretaria de Estado de Saude do Amazonas (susam). - Tendo em vista a alteração da Lei de Organização Judiciária do Estado do Amazonas promovida pela LC nº 178/17, que transformou a 1ª VEDAE em Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal (art. 14) e, estando a presente ação dentre aquelas de competência de tal juízo especializado, declino da minha competência. Redistribuam-se os autos para a Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM) - Processo 0639235-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Telma Lucas Bentes - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Tendo em vista a alteração da Lei de Organização Judiciária do Estado do Amazonas promovida pela LC nº 178/17, que transformou a 1ª VEDAE em Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal (art. 14) e, estando a presente ação dentre aquelas de competência de tal juízo especializado, declino da minha competência. Redistribuam-se os autos para a Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0639276-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Carlos Mário Rodrigues de Castro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Compulsando os autos, verifico que o autor junta aos autos comprovante de sua remuneração (fl. 12) que, à primeira vista, evidencia a falta dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade de justiça, consoante disposição do § 2º, do art. 99, do Código de Processo Civil, sobretudo por ser possível hoje o parcelamento das custas em até 06 (seis) vezes, na forma da Portaria nº. 490/2017-PTJ. Assim, determino ao autor que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o preenchimento dos requisitos legais para litigar sobre o pálio da justiça gratuita. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARVALHO ADVOCACIA (OAB 558AM), ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0639277-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: José Domingos Ramos Fonseca - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/2015, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, do CPC/2015). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal.

ADV: RUBEMAR ROCHA DE LUCENA (OAB 11448/AM) - Processo 0639322-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Elciele Silva de Oliveira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/2015, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, do CPC/2015). Excluo, de ofício, a Maternidade Balbina Mestrinho, dado que órgão sem personalidade jurídica, não tendo capacidade para ser parte, portanto. Citem-se os Requeridos para contestar a ação no prazo legal.

ADV: LADYANE SERAFIM PEREIRA (OAB 4990/AM), ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA FRAZÃO (OAB 5701/AM) - Processo 0660567-30.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: Stephane Freitas Farias - Sandro Marinho Pinto - REQUERIDO: Município de Manaus - Município de Manaus - Nomeio perito judicial o médica ginecologista, Eduardo Martins Marques, que deverá ser intimado do munus público para, no prazo de 5 (cinco) dias apresentar proposta de honorários e contatos profissionais atualizados, especialmente endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações. Apresentada proposta de honorários, intimem-se as partes para, querendo, se manifestarem no prazo legal (art. 465, §3º, NCPC) Deverá o Senhor Perito informar a este Juízo a data e o local para início dos trabalhos periciais, com antecedência suficiente para as intimações necessárias. Fixo em 45 (quarenta e cinco) dias o prazo para apresentação laudo pericial, tendo como termo inicial da data estabelecida para início dos trabalhos periciais. Intimem-se as partes para apresentarem quesitos e indicarem assistentes técnicos, no prazo legal (art. 465, §1º, NCPC). Designo audiência de instrução para a oitiva da testemunha arrolada o dia 21/08/2019, às 11:00 horas. Cumpra-se.

ADV: ALCINEIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 3887/AM), ADV: JANNE SALES GOMES (OAB 3045/AM), ADV: LUANA BARROSO COLARES (OAB 6864/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA BICHARRA DA SILVA SANTANA (OAB 3004/AM), ADV: MARIA ISÉLIA SARAIVA DE OLIVEIRA (OAB 6478/AM), ADV: RAPHAEL RAMOS PEREIRA (OAB 6925/AM), ADV: TIBIRIÇÁ VALÉRIO DE HOLANDA FILHO (OAB 7159/AM) - Processo 0707014-86.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Alcimar Freitas dos Santos - Amazonina Barbosa de Souza - Ana Alcelia Araujo da Silva - Ana Claudia Silva - Ana Fabya de Sousa Mourão - Ana Rosa Pereira Cavalcante - Ângela de Souza Pedrosa - Carlos Alberto Pereira da Silva, - Cláudia Regina Correa da Silva - Edilena Silva da Rocha - REQUERIDO: Fundação de Vigilância em Saúde do Estado do Amazonas F VS - Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs - Defiro a petição de fls. 238-239. Intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos as fichas financeiras dos requeridos, relativas ao período em que mantiveram vínculo com a referida instituição.

ADV: SÁLVIA DE SOUZA HADDAD (OAB 3529/AM), ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA (OAB 6193/AM), ADV: EVANDRO EZIDRO DE LIMA RÉGIS (OAB 2498/AM), ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM) - Processo 0713200-28.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Suely Barros Bernardino da Silva - REQUERIDO: Universidade do Estado do Amazonas - LITSPASSIV: Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Universidade do Estado do Amazonas - UEA - Intime-se a(o) Universidade do Estado do Amazonas, Estado do Amazonas, Estado do Amazonas e Universidade do Estado do Amazonas - UEA, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 dias, impugnar a execução, nos moldes do art. 535 do CPC/2015.

ADV: FRANCISCA CUMAPE GOMES (OAB 7238/AM), ADV: TIBIRIÇÁ VALÉRIO DE HOLANDA FILHO (OAB 7159/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA BICHARRA DA SILVA SANTANA (OAB 3004/AM), ADV: JANNE SALES GOMES (OAB 3045/AM) - Processo 0715107-38.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - RECLAMANTE: JAIME CARVALHO BARROSO - JEFERSON FIGUEIRA DE LEMOS - JORGE LUIZ CANTANHEDE DOS SANTOS - KLEBER NORONHA MARQUES - LEIDA DE JESUS DE ASSIS MEDEIROS - LESLIE DE SOUZA FIGUEIREDO - LUCIMAR RIBEIRO DE MELO - LUCIANO CANOÊ SILVA - LUCENIR MARTINS DOS SANTOS - MARIA SOCORRO CONDE DE LIMA - RECLAMADO: FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO ESTADO DO AMAZONAS FVS - REQUERIDO: Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs - Intime-se a(o) FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO ESTADO DO AMAZONAS FVS e Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 dias, impugnar a execução, nos moldes do art. 535 do CPC/2015.

ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: ANDRÉ DE SANTA MARIA BINDÁ (OAB 3707/AM), ADV: ÂNGELA MARIA DANTAS DE ALENCAR (OAB 8924/AM), ADV: ERIKA DE OLIVEIRA COIMBRA (OAB 8714/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: GUILHERME FELIPE NASCIMENTO PESSOA (OAB 7574/AM), ADV: LEONARD LOPES DE ASSIS (OAB 6895/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: JOSÉ CARLOS PEREIRA DE OLIVEIRA (OAB 2772/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: SARA REGINA OLÍMPIO MAMEDE (OAB 4504/AM), ADV: RAFAEL CÂNDIDO DA SILVA (OAB 6499/AM), ADV: PAULA DONOLINA MEIRELES RAMOS (OAB 8559/AM) - Processo 0717633-75.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer -

REQUERENTE: Estado do Amazonas - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante do exposto, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, CONFIRMO a liminar e JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados pelo Estado do Amazonas contra a Amazonas Distribuidora de Energia S/A, e: DECLARO ilegais as inscrições levadas a efeito; DETERMINO a exclusão das inscrições relativas aos débitos apontados neste procedimento; CONDENO o requerido na obrigação de não inscrever novamente o requerido no Cadin relativo a débitos referentes ao consumo de energia elétrica, posto que, se fornecidos por concessionária, não possuem caráter tributário, sob pena de multa equivalente ao valor do débito irregularmente inscrito; CONDENO o Requerido nas custas, a serem recolhidas no prazo de 15 dias após o trânsito em julgado, sob pena de inclusão na dívida ativa; CONDENO o requerido nos honorários advocatícios, os quais fixo no mínimo legal sobre o valor da causa.

Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (OAB 6552/AM)
Alberto Bezerra de Melo (OAB 2015/AM)
Alcineia da Silva Rodrigues (OAB 3887/AM)
Aldenor de Souza Rabelo (OAB 8030/AM)
Alexandre Fleming Neves de Melo (OAB 6142/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Aline Cintrão Ferreira (OAB 9275/AM)
Almenilze Valente Sampaio (OAB 5456/AM)
Amauri Vieira dos Santos (OAB 11881/AM)
Ana Marcela Grana de Almeida (OAB 7513/AM)
Ana Paula dos Reis Ferraz Teixeira (OAB 6728/AM)
André de Santa Maria Bindá (OAB 3707/AM)
Ângela Maria Dantas de Alencar (OAB 8924/AM)
Antonia Andrade de Queiroz (OAB 3059/AM)
Antônia Andrade de Queiroz (OAB 3059/AM)
Antonio Jose Tavares Barbosa (OAB 10068/AM)
Arthur César Zahluth Lins (OAB 5238/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bernardo Figueira Raposo da Câmara (OAB 10676/AM)
Caio Feldberg Porto (OAB 7995/AM)
Carla Andréa Chaves de Carvalho (OAB 3382/AM)
Carlos Alexandre M.C.M Matos (OAB 2364/AM)
Carlos Pedro Castelo Barros (OAB 1229/AM)
Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB 6328/AM)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Caroline Retto Frota (OAB 4411/AM)
Carvalho Advocacia (OAB 558AM)
Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB 7019/AM)
Clíssia Lopes Cavalcante (OAB 10258/AM)
Clóvis Smith Frota Júnior (OAB 3626/AM)
Ediney Costa da Silva (OAB 7646/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Edson Cunha do Nascimento (OAB 5024/AM)
Eliana Leite Guedes (OAB 4313/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Erik Franco de Sá (OAB 3786/AM)
Erika de Oliveira Coimbra (OAB 8714/AM)
Evandro Ezidro de Lima Régis (OAB 2498/AM)
Ezequiel de Freitas Medeiros (OAB 9818/AM)
Fábio Martins Ribeiro (OAB 449A/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisca Cumape Gomes (OAB 7238/AM)
Francisco dos Santos Silva (OAB 3458/AM)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Giordano Bruno da Costa Cruz (OAB 761A/AM)
Guilherme Felipe Nascimento Pessoa (OAB 7574/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Hugo Fábio Sampaio Telles de Souza (OAB 7153/AM)
Ike Kennedy Veiga da Silva (OAB 4519/AM)
Ingrid Khamylla Monteiro Ximenes de Sousa (OAB 3629/AM)
Isabela Peres Russo (OAB 3198/AM)
Isabella Jacob Nogueira (OAB 8800/AM)
Ivanna de Albuquerque Cavalcante Carvalho (OAB 3566/AM)
Iza Amélia de Castro Albuquerque (OAB 3814/AM)
Jádson Alves Lima (OAB 1969/AM)
Janne Sales Gomes (OAB 3045/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
Joenilson dos Santos Rodrigues (OAB 3178/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
José Antônio Passos (OAB 2226/AM)
José Carlos Pereira de Oliveira (OAB 2772/AM)
José Júlio César Corrêa (OAB 7810/AM)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Jucelinno Araújo Lima (OAB 8039/AM)
Júlio César de Vasconcellos Assad (OAB 4765/AM)
Júlio de Oliveira Macedo (OAB 6523/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Karina Broze Naimeg Grossi (OAB 119869/MG)
Karla Brito Novo (OAB 4771/AM)
Ladyane Serafim Pereira (OAB 4990/AM)
Leandro Venicius Fonseca Rozeira (OAB 29991/BA)
Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB 3726/AM)
Leonard Lopes de Assis (OAB 6895/AM)
Leonardo de Borborema Blasch (OAB 2997/AM)
Lisieux Ribeiro Lima (OAB 4486/AM)
Luana Barroso Colares (OAB 6864/AM)
Luciana Barroso de Freitas (OAB 5144/AM)
Luciana Cristina Rodrigues (OAB 3671/AM)
Luciana Viana Cidrônio de Andrade (OAB 8104/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Claudio Gomes Borges (OAB 13180/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Luiza de Andrade Cabral dos Santos (OAB 13265/AM)
Malba Tânia Oliveira Gato (OAB 6409/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 99999/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (OAB 2538/AM)
Marcelo Carvalho da Silva (OAB 6193/AM)
Maria Auxiliadora Bicharra da Silva Santana (OAB 3004/AM)
Maria da Conceição Teixeira Frazão (OAB 5701/AM)
Maria Isélia Saraiva de Oliveira (OAB 6478/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Matias Henrique de Lima e Lima (OAB 9810/AM)
Mauricio Sousa da Silva (OAB 9015/AM)
Nazareno Pereira de Melo (OAB 5690/AM)
Neiva Evangelista Barboza (OAB 3187/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Neyde Regina Demosthenes Trindade (OAB 795/MP)
Nieli Nascimento Araujo Fernandes (OAB 397/RN)
Nívea da Silva Corado (OAB 5490/AM)
Osni Amaral Santana (OAB 1959/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Paula Donolina Meireles Ramos (OAB 8559/AM)
Paulo Roberto dos Reis Ferraz (OAB 2141/AM)
Paulo Sérgio de Oliveira (OAB 8478/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Priscila Soares Feitoza (OAB 4656/AM)
Rafael Allbuquerque Gomes de Oliveira (OAB 4831/AM)
Rafael Cândido da Silva (OAB 6499/AM)
Rafael da Cruz Lauria (OAB 5716/AM)
Raphael da Fonsêca Ferreira de Souza (OAB 6995/AM)
Raphael Ramos Pereira (OAB 6925/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Regina Aparecida dos Reis Ferraz (OAB 2205/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Riulna Ventura Muller (OAB 6654/AM)
Roberta Ferreira de Andrade Mota (OAB 2334/AM)
Rosângela Galvão Oliveira (OAB 5630/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Rubemar Rocha de Lucena (OAB 11448/AM)
Sálvia de Souza Haddad (OAB 3529/AM)
Samara Guerra Almeida (OAB 7194/AM)
Samira Caminha (OAB 5267/AM)
Sara Regina Olímpio Mamede (OAB 4504/AM)
Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)
Tatianne Vieira Assayag Toledo (OAB 3653/AM)
Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB 7159/AM)

Ticiano Alves e Silva (OAB 764A/AM)
Vanessa Lima do Nascimento (OAB 9007/AM)
Vitor Barbosa de Oliveira (OAB 8285-A/TO)
Vitor Fabian Soares Cipriano (OAB 6019/AM)
Washington Alves dos Santos (OAB 3129/AM)
Wilson de Lima Justo Filho (OAB 6136/AM)
Wirley Benezar Falcao (OAB 12792/AM)
Zeni Teresinha Schnorr Bortoli (OAB 4044/AM)

5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0135/2019

ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM), ADV: SEVERINO RAMOS DA SILVA (OAB 2588/AM) - Processo 0008868-85.1996.8.04.0012 (012.96.008868-2) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Paulo Faria Imoveis Ltda - ASSISTENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO SARAIVA DA SILVA - Intimem-se as partes, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca da informação apresentada pela Conta Única às fls.1.128/1.131. Manaus, 31 de julho de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM), ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM), ADV: ANTONIO DUARTE (OAB 002.316/AM) - Processo 0012119-19.1993.8.04.0012 (012.93.012119-0) - Procedimento Comum Cível - Adicional de Periculosidade - REQUERENTE: Antonio Platao de Almeida e Outros e outros - R.Hoje. Intime-se o Município de Manaus para se manifestar, no prazo de 5 dias, acerca do pagamento do Requisitório de Pequeno Valor - RPV de fls.2.430/2.432. Cumpra-se. Manaus, 01 de agosto de 2019.

ADV: LILIAN DA SILVA ALVES (OAB 8921/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM) - Processo 0219694-97.2011.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Francisco Josmildo da Costa Lima e outro - Diante do exposto, nos termos da fundamentação: JULGO PROCEDENTE a Ação para CONDENAR o Requerido Francisco Josmildo Costa Lima a regularizar o loteamento em questão, com o devido registro imobiliário e efetiva execução total das obras de infraestrutura ainda pendentes, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de multa diária, no caso de descumprimento, no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), no limite de até 180 dias/multa. RECONHEÇO a responsabilidade subsidiária do Município de Manaus no cumprimento do determinado em caso de inércia do Requerido, subsistindo para este também o poder-dever de fiscalizar o cumprimento desta decisão. Custas processuais na forma da Lei. Sem honorários, face a natureza do Autor. Encaminhem-se os autos ao E. Tribunal de Justiça para reexame necessário (art. 496, I do CPC). P.R.I. Manaus, 01 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JUAN BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 2595/AM) - Processo 0252230-98.2010.8.04.0001 - Mandado de Segurança Infância e Juventude - Aposentadoria - IMPETRANTE: Nilma Rodrigues Silva - Intimem-se as partes do retorno dos autos. Em nada requerendo no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos. Manaus, 01 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0601096-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Isonomia/Equivalência Salarial - REQUERENTE: Marlon Nazareno Soares Benfica e outros - Cite-se o Requerido para, querendo, contestar no prazo legal. Manaus, 31 de julho de 2019.

ADV: RODRIGO ARAÚJO REBELO ALBUQUERQUE (OAB 12324/AM) - Processo 0603010-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Alicerce Construcoes Ltda - Decisão. Diante do exposto, nos termos da fundamentação: HOMOLOGO o pedido de desistência, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento do processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VIII, do CPC. CONDENO o Autor ao pagamento dos honorários advocatícios, os quais arbitro em R$ 1.200,00, com fulcro no art. 85, parágrafo 8º e art. 90, caput, ambos do CPC. Custas na forma da Lei. Sem reexame necessário. P.R.I. Manaus, 01 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: HARYSSA ALVES PICCOLOTTO CARVALHO (OAB 8974/AM), ADV: ANA CAROLINA AMARAL DE MESSIAS (OAB 9171/AM) - Processo 0603181-47.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Classificação e/ou Preterição - REQUERENTE: MARCELLE QUEIROZ PINHEIRO, - CERTIFICO a tempestividade do recurso de apelação interposto pelo Requerente, MARCELLE QUEIROZ PINHEIRO, às fls. 410/416. Intimo o Requerido, Estado do Amazonas, para no prazo legal, apresentar contrarrazões. Decorrido o prazo, ao Tribunal de Justiça, para julgamento do recurso. Manaus, 31 de julho de 2019.

ADV: ÁLVARO DA TRINDADE GARCIA FILHO (OAB 6236/AM), ADV: CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL (OAB 11691/AM) - Processo 0605544-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Karlene Maria Silva Gomes - Autos nº:0605544-65.2019.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Cível Requerente:Karlene Maria Silva Gomes Requerido:Estado do Amazonas DECISÃO O processo está em ordem e as partes devidamente representadas. Não há irregularidades a suprir, nem nulidades a sanar. Por essa razão, intimem-se as partes para querendo apresentarem provas úteis ao deslinde do processo. Em não o fazendo, o processo será julgado antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I , do Código de Processo Civil. Intimem-se. Manaus, 01 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0605682-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Edson da Costa Eurico. - Autos nº:0605682-32.2019.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Cível Requerente:Edson da Costa Eurico. Requerido:Estado do Amazonas DECISÃO O processo está em ordem e as partes devidamente representadas. Não há irregularidades a suprir, nem nulidades a sanar. Por essa razão, intimem-se as partes para querendo apresentarem provas úteis ao deslinde do processo. Em não o fazendo, o processo será julgado antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I , do Código de Processo Civil. Intimem-se. Manaus, 01 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: VALINDA CINQUE IANTORNO DE JESUS (OAB A-445AM), ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM) - Processo 0607706-43.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: DULCICLEIA PEREIRA DA SILVA - Decisão. Pelo exposto, nos termos da fundamentação: DECLARO a PRESCRIÇÃO QUINQUENAL do direito da autora acerca dos pedidos anteriores a abril de 2008, motivo pelo qual extingo feito com resolução de mérito, sobre os pedidos prescritos, com fulcro no art. 487, II do CPC. No mérito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos da autora. DECLARO a nulidade do vínculo administrativo havido entre a Autora e o Requerido. DEFIRO o pedido de percepção das parcelas referentes ao FGTS e Férias referentes aos anos de 2008 e 2010 à autora. INDEFIRO o pedido de Horas Extras, Repouso Remunerado, Desvio de Função e 13º salário. CONDENO o Requerido a efetuar o pagamento de 8% do FGTS devido a cada parcela remuneratória paga à autora, bem como o pagamento de férias proporcionais + 1/3, a contar do mês de abril de 2008. Sendo as férias somente referentes aos anos de 2008 e 2010. Os valores deverão ser corrigidos pelo IPCA-E, a contar da data em que deveriam ter sido recolhidas cada parcela e com juros de mora aplicáveis à Fazenda Pública, nos termos do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 desde a citação. Diante da sucumbência mínima por parte da Requerido, CONDENO a Requerente no pagamento honorários advocatícios, os quais fixo em 10% em cima da condenação (art. 85, § 3º, I do CPC), cuja exigibilidade está suspensa ante a gratuidade de justiça deferida às fls. 86. Custas na forma da Lei. Remetam-se os autos ao E. Tribunal para reexame necessário, nos termos do art. 496 do CPC. P.R.I. Manaus, 01 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: MATIAS HENRIQUE DE LIMA E LIMA (OAB 9810/AM)

- Processo 0610207-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Raimundo Álvaro Leite Cavalcante - TERMO Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012, CERTIFICO que recebi os autos da contadoria com o parcelamento das custas às fls.89/94, conforme despacho de fls.87, e abro vista ao requerente para pagamento. Manaus, 01 de agosto de 2019 Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria em exercício

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM) - Processo 0616802-09.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Silvana Gonçalves da Silva - Em virtude do cancelamento do precatório, conforme decisão de fls.307. Expeça-se novo Precatório com os documentos e correções exigidas. Cumpra-se. Manaus, 01 de agosto de 2019.

ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM) - Processo 0620915-40.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Vander Lima Batista - R.Hoje. Intime-se o requerente para se manifestar no prazo de 5 dias acerca do alegado pelo Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM. Cumpra-se. Manaus, 01 de agosto de 2019.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0625743-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Jose Jorge da Silva Liro - Decisão. Em virtude do exposto, nos termos da fundamentação: PRONUNCIO a prescrição da pretensão do Autor e JULGO EXTINTO O FEITO, com resolução de mérito, nos moldes do art. 487, II do CPC. CONDENO o Requerente ao pagamento dos honorários de sucumbência, os quais fixo em 10% sobre o valor da causa, nos moldes do art. 85, §3º, I do CPC, cuja exigibilidade fica suspensa ante a gratuidade de justiça concedida às fls. 27. Custas na forma da Lei. P.R.I. Manaus, 31 de julho de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0629027-61.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ariany Brito Alves - CERTIFICO a tempestividade do recurso de apelação interposto pelo Requerente, Ariany Brito Alves, às fls. 88/97. Intimo o Requerido, Estado do Amazonas, para no prazo legal, apresentar contrarrazões. Decorrido o prazo, ao Tribunal de Justiça, para julgamento do recurso. Manaus, 31 de julho de 2019.

ADV: ADRIANNE LINS GUIMARÃES (OAB 8742/AM) - Processo 0633314-38.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Nomeação - REQUERENTE: Rafael Matos Lima - Em tempo, expeça-se o competente Alvará. Cumpra-se. Intime-se. Manaus, 01 de agosto de 2019.

ADV: JONATHAS MARCELINO ANDRADE DOS SANTOS (OAB 7607/AM) - Processo 0635213-66.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - IMPETRANTE: Aldevan Fernandes Amaral - Portanto, pelo menos em uma análise estritamente sumária típica dos provimentos liminares, não vislumbro ilegalidade ou abusividade na conduta da autoridade coatora que decidiu pela exclusão do Impetrante no certame, razão pela qual INDEFIRO a liminar requerida. Defiro o benefício da gratuidade de justiça. Notifique-se a autoridade coatora (art. 7°, I, da Lei 12.016/09). Dê-se ciência da impetração do presente writ ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada. Após, dê-se vista ao Ministério Público (art. 12 da Lei nº 12.016/09) para que se manifeste sobre o pedido, retornando os autos conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: RICARDO RODRIGUES JERÔNIMO (OAB 9354/AM), ADV: MARIO GIL PESSOA PEREIRA (OAB 9358/AM), ADV: ANTÔNIO BRASIL VIEIRA (OAB 5411/AM), ADV: MARIA ELIZABETHE RODRIGUES JERONIMO (OAB 7229/AM), ADV: ELAINE RODRIGUES JERÔNIMO SILVA (OAB 7793/AM), ADV: LUCIANY MOTA BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 5679/AM), ADV: WLISSES MOTA BEZERRA (OAB 8959/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 2419/AM) - Processo 0635257-61.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Gilson de Castro Pereira - REQUERIDO: Prefeitura Municipal de Autazes - R. Hoje. Dê-se vista ao órgão do Ministério Público. Cumpra-se. Intime-se Manaus, 01 de agosto de 2019.

ADV: MARCELO ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 10004/AM) - Processo 0637899-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Jbv Serviços de Buffet Ltda - Defiro o requerido pelo Autor às fls.37 encaminhem-se os autos à Contadoria para emitir as guias de parcelamento das custas. Intime-se. Manaus, 01 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JOAO LIRA TAVARES (OAB 8799/AM) - Processo 0637976-16.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Joao Lira Tavares - Com o CPF fornecido pelo exequente - Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito - Manaustrans proceda-se o BACENJUD. Intime-se. Manaus, 01 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juíz de Direito

ADV: RODRIGO DA FROTA MENDONÇA (OAB 10031/AM) - Processo 0638769-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Concessão - REQUERENTE: Janaina Santos da Silva - Defiro o benefício da gratuidade de justiça. À Autora para, no prazo legal, apresentar os documentos abaixo elencados, mencionados na inicial, sob pena de indeferimento, tendo em vista que a ausência dificulta o julgamento de mérito da demanda (arts. 320 e 321, parágrafo único do CPC): Parecer nº 4100/2018 que apreciou o pedido de reconsideração; Laudo médico avaliativo da Junta Médica de Inspeção e Saúde. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 01 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM) - Processo 0639037-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Água e/ou Esgoto - REQUERENTE: Fernando Sttephano Vieira da Silva - Tendo em vista a implantação Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal, promovida pela LC nº 178/17, e estando a presente ação dentre aquelas de competência de tal juízo especializado, declino da minha competência. Redistribuam-se os autos para a Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: LETÍCIA SANT'ANA XAVIER (OAB 12994/AM) - Processo 0639207-05.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - IMPETRANTE: Mapemi - Brasil Materiais Médicos e Odontológicos Ltda - Ao Impetrante para, em 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento das custas, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290 do CPC). Intime-se. Manaus,

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0639270-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Marcus Meireles da Silva - Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado pela Autora, nos termos do art. 98 e seguintes do CPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/15, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a PGE a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, CPC/15). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0639278-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Pedro Souza Almeida - Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado pela Autora, nos termos do art. 98 e seguintes do CPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/15, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a PGE a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, CPC/15). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0639341-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Férias - REQUERENTE: Venderruben Reis da Costa - Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado pela Autora, nos termos do art. 98 e seguintes do CPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/15, em

homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a PGE a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, CPC/15). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0639952-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reforma - REQUERENTE: Ricarth Auzier da Costa Figueiredo - Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado pela Autora, nos termos do art. 98 e seguintes do CPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/15, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a PGE a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, CPC/15). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM) - Processo 0641796-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Rocicleide dos Santos Ramos - Autos nº:0641796-04.2018.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Cível Requerente:Rocicleide dos Santos Ramos Requerido e Litisconsorte Passivo:Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas e outro DECISÃO O processo está em ordem e as partes devidamente representadas. Não há irregularidades a suprir, nem nulidades a sanar. Por essa razão, intimem-se as partes para querendo apresentarem provas úteis ao deslinde do processo. Em não o fazendo, o processo será julgado antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I , do Código de Processo Civil. Intimem-se. Manaus, 01 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0652374-26.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Elaine Damasceno Coelho - Subam ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as nossas homenagens. Diligências legais. Intimem-se.

ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM) - Processo 0654195-65.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - IMPETRANTE: Darcimeiry Oliveira de Andrade - CERTIFICO a tempestividade do recurso de apelação interposto pelo Requerente, Darcimeiry Oliveira de Andrade, às fls. 138/268. Intimo o Requerido, Estado do Amazonas, para no prazo legal, apresentar contrarrazões. Decorrido o prazo, ao Tribunal de Justiça, para julgamento do recurso. Manaus, 31 de julho de 2019.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0658783-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Cosme Januário da Silva - Autos nº:0658783-18.2018.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Cível Requerente:Cosme Januário da Silva Requerido:Estado do Amazonas DECISÃO O processo está em ordem e as partes devidamente representadas. Não há irregularidades a suprir, nem nulidades a sanar. Por essa razão, intimem-se as partes para querendo apresentarem provas úteis ao deslinde do processo. Em não o fazendo, o processo será julgado antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I , do Código de Processo Civil. Intimem-se. Manaus, 01 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JOSÉ FERNANDES NETO (OAB 8257/AM) - Processo 0659342-72.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Recondução - REQUERENTE: Pryscila Rodrigues Medanha - Decisão. Diante do exposto, nos termos da fundamentação: HOMOLOGO o pedido de desistência, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento do processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VIII, do CPC. CONDENO o Autor ao pagamento dos honorários advocatícios, os quais arbitro em R$ 1.200,00, com fulcro no art. 85, parágrafo 8º e art. 90, caput, ambos do CPC. Custas na forma da Lei. Sem reexame necessário. P.R.I. Manaus, 01 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: EDGAR PORTELA DA SILVA AGUIAR (OAB 9941/AM), ADV: DANIELLE DA COSTA PINHEIRO (OAB 7710/AM), ADV: ENNY LUDMYLA PEREIRA DUARTE (OAB 8094/AM) - Processo 0719454-17.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - REQUERENTE: Angelina de Souza Santos - TERMO Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012, CERTIFICO que recebi os autos da contadoria com cálculos às fls.532/534, conforme decisão de fls.455/460, e abro vista às partes para manifestação. Manaus, 01 de agosto de 2019 Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria em exercício

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Adrianne Lins Guimarães (OAB 8742/AM)
Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB 6236/AM)
Ana Carolina Amaral de Messias (OAB 9171/AM)
André Luiz Farias de Oliveira (OAB 2419/AM)
Antônio Brasil Vieira (OAB 5411/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 16215/PA)
Antonio Duarte (OAB 002.316/AM)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB 11691/AM)
Danielle da Costa Pinheiro (OAB 7710/AM)
Edgar Portela da Silva Aguiar (OAB 9941/AM)
Elaine Rodrigues Jerônimo Silva (OAB 7793/AM)
Enny Ludmyla Pereira Duarte (OAB 8094/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Haryssa Alves Piccolotto Carvalho (OAB 8974/AM)
Joao Lira Tavares (OAB 8799/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
Jonathas Marcelino Andrade dos Santos (OAB 7607/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
José Fernandes Neto (OAB 8257/AM)
Juan Bernabéu Céspedes (OAB 2595/AM)
Júlio César de Almeida Lorenzoni (OAB 5545/AM)
Letícia Sant'ana Xavier (OAB 12994/AM)
Lilian da Silva Alves (OAB 8921/AM)
Luciany Mota Bezerra de Oliveira (OAB 5679/AM)
Marcelo Almeida de Oliveira (OAB 10004/AM)
Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)
Maria Altamira de Souza (OAB 6959/AM)
Maria Elizabethe Rodrigues Jeronimo (OAB 7229/AM)
MARIO GIL PESSOA PEREIRA (OAB 9358/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)
Matias Henrique de Lima e Lima (OAB 9810/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Ricardo Rodrigues Jerônimo (OAB 9354/AM)
RODRIGO ARAÚJO REBELO ALBUQUERQUE (OAB 12324/AM)
Rodrigo da Frota Mendonça (OAB 10031/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Severino Ramos da Silva (OAB 2588/AM)
VALINDA CINQUE IANTORNO DE JESUS (OAB A-445AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wlisses Mota Bezerra (OAB 8959/AM)

2ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0338/2019

ADV: MÁRCIO ZENDY SOARES LEÃO (OAB 10518/AM) - Processo 0623828-24.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: A.S.C.M. e outros - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0623828-24.2019.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda

Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 10518/AM - Márcio Zendy Soares Leão, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 28/08/2019 às 09:45h, concernente ao Processo nº 0623828-24.2019.8.04.0001, onde figura como Réu Adriano Serafim Carvalho Matos, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: JOSÉ DILSON CARVALHO FILHO (OAB 13383/AM), ADV: PEDRO GUIMARÂES CABRAL FILHO (OAB 9111/AM) - Processo 0623828-24.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: L.C.S. e outros - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0623828-24.2019.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 13383/AM - José Dilson Carvalho Filho, 9111/AM - Pedro Guimarães Cabral Filho, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 28/08/2019 às 09:45h, concernente ao Processo nº 0623828-24.2019.8.04.0001, onde figura como Réu Leandro Correa de Sousa, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: MARCOS LEVI DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 14731/AM) - Processo 0627387-86.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Luiz Eduardo Lineker Porto da Silva e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0627387-86.2019.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 14731/AM - Marcos Levi de Oliveira de Lima, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 28/08/2019 às 09:15h, concernente ao Processo nº 0627387-86.2019.8.04.0001, onde figura como Réu Luiz Eduardo Lineker Porto da Silva, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM) - Processo 0635763-61.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: G.F.S. - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0635763-61.2019.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 11851/AM - Leandro Rebelo de Paula, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 28/08/2019 às 10:15h, concernente ao Processo nº 0635763-61.2019.8.04.0001, onde figura como Réu Guilherme Ferreira Serrão, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM) - Processo 0639590-51.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Carmo de Souza e Souza - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0639590-51.2017.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 4475/AM - Janaína Santos Fernandes, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 29/08/2019 às 09:00h, concernente ao Processo nº 0639590-51.2017.8.04.0001, onde figura como Réu Carmo de Souza e Souza, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
José Dilson Carvalho Filho (OAB 13383/AM)
Leandro Rebelo de Paula (OAB 11851/AM)
Márcio Zendy Soares Leão (OAB 10518/AM)
Marcos Levi de Oliveira de Lima (OAB 14731/AM)
Pedro Guimarães Cabral Filho (OAB 9111/AM)

6ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANDRÉA JANE SILVA DE MEDEIROS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CRISTIANE ROMANO TAVARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0196/2019

ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM) - Processo 0615323-44.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Latrocínio - ACUSADO: W.B.O. - Instrução e Julgamento Data: 19/08/2019 Hora 10:45 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM) - Processo 0662037-96.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - ACUSADO: Gelson da Silva Ribeiro - Jorge Bray Ferreira de Oliveira - Vanderson Monteiro Farias - Robson de Sá Lima - Intimem-se às partes, na dita ordem, Ministério Público e Defesa, para apresentarem memoriais, no prazo de 5 (cinco) dias, de acordo com o disposto no artigo 403, § 3º, do Código de Processo Penal. Advirta-se ao causídico as observações inerentes ao artigo 265, caput, do Código de Processo Penal.

Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)

9ª VARA CRIMINAL

NOTA DE INTIMAÇÃO PARA AUDIÊNCIA

Processo nº: 0632339-45.2018.8.04.0001
Assunto: Crimes do Sistema Nacional de Armas
Réu(s): Laércio da Silva Ozorio
Advogado(s): João Carlos Pinto de Araújo, Sarah Porto Lima Anijar, Sheila Mara Martins Araujo e Cirlane Figueredo Albertino
Data da audiência: 05/08/2019 às 10:00h
Henrique Veiga Lima
Juiz de Direito

10ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO HENRIQUE VEIGA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0451/2019

ADV: CRISTINA SEFFAIR DE SOUZA (OAB 3022/AM), ADV: HARRINGTON PRAIA MARQUES (OAB 3199/AM), ADV: MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA (OAB 4896/AM) - Processo 0257977-29.2010.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADA: Mycherlan Silva de Souza - Autos nº 0257977-29.2010.8.04.0001 DESPACHO Vistos, etc. Expedido mandado de notificação ao réu para integrar a instrução processual, ele não foi mais encontrado, razão por que foi feita a sua notificação por edital. Mesmo assim, ele não compareceu em Juízo, motivo pelo qual o processo deve seguir nos seus demais atos sem a sua presença, nos termos do art. 367 do CPP. Dessa forma, concedo vista às partes, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) horas, em cumprimento ao disposto no art. 402 do CPP. Se não forem requeridas diligências complementares, as partes deverão apresentar alegações finais escritas, no prazo de 05 (cinco) dias, sucessivamente, nos termos do art. 403, § 3º, do CPP. Intime-se. Manaus, 15 de julho de 2019 Genesino Braga Neto Juiz de Direito

Cristina Seffair de Souza (OAB 3022/AM)
Harrington Praia Marques (OAB 3199/AM)
Marcelo Gonçalves de Oliveira (OAB 4896/AM)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

O Doutor Genesino Braga Neto, Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil.

Processo Nº 0218872-40.2013.8.04.0001

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria da 10ª Vara Criminal, situada à Rua Paraíba, s/nº, 2º andar, Setor 03, Adrianópolis - CEP 69.061-970, Fone: 3303-5144, Manaus-AM, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu **JOÃO SILVA DA COSTA**, brasileiro, natural de Manaus/AM, nascido em 03/10/1966, filho de Raimundo Pequeno da Costa e Raimunda Silva da Costa, residente e domiciliado nesta cidade, à época do fato, na Avenida Laguna, nº 716, bairro Lírio do Vale, denunciado por suposta prática de crime capitulado no art. XXX, §X do Código Penal Brasileiro. Esgotados os meios para encontrar o réu acima nominado, o MM. Juiz manda expedir o presente Edital com prazo de 15 dias, para notificar o réu de que deverá comparecer a este Juízo no dia **13/09/2019 às 10:00h**, a fim de participar de Audiência de Instrução e Julgamento nos autos deste processo. ADVERTÊNCIA: O processo seguirá sem a presença do réu, caso não compareça ao referido ato processual, conforme preceitua o art. 367 do Código de Processo Penal. E, para que chegue ao conhecimento do réu e que, no futuro, ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico e afixado na porta principal da 10ª Vara Criminal. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 02/08/2019. Eu, Carolina Gomes Barros, Servidor(a), o digitei, e Manrique Motta Maciel Júnior, Diretor de Secretaria, o conferiu.

Henrique Veiga Lima
Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal

1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0316/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM), ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM), ADV: CLODOALDO CAVALCANTE DOS SANTOS (OAB 9888/AM), ADV: LUANA ADRIANA CRUZ DA SILVA (OAB 8184/AM), ADV: SHEILA MARA MARTINS ARAUJO (OAB 11995/AM) - Processo 0206838-96.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - REPTADO: K.S.O. - DENUNCIADO: K.M.P. e outro - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

ADV: JOSÉ MÁRCIO TABOSA DA SILVA (OAB 12820/AM), ADV: MAYCON SILVA DOS SANTOS (OAB 13231/AM) - Processo 0601106-93.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - RÉU: R.F.B.M. - Autos nº:0601106-93.2019.8.04.0001 Acusado: Rafael Felipe Bernal Mesquita DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Defiro a Petição de fl. 209, em conformidade com a Promoção de fls. 169/170, e determino que se oficie a Unidade Prisional na qual o acusado se encontra, a fim de que informe a este Juízo, no prazo de 03 (três) dias, se o referido estabelecimento dispõe de meios e estrutura para o tratamento adequado da saúde e demais necessidades do interno. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 19 de junho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: JOSÉ MÁRCIO TABOSA DA SILVA (OAB 12820/AM), ADV: MAYCON SILVA DOS SANTOS (OAB 13231/AM) - Processo 0601106-93.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - RÉU: R.F.B.M. - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

Clodoaldo Cavalcante dos Santos (OAB 9888/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
José Márcio Tabosa da Silva (OAB 12820/AM)
Luana Adriana Cruz da Silva (OAB 8184/AM)
Maycon Silva dos Santos (OAB 13231/AM)
Rômulo Almeida do Nascimento (OAB 2150/AM)
Sarah Lima Toledano (OAB 10106/AM)
Sheila Mara Martins Araujo (OAB 11995/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0315/2019

ADV: LAUDICEIA DE OLIVEIRA CORREA (OAB 8081/AM) - Processo 0232585-14.2015.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Simples - RÉU: Denis Lucas Moreira - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

Laudiceia de Oliveira Correa (OAB 8081/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0321/2019

ADV: LUCIANNE PIRES EWERTON (OAB A-494/AM) - Processo 0003637-51.1994.8.04.0011 (011.94.003637-3) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Rodinei Ramos de Oliveira - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

ADV: BRUNNASHOUSSENS SILVEIRA DE LIMA MONTEIRO (OAB 1176/RR), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0007465-93.2010.8.04.0011 (011.10.007465-1) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Manoel Ferreira do Nascimento - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM) - Processo 0095133-45.2004.8.04.0001 (001.04.095133-3) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Jonas Souza de Lima - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM) - Processo 0220861-13.2015.8.04.0001 - Inquérito Policial - Crimes de Trânsito - RÉU: Robert de Oliveira Mota - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

ADV: LAURA RITA ARAÚJO CARDOSO (OAB 5675/AM), ADV: SORAYA SEIXAS NUNES COLARES (OAB 9952/AM) - Processo 0232367-93.2009.8.04.0001 (001.09.232367-8) - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - INDICIADO: James de Oliveira Monteiro e outro - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ANTÔNIO HILTON PEREIRA DOURADO (OAB 5330/AM) - Processo 0260062-46.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU PRESO: Francisco Moura Monteiro - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

Antônio Hilton Pereira Dourado (OAB 5330/AM)
Brunnashoussens Silveira de Lima Monteiro (OAB 1176/RR)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Laura Rita Araújo Cardoso (OAB 5675/AM)
Lucianne Pires Ewerton (OAB A-494/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)
Soraya Seixas Nunes Colares (OAB 9952/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0317/2019

ADV: LAUDICEIA DE OLIVEIRA CORREA (OAB 8081/AM) - Processo 0232585-14.2015.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Simples - RÉU: Denis Lucas Moreira - Autos nº:0232585-14.2015.8.04.0001 Acusado: Denis Lucas Moreira DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Analisando detidamente os presentes autos, constata-se que, quando do encerramento da colheita de provas em Juízo, fls. 255/257, o Ministério Público foi intimado, a fim de apresentar as Alegações Finais, na forma de Memoriais Escritos. Ocorre que, até a presente data, não houve a apresentação da acima aludida Peça Processual nem requerimento de diligências, estando os autos sem movimentação desde então, o que vem causando enorme prejuízo à tramitação Processual. Tendo em vista o exposto, este Juízo entende que a ausência de Alegações Finais pelo Ministério Público não gera nulidade Processual, tendo em vista que não fere os Princípios do contraditório, uma vez que o Ministério Público foi devidamente intimado para tanto, e nem o da ampla defesa, tendo em vista que, ao contrário de prejudicar, a ausência da referida Peça Processual acaba por beneficiar a Defesa, tornando mais restrita a arguição verbal da Acusação. Seguem Decisões nesse sentido: APELAÇÃO CRIME - CONCUSSÃO - PRELIMINARES - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR E NULIDADE POR AUSÊNCIA DE ALEGAÇÕES FINAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO - REJEIÇÃO - MÉRITO - DELITO CONFIGURADO COM PLENA EVIDÊNCIA DE AUTORIA IMPUTADA AOS CONDENADOS - APENAMENTOS INALTERADOS - DECISÃO MANTIDA. Mesmo em se tratando de policiais excluídos da tropa durante o processamento da ação penal, não há como se reconhecer a incompetência da Justiça Militar para conclusão do procedimento e do subseqüente julgamento, porque a ação delituosa foi praticada no exercício das funções. A ausência de alegações finais pelo Ministério Público não gera nulidade, ainda mais que a falta de tal peça, por evidente, ao contrário de prejudicar, beneficia a defesa, porquanto, torna mais restrita a argüição verbal em audiência de julgamento por parte do órgão acusador. Por estar devidamente configurado o delito imputado aos apelantes, cuja decisão se respalda em provas seguras obtidas durante a instrução, inclusive com reconhecimento dos acusados pela vítima, não há como se alterar o juízo condenatório. Estando corretos os apenamentos impostos, de vez que amparados na evidência dos autos e não configurado e nem demonstrado pela defesa, comportamento anterior meritório, inviável é a aplicação da atenuante pretendida na insurgência recursal. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-PR - ACR: 1171495 PR 0117149-5, Relator: Idevan Lopes, Data de Julgamento: 08/08/2002, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 6198). *** PENAL. PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. INTERNACIONALIDADE COMPROVADA. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NULIDADES. AUTORIA. PENA. 1.Nulidade. Ausência de alegações finais do Ministério Público. Não havendo prejuízo para defesa e considerando que o órgão ministerial conformou-se com a decisão, não suscitando a nulidade e não deixando de contra-arrazoar os recursos e se manifestar pela manutenção da sentença condenatória, o feito há de prosseguir regularmente. 2. Os testemunhos prestados por policiais que atuaram na prisão têm o mesmo valor probatório atribuído ao depoimento de qualquer outra testemunha, devendo submeter-se ao crivo do contraditório. 3. No crime arrolado no art. 14 da Lei nº 6368/76, tem-se que não se confunde com a causa de aumento do art. 18, III, do mesmo diploma legal, não prevista na nova Lei 11343/06, ou seja, com a convergência de vontades meramente ocasional ou momentânea, contribuição de cada agente para a prática do delito previsto no art. 12, que caracteriza o concurso de pessoas, devido à eventualidade da associação . Assim, necessária a prova da estabilidade da comunhão para a configuração do delito, o que depende da pura análise do contexto probatório dos autos. É imprescindível para caracterização do crime autônomo o animus associativo, ou seja, o ajuste prévio no qual se identifique o vínculo associativo, a vontade nitidamente dirigida à formação da societas sceleris, com dolo específico de reunir-se para traficar. 4. A culpabilidade do art. 59 do CP, que não se confunde com a culpabilidade elemento do crime, consiste no grau de reprovabilidade da conduta e do agente, podendo utilizar-se da intensidade do dolo e da culpa como um dos critérios de aferição. 5. A existência de IPLs e de ações penais não influenciam na avaliação da conduta social, sendo esta condizente com o comportamento do agente no trabalho e na vida familiar, com o seu relacionamento no meio onde vive. Não obstante, a Quarta Seção desta Corte, no julgamento dos Embargos Infringentes e de Nulidade nº. 2003.04.01.043049-1/SC, DJ 09.03.2005, fixou orientação no sentido de que inquéritos e ações penais, findos e em andamento, podem ser computados na aferição da personalidade. 6. Na associação para o tráfico, o preceito secundário do art. 14 da Lei de Tóxicos foi revogado pelo art. 8º da lei 8072/90. (TRF-4 - ACR: 2221 PR 2004.70.11.002221-6, Relator:

MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 03/04/2007, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: D.E. 18/04/2007). *** a0 \\\< PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete da Desª Maria Edwiges de Miranda Lobato PROCESSO Nº 00004443520138140059. ORGÃO JULGADOR: Câmaras Criminais Reunidas RECURSO: Habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar. COMARCA: Belém. IMPETRANTE: Lucas Sá Souza OAB/PA 20.187. PACIENTES: Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva. PROCURADOR (A) DE JUSTIÇA: Francisco Barbosa de Oliveira. RELATORA: MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de habeas corpus liberatório e declaratório com pedido de liminar, interposto em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, figurando como autoridade coatora o MM. Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém. Aduz a impetração que os pacientes encontram-se segregados desde 13/07/2013 por terem supostamente submetido a vítima a um ritual macabro que culminou com a morte da mesma. Informa que os pacientes foram denunciados pela prática do crime tipificado no artigo 121, § 2º, incisos I e III e 4º (2ªa1 parte) cumulado com artigo 13, § 2º, alínea 'a e artigo 29 do Código Penal e após tramite regular os pacientes foram pronunciados nos termos da denúncia para serem submetidos a julgamento perante o Tribunal do Júri. De acordo com a impetração os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, e, ainda cerceamento de defesa em razão de nulidade na pronúncia, face ao não oferecimento de alegações finais pelo Ministério Público. Alega, ainda, o impetrante que os pacientes ostentam condições favoráveis à liberação e possibilidade concreta de substituição da prisão por outras medidas cautelares diversas. Requer a concessão de medida liminar com a expedição do competente Alvará de Soltura e a anulação da decisão de pronúncia e no mérito a confirmação da ordem. Os autos foram distribuídos a relatoria da Desª. Maria de Nazaré Gouveia, que em despacho de fls. 111/112 indeferiu a liminar por considerar ausentes os requisitos ensejadores e solicitou informações à autoridade coatora que as apresentou esclarecendo ter decidido pela revogação da prisão preventiva dos cinco pacientes. A seguir, o Ministério Público de 2º grau apresentou manifestação de lavra do eminente Procurador de Justiça Francisco Barbosa de Oliveira, que opinou pela prejudicialidade da ordem.a2 Às fls. 131/132 o impetrante apresentou petição onde esclarece que a autoridade coatora revogou a prisão preventiva dos pacientes, todavia, ainda não foi apreciação o pedido de nulidade do processo desde o momento de oferecimento de alegações finais, pelo que requer a continuação do writ para análise deste. É o relatório. Decido Desª. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO (RELATORA). Cuida-se de habeas corpus liberatório e declaratório impetrado em favor de Carlos Edinelson Santos Silva, Edileusa Mamede Felipe, Jurandir Santos dos Santos, Maria Auxiliadora dos Santos e Mauricio Augusto da Silva, requerendo a concessão da liberdade por excesso de prazo e a nulidade do processo desde o momento do oferecimento de alegações finais, posto que o Ministério Público não as apresentou, e, ainda assim, foram os mesmos pronunciados. Primeiramente, deixo de apreciar os pleitos de liberdade provisória em razão de ter sido revogada pela autoridade coatora em 16/12/2014. Quanto ao argumento de nulidade da pronúncia por ausência de memoriais finais pelo Parquet, adoto o entendimento firmando pelas Cortes Superiores, no sentido de não se admitir habeas corpus como substitutivo de recurso no processo penal, pelo que deixo de conhecer o presente writ. Até porque no caso dos autos as alegações finais do Parquet em sentençaa3 de pronúncia não é peça essencial nos julgamentos perante o Tribunal do Júri, eis que não gera convicção definitiva quanto a autoria e materialidade e sim juízo provisório, que não ocasiona prejuízos à defesa. Neste sentido, são os julgados das Cortes Superiores, verbis: HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO PREVISTO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 1. NÃO CABIMENTO. MODIFICAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. RESTRIÇÃO DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. EXAME EXCEPCIONAL QUE VISA PRIVILEGIAR A AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. 2. TRIBUNAL DO JURI. FALTA DE APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS. ADVOGADO REGULARMENTE INTIMADO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. 3. HABEAS CORPUS NÃOCONHECIDO. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, buscando a racionalidade do ordenamento jurídico e a funcionalidade do sistema recursal, vinha se firmando, mais recentemente, no sentido de ser imperiosa a restrição do cabimento do remédio constitucional às hipóteses previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Nessa linha de evolução hermenêutica, o Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o recurso ordinariamente cabível para a espécie. Precedentes. Contudo, devem ser analisadas as questões suscitadas na inicial no intuito de verificar a existência dea4 constrangimento ilegal evidente a ser sanado mediante a concessão de habeas corpus de ofício, evitando-se prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal. 2. É entendimento consolidado que a falta de oferecimento das alegações finais nos procedimentos do Tribunal do Júri não acarreta a nulidade do processo, uma vez que a decisão de pronúncia encerra juízo provisório acerca da culpa. Nesse caso, corretamente intimada para apresentar as alegações finais, mas deixando de fazê-lo, descabe à defesa alegar nulidade a que deu causa. Ademais, é princípio fundamental, no processo penal, o da não declaração de nulidade de ato, se dele não resultar prejuízo comprovado para o réu, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal. 3. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 265.067RS, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 10062013. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. CONDENAÇÃO CONFIRMADA EM GRAU DE APELAÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. TRÂNSITO EM JULGADO. VIA INDEVIDAMENTE UTILIZADA COMO SUCEDÂNEO RECURSAL OU COMO REVISÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. NÃO CONHECIMENTO. NULIDADE.APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ATECNIA. NÃO OCORRÊNCIA. PEÇA QUE NÃO É INDISPENSÁVEL. JÚRI. JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. AFERIÇÃO. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIAa5 IMPRÓPRIA. 1. Mostra-se inadequado e descabido o manejo de habeas corpus quando já esgotadas todas as vias recursais, inclusive com a não admissão de recurso especial e trânsito em julgado da condenação. 2. É imperiosa a necessidade de racionalização do writ, a bem de se prestigiar a lógica do sistema recursal, devendo ser observada sua função constitucional, de sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção, não podendo ser utilizado como sucedâneo recursal, nem como indevida revisão criminal. 3. "O habeas corpus é garantia fundamental que não pode ser vulgarizada, sob pena de sua descaracterização como remédio heróico, e seu emprego não pode servir a escamotear o instituto recursal previsto no texto da Constituição" (STF, HC 104.045RJ). 4. Hipótese em que não há flagrante ilegalidade a ser reconhecida. 5. Não há falar em falta de defesa técnica pelo fato de o advogado constituído, nas alegações finais, reservar-se o direito de tecer considerações meritórios em plenário, tanto mais porque trata-se de arrazoado que não é indispensável. 6. Aferir se, de fato, houve ou não julgamento contrário à prova dos autos, para dizer se o acórdão da apelação errou ao não anular o Júri, demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com o angusto veio de conhecimentoa6 do habeas corpus. 7. Habeas corpus não conhecido. STJ - HC 145.343SE, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 29102012. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADES. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS, ANTES DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA CORTE DE ORIGEM. DECISÃO QUE TORNA SEM EFEITO SENTENÇA QUE RECONHECERA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO AGENTE, COM BASE EM ATESTADO DE ÓBITO FALSO. FALTA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO CARACTERIZADA. IMPETRAÇÃO CONHECIDA EM PARTE. ORDEM DENEGADA. 1) Se a questão constante da inicial não foi analisada pelo Tribunal de origem, não compete a esta E. Corte dela conhecer e analisar, sob pena de indevida supressão de

instância. 2) A falta de alegações finais, nos processos de competência do Tribunal do Júri, não acarreta nulidade. No caso em exame, o defensor constituído fora devidamente intimado para manifestação, deixando, no entanto de fazê-lo. 3) É entendimento jurisprudencial que a decisão que declara extinta a punibilidade da espécie, fundada em atestado de óbito falso, não faz coisa julgada material. 4) A alegação de inocência e falta de indícios suficientes para a decisão de pronúncia não podem ser analisadas nos estreitos limites do "habeas corpus". 5) Impetração conhecida em parte. Ordem dea7 denegada. STJ - HC 143.474SP, Rel. Ministro Celso Limongi, Desembargador Convocado do TJSP), Sexta Turma, DJe 24052010. Diante do exposto, não conheço a ordem impetrada. Após o transcurso dos prazos legais, certifique-se e arquive-se dando baixa no Sistema de Acompanhamento Processual. Publique-se. Belém, 17 de março de 2015. Desa. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO Relatora Prédio Sede - Avenida Almirante Barroso, nº 3089 Bairro: Souza CEP 66.613-710 Belém PA. Sala A 112. Fone: 3205-3636 / 3736. Fax: 3205-3608 (TJ-PA - HC: 00004443520138140059 BELÉM, Relator: MARIA EDWIGES MIRANDA LOBATO, Data de Julgamento: 20/03/2015, CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Data de Publicação: 20/03/2015). *** Além disso, as Alegações Finais não se tratam de Peça Processual de observância obrigatória para as partes, em se tratando de Processo cuja competência é de Vara de Tribunal do Júri. ACÓRDÃO Nº 3.0916/2012. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA - TRIBUNAL DO JÚRI - DECISÃO CONFORME A PROVA DOS AUTOS - SUPREMACIA DOS VEREDICTOS. ALEGAÇÃO DE NULIDADES POR VÍCIOS DE COMUNICAÇÃO E POR AUSÊNCIA DE DEFESA - NÃO EVIDÊNCIA E NÃO COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO SUPORTADO PELO APELANTE (PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF). PLEITO DE RETIRADA DA QUALIFICADORA DO INCISO II,DO § 2º, DO ART. 121 DO CP (MOTIVO FÚTIL) - NÃO CABIMENTO PELA PRESENÇA DE SUPORTE NAS PROVAS CARREADAS NO CADERNO PROCESSUAL. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DO ART. 65, III, ALÍNEA D, DO CP - IMPOSSIBILIDADE DE ACOLHER A CONFISSÃO QUALIFICADA QUANDO AGREGADA À TESE DEFENSIVA DE LEGÍTIMA DEFESA. ALTERAÇÃO NA DOSIMETRIA DA PENA. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA EM PARTE. EMENTA HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PEÇA ACUSATÓRIA QUE DESCREVE TODO O FATO CRIMINOSO APTA A PERMITIR O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA. NULIDADE PROCESSUAL. ALEGADA DEFICIÊNCIA NA DEFESA, EM RAZÃO DA DESISTÊNCIA DA OITIVA DE TESTEMUNHAS ARROLADAS NA DEFESA PRÉVIA E FALTA DE OFERECIMENTO DE ALEGAÇÕES FINAIS. ESTRATÉGIA DEFENSIVA VÁLIDA. EXCESSO DE LINGUAGEM NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. INCLUSÃO DE QUALIFICADORAS NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INVIABILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS EM SEDE MANDAMENTAL. QUESITAÇÃO. LEGÍTIMA DEFESA. TESE DEVIDAMENTE CONSIDERADA. ORDEM DENEGADA. 1. Não há que se falar em inépcia da denúncia, se essa descreve como teriam ocorrido e em que circunstâncias se deu o fato criminoso, ainda que sucintamente, possibilitando a mais ampla defesa. CPP, art. 41. 2. A desistência da oitiva de testemunhas arroladas pela própria defesa, que inclusive poderiam vir a ser inquiridas em plenário caso algo de relevante tivessem a dizer, e o não oferecimento das alegações finais em procedimento da competência do Tribunal do Júri constituem adequada tática da acusação e da defesa de deixarem os argumentos de que dispõem para apresentação no plenário, ocasião. (TJ-AL - APL: 05006629220088020001 AL 0500662-92.2008.8.02.0001, Relator: Des. Edivaldo Bandeira Rios, Câmara Criminal, Data de Publicação: 08/08/2012). *** Por fim, importante salientar que a demora injustificada na apresentação das Alegações Finais em forma de Memoriais Escritos poderá acarretar o constrangimento ilegal por excesso de prazo. DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTES PRESOS EM FLAGRANTE EM 17/10/2014 PELAS SUPOSTAS PRÁTICAS DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 33, ART. 35 E ART. 40, IV, DA LEI 11.343/06 E ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI 10.826/03, NA FORMA DO ART. 69, DO CÓDIGO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DO EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, EM RAZÃO DA DELONGA DO PARQUET PARA APRESENTAÇÃO DOS MEMORIAIS. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. ORDEM CONCEDIDA. PRISÕES MANTIDAS EM RAZÃO DE DECRETO PRISIONAL EMANADO DE OUTRO PROCESSO. I. Trata-se de writ impetrado pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, em favor dos pacientes Italo Araújo de Oliveira e Ícaro Araújo de Oliveira, tendo, como fundamento, o excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, em face da demora do órgão ministerial apresentar Memoriais, em que pese ter sido devidamente intimado para a realização do mencionado ato processual. Com efeito, o presente remédio constitucional foi manejado para pleitear, liminar e definitivamente, que os pacientes sejam colocados em liberdade, mediante a expedição dos respectivos alvarás de soltura. II. Compulsando-se cuidadosamente os autos, observa-se que os pacientes estão presos desde 17 de outubro de 2014, data em que foram flagranteados, tendo as constrições sido convertidas em preventiva em 04 de fevereiro de 2015. Em que pese os pacientes estarem segregados desde o início da instrução processual, verifica-se realmente a ocorrência de um excesso prazal para a conclusão da instrução decorrente do longo período em que o Ministério Público se manteve inerte, paralisando a marcha processual, embora tenha sido devidamente intimado pessoalmente em audiência realizada em 02/06/2015 e por portal eletrônico em 23/07/2015. Como se depreende das fls. 189, o órgão ministerial somente apresentou os referidos Memoriais em 25/08/2015, ou seja, após 84 (oitenta e quatro) dias de ser intimado, não obstante o prazo legal para a realização do ato seja de 05 (cinco) dias. Nessa toada, o atraso processual ultrapassa o critério da razoabilidade e, efetivamente, configura excesso de prazo, o qual não se imputa à defesa, mas, exclusivamente, decorre da própria máquina estatal punitiva. Sendo assim, não resta outra alternativa a não ser o acolhimento das razões da impetrante contidas na inicial, restando evidente o constrangimento ilegal a ser sanado através do presente habeas corpus. Precedentes jurisprudenciais. Pleito acolhido. Soltura ordenada. III. O Parecer da Douta Procuradoria de Justiça opina pelo conhecimento da ordem de habeas corpus e sua concessão, sem expedição dos respectivos alvarás de soltura, em razão de mandado de prisão proveniente de outra ação penal (nº. 0007000-70.2013.8.05.0271). IV. ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA, para revogar as custódias cautelares decretadas em desfavor dos pacientes, no bojo da ação originária nº. 0302915-09.2014.8.05.0271, mas sem expedição dos alvarás de soltura em virtude da necessidade de mantê-los constritos, em face de mandado de prisão decorrente da ação originária nº. 0007000-70.2013.8.05.0271, na esteira do parecer ministerial. (Classe: Habeas Corpus,Número do Processo: 0016584-11.2015.8.05.0000, Relator (a): Jefferson Alves de Assis, Segunda Câmara Criminal - Primeira Turma, Publicado em: 01/12/2015). (TJ-BA - HC: 00165841120158050000, Relator: Jefferson Alves de Assis, Segunda Camara Criminal - Primeira Turma, Data de Publicação: 01/12/2015). *** Desta feita, considerando todo o exposto, devo reconhecer a preclusão temporal quanto à apresentação dos Memoriais Escritos pelo Ministério Público, tendo em vista, também, a não observância do prazo legal constante do Art. 403, §3º, do CPP. Ato contínuo, em observância aos Princípios Constitucionais da razoável duração do processo e da celeridade processual, dê-se vista dos autos à Defesa, a fim de que apresente as Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos moldes do Art. 403, §3º, do CPP. Esvaído o prazo, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Dê-se ciência desta Decisão às partes. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 25 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

Laudiceia de Oliveira Correa (OAB 8081/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0318/2019
ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM) - Processo

0214130-64.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - REPTANTE: D.E.E.H.S. - RÉU: R.S.B. e outros - DECISÃO Recebi hoje. Em vista aos autos, devo CHAMAR O FEITO À ORDEM para retificar a tipificação constante no teor conclusivo da Decisão de fls. 396/399, considerando a presença de erro material. Desta feita, à fl. 398, onde se lê "....Art. 121, §2º, inciso I, III e iv, do Código Penal...", leia-se "...Art. 121, §2º, incisos I (motivo torpe), III (meio cruel) e IV (recurso que impossibilitou a defesa da vítima), c/c Art. 29, "Caput", ambos do Código Penal, em concurso material com o Art. 244-B da Lei nº 8.069/90..." Permanecem os demais termos inalterados. Faça-se esta Deliberação parte da acima aludida Decisão. Providenciem-se todos os atos necessários à tramitação do feito, a fim de ser realizada a Sessão de Julgamento do acusado Rodrigo da Silva Bacelar. Cumpra-se a Decisão de fl. 400. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 22 de julho de 2019.

ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM) - Processo 0215438-09.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Helio Batista da Silva - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para comparecer(em) neste Juízo do 1º Tribunal do Júri, a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento DESIGNADA para o dia : 08/08/2019, às 11H.

ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: LUANNA BARROS DE ALBUQUERQUE GOMES (OAB 13172/AM) - Processo 0647806-64.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Qualificado - RÉU: Francis Hime de Jesus da Silva - Tiago Augustinho de Souza e outro - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para comparecer(em) neste Juízo do 1º Tribunal do Júri, a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento DESIGNADA para o dia: 29/08/2019, às 11H30.

Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Luanna Barros de Albuquerque Gomes (OAB 13172/AM)
Tiago Brito Mendes (OAB 7814/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0320/2019

ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM), ADV: MARA INEZ RIBEIRO DE LIMA (OAB 6449/AM) - Processo 0026621-39.2006.8.04.0001 (001.06.026621-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crime Tentado - DENUNCIADO: Fábio Marinho Brasil - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

ADV: ANTÔNIO ALVES PEREIRA (OAB 2622/AM), ADV: TUPINAMBÁ TIAGO E SOUZA (OAB 9299/AM) - Processo 0369104-74.2007.8.04.0001 (001.07.369104-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Ady de Souza Péres e outro - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

Antônio Alves Pereira (OAB 2622/AM)
Antonio Ederval de Lima (OAB 1780/AM)
Mara Inez Ribeiro de Lima (OAB 6449/AM)
Tupinambá Tiago e Souza (OAB 9299/AM)

TJ/AM - COMARCA DE MANAUS
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI
JUIZ(A) DE DIREITO: George Hamilton Lins Barroso
DIRETORA DE SECRETARIA: Cintya Luana Araujo Gandra

EDITAL DE INTIMAÇÃO JULGAMENTO

O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri tramitam os termos do processo nº 0050708-93.2005.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra **WALDERLAN ARCÊNIO DE MELO**, Brasileiro, Convivente, Feirante, RG 1082981-4/AM, pai Valmir Arcênio da Silva, mãe Termuti Ribeiro de Melo, Nascido 06/12/1976, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Jose Monteiro, 627, Japiinlândia, CEP 69048-381, Manaus - AM, por infração ao artigo 121, §2º, inc. II, do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB, o MMº. Juíz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para INTIMAR O ACUSADO para que compareça neste juízo do 1° Tribunal do Júri, sito na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/n, térreo, setor 3 (Fórum Ministro Henoch Reis), Bairro – Adrianópolis, Manaus-AM, **no dia 29/08/2019 às 08:30h**, a fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular, pelo cometimento do crime de homicídio. E para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 30 de julho de 2019. Eu, SABRINA ILLAN BARROS DA SILVA, o digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra , Diretora de Secretaria, o conferi.

George Hamilton Lins Barroso
Juiz de Direito

PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA

Processo nº 0245792-22.2011.8.04.0001.

De ordem do Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil, Considerando a Decisão Judicial.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo nº 0245792-22.2011.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o acusado **HEWRISON VITAL VASCONCELOS FARAH**, Brasileiro(a), Solteiro, Autônomo, RG 2057360-0/AM, mãe Marineuza de Vasconcelos Farah, Nascido/Nascida 28/09/1987, de cor Pardo, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Santo Antonio, 53-A, Próx. a antiga Loja Esplanada, Compensa I, CEP 69000-000, Manaus - AM, Fone 3625-6861, a fim de tornar pública a Sentença (de fl 113) a seguir resumida em transcrição "Isto posto, **DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado HEWRISON VITAL VASCONCELOS FARAH, em razão de sua morte, nos termos do Art. 107, inciso I, do Código Penal Brasileiro. Intimem-se as partes desta Decisão.** ",e, para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou o MM. Juiz, expedir o presente Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas,01 de agosto de 2019. Eu,Veranilce Marques Paiva, digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra, Diretora de Secretaria, confiro e assino.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele tiverem conhecimento, especialmente O ACUSADO, adiante qualificado, que por este Juízo tramitam os termos do processo nº 0004323-53.2006.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra **JACOB OLIVEIRA CASTRO**, Brasileiro, Solteiro, RG 1733580-9, pai Raimundo Tome de Castro, mãe Maria Cordovil Castro, Nascido 18/06/1985, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Jucá, 679, João Paulo II, Manaus - AM, por infração ao Capitulação

Oferecida a Denúncia art. 121, caput. E em determinação ao disposto no Artigo 363, § 1° do CPP, o MM. Juiz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para INTIMAR O ACUSADO para que COMPAREÇA neste juízo do 1° Tribunal do Júri, sito na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/n, térreo, setor 3 (Fórum Ministro Henoch Reis), Bairro – Adrianópolis, Manaus-AM, **no dia 21/08/2019 às 12:15h, a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento.** E para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 29 de julho de 2019. Eu, AMANDA SOUZA DA SILVA, digitei, e eu, Cintya Luana Araujo Gandra, Diretora de Secretaria, o conferi.

George Hamilton Lins Barroso
Juiz de Direito

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0145/2019

ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM) - Processo 0037723-58.2006.8.04.0001 (001.06.037723-3) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCITE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - ACUSADO: Marcos José Souza dos Santos - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0037723-58.2006.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Marcos José Souza dos Santos, por infração Art. 121 § 2º, II do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Art. 420, parágrafo único do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Marcos José Souza dos Santos, não localizado, A FIM DE QUE TOME CIÊNCIA DA SENTENÇA DE EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE, a seguir transcrita "Ante o exposto, considerando que a prescrição é matéria de ordem pública, devendo o juiz ao verificar a sua ocorrência, decretá-la ex officio, em qualquer fase processual, na forma disposta no artigo 61 da Lei Adjetiva Penal, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de, MARCOS JOSÉ SOUZA DOS SANTOS, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, aplicando-a retroativamente, consoante art. 110, §2º c/c art. 109, IV, todos do Código Penal. Intime-se. Após, proceda a baixa na distribuição e arquivem-se estes autos. P.R.I.C. Manaus, 31 de julho de 2019.", e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de agosto de 2019. Eu, Nayara Santos de Sá, Estagiária, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM) - Processo 0037723-58.2006.8.04.0001 (001.06.037723-3) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCITE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - ACUSADO: Marcos José Souza dos Santos - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente as partes, adiante identificadas, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0037723-58.2006.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Marcos José Souza dos Santos, por infração Art. 121 § 2º, II do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Art. 420, parágrafo único do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para TORNAR PÚBLICA A SENTENÇA DE EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE, a seguir transcrita "Ante o exposto, considerando que a prescrição é matéria de ordem pública, devendo o juiz ao verificar a sua ocorrência, decretá-la ex officio, em qualquer fase processual, na forma disposta no artigo 61 da Lei Adjetiva Penal, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de, MARCOS JOSÉ SOUZA DOS SANTOS, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, aplicando-a retroativamente, consoante art. 110, §2º c/c art. 109, IV, todos do Código Penal. Intime-se. Após, proceda a baixa na distribuição e arquivem-se estes autos. P.R.I.C. Manaus, 31 de julho de 2019.", e para que, no futuro, os mesmos não aleguem desconhecimento da mesma, bem como não aleguem a nulidade do ato processual. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de agosto de 2019. Eu, Nayara Santos de Sá, Estagiária, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM) - Processo 0200603-79.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADA: GIGUILANE FERNANDES RIBEIRO - EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0200603-79.2015.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra GIGUILANE FERNANDES RIBEIRO, por infração Art. 121 § 2º, I do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Deldson Souza de Oliveira, OAB 8848/AM, a fim de apresentar as Alegações Finais na forma de MEMORIAIS escritos, disposto no Art. 403, § 3º do Código de Processo Penal Brasileiro NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de agosto de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a) o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0207126-83.2010.8.04.0001 (001.10.207126-9) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Joabe Waschington do Amor Divino Sales - EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0207126-83.2010.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Joabe Waschington do Amor Divino Sales, por infração Art. 121 § 2º, II, IV do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário

Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Maria Goreth Terças de Oliveira, OAB 3835/AM, a fim de apresentar as Alegações Finais na forma de MEMORIAIS escritos, disposto no Art. 403, § 3º do Código de Processo Penal Brasileiro NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de agosto de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a) o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0210606-93.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - REPTANTE: Delegado de Policia Civil do 21º Distrito integrado de Policia - DENUNCITE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - DENUNCIADO: Lucas Andre Alves de Lima - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0210606-93.2015.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Lucas Andre Alves de Lima, por infração Art. 121 § 2º, I, IV c/c Art. 14, II ambos do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Art. 420, parágrafo único do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Lucas Andre Alves de Lima, não localizado, A FIM DE QUE TOME CIÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA, a seguir transcrita " Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte Pronuncio o acusado LUCAS ANDRÉ ALVES DE LIMA, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do art. 121, §2º, inciso II (Motivo fútil) e IV (recurso que dificultou a defesa do ofendido), c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal Brasileiro. Por fim, considerando que o ora pronunciado permaneceu solto durante toda a instrução processual, e inexistindo qualquer elemento novo e/ou modificação nas circunstâncias fáticas e processuais a ensejar um novo decreto prisional, nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal, MANTENHO-O em liberdade, até ulterior julgamento em plenário. Junte-se aos autos a Certidão de Antecedentes Criminais. Intimem-se pessoalmente o ora pronunciado, desta sentença, entregando-lhe cópia da Pronúncia. Em caso de certidão negativa, intime-o por edital. Por conseguinte, não se logrando êxito na tentativa editalícia, dê-se o devido prosseguimento ao feito, por obediência ao disposto no artigo 367 do Código de Processo Penal. Intime-se a Defesa dos réu, na forma do artigo 370, §1º do Código Processo Penal.Intime-se, pessoalmente o Ministério Público. Transitada em julgado a presente decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino, a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente ao advogado do acusado , para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 23 de maio de 2019. ", e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de agosto de 2019. Eu, Suzane da Silva Nobre, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM), ADV: JUVENAL SEVERINO BOTELHO (OAB 5044/AM) - Processo 0235852-28.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Francisley Pereira dos Santos - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(s) ADVOGADO(S) HABILITADO(S) NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime n. 0235852-28.2014.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Francisley Pereira dos Santos, por infração ao disposto no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o(s) Dr(s). Juvenal Severino Botelho e Antônio Gonçalves da Costa, OAB 5044/AM e 1240/AM, a fim de APRESENTAR OU RATIFICAR O ROL DE TESTEMUNHAS QUE IRÃO DEPOR EM PLENÁRIO, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias, no PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de agosto de 2019. Eu, Suzane da Silva Nobre, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA DIRETORA DE SECRETARIA

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: THAYS STEFANY SOUZA DA SILVA (OAB 12289/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: KAREN REGINA NOGUEIRA RAMALHOSA (OAB 9101/AM), ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: GABRIELA DE BRITO COIMBRA (OAB 8889/AM), ADV: JULIE STEPHANE LIMA BRUCE (OAB 8096/AM), ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM), ADV: HINLLER DA SILVA MADURO (OAB 12080/AM), ADV: LUCIMAR VIDINHA GOMES (OAB 9318/AM), ADV: STEPHANE VARELA GARCEZ (OAB 9876/AM), ADV: DAVI MARTINS DA SILVA JÚNIOR (OAB 11694/AM), ADV: NAZIRA MARQUES DE OLIVEIRA (OAB 8707/AM), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0639178-57.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: M.G.B. - R.L.V. - B.C.S. - J.C.P. e outro - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara

do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(s) ADVOGADO(S) HABILITADO(S) NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime n. 0639178-57.2016.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Marcos Gama Barroso e outros, por infração ao disposto no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o(s) Dr(s). Hinller da Silva Maduro, Lucimar Vidinha Gomes, Hinller da Silva Maduro, Lucimar Vidinha Gomes, JULIE STEPHANE LIMA BRUCE. Janderson Fernandes Ribeiro, OAB 12080/AM, 9318/AM, 12080/AM, 9318/AM, 8096/AM e 7750/AM, a fim de APRESENTAR OU RATIFICAR O ROL DE TESTEMUNHAS QUE IRÃO DEPOR EM PLENÁRIO, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias, no PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de agosto de 2019. Eu, Suzane da Silva Nobre, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA DIRETORA DE SECRETARIA

Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andréia Costa Fernandes (OAB 11155/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Coimbra Filho (OAB 3252/AM)
Antonio Ederval de Lima (OAB 1780/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Davi Martins da Silva Júnior (OAB 11694/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Gabriela de Brito Coimbra (OAB 8889/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Henrique da Silva Braga (OAB 9379/AM)
Hinller da Silva Maduro (OAB 12080/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
JULIE STEPHANE LIMA BRUCE (OAB 8096/AM)
Juvenal Severino Botelho (OAB 5044/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karen Regina Nogueira Ramalhosa (OAB 9101/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Lucimar Vidinha Gomes (OAB 9318/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)
Michel Alex da Cunha Alves Maia (OAB 9543/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Nazira Marques de Oliveira (OAB 8707/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Richardson Martins Praia Braga (OAB 4786/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)
Stephane Varela Garcez (OAB 9876/AM)
Thays Stefany Souza da Silva (OAB 12289/AM)

EDITAL - INTIMAÇÃO

De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0258643-88.2014.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Emerson Souza Nogueira, por infração Art. 121 §2º, I, IV e Art. 121 §2º, I ambos c/c Art. 14, II todos do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR os Drs. Cirlane Figueredo Albertino, João Carlos Pinto de Araújo, Hállice Moreira Teixeira, OAB 8085/AM, 3787/AM e 9003/AM, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 16/08/2019 às 08:00h, no PLENÁRIO, neste juízo, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 02 de agosto de 2019. Eu, Suzane da Silva Nobre, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora De Secretaria

EDITAL - INTIMAÇÃO

De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(s) ADVOGADO(S) HABILITADO(S) NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime n. 0204687-08.2011.8.04.0020, que a Justiça Pública move contra Gerson Gonçalves Duarte, por infração ao disposto no art. 121, §2º, I e IV, do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o(s) Dr(s). ADRIANA ARAÚJO PORTO, Cyro Roberto Pereira da Costa, Átila de Medeiros Affonso, OAB 10851/AM, 9836/AM e 1819/AM, a fim de APRESENTAR OU RATIFICAR O ROL DE TESTEMUNHAS QUE IRÃO DEPOR EM PLENÁRIO, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias, no PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 02 de agosto de 2019. Eu, Suzane da Silva Nobre, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
DIRETORA DE SECRETARIA

EDITAL - INTIMAÇÃO

De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(s) ADVOGADO(S) HABILITADO(S) NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime n. 0025113-58.2006.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Robson dos Santos Pinto e outro, por infração ao disposto no art. 121, §2º, I e IV, do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o(s) Dr(s). Iêda Santos Cardoso, Edenilson Hosoda Monteiro da Silva, OAB 5714/AM e 9932/AM, a fim de APRESENTAR OU RATIFICAR O ROL DE TESTEMUNHAS QUE IRÃO DEPOR EM PLENÁRIO, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias, no PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de agosto de 2019. Eu, Alessandra Silva de Lima, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
DIRETORA DE SECRETARIA

EDITAL - INTIMAÇÃO

De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(s) ADVOGADO(S) HABILITADO(S) NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime n. 0217366-29.2013.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Francisco de Almeida, por infração ao disposto no art. 121, §2º, I e IV, do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o(s) Dr(s). Sidney José Vieira de Souza, Luciana de Souza Guimarães, Patrícia Sena Praia, Elcinete Cardoso de Almeida, Marcelo Oliveira Lopes, Daisy Feitosa Coutinho, Jesualdo Ferreira Monteiro, Gamal Swami de Abreu, Alexandre Martins de Mendonça, Anadir Ribeiro Nogueira, Rafael Rocha de Sá Peixoto, Orlando Patrício de Sousa, Bruno Oliveira Medeiros, Sóstenes Adiel Pereira Batista, Jones de Oliveira Santos, OAB 5798/AM, 8462/AM, 8244/AM, 6946/AM, 6083/AM, 6989/AM, 7935/AM, 9106/AM, 9107/AM, 9704/AM, 5292/AM, 7705/AM, 7203/AM, 10131/AM e 9616/AM, a fim de APRESENTAR OU RATIFICAR O ROL DE TESTEMUNHAS QUE IRÃO DEPOR EM PLENÁRIO, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias, no PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 02 de agosto de 2019. Eu, Suzane da Silva Nobre, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
DIRETORA DE SECRETARIA

EDITAL - INTIMAÇÃO

De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0634540-44.2017.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Felipe Nascimento da Silva, por infração Art. 121 "caput" c/c Art. 14, II ambos do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Art. 420, parágrafo único do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Felipe Nascimento da Silva, não localizado, A FIM DE QUE TOME CIÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA a seguir transcrita "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, *JULGO PROCEDENTE* a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte Pronuncio o acusado FELIPE NASCIMENTO DA SILVA, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do art. 121, caput, c/c art. 14, inciso II (duas vezes), todos do Código Penal Brasileiro. Por fim, considerando que o ora pronunciado permaneceu solto durante toda a instrução processual, e inexistindo qualquer elemento novo e/ou modificação nas circunstâncias fáticas e processuais a ensejar um novo decreto prisional, nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal, MANTENHO-O em liberdade, até ulterior julgamento em plenário. Outrossim, oficie-se à Delegacia de origem para que informe se foi realizado exame de corpo de delito na vítima. Intimem-se pessoalmente o acusado pronunciado, desta sentença, entregando-lhe cópia da Pronúncia. Em caso de certidão negativa, intime-o por edital. Intime-se a Defesa dos réu, na forma do artigo 370, §1º do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente o Ministério Público. Não havendo recurso desta decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino, a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente ao advogado do acusado , para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 13 de fevereiro de 2019. ", e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 03 de julho de 2019. Eu, Nayara Santos de Sá, Estagiária, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora de Secretaria

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara

do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0634540-44.2017.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Felipe Nascimento da Silva, por infração Art. 121 "caput" c/c Art. 14, II ambos do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 420, Parágrafo único, do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para TORNAR PÚBLICA A SENTENÇA, a seguir transcrita "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, *JULGO PROCEDENTE* a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte Pronuncio o acusado FELIPE NASCIMENTO DA SILVA, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do art. 121, caput, c/c art. 14, inciso II (duas vezes), todos do Código Penal Brasileiro. Por fim, considerando que o ora pronunciado permaneceu solto durante toda a instrução processual, e inexistindo qualquer elemento novo e/ou modificação nas circunstâncias fáticas e processuais a ensejar um novo decreto prisional, nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal, MANTENHO-O em liberdade, até ulterior julgamento em plenário. Outrossim, oficie-se à Delegacia de origem para que informe se foi realizado exame de corpo de delito na vítima. Intimem-se pessoalmente o acusado pronunciado, desta sentença, entregando-lhe cópia da Pronúncia. Em caso de certidão negativa, intime-o por edital. Intime-se a Defesa dos réu, na forma do artigo 370, §1º do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente o Ministério Público. Não havendo recurso desta decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino, a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente ao advogado do acusado , para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 13 de fevereiro de 2019. ", e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 02 de julho de 2019. Eu, Nayara Santos de Sá, Estagiária, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora de Secretaria

3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0204/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0633585-76.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: C.A.S.R. e outros - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 10/09/2019 às 11:00h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: THIAGO NOBRE ROSAS (OAB 4773/AM) - Processo 0662225-89.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Amaury Eugenio Nonato - A resposta do réu

Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Thiago Nobre Rosas (OAB 4773/AM)

VARA DE EXECUÇÃO PENAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS (VEP)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0155/2019

ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM) - Processo 0207224-58.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Melquisedeque dos Santos Castro - De ordem deste Juízo de Direito, informo que este juízo realizará audiência de justificação no dia 14/08/2019, com início às 09:00h, devendo o apenado Melquisedeque dos Santos Castro se apresentar ou ser apresentado, no caso de preso, na sala de audiências desta VEP, setor 04 do 4º andar do Forum Henoch Reis, com meia hora de antecedência. Intime-se Ministério Público e defesa.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0207241-94.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Yggor Hudson da Silva Lima - Permissão de Saída Unidade Prisional, competencia administrativa.

ADV: DANIEL OLIVEIRA DE MELO (OAB 8972/AM) - Processo 0209294-14.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Diego de Oliveira Cardoso - Intime-se a Defesa do reeducando, caso haja advogado constituído nos autos, ou a Defensoria Pública, para manifestação acerca da promoção de fls. 186/190. Após, venham-me conclusos para decisão.

ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM) - Processo 0210830-36.2012.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - RÉU: Francisco Carlos Moreira - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Francisco Carlos Moreira.

ADV: LUCIMAR VIDINHA GOMES (OAB 9318/AM) - Processo 0218307-08.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Sebastião Almeida de Araújo - Intime-se a defesa para que tome ciência dos documentos acostados aos autos. P.R.I.C.

ADV: REGINALDO DA SILVA CONRADO (OAB 11267/AM) - Processo 0232048-18.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Joilson Oliveira da Silva - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Joilson Oliveira da Silva, até configurados os requisitos para novo benefício. Considerando que o apenado veio para esta Comarca para cumprir regime fechado oriundo da Comarca de Humaitá/AM, CONCEDO saída temporária de 7 (sete) dias para que se apresente na 1ª Vara da referida Comarca para tomar conhecimento das condições do regime semiaberto naquela localidade. Comunique-se o Juízo da 1ª Vara da Comarca de Humaitá/AM acerca da devolução dos autos. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. Após, dê-se baixa e arquive-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: ANNE CAROLINE DA SILVA MACEDO (OAB 8985/AM), ADV: LUIZ FELIPE TAVARES VEIGA (OAB 13150/AM), ADV: JAYME BENCHAYA MARINHO (OAB 4287/AM) - Processo 0232803-42.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - RÉ: Maricilda dos Santos Barauna - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Maricilda dos Santos Barauna.

ADV: BRUNO MARQUES CASTRO (OAB 14134/AM) - Processo 0239576-74.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Matheus Afonso Barbosa da Silva - Assim, em harmonia com o Parecer Ministerial, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto

em favor de Matheus Afonso Barbosa da Silva, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM) - Processo 0241331-94.2017.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: Wallace Gomes de Brito - Assim, estando os requisitos objetivo e subjetivo preenchidos, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Wallace Gomes de Brito, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ANNE CAROLINE DA SILVA MACEDO (OAB 8985/AM)
Bruno Marques Castro (OAB 14134/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Daniel Oliveira de Melo (OAB 8972/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Jayme Benchaya Marinho (OAB 4287/AM)
Lucimar Vidinha Gomes (OAB 9318/AM)
Luiz Felipe Tavares Veiga (OAB 13150/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Reginaldo da Silva Conrado (OAB 11267/AM)

AUDITORIA MILITAR

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALCIDES CARVALHO VIEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0279/2019

ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: NIELI NASCIMENTO ARAÚJO FERNANDES (OAB 1089A/AM), ADV:

OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0625732-79.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - RÉU: Welton Michel da Silva - Silente a defesa, dê-se vista às partes para os fins do artigo 428 do Código de Processo Penal Militar.

Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
Nieli Nascimento Araújo Fernandes (OAB 1089A/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALCIDES CARVALHO VIEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0278/2019

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM), ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 2419/AM), ADV: FELIPE ANTÔNIO DE CARVALHO FILHO (OAB 6454/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: LUCIANY MOTA BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 5679/AM), ADV: MARINA DAS GRAÇAS PAULA DE ARAÚJO (OAB 3906/AM) - Processo 0213328-76.2010.8.04.0001 (001.10.213328-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Fé Pública - ACUSADO: Raimundo Ribeiro de Oliveira Filho - Hellyton Levy Carvalho de Sá - Hélio de Souza Soares - LIndomar Gonçalves de Vasconcelos - Trata-se de denúncia já recebida no Juízo ora incompetente, sendo válidos todos os atos praticados até o advento da Lei n. 13.491, de 13 de outubro de 2.017. Entretanto, em decorrência do princípio da especialidade, exceto o recebimento da denúncia, os atos ulteriormente praticados terão que ser repetidos neste Juízo, de acordo com o rito atinente ao Código de Processo Penal Militar, não se olvidando a inovação de realização de interrogatório como último ato de instrução. Portanto, considerando o teor da promoção ministerial e os termos da decisão de fls. 1.369/1.370, o prosseguimento do feito deve ser o de se propiciar aos réus o oferecimento da defesa preliminar, de acordo com o artigo 407 e parágrafo único do Código de Processo Penal Militar, fazendo-se previamente nova citação e intimação para o ato referido. Atente-se para a formação do Conselho Especial de Justiça, competente par ao processo e julgamento do feito. Façam-se o sorteio e a posse. Adotadas essas providências, imediata conclusão dos autos.

Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
André Luiz Farias de Oliveira (OAB 2419/AM)
Felipe Antônio de Carvalho Filho (OAB 6454/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Luciany Mota Bezerra de Oliveira (OAB 5679/AM)
Marina das Graças Paula de Araújo (OAB 3906/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)

2ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA (LÚCIO FONTE)
JUIZ(A) DE DIREITO EVERALDO DA SILVA LIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROCILANE NAVEGANTE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0034/2019

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0202818-23.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Transação - EXEQUENTE: D.P.S.Y.P.S.B. - Cite-se o(a) executado(a), na forma requerida, para no prazo de 03 (três) dias efetuar o pagamento das parcelas referentes aos meses de dezembro de 2018 a fevereiro de 2019, no valor reclamado, acrescido do valor das parcelas que se vencerem no curso do processo, com os acréscimos legais, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de prisão, conforme art. 528 § 1º ao 7º do Código de Processo Civil.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0202818-23.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Transação - EXEQUENTE: D.P.S.Y.P.S.B. - Vista à parte autora através de seu/sua patrono(a) para que se manifeste, no prazo de 10 (dez) dias, acerca da certidão do oficial de justiça de fls. 36, a qual indicou a impossibilidade de citação do(a) requerido(a), sob pena de extinção do presente feito. Cumpra-se.

ADV: BRUNA GABRIELLE SILVA TRINDADE (OAB 14171/AM) - Processo 0204007-36.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - EXEQUENTE: R.A.P. - Vistos, etc. Diante da certidão emitida de fls. anteriores, intime-se a exequente através de seu advogado constituinte, para no prazo de 10 (dez) dias da concretização referente a averbação premonitória, deverá comunicar a este Juízo as averbações efetivadas, na forma do art. 828, § 1º do novo CPC. Cumpra-se.

ADV: CLÁUDIA MARIA NOBRE LISBOA (OAB 2109/AM) - Processo 0205336-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERIDA: T.M.S. - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar aos seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, "b" do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Expeça-se Termo, Ofício ou Mandado de Averbação, se necessário. Proceda-se a baixa.

ADV: ARTHEMIS COSTA DE OLIVEIRA (OAB 7888/AM) - Processo 0206362-19.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: C.C.M.M. - Vistos, etc Intime-se a advogada da exequente para cumprir o despacho de fls 115. Cumpra-se.

ADV: FABIANO MESSIAS DE CASTRO (OAB 12467/AM), ADV: RENAN FARIAS COELHO (OAB 12908/AM) - Processo 0209258-06.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Causas Supervenientes à Sentença - EXECUTADO: E.C.C. - Isto posto, ante a satisfação da obrigação, julgo extinta a presente execução, nos termos do artigo 924, II, do Código de Processo Civil. Expeça-se Alvará para saque de valores bem como o competente Alvará de Soltura, ou se for o caso ou recolha-se o Mandado de Prisão. INTIME-SE O(A) EXECUTADO ACERCA DO PAGAMENTO DOS EMOLUMENTOS DE PROTESTO JUNTO AO TABELIONATO DE PROTESTOS DE NOTAS DE MANAUS, SE HOUVER. OFICIE-SE AO SPC/SERASA PARA RETIRADA DA INSCRIÇÃO DO NOME DO(A) EXECUTADO(A), SE HOUVER. PROCEDA-SE O DESBLOQUEIO DE VALORES DE PIS OU FGTS JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL EM NOME DO(A) EXECUTADO(A), SE HOUVER PEDIDO OU ORDEM EXPRESSA NESSE SENTIDO.

ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM), ADV: ALMENILZE VALENTE SAMPAIO (OAB 5456/AM), ADV: ALDA EDNA LIMA FERRAZ (OAB 4913/AM) - Processo 0209416-27.2017.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERIDO: J.B.R.M. - Intime-se a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do NCPC. Prazo de (15) quinze dias. Com ou sem elas, remeta-se ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ LUIZ SILVA PINTO (OAB 7736/AM) - Processo 0212350-26.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Dissolução - EXEQUENTE: K.S.S.B. - Vistos, etc Vista ao Ministério Público, quanto ao pedido de fls 288/289. Cumpra-se.

ADV: RICARDO HÜBNER (OAB 9398/AM), ADV: ALOIZIO PAES DE LIMA (OAB 1814/AC) - Processo 0214123-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDA: T.L.M. e outro - Vista a Defensoria pública para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: BIANKA CAELLI BARRETO RODRIGUES (OAB 4445/AM) - Processo 0215930-59.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: N.M.C. - Vista a Defensoria pública para as alegações finais no prazo de 30 (trinta dias) dias, já considerado em dobro, após a parte requerida no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: MARCIUS CARVALHO FILARD DE SOUZA (OAB 14729/AM) - Processo 0217164-42.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: A.M.N. - Dê-se vista à Defensoria Pública para manifestar-se sobre a Contestação apresentada, no prazo de 30 (trinta) dias, já considerado o dobro legal, nos termos do art. 351 do CPC. Intimem-se.

ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM) - Processo 0220786-66.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: R.S.N. - Em face do

exposto julga-se procedente o pedido de alimentos condenando o requerido ao pagamento mensal de prestação alimentícia no valor de 36,7% do salário mínimo a contar da citação. Condena-se o réu nas custas processuais e honorários advocatícios equivalente a dez por cento de 12 prestações alimentícias aqui fixadas (JCAT nº 56/265, RTJ 58/811, RT 417/135 e RJTJSP 9/314), tendo em conta a natureza da causa e o tempo da demanda, sendo suspensas suas cobranças na forma do art. 98, parágrafo terceiro, CPC. Arquivar, depois do trânsito em julgado, com baixa na distribuição.

ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM) - Processo 0220993-36.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: F.A.A.B. - Intime-se o(a) Advogado(a) subscritor(a) da petição de fls. antecedentes para cumprir na íntegra o disposto no art. 112 do Código de Processo Civil, fazendo juntada aos autos da ciência de seu cliente para nomear outro patrono.

ADV: MARCELO ANTUNES SANTOS (OAB 13698/AM) - Processo 0222333-10.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: R.M.V. - Dê-se vista à Defensoria Pública para manifestar-se sobre a Contestação apresentada, no prazo de 30 (trinta) dias, já considerado o dobro legal, nos termos do art. 351 do CPC. Intimem-se.

ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM) - Processo 0222661-42.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERIDO: C.A.C.O. - A intimação do devedor determinada na fl. 72 deve ser pessoal.

ADV: JAYME MATOS DE SENA (OAB 4939/AM), ADV: KÁTIA MARIA VASCONCELOS DA SILVA SANTOS (OAB 11464/AM) - Processo 0222940-91.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: P.J.C.G. - Uma vez ofertada as alegações pela autora, intime-se o requerido para alegações no prazo de 15 dias conforme art. 364,parágrafo segundo,CPC.

ADV: CLAYTON ROITMAN MORAES DE OLIVEIRA (OAB 9115/AM) - Processo 0224941-78.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERIDO: R.S. - Certifico para os devidos fins, que a audiência de conciliação foi designada para o dia 08/08/2019 às 11:00h na Conciliação 3. A referida audiência ocorrera na 2ª Vara de Família (Lúcio Fonte), sito à Av. Noel Nutels S/N, Em frente ao INSS, Cidade Nova I - CEP 69095-000, Fone: (92) 2127-7355, Manaus-AM - E-mail: 2vara.familia@tjam.jus.br.

ADV: RAQUEL TAVARES NEVES (OAB 13315/AM) - Processo 0236134-61.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: E.H.B.S. - REQUERIDO: E.R.S.G. e outro - Dê-se vista à Defensoria Pública para manifestar-se sobre a Justificação, no prazo de 6 (seis) dias, já considerado o dobro legal.

ADV: LUIZ HAROLDO MONTEIRO (OAB 11365/AM), ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0237713-78.2016.8.04.0001 (processo principal 0247153-69.2014.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Fixação - EXEQUENTE: P.H.P.S. - A prisão foi negada na fl. 64. Intime-se o credor para indicar bens a penhora, sob pena de suspensão da execução.Prazo: 05 dias.

ADV: JOSIANE GOMES RIBEIRO (OAB 11854/AM) - Processo 0241760-71.2011.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: L.A.G.G.L.G.G. - Dê-se vista ao Ministério Público.

ADV: JOSIANE GOMES RIBEIRO (OAB 11854/AM) - Processo 0241760-71.2011.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: L.A.G.G.L.G.G. - VISTA AOS CREDORES ACERCA DO BACENJUD. PRAZO: 05 DIAS.

ADV: DANIEL PEREIRA PIO SUWA (OAB 9683/AM), ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM), ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM) - Processo 0242737-53.2017.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERIDO: E.R.B.F. - Vistos, etc. Cumpra-se.

ADV: NÚRIA SCHULZE E SILVA (OAB 12760/AM) - Processo 0244449-15.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Transação - EXEQUENTE: ANNE BEATRIZ ARAÚJO DE OLIVEIRA - Vistos, etc Cite-se o executado por mandado no endereço informado às fls 62/64. Cumpra-se.

ADV: MOISÉS ELIAS DA SILVA (OAB 6887/AM), ADV: GUARACY DE JESUS DIAS REBELO (OAB 4708/AM) - Processo 0249391-56.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERIDO: L.O.N. - Vale dizer que na demanda de alimentos o requerido ficou revel, logo, a intimação da sentença corre em cartório. Vista a Defensoria pública para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Depois, ao MP.

ADV: ÁUREO GONÇALVES NEVES (OAB 1602/AM), ADV: PAULA LIMA DE CARVALHO (OAB 14009/AM), ADV: DUARTE SAVIO RODRIGUES ALVES DE MENEZES (OAB 9598/AM), ADV: BRUNO ANDERSON MENDES AMÔEDO FERREIRA (OAB 11025/AM) - Processo 0605873-14.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - EXEQUENTE: Ducineide Rodrigues Braga - EXECUTADO: H.A.A. - Vistos, etc. Intime-se o(a) representante legal do(a) exequente, através de seu(sua) patrono(a) legalmente constituído, para que confirme o recebimento dos valores indicados à fls. 127/128 no prazo de 24 (vinte e quatro) horas uma vez que o Executado encontra-se preso. Deve ficar ciente que, efetivada a sua intimação, ocorrendo o decurso do prazo e havendo a ausência da manifestação, serão considerados como pagos os valores informados pelo(a) Executado(a). Deve também a parte Exequente promover a atualização do valor do débito alimentar, se for o caso. Cumpra-se.

ADV: RÚBIA HELENA NASCIMENTO FERREIRA (OAB 9013/AM) - Processo 0609334-91.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: N.G.M. - Vistos, etc. Cumpra-se (fl. 73).

ADV: FÁBIO CRISTIANO MOURA DE FREITAS (OAB 10756/AM), ADV: ALAN HERGERTON FAÇANHA (OAB 9353/AM), ADV: 'CAROLINA MATOS CARVALHO, ADV: JOSÉ HILTON RIBEIRO BARROS (OAB 11848/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM) - Processo 0627486-61.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: J.S.S. - EXECUTADO: D.S.M.J. - Determina-se a suspensão deste feito até julgamento da desconsideração da personalidade jurídica (art. 134,§ 3º,CPC).

ADV: SAMANTA FIRMO DA ROCHA (OAB 12904/AM) - Processo 0639583-88.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: T.N.S. - Uma vez que o(a) autor(a) da ação é representado por advogado particular, determino que proceda-se o cancelamento da primeira distribuição e a redistribuição do feito para uma das Varas de Família da Capital, visto que conforme a Resolução Nº15/2010, a 5ª, 8ª, 9ª (atualmente 2ª Vara de Família) e 10ª (atualmente 3ª Vara de Família) Varas de Família somente receberão processos nos quais o Ministério Público ou a Defensoria Pública sejam os autores.

ADV: MARCELA GEÓRGIA DINIZ URIAS (OAB 9680/AM) - Processo 0640441-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: D.A.S. - Considerando a legitimidade das partes e em razão do acordo atender e preservar aos seus interesses, bem como do parecer favorável emitido pela Representante do Ministério Público HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, "b" do CPC). Expeça-se Ofício, Mandado de averbação ou Termo, se necessário. Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Proceda-se a baixa.

ADV: MARIANA PINHEIRO GONÇALVES (OAB 13906/AM) - Processo 0650531-26.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: C.K.M.S. - Em face do exposto, expeça-se mandado de prisão pelo prazo de sessenta dias, com base no art. 528, § 3º, do CPC pelo débito de R$ 1.431,00 mais os vencidos no curso desta demanda. Proceda-se ao protesto. Ultrapassado este prazo (60 dias), liberte-se-o.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Hergerton Façanha (OAB 9353/AM)
Alda Edna Lima Ferraz (OAB 4913/AM)
Almenilze Valente Sampaio (OAB 5456/AM)
Aloizio Paes de Lima (OAB 1814/AC)
André Luiz Silva Pinto (OAB 7736/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
ARTHEMIS COSTA DE OLIVEIRA (OAB 7888/AM)
Átila de Medeiros Affonso (OAB 1819/AM)
Áureo Gonçalves Neves (OAB 1602/AM)
Bianka Caelli Barreto Rodrigues (OAB 4445/AM)

Bruna Gabrielle Silva Trindade (OAB 14171/AM)
Bruno Anderson Mendes Amôedo Ferreira (OAB 11025/AM)
'Carolina Matos Carvalho
Cláudia Maria Nobre Lisboa (OAB 2109/AM)
Clayton Roitman Moraes de Oliveira (OAB 9115/AM)
Daniel Pereira Pio Suwa (OAB 9683/AM)
DUARTE SAVIO RODRIGUES ALVES DE MENEZES (OAB 9598/AM)
Fabiano Messias de Castro (OAB 12467/AM)
Fábio Cristiano Moura de Freitas (OAB 10756/AM)
Guaracy de Jesus Dias Rebelo (OAB 4708/AM)
Jayme Matos de Sena (OAB 4939/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
José Hilton Ribeiro Barros (OAB 11848/AM)
Josiane Gomes Ribeiro (OAB 11854/AM)
Karlla Alynne Queiroz de Souza (OAB 308881/SP)
Kátia Maria Vasconcelos da Silva Santos (OAB 11464/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
LUIZ HAROLDO MONTEIRO (OAB 11365/AM)
Marcela Geórgia Diniz Urias (OAB 9680/AM)
MARCELO ANTUNES SANTOS (OAB 13698/AM)
Marcius Carvalho Filard de Souza (OAB 14729/AM)
Mariana Pinheiro Gonçalves (OAB 13906/AM)
Moisés Elias da Silva (OAB 6887/AM)
Núria Schulze e Silva (OAB 12760/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Paula Lima de Carvalho (OAB 14009/AM)
Raquel Tavares Neves (OAB 13315/AM)
Renan Farias Coelho (OAB 12908/AM)
Ricardo Hübner (OAB 9398/AM)
Rúbia Helena Nascimento Ferreira (OAB 9013/AM)
Samanta Firmo da Rocha (OAB 12904/AM)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)

5ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0152/2019

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0215965-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERIDO: M.P.R.A. e outro - JUAREZ CARVALHO BOTELHO propôs Ação de Multiparentalidade em favor de Cristian Brasil do Amaral e Cristiane Brasil do Amaral, representados por sua genitora, Solange da Silva Brasil. Na inicial, é informado que o autor embora não seja pai biológico dos adolescentes, cuida destes desde a mais tenra idade, motivo pelo qual requer o reconhecimento da paternidade socioafetiva e, consequentemente, a inclusão do patronímico na certidão de nascimento dos adolescentes. Em audiência as partes ratificaram os termos da inicial. O Ministério Público opinou favoravelmente. O relatório, no essencial. Trata-se de ação de multiparentalidade que visa reconhecer a paternidade socioafetiva de JUAREZ CARVALHO BOTELHO em relação aos adolecentes Cristian Brasil do Amaral e Cristiane Brasil do Amaral, filho biológico de Solange da Silva Brasil e Manoel da Paixão Ramos do Amaral , com inclusão de seu nome e dos ascendentes paternos socioafetivos no assento de nascimento da criança. A questão trata da viabilidade, ou não, do reconhecimento jurídico da pluriparentalidade ou multiparentalidade. O STF, sobre o tema, confirmou a viabilidade, aprovando tese no âmbito do Direito de Família, delineando alguns contornos da parentalidade no atual cenário jurídico brasileiro. A manifestação do STF contribui para a tradução contemporânea das categorias da filiação e parentesco, sendo um paradigmático leading case. O tema da Repercussão Geral 6221, de relatoria do ministro Luiz Fux, envolvia a análise de uma eventual "prevalência da paternidade socioafetiva em detrimento da paternidade biológica"2. Ao deliberar sobre o mérito da questão, o STF optou por não afirmar nenhuma prevalência entre as referidas modalidades de vínculo parental, apontando para a possibilidade de coexistência de ambas.. Novas configurações de convivência intrafamiliar pautadas no afeto refletem alguns desafios que as múltiplas relações interpessoais apresentam aos juristas. No complexo, fragmentado e líquido cenário da convivência social, a possibilidade de pluralidade de vínculos parentais é uma realidade fática que exige uma acomodação jurídica. Ao apreciar a temática subjacente à repercussão geral, o plenário do STF, por maioria, houve por bem em aprovar diretriz que servirá de parâmetro para casos semelhantes. A tese aprovada: "A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios". Conquanto no caso dos autos, ocorra uma inversão, ou seja, o não afastamento da paternidade socioafetiva pela paternidade biológica, a tese é explícita em afirmar a possibilidade de cumulação de paternidades; dito de outra forma, é perfeitamente possível, pelo valor jurídico do afeto nas relações familiares, a concomitância de paternidades, biológica e socioafetiva, mantendo-se ambasem determinados, admitindo, com isso, a possibilidade da existência jurídica de dois pais. Ao se manifestar pela possibilidade jurídica da pluralidade de vínculos familiares a Corte Suprema consagrou importante avanço: o reconhecimento da multiparentalidade, um dos novíssimos temas do Direito de Família. A tese estabelecida na Repercussão Geral 622 destaca três aspectos principais, conforme artigo de Ricardo Calderón, publicado no site Migalhas (Socioafetividade e multiparentalidade acolhidas pelo STF), cuja transcrição pede-se vênia para reproduzir: "i) O reconhecimento jurídico da afetividade; Resta consagrada a leitura jurídica da afetividade, tendo ela perfilado de forma expressa na manifestação de diversos ministros. No julgamento da repercussão geral 622 houve ampla aceitação do reconhecimento jurídico da afetividade pelo colegiado, o que resta patente pela paternidade socioafetiva referendada na tese final aprovada. A afetividade inclusive foi citada expressamente como princípio na manifestação do ministro Celso de Mello, na esteira do que defende ampla doutrina do direito de família. Não houve objeção alguma ao reconhecimento da socioafetividade pelos ministros, o que indica a sua tranquila assimilação naquele tribunal. A necessidade do direito contemporâneo passar a acolher as manifestações afetivas que se apresentam na sociedade está sendo cada vez mais destacada, inclusive no direito comparado, como n recente obra de Stefano Rodotà, lançada em 2015, denominadaDiritto Damore3. Em suas afirmações, o professor italiano sustenta que um novo cogito poderia ser escrito na atualidade, com o seguinte teor: "amo, ergo sum", ou seja, amo, logo existo, tamanha a atual centralidade conferida para a dimensão afetiva nos relacionamentos interpessoais deste início de século. Na esteira disso, a necessidade da compreensão e de um tratamento jurídico escorreito da afetividade se impõe, conforme já sustentamos em obra sobre o tema4. Cabe avançar nos contornos da afetividade a partir das balizas conferidas pelo direito brasileiro. Nesse sentido, a tese aprovada pelo STF parece, de alguma forma, contribuir para uma adequada significação jurídica da afetividade e dos seus consectários. ii) Vínculo socioafetivo e biológico em igual grau de hierarquia jurídica O segundo aspecto que merece destaque foi o reconhecimento da presença no cenário brasileiro de ambas as paternidades, socioafetiva e biológica, em condições de igualdade jurídica. Ou seja, ambas as modalidades de vínculo parental foram reconhecidas com o mesmo status, sem qualquer hierarquia apriorística (em abstrato).Esta equiparação é importante e se constitui em um grande avanço para o direito de família. A partir disso, não resta possível afirmar aprioristicamente que uma modalidade prevalece sobre a outra, de modo que apenas o caso concreto apontará a melhor solução para a situação fática que esteja em análise.Havia dissenso sobre isso, até então imperava a posição do STJ, que indicava uma prevalência do vínculo biológico sobre o socioafetivo nos casos de pedido judicial de reconhecimento de paternidade apresentados pelo filhos5.A decisão do STF acolhe a equiparação dentre as modalidades de vínculos, o que merece elogios6. A manifestação do ministro relator, ao julgar o caso concreto que balizou a repercussão geral, não deixa dúvidas quanto a essa igualação: "Se o conceito de família não pode ser reduzido a modelos padronizados, nem é lícita a hierarquização

entre as diversas formas de filiação, afigura-se necessário contemplar sob o âmbito jurídico todas as formas pelas quais a parentalidade pode se manifestar, a saber: (i) pela presunção decorrente do casamento ou outras hipóteses legais (como a fecundação artificial homóloga ou a inseminação artificial heteróloga - art. 1.597, III a V doCCde 2002); (ii) pela descendência biológica; ou (iii) pela afetividade."7 Com isso, resta consolidado o status da parentalidade socioafetiva como suficiente vínculo parental, categoria edificada pelo professor Guilherme de Oliveira, em Portugal, e, no Brasil, corroborada pelos professores João Baptista Vilella, Zeno Veloso, Luiz Edson Fachin e Paulo Lôbo, dentre outros.Esta equiparação prestigia o princípio da igualdade entre os filhos, previsto no art.227, parágrafo 6º, CF, e reiterado no art. 1.596 do CC e art. 20 doECA, mostrando-se adequada e merecedora de elogios. iii) Possibilidade jurídica da multiparentalidade Um dos maiores avanços alcançados com a tese aprovada pelo STF certamente foi o acolhimento expresso da possibilidade jurídica de pluriparentalidade. Este é um dos novos temas do direito de família, que vem sendo objeto de debate em diversos países8.Esta aceitação da possibilidade de concomitância de dois pais foi objeto de intenso debate na sessão plenária que cuidou do tema, face uma divergência do Min. Marco Aurélio, mas restou aprovada por ampla maioria. Com isso, inequívoco que a tese aprovada acolhe a possibilidade jurídica da multiparentalidade.O voto do Min. Luiz Fux é firme no sentido do reconhecimento da pluriparentalidade, com um amplo estudo a partir do direito comparado. Em um dado momento, afirma:"Da mesma forma, nos tempos atuais, descabe pretender decidir entre a filiação afetiva e a biológica quando o melhor interesse do descendente é o reconhecimento jurídico de ambos os vínculos.(...) Por isso, é de rigor o reconhecimento da dupla parentalidade9". Essas situações de manutenção de dois pais ou duas mães já vinham sendo objeto de algumas decisões judiciais e estavam figurando com intensidade na doutrina. Há inclusive um enunciado do IBDFAM aprovado sobre o assunto: enunciado 9 - "A multiparentalidade gera efeitos jurídicos", do X Congresso Brasileiro de Direito de Família.O acolhimento da possibilidade dessa multiplicidade de vínculos familiares, exclusivamente pela via de uma decisão da nossa Corte Constitucional, coloca - mais uma vez - o STF na vanguarda do direito de família. Projeções a partir da tese fixadaMuitas são as análises possíveis a partir da paradigmática decisão proferida nessa repercussão geral. Nesse momento, registram-se apenas as primeiras impressões, com o intuito de destacar os principais avanços e conquistas advindos da referida tese aprovada. Inegável que houve significativo progresso com a referida decisão, conforme também entendem Flávio Tartuce10e Rodrigo da Cunha Pereira11. Não se nega que alguns pontos não restaram acolhidos, como a distinção entre o papel de genitor e pai, bem destacado no voto divergente do Min. Edson Fachin ao deliberar sobre o caso concreto, mas que não teve aprovação do plenário. Esta é uma questão que seguirá em pauta para ser melhor esclarecida, sendo que caberá a doutrina digerir o resultado do julgamento a partir de então. Merecem ouvidos os alertas de José Fernando Simão, a respeito do risco de se abrir a porta para demandas frívolas, que visem puramente o patrimônio contra os pais biológicos. Essa possibilidade deverá merecer atenção especial por parte dos operadores do direito, mas não parece alarmante e, muito menos, intransponível.O parecer do Ministério Público Federal apresentado no caso concreto que balizou a repercussão geral também traz esses alertas, mas confia na existência de salvaguardas dentro do próprio sistema: "De todo modo, os riscos de indolência e excesso nas questões alimentícias são controlados pelo binômio necessidade-possibilidade, que obsta o enriquecimento ilícito dos envolvidos na multiparentalidade. (...) Eventuais abusos podem e devem ser controlados no caso concreto. Porém, esperar que a realidade familiar se amolde aos desejos de um ideário familiar não é só ingênuo, é inconstitucional."Entre limites e possibilidades importa louvar a decisão e destacar a participação do Instituto Brasileiro de Direito de Família comoAmicus Curiaenesse emblemático caso, no qual tive a honra de representá-lo na tribuna do STF ao realizar a sustentação oral nesse julgamento. Por tudo isso, parece que os ganhos foram muitos, de modo que merecem destaque para que reverberem de forma adequada na avançada doutrina jusfamiliarista brasileira. É alvissareira a decisão do STF, que certamente remete a outras questões e a novos desafios, mas nos traz a esperança de uma nova primavera para o direito de família brasileiro12. " No caso em tela, verifica-se pelos depoimentos colhidos que as crianças nunca conviveram com seu pai biológico e que esse tem o autor como referência paterna. Enfim, ponderada a situação, tem-se pela viabilidade jurídica do pleito autoral, reconhecendo a coexistência da paternidade biológica e socioafetiva do criança, com todos os efeitos jurídicos decorrentes. Isso posto, tem-se por deferido o pleito autoral, nos termos do art.487, I, do CPC, atribuindo-se a Douglas Fonseca de Lima a paternidade socioafetiva de JUAREZ CARVALHO BOTELHO, sendo seus avós paternos socioafetivos SEBASTIÃO MADEIRA BOTELHO e JUDITH CARVALHO BOTELHO, passando os adolescentes a se chamarem CRISTIANE BRASIL DO AMARAL BOTELHO e CRISTIAN BRASIL DO AMARAL BOTELHO, preservando-se a paternidade biológica. Sem custas, deferida a gratuidade. Intimem-se. Transitando em julgado, averbe-se, servindo esta sentença como mandado. Após, arquive-se.

ADV: MARIA FÁTIMA LOUREIRO (OAB 1377/AM) - Processo 0218490-37.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Família - REQUERENTE: M.S.S. e outro - Homologação da Transação Extrajudicial Partes qualificadas nos autos. Documentação pertinente. Acordo em audiência. Ministério Público favorável. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0238079-83.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDA: C.M.S. - Dissolução de sociedade conjugal de fato e partilha de bens. Autora e réu qualificados nos autos. Citação sem resposta. Decretação de revelia. Audiência de instrução com depoimento do autor. O relatório, no essencial. Pelo que se tem, em face do narrado na inicial, confirmado pelo depoimento colhido em audiência, o autor manteve com a ré união estável de forma pública e notória por 16 (dezesseis) anos. Ultrapassada a questão da união estável, algumas considerações devem ser postas quanto ao pedido de partilha de bens. Conquanto a requerida não tenha comparecido ao processo para, eventualmente, contestar o pedido, se fosse o caso, não há provas que favoreçam o acolhimento dessa pretensão. Em audiência o autor apenas fez declarações, não trazendo nenhum documento que as consubstanciasse. Ainda que a requerida não tenha comparecido ao processo, o ônus da prova incumbe ao autor quanto ao fato constitutivo do direito - art. 373, do Código de Processo Civil. O reconhecimento da pretensão da parte autora depende de um mínimo razoável de prova, de modo a permitir a verossimilhança das alegações. Diante do disso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a demanda, para declarar a união estável pelo tempo indicado na exordial, quanto a partilha, no entanto, tem-se por indeferido o pedido dada a insuficiência de provas, nos termos do art. 487, I , do Código de Processo Civil. Ressalva-se que o requerente, havendo modificação da situação, poderá, com recomendável comprovação, ajuizar nova ação, ainda que esta sentença transite formalmente em julgado. Sem custas. Tem-se por deferida a gratuidade de justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, havendo cumprimento voluntário da sentença pelo réu, no prazo legal, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0602490-62.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERIDO: S.P.S. - Guarda Partes qualificadas nos autos. Documentação pertinente. Acordo em audiência. Ministério Público favorável. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0640899-73.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERIDA: J.R.M. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho / decisão do(a) Juiz(a), fica pautada

audiência de Instrução e Julgamento para o dia 10/09/2019 às 09:30h, sendo providenciadas, neste ato, as intimações / citações necessárias.

ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0650589-29.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: B.R.A. - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 Partes qualificadas nos autos. Documentação pertinente. Acordo em audiência. Ministério Público favorável. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 9057/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Maria Fátima Loureiro (OAB 1377/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)

7ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0054/2019

ADV: DANIELLE BATISTA DA SILVA (OAB 9832/AM) - Processo 0606520-43.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: E.C.S. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CAROLINA ALBUQUERQUE DO VALLE (OAB 8112/AM) - Processo 0607484-36.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: Adria Mara Cardoso da Silva - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: IGOR ALMEIDA REBELO (OAB 7529/AM) - Processo 0608253-73.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: J.P.S.P. e outros - Vistos e etc... Defiro a gratuidade da Justiça. Ante a natureza da causa e peculiaridades do caso, em consonância com o parecer da Exma. representante do Ministério Público de fls. 48/49, abstenho-me, por ora, de examinar o pedido de tutela de urgência, considerando que as decisões liminares sobre guarda devem ser proferidas, preferencialmente, após a oitiva das partes, nos termos do art. 1.585 do Código Civil, in verbis: Art. 1.585. Em sede de medida cautelar de separação de corpos, em sede de medida cautelar de guarda ou em outra sede de fixação liminar de guarda, a decisão sobre guarda de filhos, mesmo que provisória, será proferida preferencialmente após a oitiva de ambas as partes perante o juiz, salvo se a proteção aos interesses dos filhos exigir a concessão de liminar sem a oitiva da outra parte, aplicando-se as disposições do art. 1.584. Fixe-se data para audiência preliminar de conciliação, remetendo-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC. Cite-se a ré. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta da requerida. Recomende-se às partes para que compareçam à Oficina de Pais e filhos, que é realizada sempre na última quarta-feira do mês, no 3º andar, setor 1 do Fórum Ministro Henoch Reis, sito na Rua Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, na cidade de Manaus/AM, bem como realizem o correspondente curso on line, no site www.cnj.jus.br/eadcnj. A Oficina de Pais e Filhos é um programa educacional interdisciplinar que foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça para colaborar com os pais e seus filhos menores a superarem a fase de reorganização familiar e terem mais estabilidade e paz em suas vidas, objetivo primordial do Poder Judiciário. A Oficina não visa a avaliar ou julgar os pais, tendo como principal objetivo transmitir técnicas apropriadas de comunicação na família, ensinamentos a respeito das consequências que os conflitos proporcionam aos filhos, informações legais sobre alienação parental, guarda, visitas e alimentos. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, no caso da oficina presencial, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais e Filhos ou a realização do curso on line, não substitui o comparecimento à audiência de conciliação. Intimem-se as partes, ressaltando que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, do C.P.C.. Notifique-se o Representante do Ministério Público. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à citação/intimação por Mandado, ressaltando-se que, na hipótese de o endereço da ré não ser localizado, intime-se o autor, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias e uma vez informado o endereço atualizado ou confirmado o que se encontra nos autos, expeça-se novo Mandado ou Carta Precatória de Citação, a depender do caso. Cumpra-se, com urgência.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0608908-45.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: F.S.R. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente (Exequente), pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado (Defensor), para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JORGE LUIZ VIANA DE CARVALHO (OAB 8291/AM) - Processo 0609257-48.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: D.R.S. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente (Exequente), pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado (Defensor), para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: HERMESON DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 8245/AM) - Processo 0612223-81.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.N.S.P. - Vistos e etc... Defiro a gratuidade da Justiça. Ante a natureza da causa e peculiaridades do caso, em consonância com o parecer da Exma. representante do Ministério Público de fls. 15/17, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, por entender que os documentos acostados aos autos, não comprovam a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Fixe-se data para audiência preliminar de conciliação, remetendo-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC. Cite-se o réu. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta do requerido. Recomende-se às partes para que compareçam à Oficina de Pais e filhos, que é realizada sempre na última quarta-feira do mês, no 3º andar, setor 1 do Fórum Ministro Henoch Reis, sito na Rua Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, na cidade de Manaus/AM, bem como realizem o

correspondente curso on line, no site www.cnj.jus.br/eadcnj. A Oficina de Pais e Filhos é um programa educacional interdisciplinar que foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça para colaborar com os pais e seus filhos menores a superarem a fase de reorganização familiar e terem mais estabilidade e paz em suas vidas, objetivo primordial do Poder Judiciário. A Oficina não visa a avaliar ou julgar os pais, tendo como principal objetivo transmitir técnicas apropriadas de comunicação na família, ensinamentos a respeito das consequências que os conflitos proporcionam aos filhos, informações legais sobre alienação parental, guarda, visitas e alimentos. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, no caso da oficina presencial, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais e Filhos ou a realização do curso on line, não substitui o comparecimento à audiência de conciliação. Intimem-se as partes, ressaltando que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, do C.P.C.. Notifique-se o Representante do Ministério Público. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à citação/intimação por Mandado, ressaltando-se que, na hipótese de o endereço do réu não ser localizado, intime-se a autora, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias e uma vez informado o endereço atualizado ou confirmado o que se encontra nos autos, expeça-se novo Mandado ou Carta Precatória de Citação, a depender do caso. Efetue-se o estudo psicossocial do caso, com a ressalva de que, caso tenham interesse, as partes poderão optar, a qualquer momento, pela realização do estudo através de peritos particulares, cadastrados no banco de dados de peritos do Tribunal de Justiça, escolhidos por sorteio pela Secretaria da Vara, hipótese que deverá ser expressamente manifestada nos autos, através de petição, devendo os respectivos honorários serem pagos, independentemente da concessão da gratuidade da Justiça. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARIA ROSIMAR DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 12443/AM) - Processo 0612410-89.2019.8.04.0001 - Interdição - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: João Bosco Leal de Souza - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JOALISSANDRA PEREIRA DE AMORIM (OAB 13067/AM) - Processo 0614099-71.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: D.B.C. e outro - Defiro a gratuidade da Justiça. Ante a natureza da causa e peculiaridades do caso, acolho o parecer da Exma. Promotora de Justiça, de fls. 74/75, em todo o seu teor e por seus próprios fundamentos, para INDEFERIR a homologação de acordo pretendida, determinando, por conseguinte, a intimação da parte requerente, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, promover a emenda à inicial, adequando-a ao rito ordinário, devendo constar no polo passivo da demandas a genitora do menor. Suprida a irregularidade, fixe-se data para realização de Audiência preliminar de conciliação, a ser realizada neste Juízo. Cite-se a ré. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta da requerida. Recomende-se às partes para que compareçam à Oficina de Pais e filhos, que é realizada sempre na última quarta-feira do mês, no 3º andar, setor 1 do Fórum Ministro Henoch Reis, sito na Rua Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, na cidade de Manaus/AM, bem como realizem o correspondente curso on line, no site www.cnj.jus.br/eadcnj. A Oficina de Pais e Filhos é um programa educacional interdisciplinar que foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça para colaborar com os pais e seus filhos menores a superarem a fase de reorganização familiar e terem mais estabilidade e paz em suas vidas, objetivo primordial do Poder Judiciário. A Oficina não visa a avaliar ou julgar os pais, tendo como principal objetivo transmitir técnicas apropriadas de comunicação na família, ensinamentos a respeito das consequências que os conflitos proporcionam aos filhos, informações legais sobre alienação parental, guarda, visitas e alimentos. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, no caso da oficina presencial, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais e Filhos ou a realização do curso on line, não substitui o comparecimento à audiência de conciliação. Intimem-se as partes, ressaltando que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, do C.P.C.. Notifique-se o Representante do Ministério Público. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à citação/intimação por Mandado, ressaltando-se que, na hipótese de o endereço da ré não ser localizado, intimem-se os autores, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias e uma vez informado o endereço atualizado ou confirmado o que se encontra nos autos, expeça-se novo Mandado ou Carta Precatória de Citação, a depender do caso. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ADALGIZA RADOYKA SIMÃO DE QUEIROZ (OAB 8240/AM) - Processo 0615727-66.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.B.A. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM) - Processo 0618260-27.2019.8.04.0001 - Guarda - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: C.F.S. - Vistos e etc... Defiro a gratuidade da Justiça. Arbitro os alimentos provisórios em favor da filha do requerido, no percentual correspondente a 40% (quarenta por cento) do salário mínimo, devidos a partir da citação, cujo montante deverá ser pago até o dia 30 (trinta) de cada mês, diretamente à representante legal da menor, ou depositado em conta bancária que esta venha a indicar. Ante a natureza da causa e peculiaridades do caso, em consonância com o parecer da Exma. representante do Ministério Público de fls. 14/15, abstenho-me, por ora, de examinar o pedido de tutela de urgência, considerando que as decisões liminares sobre guarda devem ser proferidas, preferencialmente, após a oitiva das partes, nos termos do art. 1.585 do Código Civil, in verbis: Art. 1.585. Em sede de medida cautelar de separação de corpos, em sede de medida cautelar de guarda ou em outra sede de fixação liminar de guarda, a decisão sobre guarda de filhos, mesmo que provisória, será proferida preferencialmente após a oitiva de ambas as partes perante o juiz, salvo se a proteção aos interesses dos filhos exigir a concessão de liminar sem a oitiva da outra parte, aplicando-se as disposições do art. 1.584. Fixe-se data para audiência preliminar de conciliação, remetendo-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC. Cite-se o réu. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta do requerido. Recomende-se às partes para que compareçam à Oficina de Pais e filhos, que é realizada sempre na última quarta-feira do mês, no 3º andar, setor 1 do Fórum Ministro Henoch Reis, sito na Rua Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, na cidade de Manaus/AM, bem como realizem o correspondente curso on line, no site www.cnj.jus.br/eadcnj. A Oficina de Pais e Filhos é um programa educacional interdisciplinar que foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça para colaborar com os pais e seus filhos menores a superarem a fase de reorganização familiar e terem mais estabilidade e paz em suas vidas, objetivo primordial do Poder Judiciário. A Oficina não visa a avaliar ou julgar os pais, tendo como principal objetivo transmitir técnicas apropriadas de comunicação na família, ensinamentos a respeito das consequências que os conflitos proporcionam aos

filhos, informações legais sobre alienação parental, guarda, visitas e alimentos. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, no caso da oficina presencial, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais e Filhos ou a realização do curso on line, não substitui o comparecimento à audiência de conciliação. Intimem-se as partes, ressaltando que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, do C.P.C.. Notifique-se o Representante do Ministério Público. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à citação/intimação por Mandado, ressaltando-se que, na hipótese de o endereço do réu não ser localizado, intime-se a autora, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias e uma vez informado o endereço atualizado ou confirmado o que se encontra nos autos, expeça-se novo Mandado ou Carta Precatória de Citação, a depender do caso. Efetue-se o estudo psicossocial do caso, com a ressalva de que, caso tenham interesse, as partes poderão optar, a qualquer momento, pela realização do estudo através de peritos particulares, cadastrados no banco de dados de peritos do Tribunal de Justiça, escolhidos por sorteio pela Secretaria da Vara, hipótese que deverá ser expressamente manifestada nos autos, através de petição, devendo os respectivos honorários serem pagos, independentemente da concessão da gratuidade da Justiça. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CLAUDIA PEREIRA LEITE (OAB 9712/AM) - Processo 0626076-31.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.M.A.T. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso VIII, do C.P.C.. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e providencie-se o arquivamento atinente com as cautelas legais. P.R.I.

ADV: LOURENÇO FILHO (OAB 6916/AM) - Processo 0629740-07.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: E.S.A. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: EDILSON DA COSTA SILVA (OAB 9884/AM) - Processo 0630070-96.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.M.C. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado (Defensor), para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JAMILSON DOS SANTOS MASCARENHAS (OAB 11065/AM) - Processo 0630753-36.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Fixação - REQUERENTE: Manoel Natalino Viana de Souza - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ANA FLÁVIA MONTEIRO DIÓGENES (OAB 9395/AM), ADV: ALDREA KIDIA PEREIRA LIMA (OAB 9784/AM) - Processo 0631276-87.2015.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: F.F.F. - R.O.S. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LUZIANE DE FIGUEIREDO SIMAO LEAL (OAB 8044/AM) - Processo 0631390-89.2016.8.04.0001 - Guarda - Fixação - REQUERENTE: A.C.L. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerida, por seu defensor, para, desde já, informar, no prazo de 05 (cinco) dias, se concorda com eventual extinção do feito em razão do abandono do autor, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0635075-41.2015.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: MARIA ROSALENA DOS SANTOS CASTRO - REQUERIDO: Paulo José dos Santos Costa - Ante o exposto e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais, e em consonância com o Ministério Público, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos termos do Artigo 487, inciso I, do NCPC, e DECRETO a INTERDIÇÃO de PAULO JOSÉ DOS SANTOS COSTA, com base no art. 1.767, I, do Código Civil, nomeando-lhe CURADORA, MARIA ROSALENA DOS SANTOS CASTRO, que o representará nos atos da vida civil e na administração dos seus bens, sobretudo, os de natureza patrimonial e negocial, podendo praticar todos os atos inerentes ao exercício do encargo, em nome do curatelado, com exclusividade, com a inspeção deste Juízo, obrigando-se à prestação de contas, com fulcro no art. 1.774, c/c o art. 1.747, caput e incisos, e segts. caput e incisos, e art. 1.755, do Código Civil, no que couber. Expeça-se em favor do Curador o Termo de Curatela, mediante a prestação de compromisso de bem e fielmente cumprir o encargo, de acordo com o disposto no art. 759, do Código de Processo Civil. Expeça-se Mandado para a inscrição da sentença junto ao Cartório do 1º Ofício do Registro de Pessoas Naturais, procedendo-se a imediata publicação desta decisão na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do(a) interdito(a) e do(a) curador(a), a causa da interdição, os limites da curatela e, não sendo total a interdição, os atos que o(a) interdito(a) poderá praticar autonomamente, conforme exigência do art. 755, § 3º, do C.P.C. À Secretaria, para as providências cabíveis. Sem custas, em razão do benefício da justiça gratuita. Transitada em Julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: HAYLLANNE ABREU FERREIRA RIBEIRO (OAB 12758/AM) - Processo 0635621-57.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: J.I.B.V. e outro - Vistos e etc... Ante a natureza da causa e peculiaridades do caso, em consonância com o parecer da Exma. representante do Ministério Público de fls. 68/70, abstenho-me, por ora, de examinar o pedido de tutela de urgência, considerando que as decisões liminares sobre guarda devem ser proferidas, preferencialmente, após a oitiva das partes, nos termos do art. 1.585 do Código Civil, in verbis: Art. 1.585. Em sede de medida cautelar de separação de corpos, em sede de medida cautelar de guarda ou em outra sede de fixação liminar de guarda, a decisão sobre guarda de filhos, mesmo que provisória, será proferida preferencialmente após a oitiva de ambas as partes perante o juiz, salvo se a proteção aos interesses dos filhos exigir a concessão de liminar sem a oitiva da outra parte, aplicando-se as disposições do art. 1.584. Fixe-se data para audiência de justificação prévia, conforme parecer ministerial retro. Cumpra-se, com urgência.

ADV: IGOR BRANDÃO BARBOSA (OAB 6598/AM), ADV: RONALDO LÁZARO TIRADENTES (OAB 4113/AM), ADV: KENNEDY PAZ TIRADENTES (OAB 7682/AM), ADV: MAURO DA GAMA MONTEIRO (OAB 9734/AM), ADV: KIÊ MARIEE CAVALCANTE HARA (OAB 4779/AM) - Processo 0636498-

02.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: J.M.L. - REQUERIDO: R.R.T. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Na mesma oportunidade, intime-se a parte requerida, por seu advogado, para, desde já, informar, no prazo de 05 (cinco) dias, se concorda com eventual extinção do feito em razão do abandono do autor, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: RUY GAMA E SILVA (OAB 312A/AM), ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM), ADV: ROSÂNGELA LEMOS DE MELLO GUIMARÃES (OAB 2747/AM) - Processo 0639352-66.2016.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: L.R.A. - Intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: GEFERSON BATISTA PINHEIRO (OAB 11931/AM) - Processo 0643629-57.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.N.O.B. e outro - Vistos e etc... Em consonância ao parecer ministerial de fls. 36, efetue-se o estudo psicossocial do caso, com a ressalva de que, caso tenham interesse, as partes poderão optar, a qualquer momento, pela realização do estudo através de peritos particulares, cadastrados no banco de dados de peritos do Tribunal de Justiça, escolhidos por sorteio pela Secretaria da Vara, hipótese que deverá ser expressamente manifestada nos autos, através de petição, devendo os respectivos honorários serem pagos, independentemente da concessão da gratuidade da Justiça. Estudo Psicossocial do caso nos autos, fixe-se data para audiência de Instrução e Julgamento. Intimem-se as partes, para comparecerem acompanhadas dos seus advogados e testemunhas. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JORGE DO NACIMENTO GOMES (OAB 8962/AM) - Processo 0651597-41.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.P.T.W. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, em consonância com o douto parecer ministerial, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado pelos divorciandos, decretando o Divórcio de Juliene Pamela Tavares Walois e Leonardo Daniel Vasconcelos da Silva, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em conseqüência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda permanecerá usando o seu nome de casada. Expeça-se o Termo de Guarda, em favor da requerente, mediante a prestação do compromisso legal de bem e fielmente cumprir o encargo, dispensando à filha toda a assistência e proteção necessárias ao seu adequado desenvolvimento físico, moral, emocional e educacional. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Tendo as partes renunciado ao prazo recursal, proceda-se à baixa e ao arquivamento. P.R.I.

ADV: SIDNEY RICARDO CARVALHO DA SILVA (OAB 7780/AM) - Processo 0651620-84.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: G.C.S.M.C. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: RAYNEI CALDAS GOMES (OAB 9675/AM) - Processo 0659762-77.2018.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: E.C.G. - Vistos e etc... Defiro a gratuidade da Justiça. Ante o teor da Certidão de fls. 36, fixe-se data para audiência preliminar de conciliação, remetendo-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC. Cite-se a ré Sra. Maria do Perpetuo Socorro Coelho, no endereço indicado às fls. 02 . Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta da requerida. Intimem-se as partes, ressaltando que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, do C.P.C.. Notifique-se o Representante do Ministério Público. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à citação/intimação por Mandado, ressaltando-se que, na hipótese de o endereço da ré não ser localizado, intime-se o autor, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias e uma vez informado o endereço atualizado ou confirmado o que se encontra nos autos, expeça-se novo Mandado ou Carta Precatória de Citação, a depender do caso. Cumpra-se, com urgência.

ADALGIZA RADOYKA SIMÃO DE QUEIROZ (OAB 8240/AM)
Aldrea Kidia Pereira Lima (OAB 9784/AM)
Ana Flávia Monteiro Diógenes (OAB 9395/AM)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Carolina Albuquerque do Valle (OAB 8112/AM)
Claudia Pereira Leite (OAB 9712/AM)
Danielle Batista da Silva (OAB 9832/AM)
Davi da Silva Macêdo (OAB 10149/AM)
Edilson da Costa Silva (OAB 9884/AM)
Geferson Batista Pinheiro (OAB 11931/AM)
Hayllanne Abreu Ferreira Ribeiro (OAB 12758/AM)
Hermeson dos Santos Rodrigues (OAB 8245/AM)
Igor Almeida Rebelo (OAB 7529/AM)
Igor Brandão Barbosa (OAB 6598/AM)
Jamilson dos Santos Mascarenhas (OAB 11065/AM)
Joalissandra Pereira de Amorim (OAB 13067/AM)
Jorge do Nacimento Gomes (OAB 8962/AM)
Jorge Luiz Viana de Carvalho (OAB 8291/AM)
Kennedy Paz Tiradentes (OAB 7682/AM)
Kiê Mariee Cavalcante Hara (OAB 4779/AM)
Lourenço Filho (OAB 6916/AM)
Luziane de Figueiredo Simao Leal (OAB 8044/AM)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Maria Rosimar dos Santos Rodrigues (OAB 12443/AM)
Mauro da Gama Monteiro (OAB 9734/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Raynei Caldas Gomes (OAB 9675/AM)
Ronaldo Lázaro Tiradentes (OAB 4113/AM)
Rosângela Lemos de Mello Guimarães (OAB 2747/AM)
Ruy Gama e Silva (OAB 312A/AM)
Sidney Ricardo Carvalho da Silva (OAB 7780/AM)

8ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
JUIZ(A) DE DIREITO GILDO ALVES DE CARVALHO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GEORGIA COSTA DE PAULA MENDES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0013/2019

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0200225-84.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Antero Conceição da Silva - REQUERIDA: BRAULINA DA SILVA ARAUJO - Diante dessas considerações, com supedâneo no art. 487, I do CPC c/c art. 226, §6º da CRFB, julgo o pedido para decretar o divórcio entre as partes nos termos da inicial. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 19 do Código de

Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. Transitando em julgado, expeça-se o necessário mandado de averbação/carta precatória de averbação, mantendo-se o sobrenome da Requerida obtido em razão do casamento. Após, arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0200291-64.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: R.M.C. - REQUERIDO: L.C.D. - R.C. - Substituição de curador. Requerente qualificada nos autos. Ministério Público favorável. Consistentes as razões e não se vislumbrando situação que a impeça ou não a recomende, tem-se por deferida a substituição. Providencie-se o termo necessário. Publique-se esta no Diário Oficial. Transitando em julgado, expeça-se mandado de averbação, arquivando-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0200293-34.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.R.N.T. - REQUERIDO: R.F.S. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0200436-23.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: K.K.M. - REQUERIDO: L.R.S.F. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0200600-85.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: P.V.G.S. - REQUERIDA: S.P.B.G. - Vistos etc... Ação de alimentos. Ausência da autora à audiência de conciliação e julgamento, embora intimada. Diante disso, com fundamento no art. 7º da Lei de Alimentos, determina-se o arquivamento dos os autos. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0200831-15.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: G.P.S. - Diante dessas considerações, com supedâneo no art. 487, I do CPC c/c art. 226, §6º da CRFB, julgo procedente o pedido para decretar o divórcio entre as partes nos termos da inicial. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 19 do Código de Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. Transitando em julgado, expeça-se o necessário mandado de averbação/carta precatória de averbação. Após, arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0201129-07.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: D.L.S. - REQUERIDO: V.R.R.V. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0201280-70.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.S.L. - REQUERIDO: E.N.C. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0201358-64.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: P.C.C.G. - REQUERIDO: K.F.R. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0201387-17.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.S.C. - REQUERIDA: M.R.S.C. - A.S.R. - INTSSADO: A.L.S.R. - O Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, MM. Juiz de Direito Titular da 8ª Vara de Famíliada Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, ADAUTO DE SOUZA RIBEIRO, brasileiro, atualmente, com endereço em local incerto e não sabido, para os termos do processo em epígrafe, na qual figura como Requerente, RAIMUNDA DE SOUZA COSTA, brasileira, viúva, domiciliada e residente, na Rua JONATHAS PEDROSA, 668, TEL: 99375-7505, CENTRO - CEP 69020-110, Manaus-AM, devendo o Sr. ADAUTO DE SOUZA RIBEIRO apresentar contestação aos termos da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do decurso do presente edital. Em não apresentando contestação, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte Requerente, na petição inicial. Manaus,11 de junho de 2019.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0201406-23.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.V.B.S. - REQUERIDO: V.L.L.C. - Determinada a emenda à inicial, a parte autora não supriu a falta apontada pelo juízo. Com efeito, não tendo o patrono da parte autora atendido a contento a determinação judicial que determinou a emenda à inicial, ciente, ainda, da sanção que lhe seria cominada, deve ser indeferida a inicial, com fundamento no art. 321, parágrafo único e art. 330, IV, prescindindo a hipótese de maiores argumentações, pelo que a indefiro e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, I do CPC. Sem custas, face o deferimento da gratuidade da justiça. P. Intime-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: EUDÉSIA LINS MAYER (OAB 2123/AM) - Processo 0201423-30.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: I.E.B.S. - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0201682-54.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.E.C.S. - REQUERIDO: D.C.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da

Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM) - Processo 0201900-19.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.V.F. - Petição de fls. 33/35 em que o peticionante requer a modificação da guarda fixada na sentença de fls. 29/30 já transitada em julgado, tendo produzido os efeitos da coisa julgada. Trata-se de nova ação, que deve ser formulada sob o crivo da distribuição processual, não possuindo vinculação por dependência ao presente processo, pelo que deixo de me apreciar sobre o mesmo, podendo o peticionante, em querendo, formular a ação na forma devida. Intime-se e após mantenham-se os autos arquivados.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0202059-59.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: C.S.C. - REQUERIDA: N.R.O. - A guarda pode ser definida como um direito-dever natural e originário dos pais, que consiste na convivência com seus filhos, decorrente do poder familiar, sendo o pressuposto que possibilita o exercício de todas as funções paternas e maternas. Assim, o fato de ser pai ou mãe, já assegura a guarda dos filhos, devendo ela ser regulamentada em caso de separação entre o casal. Ao exercício da guarda sobrepõe-se o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, que não se pode delir, em momento algum, porquanto o instituto da guarda foi concebido, de rigor, para proteger o menor, para colocá-lo a salvo de situação de perigo. Devem as partes pensar, de forma comum, no bem-estar dos menores, sem intenções egoísticas, caprichosas, ou ainda, de vindita entre si, tudo isso para que possam - os filhos - usufruir harmonicamente da família que possuem, tanto a materna, quanto a paterna, porque toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família, conforme dispõe o art. 19 do ECA. Apesar das alegações do requerente contra a conduta da genitora para com a criança, nada foi demonstrado, não se vislumbrando nos autos informação que desabone a conduta dos genitores, de modo que ambos aparentam aptos a exercer a guarda compartilhada. Diante da nova ordem jurídica implementada pela Lei n. 13.058/2014, a guarda compartilhada passou a ser a regra em nosso ordenamento jurídico, e não mais a exceção. A referida modificação assegurou aos pais a responsabilidade conjunta dos filhos, conferindo-lhes de forma igualitária o exercício dos direitos e deveres com relação à autoridade parental, exceto quando um dos genitores não estiver apto a exercer o poder familiar ou não desejar a guarda do menor, nos termos dos arts. 1583, § 2º e 1584, § 2º, do CC. Por força do art. 1584, § 2º do CC, o Poder Judiciário deve sempre aferir, com prioridade, a possibilidade de ser aplicada a guarda compartilhada, ficando a guarda unilateral reservada apenas para hipóteses em que um dos genitores não têm condições de exercer o encargo, ou quando houver circunstância impeditiva. Restou estabelecimento pelo atual ordenamento jurídico ainda que ausente acordo ou existindo algum ponto que mereça maiores esclarecimentos para fixação das atribuições e dos períodos de convivência dos pais com os filhos, o juiz poderá lançar mão de um estudo interdisciplinar a fim de lhe auxiliar na tomada de uma decisão, nos termos do art. 1584, § 3º do CC. Consoante bem ensina CONRADO PAULINO DA ROSA (In Nova Lei da Guarda Compartilhada, 2015, pg. 67), "o que se propõe pela guarda compartilhada é manter uma convivência entre ambos os pais e filho muito mais frequente e contributiva. Isso pode ocorrer por iniciativas corriqueiras, como acompanhá-los até a escola e os auxiliar na resolução das respectivas tarefas, participar dos eventos escolares e das reuniões pedagógicas, levá-los à natação, ao futebol, ao curso de línguas, etc Relevante é que ambos os pais se façam presentes na vida dos filhos, interagindo com eles e ensinando-lhe, por suas atitudes, como se deve ou não, instituir sua própria identidade". Desta feita, cabe destacar que a guarda compartilhada não é guarda dividida, não é a divisão de tempo, mas sim a divisão de responsabilidades. Da análise dos autos, verifico informações que denotam ser a medida mais adequada a aplicação da regra geral da guarda compartilhada, como passo a fundamentar. In casu, verifica-se o autor postula a guarda da filha menor. Contudo, verifica-se que a criança já reside com a genitora há certo tempo, em outra comarca inclusive, tratando-se de medida abrupta a sua transferência de lar. Logo, a conclusão que se chega é que a aplicação da guarda compartilhada, com domicílio de referência no lar da genitora, é o instituto que melhor atende aos interesses da criança. Dessa forma, em discordância parcial com o órgão ministerial, entendo que a guarda deve ser compartilhada, porém o domicílio de referência deve ser o da mãe, como forma de resguardar a manutenção da menor ao ambiente familiar ao qual já está acostumada, vez que não há nos autos qualquer prova que aponte que o convívio regular da genitora com a criança está sendo nocivo a ela. Frisa-se que tal situação não é estática, podendo ser revista futuramente, desde que demonstrado objetivamente uma situação que enseje a modificação do arranjo de guarda. A convivência do genitor deverá ser exercida de forma livre, sempre que a menor estiver em Manaus, pelo menos, em dois meses inteiros do ano, a serem definidos entre as partes. Quando a criança estiver estudando, a convivência durante as férias escolares deve ser dividida de forma igualitária entre as partes. Frisa-se que, na guarda compartilhada, consoante atual sistemática jurídica, os genitores devem decidir em conjunto acerca da educação, religião, amizades e tratamento médico/odontológico da filha, bem como colaborarem com este na resolução de seus deveres escolares, presenciando suas atividades esportivas, etc, enfim, propiciando ao menor segurança, afeto e a certeza de que é amado e protegido por ambos os genitores. Sendo o domicílio de referência o da genitora, desnecessária sua condenação em alimentos, motivo pelo qual a indefiro. Ante o exposto, e seguindo parcialmente o posicionamento ministerial, nos termos do art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão autoral de guarda unilateral e determino a guarda compartilhada de SOPHIA DE OLIVEIRA COSTA a ser exercida pelos genitores em igualdade de condições, fixando a residência materna como residência referencial da criança. Determino que as visitas paternas sejam livres, na forma da fundamentação, bastando aos genitores que combinem previamente entre si a realização das tarefas cotidianas, bem como resguardando a companhia da criança em datas comemorativas, sendo que no dia dos pais e aniversário do pai, bem como no dia das mães e aniversário da mãe, a criança ficará na companhia do respectivo homenageado, desde que a convivência em tais datas comemorativas não prejudique as atividades escolares da menor, sempre em atenção ao melhor interesse da criança. Com relação aos alimentos, cada genitor arcará com a despesa do filho quando estiver em sua companhia, devendo as despesas escolares serem partilhadas pelas partes, mediante prévio ajuste entre ambas, na melhor forma que lhe couberem em atenção às suas possibilidades. Sem custas, face o deferimento da gratuidade de justiça para ambas as partes. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0202265-39.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: E.O.S. - REQUERIDA: L.B.S. e outro - O Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, MM. Juiz de Direito Titular da 8ª Vara de Família da Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, LUCINEI BARBOSA DOS SANTOS, brasileiro, atualmente, com endereço em local incerto e não sabido, para os termos do processo em epígrafe, na qual figura como Requerente, EDILENE OLIVEIRA DOS SANTOS, brasileira, solteira, domiciliada e residente, na RUA MARIA DE MENTONI, 229A, JAPIIM II - CEP 69077-690, Manaus-AM, devendo o Sr. (a) LUCINEI BARBOSA DOS SANTOS apresentar contestação aos termos da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do decurso do presente edital. Em não apresentando contestação, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte Requerente, na petição inicial. Manaus,18 de junho de 2019.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0202305-21.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: V.C.M.F. - REQUERIDO: P.J.B.F. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em

julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0202487-41.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.S.N. - O Doutor Gildo Alves de Carvalho Filho, MM. Juiz de Direito da 8ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processa a ação de Divórcio Litigioso nº 0202487-41.2018.8.04.0001, onde é Requerente Moacir da Silva Natário e Requerido Sheila Maria Barros Natário, encontrando-se esta, atualmente, em lugar desconhecido ou incerto. Desta forma, expediu-se o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, destinado à CITAÇÃO da Sra. Sheila Maria Barros Natário, para integrar a relação processual, podendo, devidamente representada por advogado ou defensor público, oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico, sob pena de revelia. Em caso de revelia, será nomeado curador especial.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0202838-77.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: O.B.S. - Determinada a emenda à inicial, a parte autora não supriu a falta apontada pelo juízo. Com efeito, não tendo o patrono da parte autora atendido a contento a determinação judicial que determinou a emenda à inicial, ciente, ainda, da sanção que lhe seria cominada, deve ser indeferida a inicial, com fundamento no art. 321, parágrafo único e art. 330, IV, prescindindo a hipótese de maiores argumentações, pelo que a indefiro e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, I do CPC. Sem custas, face o deferimento da gratuidade da justiça. P. Intime-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0202999-87.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: D.S.F. - Determinada a emenda à inicial, a parte autora não supriu a falta apontada pelo juízo. Com efeito, não tendo o patrono da parte autora atendido a contento a determinação judicial que determinou a emenda à inicial, ciente, ainda, da sanção que lhe seria cominada, deve ser indeferida a inicial, com fundamento no art. 321, parágrafo único e art. 330, IV, prescindindo a hipótese de maiores argumentações, pelo que a indefiro e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, I do CPC. Sem custas, face o deferimento da gratuidade da justiça. P. Intime-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0203018-93.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: C.L.S. - Determinada a emenda à inicial, a parte autora não supriu a falta apontada pelo juízo. Com efeito, não tendo o patrono da parte autora atendido a contento a determinação judicial que determinou a emenda à inicial, ciente, ainda, da sanção que lhe seria cominada, deve ser indeferida a inicial, com fundamento no art. 321, parágrafo único e art. 330, IV, prescindindo a hipótese de maiores argumentações, pelo que a indefiro e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, I do CPC. Sem custas, face o deferimento da gratuidade da justiça. P. Intime-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0203034-47.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: W.O.M. - REQUERIDO: M.M.T. - Divórcio litigioso transformado em divórcio consensual, mediante condições que resguardam os interesses das partes. As partes estão qualificadas nos autos. O Ministério Público opinou favoravelmente. Cumpridas as formalidades legais, tem-se por homologado o divórcio, nos termos e condições acordadas. Sem custas, já deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Providencie-se. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0203052-68.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: J.C.F. e outro - Requerimento de homologação de acordo para reconhecimento e dissolução de união estável no período de 1989 a 2009 com guarda, alimentos e visitas de filho (s) menor (es) e partilha de bem. Partes qualificadas nos autos, assistidas pela Defensoria Pública. Documentação pertinente. Parecer ministerial às fls. 21/22. É o relatório. Decido. Deferida a Justiça Gratuita. De uma análise detida dos autos, tem-se por razoável a homologação do acordo, uma vez que as partes constituíram quatro filhos ao longo da convivência, tendo o primeiro nascido em 1991 e o último em 2004, o que demonstra o intuito de constituir família e convivência duradoura entre os requerentes. Soma-se a isto que o interesse da filha menor restou preservado no acordo entabulado. Juntada do documento do imóvel às fls. 9/10. Além disso, as partes, assistidas pela Defensoria Pública assinaram a inicial, se comprometendo com a veracidade das afirmações prestadas, notadamente com relação aos requisitos configuradores, tornando-se assim responsáveis nesta condição, pelo que chamo o processo à ordem para tornar sem efeito o despacho de fls. 23 e dar o devido saneamento ao processo. Diante disso, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0203212-93.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.A.L.B.C. - REQUERIDO: A.L.S. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0203841-67.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: R.F.L. - REQUERIDO: P.B.P.F. - Vistos etc... Ação de alimentos. Ausência da parte autora à audiência de conciliação e julgamento, embora intimada conforme art.274, parágrafo único do CPC/2015. Diante disso, com fundamento no art. 7º da Lei de Alimentos, determina-se o arquivamento dos os autos. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0203952-51.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: T.G.A.P. - REQUERIDO: T.O.P. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0204038-22.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: R.S.M. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ROGER MOREIRA DE QUEIROZ (OAB 2909/AM) - Processo 0204130-97.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: MARIA ELIZIA DA SILVA - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0204184-63.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 -

Levantamento de Valor - REQUERENTE: F.M.S. - Trata-se de pedido de alvará visando o recebimento relativo a verbas indenizatórias, retidas junto à Secretaria Municipal de Finanças-SEMEF, em decorrência de falecimento da sua titular, ajuizado por Fabiana Mendes Siqueira, filha do de cujus. Com a inicial vieram os documentos de folhas 5 a 26. É o sucinto relatório. Decido. A expedição de alvará judicial é espécie de procedimento de jurisdição voluntária, regido pela Lei nº 6.858/80, no qual o juiz não está obrigado a observar o critério da legalidade estrita (art. 723, parágrafo único do CPC de 2015). Colhe-se dos autos que o de cujus não deixou dependentes habilitados na Previdência Social ou equivalente (certidões de folhas 11 e 12, nos termos do art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80). Na situação em tela, deve-se seguir a ordem de vocação hereditária do CCB, na forma aludida pelo art.1°, caput, Lei n. 6.858/80 c/c art. 1.829 e incisos do CCB, de forma que, diante do acima exposto a parte Requerente possui o direito subjetivo sobre os resíduos sucessórios em tela, eis que o outro sucessor os renunciou, como se observa do termo de renúncia de folhas 19, restando a parte Requerente como única sucessora do de cujus. Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, inciso I do CPC de 2015, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC de 2015, com as respectivas sanções. Sem custas, face o deferimento da gratuidade da justiça. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0204385-89.2018.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: S.S.C. - REQUERIDA: F.A.C. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0204514-60.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.A.S.G. - REQUERIDA: M.N.G. - Divórcio litigioso transformado em divórcio consensual, mediante condições que resguardam os interesses das partes. As partes estão qualificadas nos autos. Cumpridas as formalidades legais, tem-se por homologado o divórcio, nos termos e condições acordadas. Sem custas, já deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Providencie-se. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0204747-91.2018.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Sebastiana Gomes da Silva - Carta precatória devidamente cumprida, com a oitiva das testemunhas arroladas, com exceção de Maria de Fátima Carvalho Maron, cuja intimação restou frustrada, tendo sido enviado carta por duas vezes, as quais não foram recebidas pessoalmente, bem como determinada a intimação por oficial de justiça, também infrutífera. Diante de tais considerações, devolva-se a carta precatória, com as diligências e cumprimentos de estilo. Após, arquive-se o feito.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0204834-13.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: G.S.M. - REQUERIDA: E.A.C. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0204978-84.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: Allan Cabral da Gama - REQUERIDO: Lily Allen Guimarães da Gama e Liliane Guimarães da Gama - menores - Vistos etc... Ação de alimentos. Ausência da autora à audiência de conciliação e julgamento, embora intimada conforme art.274 paragrafo único do CPC/2015. Diante disso, com fundamento no art. 7º da Lei de Alimentos, determina-se o arquivamento dos os autos. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM), ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0205017-81.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: ANDREIA MIRANDA FERREIRA - Diante dessas considerações, com supedâneo no art. 487, I do CPC c/c art. 226, §6º da CRFB, julgo procedente o pedido para decretar o divórcio entre as partes nos termos da inicial. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 19 do Código de Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. Transitando em julgado, expeça-se o necessário mandado de averbação/carta precatória de averbação. Após, arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: MARCO AURÉLIO MARTINS DA SILVA (OAB 4849/AM) - Processo 0205099-15.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: F.B. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0205127-80.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.E.F.L. - REQUERIDO: M.R.A.L. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0205203-75.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - EXEQUENTE: B.S.T. - EXECUTADO: W.S.O. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado. Extinção, com fundamento no artigo 485, III, do CPC. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0205572-98.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: R.L.A. - REQUERIDO: F.K.S.C. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0205574-68.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: K.M.A.O.C. - REQUERIDO: J.J.V.C. - Divórcio litigioso transformado em divórcio consensual, mediante condições que resguardam os interesses das partes. As partes estão qualificadas nos autos. Cumpridas as formalidades legais, tem-se por homologado o divórcio, nos termos e condições acordadas. Sem custas, já deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Providencie-se. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0205617-05.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: T.C.O. - REQUERIDO: T.S.A. - Vistos etc... Ação de alimentos. Ausência da autora à audiência de conciliação e julgamento. Intimação dirigida ao endereço declinado na exordial, com AR negativo às fls.18 ante a ausência da parte requerente, sendo válida a intimação nos termos do § único do art. 274 do CPC. Diante disso, com fundamento no art. 7º da Lei de Alimentos, determina-se o arquivamento dos os autos. Fica sem efeito a decisão que fixou os provisórios em decorrência desta sentença. À Secretaria para as diliGências de estilo. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0205794-66.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.M.S. - REQUERIDO: A.S.V.S. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0205812-87.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.H.O.G. e outros - REQUERIDO: O.A.G. - Vistos etc... Ação de alimentos. Ausência da autora à audiência de conciliação e julgamento, embora intimada conforme art.274 paragrafo único do CPC/2015. Diante disso, com fundamento no art. 7º da Lei de Alimentos, determina-se o arquivamento dos os autos. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: DANIELLE NUNES AMORIM (OAB 8981/AM) - Processo 0205878-04.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: A.V.B. - os e um reais e cinquenta e seis centavos). Pelo exposto, considerando todos estes fatores acima fundamentados, julgo parcialmente procedente o pedido, nos termos do art. 487, I do CPC, fixando os alimentos no importe de 13% (treze por cento) dos vencimentos líquidos do requerido, deduzidos os descontos legais obrigatórios, incluindo-se o 13º salário, o mês das férias, 1/3 constitucional das férias e indenizações em caso de rescisão do vínculo, mediante desconto em folha de pagamento a ser creditado na conta informada na exordial, todo dia 30 (trinta) de cada mês, valor que, nos termos da prova produzida, presume-se se afigurar compatível aos recursos financeiros que possui, adequado às condições financeiras, também às necessidades da parte alimentanda. Valor inferior seguramente não seria suficiente para o sustento da autora. Condeno, ainda, o Requerido em eventuais custas processuais e honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, nos termos do art. 85, § 2º do CPC, estes últimos fixados no aporte de 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º e § 19 do CPC, em atenção ao que dispõe o § 3º do art. 85 do CPC. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0206041-47.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.L.X.P. - REQUERIDO: L.G.P.P. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0206048-39.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Eliandro Gomes Queiroz - Diante dessas considerações, com supedâneo no art. 487, I do CPC c/c art. 226, §6º da CRFB, julgo procedente o pedido para decretar o divórcio entre as partes nos termos da inicial. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 19 do Código de Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. Transitando em julgado, expeça-se o necessário mandado de averbação/carta precatória de averbação, mantendo-se o sobrenome da Requerida obtido em razão do casamento. Após, arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0206052-76.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.A.M.S.L. - REQUERIDO: J.S.L. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM) - Processo 0206556-82.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: P.M.S.S.M.N. - REQUERIDO: P.S.M.S. - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0206703-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: F.N.M. - REQUERIDO: M.D.B.B. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM), ADV: MICHELLE MELO BARBOSA (OAB 2648/AM) - Processo 0206916-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.S.M.A. - REQUERIDO: J.R.B. - Conciliação Data: 17/09/2019 Hora 09:00 Local: Sala Padrão Situacão: Pendente

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0207139-67.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: L.S.B. - Trata-se de ação de divórcio, onde as partes qualificadas nos autos busca o reconhecimento da ruptura da relação matrimonial. Procedeu-se a citação por edital, sem apresentação de resposta. Revelia decretada. Nomeado curador especial, sem alternativa, contestou por negativa geral. Filhos todos maiores de idade, razão pela qual não há interesse da intervenção do Ministério Público. É o relatório. Não há outras questões a serem analisadas, podendo-se passar ao julgamento do presente procedimento, consoante estabelece art. 355, II, do CPC. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Inclusive, foi neste sentido todas as modificações introduzidas na legislação para tratar de matérias relativas ao casamento, seguindo a jurisprudência o mesmo sentido: "Ementa - CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DIVÓRCIO DIRETO. AUDIÊNCIA DE RATIFICAÇÃO. DESNECESSIDADE. SEPARAÇÃO DE FATO COMPROVADA POR PROVA DOCUMENTAL. DECLARAÇÃO DE

TESTEMUNHAS (COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO) EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 66/10. APLICAÇÃO IMEDIATA. 1. NÃO SE MOSTRA NECESSÁRIA A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE RATIFICAÇÃO EM AÇÃO DE DIVÓRCIO DIRETO QUANDO OS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO PRODUZIDOS NOS AUTOS, NOTADAMENTE A DECLARAÇÃO DE TESTEMUNHAS (COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO) EVIDENCIAM DE FORMA CLARA A SEPARAÇÃO DE FATO DO CASAL PELO LAPSO TEMPORAL EXIGIDO NA LEI, AGREGADOS AO FATO DE QUE OS INTERESSADOS, CATEGORICAMENTE, MANIFESTAM-SE PELA DISSOLUÇÃO DO VÍNCULO MATRIMONIAL. 1.1. AO DEMAIS, COM A PROMULGAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 66, DE 13 DE JULHO DE 2010, QUE ALTEROU § 6º DO ARTIGO 226, DA CARTA MAGNA, RESTOU ABOLIDA A PRÉVIA SEPARAÇÃO COMO REQUISITO PARA O DIVÓRCIO, E AO MESMO TEMPO ELIMINADO QUALQUER PRAZO PARA SE REQUERER O DIVÓRCIO, SEJA JUDICIAL OU ADMINISTRATIVO (LEI Nº 11.441/07). 1.2. MESMO QUE A AÇÃO TENHA SIDO PROPOSTA ANTES DO INÍCIO DA VIGÊNCIA DO CITADO DIPLOMA CONSTITUCIONAL, NADA OBSTA SUA APLICAÇÃO, NA MEDIDA EM QUE A NORMA CONSTITUCIONAL TEM EFICÁCIA IMEDIATA, SENDO CERTO QUE OS PROCESSOS EM CURSO DEVEM SE ADAPTAR À NOVEL REALIDADE CONSTITUCIONAL.(Registro do Acórdão Número : 503295 Data de Julgamento : 14/04/2011 Órgão Julgador : 5ª Turma Cível Relator : ANGELO PASSARELI Relator Designado: JOÃO EGMONT). O caso dos autos, no que concerne ao casamento das parte envolvidas no processo, se restringe ao reconhecimento pelo estado da vontade das parte de cessar a relação matrimonial, para todos os fins de direito. Não se deve falar em culpa, mas sim em vontade de não mais coabitar, dividir, confidenciar etc. Neste ponto, portanto, não há razão para não reconhecer o divórcio do casal, nos exatos termos da legislação vigente, em especial após modificação introduzida pela EC 66. Pelo exposto, julgo procedente a pretensão deduzida, e decreto o divórcio de LUIZ DA SILVA BATISTA e MARIA REZENDE BATISTA. A divorcianda permanecerá a assinar com o seu nome da casada considerando que não houve pedido quanto a alteração do nome adquirido com o casamento. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0207472-19.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: P.P.C.N. - REQUERIDO: J.J.S.N. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0207479-11.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.S.S. - REQUERIDO: E.V.O. - Tem-se por homologada o acordo firmado entre as partes, ressalvadas as prerrogativas decorrentes do poder familiar e as limitações decorrentes de legislação excepcional, especialmente previdenciária, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Dispenso o prazo recursal a pedido das partes.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0207501-69.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: C.R.S.S. - REQUERIDA: E.V.O.S. - Vistos etc... Ação de alimentos. Ausência da autora à audiência de conciliação e julgamento, embora intimada. Diante disso, com fundamento no art. 7º da Lei de Alimentos, determina-se o arquivamento dos os autos. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0207577-93.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: F.C.A. - REQUERIDA: G.S.B. e outro - "Vistos etc. Homologo o acordo firmado entre as partes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Expeça-se a guarda excepcional. Dispenso o prazo recursal a pedido das partes.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0207973-70.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: H.N.M. - REQUERIDO: D.L.M.M. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0208223-06.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.S.A.C.S. - REQUERIDO: J.S.C. - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0208319-21.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: V.A.M.S. - REQUERIDO: M.R.S.S. - Ação idêntica com tramitação nesta mesma vara (Processo nº 0207225-38.2019.8.04.0001). Litispendência configurada. Extinção do processo sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, V, do Código de Processo Civil. Sem custas. P. Intimem-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0208775-73.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: T.C.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0208780-90.2019.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: Irã Souza Bezerra, e outro - Descumprimento do art. 320 do Código de Processo Civil. Intimada a Defensoria Pública para regular emenda, deixou transcorrer o prazo sem a devida providência legal. Extinção do processo por indeferimento da inicial, com fundamento nos arts. 485, I, 330, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas. P. Intime-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0209090-96.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: J.M.S. - REQUERIDO: E.Y.S.M. - REPTADO: A.F.P.M. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0209433-92.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.V.P.S. - REQUERIDA: E.P.S. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ELIAS CRUZ LIMA JUNIOR (OAB 6947/AM) - Processo 0209562-97.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: JOSILENE DE SOUZA ARRUDA e outro - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: EUDÉSIA LINS MAYER (OAB 2123/AM) - Processo 0209784-36.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.S.M. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0210311-17.2019.8.04.0001 - Interdição - Seção Cível - REQUERENTE: A.B.B. - Substituição de curador. Requerente qualificada nos autos. Ministério Público favorável. Consistentes as razões e não se vislumbrando situação que a impeça ou não a recomende, tem-se por deferida a substituição. Providencie-se o termo necessário. Publique-se esta no Diário Oficial. Transitando em julgado, expeça-se mandado de averbação, arquivando-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0210348-44.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: F.A.S. e outro - REQUERIDO: C.X.G. - Tem-se por homologada o acordo firmado entre as partes, ressalvadas as prerrogativas decorrentes do poder familiar e as limitações decorrentes de legislação excepcional, especialmente previdenciária, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Dispenso o prazo recursal a pedido das partes.

ADV: ADILSON LOUIS CORRÊA RAMOS (OAB 11221/AM) - Processo 0210360-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: F.A.C.M. - Os requerentes, qualificados na inicial, requereram homologação de acordo parcial de fls. 35/37, nos termos e condições do documento que o formalizou. O MP opinou favoravelmente. Sendo regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo parcial, para todos os efeitos legais, na forma do art. 487, III, “b” do CPC . Providencie-se o necessário para cumprimento. P.Intimem-se. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de acordo. Prossiga o processo com relação ao pedido de partilha do bem imóvel. Após decurso do prazo para defesa, voltem-me conclusos.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0210501-77.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: K.B.M. - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0210503-47.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: Y.A.B.T. - REQUERIDO: S.V.B.T. - O Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, MM. Juiz de Direito Titular da 8ª Vara de Famíliada Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, SHAYLA VALENTINA BERROTERAN TORREALBA, venezuelana, solteira, atualmente, com endereço em local incerto e não sabido, para os termos do processo em epígrafe, na qual figura como Requerente, YULIANNY ANDREINA BERROTERAN TORREALBA, venezuelana, solteira em união estável, domiciliada e residente, na Avenida CARVALHO LEAL, 934, CACHOEIRINHA - CEP 69065-000, Manaus-AM, devendo a Sra. SHAYLA VALENTINA BERROTERAN TORREALBA apresentar contestação aos termos da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do decurso do presente edital. Em não apresentando contestação, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte Requerente, na petição inicial. Manaus,18 de junho de 2019.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0211189-39.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.R.C.B. - REQUERIDO: E.A.F. - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0211270-85.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: W.M.S.N. - REQUERIDA: A.C.S.G. - Como o genitor estará exercendo a guarda da menor, fica exonerado do pagamento da pensão alimentícia fixado anteriormente

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0211350-49.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: EDINETE MENDES AMORIM - REQUERIDO: JARDEL FERREIRA AMORIM - Divórcio direto litigioso. Partes identificadas acima, qualificadas nos autos. Citação por edital, sem resposta (folhas 10 a 12). Decretação de revelia, nomeação de curador especial e contestação por negativa geral (folhas 13 e 16). Sucintamente, o relatório. A ação é de divórcio direto litigioso. Alegação da autora, que de fato está separada do réu há mais de oito anos. O réu não se fez presente ao feito, para eventualmente contestar a ação. O curador especial contestou, mas, sem alternativa, apenas de forma genérica. Atendidos, assim, os requisitos formais e substâncias, especialmente quanto à separação de fato há mais de oito anos, deve o pedido ser acolhido, nos termos do que consta da inicial. Diante dessas considerações, tem-se por decretado o divórcio nos termos e condições da inicial, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Serve esta sentença como mandado para fins de averbação junto ao Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais Concedo também a isenção de custas cartoriais. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0211448-34.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: N.G.O.A. - REQUERIDO: M.S.L.A. - Divórcio litigioso transformado em divórcio consensual, mediante condições que resguardam os interesses das partes. As partes estão qualificadas nos autos. O Ministério Público opinou favoravelmente. Cumpridas as formalidades legais, tem-se por homologado o divórcio, nos termos e condições acordadas. Sem custas, já deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Providencie-se. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0211567-92.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: H.D.S.M.M. - REQUERIDO: D.M.G. - Os requerentes, qualificados na inicial, requereram homologação de acordo parcial de fls. 34/35, nos termos e condições do documento que o formalizou. O MP opinou favoravelmente. Sendo regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo parcial, para todos os efeitos legais, na forma do art. 487, III, “b” do CPC . Providencie-se o necessário para cumprimento. P.Intimem-se. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de acordo. Prossiga o processo com relação ao pedido de alimentos. Após decurso do prazo para defesa, voltem-me conclusos.

ADV: ALINE ANDRADE DE CASTRO (OAB 9236/AM), ADV: ALLANI PRISCILA ARAÚJO CARDOSO DA SILVA (OAB 4537/AM) - Processo 0211650-50.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: M.S.L. - Vista ao patrono do requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar acerca da certidão de fls. 78 dos autos. Após, voltem-me conclusos.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0211786-08.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: L.S.S.M. - REQUERIDO: R.B.F. - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0211916-95.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 -

Levantamento de Valor - REQUERENTE: L.C.C.O. - Retornam os autos a consideração deste Juízo em virtude de a Caixa Econômica Federal ter transferido para o Banco do Brasil os valores até então disponíveis em conta bancária daquela instituição financeira, relativos a restituição de IRRF. É o relatório. DECIDO. A expedição de alvará judicial é espécie de procedimento de jurisdição voluntária, regido pela Lei nº 6.858/80, no qual o juiz não está obrigado a observar o critério da legalidade estrita (art. 723, CPC de 2015). Sem maiores considerações jurídicas defiro o pedido formulado, autorizando o autor a sacar, junto ao Banco do Brasil ou Receita Federal, o importe de 1/7 (um sétimo) da restituição de imposto de renda devida ao de cujus, referente à sua cota-parte. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC de 2015, com as respectivas sanções. Sem custas. P.Intimem-se. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0212055-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: F.M.S. - REQUERIDO: E.F.P.S. - Divórcio litigioso transformado em divórcio consensual, mediante condições que resguardam os interesses das partes. As partes estão qualificadas nos autos. O Ministério Público opinou favoravelmente. Cumpridas as formalidades legais, tem-se por homologado o divórcio, nos termos e condições acordadas. Sem custas, já deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Providencie-se. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0212240-85.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.S.N. - REQUERIDO: J.M.P. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0212250-32.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: N.V.B.S. - REQUERIDA: P.P.M.S. - Descumprimento do art. 320 do Código de Processo Civil. Intimado o autor para regular emenda, deixou transcorrer o prazo sem a devida providência legal. Extinção do processo por indeferimento da inicial, com fundamento nos arts. 485, I, 330, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas. P. Intime-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0212271-08.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.M.G. - O Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, MM. Juiz de Direito Titular da 8ª Vara de Famíliada Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, ANA GRACE GUIMARÃES GOMES, brasileira, casada, atualmente, com endereço em local incerto e não sabido, para os termos do processo em epígrafe, na qual figura como Requerente, Francisco Muniz Gomes, brasileiro, casado, domiciliado e residente, na Rua Coronel Ferreira Sobrinho- Fundo da casa 03, 72, Próximo ao Terminal do ônibus 601, Petrópolis - CEP 69044-783, Cel: 99297-6191, Manaus-AM, devendo a Sra. ANA GRACE GUIMARÃES GOMES apresentar contestação aos termos da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do decurso do presente edital. Em não apresentando contestação, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte Requerente, na petição inicial. Manaus,21 de maio de 2019.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0212313-57.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.P.S.M. - REQUERIDO: R.J.S.S. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0212450-39.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: V.P.S.F. - REQUERIDA: F.S.P. - Divórcio litigioso transformado em divórcio consensual, mediante condições que resguardam os interesses das partes. As partes estão qualificadas nos autos. O Ministério Público opinou favoravelmente. Cumpridas as formalidades legais, tem-se por homologado o divórcio, nos termos e condições acordadas. Sem custas, já deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Providencie-se. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0212599-35.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.S.F. - REQUERIDO: M.L.A. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0212961-37.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: D.R.P.S. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0213144-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Mereide Oliveira Mesquita - REQUERIDO: Kleber de Oliveira - Divórcio litigioso transformado em divórcio consensual, mediante condições que resguardam os interesses das partes. As partes estão qualificadas nos autos. O Ministério Público opinou favoravelmente. Cumpridas as formalidades legais, tem-se por homologado o divórcio, nos termos e condições acordadas. Sem custas, já deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Providencie-se. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0213156-22.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Família - REQUERENTE: N.T.S.A.S. - REQUERIDO: C.P.S. - Divórcio litigioso transformado em divórcio consensual, mediante condições que resguardam os interesses das partes. As partes estão qualificadas nos autos. O Ministério Público opinou favoravelmente. Cumpridas as formalidades legais, tem-se por homologado o divórcio, nos termos e condições acordadas. Sem custas, já deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Providencie-se. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0213742-59.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 -

Fixação - REQUERENTE: A.G.R. - REQUERIDO: M.V.G.R. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0213804-02.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: K.N.F.G. e outro - REQUERIDO: A.S.G. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: RONALDO NUNES MADURO JUNIOR (OAB 13428/AM), ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0214005-28.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDA: I.M.C. - Neste ponto, portanto, não há razão para não reconhecer o divórcio do casal, nos exatos termos da legislação vigente, em especial após modificação introduzida pela EC 66. Pelo exposto, julgo procedente a pretensão deduzida, e decreto o divórcio das partes. Não havendo manifestação expressa da requerida acerca da modificação do nome, deve permanecer utilizando o patronímico de casada. No que concerne aos alimentos, é importante rememorar que a fixação de alimentos para ex-cônjuge é hipótese excepcional e transitória, devendo ser demonstrada a incapacidade laboral, além da necessidade de alimentos. Nesse sentido, já decidiu o STJ: [...] A jurisprudência desta egrégia Corte Superior firmou a orientação de que a pensão entre ex-cônjuges não está limitada somente à prova da alteração do binômio necessidade-possibilidade, devendo ser consideradas outras circunstâncias, como a capacidade potencial do alimentado para o trabalho e o tempo decorrido entre o início da prestação alimentícia e a data do pedido de desoneração.5. Esta egrégia Corte Superior também tem entendimento de que, em regra, a pensão deve ser fixada com termo certo, assegurando ao beneficiário tempo hábil para que reingresse ou se recoloque no mercado de trabalho, possibilitando-lhe a manutenção pelos próprios meios. O pensionamento só deve ser perene em situações excepcionais, como de incapacidade laboral permanente, saúde fragilizada ou impossibilidade prática de inserção no mercado de trabalho. (REsp 1496948/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/03/2015, DJe 12/03/2015) Em sua defesa, a requerida formula verdadeira reconvenção, pugnando pela fixação de alimentos para si, sob o argumento de que já possui idade elevada (61 anos), não tendo condições de trabalhar e e de manter seu sustento, motivo pelo qual pleiteia o valor de dois salários mínimos. Ocorre que não há prova documental que demonstre tal necessidade. Ademais, informou que possui outros filhos, podendo deles pleitear alimentos, caso seja efetivamente necessário. O mesmo vale para o sustento de seu neto, devendo os pais também auxiliarem na criação. Ademais, não há nos autos comprovação de que o requerente tenha condições de arcar com o valor dos alimentos, pois também é pessoa idosa e sustenta outra família. Some-se a isso o fato do casal já estar separado de fato há mais de dois anos. Friso que a requerida não ficará desamparada pois pode, a qualquer momento, pleitear alimentos em face de seus filhos.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0214385-17.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: H.R.S.N.M. - REQUERIDO: R.R.N.S. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0214474-40.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: W.S.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0214507-64.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.L.S.S.M. - REQUERIDO: S.R.S.S. - Pelo exposto, julgo parcialmente procedente a pretensão deduzida na petição inicial para condenar o requerido ao pagamento de pensão alimentícia ao requerente na proporção de 35% (trinta e cinco por cento) do salário mínimo, mediante depósito na conta indicada na exordial, todo dia 30 (trinta) de cada mês, o que faço com fundamento no art. 487, I do Código de Processo Civil. Condeno, ainda, o Requerido em eventuais custas processuais e honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, nos termos do art. 85, § 2º do CPC, estes últimos fixados no aporte de 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º e § 19 do CPC, em atenção ao que dispõe o § 3º do art. 85 do CPC. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0214863-25.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: N.C.R.M. - REQUERIDO: R.N.C.S. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: MARCO AURÉLIO MARTINS DA SILVA (OAB 4849/AM) - Processo 0215492-96.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.P.S.N. e outro - REQUERIDO: P.C.S.N. - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: GIZELLY CARREIRO DE AQUINO SOARES (OAB 9173/AM) - Processo 0215532-15.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERIDO: E.F.B.S. - CERTIFICO que, de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, é aberto vista à parte autora para que se manifeste, por meio de seu patrono constituído, no prazo de 10 (dez) dias úteis (art. 240 §2º do CPC), acerca da Certidão do Senhor Oficial de Justiça de folhas 44, ficando ciente de que na inobservância do prazo poderão incidir os efeitos do art. 485, III do CPC. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0215656-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Y.R.M. - REQUERIDO: H.C.S.J. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao

cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0216296-64.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: C.R.F.V.C. - REQUERIDO: D.A.M.V.C. - Divórcio litigioso transformado em divórcio consensual, mediante condições que resguardam os interesses das partes. As partes estão qualificadas nos autos. Cumpridas as formalidades legais, tem-se por homologado o divórcio, nos termos e condições acordadas. Sem custas, já deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Providencie-se. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0216618-21.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: C.V.O. e outro - CLARA VASCONCELOS DE OLIVEIRA e EDY CLEDER LOUFARES DE OLIVEIRA, devidamente qualificados nos autos, postulam pela guarda do adolescente Gabriel Vasconcelos da Silva, que é seu neto, para regularização de posse de fato exercida desde o falecimento da genitora deste, em face de MARCOS LUIZ PALMA DA SILVA, que está em local incerto e não sabido e nunca teve interesse em conviver com o adolescente, a fim de regularizar uma situação fática existente. Juntou os documentos de fls. 6/29. Efetuada tentativa de localização pessoal, a mesma resultou infrutífera, como se vê às fls. 31/32, pelo que foi citado por edital, tendo transcorrido o prazo legal sem qualquer manifestação (fls. 35/37). Contestação por negativa geral às fls. 38 dos autos. Deferimento de liminar às fls. 50/51 dos autos. Termo de audiência às fls. 55/60. Houve manifestação ministerial opinando pelo deferimento da inicial. É o breve relatório. Decido. A guarda para terceira pessoa, diversa dos pais, é medida excepcional, cabível apenas para atender a situações especiais. Nos termos do art. 33, § 2º do ECA: "(...) Excepcionalmente, deferir-se-á a guarda, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável, (...)". Cabe destacar que a finalidade da guarda é regular o conjunto de relações jurídicas que existe entre uma pessoa e a criança, dimanados do fato de estar a criança sob o poder ou a companhia daquela quanto à vigilância, direção e educação. Ademais, é cada vez mais frequente situações de família serem reguladas pela afetividade, buscando a estabilidade das relações socioafetivas e na comunhão de vida, com primazia sobre as considerações de caráter patrimonial ou biológico, razão pela qual a mesma foi erigida à categoria de princípio norteador no Direito de Família. Da análise dos autos, verifica-se que a medida postulada é adequada ao adolescente, atendendo ao melhor interesse deste, sendo a dinâmica familiar já vivenciado pelo mesmo e pelos envolvidos de forma positiva, em respeito ao bem-estar infantil, sendo a sua genitora falecida e seu pai em local incerto e não sabido. Soma-se a isto, que a requerente demonstra habilidades em atender as necessidades infantis básicas e afetivas, visualizando-se ainda a existência de vínculo afetivo sólido, o que se extrai inclusive do depoimento do adolescente prestado em audiência nesta Vara às fls. 60 dos autos, que deseja continuar morando com os avós requerentes. In casu, verifica-se que os avós buscam resguardar situação fática já existente, por exercer a posse de fato do adolescente desde o nascimento, no intuito de preservar o seu bem estar, o que se coaduna com o disposto no art. 33 do ECA. Cabe, por fim, destacar que o deferimento da guarda não é definitivo, tampouco faz cessar o poder familiar. Restou amplamente demonstrado que os interesses da criança estarão melhor preservados com o exercício da guarda da mesma pelos avós requerentes, pelo que a procedência do pedido é medida que se impõe. Quanto à possibilidade de convivência entre o poder familiar e a guarda, tornam-se oportunos os esclarecimentos do Ilustre Desembargador Yussef Said Cahali constante na obra Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado (2ª edição, São Paulo: Editora Malheiros): "Tem-se ressaltado que a guarda dos filhos não é da essência, mas tão-somente da natureza do pátrio poder (sic. poder familiar); em outros termos, a guarda é um dos atributos do pátrio poder, mas não se exaure nele, nem com ele se confunde; em condições tais a guarda pode existir sem o pátrio poder (sic. poder familiar), como, reciprocamente, este pode ser exercido sem a guarda. O símile da posse e propriedade é posto em confronto pela doutrina: assim como a posse é o exercício de fato de alguns dos poderes inerentes ao domínio, mas com este não se confunde, assim também a guarda do menor é o exercício de fato de um dos atributos inerentes ao pátrio poder (sic. poder familiar), mas não se confunde com este, podendo ambos, também aqui, ser exercidos concomitantemente por pessoas diversas; o exercício da posse não extingue o direito de propriedade, assim como a concessão da guarda do menor a terceira pessoa não elimina o pátrio poder (sic. poder familiar) do respectivo titular". É certo que, pela perspectiva de proteção integral conferida pelo ECA, as crianças e os adolescentes têm o direito à convivência familiar, estando os genitores vivos, no entanto, tal convívio não pode ser mantido sob tal pretexto a ponto de causar perturbações de ordem emocional, que obstem o seu pleno e normal desenvolvimento. Além disso, a formalização da guarda de fato a terceiro que proporciona melhores condições de vida ao adolescente possui guarida nos princípios da proteção da infância, da afetividade e do prevalecimento dos interesses da criança, conforme demonstra decisão recente do STJ: CIVIL. FAMÍLIA. GUARDA JUDICIAL. PREVALECE O INTERESSE DA MENOR. Nas decisões sobre a guarda de menores, deve ser preservado o interesse da criança, e sua manutenção em ambiente capaz de assegurar seu bem estar, físico e moral, sob a guarda dos pais ou de terceiros. (STJ, 3ª turma, REsp 686.709/PI, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, julgado em 28.06.2006, DJ 12.03.2007 p. 220). Assim, tem-se que a medida postulada atende ao melhor interesse da criança e encontra amparo no art. 33, § 2º, do ECA, eis que evidenciada a necessidade de atender a situação peculiar do adolescente, cuja genitora não tem condições pessoais de prestar-lhe a assistência material e educacional necessária ao seu pleno desenvolvimento. No mais, não se está diante da chamada "guarda previdenciária", tão repudiada pela jurisprudência, eis que se verifica uma situação de fato instaurada. Ressalte-se, por último, que o deferimento da guarda não implica na perda do poder familiar do genitor, tampouco na alteração de seus direitos sucessórios. Diante de tal quadro apresentado, considerando que os interesses da criança devem ser protegidos com absoluta prioridade (Art. 227 C.F.), julgo procedente o pedido para deferir a guarda excepcional do adolescente Gabriel Vasconcelos da Silva, em favor dos requerentes, sem a repercussão previdenciária, prevista no §3º do art. 33 do ECA. Lavre-se o termo. Sem custas, face promoção pela Defensoria Pública. P. I. Cumpra-se.

ADV: GEORGETE DE CASTRO DUARTE (OAB 9249/AM), ADV: DOMINGOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 13940/AM), ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0216643-44.2012.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXECUTADO: J.J.S.G.F. - Trata-se de cumprimento de sentença de alimentos. As partes celebraram acordo. Diante disso, tem-se por extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, III, " b" do Código de Processo Civil. Na eventualidade de descumprimento do acordo, o processo retomará seu curso, mediante provocação pelo credor. Expeça-se o competente ofício. Intimem-se. Arquive-se.

ADV: KANTHYA PINHEIRO DE MIRANDA (OAB 18032/BA) - Processo 0216676-58.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.F.S. - Desistência homologada. Em razão disso e com fundamento no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, tem-se por extinto o processo. Sem custas. Partes intimadas em audiência. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: MICHELE BRAGA MIRANDA (OAB 8224/AM) - Processo 0216745-56.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: A.L.O.J. - Ação de alimentos. Determinada a exclusão da paternidade em ação negatória mediante sentença, como se vê às fls. 85/86. Promoção ministerial de fls. 96 pela extinção do processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VI do CPC. Falta de interesse ao prosseguimento da ação, pela perda do objeto. Diante disso, tem-se por extinto o processo sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0216903-77.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.C.V. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos

termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0216963-50.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: V.X. - REQUERIDO: D.X.M. e outro - Tem-se por homologada o acordo firmado entre as partes, ressalvadas as prerrogativas decorrentes do poder familiar e as limitações decorrentes de legislação excepcional, especialmente previdenciária, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Dispenso o prazo recursal a pedido das partes.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0217344-58.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: R.P.S. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: GUSTAVO LINHARES RODRIGUES (OAB 31361/BA) - Processo 0217486-67.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: L.S.S.C. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: VALERIA DE MELO SILVA (OAB 1566/AM) - Processo 0217629-56.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: RAPHAELA LUIZA SILVA DE ANDRADE - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0217647-09.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: T.S.M.O. - REQUERIDO: P.S.P.O. - O Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, MM. Juiz de Direito Titular da 8ª Vara de Famíliada Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, PAULO SÉRGIO PINHEIRO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, atualmente, com endereço em local incerto e não sabido, para os termos do processo em epígrafe, na qual figura como Requerente, TEREZA DA SILVA MARQUES DE OLIVEIRA, brasileira, casada, domiciliada e residente, na Avenida Tefé, 123, CACHOEIRINHA - CEP 69065-000, Manaus-AM, devendo o Sr. PAULO SÉRGIO PINHEIRO DE OLIVEIRA apresentar contestação aos termos da petição inicial, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do decurso do presente edital. Em não apresentando contestação, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte Requerente, na petição inicial. Manaus,17 de julho de 2019.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0217727-36.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: V.F.S. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido na forma acima determinada. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: MARCO AURÉLIO MARTINS DA SILVA (OAB 4849/AM) - Processo 0217901-45.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: A.C.C.M. - EXECUTADO: P.C.N. - Trata-se de cumprimento ajuizado como ação autônoma, no qual o credor requer a execução forçada da ordem judicial. Segundo a sistemática do artigo 513 e seguintes do Código de Processo Civil, o cumprimento de sentença se dará nos próprios autos do processo principal. Processamento indeferido de plano, facultando-se ao credor ingressar com o pedido nos autos da ação principal. Desta forma, determino a extinção do presente feito, com fulcro no artigo 485, IV, do Código de Processo Civil. Arquive-se. Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0218085-98.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: T.M.V.S. - REQUERIDO: F.R.C.F. - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0218103-22.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Revisão - REQUERENTE: V.S.S. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0218116-21.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Revisão - REQUERENTE: A.J.C.S. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0218291-15.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: S.R.R.M.S. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência

e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0218302-44.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Fixação - REQUERENTE: L.S.F. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0218316-28.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Fixação - REQUERENTE: L.S.F. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0218333-64.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Fixação - REQUERENTE: A.N.R.M. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0218338-86.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Fixação - REQUERENTE: C.C.R.B. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0218758-28.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.C.C.M. - REQUERIDO: F.L.C.R. - Lauane Analu Martins Rocha, menor, representada por MILA CRISTIE COELHO MARTINS, devidamente qualificada na inicial, propôs, perante este Juízo, Ação de Alimentos, em face de FRANCISCO LAURIEL CORDEIRO ROCHA, postulando a fixação dos alimentos em 40% (quarenta por cento) do salário mínimo. Juntou os documentos de fls. 7/22. Em decisão às fls. 23, foi fixado alimentos provisórios no importe de 30% (trinta por cento) do salário mínimo. A parte demandada foi devidamente citada para apresentar defesa, todavia, deixou o prazo correr "in albis" (fls. 31). Termo de audiência às fls. 44/45. Parecer ministerial pela procedência parcial do pedido, convertendo os alimentos provisórios em definitivos. É o relatório. Decido. Deferida a Justiça Gratuita. A relação de parentesco entre as partes está devidamente evidenciada na certidão de fls. 8, que também comprova que a autora é menor. Assim, tem-se pela sujeição de ambos ao poder familiar (CC, art. 1.630) e, com isso, a obrigação alimentar da parte requerida , ínsita ao dever de criar imputado aos pais pela norma do art. 229, da Constituição da República de 1988, também pelo art. 1.634, I, do CCB. Inicialmente, cumpre salientar o presente procedimento comporta julgamento antecipado da lide, nos exatos termos do art. 355, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015. De fato, houve a citação pessoal do requerido, tendo ele se quedado inerte (fls. 29/31). Portanto, há de ser reconhecida a revelia quanto à matéria de fato, nos termos do art. 344, do CPC de 2015, passando-se a julgar o procedimento no estado que se encontra. Passo ao mérito da pretensão autoral. Com efeito, o dever de criar, é da essência do poder familiar, e função precípua dos pais. Expresso, inicialmente no ato de dar existência ao filho, concebendo-o, complementa-se com a consequente criação da prole, que implica a obrigação de garantir o bem-estar físico do filho, na qual se inclui o sustento familiar, o cuidado com a saúde e o que mais necessário for à sobrevivência. Segundo prescreve a legislação pátria, bem como de forma uníssona a jurisprudência, no momento da fixação dos alimentos devem ser observados o binômio: necessidade-possibilidade. Senão vejamos: "Ementa: ALIMENTOS. Provisórios. Fixação pelo Juízo em 1/3 dos rendimentos líquidos do alimentante. Encargo aparentemente demasiado. Redução moderada, para melhor adequação ao binômio necessidade/capacidade. Provisórios reduzidos para 25% dos rendimentos líquidos. Incidência sobre horas extras. Recuro provido em parte. (Relator(a): Teixeira Leite. Comarca: São Carlos. Órgão julgador: 4ª Câmara de Direito Privado. Data do julgamento: 24/06/2010. Data de registro: 15/07/2010) Ementa: Agravo de Instrumento. Alimentos para o cônjuge. Falta de pronta demonstração do binômio necessidade-possibilidade. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. (Relator(a): Donegá Morandini. Comarca: Rio Claro. Órgão julgador: 3ª Câmara de Direito Privado. Data do julgamento: 29/06/2010 Data de registro: 13/07/2010) Acrescento a esse binômio tão difundido na jurisprudência, um outro requisito: a proporcionalidade. Portanto, no momento da fixação dos alimentos, o julgador deve atentar para todos os fatores relativos ao caso em julgamento, com a finalidade de proferir uma decisão equânime e prudente, atendendo, em especial, aos interesses do incapaz, necessário, portanto, considerar a capacidade financeira dos pais, também as necessidades da parte alimentanda. Nos autos deste processo, o requerido, apesar de devidamente citado, não apresentou defesa, impossibilitando este Juízo, de alguma forma, em analisar detidamente a sua capacidade, ou trazendo-se à dicção da norma, a sua possibilidade de ofertar alimentos. No que tange às necessidades da autora, é de se presumir sejam as normais de pessoas em suas faixas etárias, por não haver evidências outras que levem a concluir que tenham uma necessidade especial ou qualificada de alimentos. Assim, e considerando todos estes fatores, tem-se que os alimentos devem ser fixados em definitivos no importe de 30% (trinta por cento) do salário mínimo, valor que, nos termos da prova produzida e ante a impossibilidade de se auferir os ganhos do requerido, presume-se se afigurar compatível aos recursos financeiros que possui, adequado às condições financeiras, também às necessidades dos alimentandos. Valor inferior seguramente não seria suficiente para o sustento da requerente. Pelo exposto, em consonância com o parecer ministerial, julgo procedente a pretensão deduzida na petição inicial para condenar o requerido ao pagamento de pensão alimentícia a requerente na proporção de 30% (trinta por cento) do salário mínimo, devendo ser depositado em conta bancária de titularidade da representante legal do requerente, todo dia 30 (trinta) de cada mês, com tolerância até o 5º dia útil do mês subsequente, o que faço com fundamento no art. 487, I do CPC de 2015. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 82 do Código de Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0218788-63.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: A.A.T.S. -

REQUERIDO: A.G.O.F. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0219300-12.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Família - REQUERENTE: I.M.M. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0219373-81.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.C.C.S. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0219581-65.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Revisão - REQUERENTE: C.A.O.N. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0219634-46.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Revisão - REQUERENTE: N.S.N. - REQUERIDO: A.R.F.S. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0219719-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bem de Família - REQUERENTE: R.S.T.S. - J.C.C.S. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0220250-55.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: A.L.G.F. - REQUERIDA: L.K.S.F. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0220533-44.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: M.J.M. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0220604-17.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.A.S. - REQUERIDO: J.A.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KANTHYA PINHEIRO DE MIRANDA (OAB 18032/BA) - Processo 0220832-21.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: A.T.J. - EXECUTADO: E.C.M. - Trata-se de cumprimento ajuizado como ação autônoma, no qual o credor requer a execução forçada da ordem judicial. Segundo a sistemática do artigo 513 e seguintes do Código de Processo Civil, o cumprimento de sentença se dará nos próprios autos do processo principal. Processamento indeferido de plano, facultando-se ao credor ingressar com o pedido nos autos da ação principal. Desta forma, determino a extinção do presente feito, com fulcro no artigo 485, IV, do Código de Processo Civil. Arquive-se. Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0220940-50.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - AUTORA: J.F.S. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por

homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0220973-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.S.D. - REQUERIDA: G.V.N. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0221040-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: S.O.M. - REQUERIDA: S.L.F. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0221488-75.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: D.M.P.S. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0221544-11.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Fixação - REQUERENTE: S.G.S. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0221549-04.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: G.S.P.M. - REQUERENTE: E.C.S. - REQUERIDO: J.C.Q.P. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0221561-47.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: S.G.L. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0221579-68.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.K.B.C. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0221607-36.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Família - REQUERENTE: R.O.C. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se

vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0221713-95.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: D.S.S. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0221719-05.2019.8.04.0001 - Guarda - Relações de Parentesco - REQUERENTE: R.C.S. e outro - REQUERIDO: J.S.M. - O Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, MM. Juiz de Direito Titular da 8ª Vara de Famíliada Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, Joseane da Silva Machado, brasileira, solteira, atualmente, com endereço em local incerto e não sabido, para os termos do processo em epígrafe, na qual figura como Requerente, RICARDO DA COSTA SILVA, brasileiro, casado, domiciliado e residente, na Beco Menandro Tapajós, 60, Bairro Japiim - CEP 69063-670, Manaus-AM, devendo a Sra. Joseane da Silva Machado apresentar contestação aos termos da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do decurso do presente edital. Em não apresentando contestação, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte Requerente, na petição inicial. Manaus,14 de junho de 2019..

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0221857-69.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Família - REQUERENTE: F.F.C. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0221861-09.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Dissolução - AUTOR: S.C.C.M. - REQUERENTE: E.C.M. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0221979-82.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: A.C.C. - REQUERIDA: R.C.S. - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0222009-54.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: K.S.T. - REQUERIDA: R.C.S.T. - Diante dessas considerações, com supedâneo no art. 487, I do CPC c/c art. 226, §6º da CRFB, julgo parcialmente procedente o pedido para decretar o divórcio entre as partes nos termos da inicial. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 19 do Código de Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. Transitando em julgado, expeça-se o necessário mandado de averbação/carta precatória de averbação, mantendo-se o sobrenome da Requerida obtido em razão do casamento. Após, arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0222026-56.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Família - REQUERENTE: E.L.S. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo

0222169-45.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: R.S. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0222273-37.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: C.M.D.S. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0222427-55.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: R.L.M.M. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0222511-56.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Família - REQUERENTE: W.F.S. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0222598-12.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: B.F.S. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0222601-64.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Fixação - REQUERENTE: M.A.V. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em

julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0222608-56.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.L.N.S. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0222620-70.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.C.P. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0222621-55.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Exoneração - REQUERENTE: E.C.J. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0222622-40.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: L.G.S. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0222645-83.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Fixação - REQUERENTE: P.B.C.B. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0222650-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.B.A. e outro - Requerimento de homologação de acordo para reconhecimento e dissolução de união estável. Partes qualificadas nos autos, assistidas pela Defensoria Pública. Parecer ministerial favorável. Documentação pertinente. Ponderada a situação, tem-se por razoável a homologação de plano do acordo, uma vez que restaram preservados interesses de menores. Além disso, as partes, assistidas pela Defensoria Pública assinaram a inicial. Diante disso, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0222653-60.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: P.R.S. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito

material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: JOÃO LEONEL DE BRITTO FEITOZA (OAB 1489/AM) - Processo 0222653-94.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.G.B.J. - Pedido de alvará visando o recebimento relativo a PIS/FGTS depositados junto à Caixa Econômica Federal-CEF, em nome do "de cujus", conforme documento de folhas 29. Pesquisa via Bacenjud resultou infrutífera, demonstrando apenas uma conta sem movimentação e saldo. A autora informa que o falecido deixou outros três herdeiros, dos quais um deles faleceu (folhas 15), deixando uma filha, e dois renunciaram (folhas 10 e 14) em favor da requerente. É o relatório. DECIDO. A expedição de alvará judicial é espécie de procedimento de jurisdição voluntária, regido pela Lei nº 6.858/80, onde o juiz não é obrigado a observar o critério da legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que julgar mais conveniente ou oportuna (art.723, CPC de 2015). Como os herdeiros restantes renunciaram à parte que lhes cabia do valor pleiteado, o quinhão renunciado deve ser conferido integralmente à peticionante, resguardando-se a parte devida à filha do herdeiro também falecido. Ante o exposto, diante da legitimidade da parte e a regularidade do pedido formulado, julgo procedente o pedido para deferir a expedição de alvará para o saque de 83,32% (oitenta e três inteiros e trinta e dois décimos por cento) dos valores retidos na Caixa Econômica Federal, autorizando também o encerramento da conta bancária junto ao Banco Bradesco. O valor restante deverá ser resguardado em nome da menor Yasmin de Souza Viana. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art.553 do CPC de 2015, com as respectivas sanções. Sem custas. P.R.I. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0222665-74.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.R.B.C. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0222734-09.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Família - REQUERENTE: H.S.C.L. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0222774-88.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Revisão - REQUERENTE: E.B.R. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0222784-35.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.S.A. - Vistos etc. Pedido de alvará visando o recebimento do saldo em Conta Bancária retido no Banco do Brasil, em nome do "de cujus". Conta indicada às folhas 9 por meio de cópia do cartão bancário. Requerente comprovam qualidade de filha do falecido (folhas 4). Termo de renúncia de uma herdeira em favor da requerente (folhas 10 e 11). Desnecessária a intervenção ministerial dada a inexistência de discussão acerca do interesse de declaradamente incapazes. É o relatório. DECIDO. A expedição de alvará judicial é espécie de procedimento de jurisdição voluntária, regido pela Lei nº 6.858/80 e Decreto nº 85.845, de 26 de março de 1981 , onde o juiz não está obrigado a observar o critério da legalidade estrita (art. 723, novo CPC). Diante a legitimidade das partes e a regularidade do pedido formulado, julgo procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido, cujo valor deverá ser rateado da seguinte forma: 50% do saldo da conta para a requerente e outros 50% reservados para os herdeiros Sandoval Pinheiro de Amorim Neto e Tatiana Amorim Pampolha. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do novo CPC, com as respectivas sanções. Sem custas. P.Intimem-se. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0222817-25.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - AUTOR: N.S.V. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0222934-16.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Dissolução - REQUERENTE: J.O.S. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de

acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0222987-94.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Família - REQUERENTE: C.W.A.S. e outro - Vistos etc... Trata-se de ação de investigação de paternidade com alimentos. Reconhecimento voluntário com acordo de alimentos em audiência preliminar, consoante termo de fls. 2 dos autos. Os requerentes, qualificados na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. O MP opinou favoravelmente. Sendo regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais, ficando reconhecida a paternidade de Carlos Washington Araujo da Silva em face de Laura Gabriela Souza da Silva, pelo que determino a averbação necessária com a expedição de nova Certidão junto ao cartório do 10º ofício de registro civil de pessoas naturais da Capital, com as devidas alterações nos assentamentos, com a inclusão ainda dos dados dos avós paternos, permanecendo os demais termos inalterado. Diante do exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b" do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da justiça da gratuita. Providencie-se o necessário para cumprimento. P.Intimem-se. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0223088-34.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: T.B.L. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0223130-83.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - AUTORA: R.C.S. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0223188-86.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.A.S.S. - REQUERIDO: H.W.V.S. - O Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, MM. Juiz de Direito Titular da 8ª Vara de Famíliada Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, HOSANO WALDER VIEIRA E SILVA, brasileiro, casado, atualmente, com endereço em local incerto e não sabido, para os termos do processo em epígrafe, na qual figura como Requerente, Maria Auxiliadora de Souza Silva, brasileira, casada, domiciliada e residente, na RUA SAO FRANCISCO, 20A, JAPIIM I - CEP 69078-060, Manaus-AM, devendo o Sr. HOSANO WALDER VIEIRA E SILVA apresentar contestação aos termos da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do decurso do presente edital. Em não apresentando contestação, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte Requerente, na petição inicial. Manaus, 19 de junho de 2019.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0223214-84.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: F.F.S. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0223217-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: S.T.F.F. e outro - Homologação de acordo para dissolução de união estável, com acordo de guarda, alimentos e convivência de filho menor. Parecer ministerial favorável. Requerentes qualificados nos autos. Documentação pertinente. Os documentos que acompanham a inicial ratificam e dão consistência ao pedido. As partes já haviam reconhecido junto ao cartório a união estável como se vê às fls. Em razão disso, tem-se por homologado o acordo, para se ter por dissolvida a união estável, para todos os efeitos legais. Se for o caso, providencie-se o necessário ao cumprimento. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0223221-76.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Revisão - REQUERENTE: A.V.M. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0223223-46.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.S.S. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, §

6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0223227-83.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: D.L.F. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0223228-68.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Revisão - REQUERENTE: J.A.D. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0223233-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: F.S.G. e outro - Homologação de acordo para dissolução de união estável c/c guarda, alimentos e convivência. Requerentes qualificados nos autos. Documentação pertinente. Parecer ministerial favorável. Os documentos que acompanham a inicial ratificam e dão consistência ao pedido. As partes já haviam reconhecido junto ao cartório a união estável como se vê às fls. 12 dos autos. Em razão disso, tem-se por homologado o acordo, para se ter por dissolvida a união estável, para todos os efeitos legais. Se for o caso, providencie-se o necessário ao cumprimento. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0223236-45.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: K.S.O. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0223277-12.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Revisão - REQUERENTE: M.S. - REQUERIDO: E.B.S. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0223278-94.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - AUTOR: B.C.B. - REQUERIDO: M.M.B. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida

sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0223312-69.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Família - REQUERENTE: R.R.L. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0223543-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: R.F.S. e outro - Homologação de acordo para dissolução de união estável. Requerentes qualificados nos autos. Documentação pertinente. Os documentos que acompanham a inicial ratificam e dão consistência ao pedido. As partes já haviam reconhecido junto ao cartório a união estável como se vê às fls. Em razão disso, tem-se por homologado o acordo, para se ter por dissolvida a união estável, para todos os efeitos legais. Se for o caso, providencie-se o necessário ao cumprimento. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0223661-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: R.M.A. e outro - Requerimento de homologação de acordo para reconhecimento e dissolução de união estável. Partes qualificadas nos autos, assistidas pela Defensoria Pública. Documentação pertinente. Ponderada a situação, tem-se por razoável a homologação de plano do acordo, uma vez que não existem interesses de menores ou incapazes, não havendo, por ora, obrigação alimentar nem bens a serem partilhados. Além disso, as partes, assistidas pela Defensoria Pública assinaram a inicial e acostaram declaração de testemunha. Diante disso, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: KANTHYA PINHEIRO DE MIRANDA (OAB 18032/BA) - Processo 0223672-72.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.G.S. - REQUERIDO: E.B.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0223774-26.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.B.A.A. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0223865-19.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: C.M.P.R. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0223920-67.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: A.C.M.L. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0223922-37.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Fixação - REQUERENTE: A.B.A. - REQUERIDO: G.A.A. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM), ADV: DAVI LIMA DE FREITAS (OAB 6831/PI) - Processo 0224183-36.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: D.L.F. - Oficie-se ao órgão pagador, para que suspenda os descontos realizados na folha de pagamento do requerido, conforme decisão liminar de 2° grau. Vislumbro a hipótese de julgamento antecipado da lide, em razão de processo estar suficientemente instruído por prova documental. Em razão disso, intime-se as partes, para que informem, no prazo de 10 (dez) dias, se desejam produzir outras provas, sob pena de preclusão.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0224246-27.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: A.G. e outro - Vistos etc... Trata-se de pedido de homologação de reconhecimento voluntário e paternidade com guarda, alimentos e direito de convivência. Os requerentes, qualificados na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. O MP opinou favoravelmente. Sendo regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo,

para todos os efeitos legais, ficando reconhecida a paternidade de Arunas Gumuliauskas em face de João Victor Lima da Silva, que passará a se chamar João Victor Lima Gumuliauskas, pelo que determino a averbação necessária com a expedição de nova Certidão junto ao cartório do 3 ofício de registro civil de pessoas naturais da Capital, com as devidas alterações nos assentamentos, com a inclusão ainda dos dados dos avós paternos, permanecendo os demais termos inalterado. Diante do exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b" do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da justiça da gratuita. Providencie-se o necessário para cumprimento. P.Intimem-se. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0224288-76.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: L.A.N. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0224513-96.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: P.M.O. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0224767-69.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: D.L.P. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0224776-31.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Exoneração - REQUERENTE: R.B.S. e outros - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0224831-79.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Fixação - REQUERENTE: A.P.C.B. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0224855-10.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Fixação - REQUERENTE: V.L.M. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0224859-47.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Fixação - REQUERENTE: M.M.O. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0224888-97.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - AUTORA: L.A.M.P. - REQUERIDO: T.S.L. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0224897-59.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Família - REQUERENTE: G.S.O. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por

homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0225043-03.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: A.A.S. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: MARCO AURÉLIO MARTINS DA SILVA (OAB 4849/AM) - Processo 0225050-92.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: C.S.A. - EXECUTADO: M.V.A.A. - Trata-se de cumprimento de sentença de alimentos ajuizado como ação autônoma, no qual o credor requer a execução forçada da ordem judicial. Segundo artigo 531, §2º, do Código de Processo Civil, o cumprimento de sentença de alimentos se dará nos próprios autos do processo principal. Processamento indeferido de plano. Desta forma, determino a extinção do presente feito, com fulcro no artigo 485, IV, do Código de Processo Civil. Arquive-se. Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0225059-54.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - AUTOR: J.C. - REQUERIDO: J.S.J.L. - O Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, MM. Juiz de Direito Titular da 8ª Vara de Famíliada Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, JOSEFA DA SILVA JORGE LUZ, brasileira, casada, atualmente, com endereço em local incerto e não sabido, para os termos do processo em epígrafe, na qual figura como Requerente, JOÃO COIADO, brasileiro, casado, domiciliado e residente, na Avenida DESEMBARGADOR JOÃO MACHADO, 280-B, ALVORADA I - CEP 69042-360, Manaus-AM, devendo a Sra. JOSEFA DA SILVA JORGE CRUZ apresentar contestação aos termos da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do decurso do presente edital. Em não apresentando contestação, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte Requerente, na petição inicial. Manaus,

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM) - Processo 0225237-03.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: W.F.S. - EXECUTADA: I.I.A.R.S. - Trata-se de cumprimento de sentença ajuizado como ação autônoma, no qual o credor requer a execução forçada da ordem judicial. Segundo a sistemática do artigo 513 e seguintes do Código de Processo Civil, o cumprimento de sentença se dará nos próprios autos do processo principal. Processamento indeferido de plano. Desta forma, determino a extinção do presente feito, com fulcro no artigo 485, IV, do Código de Processo Civil. Arquive-se. Intimem-se.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0225442-71.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: N.F.C. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0225501-20.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: R.A.S.C. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0225803-49.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Família - REQUERENTE: L.A.S.F. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0225869-29.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Revisão - REQUERENTE: A.F.L.A. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0225913-48.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Dissolução - REQUERENTE: J.F.O. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer

ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0225916-03.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Família - REQUERENTE: R.B.B.N. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0226058-41.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.H.S.L. e outro - REQUERIDO: F.A.L. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0226133-46.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Família - REQUERENTE: M.R.S.B. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0226321-39.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: K.L.C.B. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. O relatório, no essencial. Deferida a Justiça Gratuita. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0226658-28.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Família - REQUERENTE: K.V.D. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0226892-10.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: R.F.R. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0226894-77.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Família - REQUERENTE: J.B.G. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0226896-47.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Família - REQUERENTE: R.M.J.G. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0226962-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: S.G.L.F. e outro - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no

acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0226969-19.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: E.O.L. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: CLAUDEMIRO DE ANDRADE BENTES JÚNIOR (OAB 8219/AM), ADV: RACHEL NASCIMENTO CÂMARA DE CASTRO (OAB 5732/AM) - Processo 0227068-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERIDO: J.S.B. - Conciliação Data: 16/09/2019 Hora 11:30 Local: Sala Padrão Situacão: Pendente

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0227374-55.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Guarda - AUTOR: G.V.P. - REQUERIDA: S.M.F. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0227723-58.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: L.P.G. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0227729-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.L.S.S. e outro - Homologação de acordo para dissolução de união estável. Requerentes qualificados nos autos. Documentação pertinente. Os documentos que acompanham a inicial ratificam e dão consistência ao pedido. As partes já haviam reconhecido junto ao cartório a união estável como se vê às fls. 8. Em razão disso, tem-se por homologado o acordo, para se ter por dissolvida a união estável, para todos os efeitos legais. Se for o caso, providencie-se o necessário ao cumprimento. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: MARIA FÁTIMA LOUREIRO (OAB 1377/AM) - Processo 0227886-38.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: A.O.R. - Tem-se por homologada o acordo firmado entre as partes, ressalvadas as prerrogativas decorrentes do poder familiar e as limitações decorrentes de legislação excepcional, especialmente previdenciária, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Dispenso o prazo recursal a pedido das partes.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0227939-19.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: C.D.C. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0228095-07.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Família - REQUERENTE: M.C.L. e outro - Requerimento de homologação de acordo para reconhecimento de união estável. Partes qualificadas nos autos, assistidas pela Defensoria Pública. Documentação pertinente. Ponderada a situação, tem-se por razoável a homologação de plano do acordo, uma vez que não existem interesses de menores ou incapazes, tendo assinado a exordial juntamente com as partes duas testemunhas, assistidas pela Defensoria Pública Estadual. Diante disso, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM), ADV: ELLEN CAROLINE OLIVEIRA DE ALCÂNTARA (OAB 10616/AM) - Processo 0228362-13.2018.8.04.0001 (processo principal 0625339-91.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Transação - REQUERENTE: Raquel Rodrigues Fernandes dos Reis - REQUERIDO: D.C.S.C. - Conciliação Data: 09/09/2019 Hora 11:00 Local: Sala Padrão Situacão: Pendente

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM), ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0228555-28.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: S.A.S. e outro - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0228779-29.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Exoneração - REQUERENTE: C.A.S.T. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0229165-59.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: C.N.S.C. e outro - Requerimento de homologação de acordo para reconhecimento de união estável. Partes qualificadas nos autos, assistidas pela Defensoria Pública. Documentação pertinente. Ponderada a situação, tem-se por razoável a homologação de plano do acordo, tendo duas testemunhas assinado a exordial juntamente com as partes, assistidas pela Defensoria Pública Estadual. Diante disso, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0229993-89.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.M.G. - REQUERIDA: I.V.P.G. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P.

Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0230075-86.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Família - REQUERENTE: R.N.S.P. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0230255-05.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.M.V. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Expeça-se o competente ofício. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0230685-88.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.S.G. e outros - REQUERIDO: E.B.G. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0230720-14.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: R.C. e outros - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0230917-66.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: M.M.C.B. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0233710-46.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.B.N.S. - REQUERIDO: A.B.P.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0234108-56.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.A.Q. - REQUERIDA: W.B.Q. - Divórcio litigioso transformado em divórcio consensual, mediante condições que resguardam os interesses das partes, diante do reconhecimento da requerida pela procedência do pedido. Não há interesse de menores nem bens a partilhar. As partes estão qualificadas nos autos. Cumpridas as formalidades legais, tem-se por homologado o divórcio, nos termos e condições acordadas, excluindo-se o patronímico do cônjuge do nome da requerida, eis que esta manifestou sua vontade neste sentido. Sem custas, já deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Providencie-se. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0234361-44.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: Y.L.M.C. - REQUERIDO: C.S.C. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0234493-04.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.L.A. - REQUERIDO: D.K.A.P. - CLARISSE LUZ ALVES, menor, representada por ANA CAMILA LUZ DE SOUZA, devidamente qualificada na inicial, propôs, perante este Juízo, Ação de Alimentos, em face de DENY KEIVISON ALVES PINHEIRO, postulando a fixação dos alimentos em 26% (vinte e seis por cento) do salário mínimo. Juntou os documentos de fls. 7/12. Em decisão às fls. 13, foi fixado alimentos provisórios no importe de 26% (vinte e eis por cento) do salário mínimo. A parte demandada foi devidamente citada para apresentar defesa, todavia, deixou o prazo correr "in albis" (fls. 27). Termo de audiência às fls. 32/34. Parecer ministerial pela procedência do pedido. É o relatório. Decido. Deferida a Justiça Gratuita. A relação de parentesco entre as partes está devidamente evidenciada na Certidão de Nascimento de fls. 7, que também comprova que a autora é menor. Assim, tem-se pela sujeição de ambos ao poder familiar (CC, art. 1.630) e, com isso, a obrigação alimentar da parte requerida, ínsita ao dever de criar imputado aos pais pela norma do art. 229, da Constituição da República de 1988, também pelo art. 1.634, I, do CCB. Inicialmente, cumpre salientar o presente procedimento comporta julgamento antecipado da lide, nos exatos termos do art. 355, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015. De fato, houve a citação pessoal do requerido, tendo ele se quedado inerte (fls. 23). Portanto, há de ser reconhecida a revelia quanto à matéria de fato, nos termos do art. 344, do CPC de 2015, passando-se a julgar o procedimento no estado que se encontra. Passo ao mérito da pretensão autoral. Com efeito, o dever de criar, é da essência do poder familiar, e função precípua dos pais. Expresso, inicialmente no ato de dar existência ao filho, concebendo-o, complementa-se com a consequente criação da prole, que implica a obrigação de garantir o bem-estar físico do filho, na qual se inclui o sustento familiar, o cuidado com a saúde e o que mais necessário for à sobrevivência. Segundo prescreve a legislação pátria, bem como de forma uníssona a jurisprudência, no momento da fixação dos alimentos devem ser observados o binômio: necessidade-possibilidade. Senão vejamos: "Ementa: ALIMENTOS. Provisórios. Fixação pelo Juízo em 1/3 dos rendimentos líquidos do alimentante. Encargo aparentemente demasiado. Redução moderada, para melhor adequação ao binômio necessidade/capacidade. Provisórios reduzidos para 25% dos rendimentos líquidos. Incidência sobre horas extras. Recuro provido em parte. (Relator(a): Teixeira Leite. Comarca: São Carlos. Órgão julgador: 4ª Câmara de Direito Privado. Data do julgamento: 24/06/2010. Data de registro: 15/07/2010) Ementa: Agravo de Instrumento. Alimentos para o cônjuge. Falta de pronta demonstração do binômio necessidade-possibilidade. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. (Relator(a): Donegá Morandini. Comarca: Rio Claro. Órgão julgador: 3ª Câmara de Direito Privado. Data do julgamento: 29/06/2010 Data de registro: 13/07/2010) Acrescento a esse binômio tão difundido na jurisprudência, um outro requisito: a proporcionalidade. Portanto, no momento da fixação dos alimentos, o julgador deve atentar para todos os fatores relativos ao caso em julgamento, com a finalidade de proferir uma decisão equânime e prudente, atendendo, em especial,

aos interesses do incapaz, necessário, portanto, considerar a capacidade financeira dos pais, também as necessidades da parte alimentanda. Nos autos deste processo, o requerido, apesar de devidamente citado, não apresentou defesa, impossibilitando este Juízo, de alguma forma, em analisar detidamente a sua capacidade, ou trazendo-se à dicção da norma, a sua possibilidade de ofertar alimentos. No que tange às necessidades da autora, é de se presumir sejam as normais de pessoas em sua faixa etária, por não haver evidências outras que levem a concluir que tenham uma necessidade especial ou qualificada de alimentos. Assim, e considerando todos estes fatores, tem-se que os alimentos devem ser fixados em definitivo no importe de 26% (vinte e seis por cento) do salário mínimo, valor que, nos termos da prova produzida e ante a impossibilidade de se auferir os ganhos do requerido, presume-se se afigurar compatível aos recursos financeiros que possui, adequado às condições financeiras, também às necessidades dos alimentandos. Valor inferior seguramente não seria suficiente para o sustento dos requerentes. Pelo exposto, em consonância com o parecer ministerial, julgo procedente a pretensão deduzida na petição inicial para condenar o requerido ao pagamento de pensão alimentícia à requerente na proporção de 26% (vinte e seis por cento) do salário mínimo, devendo ser depositado em conta bancária de titularidade da representante legal do requerente, todo dia 30 (trinta) de cada mês, com tolerância até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, o que faço com fundamento no art. 487, I do CPC de 2015. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 82 do Código de Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0234528-95.2017.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Transação - REQUERENTE: M.S.S. e outro - Vistos etc...Os requerentes, qualificados na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou.O MP opinou favoravelmente.Sendo regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Julgo extinto o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b” do CPC .Sem custas face o deferimento da justiça gratuita.Providencie-se o necessário para cumprimento.P.Intimem-se.Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de acordo.Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235329-74.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.S.O.S. - Pedido de alvará visando o recebimento relativo ao PASEP, depositados junto ao Banco do Brasil, em nome do “de cujus”. Desnecessária a intervenção do Ministério Público dada a inexistência de discussão acerca do interesse de declaradamente incapazes nestes autos. É o relatório. DECIDO A expedição de alvará judicial é espécie de procedimento de jurisdição voluntária, regido pela Lei nº 6.858/80, onde o juiz não está obrigado a observar o critério da legalidade estrita (art. 723, parágrafo único, CPC de 2015). Diante a legitimidade da parte e a regularidade do pedido formulado, julgo procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido, autorizando também o encerramento das contas sem saldo localizadas pelo Bacenjud. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo. Sem custas. P.R.I. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo. Vistos etc.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235905-67.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: M.L.C.S. - REQUERIDO: A.S.B. - Vistos etc... Trata-se de ação de investigação de paternidade com guarda, alimentos e convivência. Reconhecimento voluntário com acordo de alimentos em audiência preliminar, consoante termo de fls. 27/29 dos autos. Os requerentes, qualificados na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. O MP opinou favoravelmente. Sendo regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais, ficando reconhecida a paternidade de Anirton da Silva Braga em face de Maria Laura da Costa dos Santos, que passará a se chamar Maria Laura dos Santos Braga, pelo que determino a averbação necessária com a expedição de nova Certidão junto ao cartório do 9º ofício de registro civil de pessoas naturais da Capital, com as devidas alterações nos assentamentos, com a inclusão ainda dos dados dos avós paternos, permanecendo os demais termos inalterado. Diante do exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b” do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da justiça da gratuita. Providencie-se o necessário para cumprimento. P.Intimem-se. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235911-74.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.L.S. - REQUERIDO: C.E.E.F. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0238577-48.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: B.D.M.C. e outro - REQUERIDO: P.L.S.C. - O Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, MM. Juiz de Direito Titular da 8ª Vara de Família Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, PAULO LÚCIO DA SILVA CARVALHO, brasileiro, solteiro, atualmente, com endereço em local incerto e não sabido, para os termos do processo em epígrafe, na qual figura como Requerente, ANA LÚCIA DOS SANTOS MONTANHA, brasileira, solteira, domiciliada e residente, na Rua José Tadros, nº 1031, bairro Santo Antônio, nesta cidade, Manaus-AM, CEP 69.029-510, devendo o Sr. PAULO LÚCIO DA SILVA CARVALHO apresentar contestação aos termos da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do decurso do presente edital. Em não apresentando contestação, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte Requerente, na petição inicial. Manaus,10 de julho de 2019. (E91774).

ADV: PIETRO DE HOLANDA FRANCO ALMEIDA COSTA GOMES LOPES (OAB 13804/AM), ADV: MARIJANE DA COSTA NASCIMENTO (OAB 13083/AM), ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: MÔNICA ELCIRA MERGULHÃO DAMACENA (OAB 13387/AM) - Processo 0240168-45.2018.8.04.0001 (processo principal 0210387-75.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: MAYRA DA SILVA SOUSA - REQUERIDO: DIEGO MARCOS SILVA DE AGUIAR - Sucessivos pedidos de cumprimento forçado seguidos de comprovação de pagamento. Intime-se a exequente, para que manifeste interesse no prosseguimento do feito no prazo de cinco dias. Indefiro a renúncia de fls. 31, uma vez que não há a comprovação de ciência do mandatário, na forma do artigo 112 do Código de Processo Civil.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0240263-12.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: K.P.N.S. - REQUERIDO: A.A.S.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: MARIA DE FÁTIMA LIMA DA SILVA (OAB 6785/AM), ADV: YOLANDA ANA EDELMAN (OAB 1319/AM), ADV: RONILDO APOLIANO DE OLIVEIRA (OAB 8490/AM), ADV: SIMONE WAUGHAN FREITAS DE SOUZA (OAB 11830/AM),

ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: JADILSON JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: CAMILLY MARTINS BRASIL (OAB 11085/AM) - Processo 0240379-91.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: S.G.A.A. - REQUERIDO: I.A.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado. Extinção, com fundamento no artigo 485, III, do CPC. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0240704-56.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.F.S.S. - O Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, MM. Juiz de Direito Titular da 8ª Vara de Famíliada Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, Francisco Anacleto de Souza, brasileiro, casado, atualmente, com endereço em local incerto e não sabido, para os termos do processo em epígrafe, na qual figura como Requerente, Maria de Fatima Silva Sousa, brasileira, casada, domiciliada e residente, na TRAVESSA S7, 87, C-2, Japiinlandia - CEP 69000-000, Manaus-AM, devendo o Sr. Francisco Anacleto de Souza apresentar contestação aos termos da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do decurso do presente edital. Em não apresentando contestação, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte Requerente, na petição inicial. Manaus, 19 de junho de 2019.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0241115-02.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.S.G.C. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0241868-56.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: S.B.S. - I.P.R. - REQUERIDO: S.S.R. - E.B.Q.F. - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0242380-39.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: F.R.S.D. - REQUERIDA: I.C.M.D. - Vistos etc... Ação de alimentos. Ausência da parte autora à audiência de conciliação e julgamento, embora intimada, nos termos do art. 274, § único do CPC, sendo seu dever manter atualizado seu endereço no cadastro. Diante disso, com fundamento no art. 7º da Lei de Alimentos, determina-se o arquivamento dos os autos. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0242573-54.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: B.S.C. - REQUERIDO: E.R.L. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: CRISTIANE MORAES DE OLIVEIRA (OAB 9080/AM), ADV: ALEX SANDER DE ALMEIDA ALBQUERQUE (OAB 8971/AM), ADV: IVAN WALLACE DA SILVA (OAB 8823/AM) - Processo 0242781-72.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: S.H. - Instrução e Julgamento Data: 27/08/2019 Hora 08:30 Local: Sala Padrão Situacão: Pendente

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0243032-56.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.V.M.V. - REQUERIDO: A.M.F.V. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: VALERIA DE MELO SILVA (OAB 1566/AM), ADV: MARCELO HENRIQUE CARVALHO DOS SANTOS (OAB 9848/AM) - Processo 0243041-28.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: G.B.V. - M.R.D. - Compulsando os autos, verifico que a referida questão engloba parcelas superiores aos três meses anteriores ao ajuizamento da ação, em afronta ao § 7º do art. 528 do CPC (cumprimento título judicial). Assim sendo, intime-se a representante legal do exequente, por meio do patrono legal, para, no prazo de 15 (quinze) dias, adequar o rito consoante o pedido adotado ou adequar o pedido, sob pena de indeferimento.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0243544-39.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: I.L.S. - REQUERIDO: Z.C.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0243704-64.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: C.M.N. - REQUERIDA: V.S.G. - INTSSADA: C.G.M. - Substituição de curador. Requerente qualificada nos autos. Ministério Público favorável. Consistentes as razões e não se vislumbrando situação que a impeça ou não a recomende, tem-se por deferida a substituição. Providencie-se o termo necessário. Publique-se esta no Diário Oficial. Transitando em julgado, expeça-se mandado de averbação, arquivando-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0243738-39.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.J.S.A. e outro - REQUERIDO: J.J.O.A. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: JOÃO LEONEL DE BRITTO FEITOZA (OAB 1489/AM) - Processo 0243833-69.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: O.R.M. - Pedido de alvará visando o recebimento relativo a FGTS depositados junto à Caixa Econômica Federal-CEF, em nome do "de cujus" Certidão de óbito às fls. 28. Declaração de renúncia às fls. 17/19. É o relatório. DECIDO. A expedição de alvará judicial é espécie de procedimento de jurisdição voluntária, regido pela Lei nº 6.858/80, onde o juiz não é obrigado a observar o critério da legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que julgar mais conveniente ou oportuna (art.723, CPC de 2015). Embora os requerentes ainda sejam menores, o parágrafo 1º do art. 1º da Lei nº 6.858/80 prevê que o levantamento pode ser autorizado no caso de utilização do valor para o dispêndio necessário à subsistência e educação dos mesmos. Diante da legitimidade da parte e a regularidade do pedido formulado, julgo procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido, com a concessão do valor integral do FGTS à requerente. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art.553 do CPC de 2015, com as respectivas sanções. Sem custas. P.R.I. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 9028/AM) - Processo 0243904-71.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: C.C.M. e outro - REQUERIDO: B.S.P. - Logo, a procedência do pedido se impõe, pelo que reconheço e declaro a criança CAIO CÉSAR MORAES PINHEIRO filho afetivo de KEVIN FERREIRA AQUINO, determinando seu registro como tal, fazendo incluir no registro de nascimento desta o nome do autor como genitor, bem como faça constar em sua certidão de nascimento os ascendentes paternos deste, em sistema de dupla paternidade, sem exclusão

do pai biológico de seu Assento de Nascimento. Diligências de estilo. Sem custas, face o deferimento à Gratuidade de Justiça. P.Intimem-se. Transitando em julgado, expeça-se mandado, arquivando-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0244181-87.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.M.M. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0244355-33.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: R.N.S.F. - REQUERIDA: R.S.P. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ERIKA PAIVA PONCE E SILVA (OAB 10795/AM), ADV: WELLYNGTON DA SILVA E SILVA (OAB A422/AM), ADV: RÔMULO RAFAEL SILVA CARVALHO (OAB 10504/AM) - Processo 0244603-67.2015.8.04.0001 (processo principal 0249290-63.2010.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: Emilly Laísa de Lima Albuquerque - EXECUTADO: Francisco Erberson Albuquerque dos Santos - CERTIFICO que, de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, é aberto vista à parte autora para que se manifeste, por meio de seu patrono constituído, no prazo de 10 (dez) dias úteis (art. 240 §2º do CPC), acerca da Certidão do Senhor Oficial de Justiça de folhas 167, ficando ciente de que na inobservância do prazo poderão incidir os efeitos do art. 485, III do CPC. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0244849-58.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: K.A.O.N. - REQUERIDO: K.M.N. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: MARCO AURÉLIO MARTINS DA SILVA (OAB 4849/AM) - Processo 0244912-54.2016.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: Daniele de Souza e Silva - O Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, MM. Juiz de Direito Titular da 8ª Vara de Famíliada Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, ISMAEL BIE DA SILVA, brasileiro, atualmente, com endereço em local incerto e não sabido, para os termos do processo em epígrafe, na qual figura como Requerente, Daniele de Souza e Silva, brasileira, solteira, domiciliada e residente, na Rua Dezenove de abril,, 258, São Jorge - CEP 69033-820, Fone: 99316-3646, Manaus-AM, devendo o Sr. ISMAEL BIE DA SILVA apresentar contestação aos termos da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do decurso do presente edital. Em não apresentando contestação, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte Requerente, na petição inicial. Manaus,19 de julho de 2019.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0244924-97.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: K.O.N. - REQUERIDO: L.M.N.N. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0244972-90.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.L.S.A. - REQUERIDO: E.B.A. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0245283-47.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.C.B. - REQUERIDA: L.M.F.F. - Diante dessas considerações, com supedâneo no art. 487, I do CPC c/c art. 226, §6º da CRFB, julgo procedente o pedido para decretar o divórcio entre as partes nos termos da inicial. Condeno, ainda, a parte Requerida em custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º e 19 do Código de Processo Civil, revertido ao FUNDEP (CNPJ n. 04312.369/0012-43, conta corrente n. 9229-0, Agência n. 3563-7, Banco do Brasil S/A, nos termos do art. 25, XXXIV da LCE n. 01/1990. Transitando em julgado, expeça-se o necessário mandado de averbação/carta precatória de averbação, mantendo-se o sobrenome da Requerida obtido em razão do casamento. Após, arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM), ADV: PALOMA OLIVEIRA PALERMO (OAB 416465/SP), ADV: BRUNA CAROLINA GONÇALVES BARBOSA (OAB 399949/SP) - Processo 0245333-73.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: E.Z. - Ação idêntica com tramitação na 3ª Vara Cível da Comarca de Lins, do Estado de São Paulo (Processo nº 1005799-84-2018.8.26.0322). Informada a prevenção na referida Comarca através do ofício de fls. 26/28 dos autos. Litispendência configurada, nos termos do art. 59 do CPC. Extinção do processo sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, V, do Código de Processo Civil. Sem custas. P. Intimem-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0245595-23.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.F.S. e outro - REQUERIDO: A.P.S. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0246116-65.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.C.L.S. - REQUERIDO: A.J.L.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: JOANE MENEZES DO NASCIMENTO (OAB 9409/AM) - Processo 0246505-94.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: G.A.F.L. - Vista ao patrono do exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar planilha de cálculo atualizada, em atenção à promoção ministerial de fls. 70/72, diante do lapso temporal transcorrido, a fim de evitar eventual nulidade de decreto prisional de natureza alimentar, sob pena de extinção do feito. Após, voltem-me conclusos para decisão.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0246691-73.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: G.J.C. - REQUERIDA: A.T.A.S. - “Vistos etc. Homologo o acordo firmado entre as partes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Dispenso o prazo recursal a pedido das partes.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0246920-33.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.B.L.C.M. - REQUERIDO: C.S.B.M. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento

que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0247189-72.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.L.M. - REQUERIDO: F.L.G.M.F. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM), ADV: MAURO SOCORRO MENDONÇA PINTO (OAB 10342/AM) - Processo 0247343-90.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: W.T.A. - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0247402-78.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: I.P.C. - REQUERIDO: I.P.E. e outros - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: DANILO GERMANO RIBEIRO PENHA (OAB 6077/AM) - Processo 0247547-71.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: L.S.C. - Vista ao patrono do exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar planilha de cálculo atualizada, em atenção à promoção ministerial de fls. 51/53, diante do lapso temporal transcorrido, a fim de evitar eventual nulidade de decreto prisional de natureza alimentar, sob pena de extinção do feito. Após, voltem-me conclusos para decisão.

ADV: ANÍSIO MARQUES VALENTE NETTO (OAB 13255/AM), ADV: ROSIEL LIMA MARQUES (OAB 13263/AM), ADV: LUIZ CARLOS DA SILVA SAMPAIO (OAB 983/AM) - Processo 0248230-84.2012.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Fixação - REQUERENTE: E.S.C. e outro - Homologação de acordo Defens. - alimentos, guarda e regulamentação de visitas

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0248485-66.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: D.S.S. - REQUERIDO: E.G.P. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM), ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM), ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM) - Processo 0360629-32.2007.8.04.0001 (001.07.360629-5) - Cumprimento de sentença - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: L.C.G.B. - REQUERIDO: R.O.S. - Execução de alimentos pelos ritos da constrição pessoal (prisão civil) e constrição patrimonial (penhora). Pelo rito da constrição pessoal houve o pagamento da dívida (folhas 64 a 68). Extinção, com fundamento no art. 924, inciso II do Código de Processo Civil de 2015. Transito em julgado com a publicação desta sentença uma vez que a parte autora pediu a extinção da execução por este rito (folhas 71), com a respectiva baixa e arquivamento, com as providências de estilo. O processo seguirá sob o rito da penhora. Instado a se manifestar, o Ministério Público pugnou pela aplicação das cominações legais atinentes ao rito da constrição patrimonial. Em relação às parcelas sujeitas ao rito da expropriação, consulte-se o Bacenjud, Renajud e a CEF sobre o FGTS/PIS. Resultando positivo para qualquer situação, bloqueie-se o valor ou bem para satisfação da dívida até o valor do crédito atualizado. Em seguida, penhore-se, intimando-se o devedor para manifestação em 15 (quinze) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0601644-11.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: L.F.M. - REQUERIDA: M.A.M.M. - Trata-se de Ação Revisional de alimentos formulado por LUCAS FERREIRA MIRANDA em face de BEATRIZ EMANUELLY DE MENEZES MIRANDA, representada por MARIA ALICE DE MENEZES MARTINS estando ambos devidamente qualificados nos autos, ao argumento de que houve redução na sua possibilidade econômica, postulando a redução de 30% (trinta por cento) para 20% (vinte por cento) do salário mínimo. Argumenta o autor que possui outra família, inclusive com o advento de novo filho, motivo pelo qual o valor da obrigação alimentar tornou-se acima de suas possibilidades. Pleiteia ainda a fixação de horários determinados para visitação da menor. Juntou os documentos de fls. 05/16. Efetuada tentativa de conciliação, não houve acordo, tendo sido citada a parte requerida no ato, às fls. 30/31, ofertando a contestação de fls. 32/33, na qual a requerida alega que as necessidades da menor aumentaram, e que o requerente trabalha, não havendo motivos para revisionar. Réplica às fls. 44/46. Audiência de instrução e julgamento às fls. 55/57. Ministério Público pelo acolhimento do pedido. É o relatório. Decido. Nos termos do art. 1699 do Código Civil, "se fixados os alimentos, sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, exoneração, redução ou majoração do encargo". Dispõe ainda o art. 15 da Lei 5478/68 que "a decisão judicial sobre alimentos não transita em julgado e pode a qualquer tempo ser revista, em face da modificação da situação financeira dos interessados. Diante do exposto, a fixação dos alimentos, por acordo ou por sentença, não é imutável, podendo o quantum da pensão alimentícia ser alterado em caso de superveniência de modificação das condições financeiras do alimentante ou do alimentado. Segundo o autor, em razão de alteração na sua condição financeira, por ter constituído nova família, e ainda, possuir outros dois filhos para sustentar, o valor fixado se tornou superior às suas possibilidades econômicas, postulando, com isso a diminuição para 20% (vinte por cento) do salário mínimo. Conforme tem entendido a jurisprudência, antes de se analisar os elementos do binômio alimentar (possibilidade/necessidade), há que se comprovar alteração das condições econômicas das partes, sendo certo que a simples constituição de nova família, com ou sem nascimento de filhos, por si só, não induz à procedência do pedido. In casu, o requerente demonstrou a modificação da situação que ensejou a fixação de alimentos anteriormente, com a existência de outros filhos menores, inclusive com a própria genitora da requerida, com quem o autor também mantém dever de sustento. Da instrução processual, restou evidenciado que a pensão, em face do percentual acordado, deve ser revista, pois o autor não está conseguindo efetuar o pagamento dos alimentos sem comprometer sua subsistência. Entretanto, mesmo tendo outros filhos a sustentar, é dever do genitor buscar dar o mínimo de condições de subsistência à sua prole. Deve ser ressaltado que, sob a rubrica alimentar, encontram-se gastos com alimentação, saúde, moradia, lazer, educação, vestuário, higiene, transporte e etc, de modo que a redução no patamar postulado pelo autor certamente prejudicará a parte incapaz, vez que se constitui em valor irrisório à contribuição de sua subsistência. Há que se ter em mente, também, que a obrigação de sustento dos filhos é do casal, não apenas do pai, e que a fixação do valor da pensão deve ser orientada pelo batido critério necessidade/possibilidade, de forma a não impor carência demasiada a quem necessita, nem criar transtorno de subsistência a quem tem o dever de pagar. A requerida limitou-se a pleitear a manutenção do valor, informando que a pensão atualmente fixada sequer cobre todos os gastos da filha menor. Contudo, restou evidenciado pelos depoimentos

que tanto a genitora quanto a menor residem na casa dos avós maternos da criança, o que demonstra que outros parentes auxiliam no sustento da menor, de modo que está não ficará desamparada. Com relação às visitas, parece haver um consenso firmado no sentido de que estas sejam exercidas em finais de semana alternados, conforme proposto na contestação e aceito na réplica. Assim, as visitas devem ser exercidas pelo requerente em finais de semana alternados, com início no sábado, às 08:00 horas e término aos domingos, às 18:00 horas. Desta feita, sopesando os elementos possibilidade/necessidade/proporcionalidade, em consonância com o entendimento ministerial, julgo procedente o pedido, nos termos do art. 487, I do CPC, fixando-se a pensão, por revisão, em 20% (vinte pro cento) do salário mínimo, a ser pago mensalmente, até o último dia de cada mês, com as visitas a serem exercidas na forma da fundamentação. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM), ADV: ELIAS CRUZ LIMA JUNIOR (OAB 6947/AM) - Processo 0602908-97.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: S.S.D. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: DANIEL PEREIRA PIO SUWA (OAB 9683/AM), ADV: ELIAS CRUZ LIMA JUNIOR (OAB 6947/AM), ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM), ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM) - Processo 0604577-88.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: A.F.A. - Conciliação Data: 17/09/2019 Hora 09:30 Local: Sala Padrão Situacão: Pendente

ADV: EDILSON LIMA DA SILVA (OAB 5707/AM), ADV: JADISMAR SOUZA LIMA (OAB 3307/AM) - Processo 0605276-50.2015.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Fixação - REQUERIDO: E.C.S. - Vislumbro a hipótese de julgamento antecipado da lide. Em razão disso, intimem-se as partes, para que informem se desejam produzir alguma outra prova, no prazo comum de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão.

ADV: DÉBORA DE SOUSA ALMEIDA (OAB 11740/AM) - Processo 0605509-08.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - EXEQUENTE: Y.S.L. - Em 06 de junho de 2019, de ordem do MM Juiz de Direito, Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, chama-se a ordem do processo e abre-se vista ao patrono do autor Defensoria Pública para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar acerca da certidão negativa do oficial de justiça de fls.19 .

ADV: ADRIANA DO RIO BRANCO SOUZA XAVIER (OAB 584A/AM) - Processo 0606133-57.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Lourival Batuel Moreira Pereira - Determinada a emenda à inicial, a parte autora não supriu a falta apontada pelo juízo. Com efeito, não tendo o patrono da parte autora atendido a contento a determinação judicial que determinou a emenda à inicial, ciente, ainda, da sanção que lhe seria cominada, deve ser indeferida a inicial, com fundamento no art. 321, parágrafo único e art. 330, IV, prescindindo a hipótese de maiores argumentações, pelo que a indefiro e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, I do CPC. Sem custas, face o deferimento da gratuidade da justiça. P. Intime-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0608186-11.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.A.S.O. - REQUERIDO: R.N.S. - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: ELIAS CRUZ LIMA JUNIOR (OAB 6947/AM), ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM) - Processo 0608236-08.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: B.G.B. - REQUERIDO: C.V.Q.N. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado. Extinção, com fundamento no artigo 485, III, do CPC. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0608731-52.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: V.L.S.P. - Diante de tal quadro apresentado, considerando que os interesses da menor deve ser protegido com absoluta prioridade (Art. 227 C.F.), julgo procedente o pedido para deferir a guarda excepcional da adolescente HANNA CLARSSE TAVARES FERREIRA em favor de VANIA LÚCIA SILVA DE PAIVA, sem a repercussão previdenciária, prevista no §3º do art. 33 do ECA.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0608988-43.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: S.R.V.A. - REQUERIDO: O.A.C. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0611167-47.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.L.C.F. - REQUERIDO: E.C.L. - Vistos etc... Trata-se de ação de divórcio litigioso onde a parte Requerente pleiteia a concessão do divórcio, a partilha de dois bens, a guarda compartilhada de suas duas filhas, bem como alimentos em favor das menores. Partes identificadas acima e qualificadas nos autos. Juntou os documentos de fls. 07/17. Regularmente citado, o requerido deixou transcorrer em branco o prazo para apresentar defesa. Realizada audiência de instrução e julgamento, as partes foram ouvidas, tendo o requerido comparecido espontaneamente, ocasião em que juntou os documentos de fls. 51/67. Parecer ministerial às fls. 68/70 , opinando pela procedência do pedido de divórcio, fixação de guarda compartilhada com domicílio de referência sendo o lar paterno, e indeferimento do pedido de alimentos. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida para ambas as partes. A emenda constitucional de n. 66/2010 modificou a sistemática de dissolução dos casamentos, retirando a necessidade de prévia separação judicial ou de fato para a decretação do divórcio, bastando a inequívoca manifestação de vontade no sentido de por fim à sociedade conjugal. A parte Requerente manifestou-se de forma livre acerca de sua pretensão de extinguir o vínculo conjugal, fato este não contestado pela requerida. Com relação à guarda, a autora, em seu depoimento pessoal, informa que as filhas passaram a residir com o requerido, pugnando que deseja que seja tal situação mantida. Dessa forma, entendo que a guarda deve ser fixada de forma compartilhada, com domicílio de referência no lar do genitor, devendo a convivência das filhas com a genitora ser exercida de forma livre, desde que o faça mediante prévia comunicação. Em relação aos alimentos, considerando que é o requerido quem permanecerá com as menores a maior parte do tempo, pressupõe-se que este atenda diretamente às necessidades das filhas, de modo que indefiro o pedido de fixação de alimentos. No que tange à partilha de bens, a autora arrolou na inicial um bem imóvel e um veículo. No que tange ao bem imóvel, restou demonstrado que o bem está registrado no nome de terceira pessoa, tendo o proprietário falecido, e não tendo sido realizado o inventário e a partilha do bem, de modo que o que há é mera posse irregular do bem, a qual não pode ser partilhada entre as partes. Com relação ao veículo, este era financiado por ocasião do divórcio, tendo a autora informado que o bem foi devolvido pelo requerido ao banco, o que foi confirmado pelo documento de fls. 51/52, de modo que, como a propriedade jamais foi efetivada, não há que se falar em partilha. Diante dessas considerações, com supedâneo no art. 487, I do CPC c/c art. 226, §6º da CRFB, julgo parcialmente procedente o pedido para decretar o divórcio entre as partes nos termos acima fixados, com guarda compartilhada e visitas nos termos da fundamentação, e indeferindo em sua totalidade o pedido de partilha de bens. Sem custas, face o deferimento da gratuidade de justiça para ambas as partes. Transitando em julgado, expeça-se o necessário mandado de averbação, com a observância de que a autora voltará a utilizar o nome de solteira. Após, arquive-se,

com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0611807-84.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Dissolução - REQUERENTE: M.S.S. e outro - Trata-se de petição revisional de alimentos atravessada em processo de divórcio consensual sentenciado e arquivado. Intime-se o patrono do requerente para, em querendo, formular ação própria, sob o crivo da distribuição, vez que não se trata de questão dependente ao processo principal, não podendo ser formulada nova demanda em autos já sentenciados e arquivados. Após, mantenham-se os autos arquivados.

ADV: ROSIMEIRE DE OLIVEIRA BARBOSA (OAB 9049/AM) - Processo 0614494-05.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - REQUERENTE: L.L.L.P. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: JOSAFÁ FERNANDES DE MELO (OAB 9525/AM), ADV: LUANA ANDRADE MELO (OAB 12282/AM), ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0614556-40.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: L.G.C. - REQUERIDO: N.A.N. - Ante o exposto, e com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, julgo parcialmente procedente o pedido de partilha de bens, na forma da fundamentação. Com relação ao pedido de alimentos, extingo a demanda sem análise do mérito, conforme o disposto no artigo 485, IV, do Código de Processo conforme acima fundamentado.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0614624-53.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.R.S. - REQUERIDA: A.R.S. e outros - Vistos etc... Trata-se de ação de alimentos formulada pelo requerente, acima epigrafado, em face de seus filhos. Conforme termo de audiência de fls. 39/41, houve acordo com relação a um desses filhos. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Por se tratar de acordo parcial, o processo prosseguirá em relação aos outros réus. Intime-se a Defensoria Pública, para que se manifeste quanto à certidão de oficial de justiça de fls. 42, no prazo de 20 (vinte) dias, já contados em dobro. Quanto ao requerido Sebastião Solaste Filho, decreto sua revelia, com a incidência dos feitos do artigo 344 do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM), ADV: MARCO AURÉLIO MARTINS DA SILVA (OAB 4849/AM) - Processo 0614710-34.2013.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.R.G. e outro - Trata-se de pedido de modificação de guarda formulado em processo já arquivado. Como é sabido, os pedidos de tal espécie devem ser formulados em ação própria, de livre distribuição.Por conta disso, deixo de analisar o pedido de fls. 52/60. Publique-se. Intime-se. Após, arquivem-se os autos.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0616776-45.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.L.B.R. - REQUERIDO: C.J.A.R. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: MÁRCIA MONTEIRO ALVES VAILANTE (OAB 10333/AM), ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0617922-87.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: O.G.S. - REQUERIDO: M.S.A.S. - Conciliação Data: 10/09/2019 Hora 10:00 Local: Sala Padrão Situacão: Pendente

ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN) - Processo 0618014-31.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - ALIMENTAND: P.W.S.A. - Compulsando os autos, verifico que a referida questão engloba parcelas superiores aos três meses anteriores ao ajuizamento da ação, em afronta ao § 7º do art. 528 do CPC (cumprimento título judicial). Assim sendo, intime-se a representante legal do exequente, por meio do patrono legal, para, no prazo de 15 (quinze) dias, adequar o rito consoante o pedido adotado ou adequar o pedido, sob pena de indeferimento.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0618142-85.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: P.S.R. - REQUERIDA: A.M.R. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 9028/AM) - Processo 0618918-22.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: M.D.B.M. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0619323-63.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - REQUERENTE: S.C.P. - REQUERIDO: I.C.B. - Intime-se o executado para, no prazo de 3 (três) dias, se manifestar acerca da petição de fls. 164/165, dando conta acerca de saldo remanescente, efetuando o pagamento do mesmo ou provando que o fez, a fim de que os presentes autos sejam extintos, sob pena de retomada do curso normal da ação e incidência dos efeitos pertinentes ao rito. Após decurso do prazo, com ou sem manifestação, voltem-me conclusos.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0619938-48.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.F.B.F. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0621468-53.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.M.S.N. - REQUERIDA: T.V.N. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0621690-21.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.P.M. - REQUERIDA: M.R.S. - O Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, MM. Juiz de Direito Titular da 8ª Vara de Famíliada Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, Marines Rodrigues da Silva, brasileira, solteira, atualmente, com endereço em local incerto e não sabido, para os termos do processo em epígrafe, na qual figura como Requerente, Mauricio Pereira Motta, brasileiro, solteiro, domiciliado e residente, na Rua Madre de Deus (Antiga Rua 11), 05, Lirio do Vale I - CEP 69038-282, Manaus-AM, devendo o Sra. Marines Rodrigues da Silva apresentar contestação aos termos da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do decurso do presente edital. Em não apresentando contestação, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte Requerente, na petição inicial. Manaus,10 de junho de 2019.

ADV: HELOÍSA HELENA QUEIROZ DE MATOS CANTO (OAB 9056/AM) - Processo 0623785-29.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: K.B.C. - REQUERIDO: J.H.N.C. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado. Extinção, com fundamento no artigo 485, III, do CPC. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se

baixa e arquivamento.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM), ADV: REGINA JANSEN SIMÕES (OAB 1086/AM) - Processo 0624450-40.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: D.N.B. - REQUERIDA: C.S.N. - Diante do exposto, em consonância com o parecer ministerial, tem-se por acolhido parcialmente o pedido formulado, declarando-se a existência de união estável entre a autora e o réu no período de 2006 a fevereiro de 2018, reconhecendo ao autor o direito à indenização referente a metade do valor das benfeitorias realizadas, valor este a ser definido em sede de liquidação de sentença.

ADV: ALEXANDRE NONATO COELHO DE SOUZA (OAB 14010/AM) - Processo 0624990-54.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: K.S.M. - C.D.M.S. - REQUERIDO: J.H.C.S. - Trata-se de cumprimento de sentença de alimentos ajuizado como ação autônoma, no qual o credor requer a execução forçada da ordem judicial. Segundo artigo 531, §2º, do Código de Processo Civil, o cumprimento de sentença de alimentos se dará nos próprios autos do processo principal. Processamento indeferido de plano. Desta forma, determino a extinção do presente feito, com fulcro no artigo 485, IV, do Código de Processo Civil. Arquive-se. Intimem-se.

ADV: GESIEL BARBOZA SANTOS (OAB 1514/RR) - Processo 0625322-89.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDO: J.C.P. - Vistos etc... Anny Gabrielle Silva Carvalho, representada por sua genitora, Kellen Pinheiro da Silva, devidamente qualificada na inicial, propôs, perante este Juízo, Ação Revisional de Alimentos, em face de Jamilde Carvalho Pinto, alegando, em poucas palavras, que o valor atualmente pago à titulo de alimentos é insuficiente para as despesas, postulando, com isso, a majoração da obrigação alimentícia de 28% (vinte e oito por cento) para 30% (trinta por cento) do valor de sua aposentadoria. Juntou os documentos de fls. 03/11. Efetuada tentativa de conciliação, a mesma restou frustrada, tendo sido citada a parte requerida no ato às fls. 27/28, tendo contudo o réu quedado-se inerte, motivo pelo qual lhe foi decretada a revelia. Termo de audiência às fls. 33/34. Oitiva da parte autora. Em ofício encaminhado a este juízo, o INSS informou o valor recebido pelo requerido, conforme fls. 53/55. Em parecer, o MP opinou pela procedência da pretensão. É o relatório. Decido. Segundo prescreve a legislação pátria, bem como de forma uníssona a jurisprudência, no momento da fixação dos alimentos devem ser observados o binômio: necessidade-possibilidade. Assim, sendo esse o fator preponderante para que sejam fixados os alimentos, o deve ser também no momento de sua modificação, tanto para mais quanto para menos, na ótica do postulante. Logo, para se revisar a pensão já arbitrada, ou acordada, deve ficar devidamente demonstrada uma modificação substancial na possibilidade do alimentante e na necessidade do alimentado, a fim de ser resguardado o equilíbrio na equação. No caso dos autos restou demonstrada a modificação da situação fática anterior pois como foi explicitado pela parte autora, as necessidades da menor aumentaram, sem o consequente aumento do valor do patrimônio. Há que se ter em mente que a obrigação de sustento dos filhos é do casal, não apenas do pai, e que a fixação do valor da pensão deve ser orientada pelo batido critério necessidade/possibilidade, de forma a não impor carência demasiada a quem necessita, nem criar transtorno de subsistência a quem tem o dever de pagar. Nesse sentido, o aumento de 2% da alíquota já paga não se mostra desproporcional ou desarrazoado, ainda mais pelo fato do requerido sequer ter demonstrado nos autos sua irresignação. Pelo exposto, conforme fundamentação supra, em consonância com o parecer ministerial, julgo procedente a pretensão deduzida na petição inicial, o que faço com fundamento no art. 487, I do CPC, fixando os alimentos no aporte de 30% (trinta por cento) de seus proventos de aposentadoria, desconsiderados os descontos legais obrigatórios. Isento das custas. Expeça-se o termo para desconto direto da fonte pagadora. P. Intimem-se. Transitando em julgado arquivem-se com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0625441-16.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: A.S.O. - REQUERIDA: Z.S.O. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM), ADV: NORMA BARBOZA ARAÚJO (OAB 2845/AM) - Processo 0626250-74.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: A.B.M. - REQUERIDO: E.T.C. - ASSISTIDA: E.M.C. - C.E.M.C. - Diante do exposto, o MM. Juiz de Direito desta Vara, passou a proferir o seguinte despacho:" Vista ao Requerido mediante sua advogada constituída no prazo de 5 (cinco) dias uteis para apresentar certidão de óbito do Requerido, após apresentação nos autos, retorne aos autos conclusos para sentença".

ADV: LUIS PAULO CAVALCANTE (OAB 5746/AM) - Processo 0626942-39.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: P.A.C.C. - Acato a emenda de fls. 83/84. Havendo sinalização das partes em celebração de acordo, intime-se o requerido, através de seu patrono, para se manifestar acerca da contraproposta ofertada pelo requerente, ficando desde já ciente da conta corrente requestada e informada pelo mesmo às fls. 84 dos autos. À Secretaria para as diligências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0627527-23.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Dissolução - REQUERENTE: Marcelo Alencar Matos Neto - REQUERIDA: Bruna Esteves Reis - Homologação de acordo para dissolução de união estável. Requerentes qualificados nos autos. Documentação pertinente. Os documentos que acompanham a inicial ratificam e dão consistência ao pedido. As partes já haviam reconhecido junto ao cartório a união estável como se vê às fls. 2. Em razão disso, tem-se por homologado o acordo, para se ter por dissolvida a união estável, para todos os efeitos legais. Se for o caso, providencie-se o necessário ao cumprimento. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: NELCINEILA BATISTA DE OIIVEIRA (OAB 5779/AM) - Processo 0627629-45.2019.8.04.0001 - Interdição - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Laura Suely Cardoso Marques - REQUERIDO: Ramiro Alves Marques - Vista ao patrono do requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar acerca da promoção ministerial de fls. 19, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito. Após, nova vista ao MP.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0628976-50.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: R.S.S. - REQUERIDA: R.L.O. - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0629408-69.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.S.S. - REQUERIDO: R.C.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0629413-91.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: L.F.C.S. - REQUERIDA: J.S.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0630206-30.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.P.M. - REQUERIDA: M.M.S.M. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM) - Processo 0630955-52.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: S.N.M.N. - Vista ao patrono do exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar planilha de cálculo atualizada, em atenção à promoção ministerial de fls. 43/45, diante do lapso temporal transcorrido, a fim de evitar eventual nulidade de decreto prisional de natureza alimentar, sob pena de extinção do feito. Após, voltem-me conclusos para decisão.

ADV: THEO EDUARDO RIBEIRO FERNANDES MOREIRA DA COSTA (OAB 14088O/MT) - Processo 0631578-19.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: E.T.B. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado. Extinção, com fundamento no artigo 485, III, do CPC. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0632944-88.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.L.S. - REQUERIDO: J.V.R. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: CLAUDOMILTON ROBERTO DA SILVA (OAB 10291/AM), ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM) - Processo 0633036-08.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERIDO: P.M.S. - Cumprimento de sentença. Às fls. 125, consta declaração da exequente, firmada no balcão desta secretaria, informando que a pensão alimentícia cobrada foi adimplida em sua integralidade. Objeto da ação de cumprimento de sentença cumprido pela parte adversa. Expeça-se alvará de soltura/contramandado de prisão, colocando-se o acusado imediatamente em liberdade, salvo se por outro motivo não estiver preso. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM), ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0633795-98.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.N.C.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0635979-56.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.A.R.V. - REQUERIDO: R.A.A.O. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0637648-47.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.M.R. - REQUERIDA: A.C.S.S.R. - Divórcio litigioso transformado em divórcio consensual, mediante condições que resguardam os interesses das partes. As partes estão qualificadas nos autos. O Ministério Público opinou favoravelmente. Cumpridas as formalidades legais, tem-se por homologado o divórcio, nos termos e condições acordadas. Sem custas, já deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Providencie-se. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0638561-29.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.C.F. - REQUERIDO: M.M.M. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0638960-29.2016.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: C.C.L. - O Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, MM. Juiz de Direito Titular da 8ª Vara de Famíliada Comarca de Manaus, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, Maria Conde de Lima, brasileira, atualmente, com endereço em local incerto e não sabido, para os termos do processo em epígrafe, na qual figura como Requerente, César Conde de Lima, brasileiro, casado, domiciliado e residente, na Rua Coronel Gonzaga, 218, casa 07, Educandos - CEP 69070-380, Manaus-AM, devendo a Sra Maria Conde de Lima apresentar contestação aos termos da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do decurso do presente edital. Em não apresentando contestação, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte Requerente, na petição inicial. Manaus,16 de julho de 2019.

ADV: ANA KAROLINE DOS SANTOS PINTO (OAB 23762/CE) - Processo 0640561-36.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fatos Jurídicos - REQUERENTE: L.F.S. - Intime-se o requerido pessoalmente para, em 3 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de protesto e decretação da prisão civil no prazo de 1 (um) a 3 (três) meses, nos termos, para os fins e com a advertência dos §§ 1º a 7º do art. 528 do Código de Processo Civil. Informe-se, ainda, que por se tratar de procedimento executório de prestação continuada, são devidas, inclusive as prestações que se vencerem no curso do processo. Caso o requerido nada providencie, expeça-se certidão, para protesto pelo requerente. Fixam-se os honorários em 20% (vinte por cento) do valor da execução, reduzidas de metade, no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0640711-80.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.S.A. - REQUERIDO: C.E.T.F. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0641119-42.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.F.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ERIVELT SABINO DE ARAÚJO (OAB 7920/AM), ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0641223-34.2016.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERIDO: Z.C.L. - Considerando a vontade do requerido de realizar o exame de DNA, e ainda, o disposto no termo de audiência de fls. 124/125, determino a designação de nova audiência para coleta de material genético, na comarca de Manaus-AM, com a ressalva de que, em não comparecendo o requerido, serão mantidos os efeitos da presunção de paternidade, já determinado nos autos. Após designação, intimem-se as partes, devendo o requerido ser intimado por meio de seu advogado.

ADV: ERIVELT SABINO DE ARAÚJO (OAB 7920/AM), ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0641223-34.2016.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: N.F.T. - I.F.T. - REQUERIDO: Z.C.L. - Audiência p/ coleta de material genético Data: 10/09/2019 Hora 09:00 Local: Sala Padrão Situacão: Pendente

ADV: ELIAS CRUZ LIMA JUNIOR (OAB 6947/AM), ADV: GUSTAVO LINHARES RODRIGUES (OAB 31361/BA) - Processo 0641346-32.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

- Fixação - REQUERENTE: D.R.A. e outro - REQUERIDO: D.S.A. - Com relação às possibilidades do requerido, em sua contestação de fls. 22/31 informa que está desempregado e que trabalha de forma autônoma, realizando "bicos", auferindo em média mensalmente a quantia de R$ 300,00 (trezentos reais), morando de favor em um quarto separado na casa de sua mãe, pelo que oferta a quantia de 16% (dezesseis por cento) do salário mínimo. Promoveu a juntada de documentos que indicam que está sem emprego formal desde 2015 (fls. 46/47). Diante do exposto, em atenção ao trinômio alimentar, julgo parcialmente procedente, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, fixando a guarda da filha Deysiane Rabelo Alves em favor de Neusiete de Oliveira Rabelo, com visitas em fins de semana alternados, na forma acima descriminada e fixada por este Juízo, com fixação dos alimentos em 16% (dezesseis por cento) do salário mínimo, a ser pago pelo requerido todo dia 30 (trinta) de cada mês, podendo ser pago até o quinto dia útil do mês subsequente, mediante depósito na conta indicada na exordial, pelo que ante a prova produzida, presume-se se afigurar compatível aos recursos financeiros que possui, adequado às condições financeiras, também às necessidades da parte alimentanda. Valor inferior seguramente não seria suficiente para o sustento do requerente. Sem custas, face o deferimento à gratuidade da Justiça. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0641769-89.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.C.L. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0648045-68.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.C.N. - ALIMENTAND: E.K.C.P. - REQUERIDO: B.C.S.P. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe e pertinentes ao ato. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0651816-54.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: K.S.A. - REQUERIDO: P.J.Q.R.J. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0652209-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: N.M.C.M. - REQUERIDO: J.G.F. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0653716-72.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: N.S.S. - REQUERIDO: F.S.M. - Vistos etc... Ação de alimentos. Ausência da autora à audiência de conciliação e julgamento, embora intimada. Diante disso, com fundamento no art. 7º da Lei de Alimentos, determina-se o arquivamento dos os autos. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0654676-28.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.R.S. - REQUERIDA: P.A.F. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0654706-63.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: P.N.N.H. - REQUERIDO: D.F.H. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0654737-83.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: P.P.M.L. - REQUERIDO: M.C.O. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0655211-54.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.T.O. - REQUERIDO: D.M.O. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0656822-42.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: F.F.M.N. - REQUERIDA: P.G.S.N. - Vistos etc... Ação de alimentos. Ausência da autora à audiência de conciliação e julgamento, embora intimada conforme art.274 paragrafo único do CPC/2015. Diante disso, com fundamento no art. 7º da Lei de Alimentos, determina-se o arquivamento dos os autos. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0660544-84.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: G.R.B. - ASSISTIDA: B.S.L. - REQUERIDO: F.L.S.S.J. - DESPACHO Trata-se de ação de guarda excepcional. Torno sem efeito a determinação anterior. Apesar de ter sido localizado, via SIEL e INFOJUD, o endereço do genitor ora requerido, a avó paterna ora requerente compareceu na Secretaria desta vara e declarou, de próprio punho, que o mesmo se encontra em local incerto e não sabido, reiterando o pedido de citação editalícia, sendo responsável por sua declaração nos termos do art. 258 do CPC de 2015. Paute-se data para audiência preliminar, com a ressalva de que, em havendo discordância, as partes requeridas já saem devidamente citadas, cujo prazo para contestação será contado a partir da audiência, sob pena de revelia. Cite e intime a genitora ora requerida por mandado e cite-se e intime-se o genitor ora requerido por edital, para comparecer à audiência de conciliação em data a ser aprazada, bem como para intimar a autora, a Defensoria Pública e o Ministério Público, na forma da lei. Diligências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0660571-67.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.B.S. - REQUERIDO: O.V.L.F. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código

de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADILSON LOUIS CORRÊA RAMOS (OAB 11221/AM)
Adnilso Gomes Nery (OAB 4124/AM)
Adriana do Rio Branco Souza Xavier (OAB 584A/AM)
Alex Sander de Almeida Albquerque (OAB 8971/AM)
Alexandre Nonato Coelho de Souza (OAB 14010/AM)
Aline Andrade de Castro (OAB 9236/AM)
Allani Priscila Araújo Cardoso da Silva (OAB 4537/AM)
Ana Karoline dos Santos Pinto (OAB 23762/CE)
Ana Regina Souza (OAB 1797/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Anísio Marques Valente Netto (OAB 13255/AM)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB 4368/AM)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Bruna Carolina Gonçalves Barbosa (OAB 399949/SP)
Camilly Martins Brasil (OAB 11085/AM)
Claudemiro de Andrade Bentes Júnior (OAB 8219/AM)
Claudomilton Roberto da Silva (OAB 10291/AM)
Cristiane Moraes de Oliveira (OAB 9080/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daniel Pereira Pio Suwa (OAB 9683/AM)
Danielle Nunes Amorim (OAB 8981/AM)
Danilo Germano Ribeiro Penha (OAB 6077/AM)
Davi Lima de Freitas (OAB 6831/PI)
David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
DÉBORA DE SOUSA ALMEIDA (OAB 11740/AM)
Domingos Nunes de Oliveira (OAB 13940/AM)
Edilson Lima da Silva (OAB 5707/AM)
Elias Cruz Lima Junior (OAB 6947/AM)
Ellen Caroline Oliveira de Alcântara (OAB 10616/AM)
Erika Paiva Ponce e Silva (OAB 10795/AM)
Erivelt Sabino de Araújo (OAB 7920/AM)
Eudésia Lins Mayer (OAB 2123/AM)
Georgete de Castro Duarte (OAB 9249/AM)
Gesiel Barboza Santos (OAB 1514/RR)
Gizelly Carreiro de Aquino Soares (OAB 9173/AM)
Gustavo Linhares Rodrigues (OAB 31361/BA)
Heloísa Helena Queiroz de Matos Canto (OAB 9056/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 6174/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 9028/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Ivan Wallace da Silva (OAB 8823/AM)
Jadilson José Chaves da Costa (OAB 10490/AM)
Jadismar Souza Lima (OAB 3307/AM)
Joane Menezes do Nascimento (OAB 9409/AM)
João Leonel de Britto Feitoza (OAB 1489/AM)
Josafá Fernandes de Melo (OAB 9525/AM)
Kanthya Pinheiro de Miranda (OAB 18032/BA)
Karlla Alynne Queiroz de Souza (OAB 308881/SP)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Luana Andrade Melo (OAB 12282/AM)
LUIS PAULO CAVALCANTE (OAB 5746/AM)
Luiz Carlos da Silva Sampaio (OAB 983/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Marcelo Henrique Carvalho dos Santos (OAB 9848/AM)
Márcia Monteiro Alves Vailante (OAB 10333/AM)
Marco Aurélio Martins da Silva (OAB 4849/AM)
Maria de Fátima Lima da Silva (OAB 6785/AM)
Maria Fátima Loureiro (OAB 1377/AM)
Marijane da Costa Nascimento (OAB 13083/AM)
Mauro Socorro Mendonça Pinto (OAB 10342/AM)
Max Eduardo Vieira Sarubi (OAB 9540/AM)
MICHELE BRAGA MIRANDA (OAB 8224/AM)
Michelle Melo Barbosa (OAB 2648/AM)
Mônica Elcira Mergulhão Damacena (OAB 13387/AM)
Nelcineila Batista de Oliveira (OAB 5779/AM)
Norma Barboza Araújo (OAB 2845/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Paloma Oliveira Palermo (OAB 416465/SP)
Pietro de Holanda Franco Almeida Costa Gomes Lopes (OAB 13804/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Rachel Nascimento Câmara de Castro (OAB 5732/AM)
Regina Jansen Simões (OAB 1086/AM)
Roger Moreira de Queiroz (OAB 2909/AM)
Rômulo Rafael Silva Carvalho (OAB 10504/AM)
Ronaldo Nunes Maduro Junior (OAB 13428/AM)
Ronildo Apoliano de Oliveira (OAB 8490/AM)
Rosiel Lima Marques (OAB 13263/AM)
Rosimeire de Oliveira Barbosa (OAB 9049/AM)
Simone Waughan Freitas de Souza (OAB 11830/AM)
Theo Eduardo Ribeiro Fernandes Moreira da Costa (OAB 14088O/MT)
Valeria de Melo Silva (OAB 1566/AM)
Wellyngton da Silva e Silva (OAB A422/AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 11584/RN)
Yolanda Ana Edelman (OAB 1319/AM)

VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA ESTADUAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA ESTADUAL

JUIZ(A) DE DIREITO MARCO A P COSTA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL BERNARDO JOSÉ NORONHA ANTUNES

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0050/2019

ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0006920-45.1995.8.04.0012 (012.95.006920-0) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERIDO: Coremel Com. Rep. Exp. Ltda. - HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 146/159) referente a CDA n° 000549/95 (pedido n° 42394-7). Ato continuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supracitado. Cumpra-se

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0020465-60.2010.8.04.0012 (012.10.020465-4) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Estado do Amazonas - HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 206/215) referente a CDA n° 003454/99 (pedido n° 42720-9). Ato continuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supracitado. Cumpra-se

ADV: LUIZ ROBERTO FRANKLIN MUNIZ JÚNIOR (OAB 6791/AM), ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0031197-03.2010.8.04.0012/01 (012.10.031197-3/00001) - Incidentes - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Manaus Energia S/A - EMBARGADO: Estado do Amazonas - Pelo exposto, determino a expedição de precatório complementar da parcela incontroversa. Cumprida a medida, voltem-me os autos conclusos para apreciação da parcela controvertida. P.R.I.C. Manaus, 03 de julho de 2019. Marco A P Costa JUIZ DE DIREITO

ADV: SUELY MARIA VIEIRA DA ROCHA BARBIRATO (OAB 1336/AM) - Processo 0043631-24.2010.8.04.0012 (012.10.043631-8) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Estado do Amazonas - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 149/159) envolvendo a CDA nº 3540/00, 3543/00 e 4195/00 (pedido nº 42723-3), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 03 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM), ADV: LUIS EDUARDO PESSOA PINTO (OAB 922A/AM) - Processo 0203294-76.2009.8.04.0001 (001.09.203294-0) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução -

EXECUTADA: Comercial Bahiano Ltda - Isto posto, converta-se o montante em penhora, sem necessidade de lavratura de termo, com a devida transferência dos numerários para uma conta vinculada ao juízo da execução, nos termos do artigo 854, § 5º do Código de Processo Civil. Após, intime-se a Executada, através do seu causídico devidamente constituído nos autos, via DJ-e, para apresentar embargos à execução fiscal no prazo legal, caso queira. À secretaria para providências de praxe. P.I.C Manaus, 26 de novembro de 2018. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0203704-71.2008.8.04.0001 (001.08.203704-4) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 54/66) envolvendo a CDA nº 47/08 (pedido nº 42405-6), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 03 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: MÁRCIA CRISTINA BARRETO DOS SANTOS (OAB 39286/DF), ADV: MATHEUS OLIVEIRA MACHADO (OAB 51.459/DF), ADV: RALPH CAMPOS SIQUEIRA (OAB 13405/DF), ADV: RALPH CAMPOS SIQUEIRA FILHO (OAB 46448/DF), ADV: RALPH CAMPOS SIQUEIRA FILHO (OAB 46.448/DF) - Processo 0205904-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados - FENAJUD - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos, etc. Recebo a presente ação. Custas processuais recolhidas (vide fl. 317). Acautelo-me quanto ao julgamento do pedido de tutela provisória para momento posterior ao contraditório. Cite-se o Estado do Amazonas, via portal eletrônico, para que no prazo de 30 (trinta) dias, adite ou adeque sua contestação, caso queira. Intime-se o Ministério Público do Estado do Amazonas, pelo meio cabível, para que no prazo de 30 (trinta) dias, opine no presente feito. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se. Manaus, 11 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: MANOEL DO CARMO NEVES SILVA (OAB 284/AM), ADV: THIAGO ASSIS DA SILVA MONTEIRO (OAB 12725/AM), ADV: LISIEUX RIBEIRO LIMA (OAB 4486/AM) - Processo 0219129-36.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - IMPETRANTE: Raimunda Ribeiro Barros - DESPACHO Intimem-se as partes, pelos meios cabíveis, para que no prazo de 30 (trinta) dias, requeiram o que lhes forem de direito. P.I.C. Manaus, 05 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: EDNILSON PIMENTEL MATOS (OAB 1799/AM), ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0220993-17.2008.8.04.0001 (001.08.220993-7) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXECUTADO: Paulo da Cunha Freire - DISPOSITIVO Ante o exposto, aplicando-se o artigo 156, inciso V do CTN c/c artigo 40 da LEF c/c REsp nº 1.340.553, declaro a prescrição intercorrente e a consequente extinção do presente feito, nos termos da fundamentação. Sem constrições a serem levantadas. Custas devidas pelo Ente Federativo o qual é isento, conforme Lei nº 2.678, de 19 de Setembro de 2001. Sem interposição de recurso no prazo legal, dê-se baixa. P.I.C. Manaus, 31 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: FREDERICO COSME PEREZ MELHADO (OAB 131390/RJ), ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM), ADV: MARCIO BATISTA PEREIRA (OAB 69181/RJ) - Processo 0234441-13.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0607372-38.2015.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EMBARGANTE: Petrobras Distribuidora S.A - Intime-se a parte interessada para, no prazo de 5 dias, falar sobre a proposta de honorários periciais, no molde do art. 465, § 3º do CPC. P.R.I.C. Manaus, 10 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: LUCIANO DE ALMEIDA SOUZA COELHO (OAB 9919/AM), ADV: MICHELLE NASCIMENTO DA SILVA TACHY (OAB 830A/AM) - Processo 0240027-75.2008.8.04.0001 (001.08.240027-0) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Claro S/A - "CLARO" - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Intimem-se as partes, para manifestarem interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 10 (dez) dias, pelo meios cabíveis. À secretaria com às cautelas de praxe. PRI Manaus, 16 de julho de 2019. Marco A P Costa

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0240882-54.2008.8.04.0001 (001.08.240882-4) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 218/227) referente a CDA n° 000717 (pedido n° 41029-2). Ato continuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supracitado. Cumpra-se

ADV: FÁBIO THEODORICO FERREIRA GÓES (OAB 8890/PA), ADV: JULIA FERREIRA BASTOS SILVA (OAB 18291/PA) - Processo 0241003-04.2016.8.04.0001 (processo principal 0636853-46.2015.8.04.0001) - Embargos Infringentes na Execução Fiscal - Fato Gerador/Incidência - REQUERENTE: Paragas Distribuidora Ltda - Ante o exposto, recebo os embargos de declaração opostos por Paragas Distribuidora LTDA, todavia, rejeito-lhes no mérito, bem como mantenho a decisão de fls. 90/91 dos autos sob nº 06240633020158040001 tal como lançada. No que diz respeito à regularidade fiscal, determino que o referido débito, ora garantido pelas apólices de seguro garantia nº 01414201800011075007525 4 e º 01414201800010775007525 5 não gere óbice para emissão de certidão positiva com efeitos de negativa. Por fim, determino o desentranhamento de todos os documentos acostados no presente feito (inclusive o presente decisum) para serem acostados aos embargos à execução fiscal nº 06240633020158040001. Após, dê-se baixa. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 12 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ÂNGELO RONCALLI OSMIRO BARRETO (OAB 26766/CE), ADV: RAFAEL QUEIROZ DE SOUZA (OAB 19123/CE), ADV: MAURICIO BARBOZA DE MELO (OAB 27556/BA), ADV: GUSTAVO MONTEIRO RODRIGUES (OAB 5150/AM) - Processo 0247125-04.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0606974-28.2014.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EMBARGANTE: Petroleo Brasileiro S/A - PETROBRAS - Em observância ao art. 477, § 1º do CPC, intimem-se as partes sobre o laudo pericial no prazo de 15 dias. P.R.I.C. Manaus, 10 de julho de 2019. Marco A P Costa JUIZ DE DIREITO

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM), ADV: JUCELINNO ARAÚJO LIMA (OAB 8039/AM) - Processo 0259660-62.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0717134-91.2012.8.04.0001) (processo principal 0717134-91.2012.8.04.0001) - Embargos Infringentes na Execução Fiscal - Dívida Ativa - REQUERENTE: Claro S/A - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Intimem-se as partes para requererem o que for de direito. Após,voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ELLEN FLORÊNCIO SANTOS ROCHA (OAB 2752/AM), ADV: ANGELA BEATRIZ GONÇALVES FALCÃO DE OLIVEIRA (OAB 891342/AM) - Processo 0303029-87.2006.8.04.0001 (001.06.303029-3) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: A Fazenda Publica do Amazonas e outro - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 71/86) envolvendo a CDA nº 494/06 (pedido nº 42773-0), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 16 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: DANIELLE KOHASHI DA COSTA (OAB 10059/AM), ADV: ONILDA ABREU DA SILVA (OAB 2288/AM) - Processo 0347061-46.2007.8.04.0001 (001.07.347061-0) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO. Diante do exposto, INDEFIRO O pedido formulado pelo executado, nos termos da fundamentação. PRIC Manaus, 15 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: DELCILENE REBOUÇAS SILVA LOPES (OAB 7453/AM), ADV: HAMILTON DA FONSECA CAMINHA (OAB 4552/AM), ADV: VICENTE DE PAULO ARMOND DE MELO (OAB 1828/AM) - Processo 0518003-72.2011.8.04.0001 (apensado ao processo 0001279-08.1997.8.04.0012) - Embargos à Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Tecnocerio S.a -

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Expeça-se ofício requisitório para pagamento de honorários advocatícios. À secretaria com as cautelas de praxe. P..I.C Manaus, 16 de julho de 2019. Marco A P Costa

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0600870-49.2016.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 54/66) envolvendo a CDA nº 51674/15 (pedido nº 42141-3), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 17 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ALICIA BIANCHINI BORDUQUE (OAB 108560/SP), ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0601082-36.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: Cibea Manaus Concentrados da Amazonia Ltda - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Diante do exposto, homologo o pedido de desistência em que é Requerente CIBEA MANAUS CONCENTRADOS DA AMAZÔNIA LTDA e Requerido ESTADO DO AMAZONAS, nos termos da fundamentação. Honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da causa. Custas processuais a cargo da Requerente, se não recolhidas em sua integralidade. P. R. I. C. Manaus, 18 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0601178-85.2016.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 39/55) envolvendo a CDA nº 53045/15 (pedido nº 40867-0), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 18 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0601600-60.2016.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 26/42) envolvendo a CDA nº 53136/15 (pedido nº 40869-7), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 17 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ANDREZA DA COSTA PAES (OAB 12353/AM) - Processo 0601911-80.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: E. Nobrega Teixeira - Intime-se o apelado, via DJ-e,, para apresentar contrarrazões à apelação interposta às fls. 86/113, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas. À secretaria com as cautelas de praxe. P.R.I.C Manaus, 18 de julho de 2019. Marco A P Costa JUIZ DE DIREITO

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: LEILA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 3734/AM) - Processo 0601943-56.2016.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXECUTADO: H G COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA EPP - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 46/61) envolvendo a CDA nº 52732/15 e 52771/15 (pedido nº 42887-6), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 18 de julho de 2019.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM), ADV: LEILA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 3734/AM) - Processo 0601960-92.2016.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXECUTADO: T H CALÇADOS E ACESSORIOS LTDA - HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls.81/95) envolvendo a CDA nº 52815/15 e 52827/15 (pedido nº 42889-2), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 15 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: PATRICIA PETRUCCELLI MARINHO (OAB 3319/AM), ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0602745-54.2016.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 63/89) envolvendo a CDA nº 41/16 (pedido nº 41303-8), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 16 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: RAIMUNDO EDSON TORRES LIMA (OAB 8732/AM) - Processo 0602794-32.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: MARIA DO ROSÁRIO LEAL DA SILVA - DISPOSITIVO Ex positis, julgo procedentes os pedidos insculpidos na AÇÃO ORDINÁRIA PARA RESTITUIÇÃO DE VALORES DESCONTADOS INDEVIDAMENTE EM FOLHA C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL apresentada por MARIA DO ROSÁRIO LEAL DA SILVA em face do FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO AMAZONAS (AMAZONPREV) e do ESTADO DO AMAZONAS, nos termos do artigo 487, incisos I do CPC. Determino a restituição dos descontos indevidamente realizados a título de contribuição previdenciária no período compreendido entre janeiro de 2010 até março de 2011, pelo Fundo Previdenciário do Amazonas (AMAZONPREV). Condeno o Estado do Amazonas ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais resultantes da cobrança indevida de contribuição previdenciária, notadamente porque à época do desconto foi realizado por órgão despersonalizado de sua estrutura, in casu, a SEAD. Honorários advocatícios devidos pelos Requeridos em favor da Requerente os quais arbitro em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos termos do artigo 85, § 8º do Código de Processo Civil. Custas devidas pelos Requeridos os quais são isentos na forma da lei. P.I.C. Manaus, 10 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: RICARDO OLIVEIRA DA COSTA (OAB 10658/AM), ADV: ALTIZA PEREIRA DE SOUZA (OAB 6881/AM) - Processo 0603545-14.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Itam - Indústria de Transformadores Amazonas Ltda. - REQUERIDO: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO Ex positis, dada a tempestividade, recebo o recurso apresentado pelo Estado do Amazonas, contundo, no mérito, rejeito-lhes integralmente. De outro turno, recebo e acolho os aclaratórios opostos pela Indústria De Transformadores Amazonas Ltda - ITAM para suprir a omissão apontada. Condeno o Ente Federativo em custas processuais das quais o mesmo é isento, conforme lei nº 2.678, de 19 de Setembro de 2001. Determino que o presente decisum seja parte integrante da sentença de fls. 128/131 proferida outrora. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 28 de junho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0604300-14.2013.8.04.0001 - Execução Fiscal - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 129/139) envolvendo a CDA nº 2899/12 (pedido nº 42157-0), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 18 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0605045-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: Porto de Chibatão - Chibatão Navegação e Comércio Ltda - DISPOSITIVO Ante o exposto e em obediência ao já decidido às fls. 87/89, determino que o Estado do Amazonas suspenda a exigibilidade do crédito objeto do AINF nº 801489-2 no demonstrativo de débitos da Requerente, inclusive quanto ao prazo e modo de desembaraço de mercadorias. Por fim, ordeno ainda que o referido débito documentado no DAR nº 12143003935-6 não seja empecilho para expedição de Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa (CPDen) em favor da Autora, sob pena de multa diária de R$ 70.000,00 (setenta mil reais) limitada ao valor do débito discutido.

P.I.C. Manaus, 05 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0605702-28.2016.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 31/44) envolvendo a CDA nº 410/16 (pedido nº 41278-3), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 16 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: THIAGO AUGUSTO CAMPOS TIROLLI (OAB 7730/AM), ADV: VIVIAN MARIA OLIVEIRA DA FROTA (OAB 6880/AM) - Processo 0606801-38.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0717110-63.2012.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Extinção da Execução - EMBARGADO: Estado do Amazonas e outro - Em homenagem ao contraditório, intime-se o recorrido para falar sobre os embargos de declaração no prazo de 05 dias. P.R.I.C. Manaus, 10 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: JOÃO MANOEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 4677/AM), ADV: LEANDRO VENICIUS FONSECA ROZEIRA (OAB 29991/BA), ADV: RÔMULO JOSÉ FERNANDES DA SILVA (OAB 1818/AM) - Processo 0606939-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Coisas - REQUERENTE: Amazon Cell Serviço Autorizado Motorola - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Intime-se o apelado, via DJ-e, para, querendo, apresentar contrarrazões à apelação interposta às fls. 1405/1411, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas. À secretaria com as cautelas de praxe. P.R.I.C Manaus, 18 de julho de 2019. Marco A P Costa JUIZ DE DIREITO

ADV: PRISCILLA DE OLIVEIRA VERAS (OAB 6681/AM), ADV: NINFE MOTA DANTAS (OAB 7791/AM), ADV: ARIZZA RACHEL MORAIS DA CUNHA (OAB 7826/AM), ADV: ADRIANE SIMÕES ASSAYAG RIBEIRO (OAB 2531/AM), ADV: ADRIANA ROTHER (OAB 319A/AM) - Processo 0609245-68.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0644909-97.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Fato Gerador/Incidência - REQUERENTE: Videolar Innova S.a - EMBARGADO: Estado do Amazonas - Sendo assim, intimem-se as partes, pelo meio cabível, para apresentarem manifestação no prazo legal. Defiro o pedido de substituição do assistente técnico às fls. 480/481. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: FREDERICO COSME PEREZ MELHADO (OAB 131390/RJ), ADV: JOSÉ GUILHERME FONTES DE AZEVEDO COSTA (OAB 126729/RJ), ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM), ADV: VINICIUS PEDROSO DE ALBUQUERQUE LIMA (OAB 66642/RS) - Processo 0610231-27.2015.8.04.0001 - Embargos à Execução Fiscal - Lançamento - REQUERENTE: Petrobras Distribuidora S.A - Sendo assim, arbitro os honorários periciais em R$ 56.710,00 (cinquenta e seis mil e setecentos e dez reais). Intime-se a Embargante para efetuar o depósito dos honorários periciais no prazo de 10 dias. Decorrido o prazo, voltem-me os autos conclusos. P.R.I.C.

ADV: GUSTAVO MONTEIRO RODRIGUES (OAB 5150/AM) - Processo 0610337-86.2015.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Liminar - REQUERENTE: Petroleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS - Sendo assim, uma vez que o protesto não acrescenta e nem diminui direitos ao promovente, ou seja, apenas conserva ou preserva direitos porventura existentes e o fato do Ente Política não manifestar resistência em relação aos pleitos requeridos pelo Demandante, julgo procedentes os respectivos intentos insculpidos na AÇÃO DE PROTESTO INTERRUPTIVO DE PRESCRIÇÃO apresentada por PETRÓLEO BRASILEIRO SA - PETROBRAS em face do ESTADO DO AMAZONAS, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC. Honorários advocatícios indevidos ante o caráter não litigioso da ação. Custas já recolhidas. P.I.C. Manaus, 09 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0610486-48.2016.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 28/40) envolvendo a CDA nº 397/16 (pedido nº 40871-9), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 17 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0610522-56.2017.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 36/49) envolvendo a CDA nº 687/17, 23959/16, 1135/17, 146/17, 24351/16 e 30791/16 (pedido nº 42023-9), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 16 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: LUIZ GUSTAVO ANTÔNIO SILVA BICHARA (OAB 112310/RJ), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ADRIANE SIMÕES ASSAYAG RIBEIRO (OAB 2531/AM) - Processo 0610567-31.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0031075-67.2003.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGADO: Distribuidora de Bebidas Antarctica de Manaus Ltda - Pelo exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido constante dos Embargos à Execução de Sentença em que figura como Embargante o Estado do Amazonas e Embargado Distribuidora de Bebidas Antarctica de Manaus Ltda para afastar a inclusão dos juros moratórios, nos termos da fundamentação. Honorários advocatícios proporcionalmente distribuídos, os quais fixo em 10% da diferença encontrada, na forma do art. 86 do CPC. Sem custas. Manaus, 23 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: JOÃO LUCAS PANTOJA VIEIRA (OAB 9982/AM), ADV: LUIS EDUARDO PESSOA PINTO (OAB 922A/AM), ADV: ADRIANA DOS SANTOS GUIMARÃES (OAB 10252/AM) - Processo 0610636-34.2013.8.04.0001 - Execução Fiscal - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - EXECUTADA: Nova Vida Comércio de Ferragens Ltda - HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 99/117) envolvendo a CDA nº 717/13 (pedido nº 42635-0), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 17 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 99A/AM), ADV: RAIMUNDO ANASTÁCIO CARVALHO DUTRA FILHO (OAB 5128/AM), ADV: CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA (OAB 3054/AM) - Processo 0611942-33.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0007024-12.2010.8.04.0012) - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - EMBARGADO: Robotronic MAR E EQUIP P ESCRITORIO LTDA e outros - Ante o exposto declino da competência, nos termos da fundamentação. Remetam-se os autos à Justiça Federal. Translade-se cópia da presente Decisão para os autos da Execução Fiscal n. 0007024-12.2010.8.04.0012. À Secretaria com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: CARLOS RICARDO DE ARAÚJO MELO (OAB 4239/AM), ADV: LILIAN DA SILVA ALVES (OAB 8921/AM), ADV: MARITA SANTOS DE OLIVEIRA CORRÊA (OAB 5391/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM), ADV: JOSÉ ROBERTO GIÓIA ALFAIA (OAB 1746/AM), ADV: NOELI DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 2197/AM), ADV: VIVIAN MARIA OLIVEIRA DA FROTA (OAB 6880/AM) - Processo 0613822-60.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a AÇÃO DECLARATÓRIA NEGATIVA DE PROPRIEDADE E INEXIGÊNCIA DE DÉBITO C/C PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA apresentada por COMÉRCIO E TRANSPORTE DE HORTIFRUTIGRANJEIROS BRANDÃO LTDA em face do DETRAN/AM e ESTADO DO AMAZONAS, nos termos do artigo 485, inciso IV do Código de Processo Civil. Custas e honorários advocatícios devidos pela Requerente em favor dos Requeridos os quais fixo em R$ 3.000,00 (três mil reais), nos termos do artigo 85, § 8º do Código de Processo Civil. Por ser a Requerente beneficiária da justiça gratuita, os ônus sucumbenciais ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 05 (cinco) anos

subsequentes ao trânsito em julgado do presente pronunciamento judicial, o credor demonstrar que a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade deixou de existir, nos termos do artigo 98, § 3º do CPC. Inaplicabilidade da remessa necessária, nos termos do artigo 496, § 3º, inciso II do CPC. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 19 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM), ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM), ADV: NOELI DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 2197/AM) - Processo 0613826-97.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: Elizeu Barcelos Brandão - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - DISPOSITIVO Ante o exposto, objetivado-se a razoável duração do processo e a pacificação social, determino a inversão do ônus da prova em face do Estado do Amazonas juntamente com o DETRAN/AM, para que no prazo de 30 (trinta) dias, acostem aos autos provas documentais suficientes para sanar as dúvidas alusivas ao objeto em litígio, nos termos do art. 373, §1° do CPC. Intimem-se os Requeridos, pelos meios cabíveis, acerca do presente decisium. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 24 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM) - Processo 0614262-85.2018.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 26/38) envolvendo a CDA nº 691/18 (pedido nº 42515-0), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 16 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: PATRICIA PETRUCCELLI MARINHO (OAB 3319/AM), ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM) - Processo 0615543-76.2018.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 28/41) envolvendo a CDA nº 42857-4 (pedido nº 037723/17, 038000/17, 000498/18 e 000569/18), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 03 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0616556-18.2015.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls.66/78) envolvendo a CDA nº 49410/15 (pedido nº 42513-3), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 18 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: VALDECI LAURENTINO DA SILVA (OAB 178A/AM), ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM) - Processo 0617028-14.2018.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO Ante o exposto, acolho a exceção de pré-executividade apresentada por FRANCISCO DE JESUS PENHA no bojo da presente EXECUÇÃO FISCAL promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS. Honorários advocatícios devidos pelo Estado do Amazonas em favor do Excipiente os quais fixo com base no artigo 85, § 3º do Código de Processo Civil, observado o percentual mínimo de cada faixa acaso ultrapassada, tendo por parâmetro o proveito econômico obtido. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 29 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM), ADV: MARIA ELIRIANY MARTINS GOMES BISSOLI (OAB 7432/AM) - Processo 0618404-40.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0019129-30.2005.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Madeireira Soares Agro-Industrial Ltda - EMBARGADO: Estado do Amazonas - Diante do exposto, julgo extintos os Embargos à Execução opostos por Madereira Soares Agro-industrial Ltda, na forma do art. 485, V, do CPC, Custas indevidas. P.R.I.C. Manaus, 18 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: LUIZ CLÁUDIO CRUZ DA SILVA (OAB 6906/AM), ADV: SABRINA BEZERRA FORTUNATO (OAB 10085/AM), ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0619251-42.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Gilda Maria Cruz do Nascimento - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - DISPOSITIVO Ex positis, julgo parcialmente procedentes os pedidos insculpidos na AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS SOBRE DESCONTOS INDEVIDOS apresentada por GILDA MARIA CRUZ DO NASCIMENTO em face do FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO AMAZONAS (AMAZONPREV) e do ESTADO DO AMAZONAS, nos termos do artigo 487, incisos I do CPC. Determino que o Fundo Previdenciário do Amazonas (AMAZONPREV) restitua os descontos indevidamente realizados a título de contribuição previdenciária incidentes na GATA no período compreendido entre junho de 2010 até julho de 2011. Indefiro o pleito de restituição quanto aos valores descontados a título de contribuição previdenciária nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2011, uma vez que representam apenas o resultado da aplicação da alíquota de 11% (onze por cento) sobre o vencimento (R$ 505,00) da Requerente. Honorários advocatícios devidos pelos Requeridos em favor da Requerente os quais arbitro em R$ 3.000,00 (três mil reais), nos termos do artigo 86, parágrafo único c/c artigo 85, § 8º, ambos do Código de Processo Civil. Custas devidas pelos Requeridos os quais são isentos na forma da lei. P.I.C. Manaus, 11 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: MARIA ELIRIANY MARTINS GOMES BISSOLI (OAB 7432/AM) - Processo 0619811-81.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0019129-30.2005.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EMBARGANTE: Madeireira Soares Agro-Industrial Ltda - Pelo exposto, declino a competência ratione materiae para processar e julgar a presente ação. Remetam-se os autos conjuntamente com a execução fiscal para o MM. Juízo da Vara do Meio Ambiente. P.R.I.C. Manaus, 19 de julho de 2019. Marco A P Costa JUIZ DE DIREITO

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0620424-04.2015.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 39/50) envolvendo a CDA nº 050469/15 (pedido nº 42739-0), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 16 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0620484-74.2015.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 29/45) envolvendo a CDA nº 50466/15 (pedido nº 40772-0), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 03 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0620817-26.2015.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 43/61) envolvendo a CDA nº 50495/15 e 50496/15 (pedido nº 41884-6), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 17 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: MÁRIO OLIVEIRA ROBUSTELLI (OAB 8267/AM), ADV: THELMA SAIDT ROBUSTELLI (OAB 5021/AM), ADV: VIVIAN MARIA OLIVEIRA DA FROTA (OAB 6880/AM), ADV: FRANCESCO ROBUSTELLI NETO (OAB 8268/AM), ADV: MÁRIO ROBUSTELLI FILHO (OAB 9380/AM) - Processo 0621578-86.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Intime-se a exequente, via

portal eletrônico, para falar acerca do pedido constante às fls. 916/921, no prazo de 20 (vinte) dias. Após, voltem-me os autos conclusos. PRI Manaus, 26 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ANTONIO CHAVES ABDALLA (OAB 66493/MG), ADV: KALINA MADDY MACÊDO COHEN (OAB 4258/AM), ADV: ANTONIO CHAVES ABDALLA (OAB 1126A/AM) - Processo 0622121-21.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0634413-43.2016.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Estado do Amazonas - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Tendo em vista que a Requerida se manifestou às fls. 11 e ss no sentido de não interpor recurso contra a decisão às fls. 5/6, determino a conversão da indisponibilidade de valores em penhora para pagamento dos honorários sucumbenciais, sem necessidade de lavratura do termo. Cumpra-se. Manaus, 03 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: RODRIGO LICHTENBERGER CATAN (OAB 228474/SP), ADV: VIVIAN MARIA OLIVEIRA DA FROTA (OAB 6880/AM) - Processo 0622278-28.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - REQUERENTE: Fitas Flax da Amazônia Ltda. - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outros - Pelo exposto, recebo e acolho o presente recurso somente para aclarar eventual omissão, mantendo a decisão tal como lançada. P.R.I.C. Manaus, 31 de julho de 2019. Marco A P Costa JUIZ DE DIREITO

ADV: DIOGO NETO DE MORAES (OAB 359114/SP), ADV: ERNANDO SIMIÃO DA SILVA FILHO (OAB 9069/AM) - Processo 0622612-62.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: Renato Cesar Diniz Cortez - REQUERIDO: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos insculpidos na presente AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL c/c TUTELA PROVISÓRIA apresentada por RENATO CÉSAR DINIZ CORTEZ em face do ESTADO DO AMAZONAS, nos termos do artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil. Concedo e confirmo a tutela de urgência para determinar que o Ente Federativo se abstenha de continuar a cobrar, protestar, negativar, lançar e/ou ajuizar a cobrança de débitos atinentes ao presente feito em face do Autor, nos termos da fundamentação. Honorários advocatícios devidos pelo Estado do Amazonas os quais arbitro em R$ 3.000,00 (três mil reais), nos termos do artigo 85, § 8º do Código de Processo Civil. Condeno o Ente Federativo em custas processuais, todavia, reconheço a sua isenção em relação as mesmas, nos termos da Lei nº 2.678, de 19 de Setembro de 2001. P.I.C. Manaus, 09 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0623292-81.2017.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls.53/65) envolvendo a CDA nº 41957-5 (pedido nº 2702/17), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 18 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0624074-59.2015.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 50/66) envolvendo a CDA nº 50660/15 (pedido nº 40860-3), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 16 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0624244-26.2018.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - EXECUTADO: Transportadora Amazonita Ltda - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 15/36) envolvendo a CDA nº 3774/17, 3938/17 (pedido nº 40760-7), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 16 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: PAULO VICTOR VIEIRA DA ROCHA (OAB 231839/SP), ADV: BRUNO GIOTTO GAVINHO FROTA (OAB 4514/AM), ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0624867-95.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0252272-11.2014.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Estado do Amazonas - R. hoje. Intime-se o embargado para, querendo, apresentar impugnação aos embargos à execução contra a fazenda pública, no prazo de 15(quinze) dias. À Secretaria para apensar o presente processo aos autos do cumprimento de sentença n. 0252272-11.2014.8.04.0001, bem como transladar cópia do presente despacho aos autos do cumprimento de sentença supracitado. Publique-se. Cumpra-se. Manaus, 07 de junho de 2016.

ADV: PAULO VICTOR VIEIRA DA ROCHA (OAB 231839/SP), ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM), ADV: BRUNO GIOTTO GAVINHO FROTA (OAB 4514/AM) - Processo 0624867-95.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0252272-11.2014.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Estado do Amazonas - EMBARGADO: SKN-GRIFE Empreendimentos Imobiliários SPE LTDA - Proceda-se o cadastro do advogado para fins de cumprimento do despacho proferido às fls. 13. Cumprida a medida, determino a realização de nova publicação do aludido despacho. À Secretaria para as providências de estilo. P.R.I.C. Manaus, 18 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0624954-80.2017.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 35/42) envolvendo a CDA nº 569/13 (pedido nº 39712-1), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 10 de janeiro de 2019.

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0624954-80.2017.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 46/58) envolvendo a CDA nº 569/13 (pedido nº 41741-6), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 16 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0624963-42.2017.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 30/42) envolvendo a CDA nº 1381/13 (pedido nº 42875-2), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 17 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0624965-12.2017.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 48/60) envolvendo a CDA nº 5477/13 (pedido nº 42074-3), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 17 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0625590-80.2016.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 25/37) envolvendo a CDA nº 16812/16 (pedido nº 41076-4), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do

acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 03 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0625600-27.2016.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 21/34) envolvendo a CDA nº 16775/16 (pedido nº 41161-2), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 19 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM) - Processo 0625613-55.2018.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXECUTADO: M I A da Silva Comercio - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 41/66) envolvendo a CDA nº 896/18 e 900/18 (pedido nº 41478-6), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 17 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0625919-29.2015.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 34/51) envolvendo a CDA nº 51071/15 (pedido nº 41276-7), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 16 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: VERIDIANA NOGUEIRA DE AGUIAR (OAB 8182/PA) - Processo 0626289-66.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Liberação de mercadorias - REQUERENTE: J A da Silva Comercio Me - DESPACHO Vistos, etc. Compulsando os autos, nota-se que muito embora a autoridade coatora tenha sido devidamente notificada (vide fl. 60) no dia 25/06/2019 para prestar informações em 10 (dez) dias, permitiu o transcurso in albis do prazo legal. Sendo assim, findo o prazo a que se refere o inciso I docaputdo art. 7oda Lei nº 12.016/209, intime-se o representante do Ministério Público do Estado do Amazonas, pelo meio cabível, para que dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias, opine no presente feito. Após, voltem-me os autos conclusos para julgamento. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 23 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM), ADV: BRUNO GIOTTO GAVINHO FROTA (OAB 4514/AM), ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM), ADV: PAULO VICTOR VIEIRA DA ROCHA (OAB 231839/SP) - Processo 0626303-84.2018.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pelo exposto, nego o pedido nos termos da fundamentação. P.R.I.C. Manaus, 24 de julho de 2019. Victor André Liuzzi Gomes Juiz de Direito.1.790/2019

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0627537-04.2018.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - EXECUTADO: Equatorion Equipamentos de Telecom e Informatica Ltda - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 29/53) envolvendo a CDA nº 856/18, 242/16, 14433/16 e 16669/16 (pedido nº 40802-6 e 41635-5), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 16 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0627945-92.2018.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - EXECUTADO: Transportes Carinhoso Ltda - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 25/37) envolvendo a CDA nº 1110/18, 1111/18 e 1710/18 (pedido nº 42348-3), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 17 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0628324-04.2016.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 20/33) envolvendo a CDA nº 22853/16 (pedido nº 41672-0), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 15 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0628465-86.2017.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 27/38) envolvendo a CDA nº 22875/16, 22874/16 (pedido nº 42362-9), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 16 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ANTONIO CHAVES ABDALLA (OAB 66493/MG), ADV: ANTONIO CHAVES ABDALLA (OAB 1126A/AM) - Processo 0628521-56.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0618551-32.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Extinção da Execução - EMBARGANTE: Itaú Unibanco S/A - Constato dos autos que as partes são legítimas e estão presentes os pressupostos processuais de existência, validade e regularidade. Observo, outrossim, que não existem irregularidades a sanar ou nulidades a declarar. Destarte, o processo acha-se em ordem, razão pela qual declaro-o saneado para que produza seus legais efeitos. Tendo em vista que a prova é exclusivamente documental e constante dos autos, decido pelo julgamento antecipado da lide. Decorrido o prazo, voltem-me os autos conclusos para proferimento de sentença. P.R.I.C.

ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE), ADV: JESSICA LOBO SILVA (OAB 158014/MG), ADV: VIVIAN MENDONÇA MARTINS (OAB 9403/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM), ADV: CÉSAR ITUASSU DA SILVA NETO (OAB 9506/AM) - Processo 0628565-46.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0803816-78.2014.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Extinção da Execução - IMPETRANTE: Claro S/A - IMPETRADO: Estado do Amazonas - Vistos. Defiro o pedido da Embargante às fls. 394 e determino a expedição de alvará eletrônico em favor da Associação dos Procuradores do Estado do Amazonas, referente a verba honorária depositada às fls. 396. P.R.I.C.

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0628992-72.2016.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 21/32) envolvendo a CDA nº 23175/16 (pedido nº 41670-3), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 15 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: DANIEL DE AGUIAR ANICETO (OAB 232070/SP), ADV: MANUEL MOREIRA DA SILVA FILHO (OAB 3459/AM), ADV: RENATO DE BRITTO GONÇALVES (OAB 144508/SP), ADV: VIVIAN MARIA OLIVEIRA DA FROTA (OAB 6880/AM) - Processo 0629726-52.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0631662-83.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Extinção da Execução - REQUERENTE: Semp Toshiba Amazonas S.a. - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Observo que a solução da controvérsia jurídica demanda análise pericial, razão pela qual defiro o pedido e determino a realização de perícia contábil. Nomeio o perito contador Sr. José Emar Martins dos Santos Filho, CRC 9.648/AM. Intime-se o perito nomeado para, no prazo de 05 (cinco) dias, dizer se aceita o encargo para o qual foi designado. Intimem-se as partes para, no prazo legal, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos, nos termos do art. 465, §1º do CPC. Após, voltem-me os autos conclusos. P.R.I.C. Manaus, 25 de julho de 2019. MARCO A P COSTA JUIZ DE DIREITO

ADV: ÂNGELO RONCALLI OSMIRO BARRETO (OAB 26766/CE) - Processo 0630995-63.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0625289-02.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Fato Gerador/Incidência - REQUERENTE: Petroleo Brasileiro S/A - Petrobras - DISPOSITIVO Ante o exposto, arbitro os honorários periciais em R$ 336.790,00 (trezentos e trinta e seis mil, setecentos e noventa reais), conforme proposta devidamente fundamentada e apresentada pelo i. Expert. Intime-se a Embargante, via DJ-e, para que no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o depósito dos honorários periciais. Decorrido o prazo supra, voltem-me os autos conclusos. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 18 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: AMILCAR DOS SANTOS PINHEIRO FILHO (OAB 538A/AM) - Processo 0631214-42.2018.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXECUTADO: Medeiros Comercio de Alimentos Ltda - Me - DISPOSITIVO Ex positis, indefiro os pedidos formulados na presente EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE apresentada por MEDEIROS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-ME no bojo da presente EXECUÇÃO FISCAL, ora promovida pelo ESTADO DO AMAZONAS, nos termos da fundamentação. Em tempo, indefiro o pedido de nova aplicação do sistema BACENJUD requerida pelo Estado do Amazonas, P.I.C. Manaus, 14 de junho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM), ADV: FÁBIO LEANDRO LIRA PEREIRA (OAB 4730/AM) - Processo 0631279-71.2017.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - EXECUTADO: Manoel Carvalho Bezerra - DISPOSITIVO Diante do exposto, determino de imediato o cancelamento da indisponibilidade ocorrida às fls. 44, nos termos da fundamentação. À secretaria com as cautelas de estilo. PRIC Manaus, 23 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0631637-70.2016.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS "por dentro" - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 30/41) envolvendo a CDA nº 23538/16 (pedido nº 41538-3), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 16 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ALTIZA PEREIRA DE SOUZA (OAB 6881/AM), ADV: MARIA DO PERPETUO SOCORRO APARICIO DE SOUZA (OAB 7142/AM), ADV: MARITA SANTOS DE OLIVEIRA CORRÊA (OAB 5391/AM), ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM), ADV: JOSÉ ROBERTO GIÓIA ALFAIA (OAB 1746/AM), ADV: IKE KENNEDY VEIGA DA SILVA (OAB 4519/AM) - Processo 0632189-35.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM e outro - DISPOSITIVO Diante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos insculpidos na presente AÇÃO DECLARATÓRIA C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER proposta por LOURIVALDO OLIVEIRA DA COSTA em desfavor do DETRAN/AM e ESTADO DO AMAZONAS, nos termos do artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil. Determino que seja realizada a baixa definitiva do veículo de marca marca/modelo VW POLO SEDAN 1.6, placa JWW 8421, chassi 9BWJB09N15P021893, RENAVAM n.º 846467089, ano 2005/2005, cor preta, junto ao DETRAN-AM, sem necessidade de adimplemento dos débitos posteriores a data do sinistro, a saber, 20/09/2013, conforme a fundamentação. Aplicando-se o princípio da causalidade, deixo de arbitrar honorários advocatícios já que havia obrigação do proprietário de cumprir os requisitos legais para a regular baixa do veículo. Custas pelos Requeridos os quais são isentos na forma da lei. P.I.C. Manaus, 19 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: SYLVIO GARCEZ JÚNIOR (OAB 7510/BA), ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0632562-71.2013.8.04.0001 - Embargos à Execução Fiscal - Fato Gerador/Incidência - REQUERENTE: Petrobras Transporte S/A - Transpetro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - DISPOSITIVO Ex positis, recebo os Embargos de Declaração opostos por PETROBRÁS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO em face da SENTENÇA (vide fls. 357/361), contudo, rejeito-lhes no mérito. P.I.C. Manaus, 11 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM), ADV: FÁBIO THEODORICO FERREIRA GÓES (OAB 8890/PA), ADV: JULIA FERREIRA BASTOS SILVA (OAB 18291/PA) - Processo 0632576-50.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0605847-21.2015.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: PARAGAS DISTRIBUIDORA LTDA - Intime-se a Embargante para, no prazo de 05 (cinco) dias, especificar a prova pericial que pretende produzir. Intime-se a Fazenda Pública Estadual, via portal eletrônico, para se manifestar acerca da petição colacionada às fls. 417. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM) - Processo 0632909-65.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antonio Ribamar Braga dos Santos - Levando em consideração que entre os débitos apresentados na ação há a presença de taxas e IPVAs atrasados. Assim, intime-se o requerente, via DJ-e, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial para incluir o Estado do Amazonas e o DETRAN/AM no polo passivo da presente demanda, nos termos do artigo 319 c/c o artigo 321 ambos do CPC. À secretaria com as cautelas de estilo. P.R.I. Manaus, 26 de junho de 2019. Marco A P Costa JUIZ DE DIREITO

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM), ADV: ADRIANA ROTHER (OAB 319/AM), ADV: PRISCILLA DE OLIVEIRA VERAS (OAB 6681/AM), ADV: ARIZZA RACHEL MORAIS DA CUNHA (OAB 7826/AM) - Processo 0634048-23.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0605477-13.2013.8.04.0001) - Embargos à Execução - Extinção da Execução - EMBARGANTE: igb Eletônica S.A - EMBARGADO: Estado do Amazonas - Pelo exposto, acautelo-me quanto ao pedido de atribuição de efeito suspensivo até que ocorra o estabelecimento do contraditório. Cite-se o embargado, via portal eletrônico, para querendo contestar, no prazo de lei. Após o decurso de prazo, voltem-me os autos conclusos para apreciação do efeito excepcional. P.R.I.C. Manaus, 18 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: WEBER DOS SANTOS RÊGO (OAB 4951/AM) - Processo 0634381-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - AUTOR: Chairo Representações de Moda Ltda - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos, etc. Em detida análise aos autos, nota-se que o valor da causa indicado na exordial merece correção, haja vista que o mesmo deve guardar paridade com a totalidade dos créditos discutidos na presente lide. Ante o exposto, aplicando-se o princípio da cooperação (vide artigo 6º do CPC), intime-se a Requerente, via DJ-e, para que no prazo de 15 (quinze) dias, emende a petição inicial sob pena de indeferimento, nos termos do artigo 321, caput e parágrafo único do Código de Processo Civil, bem como recolha as custas processuais remanescentes sob risco de cancelamento da distribuição do presente feito, ex vi artigo 290 do CPC. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 25 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0634773-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Exclusão - ICMS - REQUERENTE: B. A. Elétrica Ltda. - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 11 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: LUÍS CARLOS PALHETA SILVA (OAB 9717/AM) - Processo 0634811-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Saulo Grana de Menezes - De ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Marco A P Costa, titular da Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual, em cumprimento à determinação de fls. 83/84, intime-se o Cartório do 1º Ofício do Protestos de Letras de Manaus/AM (novo endereço), via Portal Eletrônico, para que que seja efetuada a suspensão dos efeitos do protesto extrajudicial realizado em virtude da cobrança da CDA 036633/16.

ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM) - Processo 0635241-34.2019.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: O Estado do Amazonas - Processo:

0635241-34.2019.8.04.0001 Ação: Execução Fiscal Exequente: O Estado do Amazonas Executado:Sfpk Polímeros Plásticos da Amazônia Ltda-me DECISÃO INTERLOCUTÓRIA A petição inicial desta Ação de Execução Fiscal encontra-se nos devidos termos do art. 6º, da Lei nº. 6.830, de 22 de setembro de 1980, motivo pelo qual defiro o pedido, arbitrando desde já, honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo, na forma do Art. 827 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/15), que, na hipótese de pagamento em 05 (cinco) dias, ficam reduzidos pela metade (art. 827, § 1º do CPC/15 c/c Art. 8º da Lei de Execução Fiscal). Por efeito, determino a realização dos seguintes atos: I.Citação, a ser realizada nas modalidades sucessivas previstas no art. 8º, da lei referida (carta, mandado e edital); II.Penhora, caso não seja paga a dívida nem garantida a execução por meio de depósito; III.Avaliação dos bens penhorados; IV.Registro da penhora, observado o disposto no art. 14 da lei mencionada; V.Arresto, se o (a) executado (a) não tiver domicílio ou dele se ocultar. Em homenagem aos princípios da economia e celeridade processual, DETERMINO, outrossim, que o Cartório adote um dos procedimentos a seguir elencados, de acordo com a situação a ser verificada: 1) Havendo pagamento, o(a) Exeqüente deve ser intimado(a) a falar sobre sua regularidade; 2) Comparecendo o(a) devedor(a) a Juízo para efetuar o depósito ou nomear bens à penhora, intime-se o(a) credor(a) a falar nos autos; havendo aquiescência quanto à penhora, lavre-se o competente termo; 3) Cumprida a diligência citatória e não havendo o comparecimento do (a) Executado (a), com fundamento nos artigos 835 e 854, CPC/15, proceda-se a indisponibilidade de ativos financeiros em nome da executada, até o valor constante da CDA e honorários advocatícios; 4) Caso o Juízo seja garantido (por penhora ou depósito), mas não sejam opostos os respectivos embargos, intime-se o (a) Exeqüente, a teor do art. 18 da Lei nº 6.830/80. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019.

ADV: ANDRÉ TORRES DOS SANTOS (OAB 35161/DF), ADV: LUISA DE ALMEIDA ANDRADE (OAB 56223/DF), ADV: SÉRGIO FARINA FILHO (OAB 75410/SP), ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0635468-63.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0626976-82.2015.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Extinção da Execução - REQUERENTE: Makro Atacadista S/a . - Sendo assim, arbitro os honorários periciais em R$ 99.750,00 (noventa e nove mil e setecentos e cinquenta reais). Intime-se a Embargante para efetuar o depósito dos honorários periciais no prazo de 10 (dez) dias. Decorrido o prazo, voltem-me os autos conclusos. P.R.I.C.

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0635616-40.2016.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS “por dentro” - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 45/59) envolvendo a CDA nº 416001-0 (pedido nº 22786/16, 24221/16 e 15140/16), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 03 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM) - Processo 0635713-35.2019.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: O Estado do Amazonas - Processo: 0635713-35.2019.8.04.0001 Ação: Execução Fiscal Exequente: O Estado do Amazonas Executado:Universal Fitness da Amazonia Ltda DECISÃO INTERLOCUTÓRIA A petição inicial desta Ação de Execução Fiscal encontra-se nos devidos termos do art. 6º, da Lei nº. 6.830, de 22 de setembro de 1980, motivo pelo qual defiro o pedido, arbitrando desde já, honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo, na forma do Art. 827 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/15), que, na hipótese de pagamento em 05 (cinco) dias, ficam reduzidos pela metade (art. 827, § 1º do CPC/15 c/c Art. 8º da Lei de Execução Fiscal). Por efeito, determino a realização dos seguintes atos: I.Citação, a ser realizada nas modalidades sucessivas previstas no art. 8º, da lei referida (carta, mandado e edital); II.Penhora, caso não seja paga a dívida nem garantida a execução por meio de depósito; III.Avaliação dos bens penhorados; IV.Registro da penhora, observado o disposto no art. 14 da lei mencionada; V.Arresto, se o (a) executado (a) não tiver domicílio ou dele se ocultar. Em homenagem aos princípios da economia e celeridade processual, DETERMINO, outrossim, que o Cartório adote um dos procedimentos a seguir elencados, de acordo com a situação a ser verificada: 1) Havendo pagamento, o(a) Exeqüente deve ser intimado(a) a falar sobre sua regularidade; 2) Comparecendo o(a) devedor(a) a Juízo para efetuar o depósito ou nomear bens à penhora, intime-se o(a) credor(a) a falar nos autos; havendo aquiescência quanto à penhora, lavre-se o competente termo; 3) Cumprida a diligência citatória e não havendo o comparecimento do (a) Executado (a), com fundamento nos artigos 835 e 854, CPC/15, proceda-se a indisponibilidade de ativos financeiros em nome da executada, até o valor constante da CDA e honorários advocatícios; 4) Caso o Juízo seja garantido (por penhora ou depósito), mas não sejam opostos os respectivos embargos, intime-se o (a) Exeqüente, a teor do art. 18 da Lei nº 6.830/80. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019.

ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM) - Processo 0635739-33.2019.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: O Estado do Amazonas - Processo: 0635739-33.2019.8.04.0001 Ação: Execução Fiscal Exequente: O Estado do Amazonas Executado:Universal Fitness da Amazonia Ltda DECISÃO INTERLOCUTÓRIA A petição inicial desta Ação de Execução Fiscal encontra-se nos devidos termos do art. 6º, da Lei nº. 6.830, de 22 de setembro de 1980, motivo pelo qual defiro o pedido, arbitrando desde já, honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo, na forma do Art. 827 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/15), que, na hipótese de pagamento em 05 (cinco) dias, ficam reduzidos pela metade (art. 827, § 1º do CPC/15 c/c Art. 8º da Lei de Execução Fiscal). Por efeito, determino a realização dos seguintes atos: I.Citação, a ser realizada nas modalidades sucessivas previstas no art. 8º, da lei referida (carta, mandado e edital); II.Penhora, caso não seja paga a dívida nem garantida a execução por meio de depósito; III.Avaliação dos bens penhorados; IV.Registro da penhora, observado o disposto no art. 14 da lei mencionada; V.Arresto, se o (a) executado (a) não tiver domicílio ou dele se ocultar. Em homenagem aos princípios da economia e celeridade processual, DETERMINO, outrossim, que o Cartório adote um dos procedimentos a seguir elencados, de acordo com a situação a ser verificada: 1) Havendo pagamento, o(a) Exeqüente deve ser intimado(a) a falar sobre sua regularidade; 2) Comparecendo o(a) devedor(a) a Juízo para efetuar o depósito ou nomear bens à penhora, intime-se o(a) credor(a) a falar nos autos; havendo aquiescência quanto à penhora, lavre-se o competente termo; 3) Cumprida a diligência citatória e não havendo o comparecimento do (a) Executado (a), com fundamento nos artigos 835 e 854, CPC/15, proceda-se a indisponibilidade de ativos financeiros em nome da executada, até o valor constante da CDA e honorários advocatícios; 4) Caso o Juízo seja garantido (por penhora ou depósito), mas não sejam opostos os respectivos embargos, intime-se o (a) Exeqüente, a teor do art. 18 da Lei nº 6.830/80. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019.

ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM) - Processo 0636060-68.2019.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: O Estado do Amazonas - Processo: 0636060-68.2019.8.04.0001 Ação: Execução Fiscal Exequente: O Estado do Amazonas Executado:Marilene Corrêa da Silva Freitas DECISÃO INTERLOCUTÓRIA A petição inicial desta Ação de Execução Fiscal encontra-se nos devidos termos do art. 6º, da Lei nº. 6.830, de 22 de setembro de 1980, motivo pelo qual defiro o pedido, arbitrando desde já, honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo, na forma do Art. 827 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/15), que, na hipótese de pagamento em 05 (cinco) dias, ficam reduzidos pela metade (art. 827, § 1º do CPC/15 c/c Art. 8º da Lei de Execução Fiscal). Por efeito, determino a realização dos seguintes atos: I.Citação, a ser realizada nas modalidades sucessivas previstas no art. 8º, da lei referida (carta, mandado e edital); II.Penhora, caso não seja paga a dívida nem garantida a execução por meio de depósito; III.Avaliação dos bens penhorados; IV.Registro da penhora, observado o disposto no art. 14 da lei mencionada; V.Arresto, se o (a) executado (a) não tiver domicílio ou dele se ocultar. Em homenagem aos princípios da economia e celeridade processual, DETERMINO, outrossim, que o Cartório adote um

dos procedimentos a seguir elencados, de acordo com a situação a ser verificada: 1) Havendo pagamento, o(a) Exeqüente deve ser intimado(a) a falar sobre sua regularidade; 2) Comparecendo o(a) devedor(a) a Juízo para efetuar o depósito ou nomear bens à penhora, intime-se o(a) credor(a) a falar nos autos; havendo aquiescência quanto à penhora, lavre-se o competente termo; 3) Cumprida a diligência citatória e não havendo o comparecimento do (a) Executado (a), com fundamento nos artigos 835 e 854, CPC/15, proceda-se a indisponibilidade de ativos financeiros em nome da executada, até o valor constante da CDA e honorários advocatícios; 4) Caso o Juízo seja garantido (por penhora ou depósito), mas não sejam opostos os respectivos embargos, intime-se o (a) Exeqüente, a teor do art. 18 da Lei nº 6.830/80. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019.

ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM) - Processo 0636063-23.2019.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: O Estado do Amazonas - Processo: 0636063-23.2019.8.04.0001 Ação: Execução Fiscal Exequente: O Estado do Amazonas Executado:Manoel Henrique Ribeiro DECISÃO INTERLOCUTÓRIA A petição inicial desta Ação de Execução Fiscal encontra-se nos devidos termos do art. 6º, da Lei nº. 6.830, de 22 de setembro de 1980, motivo pelo qual defiro o pedido, arbitrando desde já, honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo, na forma do Art. 827 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/15), que, na hipótese de pagamento em 05 (cinco) dias, ficam reduzidos pela metade (art. 827, § 1º do CPC/15 c/c Art. 8º da Lei de Execução Fiscal). Por efeito, determino a realização dos seguintes atos: I.Citação, a ser realizada nas modalidades sucessivas previstas no art. 8º, da lei referida (carta, mandado e edital); II.Penhora, caso não seja paga a dívida nem garantida a execução por meio de depósito; III.Avaliação dos bens penhorados; IV.Registro da penhora, observado o disposto no art. 14 da lei mencionada; V.Arresto, se o (a) executado (a) não tiver domicílio ou dele se ocultar. Em homenagem aos princípios da economia e celeridade processual, DETERMINO, outrossim, que o Cartório adote um dos procedimentos a seguir elencados, de acordo com a situação a ser verificada: 1) Havendo pagamento, o(a) Exeqüente deve ser intimado(a) a falar sobre sua regularidade; 2) Comparecendo o(a) devedor(a) a Juízo para efetuar o depósito ou nomear bens à penhora, intime-se o(a) credor(a) a falar nos autos; havendo aquiescência quanto à penhora, lavre-se o competente termo; 3) Cumprida a diligência citatória e não havendo o comparecimento do (a) Executado (a), com fundamento nos artigos 835 e 854, CPC/15, proceda-se a indisponibilidade de ativos financeiros em nome da executada, até o valor constante da CDA e honorários advocatícios; 4) Caso o Juízo seja garantido (por penhora ou depósito), mas não sejam opostos os respectivos embargos, intime-se o (a) Exeqüente, a teor do art. 18 da Lei nº 6.830/80. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019.

ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM) - Processo 0636068-45.2019.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: O Estado do Amazonas - Processo: 0636068-45.2019.8.04.0001 Ação: Execução Fiscal Exequente: O Estado do Amazonas Executado:Manoel Adail Amaral Pinheiro DECISÃO INTERLOCUTÓRIA A petição inicial desta Ação de Execução Fiscal encontra-se nos devidos termos do art. 6º, da Lei nº. 6.830, de 22 de setembro de 1980, motivo pelo qual defiro o pedido, arbitrando desde já, honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo, na forma do Art. 827 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/15), que, na hipótese de pagamento em 05 (cinco) dias, ficam reduzidos pela metade (art. 827, § 1º do CPC/15 c/c Art. 8º da Lei de Execução Fiscal). Por efeito, determino a realização dos seguintes atos: I.Citação, a ser realizada nas modalidades sucessivas previstas no art. 8º, da lei referida (carta, mandado e edital); II.Penhora, caso não seja paga a dívida nem garantida a execução por meio de depósito; III.Avaliação dos bens penhorados; IV.Registro da penhora, observado o disposto no art. 14 da lei mencionada; V.Arresto, se o (a) executado (a) não tiver domicílio ou dele se ocultar. Em homenagem aos princípios da economia e celeridade processual, DETERMINO, outrossim, que o Cartório adote um dos procedimentos a seguir elencados, de acordo com a situação a ser verificada: 1) Havendo pagamento, o(a) Exeqüente deve ser intimado(a) a falar sobre sua regularidade; 2) Comparecendo o(a) devedor(a) a Juízo para efetuar o depósito ou nomear bens à penhora, intime-se o(a) credor(a) a falar nos autos; havendo aquiescência quanto à penhora, lavre-se o competente termo; 3) Cumprida a diligência citatória e não havendo o comparecimento do (a) Executado (a), com fundamento nos artigos 835 e 854, CPC/15, proceda-se a indisponibilidade de ativos financeiros em nome da executada, até o valor constante da CDA e honorários advocatícios; 4) Caso o Juízo seja garantido (por penhora ou depósito), mas não sejam opostos os respectivos embargos, intime-se o (a) Exeqüente, a teor do art. 18 da Lei nº 6.830/80. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019.

ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM) - Processo 0636076-22.2019.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: O Estado do Amazonas - Processo: 0636076-22.2019.8.04.0001 Ação: Execução Fiscal Exequente: O Estado do Amazonas Executado:Pedro Garcia DECISÃO INTERLOCUTÓRIA A petição inicial desta Ação de Execução Fiscal encontra-se nos devidos termos do art. 6º, da Lei nº. 6.830, de 22 de setembro de 1980, motivo pelo qual defiro o pedido, arbitrando desde já, honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo, na forma do Art. 827 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/15), que, na hipótese de pagamento em 05 (cinco) dias, ficam reduzidos pela metade (art. 827, § 1º do CPC/15 c/c Art. 8º da Lei de Execução Fiscal). Por efeito, determino a realização dos seguintes atos: I.Citação, a ser realizada nas modalidades sucessivas previstas no art. 8º, da lei referida (carta, mandado e edital); II.Penhora, caso não seja paga a dívida nem garantida a execução por meio de depósito; III.Avaliação dos bens penhorados; IV.Registro da penhora, observado o disposto no art. 14 da lei mencionada; V.Arresto, se o (a) executado (a) não tiver domicílio ou dele se ocultar. Em homenagem aos princípios da economia e celeridade processual, DETERMINO, outrossim, que o Cartório adote um dos procedimentos a seguir elencados, de acordo com a situação a ser verificada: 1) Havendo pagamento, o(a) Exeqüente deve ser intimado(a) a falar sobre sua regularidade; 2) Comparecendo o(a) devedor(a) a Juízo para efetuar o depósito ou nomear bens à penhora, intime-se o(a) credor(a) a falar nos autos; havendo aquiescência quanto à penhora, lavre-se o competente termo; 3) Cumprida a diligência citatória e não havendo o comparecimento do (a) Executado (a), com fundamento nos artigos 835 e 854, CPC/15, proceda-se a indisponibilidade de ativos financeiros em nome da executada, até o valor constante da CDA e honorários advocatícios; 4) Caso o Juízo seja garantido (por penhora ou depósito), mas não sejam opostos os respectivos embargos, intime-se o (a) Exeqüente, a teor do art. 18 da Lei nº 6.830/80. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019.

ADV: JOÃO LUCAS PANTOJA VIEIRA (OAB 9982/AM), ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0636177-64.2016.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS “por dentro” - EXECUTADO: Nova Vida Comércio de Armarinho Ltda e outros - HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 110/128) envolvendo a CDA nº 24311/16 (pedido nº 42657-1), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 16 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM) - Processo 0636431-32.2019.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: O Estado do Amazonas - Processo: 0636431-32.2019.8.04.0001 Ação: Execução Fiscal Exequente: O Estado do Amazonas Executado:Francisco Aroldo Araújo Coelho DECISÃO INTERLOCUTÓRIA A petição inicial desta Ação de Execução Fiscal encontra-se nos devidos termos do art. 6º, da Lei nº. 6.830, de 22 de setembro de 1980, motivo pelo qual defiro o pedido, arbitrando desde já, honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo, na forma do Art. 827 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/15), que, na hipótese de pagamento em 05 (cinco) dias, ficam reduzidos pela metade (art. 827, § 1º do CPC/15 c/c Art. 8º da Lei de Execução Fiscal). Por efeito, determino a realização dos seguintes atos: I.Citação, a ser realizada nas modalidades sucessivas previstas no art. 8º, da lei referida (carta, mandado e edital); II.Penhora,

caso não seja paga a dívida nem garantida a execução por meio de depósito; III.Avaliação dos bens penhorados; IV.Registro da penhora, observado o disposto no art. 14 da lei mencionada; V.Arresto, se o (a) executado (a) não tiver domicílio ou dele se ocultar. Em homenagem aos princípios da economia e celeridade processual, DETERMINO, outrossim, que o Cartório adote um dos procedimentos a seguir elencados, de acordo com a situação a ser verificada: 1) Havendo pagamento, o(a) Exeqüente deve ser intimado(a) a falar sobre sua regularidade; 2) Comparecendo o(a) devedor(a) a Juízo para efetuar o depósito ou nomear bens à penhora, intime-se o(a) credor(a) a falar nos autos; havendo aquiescência quanto à penhora, lavre-se o competente termo; 3) Cumprida a diligência citatória e não havendo o comparecimento do (a) Executado (a), com fundamento nos artigos 835 e 854, CPC/15, proceda-se a indisponibilidade de ativos financeiros em nome da executada, até o valor constante da CDA e honorários advocatícios; 4) Caso o Juízo seja garantido (por penhora ou depósito), mas não sejam opostos os respectivos embargos, intime-se o (a) Exeqüente, a teor do art. 18 da Lei nº 6.830/80. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019.

ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM) - Processo 0636437-39.2019.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: O Estado do Amazonas - Processo: 0636437-39.2019.8.04.0001 Ação: Execução Fiscal Exequente: O Estado do Amazonas Executado:Valdo Almeida da Silva DECISÃO INTERLOCUTÓRIA A petição inicial desta Ação de Execução Fiscal encontra-se nos devidos termos do art. 6º, da Lei nº. 6.830, de 22 de setembro de 1980, motivo pelo qual defiro o pedido, arbitrando desde já, honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo, na forma do Art. 827 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/15), que, na hipótese de pagamento em 05 (cinco) dias, ficam reduzidos pela metade (art. 827, § 1º do CPC/15 c/c Art. 8º da Lei de Execução Fiscal). Por efeito, determino a realização dos seguintes atos: I.Citação, a ser realizada nas modalidades sucessivas previstas no art. 8º, da lei referida (carta, mandado e edital); II.Penhora, caso não seja paga a dívida nem garantida a execução por meio de depósito; III.Avaliação dos bens penhorados; IV.Registro da penhora, observado o disposto no art. 14 da lei mencionada; V.Arresto, se o (a) executado (a) não tiver domicílio ou dele se ocultar. Em homenagem aos princípios da economia e celeridade processual, DETERMINO, outrossim, que o Cartório adote um dos procedimentos a seguir elencados, de acordo com a situação a ser verificada: 1) Havendo pagamento, o(a) Exeqüente deve ser intimado(a) a falar sobre sua regularidade; 2) Comparecendo o(a) devedor(a) a Juízo para efetuar o depósito ou nomear bens à penhora, intime-se o(a) credor(a) a falar nos autos; havendo aquiescência quanto à penhora, lavre-se o competente termo; 3) Cumprida a diligência citatória e não havendo o comparecimento do (a) Executado (a), com fundamento nos artigos 835 e 854, CPC/15, proceda-se a indisponibilidade de ativos financeiros em nome da executada, até o valor constante da CDA e honorários advocatícios; 4) Caso o Juízo seja garantido (por penhora ou depósito), mas não sejam opostos os respectivos embargos, intime-se o (a) Exeqüente, a teor do art. 18 da Lei nº 6.830/80. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019.

ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM) - Processo 0636442-61.2019.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: O Estado do Amazonas - Processo: 0636442-61.2019.8.04.0001 Ação: Execução Fiscal Exequente: O Estado do Amazonas Executado:Cleison Souza D'oliveira DECISÃO INTERLOCUTÓRIA A petição inicial desta Ação de Execução Fiscal encontra-se nos devidos termos do art. 6º, da Lei nº. 6.830, de 22 de setembro de 1980, motivo pelo qual defiro o pedido, arbitrando desde já, honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo, na forma do Art. 827 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/15), que, na hipótese de pagamento em 05 (cinco) dias, ficam reduzidos pela metade (art. 827, § 1º do CPC/15 c/c Art. 8º da Lei de Execução Fiscal). Por efeito, determino a realização dos seguintes atos: I.Citação, a ser realizada nas modalidades sucessivas previstas no art. 8º, da lei referida (carta, mandado e edital); II.Penhora, caso não seja paga a dívida nem garantida a execução por meio de depósito; III.Avaliação dos bens penhorados; IV.Registro da penhora, observado o disposto no art. 14 da lei mencionada; V.Arresto, se o (a) executado (a) não tiver domicílio ou dele se ocultar. Em homenagem aos princípios da economia e celeridade processual, DETERMINO, outrossim, que o Cartório adote um dos procedimentos a seguir elencados, de acordo com a situação a ser verificada: 1) Havendo pagamento, o(a) Exeqüente deve ser intimado(a) a falar sobre sua regularidade; 2) Comparecendo o(a) devedor(a) a Juízo para efetuar o depósito ou nomear bens à penhora, intime-se o(a) credor(a) a falar nos autos; havendo aquiescência quanto à penhora, lavre-se o competente termo; 3) Cumprida a diligência citatória e não havendo o comparecimento do (a) Executado (a), com fundamento nos artigos 835 e 854, CPC/15, proceda-se a indisponibilidade de ativos financeiros em nome da executada, até o valor constante da CDA e honorários advocatícios; 4) Caso o Juízo seja garantido (por penhora ou depósito), mas não sejam opostos os respectivos embargos, intime-se o (a) Exeqüente, a teor do art. 18 da Lei nº 6.830/80. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019.

ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM) - Processo 0636456-45.2019.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: O Estado do Amazonas - Processo: 0636456-45.2019.8.04.0001 Ação: Execução Fiscal Exequente: O Estado do Amazonas Executado:Manuel Costa Leal DECISÃO INTERLOCUTÓRIA A petição inicial desta Ação de Execução Fiscal encontra-se nos devidos termos do art. 6º, da Lei nº. 6.830, de 22 de setembro de 1980, motivo pelo qual defiro o pedido, arbitrando desde já, honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo, na forma do Art. 827 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/15), que, na hipótese de pagamento em 05 (cinco) dias, ficam reduzidos pela metade (art. 827, § 1º do CPC/15 c/c Art. 8º da Lei de Execução Fiscal). Por efeito, determino a realização dos seguintes atos: I.Citação, a ser realizada nas modalidades sucessivas previstas no art. 8º, da lei referida (carta, mandado e edital); II.Penhora, caso não seja paga a dívida nem garantida a execução por meio de depósito; III.Avaliação dos bens penhorados; IV.Registro da penhora, observado o disposto no art. 14 da lei mencionada; V.Arresto, se o (a) executado (a) não tiver domicílio ou dele se ocultar. Em homenagem aos princípios da economia e celeridade processual, DETERMINO, outrossim, que o Cartório adote um dos procedimentos a seguir elencados, de acordo com a situação a ser verificada: 1) Havendo pagamento, o(a) Exeqüente deve ser intimado(a) a falar sobre sua regularidade; 2) Comparecendo o(a) devedor(a) a Juízo para efetuar o depósito ou nomear bens à penhora, intime-se o(a) credor(a) a falar nos autos; havendo aquiescência quanto à penhora, lavre-se o competente termo; 3) Cumprida a diligência citatória e não havendo o comparecimento do (a) Executado (a), com fundamento nos artigos 835 e 854, CPC/15, proceda-se a indisponibilidade de ativos financeiros em nome da executada, até o valor constante da CDA e honorários advocatícios; 4) Caso o Juízo seja garantido (por penhora ou depósito), mas não sejam opostos os respectivos embargos, intime-se o (a) Exeqüente, a teor do art. 18 da Lei nº 6.830/80. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019.

ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM) - Processo 0636511-93.2019.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: O Estado do Amazonas - Processo: 0636511-93.2019.8.04.0001 Ação: Execução Fiscal Exequente: O Estado do Amazonas Executado:Sebastiao Ferreira Lisboa DECISÃO INTERLOCUTÓRIA A petição inicial desta Ação de Execução Fiscal encontra-se nos devidos termos do art. 6º, da Lei nº. 6.830, de 22 de setembro de 1980, motivo pelo qual defiro o pedido, arbitrando desde já, honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo, na forma do Art. 827 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/15), que, na hipótese de pagamento em 05 (cinco) dias, ficam reduzidos pela metade (art. 827, § 1º do CPC/15 c/c Art. 8º da Lei de Execução Fiscal). Por efeito, determino a realização dos seguintes atos: I.Citação, a ser realizada nas modalidades sucessivas previstas no art. 8º, da lei referida (carta, mandado e edital); II.Penhora, caso não seja paga a dívida nem garantida a execução por meio de depósito; III.Avaliação dos bens penhorados; IV.Registro da penhora, observado o disposto no art. 14 da lei mencionada; V.Arresto, se o (a) executado (a) não tiver domicílio ou dele se

ocultar. Em homenagem aos princípios da economia e celeridade processual, DETERMINO, outrossim, que o Cartório adote um dos procedimentos a seguir elencados, de acordo com a situação a ser verificada: 1) Havendo pagamento, o(a) Exeqüente deve ser intimado(a) a falar sobre sua regularidade; 2) Comparecendo o(a) devedor(a) a Juízo para efetuar o depósito ou nomear bens à penhora, intime-se o(a) credor(a) a falar nos autos; havendo aquiescência quanto à penhora, lavre-se o competente termo; 3) Cumprida a diligência citatória e não havendo o comparecimento do (a) Executado (a), com fundamento nos artigos 835 e 854, CPC/15, proceda-se a indisponibilidade de ativos financeiros em nome da executada, até o valor constante da CDA e honorários advocatícios; 4) Caso o Juízo seja garantido (por penhora ou depósito), mas não sejam opostos os respectivos embargos, intime-se o (a) Exeqüente, a teor do art. 18 da Lei nº 6.830/80. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019.

ADV: GUSTAVO MONTEIRO RODRIGUES (OAB 5150/AM), ADV: ÂNGELO RONCALLI OSMIRO BARRETO (OAB 26766/CE), ADV: EUGÊNIO NUNES SILVA (OAB 763A/AM), ADV: FELIPE ANTÔNIO LOPES SANTOS (OAB 7250/AM), ADV: HELGA OLIVEIRA DA COSTA (OAB 8242/AM) - Processo 0636735-02.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Base de Cálculo - REQUERENTE: Petroleo Brasileiro S/A - Petrobras - REQUERIDO: Estado do Amazonas - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos, etc. Chamo à ordem o despacho de fl. 3.331 para torna-lo sem efeito. Ordeno a manutenção da obrigação da Caixa Econômica Federal em realizar periodicamente as transferências dos valores depositados pela parte Autora para a conta do tesouro estadual (70%) e para a conta fundo (30%), nos termos exarados pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas às fls. 2.662/2.666. Intime-se a Requerente, via DJ-e, para que no prazo de 15 (quinze) dias, apresente réplica à contestação, bem como colacione ou informe as provas pretende produzir. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 31 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: JORGE WADIH TAHECH (OAB 15823/PR), ADV: ARLI PINTO DA SILVA (OAB 405141/SP) - Processo 0636949-22.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Brinks Segurança e Transporte de Valores Ltda - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos, etc. Recebo o presente mandamus em todos os seus termos. Acautelo-me quanto ao julgamento da medida liminar para momento posterior ao contraditório da parte adversa. Intime-se a Impetrante, via DJ-e, para que no prazo de 30 (trinta) dias, recolha as despesas de locomoção do Oficial de Justiça. Após, notifique-se a autoridade coatora, pelo meio cabível, para que no prazo de 10 (dez) dias, preste informações. Dê-se ciência ao órgão de representação judicial do Ente, via portal eletrônico, para, querendo, ingressar no feito no prazo de 10 (dez) dias. Por fim, voltem-me os autos conclusos. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 25 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM) - Processo 0637305-17.2019.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: O Estado do Amazonas - Processo: 0637305-17.2019.8.04.0001 Ação: Execução Fiscal Exequente: O Estado do Amazonas Executado:Boreste Transporte e Logística Ltda Me DECISÃO INTERLOCUTÓRIA A petição inicial desta Ação de Execução Fiscal encontra-se nos devidos termos do art. 6º, da Lei nº. 6.830, de 22 de setembro de 1980, motivo pelo qual defiro o pedido, arbitrando desde já, honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo, na forma do Art. 827 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/15), que, na hipótese de pagamento em 05 (cinco) dias, ficam reduzidos pela metade (art. 827, § 1º do CPC/15 c/c Art. 8º da Lei de Execução Fiscal). Por efeito, determino a realização dos seguintes atos: I.Citação, a ser realizada nas modalidades sucessivas previstas no art. 8º, da lei referida (carta, mandado e edital); II.Penhora, caso não seja paga a dívida nem garantida a execução por meio de depósito; III.Avaliação dos bens penhorados; IV.Registro da penhora, observado o disposto no art. 14 da lei mencionada; V.Arresto, se o (a) executado (a) não tiver domicílio ou dele se ocultar. Em homenagem aos princípios da economia e celeridade processual, DETERMINO, outrossim, que o Cartório adote um dos procedimentos a seguir elencados, de acordo com a situação a ser verificada: 1) Havendo pagamento, o(a) Exeqüente deve ser intimado(a) a falar sobre sua regularidade; 2) Comparecendo o(a) devedor(a) a Juízo para efetuar o depósito ou nomear bens à penhora, intime-se o(a) credor(a) a falar nos autos; havendo aquiescência quanto à penhora, lavre-se o competente termo; 3) Cumprida a diligência citatória e não havendo o comparecimento do (a) Executado (a), com fundamento nos artigos 835 e 854, CPC/15, proceda-se a indisponibilidade de ativos financeiros em nome da executada, até o valor constante da CDA e honorários advocatícios; 4) Caso o Juízo seja garantido (por penhora ou depósito), mas não sejam opostos os respectivos embargos, intime-se o (a) Exeqüente, a teor do art. 18 da Lei nº 6.830/80. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019.

ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM) - Processo 0637341-59.2019.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: O Estado do Amazonas - Processo: 0637341-59.2019.8.04.0001 Ação: Execução Fiscal Exequente: O Estado do Amazonas Executado:Jeferson Lacerda Takaoka - Me DECISÃO INTERLOCUTÓRIA A petição inicial desta Ação de Execução Fiscal encontra-se nos devidos termos do art. 6º, da Lei nº. 6.830, de 22 de setembro de 1980, motivo pelo qual defiro o pedido, arbitrando desde já, honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo, na forma do Art. 827 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/15), que, na hipótese de pagamento em 05 (cinco) dias, ficam reduzidos pela metade (art. 827, § 1º do CPC/15 c/c Art. 8º da Lei de Execução Fiscal). Por efeito, determino a realização dos seguintes atos: I.Citação, a ser realizada nas modalidades sucessivas previstas no art. 8º, da lei referida (carta, mandado e edital); II.Penhora, caso não seja paga a dívida nem garantida a execução por meio de depósito; III.Avaliação dos bens penhorados; IV.Registro da penhora, observado o disposto no art. 14 da lei mencionada; V.Arresto, se o (a) executado (a) não tiver domicílio ou dele se ocultar. Em homenagem aos princípios da economia e celeridade processual, DETERMINO, outrossim, que o Cartório adote um dos procedimentos a seguir elencados, de acordo com a situação a ser verificada: 1) Havendo pagamento, o(a) Exeqüente deve ser intimado(a) a falar sobre sua regularidade; 2) Comparecendo o(a) devedor(a) a Juízo para efetuar o depósito ou nomear bens à penhora, intime-se o(a) credor(a) a falar nos autos; havendo aquiescência quanto à penhora, lavre-se o competente termo; 3) Cumprida a diligência citatória e não havendo o comparecimento do (a) Executado (a), com fundamento nos artigos 835 e 854, CPC/15, proceda-se a indisponibilidade de ativos financeiros em nome da executada, até o valor constante da CDA e honorários advocatícios; 4) Caso o Juízo seja garantido (por penhora ou depósito), mas não sejam opostos os respectivos embargos, intime-se o (a) Exeqüente, a teor do art. 18 da Lei nº 6.830/80. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019.

ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM) - Processo 0637354-58.2019.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: O Estado do Amazonas - Processo: 0637354-58.2019.8.04.0001 Ação: Execução Fiscal Exequente: O Estado do Amazonas Executado:Dcruz Comercial Hospitalar Ltda - Epp DECISÃO INTERLOCUTÓRIA A petição inicial desta Ação de Execução Fiscal encontra-se nos devidos termos do art. 6º, da Lei nº. 6.830, de 22 de setembro de 1980, motivo pelo qual defiro o pedido, arbitrando desde já, honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo, na forma do Art. 827 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/15), que, na hipótese de pagamento em 05 (cinco) dias, ficam reduzidos pela metade (art. 827, § 1º do CPC/15 c/c Art. 8º da Lei de Execução Fiscal). Por efeito, determino a realização dos seguintes atos: I.Citação, a ser realizada nas modalidades sucessivas previstas no art. 8º, da lei referida (carta, mandado e edital); II.Penhora, caso não seja paga a dívida nem garantida a execução por meio de depósito; III.Avaliação dos bens penhorados; IV.Registro da penhora, observado o disposto no art. 14 da lei mencionada; V.Arresto, se o (a) executado (a) não tiver domicílio ou dele se ocultar. Em homenagem aos princípios da economia e celeridade processual, DETERMINO, outrossim, que o Cartório adote um dos procedimentos a seguir elencados, de acordo com a situação a ser verificada: 1) Havendo pagamento, o(a) Exeqüente deve

ser intimado(a) a falar sobre sua regularidade; 2) Comparecendo o(a) devedor(a) a Juízo para efetuar o depósito ou nomear bens à penhora, intime-se o(a) credor(a) a falar nos autos; havendo aquiescência quanto à penhora, lavre-se o competente termo; 3) Cumprida a diligência citatória e não havendo o comparecimento do (a) Executado (a), com fundamento nos artigos 835 e 854, CPC/15, proceda-se a indisponibilidade de ativos financeiros em nome da executada, até o valor constante da CDA e honorários advocatícios; 4) Caso o Juízo seja garantido (por penhora ou depósito), mas não sejam opostos os respectivos embargos, intime-se o (a) Exeqüente, a teor do art. 18 da Lei nº 6.830/80. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019.

ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM) - Processo 0637878-55.2019.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: O Estado do Amazonas - Processo: 0637878-55.2019.8.04.0001 Ação: Execução Fiscal Exequente: O Estado do Amazonas Executado:Mazon Restaurante e Pizzaria Ltda DECISÃO INTERLOCUTÓRIA A petição inicial desta Ação de Execução Fiscal encontra-se nos devidos termos do art. 6º, da Lei nº. 6.830, de 22 de setembro de 1980, motivo pelo qual defiro o pedido, arbitrando desde já, honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito exequendo, na forma do Art. 827 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/15), que, na hipótese de pagamento em 05 (cinco) dias, ficam reduzidos pela metade (art. 827, § 1º do CPC/15 c/c Art. 8º da Lei de Execução Fiscal). Por efeito, determino a realização dos seguintes atos: I.Citação, a ser realizada nas modalidades sucessivas previstas no art. 8º, da lei referida (carta, mandado e edital); II.Penhora, caso não seja paga a dívida nem garantida a execução por meio de depósito; III.Avaliação dos bens penhorados; IV.Registro da penhora, observado o disposto no art. 14 da lei mencionada; V.Arresto, se o (a) executado (a) não tiver domicílio ou dele se ocultar. Em homenagem aos princípios da economia e celeridade processual, DETERMINO, outrossim, que o Cartório adote um dos procedimentos a seguir elencados, de acordo com a situação a ser verificada: 1) Havendo pagamento, o(a) Exeqüente deve ser intimado(a) a falar sobre sua regularidade; 2) Comparecendo o(a) devedor(a) a Juízo para efetuar o depósito ou nomear bens à penhora, intime-se o(a) credor(a) a falar nos autos; havendo aquiescência quanto à penhora, lavre-se o competente termo; 3) Cumprida a diligência citatória e não havendo o comparecimento do (a) Executado (a), com fundamento nos artigos 835 e 854, CPC/15, proceda-se a indisponibilidade de ativos financeiros em nome da executada, até o valor constante da CDA e honorários advocatícios; 4) Caso o Juízo seja garantido (por penhora ou depósito), mas não sejam opostos os respectivos embargos, intime-se o (a) Exeqüente, a teor do art. 18 da Lei nº 6.830/80. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019.

ADV: ALEX JÚNIO SILVA DOS SANTOS (OAB 12430/AM) - Processo 0638590-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Albertiza Damasceno da Silva - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos, etc. Recebo a presente ação. Concedo os benefícios da justiça gratuita em favor da Requerente. Acautelo-me quanto ao julgamento do pedido de tutela provisória para momento posterior ao contraditório das partes adversas. Cite-se o Estado do Amazonas, via portal eletrônico, para, querendo, apresentar contestação no prazo legal. Cite-se o DETRAN/AM, pelo meio cabível, para, querendo, apresentar contestação no prazo legal. Nego a inclusão, bem como a citação do Requerido Ernani das Neves Rodrigues, haja vista que por ser a presente ação antiexacional, a relação jurídica aqui discutida fica adstrita à Requerente e ao Estado (lato sensu), sendo o presente Juízo incompetente (rationae materiae) para processar e julgar lide acerca de negócio jurídico entre partes privadas. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 25 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0639140-79.2015.8.04.0001 - Execução Fiscal - Cálculo de ICMS “por dentro” - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 54/78) envolvendo a CDA nº 51922/15 (pedido nº 42099-9), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 16 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ALICE DE AQUINO SIQUEIRA E SILVA (OAB 4564/AM) - Processo 0639562-15.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Exclusão - ICMS - REQUERENTE: Mm Gestão de Instalações de Esportes Ltda. - Mm Gestão de Instalações de Esportes Ltda. - DISPOSITIVO Ante o exposto, preenchidos os requisitos necessários à concessão da medida liminar em sede de writ, determino que a Impetrada se abstenha de aplicar medidas disciplinadas pelo Convênio ICMS nº 64/06 nas operações de venda dos bens do ativo imobilizado dos veículos com menos de 12 meses de aquisição da montadora, utilizados na atividade econômica da Impetrante. Determino que a Impetrada tome as medidas administrativas necessárias para que o DETRAN/AM se abstenha de aplicar as medidas disciplinadas na cláusula quarta do referido Convênio nos certificados de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV). Ordeno, outrossim, que a Impetrada efetue as respectivas transferências dos veículos, com menos de 12 meses de aquisição da montadora, de propriedade da impetrante, quando desincorporados do ativo imobilizado, mesmo sem comprovação do recolhimento do imposto cabível. Por fim, determino que a Impetrada se abstenha de efetuar quaisquer lançamentos de débitos fiscais alusivos ao ICMS em razão da venda de veículos com menos de 12 meses de aquisição da montadora, integrante do ativo imobilizado utilizados na sua atividade econômica. Notifique-se a i. Autoridade Coatora para que, no prazo de 10 dias, apresente as informações necessárias. Dê-se ciência ao órgão de representação da impetrante, por meio de portal eletrônico, para que ingresse no presente feito, no prazo de 10 dias. Fica a parte interessada devidamente intimada para recolher as despesas de locomoção do oficial de justiça para fins de intimação do i. Autoridade Coatora. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 01 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: DANILO ANDRADE MAIA (OAB A1111/AM) - Processo 0639803-86.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - ICMS / Incidência Sobre o Ativo Fixo - REQUERENTE: Blue Group Participações e Comércio Eletrônico Ltda - Acautelo-me quanto à concessão da tutela provisória de urgência até que sobrevenha o contraditório. Dê-se ciência ao órgão de representação, via portal eletrônico, para que ingresse no presente feito, no prazo de 10 dias. Notifique-se a i. Autoridade Coatora para prestar as informações necessárias, no prazo de 10 dias. Intime-se o impetrante para antecipar as despesas de locomoção para fins de notificação da autoridade Coatora. Cumprida a medida, expeça-se o competente mandado. P.R.I.C. Manaus, 01 de agosto de 2019. Marco A P Costa JUIZ DE DIREITO

ADV: SAMUEL OLIVEIRA MACIEL (OAB 72793/MG) - Processo 0639970-06.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0803739-69.2014.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Nulidade - REQUERENTE: Ana Maria Marques Lima - Pelo exposto, recebo os embargos à execução com efeito suspensivo na forma do art. 919, § 1º do CPC. Em relação ao imediato levantamento, acautelo-me ate que sobrevenha o conraditório. Cite-se o embargado por meio de portal eletrônico para contestar querendo no prazo de lei. P.R.I.C. Manaus, 31 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: KALINA MADDY MACÊDO COHEN (OAB 4258/AM) - Processo 0640081-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cumprimento Provisório de Sentença - REQUERENTE: O Estado do Amazonas - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos, etc. Nota-se que o presente cumprimento provisório busca a execução da sentença proferida nos autos do processo nº 0263651-51.2011.8.04.0001, notadamente no que diz respeito à condenação dos honorários advocatícios. Não obstante, observa-se que o referido pronunciamento judicial fora exarado pelo MM. Juízo de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública. Por conseguinte, determino a remessa deste feito ao Juízo supramencionado para o devido processamento e julgamento. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 01 de agosto de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: IVSON COÊLHO DA SILVA (OAB 550A/AM) - Processo 0640083-28.2017.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - REQUERENTE: Pole Position Tecnologia Ltda - Pole Comercio de Veiculos Ltda

- Flf Autos Ltda - Me - Intimem-se os requeridos, via DJ-e, para apresentar contrarrazões à apelação interposta às fls.105/111, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Amazonas. À secretaria com as cautelas de estilo. P.R.I.C Manaus, 16 de julho de 2019. Marco A P Costa JUIZ DE DIREITO

ADV: CRISTIANO ZANIN MARTINS (OAB 172730/SP), ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0641462-72.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0031635-43.2002.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Estado do Amazonas - EMBARGADO: Transbrasil S/A Linhas aéreas - Pelo exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido constante dos Embargos à Execução de Sentença em que figura como Embargante o Estado do Amazonas e Embargado Transbrasil S/A Linhas Aéreas para afastar a inclusão dos juros moratórios, nos termos da fundamentação. Honorários advocatícios proporcionalmente distribuídos, os quais fixo em 10% da diferença encontrada, na forma do art. 86 do CPC. Sem custas. Manaus, 24 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: MARIA LIDIA SALGADO DE FREITAS (OAB 112754/SP) - Processo 0641940-80.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0048457-05.2005.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Ulisses Canhedo Azevedo - Diante do exposto, deixo de receber os Embargos à Execução Fiscal opostos por Ulisses Canhedo Azevdo em desfavor da Fazenda Pública, nos termos dos arts. 485, IV do CPC e 16, §1º da LEF. Custas indevidas. P.R.I.C. Manaus, 22 de julho de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito

ADV: ONILDA ABREU DA SILVA (OAB 2288/AM), ADV: RAQUEL BENTES DE SOUZA DO NASCIMENTO (OAB 4819/AM) - Processo 0649598-53.2018.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 31/41) referente a CDA n° 037777/17 (pedido n° 42360-2). Ato continuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supracitado. Cumpra-se

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0650818-86.2018.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - EXECUTADO: Belgon Comercio de Armarinho Ltda - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 20/34) envolvendo a CDA nº 41589-8 (pedido nº 31199/16), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 16 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM), ADV: ADRIANA DOS SANTOS GUIMARÃES (OAB 10252/AM) - Processo 0800023-97.2015.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - REQUERENTE: Estado do Amazonas - REQUERIDA: Nova Vida Comercio de Armarinho Ltda-m - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 215/233) envolvendo a CDA nº 141/15 (pedido nº 42643-1), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 17 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: MARIA HOSANA DE SOUZA MONTEIRO (OAB 2333/AM), ADV: PATRICIA PETRUCCELLI MARINHO (OAB 3319/AM), ADV: SUELY MARIA VIEIRA DA ROCHA BARBIRATO (OAB 1336/AM) - Processo 0812624-77.2011.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - REQUERENTE: Estado do Amazonas - HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 83/105) referente a CDA n° 000745/10 (pedido n° 41305/4). Ato continuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supracitado. Cumpra-se.

ADV: VIVIAN MARIA OLIVEIRA DA FROTA (OAB 6880/AM) - Processo 0819836-52.2011.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - REQUERENTE: Estado do Amazonas - HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 164/182) referente a CDA n° 000987/10 (pedido n° 42195/2). Ato continuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supracitado. Cumpra-se.

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0851979-60.2012.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - REQUERENTE: Estado do Amazonas - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 62/75) envolvendo a CDA nº 934/11 (pedido nº 42921-0), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 16 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0871098-02.2015.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 34/54) envolvendo a CDA nº 1705/15 (pedido nº 40774-7), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 16 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0906260-58.2015.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - REQUERENTE: Estado do Amazonas - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 49/65) envolvendo a CDA nº 1843/15 (pedido nº 40879-4), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 16 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0906276-12.2015.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - REQUERENTE: Estado do Amazonas - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 30/45) envolvendo a CDA nº 1469/15, 1470/15 e 1471/15 (pedido nº 41847-1), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 17 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0915003-96.2011.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - HOMOLOGO o acordo de parcelamento feito entre as partes (vide fls. 81/91) envolvendo a CDA nº 41952-4 (pedido nº 904/10), ex vi art. 151, inciso VI do CTN e art. 922 do CPC. Ato contínuo, DETERMINO a suspensão do feito executivo até o adimplemento integral do acordo supramencionado. Cumpra-se. Manaus, 03 de julho de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

Adriana dos Santos Guimarães (OAB 10252/AM)
ADRIANA ROTHER (OAB 319/AM)
Adriana Rother (OAB 319A/AM)
Adriane Simões Assayag Ribeiro (OAB 2531/AM)
Alex Júnio Silva dos Santos (OAB 12430/AM)
Alice de Aquino Siqueira e Silva (OAB 4564/AM)
Alicia Bianchini Borduque (OAB 108560/SP)
Altiza Pereira de Souza (OAB 6881/AM)
Amilcar dos Santos Pinheiro Filho (OAB 538A/AM)
André Torres dos Santos (OAB 35161/DF)
Andreza da Costa Paes (OAB 12353/AM)
Angela Beatriz Gonçalves Falcão de Oliveira (OAB 891342/AM)
Ângelo Roncalli Osmiro Barreto (OAB 26766/CE)
Anna Karina L. Brasil Salama (OAB 2528/AM)
ANTONIO CHAVES ABDALLA (OAB 1126A/AM)
Antonio Chaves Abdalla (OAB 66493/MG)
ARIZZA RACHEL MORAIS DA CUNHA (OAB 7826/AM)
Arli Pinto da Silva (OAB 405141/SP)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Bruno Giotto Gavinho Frota (OAB 4514/AM)
Carlos Alberto Souza de Almeida (OAB 3054/AM)
Carlos Ricardo de Araújo Melo (OAB 4239/AM)

César Ituassu da Silva Neto (OAB 9506/AM)
CRISTIANO ZANIN MARTINS (OAB 172730/SP)
Daniel de Aguiar Aniceto (OAB 232070/SP)
Danielle Kohashi da Costa (OAB 10059/AM)
Danilo Andrade Maia (OAB A1111/AM)
Delcilene Rebouças Silva Lopes (OAB 7453/AM)
Diogo Neto de Moraes (OAB 359114/SP)
Ednilson Pimentel Matos (OAB 1799/AM)
Ellen Florêncio Santos Rocha (OAB 2752/AM)
Ernando Simião da Silva Filho (OAB 9069/AM)
Eugênio Nunes Silva (OAB 763A/AM)
Fábio Leandro Lira Pereira (OAB 4730/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Theodorico Ferreira Góes (OAB 8890/PA)
Felipe Antônio Lopes Santos (OAB 7250/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Francesco Robustelli Neto (OAB 8268/AM)
Frederico Cosme Perez Melhado (OAB 131390/RJ)
Gustavo Monteiro Rodrigues (OAB 5150/AM)
Hamilton da Fonseca Caminha (OAB 4552/AM)
Helga Oliveira da Costa (OAB 8242/AM)
Ike Kennedy Veiga da Silva (OAB 4519/AM)
Ivson Coêlho da Silva (OAB 550A/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jessica Lobo Silva (OAB 158014/MG)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Lucas Pantoja Vieira (OAB 9982/AM)
João Manoel Silva de Oliveira (OAB 4677/AM)
Jorge Wadih Tahech (OAB 15823/PR)
JOSÉ GUILHERME FONTES DE AZEVEDO COSTA (OAB 126729/RJ)
Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB 855A/SE)
José Roberto Gióia Alfaia (OAB 1746/AM)
Jucelinno Araújo Lima (OAB 8039/AM)
JULIA FERREIRA BASTOS SILVA (OAB 18291/PA)
Júlio César de Almeida Lorenzoni (OAB 5545/AM)
Kalina Maddy Macêdo Cohen (OAB 4258/AM)
Leandro Venicius Fonseca Rozeira (OAB 29991/BA)
Leila Almeida de Sousa (OAB 3734/AM)
Lilian da Silva Alves (OAB 8921/AM)
Lisieux Ribeiro Lima (OAB 4486/AM)
Luciano de Almeida Souza Coelho (OAB 9919/AM)
Luís Carlos Palheta Silva (OAB 9717/AM)
Luis Eduardo Pessoa Pinto (OAB 922A/AM)
Luisa de Almeida Andrade (OAB 56223/DF)
Luiz Cláudio Cruz da Silva (OAB 6906/AM)
Luiz Gustavo Antônio Silva Bichara (OAB 112310/RJ)
Luiz Roberto Franklin Muniz Júnior (OAB 6791/AM)
Manoel do Carmo Neves Silva (OAB 284/AM)
Manuel Moreira da Silva Filho (OAB 3459/AM)
Marcello Henrique Soares Cipriano (OAB 4011/AM)
Márcia Cristina Barreto dos Santos (OAB 39286/DF)
Marcio Batista Pereira (OAB 69181/RJ)
Maria do Perpetuo Socorro Aparicio de Souza (OAB 7142/AM)
Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (OAB 7432/AM)
Maria Hosana de Souza Monteiro (OAB 2333/AM)
Maria Lidia Salgado de Freitas (OAB 112754/SP)
Mário Oliveira Robustelli (OAB 8267/AM)
Mário Robustelli Filho (OAB 9380/AM)
Marita Santos de Oliveira Corrêa (OAB 5391/AM)
Matheus Oliveira Machado (OAB 51.459/DF)
Mauricio Barboza de Melo (OAB 27556/BA)
Micael Pinheiro Neves Silva (OAB 6088/AM)
MICHELLE NASCIMENTO DA SILVA TACHY (OAB 830A/AM)
Ninfe Mota Dantas (OAB 7791/AM)
Noeli de Almeida Lorenzoni (OAB 2197/AM)
Onilda Abreu da Silva (OAB 2288/AM)
Patricia Petruccelli Marinho (OAB 3319/AM)
Paulo Victor Vieira da Rocha (OAB 231839/SP)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Priscilla de Oliveira Veras (OAB 6681/AM)
Rafael Queiroz de Souza (OAB 19123/CE)
Raimundo Anastácio Carvalho Dutra Filho (OAB 5128/AM)
Raimundo Edson Torres Lima (OAB 8732/AM)
Ralph Campos Siqueira (OAB 13405/DF)
Ralph Campos Siqueira Filho (OAB 46.448/DF)
Ralph Campos Siqueira Filho (OAB 46448/DF)
Raquel Bentes de Souza do Nascimento (OAB 4819/AM)
Renato de Britto Gonçalves (OAB 144508/SP)
Ricardo Oliveira da Costa (OAB 10658/AM)
RODRIGO LICHTENBERGER CATAN (OAB 228474/SP)
Rômulo José Fernandes da Silva (OAB 1818/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Sabrina Bezerra Fortunato (OAB 10085/AM)
Samuel Oliveira Maciel (OAB 72793/MG)
Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
Sérgio Farina Filho (OAB 75410/SP)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Suely Maria Vieira da Rocha Barbirato (OAB 1336/AM)
Sylvio Garcez Júnior (OAB 7510/BA)
Thelma Saidt Robustelli (OAB 5021/AM)
Thiago Assis da Silva Monteiro (OAB 12725/AM)
Thiago Augusto Campos Tirolli (OAB 7730/AM)
Valdeci Laurentino da Silva (OAB 178A/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 99A/AM)
Veridiana Nogueira de Aguiar (OAB 8182/PA)
Vicente de Paulo Armond de Melo (OAB 1828/AM)
Vinicius Pedroso de Albuquerque Lima (OAB 66642/RS)
Vivian Maria Oliveira da Frota (OAB 6880/AM)
Vivian Mendonça Martins (OAB 9403/AM)
Weber dos Santos Rêgo (OAB 4951/AM)

1ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO JEAN CARLOS PIMENTEL DOS SANTOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERTO IGOR SÁ E SOUZA DE WANDERLEY
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0034/2019

ADV: YURI BENTES GUIMARÃES (OAB 10778/AM) - Processo 0085496-70.2004.8.04.0001 (001.04.085496-6) - Inquérito Policial - Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas - INDICIADA: Marizete Pereira de Castro - Raimundo Gomes da Costa - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0085496-70.2004.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Indiciado, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, RAIMUNDO GOMES DA COSTA, Brasileiro(a), Concubino, Autônomo, pai Antonio Ferreira da Costa, mãe Ariadna Gomes Parentes, natural de Autazes - AM, com endereço à Rua Coronel Manoel Correa, 333, São Francisco, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI

(OAB 8754/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM) - Processo 0203803-02.2012.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tutela Provisória - DENUNCIADO: M.P.O. e outros - REQUERIDO: M.G.R.N. - DENUNCIADO: J.L.P.C. e outros - Assim, por estarem presentes os pressupostos que autorizam a decretação da prisão preventiva, INDEFIRO O PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA de Jorge Luiz Pereira Chagas, nos termos do art. 312 do CPP, em consonância com o parecer ministerial. Providências de praxe. Intime-se.

ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: HELDER CINTRA BASTOS (OAB 12929/AM) - Processo 0209290-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Claucimara Pereira da Silva - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Claucimara Pereira da Silva, Dr.(a) Jerônimo Pereira da Silva Neto OAB 9509/AM e Joelma Takeda de Moraes OAB 8432/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 28/08/2019 às 12:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 01 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM), ADV: IGOR BRANDÃO BARBOSA (OAB 6598/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: BELMIRO GONÇALVES VIANEZ NETO (OAB 6846/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM) - Processo 0209855-72.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Adriano da Silva de Melo - Jose Jeberson da Silva - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0209855-72.2016.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Réu, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, JOSE JEBERSON DA SILVA, Brasileiro(a), pai Keila Regina Costa da Silva, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Jequié, Conjunto Lírio do Vale, Lírio do Vale II, CEP 69000-000, Manaus - AM e ADRIANO DA SILVA DE MELO, Brasileiro(a), Eletricista, RG 22015540/AM, pai Nilton Melo dos Santos, mãe Ana Paula da Silva de Melo, Nascido/Nascida em 14/11/1989, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Planaltina,, 07, Lirio do Vale 1, CEP 69038-210, Manaus - AM, como incurso nos termos da Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, INTIMADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, constituir novo advogado e apresentar suas alegações finais, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: CAROLINE RIBEIRO FROTA MOREIRA (OAB 5670/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: BENJAMIN DO COUTO RAMOS NETO (OAB 8483/AM), ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM) - Processo 0210408-61.2012.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Sebastião Lima Martins Filho - Jose da Silva Rodrigues - J.S.S. - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0210408-61.2012.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Denunciado, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, SEBASTIÃO LIMA MARTINS FILHO, Brasileiro(a), Convivente, Desempregado, RG 2718173-1, pai Sebastião Arevalo Martins, mãe Osmilda de Oliveira Lima, Nascido/Nascida em 01/05/1990, natural de Benjamin Constant - AM, com endereço à Rua B-02, S/N, Loteamento Aguas Claras II, Cidade Nova, Manaus - AM, como incurso nos termos da Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, INTIMADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, constituir novo advogado e apresentar suas alegações finais, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: GLÊNIO GUSMÃO VERAS (OAB 10056/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM) - Processo 0213253-27.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Fernando Bezerra de Souza Bentes - INDICIADO: Keven Augusto da Silva Cavalcante - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0213253-27.2016.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Danielle Queiroz Ribeiro OAB 9296/AM e Maria Goreth Terças de Oliveira OAB 3735/AM, advogado(a) de Fernando Bezerra de Souza Bentes, denunciado(a) como incurso(a) no(s) art.(s) 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar MEMORIAIS no processo em epígrafe, conforme art. 403, §3º, do Código de Processo Penal. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 30 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento n.º 004/1994-CGJ.

ADV: VILSON GOMES BENAYON FILHO (OAB 4820/AM), ADV: KARINA AUXILIADORA PINTO (OAB 2496/AM) - Processo 0216127-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: D.F.O.S. - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0216127-77.2019.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Vilson Gomes Benayon Filho OAB 4820/AM e Karina Auxiliadora Pinto OAB 2496/AM, advogado(a) de Denys Fran de Oliveira Santos, denunciado(a) como incurso(a) no(s) art.(s) 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar MEMORIAIS no processo em epígrafe, conforme art. 403, §3º, do Código de Processo Penal. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de julho de 2019. Eu, Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento n.º 004/1994-CGJ.

ADV: NORMA BARBOZA ARAUJO (OAB 2845/AM), ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0216689-62.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Vanderley Lima de Vasconcelos - Orlando Rodrigues de Oliveira - Moisés Bitencourt Vidal - FAZ SABER a todos que o presente

edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Orlando Rodrigues de Oliveira, Moisés Bitencourt Vidal e Vanderley Lima de Vasconcelos, Dr.(a) Efigênia Generoso de Araújo OAB 4508/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 26/08/2019 às 08:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 29 de julho de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: DJACY DAS NEVES BENEVIDES FILHO (OAB 11994/AM), ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM), ADV: ESCALONE MANRARIN DE SOUZA PINHEIRO (OAB 13277/AM) - Processo 0218162-44.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Valdirene de Abreu - RÉU: Gilmagno Amorim - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0218162-44.2018.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Anizio Antonio Silva de Castro Paes OAB 9777/AMDjacy das Neves Benevides Filho OAB 11994/AM e Efigênia Generoso de Araújo OAB 4508/AM, advogado(a) de , denunciado(a) como incurso(a) no(s) art.(s) 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar DEFESA PRÉVIA no processo em epígrafe, conforme art. 55, "caput", da Lei nº 11.343/06. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 31 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento n.º 004/1994-CGJ.

ADV: MARIA EDILEUSA MORAES DE MEDEIROS (OAB 7060/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: JHONNY ARAUJO COSTA JUNIOR (OAB 13275/AM) - Processo 0219787-84.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Daniel Pontes Rodrigues - Gregory de Sena Binda - Jorge Miguel Mourão Neto - José Kennedy de Sena Melo - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Daniel Pontes Rodrigues, Gregory de Sena Binda e Jorge Miguel Mourão Neto, Dr.(a) Maria Edileusa Moraes de Medeiros OAB 7060/AMJhonny Araujo Costa Junior OAB 13275/AM e Danielle Queiroz Ribeiro OAB 9296/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 27/08/2019 às 13:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 31 de julho de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: JAMES RODRIGUES MOREIRA (OAB 8227/AM), ADV: HUTAN MACHADO DE L.IMA (OAB 9082/AM) - Processo 0220606-26.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Jander Gonçalves dos Santos - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, dou nova definição ao fato jurídico descrito na inicial acusatória para DESCLASSIFICAR a acusação do crime do artigo 33 da Lei 11.343/06 para o art. 28 da mesma lei, com fundamento no artigo 383 do Código de Processo Penal. A prescrição do crime previsto no artigo 28 da Lei 11.343/06 ocorre em dois anos, conforme artigo 30 da mesma lei. Nestes autos, como o prazo fora retomado (Súmula 415 do STJ), e não há outro fato interruptivo, vê-se que esta já ocorreu, uma vez que entre a data do fato e a presente data houve o transcurso do prazo prescricional previsto no artigo 30 da Lei 11.343/06. Diante do exposto e nos termos do art. 107, inciso IV, primeira figura, do Código Penal, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado. Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Com relação aos outros bens, decreto o perdimento em favor da União. Após o trânsito em julgado, cumprida as formalidades legais, arquivem-se os presentes autos, com a devida baixa do nome do Autor do fato no Sistema de Automação do Judiciário. Custas pelo Estado. P.R.I.C.

ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM) - Processo 0221584-32.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Altevi Rodrigues Siqueira - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Altevi Rodrigues Siqueira, Dr.(a) João Evangelista Generoso de Araújo OAB 12394/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 26/08/2019 às 10:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 29 de julho de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: UBIRAJARA FRANCISCO DE MORAES (OAB 7265/AM), ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM) - Processo 0224291-41.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Outras fraudes - RÉU: W.M.C. - A.C.M. - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 29/08/2019 às 09:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento. Outrossim, DÊ-SE baixa no nome de William Matos Cavalcante dos presentes autos junto ao sistema de automação do judiciário, considerando que o mesmo não fora denunciado no presente processo.

ADV: PEDRO SOBRINHO COELHO (OAB 598/RR), ADV: EMERSON DA SILVA CASTRO (OAB 5591/AM) - Processo 0227021-83.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Priscylla Cristiane Guimarães Silva - Determino a notificação da sentenciada para comparecer a esta vara especializada, no prazo de 15 dias, para que de forma espontânea possa dar cumprimento ao regime imposto na sentença, sob pena de ser expedido mandado de prisão em desfavor da ré. Por esta decisão tomo por base a portaria 271/2018-PTJ, art.1º, inciso IV deste Egrégio Tribunal de Justiça que determina: "Art.1º...é dever da vara criminal onde proferida sentença penal condenatória transitada em julgado com aplicação de pena privativa de liberdade: IV - expedir mandado de prisão, caso o Condenado à pena privativa de liberdade ainda não esteja recolhido em nenhuma unidade prisional." À secretaria para providências.

ADV: JOSÉ NAZARENO DA SILVA (OAB 3052/AM), ADV: SEM PATRONO (OAB /AM), ADV: EDER CARLOS RIBEIRO PIRES (OAB 7901/AM) - Processo 0230273-36.2013.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Elton Mota de Oliveira - Maria Izaurina Mota de Oliveira - INDICIADO: Liziomar Marques Mota - Giselle Gomes Litaiff - DENUNCIADO: Luciano Marques da Mota - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Lídia de Abreu Carvalho Frota, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0230273-36.2013.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Denunciado, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes,

instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, LUCIANO MARQUES DA MOTA, Brasileiro(a), RG 18834566, com endereço à Rua Mureru, 28, Colônia Santo Antônio, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ANDREWS NASCIMENTO DE ABREU (OAB 4899/AM) - Processo 0230391-02.2019.8.04.0001 (processo principal 0207426-35.2016.8.04.0001) - Restituição de Coisas Apreendidas - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - REQUERENTE: Sabrina Sobral de Oliveira - Recebi hoje. Acolho a manifestação ministerial, no sentido de DETERMINAR a intimação do patrono da requerente para junte aos autos aos autos documentos comprovando o exercício de atividade lícita que permita a aquisição idônea do veículo, como contracheques ou declaração de imposto de renda, dentre outros. À secretaria para providências.

ADV: ANDREWS NASCIMENTO DE ABREU (OAB 4899/AM) - Processo 0230391-02.2019.8.04.0001 (processo principal 0207426-35.2016.8.04.0001) - Restituição de Coisas Apreendidas - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - REQUERENTE: Sabrina Sobral de Oliveira - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0230391-02.2019.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Andrews Nascimento de Abreu OAB 4899/AM, advogado(a) de Sabrina Sobral de Oliveira, para tomar ciência, nesta data, do despacho proferida nos autos virtuais supramencionados de fls. 17. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus(AM.), 31 de julho de 2019. Eu, Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: LUÍS JORGE DE ARRUDA ROSAS (OAB 1079A/AM), ADV: GABRIEL YUNES DA ROCHA (OAB 9623/AM), ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM), ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM), ADV: VALÉRIA FERREIRA RABELLO (OAB 6287/AM), ADV: ALLAN YUNES DA ROCHA (OAB 12748/AM) - Processo 0230551-32.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: H.C.F. - C.R.L.R. - J.F.N.N. - R.P.C. - G.N.C. - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0230551-32.2016.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Luciana da Silva Terças OAB 4121/AM e Janderson Fernandes Ribeiro OAB 7750/AM, advogado(a) de Raimundo Pereira da Costa, Gênesis Nascimento da Costa e Hélio Cavalcante Ferreira, denunciado(a) como incurso(a) no(s) art.(s) 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar MEMORIAIS no processo em epígrafe, conforme art. 403, §3º, do Código de Processo Penal. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 30 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento n.º 004/1994-CGJ.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0233773-81.2011.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Fábio da Silva Souza - RÉU: Jhonatan Santana dos Santos - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Lídia de Abreu Carvalho Frota, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0233773-81.2011.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Réu, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, JHONATAN SANTANA DOS SANTOS, Brasileiro(a), com endereço à Rua 193, Núcleo 15, 01, Cidade Nova, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: CRISTIANO LEITÃO TAPAJÓS (OAB 5826/AM), ADV: VERACI TORRES DA SILVA (OAB 3162/AM), ADV: DJACY DAS NEVES BENEVIDES FILHO (OAB 11994/AM), ADV: JONATHAN CAMPOS CUTRIM (OAB 9855/AM), ADV: MARIA ELIZABETHE RODRIGUES JERONIMO (OAB 7229/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: NORMA BARBOZA ARAUJO (OAB 2845/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM), ADV: MARY CASTRO DA SILVA (OAB 13120/AM), ADV: SULENE SOCORRO CARVALHO VERISSIMO DE OLIVEIRA (OAB 2557/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0235514-20.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Carlos Henrique de Souza Lima - Leandro Teixeira Soares - Anderson Simões de Matos - Erick de Jesus Ferreira - Marcelo Souza de Oliveira - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Anderson Simões de Matos, Carlos Henrique de Souza Lima, Erick de Jesus Ferreira, Leandro Teixeira Soares e Marcelo Souza de Oliveira, como incursos nas penas dos artigos 33 da Lei 11.343/06, bem como CONDERNAR Erick de Jesus Ferreira às penas do art. 16 da Lei 10.826/03, e ABSOLVÊ-LOS das penas impostas pelo artigo 35 da Lei 11.343/06, com fundamento no artigo 386, VII do Código de Processo Penal. E DECLINAR DA COMPETÊNCIA para que os delitos previstos na Lei 10.826/03, sejam analisados pelo juiz natural. Posto isso, passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. 1. Quanto ao acusado Erick de Jesus Ferreira: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 2490 g para a droga MACONHA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Agravo a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa, em decorrência da reincidência

(arts. 61, I, do CP), referente a condenação do Réu no processo de nº 0264462-06.2014. Sem atenuantes. Não há causas de aumento de pena. O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da reincidência. b) Para o delito do art. 16 da Lei 10.826/2003 Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 300 (trezentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. (Súmula 231 STJ) Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Erick de Jesus Ferreira em 07 (sete) anos de reclusão, e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 3 (três) anos de reclusão e 300 (trezentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 16 da Lei 10.826/03, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME FECHADO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "a", e § 3º, do Código Penal. Em sendo aplicada a regra disciplinada pelo art. 69 do Código Penal (concurso material), fica o réu condenado, definitivamente, à pena de 10 (dez) anos e 1000 (mil) dias-multa. 2. Quanto ao réu Marcelo Souza de Oliveira: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 2490 g para a droga MACONHA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Agravo a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa, em decorrência da reincidência (arts. 61, I, do CP), referente a condenação do Réu no processo de nº 0231948-05.2011.8.04.0001. Sem atenuantes. Não há causas de aumento de pena. O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da reincidência. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao réu Marcelo Souza de Oliveira em 07 (sete) anos de reclusão, e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME FECHADO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "a", e § 3º, do Código Penal. 3. Quanto ao réu Leandro Teixeira Soares: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 2490 g para a droga MACONHA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, tendo sido condenado nos autos do processo de nº 0215809-46.2009.8.04.0001; os poucos elementos coletados permite um juízo de valor quanto a personalidade dele comprova ser esta voltada para o crime de tráfico de drogas; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 07 (sete) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Não há causas de aumento de pena. O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão dos maus antecedentes e da vida dedicada ao crime. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao réu Leandro Teixeira Soares em 07 (sete) anos de reclusão, e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME SEMIABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "b", e § 3º, do Código Penal. 4. Quanto ao réu Carlos Henrique de Souza Lima: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 2490 g para a droga MACONHA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Sem agravantes. Atenuo a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa por ter confessado (art. 65, III, "d", CP). Não há causas de aumento de pena. Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 1/3 (um terços), em razão da quantidade de droga apreendida. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao réu Carlos Henrique de Souza Lima em 03 (três) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, e 333 (trezentos e trinta e três) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "c", e § 3º, do Código Penal. 5. Quanto ao réu Anderson Simões de Matos: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 2490 g para a droga MACONHA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus

membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Sem agravantes. Atenuo a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa por ser o Réu menor de 21 (vinte e um) anos na data do fato (art. 65, I, CP). Não há causas de aumento de pena. Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 1/3 (um terço), em razão da quantidade de droga apreendida. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao réu Anderson Simões de Matos em 03 (três) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, e 333 (trezentos e trinta e três) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "c", e § 3º, do Código Penal. Da não substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito aos réus Leandro, Erick e Marcelo. Considerando que o Réu não preenche os requisitos do art. 44 do Código Penal, mormente pela quantidade de pena dosimetrada, deixo de converter as penas privativas de liberdade em restritivas de direito. De outro giro, tendo em vista que os acusados encontram-se em liberdade por este processo, bem como pelo fato de que não estão presentes as circunstâncias do artigo 312 do Código de Processo Penal, concedo-lhe o direito de recorrer em liberdade por este processo. Desnecessária a expedição de alvará de soltura, vez que o sentenciado já encontra-se em liberdade. Da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito aos réus Carlos e Anderson. Considerando as circunstâncias judiciais favoráveis e se tratar de acusado primário e de bons antecedentes, bem assim a Resolução a norma acima citada não se coaduna com a ordem constitucional, em especial ao princípio da proporcionalidade e da individualização da pena, previsto no art. 5º, XLVI da Lei Maior. No caso em tela, a sanção privativa de liberdade mostra-se exagerada e desproporcional para a baixa ofensividade demonstrada pelo acusado no curso da empreitada criminosa, caracterizando uma punibilidade exorbitante ao fato criminoso, razão pela qual decido pela substituição na forma abaixo exposta e em consonância com o art. 43 e seguintes do Código Penal. Por oportuno, deve ser frisado que o E. Supremo Tribunal Federal, no Habeas Corpus n. 97256 impetrado pela Defensoria Pública da União, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 44 da Lei de Drogas, tendo o Relator do caso, Exmo. Ministro Ayres Brito aduzido que a referida vedação impede a possibilidade do magistrado optar pela pena mais adequada ao caso e ao infrator, sendo mácula ao princípio da individualização da pena. Destarte, os elementos dos autos evidenciam que a referida substituição é socialmente recomendável aos acusados, razão pela qual, com fundamento da novel jurisprudência do STF, acato incidenter tantum a inconstitucionalidade dos arts. 33, §4º e 40 da Lei de Drogas para converter a pena privativa de liberdade em duas restritivas de direitos, de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e limitação de fim de semana, na forma dos arts. 44, § 2º c/c 46 e 48 do CP, pelo período de 03 (três) anos e 04 (quatro) meses, a ser executada na forma e em estabelecimento(s) indicado(s) pela Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas VEMEPA. Tendo em vista a substituição da pena privativa de liberdade e por se tratar de réu primário e de bons antecedentes, concedo o direito de recorrer em liberdade, consoante o disposto no art. 59 da Lei 11.343/2006. Desnecessária a expedição de Alvará de Soltura visto que os Réus encontram-se soltos. Da incineração das substâncias apreendidas: Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com os Réus e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bens e valores: Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto de fls. 08, em favor da União. Das custas processuais: Condeno os Réus, ainda, ao pagamento das custas processuais. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome dos Réus no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação dos Réus, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEP/VEMEPA; Aplique-se a detração no que couber; À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. Encaminhe-se as armas de fogo e munições apreendidas ao Comando do Exército, na forma do artigo 25 da Lei nº 10.826/2003. P.R.I.C.

ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM) - Processo 0236097-34.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Henrique Soares Santiago - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Henrique Soares Santiago, Dr.(a) Geysa Caroline de Souza Machado OAB 6149/AMNathália Pimentel Bione de Souza OAB 8027/AMRaphael Coelho da Silva OAB 7998/AMDavi Rodrigues de Oliveira OAB 8550/AMFábio Assunção Pavesi OAB 8754/AMADRIEL LOPES MOTA OAB 9320/AM e Érica Cândida Costa OAB 12473/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 26/08/2019 às 08:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 29 de julho de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: RAFAEL DA CRUZ LAURIA (OAB 5716/AM) - Processo 0236886-77.2010.8.04.0001 (001.10.236886-5) - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas - INDICIADO: Angelo Henrique Farias Moreira e outros - Recebi hoje. O processo foi concluso para despacho em razão da certidão negativa de certidão de óbito do nacional Paulo Rodolfo Pimentel Moreira encaminhada pelo cartório do 10º Ofício de Pessoas Naturais. Destarte, OFICIE-SE os cartórios restantes para que se manifestem acerca da certidão de óbito da citada pessoa. Atente-se ao fim do prazo do edital de fl. 504 quanto ao réu Anderson da Silva Batista para que, se for o caso, sejam os autos remetidos a Defensoria para apresentação dos memoriais. À secretaria para providências.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0243637-36.2017.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Giorgio Linconl de Alexandre Linhares - Daniel da Silva - Fernanda Aquino Oliveira - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0243637-36.2017.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Indiciado, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, FERNANDA AQUINO OLIVEIRA, Brasileiro(a), pai não declarado, mãe Maria

Inês Dias de Aquino, Nascido/Nascida em 11/07/1998, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Iguaiba, s/n, Novo Aleixo, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: WIRLEY BENEZAR FALCAO (OAB 12792/AM), ADV: WIRLENY BENEZAR FALCÃO (OAB 13837/AM), ADV: SIDNEY RICARDO CARVALHO DA SILVA (OAB 7780/AM) - Processo 0244082-25.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Raniel Silva Alves - Vistos, etc. Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO A APELAÇÃO de fls. 312/324, no seu duplo efeito legal, ex vi do art. 593, I, do Código de Processo Penal. Vista ao Ministério Público para as contra-razões no prazo da lei, após remetam-se os autos à Instância Superior, com as homenagens de estilo. Intimem-se. À secretaria para providências.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0244853-03.2015.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Everton Souza Izel - ISMAEL DOS SANTOS MELO RIBEIRO - PETERSON LUIS PEREIRA LIMA - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0244853-03.2015.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Indiciado, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, PETERSON LUIS PEREIRA LIMA, Brasileiro(a), Solteiro, RG 25112562, pai RIVALDO CORREA LIMA, mãe MARIA DAS DORES FERREIRA PEREIRA, Nascido/Nascida em 23/05/1991, natural de Santarem - PA, Outros Dados: 994030778, com endereço à RUA ARMANDO BOGUS, 43, ANT. D, JORGE TEIXEIRA IV ETAPA, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: THIANNE SILVA SILVEIRA (OAB 8532/AM), ADV: ALICE ARLINDA SANTOS SOBRAL (OAB 3884/AM), ADV: MAYSA DE ALMEIDA CHICRE (OAB 13390/AM) - Processo 0245363-84.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Armando Silva de Souza - Diego Leite de Oliveira - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Diego Leite de Oliveira e Armando Silva de Souza, Dr.(a) Thianne Silva Silveira OAB 8532/AMAlice Arlinda Santos Sobral OAB 3884/AM e Maysa de Almeida Chicre OAB 13390/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 27/08/2019 às 08:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 30 de julho de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: JUVENAL CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM) - Processo 0245652-12.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Leonardo Souza da Silva - Luiz Alberto da Silva Simpson - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Leonardo Souza da Silva e Luiz Alberto da Silva Simpson, como incursos nas penas dos artigos 33 da Lei 11.343/06, e ABSOLVÊ-LOS das penas impostas pelo artigo 35 da Lei 11.343/06, com fundamento no artigo 386, VII do Código de Processo Penal. Posto isso, passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. 1. Quanto ao acusado Leonardo Souza da Silva: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Não há causas de aumento de pena. Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 2/3 (dois terços), em virtude das circunstâncias judiciais favoráveis e da primariedade do réu. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Leonardo Souza da Silva em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão, e 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea “c”, e § 3º, do Código Penal. 2. Quanto ao réu Luiz Alberto da Silva Simpson: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Não há causas de aumento de pena. Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração

de 2/3 (dois terços), em virtude das circunstâncias judiciais favoráveis e da primariedade do réu. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao réu Luiz Alberto da Silva Simpson em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão, e 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "c", e § 3º, do Código Penal. Da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito. Considerando as circunstâncias judiciais favoráveis e se tratar de acusado primário e de bons antecedentes, bem assim a Resolução a norma acima citada não se coaduna com a ordem constitucional, em especial ao princípio da proporcionalidade e da individualização da pena, previsto no art. 5º, XLVI da Lei Maior. No caso em tela, a sanção privativa de liberdade mostra-se exagerada e desproporcional para a baixa ofensividade demonstrada pelo acusado no curso da empreitada criminosa, caracterizando uma punibilidade exorbitante ao fato criminoso, razão pela qual decido pela substituição na forma abaixo exposta e em consonância com o art. 43 e seguintes do Código Penal. Por oportuno, deve ser frisado que o E. Supremo Tribunal Federal, no Habeas Corpus n. 97256 impetrado pela Defensoria Pública da União, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 44 da Lei de Drogas, tendo o Relator do caso, Exmo. Ministro Ayres Brito aduzido que a referida vedação impede a possibilidade do magistrado optar pela pena mais adequada ao caso e ao infrator, sendo mácula ao princípio da individualização da pena. Destarte, os elementos dos autos evidenciam que a referida substituição é socialmente recomendável aos acusados, razão pela qual, com fundamento da novel jurisprudência do STF, acato incidenter tantum a inconstitucionalidade dos arts. 33, §4º e 40 da Lei de Drogas para converter a pena privativa de liberdade em duas restritivas de direitos, de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e limitação de fim de semana, na forma dos arts. 44, § 2º c/c 46 e 48 do CP, pelo período de 01 (um) ano e 08 (oito) meses, a ser executada na forma e em estabelecimento(s) indicado(s) pela Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas VEMEPA. Tendo em vista a substituição da pena privativa de liberdade e por se tratar de réu primário e de bons antecedentes, concedo o direito de recorrer em liberdade, consoante o disposto no art. 59 da Lei 11.343/2006. Desnecessária a expedição de Alvará de Soltura visto que o Réu encontra-se solto. Da incineração das substâncias apreendidas: Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com os Réus e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bens e valores: Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto de fls. 08, em favor da União. Das custas processuais: Condeno os Réus, ainda, ao pagamento das custas processuais. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome dos Réus no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação dos Réus, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEMEPA; Aplique-se a detração no que couber; À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. P.R.I.C.

ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM) - Processo 0251213-90.2011.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Wicalo Ricardo Amaral dos Santos - Thiago Carlos Pereira e outro - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0251213-90.2011.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Réu, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, THIAGO CARLOS PEREIRA, Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, pai não declarado, mãe Eliana Carlos Pereira, Nascido/Nascida em 01/04/1988, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua 08, 108, ALVORADA I, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nos termos da Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, INTIMADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, constituir novo advogado e apresentar suas alegações finais, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 30 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: MARIA GRACIETE DA SILVA RIBEIRO (OAB 5512/AM), ADV: MAURO DE MELO BOTELHO JÚNIOR (OAB 3305/AM) - Processo 0253316-65.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADA: Marizete da Silva Lopes - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0253316-65.2014.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Maria Graciete da Silva Ribeiro OAB 5512/AM e Mauro de Melo Botelho Júnior OAB 3305/AM, advogado(a) de Marizete da Silva Lopes, denunciado(a) como incurso(a) no(s) art.(s) 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar MEMORIAIS no processo em epígrafe, conforme art. 403, §3º, do Código de Processo Penal. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de julho de 2019. Eu, Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento n.º 004/1994-CGJ.

ADV: MAURO DE MELO BOTELHO JÚNIOR (OAB 3305/AM), ADV: MARIA GRACIETE DA SILVA RIBEIRO (OAB 5512/AM) - Processo 0253316-65.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADA: Marizete da Silva Lopes - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Marizete da Silva Lopes, como incurso nas penas do artigo 33 da Lei 11.343/06, razão pela qual passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 2630 g para a droga COCAÍNA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. a) Para o delito do

artigo 33 da Lei 11.343/06: Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Aumento a pena de 1/6 (um sexto) em razão da atividade ilícita do Réu envolver tráfico entre Estados da Federação (art. 40, V, Lei 11.343/06). Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 1/3 (um terço), em razão da quantidade de droga apreendida. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Marizete da Silva Lopes em 04 (quatro) anos e 08 (oito) meses de reclusão, e 466 (cento e sessenta e seis) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo. Com fundamento no art. 387, §2º do Código de Processo Penal, comprovada a existência de prisão provisória do sentenciado por 1 ano e 6 meses, fica condenado definitivamente à pena de 3 anos e 2 meses de reclusão, passando esta sanção a ser considerada para fins de determinação do regime inicial de cumprimento de pena, o qual, com fundamento no art. 33, §2º, "a", do Código de Penal, deverá ser o ABERTO. Da não substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito e da concessão do direito de recorrer em liberdade. Tendo em vista que o réu não preenche os requisitos do artigo 44 do Código Penal, mormente pela quantidade de pena dosimetrada, deixo de substituir as penas privativas de liberdade. De outro giro, tendo em vista que o acusado encontra-se em liberdade por este processo, bem como pelo fato de que não estão presentes as circunstâncias do artigo 312 do Código de Processo Penal, concedo-lhe o direito de recorrer em liberdade por este processo. Desnecessária a expedição de alvará de soltura, vez que o sentenciado já encontra-se em liberdade. Da incineração da(s) substância(s) apreendida(s): Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com o Réu e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bem(ns) e/ou valor(es): Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto de fls. 10, em favor da União. Das custas processuais: Condeno o Réu, ainda, ao pagamento das custas processuais. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome do Réu no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação do Réu, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEP; Aplique-se a detração no que couber; À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. P.R.I.C.

ADV: MARIA GRACIETE DA SILVA RIBEIRO (OAB 5512/AM), ADV: MAURO DE MELO BOTELHO JÚNIOR (OAB 3305/AM) - Processo 0253316-65.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADA: Marizete da Silva Lopes - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0253316-65.2014.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do Dr. Mauro de Melo Botelho Júnior OAB 3305/AM e Maria Graciete da Silva Ribeiro OAB 5512/AM, advogados de MARIZETE DA SILVA LOPES, CPF 314.679.202-82, RG 0849824-5, com endereço à Rua Major Isidoro (antiga rua São Sebastião), Beco São Lázaro, 07, Conjunto São Sebastião, Petropólis, CEP 69000-000, Manaus - AM, condenado como incurso no art. 33 da Lei nº 11.343/06, da Sentença prolatada nos autos supramencionados de fls. 447/452, para, querendo, recorra no prazo de 05 (cinco) dias. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus(AM.), 01 de agosto de 2019. Eu, Eduardo Freitas Moraes, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: LUIZ HENRIQUE CHÍXARO AIRES (OAB 13023/AM), ADV: RÉGIS FERREIRA MACHADO (OAB 10077/AM), ADV: RAFAEL ALLBUQUERQUE GOMES DE OLIVEIRA (OAB 4831/AM), ADV: MARIA GLADES RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 2144/AM), ADV: MARIA IRACEMA PEDROSA (OAB 1709/AM), ADV: MARCOS RICARDO HERSZON CAVALCANTI (OAB 2324/AM), ADV: LINO JOSÉ DE SOUZA CHÍXARO (OAB 1567/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: GINA CARLA SARKIS ROMEIRO (OAB 2669/AM), ADV: CELSO RABELO COSTA FILHO (OAB 7082/AM), ADV: CARLA DAYANY LUZ ABREU (OAB 7038/AM), ADV: MARIANA DE JESUS RODRIGUES RAMOS (OAB 9702/AM) - Processo 0255167-13.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0200010-21.2013.8.04.0001) - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Paulo Anderson Alves de Oliveira - Wildson Paula e Sá Junior e outro - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo IMPROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para ABSOLVER Luzimilton da Silveira Marques, Wildson Paula e Sá Junior e Paulo Anderson Alves de Oliveira da acusação do crime do artigo 33 e 35 da Lei 11.343/06 c/c art. 180, 133 e 317 do CP , com fundamento no art. 386, VII, do Código de Processo Penal, conforme fundamentação. Desnecessária a expedição de Alvará de Soltura visto que os Réus encontram-se soltos. Após o trânsito em julgado, cumprida as formalidades legais, arquivem-se os presentes autos, com a devida baixa do nome do Réu no Sistema de Automação do Judiciário. P.R.I.C.

ADV: WILSON DE LIMA JUSTO FILHO (OAB 6136/AM), ADV: ALMENILZE VALENTE SAMPAIO (OAB 5456/AM), ADV: ROSÂNGELA AMORIM DA SILVA (OAB 5760/AM) - Processo 0255227-83.2012.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADA: Ingrid Oliveira da Silva - Jean Oliveira da Silva e outro - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0255227-83.2012.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Indiciado, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, JEAN OLIVEIRA DA SILVA, Brasileiro(a), RG 2373517-1-SSP/AM, pai Rogério Pinto da Silva, mãe Maria Dulcinéia Oliveira, Nascido/Nascida em 08/09/1989, com endereço à Rua 28, 60, São Jose II, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nos termos da Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, INTIMADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, constituir novo advogado e apresentar suas alegações finais, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: MARLEIDE SARAIVA DO AMARAL (OAB 6167/AM), ADV: KARLENO JOSÉ PEREIRA (OAB 9059/AM), ADV: VANILDE DE JESUS DUARTE (OAB 10028/AM), ADV: SULENE SOCORRO CARVALHO VERISSIMO DE OLIVEIRA (OAB 2557/AM), ADV: RENATO FERREIRA GONZALES (OAB 11029/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR ADAMI BERNEIRA (OAB 6302/AM), ADV: ANTÔNIO AUGUSTO BRITO FEIJÓ JÚNIOR (OAB 8408/AM), ADV: FRANCISCO SOUZA DE MELO (OAB 7808/AM), ADV: HERMESON DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 8245/AM), ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES

DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM), ADV: WALDECI COSTA DA SILVA (OAB 12841/PA), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ÉRIKA PATRÍCIA DE LUCENA SILVA (OAB 5640/AM), ADV: CLOVES QUEIROZ DE MEDEIROS (OAB 525A/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: BELMIRO GONÇALVES VIANEZ NETO (OAB 6846/AM) - Processo 0256313-21.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Jose Borges da Silva Filho - Kelly Stephanie Oliveira Sarmento - Katney Cristina Souza Monteiro - Manoel Carvalho da Costa - Daniele Mariano Fernandes - Romulo Mendonça de Alencar - Rainele Santos da Silva - LIDIANE LIMA DE SOUZA - Williams Roger da Rocha Veiga - SEBASTIAO FREITAS DE OLIVEIRA - Elson Wellisgon Lopes Santos e outro - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0256313-21.2014.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Antônio Augusto Brito Feijó Júnior OAB 8408/AMAniely Valena de Oliveira Mariano Formiga OAB 7258/AMFrancisco Souza de Melo OAB 7808/AMJennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira OAB 8383/AMKal-El Bessa Nascimento Salem OAB 6389/AMMaria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio OAB 6541/AMBelmiro Gonçalves Vianez Neto OAB 6846/AMCíntia Albuquerque Brito OAB 5596/AMJanderson Fernandes Ribeiro OAB 7750/AMKarleno José Pereira OAB 9059/AMMarleide Saraiva do Amaral OAB 6167/AMKarleno José Pereira OAB 9059/AMKarleno José Pereira OAB 9059/AMAntônio Augusto Brito Feijó Júnior OAB 8408/AMÉrika Patrícia de Lucena Silva OAB 5640/AMJanderson Fernandes Ribeiro OAB 7750/AMCloves Queiroz de Medeiros OAB 525A/AMSulene Socorro Carvalho Verissimo de Oliveira OAB 2557/AM e Renato Ferreira Gonzales OAB 11029/AM, advogado(a) de Kelly Stephanie Oliveira Sarmento, Rainele Santos da Silva, LIDIANE LIMA DE SOUZA, Elson Wellisgon Lopes Santos, Katney Cristina Souza Monteiro, Williams Roger da Rocha Veiga, Manoel Carvalho da Costa, SEBASTIAO FREITAS DE OLIVEIRA e Jose Borges da Silva Filho, denunciado(a) como incurso(a) no(s) art.(s) 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar MEMORIAIS no processo em epígrafe, conforme art. 403, §3º, do Código de Processo Penal. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 30 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento n.º 004/1994-CGJ.

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: MARCELO NOBRE DE SOUZA (OAB 7089/AM), ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM), ADV: SAMIA BRENA FURTADO MONTEIRO CAMPOS (OAB 1852/AM) - Processo 0257826-58.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Liodenilson Paixão de Castro - Marcelo Filemom da Silva - Ante o exposto e por tudo que consta dos autos, julgo IMPROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para ABSOLVER Liodenilson Paixão de Castro e Marcelo Filemom da Silva da acusação do crime dos artigos 33 e 35 da Lei 11.343/06, com fundamento no art. 386, VII, do Código de Processo Penal, conforme fundamentação. Desnecessária a expedição de Alvará de Soltura visto que os Réus encontram-se soltos. Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Com relação aos demais bens apreendidos, DECRETO o perdimento, dos bens remanescentes que permanecem apreendidos nestes autos, em favor da União, por intermédio do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), nos termos do art. 63 da Lei nº 11.343/06. Após o trânsito em julgado, cumprida as formalidades legais, arquivem-se os presentes autos, com a devida baixa do nome do Réu no Sistema de Automação do Judiciário. P.R.I.C.

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0259572-24.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: D.F.V. - INDICIADO: T.M.R. - L.A.C. - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0259572-24.2014.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Eduardo de Souza Rodrigues OAB 5559/AM, advogado(a) de Timotio Monteiro Ramos, denunciado(a) como incurso(a) no(s) art.(s) 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar MEMORIAIS no processo em epígrafe, conforme art. 403, §3º, do Código de Processo Penal. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 29 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento n.º 004/1994-CGJ.

ADV: VITOR MENDONÇA DE SOUZA VIEIRALVES (OAB 7102/AM), ADV: FÁBIO GOUVÊA DE SÁ (OAB 3801/AM), ADV: GEORGE DE MELO MONTEIRO (OAB 8466/AM), ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM), ADV: ROSÂNGELA AMORIM DA SILVA (OAB 5760/AM), ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM), ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES (OAB 5935/AM), ADV: LUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO (OAB 5338/AM), ADV: FLAVÍCIA DIAS DE SOUZA (OAB 6950/AM), ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES JÚNIOR (OAB 7557/AM) - Processo 0262528-18.2011.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Fábio Diego Mattos Oliveira - D.J.F.S. - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Dernilson Julio Ferreira da Silva e Fábio Diego Mattos Oliveira, como incursos nas penas dos artigos 33 e 35 da Lei 11.343/06. ABSOLVER da pena imposta pelo art. 12 da Lei 10.826/03, com fundamento no art. 386, VII, co CPP. Posto isso, passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. 1. Quanto ao acusado Dernilson Julio Ferreira da Silva: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Não há causas de aumento de pena. O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da associação criminosa. b) Para o delito do art. 35 da Lei 11.343/2006 (associação para o tráfico) Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Dernilson Julio Ferreira da Silva em 05 (cinco) anos de reclusão, e 500 (quinhentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo

do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 35 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME SEMIABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "b", e § 3º, do Código Penal. 2. Quanto ao réu Fábio Diego Mattos Oliveira: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Não há causas de aumento de pena. O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da associação criminosa. b) Para o delito do art. 35 da Lei 11.343/2006 (associação para o tráfico) Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Fábio Diego Mattos Oliveira em 05 (cinco) anos de reclusão, e 500 (quinhentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 35 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME SEMIABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "b", e § 3º, do Código Penal. Da não substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito. Considerando que o Réu não preenche os requisitos do art. 44 do Código Penal, mormente pela quantidade de pena dosimetrada, deixo de converter as penas privativas de liberdade em restritivas de direito. De outro giro, tendo em vista que o acusado encontra-se preso por este processo, bem como pelo fato de que estão presentes as circunstâncias do artigo 312 do Código de Processo Penal, nego-lhe o direito de recorrer em liberdade por este processo. Da incineração das substâncias apreendidas: Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com os Réus e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bens e valores: Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto, em favor da União. Das custas processuais: Condeno os Réus, ainda, ao pagamento das custas processuais. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome dos Réus no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação dos Réus, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEP; Aplique-se a detração no que couber; À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. Encaminhe-se as armas de fogo e munições apreendidas ao Comando do Exército, na forma do artigo 25 da Lei nº 10.826/2003. P.R.I.C.

ADV: MARCILINHA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 4964/AM), ADV: FRANCISCA LÍGIA LEITE DE FREITAS (OAB 2826/AM), ADV: LYGIANA GONÇALVES LEITE DE FREITAS (OAB 5356/AM) - Processo 0264479-81.2010.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jandison Vieira da Silva - Maria Leila Mendes de Brito - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0264479-81.2010.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Réu, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, MARIA LEILA MENDES DE BRITO, Brasileiro(a), Companheira, RG 1270436-9, pai Manoel Alves de Brito, mãe Gertrudes Ferreira Mendes, Nascido/Nascida em 07/11/1974, de cor Pardo, natural de Carauari - AM, com endereço à Rua 3, 443, Com. Mundo Novo, Flores, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nos termos da Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, INTIMADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, constituir novo advogado e apresentar suas alegações finais, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: JOSE ANTONIO TUMA NETO (OAB 1515/AM), ADV: DAMIÃO FERREIRA LISBOA (OAB 3067/AM) - Processo 0327013-66.2007.8.04.0001 (001.07.327013-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas - RÉU: Everton de Souza Alves - Felipe Ferreira de Melo - Marcos Ribeiro Cerdeira - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0327013-66.2007.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Damião Ferreira Lisboa OAB 3067/AM, advogado(a) de Felipe Ferreira de Melo, denunciado(a) como incurso(a) no(s) art.(s) 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar MEMORIAIS no processo em epígrafe, conforme art. 403, §3º, do Código de Processo Penal. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 30 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento n.º 004/1994-CGJ.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0600383-74.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Vagner Rodrigues da Silva - Jandeson de Souza Cruz - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Lídia de Abreu Carvalho Frota, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0600383-74.2019.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Indiciado, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, JANDESON DE SOUZA CRUZ, Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, RG 30005884, mãe Priscila de Souza Cruz, Nascido/Nascida em 23/10/1994, natural de Manaus - AM, com

endereço à Beco Sumauma, 26, Nova Cidade, CEP 69000-000, Manaus - AM e VAGNER RODRIGUES DA SILVA, Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, pai Renilson Rodrigues da Silva, mãe Francisca Conceição da Silva, Nascido/Nascida em 08/06/1999, natural de Pauini - AM, com endereço à Rua Matambu (Ant. H), 10, Nova Cidade, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0601156-11.2018.8.04.0016 - Termo Circunstanciado - Posse de Drogas para Consumo Pessoal - AUTORFATO: Igor Wiston Souza Rodrigues - Bruno dos Santos Soares - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Lídia de Abreu Carvalho Frota, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0601156-11.2018.8.04.0016 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Autor do Fato, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, IGOR WISTON SOUZA RODRIGUES, Brasileiro(a), Solteiro, Empresário, RG 25626710, pai Raimundo Silva Rodrigues, mãe Iolanda de Fatima Araujo Souza, Nascido/Nascida em 09/06/1991, natural de Maraba - PA, Outros Dados: 92981973031, com endereço à Av Constantino Nery, 427, Centro, CEP 69000-000, Manaus - AM e BRUNO DOS SANTOS SOARES, Brasileiro(a), Convivente, Empresário, RG 2202796, pai Arione Pereira Soares, mãe Lucimar dos Santos Soares, Nascido/Nascida em 27/08/1989, natural de Manaus - AM, Outros Dados: 92981377504, com endereço à Rua João Pessoa, 597, Betânia, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: RAYCLINGE LUIZ VIANA ROCHA (OAB 11245/AM) - Processo 0601358-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Elielson Silva dos Santos - Maria Izabel França Silva - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Maria Izabel França Silva e Elielson Silva dos Santos, Dr.(a) Rayclinge Luiz Viana Rocha OAB 11245/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 26/08/2019 às 12:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 30 de julho de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0601530-27.2018.8.04.0016 - Termo Circunstanciado - Posse de Drogas para Consumo Pessoal - AUTORFATO: Paulo Ricardo Silva da Silva - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0601530-27.2018.8.04.0016 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Autor do Fato, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, PAULO RICARDO SILVA DA SILVA, Brasileiro(a), RG 32390890, pai Neemias de Jesus da Silva, mãe Rosilane Nascimento da Silva, Nascido/Nascida em 16/03/1992, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Olavo Bilac, 45, Japiim, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM) - Processo 0602407-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: W.S.V.M. - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Wileson Sena Vulgo “macerão”, Dr.(a) Maria Goreth Terças de Oliveira OAB 3735/AM e Danielle Queiroz Ribeiro OAB 9296/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 29/08/2019 às 08:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 01 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0605031-97.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Matheus Menezes da Silva - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0605031-97.2019.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Réu, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, MATHEUS MENEZES DA SILVA, Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, RG 28674863, com endereço à Rua Nova Luz, 52, Zumbi dos Palmares, CEP 69084-122, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO FERREIRA FILHO (OAB 1270/AM), ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM), ADV: FRANCISMARY DA SILVA ANDRADE (OAB 11089/AM) - Processo 0605251-03.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Athos Santos Vargas - Wesley Cleidson da Silva Souza - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Athos Santos Vargas e Wesley Cleidson da Silva Souza, como incursos nas penas dos artigos 33 da Lei 11.343/06, e ABSOLVÊ-LOS das penas impostas pelo artigo 35 da Lei

11.343/06, com fundamento no artigo 386, VII do Código de Processo Penal. Posto isso, passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. 1. Quanto ao acusado Athos Santos Vargas: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Não há causas de aumento de pena. Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 1/3 (um terços), em virtude das circunstâncias judiciais favoráveis e da primariedade do réu. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Athos Santos Vargas em 03 (três) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, e 333 (trezentos e trinta e três) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "c", e § 3º, do Código Penal. 2. Quanto ao réu Wesley Cleidson da Silva Souza: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Não há causas de aumento de pena. Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 1/3 (um terços), em virtude das circunstâncias judiciais favoráveis e da primariedade do réu. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Wesley Cleidson da Silva Souza em 03 (três) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, e 333 (trezentos e trinta e três) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "c", e § 3º, do Código Penal. Da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito. Considerando as circunstâncias judiciais favoráveis e se tratar de acusado primário e de bons antecedentes, bem assim a Resolução a norma acima citada não se coaduna com a ordem constitucional, em especial ao princípio da proporcionalidade e da individualização da pena, previsto no art. 5º, XLVI da Lei Maior. No caso em tela, a sanção privativa de liberdade mostra-se exagerada e desproporcional para a baixa ofensividade demonstrada pelo acusado no curso da empreitada criminosa, caracterizando uma punibilidade exorbitante ao fato criminoso, razão pela qual decido pela substituição na forma abaixo exposta e em consonância com o art. 43 e seguintes do Código Penal. Por oportuno, deve ser frisado que o E. Supremo Tribunal Federal, no Habeas Corpus n. 97256 impetrado pela Defensoria Pública da União, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 44 da Lei de Drogas, tendo o Relator do caso, Exmo. Ministro Ayres Brito aduzido que a referida vedação impede a possibilidade do magistrado optar pela pena mais adequada ao caso e ao infrator, sendo mácula ao princípio da individualização da pena. Destarte, os elementos dos autos evidenciam que a referida substituição é socialmente recomendável aos acusados, razão pela qual, com fundamento da novel jurisprudência do STF, acato incidenter tantum a inconstitucionalidade dos arts. 33, §4º e 40 da Lei de Drogas para converter a pena privativa de liberdade em duas restritivas de direitos, de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e limitação de fim de semana, na forma dos arts. 44, § 2º c/c 46 e 48 do CP, pelo período de 03 (três) anos e 04 (quatro) meses, a ser executada na forma e em estabelecimento(s) indicado(s) pela Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas VEMEPA. Tendo em vista a substituição da pena privativa de liberdade e por se tratar de réu primário e de bons antecedentes, concedo o direito de recorrer em liberdade, consoante o disposto no art. 59 da Lei 11.343/2006. Expeça incontinenti Alvará de Soltura, pondo-se o condenado Athos Santos Vargas em liberdade, salvo se por outro motivo encontrar-se preso. Desnecessária a expedição de Alvará de Soltura visto que o Réu Wesley encontra-se solto. Da incineração das substâncias apreendidas: Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com os Réus e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bens e valores: Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto de fls. 07, em favor da União. Das custas processuais: Condeno os Réus, ainda, ao pagamento das custas processuais. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome dos Réus no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação dos Réus, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEMEPA; Aplique-se a detração no que couber; À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. P.R.I.C.

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM) - Processo 0607127-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Anderson Soares de Carvalho - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0607127-85.2019.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO da Dra. Luana Lima Caresto OAB 6235/AM, advogada de ANDERSON SOARES DE CARVALHO, RG 3355337-8. Local de prisão: Não especificado - CEP 69000-000, Manaus - AM. Endereço: Rua/beco das Flores, 66, Comunidade

do Céu, Aparecida, CEP 69000-000, Manaus - AM, condenado como incurso no art. 33 da Lei nº 11.343/06, da Sentença prolatada nos autos supramencionados de fls. 138/144, para, querendo, recorra no prazo de 05 (cinco) dias. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus(AM.), 26 de julho de 2019. Eu, Eduardo Freitas Moraes, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0607294-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Frank Candido Lopes Saraiva - RÉU: Cristiano Rodrigues Maia - Posto isso, INDEFIRO o pedido de relaxamento de prisão de Frank Candido Lopes Saraiva, pelas razões expostas alhures. Providências de praxe. Intime-se.

ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0607294-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Frank Candido Lopes Saraiva - RÉU: Cristiano Rodrigues Maia - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Cristiano Rodrigues Maia e Frank Candido Lopes Saraiva, Dr.(a) Klinger da Silva Oliveira OAB 2000/AM e Elzu Sousa Alves OAB 9641/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 28/08/2019 às 13:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 01 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: MOYSÉS ROBERTO GEBER CORRÊA (OAB 5678/AM), ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM), ADV: AGRÍCIO ROCHA DA SILVA NETO (OAB 13822/AM), ADV: WICTOR FLÁVIO DE SÃO PAULO AGUIAR (OAB 8907/AM), ADV: MARLEIDE SARAIVA DO AMARAL (OAB 6167/AM) - Processo 0608600-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: G.R.C. - Magno Alexsandro Nogueira Rodrigues - Janio Pereira de Souza - Juliano de Jhonne de Oliveira Freire - Jocenei Almeida da Costa - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Magno Alexsandro Nogueira Rodrigues, Janio Pereira de Souza, Juliano de Jhonne de Oliveira Freire, Jocenei Almeida da Costa e Gilson Ramos da Cruz, Dr.(a) Marleide Saraiva do Amaral OAB 6167/AMWictor Flávio de São Paulo Aguiar OAB 8907/AMAgrício Rocha da Silva Neto OAB 13822/AM e Jackson da Cruz Andrade OAB 2460/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 27/08/2019 às 10:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 31 de julho de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: MARA INEZ RIBEIRO DE LIMA (OAB 6449/AM), ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM), ADV: LINDON CARLOS CRUZ DE OLIVEIRA (OAB 3577/AM) - Processo 0608739-63.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: VICTOR DE OLIVEIRA CARVALHO - INDICIADA: THAYNA CHRISTINY ANDRADE DA COSTA - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) THAYNA CHRISTINY ANDRADE DA COSTA e VICTOR DE OLIVEIRA CARVALHO, Dr.(a) Mara Inez Ribeiro de Lima OAB 6449/AMLindon Carlos Cruz de Oliveira OAB 3577/AM e Emília Carolina Mello Vieira OAB 3872/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 28/08/2019 às 09:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 01 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0609739-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Luiz Felipe Rocha da Silva - André Luiz Rocha da Silva - Denyson Canto Uchoa - Darliane Rodrigues Brasil - Wesley Braga Pereira - YERLOS KENENDE PINHEIRO DA COSTA - Tendo em vista o parecer ministerial favorável, CONCEDO LIBERDADE PROVISÓRIA à ré Darliane Rodrigues Brasil, por entender que não estão mias presentes os requisitos ensejadores de sua prisão cautelar. Expeça-se alvará de soltura. Desta forma, verifico que o processo refere-se a Réus que respondem a persecução penal em liberdade. Todavia, vislumbrando a necessidade precípua de adotar mecanismos que empreendam maior celeridade nos processos em trâmite neste juízo no que se refere a réus presos, bem como aqueles que consubstanciam-se nas metas nacionais determinadas pelo Conselho Nacional de Justiça, determino a retirada, momentânea, dos presentes autos da pauta de audiência até a sua reorganização. Após o cumprimento das referidas providências, no que se tange a reorganização da pauta, designe-se nova data para realização da audiência de instrução e julgamento.

ADV: LEONARDO DA PENHA ALVES (OAB 13649/AM), ADV: FERNANDO OLIVEIRA DE ALMEIDA (OAB 9481/AM), ADV: MAMEDE GEBER PAULO (OAB 11861/AM), ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM) - Processo 0609901-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: L.M.S. - Thiago Reis dos Santos - Gabriel Coutinho de Souza - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0609901-88.2019.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Benedito de Oliveira Costa OAB 13110/AMFernando Oliveira de Almeida OAB 9481/AM e Mamede Geber Paulo OAB 11861/AM, advogado(a) de Lucas Moraes da Silva, denunciado(a) como incurso(a) no(s) art.(s) 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar MEMORIAIS no processo em epígrafe, conforme art. 403, §3º, do Código de Processo Penal. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 29 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento n.º 004/1994-CGJ.

ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM) - Processo 0611858-61.2018.8.04.0001 - Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INVESTIGAD: R.B.S. - L.O.M. e outros - Assim, por estarem presentes os pressupostos que autorizam a decretação da prisão preventiva, INDEFIRO O PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA de Lilian de Oliveira Morais, nos termos do art. 312 do CPP, em consonância com o parecer ministerial. Outrossim, habilite-se a Defensoria Pública nos presentes autos, ante a manifestação de fl. 2.253, onde consta o interesse da família do indiciado Marcelo Braga de Araújo requerendo o auxílio da instituição. Providências de praxe. Intime-se.

ADV: CLÁUDIO AUGUSTO COLARES DA COSTA (OAB 8429/AM), ADV: ANNE CAROLINE DA SILVA MACEDO (OAB 8985/AM) - Processo 0611858-61.2018.8.04.0001 - Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INVESTIGAD: R.B.S. - R.E.S.S. e outros - Assim, por estarem presentes os pressupostos que autorizam a decretação da prisão preventiva, INDEFIRO O PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA de Rafael Ellan Souza da Silva, nos termos do art. 312 do CPP, em

consonância com o parecer ministerial. Outrossim, no que se refere ao pedido de prisão domiciliar formulado por Ana Paula Marques Menezes (fls. 2262/2267), DETERMINO que seja realizada visita pelo setor psicossocial ao lar onde os menores estão residindo, a fim de que seja verificada se é prescindível a presença da requerente, bem como se os menores estão recebendo os devidos cuidados, nos termos da promoção ministerial de fl. 2238. Oficie-se o setor psicossocial deste Fórum para cumprir determinação acima. Providências de praxe. Intime-se.

ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM) - Processo 0612136-96.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Amanda Santos Monteiro - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Amanda Santos Monteiro, Dr.(a) Jerônimo Pereira da Silva Neto OAB 9509/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 26/08/2019 às 09:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 29 de julho de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ADALBERTO TEIXEIRA BITTAR (OAB 5275/AM), ADV: RAIMUNDO MIGUEL TRINDADE DOS SANTOS (OAB 11263/AM) - Processo 0612267-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Mauro de Pinho Queiroz - Cícero Laércio de Oliveira Santos - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0612267-03.2019.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Adalberto Teixeira Bittar OAB 5275/AM, advogado(a) de Mauro de Pinho Queiroz, denunciado(a) como incurso(a) no(s) art.(s) 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar MEMORIAIS no processo em epígrafe, conforme art. 403, §3º, do Código de Processo Penal. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 29 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento n.º 004/1994-CGJ.

ADV: TATIANE CAROL NUNES DE SOUZA (OAB 11336/AM) - Processo 0612732-80.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Angélica Aline Oliveira Malcher - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Angélica Aline Oliveira Malcher, Dr.(a) Tatiane Carol Nunes de Souza OAB 11336/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 26/08/2019 às 09:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 29 de julho de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM) - Processo 0613519-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Wagner Gabriel Gomes Turibi - J.A.L.M. - David Lucas Rodrigues Vasconcelos - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR David Lucas Rodrigues Vasconcelos, José Amantino Leão Marinho e Wagner Gabriel Gomes Turibi, como incursos nas penas dos artigos 33 e 35 da Lei 11.343/06, bem como CONDENAR José Amantino Leão Marinho as penas do art. 14 da Lei 10.826/03. Posto isso, passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. 1. Quanto ao acusado José Amantino Leão Marinho: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 1328,50 g para a droga COCAÍNA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Aumento a pena de 1/6 (um sexto) em razão da atividade ilícita do Réu envolver adolescente (art. 40, VI, Lei 11.343/06). O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da associação criminosa. b) Para o delito do art. 35 da Lei 11.343/2006 (associação para o tráfico) Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. c) Para o delito do art. 14 da Lei 10.826/2003 (porte ilegal de arma de fogo) Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 2 (dois) anos de reclusão e 200 (duzentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu José Amantino Leão Marinho em 07 (sete) anos de reclusão, e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 35 da Lei 11.343/06; e 2 (dois) anos de reclusão e 200 (duzentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 14 da Lei 10.826/03. Em sendo aplicada a regra disciplinada pelo art. 69 do Código Penal (concurso material), fica o réu condenado, definitivamente, à pena de 12 (doze) anos de reclusão e 1600 (mil e seiscentos) dias-multa, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME FECHADO, consoante artigo 33, § 2º, alínea “a”, e § 3º, do Código Penal. 2. Quanto ao réu Wagner Gabriel Gomes Turibi: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 1328,50 g para a droga COCAÍNA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas

para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Aumento a pena de 1/6 (um sexto) em razão da atividade ilícita do Réu envolver adolescente (art. 40, VI, Lei 11.343/06). O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da associação criminosa. b) Para o delito do art. 35 da Lei 11.343/2006 (associação para o tráfico) Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Wagner Gabriel Gomes Turibi em 07 (sete) anos de reclusão, e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 35 da Lei 11.343/06 Em sendo aplicada a regra disciplinada pelo art. 69 do Código Penal (concurso material), fica o réu condenado, definitivamente, à pena de 10 (dez) anos de reclusão e 1400 (mil e quatrocentos) dias-multa, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME FECHADO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "a", e § 3º, do Código Penal. 3. Quanto ao réu David Lucas Rodrigues Vasconcelos: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 1328,50 g para a droga COCAÍNA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Sem agravantes. Atenuo a pena em 01 (um) ano em razão da confissão espontânea. Aumento a pena de 1/6 (um sexto) em razão da atividade ilícita do Réu envolver adolescente (art. 40, VI, Lei 11.343/06). O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da associação criminosa. b) Para o delito do art. 35 da Lei 11.343/2006 (associação para o tráfico) Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu David Lucas Rodrigues Vasconcelos em 05 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, e 583 (quinhentos e oitenta e três) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 35 da Lei 11.343/06 Em sendo aplicada a regra disciplinada pelo art. 69 do Código Penal (concurso material), fica o réu condenado, definitivamente, à pena de 8 (oito) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 1283 (mil e duzentos e oitenta e três) dias-multa, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME FECHADO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "a", e § 3º, do Código Penal. Da não substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito. Considerando que o Réu não preenche os requisitos do art. 44 do Código Penal, mormente pela quantidade de pena dosimetrada, deixo de converter as penas privativas de liberdade em restritivas de direito. De outro giro, tendo em vista que os acusados encontram-se presos por este processo, bem como pelo fato de que estão presentes as circunstâncias do artigo 312 do Código de Processo Penal, nego-lhes o direito de recorrer em liberdade por este processo. Da incineração das substâncias apreendidas: Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com os Réus e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bens e valores: Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto de fls. 10, em favor da União. Das custas processuais: Condeno os Réus, ainda, ao pagamento das custas processuais. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome dos Réus no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação dos Réus, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEP; Aplique-se a detração no que couber; À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. Encaminhe-se as armas de fogo e munições apreendidas ao Comando do Exército, na forma do artigo 25 da Lei nº 10.826/2003. P.R.I.C.

ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM) - Processo 0613748-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Igor Santos da Silva - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Igor Santos da Silva, Dr.(a) Raiany Priscila de Souza Feijo OAB 12556/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 26/08/2019 às 10:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 29 de julho de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM) - Processo 0613748-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Igor Santos da Silva - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Igor Santos da Silva, Dr.(a) Raiany Priscila de Souza Feijo OAB 12556/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 26/08/2019 às 10:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 29 de julho de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: KELENE BATALHA PASSOS (OAB 6933/AM) - Processo 0614071-32.2017.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Posse de Drogas para Consumo Pessoal - AUTORFATO: Kleber Soares de Oliveira - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes

de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0614071-32.2017.8.04.0015 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Autor do Fato, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, KLEBER SOARES DE OLIVEIRA, Brasileiro(a), Solteiro, Carregador, com endereço à Rua são thomé, 31, Mauazinho, CEP 69075-772, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM), ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM), ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0614131-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Thiago Marinho de Freitas - Rodrigo Oliveira da Silva - Assim, por estarem presentes os pressupostos que autorizam a decretação da prisão preventiva, INDEFIRO O PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA de Thiago Marinho de Freitas, nos termos do art. 312 do CPP, em consonância com o parecer ministerial. Providências de praxe. Intime-se.

ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM) - Processo 0619121-47.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Brendo Cassio Cardoso Fernandes - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0619121-47.2018.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Bruno Cortez Canuto OAB 12230/AM, advogado(a) de BRENDO CASSIO CARDOSO FERNANDES, RG 3002054-9-SSP/AM, com endereço à Rua Circular 2, 19, Mutirão, Novo Aleixo, CEP 69000-000, Manaus - AM, para tomar ciência, nesta data, da Despacho proferida nos autos virtuais supramencionados de fls. 125. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus (AM), 30 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM) - Processo 0619209-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Geramildo Marques Nunes - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Geramildo Marques Nunes, Dr.(a) Isabel Luana de Oliveira Nobre OAB 7338/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 28/08/2019 às 12:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 01 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM) - Processo 0619425-46.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Ariel Martins de Lima - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Ariel Martins de Lima, Dr.(a) Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga OAB 7258/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 20/08/2019 às 11:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 29 de julho de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM) - Processo 0619425-46.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Ariel Martins de Lima - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 20/08/2019 às 11:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: JOANILDES DE PAULA FREITAS FERNANDES (OAB 13911/AM), ADV: JEBERSON FERNANDES DOS SANTOS (OAB 12432/AM), ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM), ADV: ADRIHAN LINKOHL RODRIGUES CARDOSO (OAB 11043/AM) - Processo 0620465-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Mozaniel Ambrosio de Souza - Josias Alves Barbosa - Elcias Pereira Tiburcio - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Josias Alves Barbosa, Elcias Pereira Tiburcio e Mozaniel Ambrosio de Souza, Dr.(a) Fabrício Arteiro de Paiva OAB 11185/AMJeberson Fernandes dos Santos OAB 12432/AM e Adrihan Linkohl Rodrigues Cardoso OAB 11043/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 26/08/2019 às 12:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 30 de julho de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM) - Processo 0622408-81.2019.8.04.0001 - Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INVESTIGAD: A.C.S. - C.F.M. e outros - Assim, por estarem presentes os pressupostos que autorizam a decretação da prisão preventiva, INDEFIRO O PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA de Adson da Costa Silva e Cleyton Farias Melo, nos termos do art. 312 do CPP, em consonância com o parecer ministerial. Outrossim, com relação aos pedidos de fls. 477/479 e 481/484, ENCAMINHEM-SE as presentes peças ao setor de assistência social deste tribunal para que realizem visitas nas casas das indiciadas, a fim de atestarem a necessidade da presença das mesmas para manutenção do lar, bem como cuidado dos menores. Providências de praxe. Intime-se.

ADV: HAROLDO MALIZIA JÚNIOR (OAB 13447/AM), ADV: HERNANE PEREIRA MACHADO (OAB 7649/AM), ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM), ADV: CLAYTON QUEIROZ SABÓIA (OAB 11446/AM), ADV: ÍCARO RODRIGO VALENTE LOPES (OAB 7457/AM), ADV: GERDESON ZURIEL DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 11164/AM) - Processo 0623276-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Letícia Gabrielly Santos Garcez - Marisa Barros Chaves - Pedro Javier Pineda Fernandez - Miguel Adrian Gonzalez Arceo - Jessé Eleotério Cardoso - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 29/08/2019 às 10:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: ANE CAROLINE DOS SANTOS SILVA (OAB 10053/

AM), ADV: LUAN FELIPE RODRIGUES CAMPOS (OAB 11058/AM), ADV: HERRAZURIS NOGUEIRA DUARTE JÚNIOR (OAB 7790/AM), ADV: JUZY CARLA ANDRADE DOS SANTOS (OAB 11004/AM), ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM), ADV: DJACY DAS NEVES BENEVIDES FILHO (OAB 11994/AM) - Processo 0624794-55.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADA: Dionatha Estevan Carneiro Santiago - Libardo Mora Nieto - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0624794-55.2017.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Indiciado, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, LIBARDO MORA NIETO, Colombiano, Convivente, Comerciante, RG G273819-7, pai Alejandro Mora Orjuela, mãe Hermelinda Nieto, Nascido/Nascida em 16/06/1978, com endereço à Av. Brigad.Hilário Gurjão, 2193 C-1, Jorge Teixeira, CEP 69088-480, Manaus - AM, como incurso nos termos da Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, INTIMADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, constituir novo advogado e apresentar suas alegações finais, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 30 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: RODRIGO RODRIGUES CAMPOS (OAB 12150/AM) - Processo 0627141-90.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Gabriel Batista de Oliveira e outros - Pelo exposto, REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA e CONCEDO LIBERDADE PROVISÓRIA em favor de Gabriel Batista de Oliveira, nos termos do art. 321, do CPP, com monitoramento eletrônico, devendo o(a) Requerente comparecer a todos os atos do processo e não se ausentar da comarca sem autorização deste juízo, sob pena de revogação do benefício. EXPEÇA-SE ALVARÁ DE SOLTURA E TERMO DE COMPROMISSO, constando naquele a aplicação das medidas cautelares do art. 319, incisos I, II e IV e IX do CPP, e que seu descumprimento acarreta na revogação do benefício. Determino, ainda, que o réu compareça a este juízo mensalmente para assinatura do referido Termo de Compromisso. Deverá ainda comparecer às Reuniões do Grupo dos Narcóticos Anônimos, devendo apresentar declaração de frequência sempre que retornar a este Juízo para assinatura do termo de comparecimento mensal. Acaso ainda não esteva disponível a tornozeleira eletrônica, determino a colocação em liberdade e a designação de data para sua colocação. Tendo em vista a decisão supra, deixo de analisar o pedido de relaxamento da prisão.

ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM), ADV: ANTÔNIO AZEVEDO MAIA (OAB 10177/AM) - Processo 0628872-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Cleuson Williams Teles de Souza - Andrew Sanches de Souza - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 29/08/2019 às 12:30h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM) - Processo 0632079-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Marcio Cesar de Almeida - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Marcio Cesar de Almeida, Dr.(a) Jocil da Silva Moraes Filho OAB 12010/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 28/08/2019 às 10:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 01 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM), ADV: MARIO PORTO DE AGUIAR (OAB 2296/AM) - Processo 0632726-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: B.M.G.B. - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Bruno Moreira Gomes Brasil, Dr.(a) Mario Porto de Aguiar OAB 2296/AM e Antônio Gonçalves da Costa OAB 1240/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 27/08/2019 às 12:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 31 de julho de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM), ADV: THALLES DA CUNHA RAMOS (OAB 14136/AM) - Processo 0632977-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Chrystian Lucas dos Santos Penedo - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Chrystian Lucas dos Santos Penedo, Dr.(a) Alex de Souza Cabral OAB 12096/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 28/08/2019 às 11:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 01 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: LEOCLEIDE SILVA DUARTE HITOTUZI (OAB 11110/AM) - Processo 0633724-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Wellisson Souza dos Santos - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Wellisson Souza dos Santos, Dr.(a) Leocleide Silva Duarte Hitotuzi OAB 11110/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 28/08/2019 às 10:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 01 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM) - Processo 0634484-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Rafael Bezerra da Costa - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 02/09/2019 às 12:30h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: LUIZ FELIPE TAVARES VEIGA (OAB 13150/AM), ADV: JEFFERSON OLIVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 13823/AM), ADV: LAURI DARIO BOCK (OAB 12074/AM), ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: HELDER BRANDÃO GÓES (OAB 9780/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/

AM), ADV: CHRISTIAN ARAÚJO DE SOUZA (OAB 13291/AM), ADV: ANA PAULA DA SILVA BEZERRA (OAB 5797/AM), ADV: CHRISTIAN ARAUJO DE SOUZA (OAB 13291/AM) - Processo 0634694-91.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Pedro Vieira Mendonça e outros - Pelo exposto, CONCEDO LIBERDADE PROVISÓRIA em favor de Pedro Vieira Mendonça, nos termos do art. 321, do CPP, devendo comparecer a todos os atos do processo, não se ausentar da comarca sem autorização deste juízo e deve permanecer em seu domicílio no período noturno e nos dias de folga, inclusive não comparecer à bares ou outros locais que comercializem bebida alcoólica, sob pena de revogação do benefício. EXPEÇA-SE ALVARÁ DE SOLTURA E TERMO DE COMPROMISSO, constando naquele a aplicação das medidas cautelares do art. 319, incisos I, II, IV e V, do CPP, e que seu descumprimento acarreta na revogação do benefício. Determino, ainda, que o réu compareça a este juízo mensalmente para assinatura do referido Termo de Compromisso. Deverá ainda comparecer às Reuniões do Grupo dos Narcóticos Anônimos, devendo apresentar declaração de frequência sempre que retornar a este Juízo para assinatura do termo de comparecimento mensal. ENCAMINHE-SE Pedro Vieira Mendonça ao PROJETO REEDUCAR. Intime-se.

ADV: LAURI DARIO BOCK (OAB 12074/AM), ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM), ADV: LUIZ FELIPE TAVARES VEIGA (OAB 13150/AM), ADV: MEISE CRISTINA MARQUES DOS SANTOS (OAB 11246/AM), ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: JEFFERSON OLIVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 13823/AM), ADV: CHRISTIAN ARAÚJO DE SOUZA (OAB 13291/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: HELDER BRANDÃO GÓES (OAB 9780/AM), ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: ANA PAULA DA SILVA BEZERRA (OAB 5797/AM), ADV: CHRISTIAN ARAUJO DE SOUZA (OAB 13291/AM) - Processo 0634694-91.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Arlison Silva de Andrade - Erivelton Damasco Oliveira da Silva - Heliton Gonçalves Brandão - Mateus Nunes dos Santos - Matheus Moraes Lira - Mauricio Castro da Silva - Richarles Medeiros de Souza - Mauricio de Souza Lacerda - Pedro Vieira Mendonça - NOTIFIQUE-SE o Denunciado Erivelton Damasco Oliveira da Silva, Heliton Gonçalves Brandão, Mateus Nunes dos Santos, Matheus Moraes Lira, Mauricio Castro da Silva, Richarles Medeiros de Souza, Mauricio de Souza Lacerda, Pedro Vieira Mendonça e Arlison Silva de Andrade para apresentar defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias (art. 55, caput, da Lei 11.343/2006). Na hipótese de escoamento do prazo sem que haja manifestação, observado os termos do art. 5º, §3º, da Lei n.º 11.419/06, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado, a fim representar o acusado e praticar todos os atos processuais pertinentes Cumpra-se o item 4 da Denúncia. Após, promova-se a conclusão dos autos. Intime-se.

ADV: FRANCISCO NASCIMENTO DE SOUZA (OAB 13145/AM) - Processo 0634914-89.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Luciano Brito Oliveira Macedo - NOTIFIQUE-SE o Denunciado Luciano Brito Oliveira Macedo para apresentar defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias (art. 55, caput, da Lei 11.343/2006). Na hipótese de escoamento do prazo sem que haja manifestação, observado os termos do art. 5º, §3º, da Lei n.º 11.419/06, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado, a fim representar o acusado e praticar todos os atos processuais pertinentes Cumpra-se o item 4 da Denúncia. Após, promova-se a conclusão dos autos. Intime-se.

ADV: RAIMUNDO NONATO DE MORAES BRANDÃO (OAB 8253/AM) - Processo 0635290-46.2017.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADA: Leonara Hevelim Rodrigues Oliveira - DOUGLAS CORREA DE SOUZA - NOTIFIQUEM-SE os Denunciados Leonara Hevelim Rodrigues Oliveira e DOUGLAS CORREA DE SOUZA para apresentarem defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias (art. 55, caput, da Lei 11.343/2006). Na hipótese de escoamento do prazo sem que haja manifestação, observado os termos do art. 5º, §3º, da Lei n.º 11.419/06, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado, a fim representar os acusados e praticar todos os atos processuais pertinentes. Outrossim, acautelo-me quanto a análise do pedido de fls. 141/169, até a apresentação de sua defesa prévia. Após, promova-se a conclusão dos autos. Intime-se.

ADV: ANDREWS NASCIMENTO DE ABREU (OAB 4899/AM), ADV: ALLAN YUNES DA ROCHA (OAB 12748/AM) - Processo 0635793-96.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Hiann Alex Santos da Costa - Stainy Robert de Lima Lopes - NOTIFIQUEM-SE os Denunciados Stainy Robert de Lima Lopes e Hiann Alex Santos da Costa para apresentarem defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias (art. 55, caput, da Lei 11.343/2006). Na hipótese de escoamento do prazo sem que haja manifestação, observado os termos do art. 5º, §3º, da Lei n.º 11.419/06, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado, a fim representar os acusados e praticar todos os atos processuais pertinentes. Viabilize-se o cumprimento do item 4 da Denúncia. Após, promova-se a conclusão dos autos. Intime-se.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0636043-32.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Alan Christian de Souza Cunha - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0636043-32.2019.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Indiciado, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, ALAN CHRISTIAN DE SOUZA CUNHA, Solteiro, mãe Eremita Natalina Souza Cunha, Nascido/Nascida em 02/04/2000, natural de Belem - PA, com endereço à Morador de Rua, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0636720-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Janderson Castro Gama - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Janderson Castro Gama, Dr.(a) Amanda Karla Paiva da Silva OAB 12229/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 20/08/2019 às 10:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 29 de julho de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0636720-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Janderson Castro Gama - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 20/08/2019 às 10:30h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0637264-50.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Rhuan Travassos Dias - NOTIFIQUE-SE o Denunciado Rhuan Travassos

Dias para apresentar defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias (art. 55, caput, da Lei 11.343/2006). Na hipótese de escoamento do prazo sem que haja manifestação, observado os termos do art. 5º, §3º, da Lei n.º 11.419/06, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado, a fim representar o acusado e praticar todos os atos processuais pertinentes Outrossim, acautelo-me quanto a análise do pedido de fls. 34/38, até a apresentação de sua defesa prévia. Após, promova-se a conclusão dos autos. Intime-se.

ADV: MEISE CRISTINA MARQUES DOS SANTOS (OAB 11246/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0637704-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Thales Jone da Silva Moraes - NOTIFIQUE-SE o Denunciado Thales Jone da Silva Moraes para apresentar defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias (art. 55, caput, da Lei 11.343/2006). Na hipótese de escoamento do prazo sem que haja manifestação, observado os termos do art. 5º, §3º, da Lei n.º 11.419/06, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado, a fim representar o acusado e praticar todos os atos processuais pertinentes Após, promova-se a conclusão dos autos. Intime-se.

ADV: MEISE CRISTINA MARQUES DOS SANTOS (OAB 11246/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0637704-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Thales Jone da Silva Moraes - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 29/08/2019 às 09:30h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: MEISE CRISTINA MARQUES DOS SANTOS (OAB 11246/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0637704-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Thales Jone da Silva Moraes - Pelo exposto, CONCEDO LIBERDADE PROVISÓRIA em favor de Thales Jone da Silva Moraes, nos termos do art. 321, do CPP, devendo comparecer a todos os atos do processo, não se ausentar da comarca sem autorização deste juízo e deve permanecer em seu domicílio no período noturno e nos dias de folga, inclusive não comparecer à bares ou outros locais que comercializem bebida alcoólica, sob pena de revogação do benefício. EXPEÇA-SE ALVARÁ DE SOLTURA E TERMO DE COMPROMISSO, constando naquele a aplicação das medidas cautelares do art. 319, incisos I, II e IV do CPP, e que seu descumprimento acarreta na revogação do benefício. Determino, ainda, que o réu compareça a este juízo mensalmente para assinatura do referido Termo de Compromisso. Deverá ainda comparecer às Reuniões do Grupo dos Narcóticos Anônimos, devendo apresentar declaração de frequência sempre que retornar a este Juízo para assinatura do termo de comparecimento mensal, deve permanecer em seu domicílio no período noturno e nos dias de folga, inclusive não comparecer à bares ou outros locais que comercializem bebida alcoólica. ENCAMINHE-SE Thales Jone da Silva Moraes ao PROJETO REEDUCAR. Intime-se.

ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM), ADV: ESCALONE MANRARIN DE SOUZA PINHEIRO (OAB 13277/AM) - Processo 0637752-05.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADA: Renata Mendonça dos Santos - Pelo exposto, CONCEDO LIBERDADE PROVISÓRIA em favor de Renata Mendonça dos Santos, nos termos do art. 321, do CPP, devendo comparecer a todos os atos do processo, não se ausentar da comarca sem autorização deste juízo e deve permanecer em seu domicílio no período noturno e nos dias de folga, inclusive não comparecer à bares ou outros locais que comercializem bebida alcoólica, sob pena de revogação do benefício. EXPEÇA-SE ALVARÁ DE SOLTURA E TERMO DE COMPROMISSO, constando naquele a aplicação das medidas cautelares do art. 319, incisos I, II, IV, V e IX, do CPP, e que seu descumprimento acarreta na revogação do benefício. Determino, ainda, que a ré compareça a este juízo mensalmente para assinatura do referido Termo de Compromisso. Deverá ainda comparecer às Reuniões do Grupo dos Narcóticos Anônimos, devendo apresentar declaração de frequência sempre que retornar a este Juízo para assinatura do termo de comparecimento mensal. ENCAMINHE-SE Renata Mendonça dos Santos ao PROJETO REEDUCAR. Intime-se.

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0637870-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jonivando Ferreira dos Santos - NOTIFIQUE-SE o Denunciado Jonivando Ferreira dos Santos para apresentar defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias (art. 55, caput, da Lei 11.343/2006). Na hipótese de escoamento do prazo sem que haja manifestação, observado os termos do art. 5º, §3º, da Lei n.º 11.419/06, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado, a fim representar o acusado e praticar todos os atos processuais pertinentes Cumpra-se o item 4 da Denúncia. Após, promova-se a conclusão dos autos. Intime-se.

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0638073-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Zedequias Cruz Rodrigues - NOTIFIQUE-SE o Denunciado Zedequias Cruz Rodrigues para apresentar defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias (art. 55, caput, da Lei 11.343/2006). Na hipótese de escoamento do prazo sem que haja manifestação, observado os termos do art. 5º, §3º, da Lei n.º 11.419/06, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado, a fim representar o acusado e praticar todos os atos processuais pertinentes Após, promova-se a conclusão dos autos. Intime-se.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0638218-04.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Ianderson Guimarães da Silva - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Ianderson Guimarães da Silva, como incurso nas penas do artigo 33 da Lei 11.343/06, razão pela qual passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. a) Para o delito do artigo 33 da Lei 11.343/06: Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Não há causas de aumento de pena. Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 2/3 (dois terços), em virtude das circunstâncias judiciais favoráveis e da primariedade do réu. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Ianderson Guimarães da Silva em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão, e 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea “c”, e § 3º, do Código Penal. Da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito. Considerando as circunstâncias judiciais favoráveis e se tratar de acusado primário e de bons antecedentes, bem assim a Resolução a norma acima citada não se coaduna com a ordem constitucional, em especial ao princípio da proporcionalidade e da individualização da pena, previsto no art. 5º, XLVI da Lei Maior. No caso em tela, a sanção privativa de liberdade mostra-se exagerada e desproporcional para a baixa ofensividade demonstrada pelo acusado no curso da empreitada criminosa, caracterizando uma

punibilidade exorbitante ao fato criminoso, razão pela qual decido pela substituição na forma abaixo exposta e em consonância com o art. 43 e seguintes do Código Penal. Por oportuno, deve ser frisado que o E. Supremo Tribunal Federal, no Habeas Corpus n. 97256 impetrado pela Defensoria Pública da União, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 44 da Lei de Drogas, tendo o Relator do caso, Exmo. Ministro Ayres Brito aduzido que a referida vedação impede a possibilidade do magistrado optar pela pena mais adequada ao caso e ao infrator, sendo mácula ao princípio da individualização da pena. Destarte, os elementos dos autos evidenciam que a referida substituição é socialmente recomendável ao acusado, razão pela qual, com fundamento da novel jurisprudência do STF, acato incidenter tantum a inconstitucionalidade dos arts. 33, §4º e 40 da Lei de Drogas para converter a pena privativa de liberdade em duas restritivas de direitos, de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e limitação de fim de semana, na forma dos arts. 44, § 2º c/c 46 e 48 do CP, pelo período de 01 (um) ano e 08 (oito) meses, a ser executada na forma e em estabelecimento(s) indicado(s) pela Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas VEMEPA. Tendo em vista a substituição da pena privativa de liberdade e por se tratar de réu primário e de bons antecedentes, concedo o direito de recorrer em liberdade, consoante o disposto no art. 59 da Lei 11.343/2006. Desnecessária a expedição de Alvará de Soltura visto que o Réu encontra-se solto. Da incineração da(s) substância(s) apreendida(s): Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com o Réu e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bem(ns) e/ou valor(es): Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto de fls. 07/08, em favor da União. Das custas processuais: Condeno o Réu, ainda, ao pagamento das custas processuais. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome do Réu no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação do Réu, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEMEPA; Aplique-se a detração no que couber; À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. P.R.I.C.

ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM) - Processo 0638620-80.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Dane Marcio Gonçalves da Gama - NOTIFIQUE-SE o Denunciado Dane Marcio Gonçalves da Gama para apresentar defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias (art. 55, caput, da Lei 11.343/2006). Na hipótese de escoamento do prazo sem que haja manifestação, observado os termos do art. 5º, §3º, da Lei n.º 11.419/06, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado, a fim representar o acusado e praticar todos os atos processuais pertinentes Outrossim, acautelo-me quanto a análise do pedido de fls. 46/52, até a apresentação de sua defesa prévia. Após, promova-se a conclusão dos autos. Intime-se.

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM) - Processo 0640085-32.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: C.A.V.C. - E.L.S. - J.B.A.M.S. - B.D.M. - CONCLUSÃO: Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Benjamin Duran Menezes, Carlos Alberto Vildosa Cruz, Edson Lopes da Silva e Jona Ben Abraham Marinho Sanches, como incursos nas penas dos artigos 33 da Lei 11.343/06, e ABSOLVÊ-LOS das penas impostas pelo artigo 35 da Lei 11.343/06 e 304 do Código Penal, com fundamento no artigo 386, VII do Código de Processo Penal. Posto isso, passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. 1. Quanto ao acusado Benjamin Duran Menezes: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 2990 g para a droga MACONHA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Não há causas de aumento de pena. Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 1/3 (um terços), em virtude das circunstâncias judiciais favoráveis e da primariedade do réu. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Benjamin Duran Menezes em 04 (quatro) anos de reclusão, e 400 (quatrocentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea “c”, e § 3º, do Código Penal. 2. Quanto ao acusado Jona Ben Abraham Marinho Sanches: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 2990 g para a droga MACONHA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Não há causas de aumento de pena. Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 1/3 (um terços), em virtude das circunstâncias judiciais favoráveis e da primariedade do réu. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Jona Ben Abraham Marinho Sanches em 04 (quatro) anos de reclusão, e 400 (quatrocentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA

INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "c", e § 3º, do Código Penal. 3. Quanto ao acusado Edson Lopes da Silva: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 2990 g para a droga MACONHA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Não há causas de aumento de pena. Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 1/3 (um terços), em virtude das circunstâncias judiciais favoráveis e da primariedade do réu. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Edson Lopes da Silva em 04 (quatro) anos de reclusão, e 400 (quatrocentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "c", e § 3º, do Código Penal. 4. Quanto ao réu Carlos Alberto Vildosa Cruz: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 2990 g para a droga MACONHA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Sem agravantes. Atenuo a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa por ter confessado (art. 65, III, "d", CP). Não há causas de aumento de pena. Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 1/3 (um terço), em virtude das circunstâncias judiciais favoráveis e da primariedade do réu. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao réu Carlos Alberto Vildosa Cruz em 03 (três) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, e 333 (trezentos e trinta e três) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "c", e § 3º, do Código Penal. Da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito. Considerando as circunstâncias judiciais favoráveis e se tratar de acusado primário e de bons antecedentes, bem assim a Resolução a norma acima citada não se coaduna com a ordem constitucional, em especial ao princípio da proporcionalidade e da individualização da pena, previsto no art. 5º, XLVI da Lei Maior. No caso em tela, a sanção privativa de liberdade mostra-se exagerada e desproporcional para a baixa ofensividade demonstrada pelo acusado no curso da empreitada criminosa, caracterizando uma punibilidade exorbitante ao fato criminoso, razão pela qual decido pela substituição na forma abaixo exposta e em consonância com o art. 43 e seguintes do Código Penal. Por oportuno, deve ser frisado que o E. Supremo Tribunal Federal, no Habeas Corpus n. 97256 impetrado pela Defensoria Pública da União, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 44 da Lei de Drogas, tendo o Relator do caso, Exmo. Ministro Ayres Brito aduzido que a referida vedação impede a possibilidade do magistrado optar pela pena mais adequada ao caso e ao infrator, sendo mácula ao princípio da individualização da pena. Destarte, os elementos dos autos evidenciam que a referida substituição é socialmente recomendável aos acusados, razão pela qual, com fundamento da novel jurisprudência do STF, acato incidenter tantum a inconstitucionalidade dos arts. 33, §4º e 40 da Lei de Drogas para converter a pena privativa de liberdade em duas restritivas de direitos, de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e limitação de fim de semana, na forma dos arts. 44, § 2º c/c 46 e 48 do CP, pelo período de 04 (quatro) anos para os réus Benjamin Duran Menezes, Edson Lopes da Silva e Jona Ben Abraham Marinho Sanches; e 03 (três) anos e 04 (quatro) meses para o réu Carlos Alberto Vildosa Cruz, a ser executada na forma e em estabelecimento(s) indicado(s) pela Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas VEMEPA. Tendo em vista a substituição da pena privativa de liberdade e por se tratar de réu primário e de bons antecedentes, concedo o direito de recorrer em liberdade, consoante o disposto no art. 59 da Lei 11.343/2006. Desnecessária a expedição de Alvará de Soltura visto que os Réus encontram-se soltos. Da incineração das substâncias apreendidas: Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com os Réus e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bens e valores: Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto de fls. 36/37, em favor da União. Das custas processuais: Condeno os Réus, ainda, ao pagamento das custas processuais. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome dos Réus no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação dos Réus, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEMEPA; Aplique-se a detração no que couber; À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. P.R.I.C.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0643791-86.2017.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Cleverton Aquino Lima - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0643791-86.2017.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Indiciado, adiante identificado(a), que nesta 1ª

Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, CLEVERTON AQUINO LIMA, Brasileiro(a), Casado, Vendedor, com endereço à Rua Travessa Gonçalves Dias, 572, Compensa I, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0647044-48.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Alesson Rodrigues de Souza - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0647044-48.2018.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Indiciado, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, ALESSON RODRIGUES DE SOUZA, Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, RG 2968506-0, pai Adervaldo Silva de Souza, mãe Gilvani das Costa Rodrigues, Nascido/Nascida em 01/01/1999, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Sao Valenciano, 60, Conjunto Braga Mendes, Cidade de Deus, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0647782-36.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Jorge Santos dos Santos - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0647782-36.2018.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Indiciado, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, JORGE SANTOS DOS SANTOS, Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, mãe Marly Travassos dos Santos, Nascido/Nascida em 31/12/1995, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Hiscos, 250, Morro da Liberdade, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0648507-25.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Carlos Vitor Serrao Almeida - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0648507-25.2018.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Indiciado, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, CARLOS VITOR SERRAO ALMEIDA, Brasileiro(a), Convivente, Desempregado, mãe RITA LUCIA PEREIRA SERRAO, Nascido/Nascida em 13/05/1999, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua São Martinho, 11025, Cidade de Deus, CEP 69099-421, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0648679-64.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: José Alan do Rosário Ramos - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0648679-64.2018.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Indiciado, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, JOSÉ ALAN DO ROSÁRIO RAMOS, Brasileiro(a), Companheiro, com Francimara de Souza Rodrigues, Desempregado, RG 17821835, pai Benedito Ferreira Ramos, mãe Joana Maria Dias do Rosário, Nascido/Nascida em 25/11/1982, natural de Belem - PA, com endereço à Rua Monte Negro, 06, Jorge Teixeira 4ª Etapa, CEP 69088-070, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ROWENA CHRISTINA SOUZA DE JESUS (OAB 4606/AM) - Processo 0648818-16.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: André de Souza Lopes - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0648818-16.2018.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Indiciado, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, ANDRÉ DE SOUZA LOPES, Brasileiro(a), RG 326632327, CPF 047.720.412-06, mãe Alessandra de Souza Lopes, Nascido/Nascida em 23/02/1998, com endereço à Rua 2, 4, São José II, CEP 69086-030, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor

Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0651611-25.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Eliel Lavor de Castro - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0651611-25.2018.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Indiciado, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, ELIEL LAVOR DE CASTRO, Brasileiro(a), Solteiro, Serviços Gerais, pai Samuel Gama de Castro, mãe Leila Mara Costa Lavor, Nascido/Nascida em 20/10/2000, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Sao Carlos, 382, Cidade de Deus, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0654300-42.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Janaina Marinho Cardoso - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0654300-42.2018.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Réu, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, JANAINA MARINHO CARDOSO, Brasileiro(a), Solteira, Industrial, RG 2494217-3, pai Evandro Marinho Cardoso, mãe Suely Marinho, Nascido/Nascida em 06/09/1992, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Luiz Montenegro, 308, casa, Jorge Teixeira, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM), ADV: LUANDERSON LUIZ RAMOS PEREIRA (OAB 12499/AM) - Processo 0654398-27.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Kennedy Cardeliy Ferreira - Witemberg Souza dos Santos - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 02/09/2019 às 12:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0658032-31.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jhonny Ferreira da Costa - Ana Caroline Chayen Tavares - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0658032-31.2018.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Réu, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, JHONNY FERREIRA DA COSTA, Brasileiro(a), pai Vicente Barbosa da Costa, mãe Maria Valda de Ouro Barbosa Ferreira, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua David Campista, 99, Conjunto Águas Claras, Novo Aleixo, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0661027-17.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Thiago Negreiros Marinho - INDICIADO: Erivan Braga Lira Júnior - Adriano Lopes de Araujo - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0661027-17.2018.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Indiciado, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, ERIVAN BRAGA LIRA JÚNIOR, Brasileiro(a), RG 22155031, com endereço à Rua Jessé (Antiga Rua da República), 13, Tancredo Neves, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 26 de julho de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

Adalberto Teixeira Bittar (OAB 5275/AM)
ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
Adrihan Linkohl Rodrigues Cardoso (OAB 11043/AM)
Agrício Rocha da Silva Neto (OAB 13822/AM)
Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)
Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Alice Arlinda Santos Sobral (OAB 3884/AM)
Allan Yunes da Rocha (OAB 12748/AM)
Almenilze Valente Sampaio (OAB 5456/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Ana Paula da Silva Bezerra (OAB 5797/AM)
Andrews Nascimento de Abreu (OAB 4899/AM)
Ane Caroline dos Santos Silva (OAB 10053/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
ANNE CAROLINE DA SILVA MACEDO (OAB 8985/AM)
Antônio Augusto Brito Feijó Júnior (OAB 8408/AM)
Antônio Azevedo Maia (OAB 10177/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
Belmiro Gonçalves Vianez Neto (OAB 6846/AM)
Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Benjamin do Couto Ramos Neto (OAB 8483/AM)
Bruno Cortez Canuto (OAB 12230/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)

Cândido Honório Ferreira Filho (OAB 1270/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Carla Dayany Luz Abreu (OAB 7038/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Caroline Ribeiro Frota Moreira (OAB 5670/AM)
Celso Rabelo Costa Filho (OAB 7082/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Christian Araujo de Souza (OAB 13291/AM)
Christian Araújo de Souza (OAB 13291/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Cláudio Augusto Colares da Costa (OAB 8429/AM)
Clayton Queiroz Sabóia (OAB 11446/AM)
Cloves Queiroz de Medeiros (OAB 525A/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Cristiano Leitão Tapajós (OAB 5826/AM)
Damião Ferreira Lisboa (OAB 3067/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
Djacy das Neves Benevides Filho (OAB 11994/AM)
Eder Carlos Ribeiro Pires (OAB 7901/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Elzu Sousa Alves (OAB 9641/AM)
Emerson da Silva Castro (OAB 5591/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Érika Patrícia de Lucena Silva (OAB 5640/AM)
Escalone Manrarin de Souza Pinheiro (OAB 13277/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Fábio Gouvêa de Sá (OAB 3801/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Fernando Oliveira de Almeida (OAB 9481/AM)
Flavícia Dias de Souza (OAB 6950/AM)
Francisca Lígia Leite de Freitas (OAB 2826/AM)
Francisco Nascimento de Souza (OAB 13145/AM)
Francisco Souza de Melo (OAB 7808/AM)
Francismary da Silva Andrade (OAB 11089/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Gabriel Yunes da Rocha (OAB 9623/AM)
George de Melo Monteiro (OAB 8466/AM)
Gerdeson Zuriel de Oliveira Menezes (OAB 11164/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Gilvan Pereira Dácio (OAB 12781/AM)
Gina Carla Sarkis Romeiro (OAB 2669/AM)
Giselle Cristina Monteiro Ferreira (OAB 11159/AM)
Glênio Gusmão Veras (OAB 10056/AM)
Haroldo Malizia Júnior (OAB 13447/AM)
Helder Brandão Góes (OAB 9780/AM)
Helder Cintra Bastos (OAB 12929/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Hermeson dos Santos Rodrigues (OAB 8245/AM)
Hernane Pereira Machado (OAB 7649/AM)
Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (OAB 7790/AM)
Hutan Machado de L.ima (OAB 9082/AM)
Ícaro Rodrigo Valente Lopes (OAB 7457/AM)
Igor Brandão Barbosa (OAB 6598/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre (OAB 7338/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Jackson da Cruz Andrade (OAB 2460/AM)
James Rodrigues Moreira (OAB 8227/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Jeberson Fernandes dos Santos (OAB 12432/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
Jefferson Oliveira do Nascimento (OAB 13823/AM)
Jennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira (OAB 8383/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Jhonny Araujo Costa Junior (OAB 13275/AM)
Joanildes de Paula Freitas Fernandes (OAB 13911/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Jonathan Campos Cutrim (OAB 9855/AM)
Jose Antonio Tuma Neto (OAB 1515/AM)
José Nazareno da Silva (OAB 3052/AM)
Josemar Berçot Rodrigues (OAB 5935/AM)
Josemar Berçot Rodrigues Júnior (OAB 7557/AM)
Júlio César Adami Berneira (OAB 6302/AM)
Juvenal Canuto Fernandes (OAB 8230/AM)
Juzy Carla Andrade dos Santos (OAB 11004/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karina Auxiliadora Pinto (OAB 2496/AM)
Karleno José Pereira (OAB 9059/AM)
Kelene Batalha Passos (OAB 6933/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Lauri Dario Bock (OAB 12074/AM)
Leocleide Silva Duarte Hitotuzi (OAB 11110/AM)
Leonardo da Penha Alves (OAB 13649/AM)
Lindon Carlos Cruz de Oliveira (OAB 3577/AM)
Lino José de Souza Chíxaro (OAB 1567/AM)
Luan Felipe Rodrigues Campos (OAB 11058/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
LUANDERSON LUIZ RAMOS PEREIRA (OAB 12499/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Luís Jorge de Arruda Rosas (OAB 1079A/AM)
Luiz Felipe Tavares Veiga (OAB 13150/AM)
Luiz Henrique Chíxaro Aires (OAB 13023/AM)
LUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO (OAB 5338/AM)
Lygiana Gonçalves Leite de Freitas (OAB 5356/AM)
Mamede Geber Paulo (OAB 11861/AM)
Mara Inez Ribeiro de Lima (OAB 6449/AM)
Marcelo Nobre de Souza (OAB 7089/AM)
Marcilinha Santana de Oliveira (OAB 4964/AM)
Marcos Ricardo Herszon Cavalcanti (OAB 2324/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria Edileusa Moraes de Medeiros (OAB 7060/AM)
Maria Elizabethe Rodrigues Jeronimo (OAB 7229/AM)
Maria Glades Ribeiro dos Santos (OAB 2144/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Maria Graciete da Silva Ribeiro (OAB 5512/AM)
Maria Iracema Pedrosa (OAB 1709/AM)
Mariana de Jesus Rodrigues Ramos (OAB 9702/AM)
Mario Porto de Aguiar (OAB 2296/AM)
Marleide Saraiva do Amaral (OAB 6167/AM)
Mary Castro da Silva (OAB 13120/AM)
Mauro de Melo Botelho Júnior (OAB 3305/AM)
Maysa de Almeida Chicre (OAB 13390/AM)
Meise Cristina Marques dos Santos (OAB 11246/AM)
Moysés Roberto Geber Corrêa (OAB 5678/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Norma Barboza Araujo (OAB 2845/AM)
PEDRO SOBRINHO COELHO (OAB 598/RR)
Rafael Allbuquerque Gomes de Oliveira (OAB 4831/AM)
Rafael da Cruz Lauria (OAB 5716/AM)
Rafael Panza França Garcia (OAB 8425/AM)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Raimundo Miguel Trindade dos Santos (OAB 11263/AM)
Raimundo Nonato de Moraes Brandão (OAB 8253/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Rayclinge Luiz Viana Rocha (OAB 11245/AM)
Régis Ferreira Machado (OAB 10077/AM)
Renato Ferreira Gonzales (OAB 11029/AM)
Rodrigo Rodrigues Campos (OAB 12150/AM)
Rômulo Almeida do Nascimento (OAB 2150/AM)
Rosângela Amorim da Silva (OAB 5760/AM)
Rowena Christina Souza de Jesus (OAB 4606/AM)
Sâmea Picanço Oliveira (OAB 10852/AM)
SAMIA BRENA FURTADO MONTEIRO CAMPOS (OAB 1852/AM)

Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)
Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Sidney Ricardo Carvalho da Silva (OAB 7780/AM)
Sulene Socorro Carvalho Verissimo de Oliveira (OAB 2557/AM)
Tatiane Carol Nunes de Souza (OAB 11336/AM)
Thalles da Cunha Ramos (OAB 14136/AM)
Thianne Silva Silveira (OAB 8532/AM)
Ubirajara Francisco de Moraes (OAB 7265/AM)
Valéria Ferreira Rabello (OAB 6287/AM)
Vanilde de Jesus Duarte (OAB 10028/AM)
Veraci Torres da Silva (OAB 3162/AM)
Vilson Gomes Benayon Filho (OAB 4820/AM)
Vitor Mendonça de Souza Vieiralves (OAB 7102/AM)
Waldeci Costa da Silva (OAB 12841/PA)
Waldemir Moraes Torres (OAB 11126/AM)
Wictor Flávio de São Paulo Aguiar (OAB 8907/AM)
Wilson de Lima Justo Filho (OAB 6136/AM)
Wirleny Benezar Falcão (OAB 13837/AM)
Wirley Benezar Falcao (OAB 12792/AM)
Yuri Bentes Guimarães (OAB 10778/AM)

2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA PRELIMINAR

A Doutora **Rosália Guimarães Sarmento**, Juíza de Direito da 2ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, fazendo uso de suas atribuições legais **NOTIFICA O(A)(S) DENUNCIADO(A)(S)** abaixo mencionado(a)(s)**.** conforme preceitua o art. 361,CPP, com prazo de 15 dias, para apresentação da **Defesa Preliminar** no prazo de 10(dez) dias:

Nº do Processo: 0241461-21.2016
Denunciado(a)(s): Antonio Ferreira de Souza, filho de Antonio Ferreira de Souza e Carmelita mendes Machado.

Nº do Processo: 0635295-68.2017
Denunciado(a)(s): Anderson da Silva Batista, filho de Izabel da Silva Batista.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0146/2019

ADV: LUIZ GONZAGA SOUZA LIMA NETO (OAB 11160/AM) - Processo 0208824-46.2018.8.04.0001 (processo principal 0605423-71.2018.8.04.0001) - Restituição de Coisas Apreendidas - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - REQUERENTE: Marco Aurelio Rosas de Jesus Junior - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Marco Aurelio Rosas de Jesus Junior, por intermédio de advogado, pleiteia a restituição do veiculo KIA SPORTAGE, aparelhos eletrônicos, documentos, e outros bens, apreendidos e a disposição deste Juizo, vinculado ao processo 0208824-46.2018.8.04.0001. Instado a manifestar-se, o digno Representante do Ministério Público, com assento neste Juízo, pugnou pelo indeferimento do pedido. É o relatório. DECIDO. A legislação processual penal pátria permite a apreensão de coisas que tenham relação com o fato criminoso, sendo imprescindíveis à apuração do crime imputado ao acusado. Nesse condão, coisas apreendidas que sejam úteis ao processo e, sobretudo, à elucidação do caso não serão restituídas imediatamente, sendo imperioso que se verifique a ligação existente entre a ocorrência do delito praticado pelo acusado e o bem objeto deste incidente processual, tudo conforme dispõe a hermenêutica extraída do art. 118 do CPP, o qual assevera, in verbis: "Antes de transitar em julgado a sentença final, as coisas apreendidas não poderão ser restituídas enquanto interessarem ao processo". (grifo meu) Em virtude de tratar-se de delito de tráfico de drogas, é imperioso que esse metódico dispositivo supra visualizado seja conjugado com o que preleciona o art. 60 da Lei nº. 11.343/06, a fim de que se possa extrair desta hermenêutica os requisitos imprescindíveis que justifiquem a custódia cautelar do bem. Nesse espeque, as coisas eventualmente apreendidas que interessem ao processo serão reguladas pela presença dos indícios suficientes para a apreensão de bens, exigência constante no art. 60 da novel Lei de drogas. Esses indícios suficientes versam sobre elementos probatórios que induzam numa análise perfunctória do elo existente entre o bem e o delito praticado, o que passa a impedir a restituição da coisa neste momento. É indubitável que o caso requer maiores digressões probatórias, o que somente será possível após, no mínimo, o término da instrução criminal. Todo esse entendimento exige-se a fim de se avaliar o direto envolvimento do bem ora questionado com o produto resultante do tráfico de drogas. Ante ao exposto, ancorado-se no que prescreve o art. 118 do CPP e art. 60 da Lei nº. 11.343/06, e, em sintonia com a Promoção Ministerial, INDEFIRO o pedido ora requerido por Marco Aurelio Rosas de Jesus Junior. Intimem-se. Manaus, 31 de julho de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza, Titular da 2ª Vecute

ADV: OCIVAN SILVA DE SOUZA (OAB 9480/AM) - Processo 0220394-92.2019.8.04.0001 (processo principal 0605423-71.2018.8.04.0001) - Restituição de Coisas Apreendidas - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - QUERELANTE: Marco Aurélio Rosas de Jesus Júnior - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Marco Aurélio Rosas de Jesus Júnior, por intermédio de advogado, pleiteia a restituição bens listados apreendidos e a disposição deste Juizo, vinculado ao processo 0220394-92.2019.8.04.0001. Instado a manifestar-se, o digno Representante do Ministério Público, com assento neste Juízo, pugnou pelo indeferimento do pedido. É o relatório. DECIDO. A legislação processual penal pátria permite a apreensão de coisas que tenham relação com o fato criminoso, sendo imprescindíveis à apuração do crime imputado ao acusado. Nesse condão, coisas apreendidas que sejam úteis ao processo e, sobretudo, à elucidação do caso não serão restituídas imediatamente, sendo imperioso que se verifique a ligação existente entre a ocorrência do delito praticado pelo acusado e o bem objeto deste incidente processual, tudo conforme dispõe a hermenêutica extraída do art. 118 do CPP, o qual assevera, in verbis: "Antes de transitar em julgado a sentença final, as coisas apreendidas não poderão ser restituídas enquanto interessarem ao processo". (grifo meu) Em virtude de tratar-se de delito de tráfico de drogas, é imperioso que esse metódico dispositivo supra visualizado seja conjugado com o que preleciona o art. 60 da Lei nº. 11.343/06, a fim de que se possa extrair desta hermenêutica os requisitos imprescindíveis que justifiquem a custódia cautelar do bem. Nesse espeque, as coisas eventualmente apreendidas que interessem ao processo serão reguladas pela presença dos indícios suficientes para a apreensão de bens, exigência constante no art. 60 da novel Lei de drogas. Esses indícios suficientes versam sobre elementos probatórios que induzam numa análise perfunctória do elo existente entre o bem e o delito praticado, o que passa a impedir a restituição da coisa neste momento. É indubitável que o caso requer maiores digressões probatórias, o que somente será possível após, no mínimo, o término da instrução criminal. Todo esse entendimento exige-se a fim de se avaliar o direto envolvimento do bem ora questionado com o produto resultante do tráfico de drogas. Ante ao exposto, ancorado-se no que prescreve o art. 118 do CPP e art. 60 da Lei nº. 11.343/06, e, em sintonia com a Promoção Ministerial, INDEFIRO o pedido ora requerido por Marco Aurélio Rosas de Jesus Júnior. Intimem-se. Manaus, 31 de julho de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza, Titular da 2ª Vecute

ADV: RUI GUILHERME MODESTO BORGES (OAB 11829/AM), ADV: GUILHERME SCHERAKMAN SIQUEIRA (OAB 10385/AM) - Processo 0628664-40.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Renan Morais de Lima - Eliseu Anunciação de Souza - Ezequiel Anunciação de Sousa e outros - Fica a defesa intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, regularizar a representação processual dos indiciados Eliseu Anunciação de Sousa e Ezequiel Anunciação de Souza.

ADV: THIAGO THADEU BASTOS TAVARES DA SILVA (OAB 11821/AM) - Processo 0628664-40.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Leonardo de Souza Sabino e outros - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de pedido de revogação de prisão preventiva formulado pela defesa dos denunciados Leonardo de Souza Sabino, Eliseu Anunciação de Souza e Ezequiel Anunciação de Sousa (fls. 845/846; 847/848 e 892/903). Chamado a opinar, o Representante do Ministério Público manifestou-se desfavorável aos pedidos. Relatado. DECIDO. De fato assiste razão ao MP, porquanto entre a data da decisão judicial que decretou a prisão preventiva dos denunciados e a data dos pedidos de revogação , não houve neste curto período, qualquer modificação das circunstâncias fático-jurídicas que ensejaram o ergastulamento cautelar dos indiciados. O posicionamento do juízo plantonista foi externado e fundamentado, sendo acompanhado por este juízo, de tal forma que apenas se houver alteração das circunstâncias devidamente demonstrada nos autos ou decisão judicial do segundo grau de jurisdição será possível a modificação do status libertatis dos indiciados. Compulsando os autos, verifico que as circunstâncias da prisão dos denunciados é desfavorável, e que apresentam ainda registros criminais, e que, embora alguns denunciados sejam primários, demonstram que as medidas cautelares diversas da prisão são insuficientes para obstar as atividades criminosas dos denunciados. Diante do exposto, em consonância com o parecer do Ministério Público, INDEFIRO os pedidos de revogação da prisão preventiva de Leonardo de Souza Sabino, Eliseu Anunciação de Souza e Ezequiel Anunciação de Sousa. Intime-se. À Secretaria para cumprimento/acompanhamento da decisão de fl. 838 (parte final). Após a juntada de todas as defesas preliminares, conclusos. P.R.I. CUMPRA-SE. Manaus, 29 de julho de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM) - Processo 0636817-62.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: David Rafael Cardoso Fernandes e outros - Pelo exposto, REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA do indiciado David Rafael Cardoso Fernandes, nos termos do art. 316 do CPP, aplicando-lhe, no entanto, as seguintes medidas cautelares diversas da prisão, nos termos do art. 319 do CPP: 1) Obrigatoriedade de manter atualizado o seu endereço, a fim de viabilizar futuras notificações, intimações/citações e outros atos processuais; 2) Comparecimento trimestral obrigatório em juízo (que será documentado por foto a ser incluída nos autos); 3) Comparecimento obrigatório a todos os atos do processo, sempre que intimado para tanto; 4) Proibição de se ausentar da Comarca de Manaus, por prazo superior a 30 (trinta) dias, sem prévia autorização deste juízo; e 5) Comparecimento ao Projeto Reeducar, no Auditório do Fórum Ministro Henoch Reis, às 08h:00min do dia 12/08/2019. O indiciado fica ciente de que o descumprimento de quaisquer das medidas acima elencadas poderá ensejar a decretação de prisão preventiva em seu desfavor. Determino que na assinatura do termo de compromisso o flagranteado apresente comprovante de residência atualizado. Expeça-se Alvará de Soltura e lavre-se Termo de Compromisso. Após a juntada do inquérito policial, vista ao MP, para manifestação. Em caso de oferecimento de denúncia, determino a imediata NOTIFICAÇÃO do denunciado, nos termos do art. 55 da lei nº 11.343/2006, para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa preliminar escrita. Intime-se ainda, seu Advogado, devidamente habilitado nos autos, ou Defensor Público, para a mesma finalidade. Em caso de manifestação ministerial diversa, voltem-me os autos conclusos para decisão. Int. Cumpra-se.

ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM), ADV: DELIAN PEREIRA DOS SANTOS (OAB 11743/AM) - Processo 0636995-11.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Agleison Machado de Oliveira - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos estes autos, Trata-se de pedido de revogação de prisão preventiva formulado pela defesa do indiciado Agleison Machado de Oliveira (fls.33-35). Chamado a opinar, o Representante do Ministério Público manifestou-se desfavorável ao pedido (fls. 51-52). Relatado. DECIDO. Compulsando os autos, verifico que entre a data da prisão do denunciado-requerente e a data do pedido de revogação, não houve qualquer modificação das circunstâncias fático-jurídicas que ensejaram o ergastulamento cautelar do indiciado. O posicionamento do juízo é pela manutenção da prisão do denunciado, em razão da presença dos requisitos previstos no art. 312 do CPB, e, embora, seja primário, ostenta mais de uma passagem criminal, demonstrando, com isto, que as medidas cautelares diversas da prisão são insuficientes para obstar as atividades criminosas desempenhadas pelo mesmo. Diante do exposto, em consonância com o parecer do Ministério Público, INDEFIRO o pedido (fls. 33-35) de revogação da prisão preventiva de Agleison Machado de Oliveira. Verifico que o Advogado subscritor da petição de fls. 33-47, encontra-se despido de instrumento procuratório. Intime-o para regularizar a sua representação. Notifique-se o denunciado, por meio de seu advogado, via Diário de Justiça Eletrônico, para oferecer DEFESA PRELIMINAR, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, na forma do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Intime-se. Manaus, 31 de julho de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza

Delian Pereira dos Santos (OAB 11743/AM)
Guilherme Scherakman Siqueira (OAB 10385/AM)
Luiz Gonzaga Souza Lima Neto (OAB 11160/AM)
OCIVAN SILVA DE SOUZA (OAB 9480/AM)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Rui Guilherme Modesto Borges (OAB 11829/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Thiago Thadeu Bastos Tavares da Silva (OAB 11821/AM)

4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0192/2019

ADV: CARLOS DOS ANJOS ROLIM FILHO (OAB 9894/AM) - Processo 0601629-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Felipe Augusto Rolim Cavalcante - Ante ao exposto, julgo PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para CONDENAR o acusado Felipe Augusto Rolim Cavalcante, como incurso nas penas do Art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06.

ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM), ADV: ULISSES SOARES FERREIRA (OAB 13730/AM) - Processo 0602495-16.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0601393-56.2019.8.04.0001) - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Josimar Borges Batista - 3. DISPOSITIVO Ante ao exposto, julgo PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para CONDENAR o acusado JOSIMAR BORGES BATISTA como incurso nas penas do Art. 33 da Lei nº 11.343/2006. Passo à individualização da pena.

ADV: CLAYTON ROITMAN MORAES DE OLIVEIRA (OAB 9115/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM), ADV: ÁLVARO VIANA ORTIZ (OAB 13165/AM), ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM), ADV: THIAGO FELIPE FERNANDES FERREIRA (OAB 13944/AM), ADV: DIANA CAROLINA GALLEGOS ARMAS (OAB 13874/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM) - Processo 0605032-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Quadrilha ou Bando - RÉU: Eric Kevin da Silva Miranda - Gabriel Gleydson Oliveira dos Santos - Juliana de Assunção Farias - Levi Wescley Barbosa da Silva - Rodrigo da Silva Costa - Liliane Roberto Medeiros e outro - DENUNCIADO: Harleson Souza da Silva - Sendo assim, recebo a denúncia nos termos em que foi formulada. Designo o dia 23/08/2019, às 09:15h, para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intime(m)-se o(s) Réu(s) e testemunhas arroladas pela acusação, conforme o caso. Proceda-se à intimação dos advogados via DJE, para comparecimento na data designada. Observe-se a intimação pessoal do Ministério Público e da Defensoria. Cientifique-se a Defesa que a(s) testemunha(s) eventualmente arrolada(s) na defesa preliminar, deverão ser trazida(s) à audiência, independentemente de intimação, salvo requerimento expresso em sentido contrário. Oficie-se à autoridade

policial para destruição da droga apreendida, observando o que dispõe o art. 50 e seus parágrafos, da Lei 11.343/06. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THIAGO ASSIS DA SILVA MONTEIRO (OAB 12725/AM), ADV: RUBEMAR ROCHA DE LUCENA (OAB 11448/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM), ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM) - Processo 0613617-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Charles Anderson Pereira Rolim - Brendo Cardoso dos Santos - Jailson Sena Alves - Sendo assim, recebo a denúncia nos termos em que foi formulada. Designo o dia 14/08/2019, às 10:30h, para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intime(m)-se o(s) Réu(s) e testemunhas arroladas pela acusação, conforme o caso. Proceda-se à intimação dos advogados via DJE, para comparecimento na data designada. Observe-se a intimação pessoal do Ministério Público e da Defensoria. Cientifique-se a Defesa que a(s) testemunha(s) eventualmente arrolada(s) na defesa preliminar, deverão ser trazida(s) à audiência, independentemente de intimação, salvo requerimento expresso em sentido contrário. Oficie-se à autoridade policial para destruição da droga apreendida, observando o que dispõe o art. 50 e seus parágrafos, da Lei 11.343/06. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: RUBEMAR ROCHA DE LUCENA (OAB 11448/AM), ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM), ADV: THIAGO ASSIS DA SILVA MONTEIRO (OAB 12725/AM) - Processo 0613617-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Charles Anderson Pereira Rolim - Brendo Cardoso dos Santos - Jailson Sena Alves - R.Hoje. Acolho o pedido formulado às fls. 215. Redesigno a audiência de instrução e julgamento para o dia 03/09/2019, às 13h15. Intimem-se. Manaus, 24 de julho de 2019.

ADV: MEISE CRISTINA MARQUES DOS SANTOS (OAB 11246/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0620209-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Raulison Souza Lopes - Evanilson dos Santos Pereira - De ordem do MM. Juiz de Direito João Marcelo Nogueira Moysés, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 12/08/2019 às 12:30h.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0621276-86.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Wanderson Mendes Monteiro e outro - Assim, com fulcro no nos artigos 311 e 312 do Código de Processo Penal, INDEFIRO o pedido formulado, e mantenho Wanderson Mendes Monteiro sob custódia estatal. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BÁRBARA TRINDADE LOPES (OAB 9178/AM), ADV: ANA CAROLINA AMARAL DE MESSIAS (OAB 9171/AM) - Processo 0621869-52.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Josue Marques de Andrade e outro - 3. DISPOSITIVO Ante ao exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para: 1) CONDENAR o acusado JOSUÉ MARQUES DE ANDRADE como incurso nas penas do Art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006. 2) ABSOLVER a acusada SUZY MAYRA SÁ DE MELO da prática da infração penal descrita no Art. 33, caput, da da Lei nº 11.343/2006, por insuficiência de provas, com fulcro no Art. 386, VII, do Código de Processo Penal. 3) ABSOLVER os acusados JOSUÉ MARQUES DE ANDRADE e SUZY MAYRA SÁ DE MELO da prática da infração penal descrita no Art. 35, caput, da da Lei nº 11.343/2006, por não haver prova da existência da referida associação, com fulcro no Art. 386, II, do Código de Processo Penal.

ADV: BRUNA LORENA LOBATO MACEDO (OAB 20477/PA) - Processo 0622332-91.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Awdreo Tony de Lima Araujo - 3. DISPOSITIVO Ante ao exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na denúncia (fls. 113/115) para: CONDENAR o acusado AWDREO TONY DE LIMA ARAUJO como incurso nas penas do Art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006 e Art. 297 do Código Penal, estando absorvida pela falsificação a infração descrita no Art. 304 do CP, porquanto exaurimento do mesmo crime.

ADV: TATIANE CAROL NUNES DE SOUZA (OAB 11336/AM) - Processo 0633881-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Rafael Barbosa Nogueira - 3. DISPOSITIVO Ante ao exposto, julgo PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para CONDENAR o acusado RAFAEL BARBOSA NOGUEIRA, como incurso nas penas do Art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06. Passo à individualização da pena.

ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM) - Processo 0635518-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Kelton Figueiredo Portilho - R. Hoje. Ante a denúncia oferecida pelo Ministério Público, notifique-se o denunciado, para que apresente defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, na forma do artigo 55 da Lei n. 11.343/06. Intime-se a Defesa (fls.37), via publicação no DJ-e, para que apresente defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, na forma do artigo 55 da Lei n. 11.343/06. Exaurido o prazo do artigo 55, caput, da Lei n. 11.343/06 in albis, certifique-se e intime-se o acusado para constituir advogado ou informar eventual impossibilidade, no prazo de 5 (cinco) dias. Vencido o prazo sem apresentação de defesa prévia, certifique-se e encaminhem-se os autos ao Defensor Público designado para atuar nesta vara, para apresentar defesa prévia e atuar no processo em favor do denunciado, na forma do § 3º do artigo 55 da Lei n. 11.343/06. Após, conclusão. I.

ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM) - Processo 0635518-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Kelton Figueiredo Portilho - Sendo assim, recebo a denúncia nos termos em que foi formulada. Designo o dia 02/09/2019, às 12:00h, para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intime(m)-se o(s) Réu(s) e testemunhas arroladas pela acusação, conforme o caso. Proceda-se à intimação dos advogados via DJE, para comparecimento na data designada. Observe-se a intimação pessoal do Ministério Público e da Defensoria. Cientifique-se a Defesa que a(s) testemunha(s) eventualmente arrolada(s) na defesa preliminar, deverão ser trazida(s) à audiência, independentemente de intimação, salvo requerimento expresso em sentido contrário. Oficie-se à autoridade policial para destruição da droga apreendida, observando o que dispõe o art. 50 e seus parágrafos, da Lei 11.343/06. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARIO PORTO DE AGUIAR (OAB 2296/AM), ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM) - Processo 0643316-96.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Deivid Franco Moraes e outro - Vistos, Nada a prover quanto ao pedido de providências de fls. 305/306, eis que o Ministério Público já apresentou alegações finais escritas. Outrossim, não há que se cogitar de constrangimento ilegal por excesso de prazo, estando encerrada a instrução criminal, inteligência da súmula 52, do STJ: encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo. Intime-se a defesa acerca deste decisum, bem como para apresentar memoriais, no prazo legal.

ADV: RODRIGO RODRIGUES CAMPOS (OAB 12150/AM), ADV: LEONARDO DA PENHA ALVES (OAB 13649/AM) - Processo 0647736-47.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Brenon dos Santos Marques e outro - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para: a) CONDENAR Brenon dos Santos Marques, às penas do art. 33 da Lei de Drogas; b) ABSOLVER Mateus Eduardo dos Santos Marques da imputação do delito previsto no art. 33, da Lei de Drogas; e c) ABSOLVER Brenon dos Santos Marques e Mateus Eduardo dos Santos Marques da imputação do delito descrito no art. 35 da Lei de Drogas.

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM) - Processo 0655494-77.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Alessandro Augusto de Oliveira Alencar Junior - De ordem do MM.

Juiz de Direito Rafael Rodrigo da Silva Raposo, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 05/08/2019 às 12:15h.

ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM) - Processo 0656170-25.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Deivid da Silva Gonçalves - Ante ao exposto, julgo PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para CONDENAR o acusado DEIVID DA SILVA GONÇALVES, como incurso nas penas do Art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06. Passo à individualização da pena.

ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM), ADV: JOSÉ RICARDO ALVES GONÇALVES (OAB 12097/AM), ADV: JOZIEL BARROS DE SOUZA (OAB 11383/AM) - Processo 0658468-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Alcinete Costa da Silva - 3. DISPOSITIVO Ante ao exposto, julgo PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para CONDENAR a acusada ALCINETE COSTA DA SILVA, como incursa nas penas do Art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006. Passo à individualização da pena.

Álvaro Viana Ortiz (OAB 13165/AM)
Ana Carolina Amaral de Messias (OAB 9171/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
Bárbara Trindade Lopes (OAB 9178/AM)
Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Bruna Lorena Lobato Macedo (OAB 20477/PA)
Carlos dos Anjos Rolim Filho (OAB 9894/AM)
Clayton Roitman Moraes de Oliveira (OAB 9115/AM)
Diana Carolina Gallegos Armas (OAB 13874/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Jackson da Cruz Andrade (OAB 2460/AM)
José Ricardo Alves Gonçalves (OAB 12097/AM)
Joziel Barros de Souza (OAB 11383/AM)
Leonardo da Penha Alves (OAB 13649/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)
Mario Porto de Aguiar (OAB 2296/AM)
Meise Cristina Marques dos Santos (OAB 11246/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)
Rodrigo Rodrigues Campos (OAB 12150/AM)
Rubemar Rocha de Lucena (OAB 11448/AM)
Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)
Tatiane Carol Nunes de Souza (OAB 11336/AM)
Thiago Assis da Silva Monteiro (OAB 12725/AM)
Thiago Felipe Fernandes Ferreira (OAB 13944/AM)
Ulisses Soares Ferreira (OAB 13730/AM)

1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUIZ(A) DE DIREITO ALINE KELLY RIBEIRO MARCOVICZ LINS

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JULIANA DO VALLE CORREIA LIMA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0112/2019

ADV: ARTHUR DA COSTA PONTE (OAB 11757/AM), ADV: JOSÉ CARLOS CAVALCANTI JÚNIOR (OAB 3607/AM) - Processo 0206791-83.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: R.A.R. - Após análise detida dos autos e do pedido antecedente, indefiro-o, uma vez que não cabe a esta Especializada informar senha de acesso a processo de outro juízo, cabendo à Defesa manifestar-se nos autos em trâmite no juízo deprecado, ficando a seu encargo o acompanhamento da referida carta, conforme já exposto na parte final da decisão de fls. 726/728 dos autos.

ADV: MARCELO GONÇALVES ROZA (OAB 13505/AM), ADV: RAIMUNDO DE SOUZA MAMED JÚNIOR (OAB 13498/AM), ADV: PAULO TAVARES DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4547/AM), ADV: SAMANTA COELHO DA SILVA E SILVA (OAB 9746/AM) - Processo 0550163-24.2009.8.04.0001 (001.09.550163-1) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - DENUNCIADO: J.O.P. - Trata-se de pedido de juntada de procuração outorgado pelo denunciado ao causídico Raimundo de Souza Mamed Júnior, OAB/AM nº 13.498, conforme se verifica às fls. 183. Verifica-se que o denunciado já possuía patrono constituído, conforme se observa na Defesa Prévia constante nos autos, onde outorgou poderes para o advogado Paulo Tavares de Souza Júnior, OAB/AM nº 4547, atuar no presente feito. Outrossim, não consta renúncia ou substabelecimento do referido, o que autorizaria a habilitação de novo patrono, principalmente no caso dos presentes autos, uma vez que se trata de crime que tramita em segredo de justiça, conforme inteligência do art. 234-B do CPB. Vale ressaltar que os procedimentos do art. 111 do Código de Processo Civil que regula a substituição das partes, reza que para que se efetive a sucessão, a parte deverá revogar o mandato no mesmo ato que constituir o novo patrono, em conformidade com o que preconiza o o Código de Ética e Disciplina da OAB, em seu art. 14, o que não foi constatado no presente feito. Isto posto, determino que se intime o advogado constituído, a fim de sanar a irregularidade apontada, no prazo de 10 (dez) dias, promovendo a Secretaria as diligências necessárias.

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM), ADV: LUANDERSON LUIZ RAMOS PEREIRA (OAB 12499/AM) - Processo 0635703-59.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - DENUNCIADO: I.R.C. - Cumpra-se integralmente a determinação constante na fl.110 dos autos, quanto à intimação da Defesa, a fim de que se manifeste acerca do laudo pericial antecedente, no prazo de 5 (cinco) dias. Diligências de estilo.

Arthur da Costa Ponte (OAB 11757/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
José Carlos Cavalcanti Júnior (OAB 3607/AM)
LUANDERSON LUIZ RAMOS PEREIRA (OAB 12499/AM)
Marcelo Gonçalves Roza (OAB 13505/AM)
Paulo Tavares de Souza Júnior (OAB 4547/AM)
Raimundo de Souza Mamed Júnior (OAB 13498/AM)
Samanta Coelho da Silva e Silva (OAB 9746/AM)

2ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0135/2019

ADV: REGILSON PINTO GOMES (OAB 10288/AM) - Processo 0230052-48.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - DENUNCIADO: D.G.S. - CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que esta secretaria designou a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 25/09/2019 às 08:00h. Providencias pela Secretaria: 1) Intimação/Requisição do(s) réu(s); e 2) Intimação da(s) Vitima(s) e Testemunha(s) arrolada(s) na Denúncia

ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM) - Processo 0230276-49.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: E.B.P. e outro - CERTIFICO, QUANTO AOS RÉUS Emanoel de Brito Pereira (Certidão positiva do Oficial de Justiça de fls.124 e a carta de aviso de recebimento de fls. 114) e Moises de Brito Pereira (Certidão positiva do Oficial de Justiça de fls. 125 e a carta de aviso de recebimento de fls.115) , estes foram devidamente intimados para comparecerem à audiência designada para 16/09/2019 às 08:00h. CERTIFICO, QUANTO À VÍTIMA E REPRESENTANTE LEGAL Márcia Moreira Soares, esta confirmou sua presença na audiência designada para 16/09/2019 às 08:00h, conforme se verifica na Certidão de Intimação por Telefone, respectivamente, nos itens 131. A mesma atualizou seu endereço, e esta secretaria expedirá

um novo mandado. CERTIFICO, QUANTO ÀS TESTEMUNHAS arroladas na DEFESA, resposta à acusação, Karoline Lobato de Oliveira (Certidão positiva do Oficial de Justiça de fls.126 e carta de aviso de recebimento de fls.118) , Irael Brito Pereira (Certidão negativa do Oficial de Justiça de fls. 129 e carta de aviso de recebimento de fls. 117) , Mário Jorge de Brito Pereira (Certidão positiva do Oficial de Justiça de fls.127 e carta de aviso de recebimento de fls.120) , Luciane Nunes da Silva (Certidão positiva do Oficial de Justiça de fls.121 e carta de aviso de recebimento de fls. 119) e Francisco das Chagas Melo(Certidão negativa do Oficial de fls. 128 de Justiça e carta de aviso de recebimento de fls. 116) , estas foram devidamente intimadas.

ADV: DJACY DAS NEVES BENEVIDES FILHO (OAB 11994/AM) - Processo 0614708-88.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: F.T.E. e outro - CERTIFICO, QUANTO AO(S) RÉU(S) Francisco Torres Evangelista e Roberto Nogueira da Silva, este(s) fora(m) devidamente intimado(s) para comparecer à audiência designada para 13/08/2019 às 08:00h, conforme se demonstra na Certidão positiva do Oficial de Justiça e a carta de aviso de recebimento, respectivamente, às de fls.91,94,95 e 102. CERTIFICO, QUANTO À VÍTIMA Alini Santos da Silva esta foi devidamente intimada para comparecer à audiência designada para 13/08/2019 às 08:00h, conforme se verifica a carta de aviso de recebimento, respectivamente, no item 96, contudo o mandado não teve retorno e esta Secretaria solicitou à devolução à Central de mandados. CERTIFICO, QUANTO À TESTEMUNHA arrolada na DENÚNCIA Nilza Duque dos Santos, esta foi devidamente intimada, consoante a carta de aviso de recebimento, respectivamente, no item 97, não foi possível intima-lá pelo Oficial de Justiça, por motivo de viagem da mesma, (segundo informações do vizinho) e esta Secretaria expedirá novo mandado.

ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
Djacy das Neves Benevides Filho (OAB 11994/AM)
Regilson Pinto Gomes (OAB 10288/AM)

VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES DE TRÂNSITO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DE CRIMES DE TRÂNSITO

JUIZ(A) DE DIREITO YURI CAMINHA JORGE

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DANIEL KLEBER SANTOS DE FREITAS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0062/2019

ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM) - Processo 0200209-09.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - RÉU: Airton da Silva Rego - CERTIFICO, nesta data, conforme determinação expressa no Despacho de fl. 209 dos autos em epígrafe e em razão da apresentação das Alegações Finais - Memoriais por parte do Ministério Público, fica intimado o Acusado, por intermédio de seus Advogados, Dr. André Luiz Duarte da Cruz e Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB/AM n.° 7694/AM e 11860/AM), a apresentar as Alegações Finais na forma de Memoriais no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ULYSSES SILVA FALCÃO (OAB 3924/AM) - Processo 0227375-45.2016.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes de Trânsito - AUTORFATO: Sadiomar Gonçalves Nascimento - EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS O MM. Juiz Substituto de Carreira Dr. Iury Caminha Jorge, da Vara Especializada em Crimes de Trânsito da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... FAZ SABER a todos que do presente Edital de Citação virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo tramitam os autos de AÇÃO PENAL PROCESSO n.º 0227375-45.2016.8.04.0001, movido pelo Ministério Público contra o Acusado SADIOMAR GONÇALVES NASCIMENTO, Brasileiro, Casado, Motorista, RG 1830322-6, pai Manoel Carvalho Nascimento, mãe Nazaré Ribeiro Gonçalves, Nascido 09/02/1981, natural de Manaus - AM, Outros Dados: 99142-1348, com endereço à Rua Euripedes, 02, Monte das Oliveiras, CEP 69093-114, Manaus - AM, atualmente em lugar incerto e não sabido, pela suposta prática de fato tipificado como crime. Tendo em vista a impossibilidade de localização do acusado, procede-se à expedição do presente edital, objetivando proceder à CITAÇÃO do acusado para comparecer, dentro de 10 (dez) dias, à sede deste juízo, situado no Fórum Ministro Henoch Reis, Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho (Av. Paraíba), s/n.º, 2.º andar, Setor 4, Bairro São Francisco, Manaus/AM, no horário de expediente (08h00 às 14h00 dos dias úteis), para se manifestar sobre PROPOSTA DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO a ser oferecida pelo Ministério Público. Não comparecendo o acusado, nem constituindo advogado, no PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, contados do dia subsequente ao fim do prazo de publicação do presente edital (vide acima), proceder-se-á conforme o art. 366 do CPP, suspendendo-se o curso do processo e do prazo prescricional, bem assim podendo ser decretada a prisão preventiva. O presente Edital será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 31 de julho de 2019. Eu, Fabricio Paulo Pereira Itapirema, Assistente Judiciário, digitei e assinei.

ADV: BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 5986/AM) - Processo 0232502-95.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito - ACUSADO: Gilson Medeiros de Amorim Junior - 1 - GILSON MEDEIROS DE AMORIM JUNIOR foi denunciado (fls. 49/50) pela prática, em tese, da conduta tipificada no artigo 306, da Lei nº 9.503/97 - CTB, tendo apresentado resposta à acusação (fls. 93/94), subscrita pelo advogado Dr. Bruno Calheiro de Oliveira (OAB/AM nº 5.986), na qual se reserva no direito de apresentar maiores detalhes, posteriormente a instrução processual. 2 - Ao compulsar os autos, não vislumbro qualquer das hipóteses ensejadoras da absolvição sumária do acusado, ínsitas no art. 397 do CPP. Por tal motivo, determino que seja pautada data para AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, nos termos do art. 400 CPP, devendo ser observadas as diretrizes do TJAM e das Metas do CNJ. 3 - Notifiquem-se o acusado, o advogado, via DJE, as testemunhas e o Ministério Publico.

ADV: BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 5986/AM) - Processo 0232502-95.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito - ACUSADO: Gilson Medeiros de Amorim Junior - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento para o dia 23/09/2019 às 09:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta Vara Especializada de Crimes de Trânsito. Os atos intimatórios serão expedidos oportunamente.

ADV: ANTONIO EVANDRO MELO BALBI (OAB 66418/RJ) - Processo 0238684-68.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito - INDICIADO: Renison Rodrigo Rodrigues Ferreira - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento para o dia 16/09/2019 às 10:45h, a ser realizada na Sala de Audiência desta Vara Especializada de Crimes de Trânsito. Os atos intimatórios serão expedidos oportunamente.

Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
Antonio Evandro Melo Balbi (OAB 66418/RJ)
Bruno Calheiro de Oliveira (OAB 5986/AM)
Ulysses Silva Falcão (OAB 3924/AM)

VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0204/2019

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0201761-04.2017.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - AUTORFATO: German Velez Osório - Assim, nos termos do artigo 76, § 4º, da Lei nº 9.099/95, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do investigado German Velez Osório, considerando que este

cumpriu integralmente as condições pactuadas na proposta de transação penal homologada, via de consequência, determino o arquivamento do presente feito. P.R.I.C

ADV: (SEM PATRONO) (OAB 121212/AM) - Processo 0216208-31.2016.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - INDICIADO: Francisca Rodrigues de Souza - Autos n.º:0216208-31.2016.8.04.0001 - Classe: Termo Circunstanciado DESPACHO Compulsando os autos observo ter sido enviada carta precatória ao juízo da Comarca de Itacoatiara. Observo também que mesmo com as reiteradas tentativas de comunicação e pedido de providências por parte da Secretaria desta Vara, o juízo deprecado se mostrou inerte. Dessa forma, DETERMINO ao juízo deprecado que faça a devolução dos autos com a devida resposta, sob pena de responsabilidade. CUMPRA-SE. Manaus/AM,

ADV: GRAZIELA DA COSTA BATISTA (OAB 7224/AM), ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0247987-04.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - RÉU: Fabricio de Araujo Morais - Cláudio Silva Rodrigues e outro - Autos n.º:0247987-04.2016.8.04.0001 - Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário DESPACHO Em atenção á certidão de fls. 149, observo a intempestividade da defesa prévia dos réus. Á Secretaria que paute audiência de instrução e julgamento observando corretamente o prazo prescricional. CUMPRA-SE. Manaus/AM,

ADV: DIOGO DINIZ FERREIRA DE CARVALHO (OAB 1273A/AM) - Processo 0609660-51.2018.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Flora - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Intime-se o autor para se manifestar dos documentos de fls. 94/165, no prazo previsto no art. 350 do NCPC. CUMPRA-SE.

ADV: (SEM PATRONO) (OAB 121212/AM) - Processo 0619539-58.2013.8.04.0001 - Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP) - Crimes contra a Flora - INDICIADO: ROGÉRIO BRUNO GARRIDO DO NASCIMENTO e outro - Autos n.º 0619539-58.2013.8.04.0001 - Crimes Ambientais SENTENÇA C/ MÉRITO - POR EXTINTIVA Vistos,... ASSUMO hoje, Trata-se de AÇÃO PENAL AMBIENTAL, ingressa pelo MINISTÉRIO PUBLICO ESTADUAL, através de sua 53ª PRODEMAPH, em face de ROGÉRIO BRUNO GARRIDO DO NASCIMENTO, e ainda, PAULO DINIZ DE LIMA, que narra a prática do delito previsto no art. 46, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98. Fato ocorrido em 28/02/2013. SENTENÇA exarada às fls., 109/111, de 01/06/2015, por litispendência em relação ao processo nº 0202520-07.2013.8.04.0001. APELAÇÃO as fls., 116/119, de 25/06/2015, ingressa pelo MPe. CONTRARRAZÕES as fls., 133/137, de 13/08/2015, apresentada pelo DPe. ACÓRDÃO as fls., 444/447, de 10/12/2018, oriundo da 3ª TRJEC, que por unanimidade, conheceu e deu provimento ao recurso de apelação. PROMOÇÃO MINISTERIAL as fls., 451, que pugnou pela declaração de extinção da punibilidade, por prescrição. É a síntese do necessário. JULGO. "Ab initio" o crime ambiental narrado no art. 46, parágrafo único, da LCA, do procedimento judicial, possui pena máxima igual a 01 (um) ano, sendo alcançado pela prescrição da pretensão punitiva em 04 (quatro) anos (art. 109, V do CP). Art. 46. Receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento: Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa. Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem vende, expõe à venda, tem em depósito, transporta ou guarda madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente. Considerando que a data do fato é de 28/02/2013, sem que houvesse qualquer ato interruptivo, o fenômeno prescricional ocorreu em 28/02/2017. A promoção ministerial as fls., 451, expressa: "[...] De plano, faz-se mister constatar que a pena "in abstrato" prevista para o caso em tela prescreve em 04 (quatro) anos, ex vi do disposto no art. 109, V, do CP. Tendo o fato ocorrido, como visto, em 28.02.2013, tem-se que o quadriênio antedito já escoou desde então sem que tenha ocorrido qualquer causa interruptiva do fenômeno prescricional, eis que sequer ofertada denúncia desde então. Inócua, portanto, a pretensão punitiva estatal pela ocorrência da prescrição pela pena abstrata. - Em função do exposto, promove o Ministério Público no sentido de ser declarada extinta a punibilidade dos autores do fato pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, nos termos do que prescreve o artigo 107, IV, do codex penal substantivo. - É a PROMOÇÃO. [...]" "Ex positis", JULGO EXTINTA a pretensão punitiva do Estado, por consequência, DECLARO a punibilidade de ROGÉRIO BRUNO GARRIDO DO NASCIMENTO e PAULO DINIZ DE LIMA, pela ocorrência da prescrição, nos termos do art. 109, V, c/c art. 107, IV, ambos do CP. Após o trânsito em julgado, ARQUIVE-SE com as cautelas de praxe. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus(AM), 31 de julho de 2019 [Assinatura digital] Dr. ADALBERTO CARIM ANTONIO Juiz de Direito, Titular da VEMA

ADV: OLÍVIA MARIA ASSIS CAMPOS COUTO (OAB 4212/AM) - Processo 0628254-50.2017.8.04.0001 - Crimes Ambientais - Da Poluição - INDICIADO: Atacadão Sul Comércio e Importação de Confecções Ltda - Me e outro - Assim, nos termos do artigo 76, § 4º, da Lei nº 9.099/95, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE da empresa investigada Atacadão Sul Comércio e Importação de Confecções Ltda - Me, considerando que cumpriu integralmente as condições pactuadas na proposta de transação penal homologada, via de consequência, determino o arquivamento do presente feito. Quanto à pessoa física, paute-se nova audiência para que seja ofertada uma proposta de transação penal, atentando-se para o prazo prescricional, intimando-se as partes. P.R.I.C

ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: ANNA KARINA L. BRASIL SALAMA (OAB 2528/AM) - Processo 0632213-63.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Multas e demais Sanções - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - EXECUTADO: Empresa Industrial de Juta S/A - DESPACHO RECEBO hoje no estado em que se encontra. Trata-se de Ação de Execução Fiscal sob n.º 0632213-63.2016.8.04.0001, por via de consequência, determino APENSAMENTO dos Embargos à Execução Fiscal sob n.º 0609746-56.2017.8.04.0001, aos presentes autos, com fins de celeridade processual. Determino o sobrestamento dos presentes autos principal, até julgamento dos Embargos à Execução. Após, faça-se os autos conclusos para decisão. CUMPRA-SE. Manaus/AM, 30 de julho de 2019. [Assinatura digital] Dr. Adalberto Carim Antonio Juiz de Direito, Titular da VEMA

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0639691-20.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Da Poluição - INDICIADO: Desconhecido - DESPACHO INICIAL Recebo hoje. Trata-se de Procedimento Penal Ambiental - Termo Circunstanciado sob n.º TCO n.º 192/2019, lavrado em 28/02/2019 pela Delegacia Especializada em Crimes Ambientais - DEMA, com autoria

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0639765-74.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Pesca - DENUNCIADO: Peixe Folha Comércio de Peixes Ornamentais Ltda. - Deixo de receber neste momento a Denúncia Ministerial oferecida às pág. 01 "Usque" 03, para manifestação posterior, com o fito de oportunizar ao Parquet estadual na forma do art. 89 da Lei nº. 9.099/95, a proposição da suspensão do processo, desde que, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena, com supedâneo no art. 77 do Código Penal Brasileiro. PAUTE-SE audiência preliminar de suspensão penal, intimando-se as partes investigadas, nos termos do art. 68, da Lei n.º 9099/95. JUNTE-SE as Certidões de Antecedentes Criminais. NOTIFIQUE-SE ao ilustre representante do Ministério Público Estadual. INTIME-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. Manaus/AM, 31 de julho de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0639767-44.2019.8.04.0001 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Da Poluição - INDICIADO: Comércio e Indústria Equilibrio Ltda - Recebi hoje. Trata-se de Procedimento Penal Ambiental - Representação Criminal/notícia de Crime, em desfavor da parte ora indiciada, empresa Comércio e Indústria Equilibrio Ltda, como incurso nas penas descritas no art. 60, da Lei n.º 9.605/98, delito definido como de menor potencial ofensivo, nos termos do artigo 61 da Lei n.º 9.099/95, oriundo da Promoção Ministerial às pág. 01, oferecida pela 53ª PRODEMAPH - Ministério Público do Estado do Amazonas. Fato ocorrido em 26/01/2018. Paute-se audiência preliminar de transação penal, intimando-se a parte ora indiciada, empresa Comércio e Indústria Equilibrio Ltda, nos termos do art.

68, da Lei n.º 9099/95. Expeça-se as certidões de antecedentes criminais Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus(AM), 01 de agosto de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0640001-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP) - Da Poluição - INDICIADO: Martech Serviços de Perícia e Avaliação de Seguros Ltda. (Pizzaria Don Gatão) e outro - Recebi hoje. Trata-se de Procedimento Penal Ambiental - Procedimento Investigatório Criminal (pic-mp), em desfavor das partes ora indiciadas, Marcos Fábio Bezerra Mafra, e empresa Martech Serviços de Perícia e Avaliação de Seguros Ltda. (Pizzaria Don Gatão), como incurso nas penas descritas no art. 60, da Lei n.º 9.605/98, delito definido como de menor potencial ofensivo, nos termos do artigo 61 da Lei n.º 9.099/95, oriundo da Promoção Ministerial às pág. 01 "usque" 04, oferecida pela 18.ª Promotoria de Justiça - Meio Ambiente do Ministério Público do Estado do Amazonas. Fato ocorrido em 05/04/2019. Paute-se audiência preliminar de transação penal, intimando-se as partes ora indiciadas, Marcos Fábio Bezerra Mafra e, empresa Martech Serviços de Perícia e Avaliação de Seguros Ltda. (Pizzaria Don Gatão), nos termos do art. 68, da Lei n.º 9099/95. Expeça-se as certidões de antecedentes criminais Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus(AM), 01 de agosto de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0640004-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP) - Da Poluição - INDICIADO: Construtora Rio Piorini Ltda - DETERMINO a Srª. Diretora desta Especializada que PROCEDA o ARQUIVAMENTO dos presentes feitos, na inteligência do art. 28, do Código de Processo Penal, uma vez que não há qualquer indicio ou prova contundente da materialidade do delito, posto que, a promoção ministerial aponta a inexistência de materialidade do fato ambiental. Dessa forma, em consonância a Promoção Ministerial às pág. 1/2, DETERMINO o ARQUIVAMENTO do Procedimento Penal Ambiental - Procedimento Investigatório Criminal (pic-mp), nos termos do Art. 28, e com as ressalvas do Art. 18, ambas do Código de Processo Penal. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. ARQUIVE-SE. CUMPRA-SE. Manaus(AM), quinta-feira, 01 de agosto de 2019.

ADV: SEM ADVOGADO (OAB Y/AM) - Processo 0659563-55.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - RÉU: Supermercados DB Ltda. e outro - Autos n.º:0659563-55.2018.8.04.0001 - Classe: Ação Penal - Procedimento Sumário DESPACHO Em atenção á certidão de Oficial de Justiça de fls.76, dê-se vista ao Parquet Estadual para manifestações pertinentes. PUBLIQUE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus/AM,

(Sem Patrono) (OAB 121212/AM)
Anna Karina L. Brasil Salama (OAB 2528/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Diogo Diniz Ferreira de Carvalho (OAB 1273A/AM)
Graziela da Costa Batista (OAB 7224/AM)
Monique Rodrigues da Cruz (OAB 4292/AM)
Olívia Maria Assis Campos Couto (OAB 4212/AM)
Sem Advogado (OAB Y/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)

SEÇÃO VII

JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 3º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)

JUIZ(A) DE DIREITO REYSON DE SOUZA E SILVA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GILSON JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0042/2019

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FELIPE SENA DE CARVALHO (OAB 3816/AM) - Processo 0602533-20.2018.8.04.0015 - Petição Criminal - Ameaça - DENUNCIADO: E.S.F. - DECISÃO: Decido RECEBER PARCIALMENTE A QUEIXA CRIME em face de EUCLIDES DOS SANTOS FURTADO. Determino a citação do acusado, para, em 10 dias, apresentar resposta à acusação, ocasião em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessar à defesa, oferecer documentos, especificar provas desejadas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo intimações, quando necessário, nos termos do art. 396 do Código de Processo Penal.

ADV: BRUNA CARVALHO DOS SANTOS (OAB 11179/AM) - Processo 0608021-61.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Injúria - REQUERENTE: B.S.S. - Ressalto que, não consta no pedido ora em análise, menção alguma à eventual novo episódio de violência contra incolumidade da Requerente. De antemão, ressalto a clareza da decisão anterior (fl. 08.10), em razão da ausência de necessidade, não fora decretado medidas de proibição de aproximação física da ofendida, verificando que a nova manifestação processual não traz em seu conteúdo qualquer elemento novo de convicção que possa mudar o entendimento explicitado naquela ocasião, razão pela qual ratifico integralmente os termos da decisão de fl.08.10. Assim, não vislumbrando pertinência temática entre a narrativa autoral e tal pleito protetivo, INDEFIRO pedido de medida protetiva (art. 22, III "a", da LMP).

ADV: GLÁUCIA AZEVEDO NARCELHA (OAB 12303/AM), ADV: ROSANA LEA ANTONY FEITOZA (OAB 7867/AM) - Processo 0620714-77.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERIDO: A.A.P. - SENTENÇA: Inicialmente, deve-se deixar claro que os presentes autos versam sobre MEDIDA PROTETIVA que possui natureza cível, sem qualquer tipo de acusação formal contra o suposto agressor. Este fato por si só, já elide qualquer possibilidade de "absolvição sumária" pretendida pelo Requerido. Isto posto, REJEITO resposta à acusação em razão da natureza cível dos autos, via de consequência determino o arquivamento dos autos, mantendo incólume as medidas protetivas concedidas, razão pela qual extingo o processo. P.R.I.

ADV: MARCELO AUGUSTO DOS SANTOS PINHEIRO (OAB 9365/AM) - Processo 0621081-38.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - VÍTIMAFATO: R.S.S. - DECISÃO: Isto posto, deixo de conhecer a petição de fl. 99.

ADV: BALTAZAR SOARES DE OLIVEIRA (OAB 14398/AM), ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM) - Processo 0624854-57.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - RÉU: I.S.S. - ATO ORDINÁRIO: De Ordem do MM. Juiz, pautei o dia 01/10/2019, às 11:00h, para continuação da audiência de instrução e julgamento.

ADV: LEONARDO DA PENHA ALVES (OAB 13649/AM) - Processo 0645984-40.2018.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERENTE: M.A.C. - DECISÃO: Na esteira do consignado na sentença de fl. 22, cabível à Requerente era solicitar prorrogação de vigência de medidas protetivas, mediante "pedido justificado da ofendida" dentro do prazo de sua vigência. Nesse contexto, vejo estar prejudicado o pedido da Requerente, porque a própria vigência dos efeitos das medidas protetivas já se escoou, completamente, sem ter sido judicialmente renovada, dado que seu prazo de 06 meses (fl. 11), transcorreu de 13.11.2018 a 13.05.2019 (fl. 19), logo, inexistindo interesse processual algum da Requerida em ver prorrogado algo que, naturalmente, já perdeu sua vigência. Isto posto, julgo prejudicado o pedido de fl. 30.31.

André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Baltazar Soares de Oliveira (OAB 14398/AM)
Bruna Carvalho dos Santos (OAB 11179/AM)
Bruno Cortez Canuto (OAB 12230/AM)
Felipe Sena de Carvalho (OAB 3816/AM)
Gláucia Azevedo Narcelha (OAB 12303/AM)
Leonardo da Penha Alves (OAB 13649/AM)
Marcelo Augusto dos Santos Pinheiro (OAB 9365/AM)
Rosana Lea Antony Feitoza (OAB 7867/AM)

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0364/2019

ADV: LUCAS ALBERTO DE ALENCAR BRANDÃO (OAB 12555/AM) - Processo 0603068-54.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tempo de serviço - REQUERENTE: Silvio de Souza Cursino - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM) - Processo 0604799-85.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Jean Ricardo Correa da Silva - Assim, determino a intimação do advogado da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, nos termos do art. 321, caput, do CPC, requerendo a citação do ente público legítimo, de acordo com o art. 319, inciso II do CPC, sob pena de indeferimento da inicial, com fulcro no parágrafo único do art. 321, do mesmo Código.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0604924-53.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Rutimélia Viana de Castro - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0604936-67.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Adilson Gomes Nunes Filho - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0605223-30.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Ermenildo Batista Lopes - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0605226-82.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Arney Vinhone Izel - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NÁRDIA LIMA DE ARAÚJO DA FONTOURA AUGUSTO (OAB 4423/AM) - Processo 0605280-48.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Jaime Marcelo do Nascimento Munhoz - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0606137-94.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Subsídios - REQUERENTE: Daniel Rolim de Andrade - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0606178-61.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Elmo de Freitas Serrão - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM) - Processo 0606560-54.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jean Fabricio Pereira - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0607183-21.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Manoel Lins Paulino de Souza - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0608037-15.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Ednei Bacelar da Silva - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0608701-46.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Fabio Vieira Batista - Vistos. Considerando patente intempestividade, deixo de receber o recurso de folhas antecedentes. Na ocasião, reitero os termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Quanto à marcha processual, verifico já cumprida a obrigação de fazer objeto da demanda, motivo pelo qual determino o arquivamento e baixa do feito na distribuição. Certifique-se o trânsito em julgado. A Secretaria para as providências de praxe.

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0608708-38.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Alcilene Vasconcelos Queiroz - Vistos. Considerando patente intempestividade, deixo de receber o recurso de folhas antecedentes. Na ocasião, reitero os termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Quanto à marcha processual, verifico já cumprida a obrigação de fazer objeto da demanda, motivo pelo qual determino o arquivamento e baixa do feito na distribuição. Certifique-se o trânsito em julgado. A Secretaria para as providências de praxe.

ADV: HERICSON DE ALMEIDA MADUREIRA (OAB 6322/AM) - Processo 0608768-45.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Diogenes Madureira Junior - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0609660-17.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Ricardo de Souza Mattos - Por se tratar de decisão com caráter modificativo, abro vista ao Embargado para, caso queira, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre os Embargos de Declaração opostos, na forma do art. 1.023, § 2º do CPC. Após, voltem-me os autos conclusos. Intime-se.

ADV: SULAMITA BRANDÃO DA ROCHA (OAB 4782/AM) - Processo 0611529-49.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Eduardo Terço Falcão - Vistos. Considerando patente intempestividade, deixo de receber o recurso de folhas antecedentes. Na ocasião, reitero os termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Certifique-se o trânsito em julgado e encaminhem-se os autos à Contadoria. A Secretaria para as providências de praxe.

ADV: JOSIANE GOMES RIBEIRO (OAB 11854/AM) - Processo 0612940-93.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: João Ricardo Lacerda de Moura - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0613047-40.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Samuel Rodrigues do Nascimento - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0613054-32.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Valdino Brito Maciel - Considerando a inexistência de comprovação dos pressupostos exigidos para concessão da gratuidade de justiça, determino a intimação do Recorrente para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, demonstre os requisitos necessários para a análise do pleito, nos termos do Enunciado/FONAJE n.º 116, in verbis: ENUNCIADO 116 - O Juiz poderá, de ofício, exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos para obter a concessão do benefício da gratuidade da justiça (art. 5º, LXXIV, da CF), uma vez que a afirmação da pobreza goza apenas de presunção relativa de veracidade (XX Encontro São Paulo/SP). Em caso de impossibilidade de comprovação, fica, desde já, obrigado o Recorrente a recolher o preparo, em igual prazo, sob pena de deserção, consoante redação expressa do Enunciado/FONAJE n.º 80. Segue: ENUNCIADO 80 - O recurso Inominado será julgado deserto quando não houver o recolhimento integral do preparo e sua respectiva comprovação pela parte, no prazo de 48 horas, não admitida a complementação intempestiva (art. 42, § 1º, da Lei 9.099/1995) (nova redação XII Encontro Maceió-AL). Transcorrido o prazo sem cumprimento das diligências supra, certifique-se o trânsito em julgado da sentença, arquivando-se os autos com baixa definitiva. Cumpra-se.

ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0613680-85.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Renan Rodrigues da Silva e outros - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUCAS ALBERTO DE ALENCAR BRANDÃO (OAB 12555/AM) - Processo 0613940-31.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tempo de Serviço - REQUERENTE: Thayse Gomes Navarro - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DIOCLEMAR SANTOS NOGUEIRA JÚNIOR (OAB 12013/AM), ADV: BRUNO GOMES ALVES (OAB 10718/AM) - Processo 0615032-78.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Wallace Kennedy Batalha da Silva - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB 5810/AM) - Processo 0615856-03.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Paulo Roberto Cavalcante de Oliveira - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSIANE GOMES RIBEIRO (OAB 11854/AM) - Processo 0617709-47.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Isaac Izidro Almeida da Silva - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM) - Processo 0619918-23.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: João Barbosa Otero - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA LUCIANE COÊLHO ITUASSÚ DA SILVA (OAB 12456/AM) - Processo 0620503-75.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Fatima Freire dos Santos - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO SAHDO MEIRELES JUNIOR (OAB 13241/AM) - Processo 0622215-66.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dívida Ativa - REQUERENTE: Glauce Regina Lins Brito da Silva Meireles e outro - Assim, nos moldes do art. 357 do CPC, intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca do julgamento antecipado da lide. Caso contrário, devem indicar as provas que desejam produzir, explicitando a sua necessidade, o que será analisado. Destarte, inertes, entender-se-á o silêncio como aceitação tácita. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: FREDERICO SANTOS PAIVA (OAB 6569/AM), ADV: CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL (OAB 016696PA), ADV: CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL (OAB 11691/AM) - Processo 0622517-32.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Servidor Público Civil - REQUERENTE: Daniel Barros Serrao - Considerando o teor da petição de folhas antecedentes, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador Geral do Estado/Município, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Após, expeça-se ofício de Requisição de Pequeno Valor (RPV) com os dados bancários constantes na petição de p. 119. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Caso contrário, voltem-me os autos conclusos.

ADV: THIAGO BARROSO LITAIFF MONTEIRO (OAB 10622/AM) - Processo 0624252-66.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimundo Ferreira da Costa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Raimundo Ferreira da Costa em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência,

sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0624927-29.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e outro - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria do Socorro dos Santos Cruz e Defensoria Pública do Estado do Amazonas em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: GEORGETE DE CASTRO DUARTE (OAB 9249/AM) - Processo 0626356-65.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Carla Regina Rocha de Mendonça - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0628441-87.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Ismael Carneiro de Souza - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ismael Carneiro de Souza em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM) - Processo 0628463-48.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Férias - REQUERENTE: Regner de Souza - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Regner de Souza em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: WAGNER AMÂNCIO DOS SANTOS (OAB 4660/AM) - Processo 0630901-18.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Vera Lucia de Carvalho Lessa - Considerando o teor da petição de folhas antecedentes, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador Geral do Estado/Município, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal

eletrônico. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, apresentar a conta e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Caso contrário, voltem-me os autos conclusos.

ADV: PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 11130/AM) - Processo 0631320-67.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Mauro Sergio Mota Duarte - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Mauro Sergio Mota Duarte em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ALMINO LIMA SANTOS (OAB 8642/AM) - Processo 0631871-81.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Servidor Público Civil - REQUERENTE: Sarah dos Santos Araújo - Assim, nos moldes do art. 357 do CPC, intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca do julgamento antecipado da lide. Caso contrário, devem indicar as provas que desejam produzir, explicitando a sua necessidade, o que será analisado. Destarte, inertes, entender-se-á o silêncio como aceitação tácita. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: JULIANA CARLA TEIXEIRA VINAGRE COTTA (OAB 4364/AM) - Processo 0632133-94.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Anulação - REQUERENTE: Maria Vangelia Reis - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria Vangelia Reis em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM) - Processo 0632220-50.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Arinos Lima Lopes - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Arinos Lima Lopes em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0632677-82.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Valter Marques da Costa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Valter Marques da Costa em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais,

nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM) - Processo 0632709-87.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Goncalo de Aguiar Botto de Menezes Bisneto - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Goncalo de Aguiar Botto de Menezes Bisneto em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DANÚBIA MOREIRA DA SILVA (OAB 10725/AM) - Processo 0632710-72.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: José da Cruz Cavalcante - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por José da Cruz Cavalcante em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0632732-33.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Juliana Paese - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Juliana Paese em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0632753-09.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Remuneração - REQUERENTE: Francisco Caninde Brasil Figueira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Francisco Caninde Brasil Figueira em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal

em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM) - Processo 0632950-61.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Sildiomar de Queiroz Martins - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Sildiomar de Queiroz Martins em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0632966-15.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militares - REQUERENTE: Arnaldo Lima do Nascimento - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Arnaldo Lima do Nascimento em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: TATIANE SALVATIERRA DA COSTA (OAB 5752/AM) - Processo 0632983-51.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jean Fabrício de Souza Moraes - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Jean Fabrício de Souza Moraes em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: TATIANE SALVATIERRA DA COSTA (OAB 5752/AM) - Processo 0632985-21.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ivanilson Rodrigues Cabral - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ivanilson Rodrigues Cabral em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido,

por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: TATIANE SALVATIERRA DA COSTA (OAB 5752/AM) - Processo 0632991-28.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ulisses Bezerra Dias - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ulisses Bezerra Dias em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM) - Processo 0633033-14.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Deuzaide Ramos de Melo - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0633055-38.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Maria Zuleide Maciel Costa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria Zuleide Maciel Costa em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM) - Processo 0633082-21.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Josafá Sicsú da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Josafá Sicsú da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM) - Processo 0633101-27.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ozane Nobre da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ozane Nobre da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art.

54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: AÊDRA JAMARA DOS SANTOS MATOS (OAB 8922/AM) - Processo 0633136-84.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Correção Monetária - REQUERENTE: Renato Gonçalves Barcelar - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Renato Gonçalves Barcelar em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM) - Processo 0633253-75.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Mateus Brelaz Costa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Mateus Brelaz Costa em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0633532-61.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Auricelio Ramires Rodrigues - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Auricelio Ramires Rodrigues em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/

AM) - Processo 0633618-32.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Adicional por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Wallace Ferreira da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Wallace Ferreira da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: BRUNO CLÁUDIO ELESBÃO (OAB 7468/AM) - Processo 0634447-13.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Everson Moraes Campos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Everson Moraes Campos em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0634617-82.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Lucinete Moraes de Freitas - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Lucinete Moraes de Freitas em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0634625-59.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: Mário Milton Leão Batista - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Mário Milton Leão Batista em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais.

À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0634661-04.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Edson da Silva Trindade Junior - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Edson da Silva Trindade Junior em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0634671-48.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Joacy Mendes da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Joacy Mendes da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: REBECCA CANSANCAO PIMENTEL VIANA (OAB 13910/AM) - Processo 0635715-05.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Daniel Rodrigues da Silva Filho - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Daniel Rodrigues da Silva Filho em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: REBECCA CANSANCAO PIMENTEL VIANA (OAB 13910/AM) - Processo 0635720-27.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Adriano Leite Leônidas - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Adriano Leite Leônidas em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em

audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0637538-14.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Diego Garrido da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Diego Garrido da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0637550-28.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Mirian Correia Tavares - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Mirian Correia Tavares em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ALEXANDRE MAGNO QUEIROZ NAVEGANTE (OAB 12564/AM) - Processo 0637559-87.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Aderaldo Silva Navegante Filho - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Aderaldo Silva Navegante Filho em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: EMILY CAROLINE GUIMARÃES MEDEIROS (OAB 14311/AM) - Processo 0637589-25.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Flaviane Santos de Souza Pinho - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Flaviane Santos de Souza Pinho em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora

para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0637608-31.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Franco Barbosa da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Franco Barbosa da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0637669-86.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Isonomia/Equivalência Salarial - REQUERENTE: Kleyson Alvarenga Figueiredo - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Kleyson Alvarenga Figueiredo em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0637678-48.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Isonomia/Equivalência Salarial - REQUERENTE: Abne Estumano da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Abne Estumano da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0637680-18.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Salomão Bentes Soares - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Salomão Bentes Soares em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não

gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0637682-85.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Elbison Cruz Castro - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Elbison Cruz Castro em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0637684-55.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Elbison Cruz Castro - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Elbison Cruz Castro em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0637698-39.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Fanor Lopes Barreto - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Fanor Lopes Barreto em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANDERSON EVANGELISTA DA SILVA COSTA (OAB 13142/AM) - Processo 0637761-64.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Alvaro Augusto Oliveira Soares - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Alvaro Augusto Oliveira Soares em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo,

esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0637818-82.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Anderson da Cruz Carvalho - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Anderson da Cruz Carvalho em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DIOGO TRAVESSA SERRÃO (OAB 13534/AM) - Processo 0637840-43.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Kleber Noronha Marques - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Kleber Noronha Marques em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0637867-26.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Francisco Rabelo Tananta - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Francisco Rabelo Tananta em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM) - Processo 0637890-69.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ajanildo Soares Cortes - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ajanildo Soares Cortes em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido,

por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0637892-39.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Moacir Luiz Strieder - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Moacir Luiz Strieder em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: TATIANE SALVATIERRA DA COSTA (OAB 5752/AM) - Processo 0637894-09.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco de Assis Ferreira de Amorim - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Francisco de Assis Ferreira de Amorim em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: TATIANE SALVATIERRA DA COSTA (OAB 5752/AM) - Processo 0637898-46.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Braz Oliveira de Sousa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Braz Oliveira de Sousa em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RAUL GÓES NETO (OAB 8203/AM) - Processo 0637903-68.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Kilma Enriqueta da Silva Cardoso - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Kilma Enriqueta da Silva Cardoso em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de

acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ROMMEL JÚNIOR QUEIROZ RODRIGUES (OAB 8279/AM) - Processo 0637946-05.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Remuneração - REQUERENTE: Rondineli Matos Evangelista - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Rondineli Matos Evangelista em face do Estado do Amazonas (Poder Executivo). Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: KAMILA MARIA PINHEIRO DE MENEZES (OAB 12278/AM) - Processo 0637980-77.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Weber Paixão de Oliveira Costa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Weber Paixão de Oliveira Costa em face do Municipio de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MAURO SOCORRO MENDONÇA PINTO (OAB 10342/AM) - Processo 0637992-91.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Enilda Cavalcante Rocha - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Enilda Cavalcante Rocha em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ROMMEL JÚNIOR QUEIROZ RODRIGUES (OAB 8279/AM) - Processo 0638027-51.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Remuneração - REQUERENTE: Rai José Alfaia Ramos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Rai José Alfaia Ramos em face do Estado do Amazonas (Poder Executivo). Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público,

fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM) - Processo 0638032-73.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Maria do Perpetuo Socorro Barroso de Vasconcelos - Assim, determino a intimação do advogado da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, nos termos do art. 321, caput, do CPC, requerendo a citação do ente público legítimo, de acordo com o art. 319, inciso II do CPC, sob pena de indeferimento da inicial, com fulcro no parágrafo único do art. 321, do mesmo Código.

ADV: UESLEI FREIRE BERNARDINO (OAB 14474/AM) - Processo 0638035-28.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Francisco Ribeiro de Paula - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Francisco Ribeiro de Paula em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ROMMEL JÚNIOR QUEIROZ RODRIGUES (OAB 8279/AM) - Processo 0638037-95.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Remuneração - REQUERENTE: William de Almeida Lúcio - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por William de Almeida Lúcio em face do Estado do Amazonas (Poder Executivo). Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: CARLOS EDUARDO BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 14725/AM) - Processo 0638049-12.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Djenanny da Silveira Maues - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Djenanny da Silveira Maues em face do O Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: AMANDA KATHERINE RIBEIRO DE OLIVEIRA (OAB 9978/AM) - Processo 0638052-64.2019.8.04.0001 - Procedimento

do Juizado Especial Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Joãozinho Cordeiro Filho - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Joãozinho Cordeiro Filho em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: UESLEI FREIRE BERNARDINO (OAB 14474/AM) - Processo 0638053-49.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Luciana da Cruz Cardoso - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Luciana da Cruz Cardoso em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: SUELEM PENA BENTO DA SILVA (OAB 9796/AM) - Processo 0638072-55.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Ionar Regina da Silva Angelim - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ionar Regina da Silva Angelim em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0638096-83.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade - REQUERENTE: Ruth Matos Sales - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ruth Matos Sales em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) -

Processo 0638195-53.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Adicional por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Henrique Antonio de Souza Azevedo - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Henrique Antonio de Souza Azevedo em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JULIANA CARLA TEIXEIRA VINAGRE COTTA (OAB 4364/AM) - Processo 0638232-80.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Raimunda Barbosa da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Raimunda Barbosa da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JULIANA CARLA TEIXEIRA VINAGRE COTTA (OAB 4364/AM) - Processo 0638239-72.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Ida Andrade da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ida Andrade da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM) - Processo 0638263-03.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Sylvia Laureana Arruda da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Sylvia Laureana Arruda da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ELAINE NAVEGANTE DO AMARAL (OAB 9092/AM) -

Processo 0638278-69.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militares - REQUERENTE: Ciro de Souza Soares - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ciro de Souza Soares em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RAQUEL MOREIRA DA SILVA PORTELA (OAB 13163/AM) - Processo 0638293-38.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Ricardo Alessandro da Silva Lima - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ricardo Alessandro da Silva Lima em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: SILVANO CESAR LORIDO BARRETO (OAB 11681/AM) - Processo 0638298-60.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Greicy Costa Priante - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Greicy Costa Priante em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: UESLEI FREIRE BERNARDINO (OAB 14474/AM) - Processo 0638312-44.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Wanda Maria dos Santos Lima - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Wanda Maria dos Santos Lima em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0638315-96.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Francirley Silva Nogueira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Francirley Silva Nogueira em face do O Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0638318-51.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Luciana Santos da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Luciana Santos da Silva em face do O Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0638371-32.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Claudomar Oliveira Castro - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Claudomar Oliveira Castro em face do Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0638383-46.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Abono de Permanência - REQUERENTE: Euclimar da Silva Santana - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Euclimar da Silva Santana em face do Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo

355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0638389-53.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Maria Zuleide Maciel Costa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria Zuleide Maciel Costa em face do Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM) - Processo 0638391-23.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Quitação - REQUERENTE: Gracinda Maria Wallace Lopes - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Gracinda Maria Wallace Lopes em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANNE LISE PERIN (OAB 7447/AM) - Processo 0638396-45.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Vanessa Cardoso Pimentel - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Vanessa Cardoso Pimentel em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM) - Processo 0638400-82.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Plano de Classificação de Cargos - REQUERENTE: Angela Maria dos Reis Sousa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Angela Maria dos Reis Sousa em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo

355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM) - Processo 0638410-29.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Aldiney de Brito Nogueira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Aldiney de Brito Nogueira em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0638413-81.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Neila de Fatima de Carvalho Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Neila de Fatima de Carvalho Silva em face do O Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM) - Processo 0638416-36.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Gratificação de Incentivo - REQUERENTE: Rivanio Telles Bezerra - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Rivanio Telles Bezerra em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0638417-21.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Neila de Fatima de Carvalho Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Neila de Fatima de Carvalho Silva em face do O Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo

355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 11130/AM) - Processo 0638445-86.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Leonardo Amandio Lopes - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Leonardo Amandio Lopes em face do Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0638446-71.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Daisy Lucio Moreira Nogueira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Daisy Lucio Moreira Nogueira em face do O Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: HECTOR DANIEL LOBO FERREIRA (OAB 12717/AM) - Processo 0638542-86.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Remuneração - REQUERENTE: Maria José da Silva Ferreira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria José da Silva Ferreira em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: HECTOR DANIEL LOBO FERREIRA (OAB 12717/AM) - Processo 0638546-26.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Remuneração - REQUERENTE: Maria José da Silva Ferreira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria José da Silva Ferreira em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios

norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: HECTOR DANIEL LOBO FERREIRA (OAB 12717/AM) - Processo 0638547-11.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Remuneração - REQUERENTE: Maria Rossieli Teixeira, - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria Rossieli Teixeira, em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: HECTOR DANIEL LOBO FERREIRA (OAB 12717/AM) - Processo 0638549-78.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Remuneração - REQUERENTE: Raimunda Danusia de Souza, - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Raimunda Danusia de Souza, em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: SILVANO CESAR LORIDO BARRETO (OAB 11681/AM) - Processo 0638554-03.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Solange dos Santos Ferraz - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Solange dos Santos Ferraz em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0638555-85.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Raymunda Nogueira da Conceição - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Raymunda Nogueira da Conceição em face do Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para

as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0638556-70.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Otamilton da Silva Fernandes - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Otamilton da Silva Fernandes em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0638558-40.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Otamilton da Silva Fernandes - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Otamilton da Silva Fernandes em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM) - Processo 0638587-90.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: L.L.S. - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Lauro Lima dos Santos em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: SUELEM PENA BENTO DA SILVA (OAB 9796/AM) - Processo 0638594-82.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Roberto Kleber Figueiredo Santos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Roberto Kleber Figueiredo Santos em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento

antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM) - Processo 0638615-58.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Samuel Pinto da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Samuel Pinto da Silva em face do O Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM) - Processo 0638644-11.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Frank de Souza Menezes - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Frank de Souza Menezes em face do O Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0639024-34.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Adicional por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Francisco de Assis Coutinho Modesto - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Francisco de Assis Coutinho Modesto em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0639103-13.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Adicional por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Noé da Silva Nunes - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Noé da Silva Nunes em face do Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato,

se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MAYRA MAMED LEVY (OAB 8598/AM) - Processo 0640832-11.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Maria do Perpétuo Socorro Afonso Gomes - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0650045-41.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Abel Cid Moraes Vieira e outros - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0650881-14.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Francisco da Silveira Santana - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0652471-26.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Sandro Seabra Duarte - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0653463-84.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Jonas Gonçalves Nunes e outros - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB 8913/AM), ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM) - Processo 0658397-85.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jamerson Marques de Castro - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB 8913/AM), ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM) - Processo 0658401-25.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ivaney_ De_ Oliveira_ Neves - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB 8913/AM) - Processo 0658406-47.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Gilmar Oliveira Martins - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB 8913/AM), ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM) - Processo 0658413-39.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisco Paulo Amaro de Oliveira - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB 8913/AM), ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM) - Processo 0659256-04.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Fernando Farias Soares - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB 8913/AM) - Processo 0659268-18.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Helder Almeida Ferreira - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB 8913/AM) - Processo 0659271-70.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Josué Marques das Chagas - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB 8913/AM) - Processo 0659272-55.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marco Aurelio da Silva - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB 8913/AM) - Processo 0659274-25.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Mauro Fernandes de Oliveira - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB 8913/AM), ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM) - Processo 0659275-10.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Vacy de Oliveira Castro - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

Aêdra Jamara dos Santos Matos (OAB 8922/AM)
Alexandre Magno Queiroz Navegante (OAB 12564/AM)
Alexandre Toscano de Brito Filho (OAB 8913/AM)
Almeron Caminha (OAB 12270/AM)
Almino Lima Santos (OAB 8642/AM)
Amanda Katherine Ribeiro de Oliveira (OAB 9978/AM)
Amauri Vieira dos Santos (OAB 11881/AM)
Anderson Evangelista da Silva Costa (OAB 13142/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Anne Lise Perin (OAB 7447/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 16215/PA)

Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Brendo de Castro Martins (OAB 13009/AM)
Bruno Cláudio Elesbão (OAB 7468/AM)
Bruno Gomes Alves (OAB 10718/AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Carlos Eduardo Barbosa de Oliveira (OAB 14725/AM)
Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB 6328/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL (OAB 016696PA)
Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB 11691/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Danúbia Moreira da Silva (OAB 10725/AM)
Davi Fontenele de Almeida (OAB 13125/AM)
Dioclemar Santos Nogueira Júnior (OAB 12013/AM)
Diogo Travessa Serrão (OAB 13534/AM)
ELAINE NAVEGANTE DO AMARAL (OAB 9092/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Emily Caroline Guimarães Medeiros (OAB 14311/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Frederico Santos Paiva (OAB 6569/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Georgete de Castro Duarte (OAB 9249/AM)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Hector Daniel Lobo Ferreira (OAB 12717/AM)
Hericson de Almeida Madureira (OAB 6322/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
José Delfin Buitrago Acosta (OAB 5546/AM)
José Gomes de Amorim (OAB 10881/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Josiane Gomes Ribeiro (OAB 11854/AM)
Juliana Carla Teixeira Vinagre Cotta (OAB 4364/AM)
Kamila Maria Pinheiro de Menezes (OAB 12278/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Lucas Alberto de Alencar Brandão (OAB 12555/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
Maria Luciane Coêlho Ituassú da Silva (OAB 12456/AM)
Mauro Socorro Mendonça Pinto (OAB 10342/AM)
Mayra Mamed Levy (OAB 8598/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Nárdia Lima de Araújo da Fontoura Augusto (OAB 4423/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Pedro Antonio de Oliveira Junior (OAB 11130/AM)
Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB 10594/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Raquel Moreira da Silva Portela (OAB 13163/AM)
Raul Góes Neto (OAB 8203/AM)
Rebecca Cansancao Pimentel Viana (OAB 13910/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB 8279/AM)
Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB 5810/AM)
Sarah Porto Lima Anijar (OAB 4098/AM)
Sérgio Sahdo Meireles Junior (OAB 13241/AM)
Silvano Cesar Lorido Barreto (OAB 11681/AM)
Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/AM)
Suelem Pena Bento da Silva (OAB 9796/AM)
Sulamita Brandão da Rocha (OAB 4782/AM)
Tatiane Salvatierra da Costa (OAB 5752/AM)
Thiago Barroso Litaiff Monteiro (OAB 10622/AM)
Ueslei Freire Bernardino (OAB 14474/AM)
Wagner Amâncio dos Santos (OAB 4660/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

VARA INFRACIONAL DO JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - INFRACIONAL
JUIZ(A) DE DIREITO ELIEZER FERNANDES JÚNIOR
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RODRIGO DE ASSIS SOARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0087/2019

ADV: VANESSA CHAVES VIEIRA (OAB 10163/AM), ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM), ADV: NILSON TEIXEIRA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 14471/AM), ADV: VANESSA CUNHA FORTES (OAB 10579/AM) - Processo 0657795-94.2018.8.04.0001 - Processo de Apuração de Ato Infracional - Estupro - ADOLESCENTE: U.L.A.C. - Intimem-se os patronos do representado para apresentar as alegações finais no prazo legal.

Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Nilson Teixeira dos Santos Júnior (OAB 14471/AM)
Vanessa Chaves Vieira (OAB 10163/AM)
Vanessa Cunha Fortes (OAB 10579/AM)

SEÇÃO VIII

TURMA RECURSAL

Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia 1ª Turma Recursal, Exmo(a). Dr(a). Sanã Nogueira Almendros de Oliveira, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV: ALYSSONN ANTONIO KARRER DE MELO MONTEIRO (OAB: 6310/AM) - GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB: 7883/AM) - RENAN TAKETOMI DE MAGALHÃES (OAB: 8739/AM) - Processo 0000020-91.2013.8.04.6001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : MARLON PINHEIRO DO NASCIMENTO - Recorrido : Banco Bradesco S/A - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: JOSE MARCONI MOREIRA FILHO (OAB: 9552/AM) - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - Processo 0000081-93.2019.8.04.5401 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : LISANIAS LEANDRO RIBEIRO SILVA - Recorrido : SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS LTDA - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: ALYSSONN ANTONIO KARRER DE MELO MONTEIRO (OAB: 6310/AM) - KURT SCHUNEMANN JÚNIOR (OAB: 8739/MS) - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - Processo 0000087-56.2013.8.04.6001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Pedro Pinto Pavão - Recorrido : Banco Bradesco s/a - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB: 10325/AM) - THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB: 2406/AM) - MARCONDES FONSECA LUNIERE JUNIOR (OAB: 2897/AM) - Processo 0000135-30.2018.8.04.6101 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : ADARILSON DE AZEVEDO COSTA - Recorrido : Banco Bradesco S.a. - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: GISCARDE OVÍDIO KARRER DE MELO MONTEIRO (OAB: 6885/AM) - THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB: 2406/AM) - MARCONDES FONSECA LUNIERE JUNIOR (OAB: 2897/AM) - Processo 0000161-71.2017.8.04.6001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : FRANCISCO AZEVEDO PACHECO - Recorrido : Banco Bradesco S/A - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - DIEGO HUMBELINO DUARTE (OAB: 9071/AM) - LÉA FERNANDES AMAZONAS (OAB: 8612/AM) - LÉA FERNANDES AMAZONAS (OAB: 8612/AM) - DIEGO HUMBELINO DUARTE (OAB: 9071/AM) - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 128341/SP) - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - Processo 0000172-86.2019.8.04.5401 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : BANCO DO BRASIL S/A Recorrente : Marcos Neres Pereira - Recorrido : MARCOS NERES PEREIRA Recorrido : Banco do Brasil s/a - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB: 1037A/AM) - ISIDIO LIMA DA FONSECA (OAB: 9486/AM) - Processo 0000224-55.2017.8.04.4301 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrido : ANTÔNIO BEZERRA VILANOVA - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: JORGE ANDRÉ SANTIAGO NEVES (OAB: 3079/RO) - JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB: 79757/MG) - SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB: 1048A/AM) - Processo 0001157-53.2016.8.04.4401 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : JOSÉ MARIA OLIVEIRA DA SILVA - Recorrido : BANCO DO BRASIL S/A - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: RODRIGO STEGMANN (OAB: 968A/AM) - MICHELLE SOUZA PIRES STEGMANN (OAB: 888A/AM) - ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 23255/PE) - ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 23255/PE) - Processo 0001238-65.2017.8.04.4401 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : ALBERTO SILVA DE SOUZA Recorrente : Banco Bmg S/A - Recorrido : Banco Bmg S/A Recorrido : Alberto silva de souza - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: HENRRIQUE ELOI BARBOSA (OAB: 7528/AM) - GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB: 1010A/AM) - LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB: 1011A/AM) - Processo 0001351-82.2018.8.04.4401 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : JOSÉ JOÃO DE ARAUJO UMBELINO - Recorrido : AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB: 17314/CE) - RODRIGO STEGMANN (OAB: 968A/AM) - MICHELLE SOUZA PIRES STEGMANN (OAB: 888A/AM) - Processo 0001566-92.2017.8.04.4401 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : BANCO BRADESCO S/A - Recorrido : ANDREI ALVES DE SOUZA - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: KEILA REGINA DE ALMEIDA SERENO (OAB: 7478/AM) - RODRIGO JOSÉ MARQUES SEADE (OAB: A620/AM) - Processo 0001763-87.2019.8.04.0000 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Apelante : Dalva Brito Pereira - Apelado : Prefeitura Municipal de Novo Airao / Am - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: RODRIGO STEGMANN (OAB: 968A/AM) - MICHELLE SOUZA PIRES STEGMANN (OAB: 888A/AM) - MAURO PAULO GALERA MARI (OAB: 887A/AM) - Processo 0002154-36.2016.8.04.4401 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : ERIKA MIDIAN SANTOS DAMASCENO - Recorrido : BANCO BRADESCO S/A - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: HENRRIQUE ELOI BARBOSA (OAB: 7528/AM) - JOSÉ ALMIR DA R. MENDES JÚNIOR (OAB: 392A/RN) - PATRICIA GURGEL PORTELA MENDES (OAB: 5424/RN) - Processo 0002189-93.2016.8.04.4401 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : LEIDE DAIANE DA SILVA BARROSO - Recorrido : BRADESCO S.A - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: KELMA DE SOUZA LIMA (OAB: 5470/AM) - KELMA DE SOUZA LIMA (OAB: 5470/AM) - KELLY CRISTINA TEODOSIO DA SILVA (OAB: 13192/AM) - ALINE MARIA DA CÁS RACHID PIETRO (OAB: 1075A/AM) - Processo 0200021-80.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Paulo Salatiel Oliveira da Silva - Recorrida : Kelma de Souza Lima - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAUJO (OAB: 118303/MG) - GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB: 1010A/AM) - LUIS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB: 1011A/AM) - NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB: 159666/MG) - GUSTAVO LINHARES RODRIGUES (OAB: 31361/BA) - Processo 0200104-74.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Paulo Ferreira Lima - Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAUJO (OAB: 118303/MG) - GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB: 1010A/AM) - LUIS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB: 1011A/AM) - GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB: 69306/MG) - GUSTAVO LINHARES RODRIGUES (OAB: 31361/BA) - Processo 0202522-41.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Arildomar Pinheiro de Oliveira - Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB: 57680/MG) - MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB: 7197/AM) - JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB: 855A/SE) - Processo 0203324-54.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : VANILCE REIS ALMEIDA - Recorrido : Embratel Tvsat Telecomunicacoes Sa - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB: 18305/PB) - Processo 0204795-08.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Tim Celular S/A - Recorrida : Francisca das Chagas Barreto da Costa - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: MESSI ELMER VASCONCELOS CASTRO (OAB: 9910/AM) - ROSIMEIRE DE OLIVEIRA BARBOSA (OAB: 9049/AM) - NILSON GOMES OLIVEIRA MEIRELLES (OAB: 5872/TO) - Processo 0204985-05.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Doralice de Lima Rodrigues Filha - Recorrido : José Lima da Costa - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: JULIANA CHAVES MOURA (OAB: 8901/AM) - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 30142AC/E) - JOSÉ CARLOS DA SILVA CARVALHAES (OAB: 293565/SP) - DRA. SUELEN PAES DOS SANTOS MENTA (OAB: 4381/AM) - Processo 0208550-74.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Estação Ferias Viagens e Turismo Ltda- ME - Recorrida : Maria Neide do Nascimento LitsPassiv : Banco CSF S/A - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: JULIA COIMBRA BRAGA (OAB: 11818/AM) - ELADIO MIRANDA LIMA (OAB: 86235/RJ) - WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB: 4339/AM) - DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB: 9122/AM) - Processo 0209475-07.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Telemar Norte Leste S/A - Recorrido : Rafael Monteiro e Lima - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB: 10462/MT) - EVALDO LÚCIO DA SILVA (OAB: 1302A/AM) - ELADIO MIRANDA LIMA (OAB: 86235/RJ) - WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB: 4339/AM) - Processo 0600081-85.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Waldeck Braga Ortiz Filho - Recorrido : Oi S.A. - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB: 7019/AM) - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 128341/SP) - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - Processo 0600152-65.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrido : LEOLINO DE CARVALHO ALVES - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: FABIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB: 8076/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: A1058AM) - CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB: 671A/AM) - Processo 0600164-79.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Joelma Ribeiro de Brito - Recorrido : Águas do Amazonas S.A. - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB: 14001/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: A1058AM) - CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB: 671A/AM) - Processo 0600501-68.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Maria Francineide Alves de Andrade - Recorrido : Águas do Amazonas S.A. - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: LEONARDO PEREIRA DE MELLO (OAB: 898A/AM) - RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB: 4544/AM) - JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB: 3311/AM) - Processo 0600829-20.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Sandra Maria do Socorro Benarros Godinho - Recorrido : Águas do Amazonas S.A. - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: SUELEN GUEDES BARBOSA (OAB: 6533/AM) - GABRIELA MUNIZ DE MOURA (OAB: 14809/MA) - RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB: 7586/AM) - Processo 0600941-80.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrido : Sidrônio Vidal de Souza Sobrinho - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA MONTEIRO (OAB: 7019/AM) - JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB: 2790/AM) - JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB: 2167/AM) - VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB: 3758/AM) - LUCIANA VELASCO VASCONCELLOS (OAB: 4972/AM) - TATIANA DO NASCIMENTO VELASCO (OAB: 12889/AM) - CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA MONTEIRO (OAB: 7019/AM) - Processo 0600948-78.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Edmilson Marques da Silva - Recorrido : Supermercados DB Ltda. - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: JEBERSON FERNANDES DOS SANTOS (OAB: 12432/AM) - CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB: 18305/PB) - Processo 0601001-59.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Adilson Luciano Chagas - Recorrido : Tim Celular S/A - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO (OAB: 5316/AM) - WILSON SALES BELCHIOR (OAB: 17314/CE) - HANNA TAVARES CUNHA (OAB: 10417/AM) - ALOYSIO LOPES SANTOS (OAB: 10147/AM) - Processo 0601450-17.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Edson Falcao Brito - Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: ROSYANE PAULA LOUZADA (OAB: 10883/AM) - JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB: 1235A/AM) - Processo 0601489-89.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Silvia Favacho Monteiro - Recorrido : Banco Itaucard S/A - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB: 5850/AM) - MARCO AURÉLIO BACELAR DE SOUZA (OAB: 12836/AM) - ADSON PINHO PINTO (OAB: 5850/AM) - ADSON PINHO PINTO (OAB: 5850/AM) - Processo 0601872-04.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Adson Pinho Pinto - Recorrida : Alzenira de Lima Fontes - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO (OAB: 5316/AM) - JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB: 1235A/AM) - THAIS FERREIRA (OAB: 13389/AM) - Processo 0602060-34.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrido : Joel Barros Ferreira - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: THARRANE DE MATOS SAMPAIO DA SILVA (OAB: 10108/AM) - DANIEL GUEDES CARVALHO (OAB: 7533/AM) - RICARDO DE OLIVEIRA LIMA (OAB: 6306/AM) - RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB: 165046/SP) - DANIEL GUEDES CARVALHO (OAB: 7533/AM) - FÁBIO RIVELLI (OAB: 1119A/AM) - Processo 0602311-86.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Angela da Conceição Guedes de Carvalho - Recorrido : Banco Toyota do Brasil S.a. - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB: 21519/MT) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - Processo 0602336-16.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Teury Bezerra Ferreira - Recorrido : Vivo S/A - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB: 7396/AM) - KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB: 7670/AM) - LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB: 4732/AM) - LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB: 876/AM) - HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB: 4018/AM) - GIULIANNE LOPES CURSINO (OAB: 7922/AM) - Processo 0602371-73.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A - Recorrido : Mizael Leocadio Bejamim - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB: 21519/MT) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO (OAB: 45458/GO) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0602548-37.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Eneas Januario Lopes - Recorrido : Vivo S/A - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB: 5006/AM) - PAULO ANTONIO MULLER (OAB: 67090/PR) - Processo 0602664-21.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Dorinha da Silva Miranda - Recorrido : Companhia de Seguros Previdência do Sul - Previsul - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB: A1253/AM) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO (OAB: 45458/GO) - Processo 0602868-87.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Dhayanne de Oliveira Costa - Recorrido : Vivo S/A - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: KELLY ANNE CORREA DE OLIVEIRA (OAB: 9330/AM) - LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB: 876/AM) - LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB: 4732/AM) - Processo 0603269-38.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A - Recorrido : Sebastião Silvano de Lima - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB: 7667/AM) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - FÁBIO RIVELLI (OAB: 1119A/AM) - Processo 0604047-68.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : NETFLIX

ENTRETENIMENTO BRASIL LTDA. - Recorrida : Selma Ribeiro - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: DANIELE MIRANDA SOUTO (OAB: 12414/AM) - WILSON SALES BELCHIOR (OAB: 1037A/AM) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0604082-62.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A - Recorrida : Maria Lucia da Silva Souza - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: ANTONIO CARLOS GAMA ALVES (OAB: 16215/PA) - ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB: 7513/AM) - Processo 0604284-84.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : RICARDO ROSSETTI SEGADILHA - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB: 8881/AM) - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 30142AC/E) - WILSON FILIPE DE SOUZA MATOS (OAB: 14254/AM) - Processo 0604349-03.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Iza Izabel de Sousa (Prioridade - Idosa) - Recorrido : Banco Bmg S/A - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: ALDA HELOÍSA TAVARES TOLEDO (OAB: 7133/AM) - WILSON SALES BELCHIOR (OAB: 17314/CE) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0604423-54.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrida : Maria Auxiliadora Viana - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: MARIA CRISTTIANE DOS REIS SOUSA (OAB: 12319/AM) - CRISTIAN MINTZ (OAB: 136652/SP) - Processo 0604717-12.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Eliane dos Reis Sousa - Recorrido : Falkland Tecnologia Em Telecomunicações - Ipcorp 91 - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB: 9121/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: 1058A/AM) - FABIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB: 8076/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: A1058AM) - Processo 0604762-13.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Ademar Barbos Santos - Recorrido : Águas do Amazonas S.A. - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB: 3702/AM) - ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB: 11981/AM) - LUCIANA PEDROSA DE MORAES REGO FIGUEIREDO (OAB: 2819/AM) - Processo 0604785-93.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Maria de Fátima Ferreira da Silva Penatti - Recorrido : Condomínio do Edifício Sense Apart Hotel II - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: RITA DE CASSIA RIÇA DE ARAUJO (OAB: 12787/AM) - Processo 0605031-74.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Antônio Estefem Marques dos Santos - Recorrido : Anderson Pinheiro do Nascimento - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: DYOGO RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB: 19941/PB) - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB: 9558/AL) - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB: 9558/AL) - RAIMUNDO DE SOUZA MAMED JUNIOR (OAB: 13498/AM) - RAIMUNDO DE SOUZA MAMED JUNIOR (OAB: 13498/AM) - Processo 0605066-15.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Ana Laura Alvarenga dos Santos - Recorrido : Banco Bradesco S.a. Recorrido : Bradesco Vida e Previdência S/A - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: RAIMUNDO TEIXEIRA CARDOSO NETO (OAB: 8828/AM) - LIVIA MARIA ANDRADE PORTO (OAB: 11348/AM) - SANDRO DA SILVA SANTOS (OAB: 7523/AM) - Processo 0605087-25.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : PEMAZA AMAZÔNIA S/A - Recorrida : Luciene Guedes de Oliveira - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: EMERSON ABINEÃ DA SILVA (OAB: 6393/AM) - WILSON SALES BELCHIOR (OAB: 1037A/AM) - Processo 0605231-93.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Maria Albertiza da Costa Fernandes - Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO (OAB: 5316/AM) - NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB: 60359/RJ) - NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB: 60359/RJ) - Processo 0605497-49.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Itaú Bmg Consignado S.a. Recorrente : Ocian da Rocha Pinto - Todas as partes passivas com participação Não informado - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB: 8246/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: A1058AM) - TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB: 10168/AM) - Processo 0605510-48.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Águas do Amazonas S.A. - Recorrido : João Rodrigues de Carvalho - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: CLEUVIS COSTA DOS SANTOS (OAB: 13640/AM) - ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB: 7513/AM) - Processo 0605545-50.2019.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrida : Caroline Cavalcante Damasceno - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB: 9324/AM) - LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB: 8125/MS) - Processo 0606227-60.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Crefisa S.a. - Crédito Finaciamento e Investimentos - Recorrido : Maria Soares Gaspar - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: PATRICIA LIMA TEIXEIRA (OAB: 8482/AM) - LEONARDO LUIZ TAVANO (OAB: 173965/SP) - Processo 0606385-18.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Reyson Charlys Souza Afonso - Recorrido : Restoque Comércio e Confecções de Roupas S/A - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: JOSEMBERGUE CAVALCANTE FIGUEIREDO (OAB: 7298/AM) - ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAUJO (OAB: 118303/MG) - GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB: 69306/MG) - Processo 0606489-10.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Maria Cicera de Lima Passos - Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: THAIS VASQUES DE BRITO (OAB: 12592/AM) - RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB: 6488/AM) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0606608-68.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Thais Vasques de Brito - Recorrido : Vivo S.a. - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: CINTIA MARTINS DE SOUZA (OAB: 4399/AM) - LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB: 4732/AM) - LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB: 876/AM) - HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB: 4018/AM) - Processo 0606709-39.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A - Recorrida : Maria Rita Fonseca Pinto - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: DIEGO LUCAS MACEDO PEREIRA (OAB: 7928/AM) - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 30142AC/E) - DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB: 9487/AM) - Processo 0606755-31.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Joao Evangelista Teixeira Neto - Recorrido : Banco Bmg S/A - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: DANIELE MIRANDA SOUTO (OAB: 12414/AM) - LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB: 4732/AM) - HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB: 4018/AM) - LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB: 876/AM) - Processo 0606821-71.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A - Recorrida : Irene Maia Cavalcante - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB: 9613/AM) - FRANCISCO RICARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB: 12493/AM) - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 30142AC/E) - DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB: 9487/AM) - Processo 0607012-56.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Raimunda Nonata Oliveira da Costa - Recorrido : Banco Bmg S/A - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: SHELLBY KARINY SILVA E SILVA (OAB: 13927/AM) - JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB: 57680/MG) - Processo 0607378-58.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Claro S/A - Recorrida : Maria da Conceição Lages - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB: 5850/AM) - LAILA J. ALENCAR COSTA E SILVA (OAB: 9572/AM) - LEON FÁBIO SILVA LEAL (OAB: 8413/AM) - ISABELLA LEAL REIS (OAB: 8101/AM) - FABIANA RODRIGUES SILVA (OAB: 12308/AM) - LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB: 876/AM) - LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB: 4732/AM) - HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB: 4018/AM) - Processo 0607769-50.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Irene Silva de Sousa Silva - Recorrido : Banco Bmg S/A - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JUNIOR (OAB: 7548/AM) - HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB: 4018/AM) - LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB: 4732/AM) - Processo 0607851-44.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A - Recorrido : Aldo Evangelista Gama dos Santos - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: SANDRO ELIAS DE MEDEIROS MONTEIRO DIZ (OAB: 10840/AM) - JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB: 855A/SE) - PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB: 8766/AM) - Processo 0607907-80.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Bruna Borges da Cruz - Recorrido : Claro S/A - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB: 39395/BA) - RAFAEL LINS BERTAZZO (OAB: 7213/AM) - Processo 0608261-84.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrido : Celso Bizerra de Oliveira Viana - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB: 19194/MT) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - Processo 0608682-17.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Adriele Neves de Souza - Recorrido : Vivo S.a. - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: FABIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB: 8076/AM) - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB: A1058AM) - CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB: 671/AM) - ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (OAB: 44914/AM) - Processo 0608729-66.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Lucilene Feitoza Dias - Recorrido : Águas do Amazonas S.A. - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB: 8359/MT) - CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB: 46521/BA) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB: 1208A/AM) - Processo 0608829-21.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Vivo S.a. Recorrente : Raquel de Lima Siqueira - Recorrida : Raquel de Lima Siqueira Recorrido : VIVO S/A - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: HILDERSON FARIAS DE OLIVEIRA (OAB: 7364/AM) - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 30142AC/E) - DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB: 9487/AM) - ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 23255/PE) - HILDERSON FARIAS DE OLIVEIRA (OAB: 7364/AM) - Processo 0609222-46.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A Recorrente : Rute da Costa Sa - Recorrida : Rute da Costa SA Recorrido : Banco Bmg S/A - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB: 10462/MT) - DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB: 16477/CE) - Processo 0609281-53.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Enezio Gomes da Silva - Recorrido : Ativos S.A. Seguritizadora de Creditos Financeiros - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: KATIENE SILVA SENA (OAB: 145069/RJ) - NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB: 4068/AM) - ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB: 2659/AM) - JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA THOMPSON (OAB: 146976/RJ) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - Processo 0609692-14.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Vivo S.a. - Recorrido : Luciano da Silva Carmo - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: LUCIANO DA SILVA ROCHA (OAB: 9788/AM) - TARCISO SANTIAGO JUNIOR (OAB: 101313/MG) - DÉCIO FREIRE (OAB: 56543/PE) - MAURO PAULO GALERA MARI (OAB: 3056/MT) - Processo 0609836-51.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. Recorrente : Mastercard Adminstradora de Cartoes de Credito - Recorrida : James Oliveira Santos - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB: 8788/AM) - HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB: 9324/AM) - HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB: 4018/AM) - LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB: 4732/AM) - LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB: 876/AM) - DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB: 8792/AM) - Processo 0609879-56.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A - Recorrido : Ander Lourenço Garcia - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB: 6596/AM) - JOSÉ ALMIR DA R. MENDES JÚNIOR (OAB: 392A/RN) - JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB: 1235A/AM) - CESAR LUIZ CAMPOS DA COSTA (OAB: 8026/AM) - Processo 0610358-20.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrido : Francisco Ivan Justino da Silva - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: CINTIA MARTINS DE SOUZA (OAB: 4399/AM) - THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB: 2406/AM) - MARCONDES FONSECA LUNIERE JUNIOR (OAB: 2897/AM) - MARCONDES FONSECA LUNIERE JUNIOR (OAB: 2897/AM) - ANTONIA TAVARES CORREA GONÇALVES (OAB: 4244/AM) - Processo

0610442-50.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. Recorrente : Bradesco Vida e Previdência S/A - Recorrido : George Damião de Lima - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: ENÉAS DE PAULA BEZERRA (OAB: 2354/AM) - DEBORA BANDEIRA KOENOW (OAB: 36823/GO) - Processo 0610482-40.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Jane da Anunciação da Silva - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB: 9613/AM) - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 30142AC/E) - ANDERSON ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB: 5059/AM) - DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB: 9487/AM) - Processo 0611790-69.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Maria Alice Campos Machado - Recorrido : Banco Bmg S/A - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB: 8789/AM) - ELADIO MIRANDA LIMA (OAB: 86235/RJ) - DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB: 9122/AM) - DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB: 8792/AM) - Processo 0612553-41.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : OI - Telemar Norte Leste S/A - Recorrido : VANGIVALDO SANTOS SILVA - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: CESAR ITUASSU DA SILVA NETO (OAB: 9506/AM) - KEYTH YARA PONTES PINA (OAB: 3467/AM) - GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB: 1324A/AM) - ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB: 2847/AM) - Processo 0613468-85.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A. - Recorrida : Laura Daniella Cardoso Pimenta - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB: 8838/AM) - Processo 0613824-17.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Valdonerio de Lima Silva - Recorrido : Aspbras - Associação dos Servidores Publicos Brasileiros - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB: 11421/AM) - ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB: 11421/AM) - JOSÉ MARIO DE CARVALHO NETO (OAB: 4861/AM) - EDUARDO LUIZ BROCK (OAB: 91311/SP) - FABIO RIVELLI (OAB: 297608/SP) - ELISANGELA ALVES DOS SANTOS (OAB: 53139/PR) - LUCAS DE SOUZA VALENTE (OAB: 13191/AM) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - Processo 0614485-64.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Alianca Incorporadora Ltda - Recorrido : Agra Bergen Incorporadora Ltda Recorrido : Nelson Shigefumi Hashioka Recorrida : Aki Cecília Takatani Hashioka - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: GEORGETE DE CASTRO DUARTE (OAB: 9249/AM) - ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB: 86415RJ) - Processo 0614991-69.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A - Recorrida : Vilma de Souza Ramos - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB: 7308/AM) - INGRID KHAMYLLA MONTEIRO XIMENES DE SOUSA (OAB: 3629/AM) - Processo 0615225-93.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Patillo Fernades Assis - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: GILBERTO ABREU DOS SANTOS (OAB: 11385/AM) - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 30142AC/E) - DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB: 6548/AM) - Processo 0615475-84.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Antônio Geamerson Mota Cativo - Recorrido : Banco Bmg S/A - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB: 8838/AM) - JOÃO CARLOS BEMERGUY CAMERINI (OAB: 1111/AM) - DANILO ANDRADE MAIA (OAB: A1111/AM) - LUQUESIA RODRIGUES DOS SANTOS (OAB: 412257/SP) - RICARDO LOPES GODOY (OAB: 77167/MG) - Processo 0615599-04.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Darlene Guimaraes Nery Silva - Recorrido : Lojas Renner S/A - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO (OAB: 5316/AM) - THAIS FERREIRA (OAB: 13389/AM) - VINICIUS MARTINS DE MEIRA (OAB: 4269/AM) - VINICIUS MARTINS DE MEIRA (OAB: 4269/AM) - THIAGO ANDRADE DE MELO (OAB: 7214/AM) - Processo 0616068-16.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Rubens Varras do Carmo - Recorrido : Rm da Silva Eireli – Me Recorrido : Planodont Serviços Odontológicos Ltda. - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: ANTONIA TAVARES CORREA GONÇALVES (OAB: 4244/AM) - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: A598/AM) - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - Processo 0616087-22.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrida : Andreia Souza de Medeiros - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB: 39395/BA) - ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB: 7513/AM) - Processo 0616938-06.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrido : Silas Magalhães Pacheco - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: RAFAEL LINS BERTAZZO (OAB: 7213/AM) - MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB: 10380/AM) - Processo 0618506-57.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : EDENILTON MARIM INÁCIO - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: OTAVIO ARAUJO NETO (OAB: 10189/AM) - LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB: 5144/AM) - Processo 0618514-34.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Elias da Silva Corrêa - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: ERNANDO SIMIÃO DA SILVA FILHO (OAB: 9069/AM) - MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB: 10380/AM) - Processo 0618653-83.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Renilton de Souza Alcântara - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: ALMINO LIMA SANTOS (OAB: 8642/AM) - TATIANNE VIEIRA ASSAYAG TOLEDO (OAB: 3653/AM) - LAÉRCIO DE CASTRO DOURADO JÚNIOR (OAB: 13184/AM) - Processo 0619048-75.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrida : Maria Gracy Santna Gomes - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: OSNI AMARAL SANTANA (OAB: 1959/AM) - Processo 0619108-48.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : O Município de Manaus - Recorrido : João Lima de Souza Recorrida : Maria Lisete Martins Soares Recorrida : Marineide Carvalho de Souza Recorrida : Sebastiana Dias Ribeiro Recorrida : Maria Inalda Rocha da Cruz - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: A598/

AM) - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - Processo 0620319-77.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Cartaxo Empreendimentos Imobiliários Ltda - Recorrido : CONDOMINIO VIVENDAS DO RIO NEGRO PRAÇAS - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: EDIANAVE MENDONÇA LIMA (OAB: 8469/AM) - ISABELLA PERES RUSSO (OAB: 3198/AM) - LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB: 3726/AM) - Processo 0620609-37.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Francisco Augusto Ferreira de Lima - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: GABRIEL CASTILHO DOS SANTOS (OAB: 10277/AM) - SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB: 1048A/AM) - JOSÉ ARNALDO JANSEEN NOGUEIRA (OAB: 1047A/AM) - SERVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB: 44698/MG) - Processo 0622491-26.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco do Brasil S/A - Recorrida : Ana Carmem Manthey - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: BEATRIZ DE ARAÚJO LIMA (OAB: 7706/AM) - NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB: 4068/AM) - ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB: 2659/AM) - WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB: 29320/GO) - Processo 0623724-58.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Vivo S.a. - Recorrida : Ramona Karolina da Silva Ladislau - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: CRISTIANA DA COSTA RODRIGUÊS (OAB: 607/AM) - MARIA AMALIA CANDIDO DE ALVARENGA MORAIS (OAB: 149111/MG) - JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB: 57680/MG) - JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB: 855A/SE) - Processo 0623911-32.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Multimidia Contabilidade Ltda - Recorrido : Claro S/A - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: EDSON PAES FONTENELE (OAB: 7926/AM) - EDSON PAES FONTENELE (OAB: 7926/AM) - LADYANE SERAFIM PEREIRA (OAB: 4990/AM) - JANAINA FERREIRA BARRONCAS (OAB: 5978/AM) - Processo 0624176-76.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Edson Paes Fontenele - Recorrido : O Município de Manaus - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB: 9960/AM) - ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB: 9960/AM) - ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB: 9960/AM) - ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB: 9960/AM) - ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB: 9960/AM) - LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB: 5144/AM) - LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB: 3726/AM) - Processo 0624416-65.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Júlio Edson Alves Galvão Recorrente : Luiz Eduardo dos Santos Martins Recorrente : Marcino Lima do Nascimento Recorrente : Marivana da Silva Cavalcante Recorrente : Kirk Douglas Oliveira de Souza - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: ALLANI PRISCILA ARAÚJO CARDOSO DA SILVA (OAB: 4537/AM) - MARIA APARECIDA S LIMA (OAB: 12023/AM) - GUSTAVO HENRIQUE STÁBILE (OAB: 251594/SP) - Processo 0624636-21.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Arycia Giseli de Melo Sousa - Recorrido : Mundial Editora - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: NEILA DO ROSARIO MONTEIRO DA SILVA (OAB: 11841/AM) - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB: 9558/AL) - Processo 0624852-79.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrida : Izabel Gomes Leão - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: FRANCISCA HELENA DE SOUZA DA SILVA (OAB: 12420/AM) - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: A598/AM) - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB: 598A/AM) - Processo 0625118-66.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrido : Marcos Augusto Oliveira dos Santos - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB: 8285/TO) - Processo 0625640-38.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : José Viana Paz - 11508/PMAM - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: JOSÉ RICARDO ABRANTES BARRETO (OAB: 2596/AM) - ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAUJO (OAB: 118303/MG) - Processo 0626030-63.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Recorrida : Paula Francinete Feitoza de Lima - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB: 5144/AM) - Processo 0626166-05.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Denilda Lopes Evangelista - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: SILVANO CESAR LORIDO BARRETO (OAB: 11681/AM) - DEBORA BANDEIRA KOENOW (OAB: 36823/GO) - MARIA HOSANA DE SOUZA MONTEIRO (OAB: 2333/AM) - Processo 0626756-79.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrida : Ladilza Lima Auzier - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB: 9836/AM) - ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAUJO (OAB: 118303/MG) - LUIS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB: 1011A/AM) - GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB: 69306/MG) - Processo 0627148-74.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Recorrido : Casa Amazônia Indústria e Comércio de Móveis Planejados e Edificações Ltda - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB: 8915/AM) - LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB: 179235/SP) - FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB: 5674/AM) - Processo 0627602-54.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Suiane Marães de Lima - Recorrido : Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB: 8540/AM) - AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB: 8540/AM) - AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB: 8540/AM) - PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB: 8759/AM) - KEYTH YARA PONTES PINA (OAB: 3467/AM) - Processo 0627764-49.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Morar Mais Empreendimentos Imobiliários Ltda Recorrente : Catena Empreendimentos Imobiliários Ltda - Recorrido : Américo Valente Cavalcante Júnior Recorrida : Raisa Souza Cavalcante - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: ANSELMO LIMA DE MATOS FILHO (OAB: 13644/AM) - WILSON SALES BELCHIOR (OAB: 17314/CE) - LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB: 10418/AM) - MATHEUS LIMA DINIZ (OAB: 13747/AM) - Processo 0628264-18.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A - Recorrido : Julierme da Silva Fernandes - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: EUSENEIDE ALVES DE SOUSA (OAB: 12853/AM) - DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB: 9487/AM) - URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB: 313/PE) - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB: 30142AC/E) - Processo 0628470-32.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bmg S/A - Recorrida : Aldeniza Barbosa Veloso - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB: 6596/AM) - WILSON SALES BELCHIOR (OAB: 17314/CE) - ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB: 5219/AM) - MARIANA MARQUES DOS SANTOS (OAB: 10339/AM) - Processo 0628516-21.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Bradesco S.a. - Recorrida : Maria Raimunda Sousa Moura - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB: 6161/AM) - ELSON MARCELO LIMA DE SOUZA (OAB: 9903/AM) - Processo 0628586-38.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Geraldo Barros de Lima Junior - Recorrido : Deivid Francisco Moura - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: WESLAYNE MACEDO DE OLIVEIRA (OAB: 8621/AM) - ANDRÉ RICARDO DA COSTA INÁCIO (OAB: 975A/AM) - MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB: 6171/MS) - Processo 0628812-43.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Banco Santander S.a. - Recorrida : Leoniza Florêncio Pires - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB: 9836/AM) - ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAUJO (OAB: 118303/MG) - GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB: 1010A/AM) - Processo 0628998-66.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Recorrido : Ademar da Costa Ramos - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: ANDERSON ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB: 5059/AM) - MATIAS HENRIQUE DE LIMA E LIMA (OAB: 9810/AM) - LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB: 6023/AM) - Processo 0629509-09.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : José Carlos Lopes de Souza - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: LEANDRO DE OLIVEIRA VIOLIN (OAB: 4857/AM) - IVÂNIA LUCIA SILVA COSTA (OAB: 7530/AM) - THIAGO OLIVEIRA COSTA (OAB: 83060/PR) - Processo 0634498-92.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrido : Clovismar Pereira de Sales - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - CARLOS ALEXANDRE M. C. M. DE MATOS (OAB: 2364/AM) - OTAVIO ARAUJO NETO (OAB: 10189/AM) - Processo 0634703-24.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Ícaro Herbert de Araújo Cavalcante Recorrente : Janio Albert de Souza Goes Recorrente : Diego Elias Lima Barbosa Recorrente : Joherbet Hossaine de Oliveira Recorrente : Eversom Luiz Sluzarski da Silva Recorrente : KELISON MOTA NOGUEIRA Recorrente : José Mário Braga Domingues Junior Recorrente : Joelma Bezerra da Silva Reis Recorrente : Ivanete Pinotti de Sousa Recorrente : Jose Geovane Pereira Mourão Recorrente : João de Olivera Santos Recorrente : Charles Miranda de Assunção Recorrente : Carlos Anderson Nascimento Freitas Recorrente : Antônio Carlos Castro de Albuquerque Recorrente : Altair Oliveira de Souza Recorrente : Ademir Gonçalves Barroso Júnior Recorrente : Euller da Silva Pimentel Recorrente : Cleydson Enéas Dantas Recorrente : Deivison Rocha de Lima Recorrente : Diego Albuquerque Cardoso Recorrente : Edilciene Lima de Barros Recorrente : Eliandro Imbiriba da Silva Recorrente : Francisco Marcos de Oliveira Dias - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: ANDREY AUGUSTO B. RAMOS (OAB: 7526/AM) - JANILSON DA COSTA BARROS (OAB: 13152/AM) - Processo 0635255-86.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrida : Sheila de Souza Rodrigues - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: ALMERON CAMINHA (OAB: 12270/AM) - LAÉRCIO DE CASTRO DOURADO JÚNIOR (OAB: 13184/AM) - FRANKLIN ARTHUR MARTINZ FILHO (OAB: 20217/CE) - Processo 0635359-44.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrido : Célia Delfina Fernandes Teixeira - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - JOHAN DA COSTA ARAUJO (OAB: 12234/AM) - CARLOS ALEXANDRE M. C. M. DE MATOS (OAB: 2364/AM) - JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB: 10038/AM) - Processo 0635409-07.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Anderson Balbi da Silva Recorrente : Iano Machado Barros Recorrente : Luan Orley Guimarães Menezes Recorrente : Ueslei Rodrigues da Silva Recorrente : Marco Phillipe Nazareno Marques de Souza Recorrente : Charles dos Santos Farias Recorrente : Joao Paulo da Silva Magalhaes Recorrente : Samuel Nunes de Sales Recorrente : Waldenir Júlio Reis Andrade Recorrente : André Oliveira Maciel Recorrente : Frandolfo Santos de Oliveira Recorrente : Jonathan Gomes da Silva Recorrente : Armando Francisco da Costa Junior Recorrente : Jeorge Lima de Sousa Recorrente : Lucenilson Corrêa Ramos Recorrente : Humbreto Moura dos Santos Recorrente : Adrison Moreira da Silva Recorrente : Washington Luiz Silva de Andrade Junior - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: FABIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB: 8415/AM) - SÁLVIA HADDAD GURGEL AMARAL (OAB: 3529/AM) - Processo 0635765-65.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrido : Valdemir Pereira de Almeida - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: JANIETE DA SILVA MONTEIRO (OAB: 10084/AM) - ISABELLA PERES RUSSO (OAB: 3198/AM) - Processo 0635886-93.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Ambrosio Tavares Gato - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: FABIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB: 8415/AM) - SÁLVIA HADDAD GURGEL AMARAL (OAB: 3529/AM) - Processo 0638338-76.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrida : Jordana Kelles de Lima - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: FABIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB: 8415/AM) - INDRA MARA BESSA (OAB: 1877/AM) - Processo 0638608-03.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrido : ELDYO FRANÇA DE CASTRO - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB: 39395/BA) - VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB: 8285/TO) - Processo 0638856-66.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Aureo Campos da Silva - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: JANAÍNA MENDONÇA DE MORAES (OAB: 8070/AM) - ISABELLA PERES RUSSO (OAB: 3198/AM) - VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB: 8285/TO) - Processo 0639070-57.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : André Luis Lima Perdiz - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB: 6407/AM) - CELY CRISTINA DOS SANTOS PEREIRA (OAB: 1716/AM) - Processo 0639390-10.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : O Município de Manaus - Recorrido : Rondinele de Souza Nascimento - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: FABIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB: 8415/AM) - IVÂNIA LUCIA SILVA COSTA (OAB: 7530/AM) - LUÍS CARLOS DE PAULA E SOUSA (OAB: 1667/AM) - Processo 0639689-84.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrida : Lucineide Valente da Gama - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: FABIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB: 8415/AM) - LUÍS CARLOS DE PAULA E SOUSA (OAB: 1667/AM) - SÁLVIA HADDAD GURGEL AMARAL (OAB: 3529/AM) - Processo 0639963-48.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrida : MARIA ILETE LIBERATO DA SILVA - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: LUIS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB: 8251/AM) - TIBIRIÇÁ VALÉRIO DE HOLANDA FILHO (OAB: 7159/AM) - Processo 0640032-80.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs - Recorrido : Pedro Ferreira Marical - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: FABIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB: 8415/AM) - THIAGO OLIVEIRA COSTA (OAB: 83060/PR) - THIAGO OLIVEIRA COSTA (OAB: 83060/PR) - Processo 0640504-81.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrido : José Sarmento Viana - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: FABIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB: 8415/AM) - SÁLVIA HADDAD GURGEL AMARAL (OAB: 3529/AM) - Processo 0640834-78.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrida : Assunção Lopes Brito - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: ISRAEL DE JESUS GONÇALVES (OAB: 3051/AM) - SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB: 10852/AM) - IVÂNIA LUCIA SILVA COSTA (OAB: 7530/AM) - Processo 0641019-19.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Judite Mria Nunes Fernandes - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: MAYRA MAMED LEVY (OAB: 8598/AM) - INDRA MARA BESSA (OAB: 1877/AM) - SÁLVIA HADDAD GURGEL AMARAL (OAB: 3529/AM) - Processo 0641428-92.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrida : Patrícia Uchoa Bastos - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB: 9097/AM) - JANILSON DA COSTA BARROS (OAB: 13152/AM) - INDRA MARA BESSA (OAB: 1877/AM) - Processo 0643626-05.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrida : Joselina da Silva Reis - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB: 6023/AM) - Processo 0643909-62.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Julio de Almeida Lima Filho - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: FABIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB: 8415/AM) - ALBERTO BEZERRA DE MELO (OAB: 2015/AM) - LUÍS CARLOS DE PAULA E SOUSA (OAB: 1667/AM) - Processo 0644382-14.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrida : Lucimei Márcia de Abreu Mota - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: LUIS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB: 8251/AM) - ALCINEIA DA SILVA RODRIGUES (OAB: 3887/AM) - Processo 0644993-64.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs - Recorrido : Hélio dos Santos Castro - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: LUIS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB: 8251/AM) - TIBIRIÇÁ VALÉRIO DE HOLANDA FILHO (OAB: 7159/AM) - Processo 0645710-76.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs - Recorrida : Meirivan Rodrigues Gomes - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB: 13287/AM) - Processo 0646490-16.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Harlen Gomes Magalhaes - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB: 13287/AM) - LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB: 3726/AM) - Processo 0646495-38.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : HEBER OLIVEIRA MESQUITA - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: LUIS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB: 8251/AM) - ALCINEIA DA SILVA RODRIGUES (OAB: 3887/AM) - Processo 0647712-19.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Cristiana Marreira da Silva - Recorrido : Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: FABIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB: 8415/AM) - DEBORA BANDEIRA KOENOW (OAB: 36823/GO) - INDRA MARA BESSA (OAB: 1877/AM) - Processo 0648558-36.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrida : Rozete dos Santos Batalha - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: ANDERSON SANTOS DA SILVA (OAB: 12015/AM) - ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB: 7513/AM) - Processo 0648902-17.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Izaias Fonseca Castro - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: ISRAEL DE JESUS GONÇALVES (OAB: 3051/AM) - SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB: 10852/AM) - INDRA MARA BESSA (OAB: 1877/AM) - Processo 0649073-71.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Roseli Pinto Rodrigues - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: CHRISTIANNE DI FELÍCIO F. DA SILVA (OAB: 3631/AM) - VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB: 8285/TO) - Processo 0649592-46.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Edilany dos Passos Morais - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB: 39395/BA) - CARLOS ALEXANDRE M. DE C. MARTINS DE MATOS (OAB: 2364/AM) - Processo 0651458-89.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Walcenir Lemos da Silva - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB: 39395/BA) - Processo 0651862-43.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Airam do Carmo de Sousa Canto - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB: 39395/BA) - LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB: 3726/AM) - Processo 0652713-82.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : José Maria Nunes Filho - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: ANTONIO PRAIA CALDAS (OAB: 9546/AM) - ANTONIO PRAIA CALDAS (OAB: 9546/AM) - LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB: 6023/AM) - Processo 0652956-26.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Adriano Mota Michiles Recorrente : Vivaldo Rodrigues Pandura - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB: 12972/AM) - Processo 0653092-23.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrida : Maisa Junni Santos de Andrade - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: ANTONIO PRAIA CALDAS (OAB: 9546/AM) - ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB: 7513/AM) - Processo 0653190-08.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Francisco Celestino de Souza - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: ANTONIO PRAIA CALDAS (OAB: 9546/AM) - LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB: 3726/AM) - Processo 0653982-59.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Francirlei de Castro Lima - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB: 10594/AM) - RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB: 10594/AM) - RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB: 10594/AM) - ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB: 7513/AM) - Processo 0654090-88.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Governador do Estado do Amazonas - Recorrida : Denise Michelle Pereira de Castro Recorrida : Rosileia Coelho Alfaia Recorrida : Cyane Martha Coelho Lustosa - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: ANTONIO PRAIA CALDAS (OAB: 9546/AM) - Processo 0654318-63.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Allan Jones Santiago Caldas - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: ANTONIO PRAIA CALDAS (OAB: 9546/AM) - LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB: 5144/AM) - Processo 0654332-47.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Rodolpho Carepa Alves da Costa - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: ANTONIO PRAIA CALDAS (OAB: 9546/AM) - Processo 0654356-75.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Walderleno de Aragão Maciel - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: ANTONIO PRAIA CALDAS (OAB: 9546/AM) - Processo 0654374-96.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Márcio Aurélio Batalha Maciel - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: ANTONIO PRAIA CALDAS (OAB: 9546/AM) - Processo 0654455-45.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Ademar Lima Lopes - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: ANTONIO PRAIA CALDAS (OAB: 9546/AM) - Processo 0654460-67.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Anderson Pantoja Paes - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: ANDERSON SANTOS DA SILVA (OAB: 12015/AM) - FABIO PEREIRA GARCIA DOS SANTOS (OAB: 4850/AM) - Processo 0654870-28.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Felix Pereira de Almeida - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB: 39395/BA) - CARLOS ALEXANDRE M. DE C. MARTINS DE MATOS (OAB: 2364/AM) - Processo 0655072-05.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Daniel Rodrigues da Silva - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: LUIS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB: 8251/AM) - INDRA MARA BESSA (OAB: 1877/AM) - Processo 0656300-15.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Francisco Francelino de Carvalho Junior - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB: 39395/BA) - FABIO PEREIRA GARCIA DOS SANTOS (OAB: 4850/AM) - Processo 0656314-96.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Julio Ramos Almeida -

Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: ANTONIO PRAIA CALDAS (OAB: 9546/AM) - Processo 0657048-47.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Alan Lima Figueiredo - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: ANDERSON SANTOS DA SILVA (OAB: 12015/AM) - CARLOS ALEXANDRE M. DE C. MARTINS DE MATOS (OAB: 2364/AM) - Processo 0657315-19.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Adênice da Rocha Michiles - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

ADV: ANTONIO PRAIA CALDAS (OAB: 9546/AM) - ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB: 7513/AM) - Processo 0657732-69.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Shannon Ferreira da Encarnação - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB: 2372/AM) - Processo 0657948-30.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Emanuel Bizerra da Fonseca - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB: 39395/BA) - LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB: 3726/AM) - Processo 0660364-68.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Edson Vasconcelos Rodrigues - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Francisco Soares de Souza

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB: 39395/BA) - Processo 0660388-96.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Recurso Inominado Cível - Recorrente : Lawrence Pereira Cavalcante - Recorrido : Governador do Estado do Amazonas - Relator: Julião Lemos Sobral Junior

Secretaria do(a) 1ª Turma Recursal, em Manaus, 2 de agosto de 2019.

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0224/2019

ADV: REGINA CECÍLIA DE SENA COSTA (OAB 5090/AM) - Processo 0206874-91.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Valdisuzy Barros de Lima Pedrosa - REQUERIDO: ZAS EVENTOS LTDA ME - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP), ADV: ALEXSANDRA DE SOUZA CARVALHO (OAB 12237/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0600681-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Calina Mafra Hagge - REQUERIDO: Booking.com Brasil Serviços de Reservas Ltda. - Flat Executivo Bsbflats Shn - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Celso Antunes da Silveira Filho, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0601568-42.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - De ordem do Exmo(a). Dr(a).Celso Antunes da Silveira Filho ,Juiz (a) de Direito, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 dias, querendo, apresentar Embargos à execução. Havendo inércia, a penhora será considerada em definitivo, razão pela qual haverá a transferência do valor bloqueado, e, por conseguinte, a expedição do Alvará Judicial.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0603401-32.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Gilsa Celeste Costa dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Celso Antunes da Silveira Filho, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: LUIZ ALEXANDRE ABREU D'ABADIA (OAB 13495/AM) - Processo 0605648-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Paulo Guedes Saint Clair - REQUERIDO: DECOLAR.COM LTDA - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) CONDENO a requerida a restituir ao autor o valor de R$1.503,29, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data da compra; e 2)CONDENOo réu a pagar R$16.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: FRANCIEL FRANCO DE SOUZA ALMEIDA (OAB 9301/AM), ADV: GILBERTO GUIMARÃES VIEIRA (OAB 8506/AM) - Processo 0605650-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Jacqueline Balieiro Barreto - REQUERIDO: André Ramos de Almeida - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que CONDENO o réu a indenizar materialmente o autor no valor de R$39.920,00, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde 24.12.2018 (fls. 28/29). Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA) - Processo 0606170-76.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Ileanna da Silva Nina - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Celso Antunes da Silveira Filho, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15

(quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE SOUZA PAULA (OAB 10036/AM) - Processo 0607464-66.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Shirley Hilda Corrêa dos Reis - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Por estes fundamentos, não fundados em nenhuma das matérias legalmente delimitadas, conheço dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para negar-lhes provimento, consoante fundamentação supra. P. R. I. C.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0609585-38.2016.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: S. M. Barbosa de Queiroz - ME - EXECUTADO: Maximo Eugenio Barreiro - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Celso Antunes da Silveira Filho, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, encaminhar os autos para a fila pertinente, a fim de que sejam adotadas as medidas cabíveis.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: HENRIQUE SIMCH DE MORAIS (OAB 11030/AM), ADV: PAULO SÉRGIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA (OAB 8196/AM) - Processo 0610273-97.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: LUIZ FERNANDO MARQUES DOS SANTOS - Guimarães de Oliveira Sociedade Individual de Advocacia - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: AUGUSTO COSTA JÚNIOR (OAB 4337/AM) - Processo 0612201-15.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Fabiana Ferreira de Araújo - Shara Emanuelle Araùjo dos Reis - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Celso Antunes da Silveira Filho, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0612309-49.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Auxiliadora Alencar da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Celso Antunes da Silveira Filho, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0613525-74.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Helcy Cristina de Carvalho Aguiar - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Celso Antunes da Silveira Filho, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0613774-88.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem do Exmo(a). Dr(a). Celso Antunes da Silveira Filho ,Juiz (a) de Direito, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 dias, querendo, apresentar Embargos à execução. Havendo inércia, a penhora será considerada em definitivo, razão pela qual haverá a transferência do valor bloqueado, e, por conseguinte, a expedição do Alvará Judicial.

ADV: PAULO FELIPE SANTOS MAGALHÃES (OAB 11367/AM), ADV: PAULO SÉRGIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA (OAB 8196/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0615535-28.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Genival Jacob Gonzales - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Celso Antunes da Silveira Filho, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0616586-40.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Dinair Vasconcelos Santos - REQUERIDO: Elo Serviços S/A - Banco do Brasil S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Celso Antunes da Silveira Filho, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte executada para efetuar ao pagamento do valor remanescente em 15 dias.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0616983-65.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Ariadne Franca Meireles - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Celso Antunes da Silveira Filho, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM),

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0617029-25.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Alberto de Souza Ferreira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Celso Antunes da Silveira Filho, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: ÉRICO RODRIGO FARIAS PINHEIRO (OAB 8929/AM), ADV: NATANIEL PEREIRA MASSULO (OAB 12038/AM) - Processo 0618117-30.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Nataniel Pereira Massulo - REQUERIDO: Cinepolis Operadora de Cinemas do Brasil Ltda - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Celso Antunes da Silveira Filho, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0618222-41.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Gaio de Moraes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará após informações dos dados bancários, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: EVELYN CAMPELO LOUREIRO (OAB 5298/AM), ADV: MÔNICA ANTONY DE QUEIROZ MELO (OAB 2043/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0618838-16.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Elvira Moreira de Alencar Souza - LITSATIVO: Alvaro dos Santos Melo Filho - Alberto dos Santos Melo - Alyson dos Santos Melo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Celso Antunes da Silveira Filho, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0619470-42.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Aurene de Souza Queiroz Barreto - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Celso Antunes da Silveira Filho, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: RODRIGO DAMASCENO DA NOVA (OAB 161567/RJ), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: GENKO KARLO SENTO SE DE ANDRADE (OAB 38038/DF), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: BRUNO VALIERA DE VASCONCELLOS (OAB 162946/RJ), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM) - Processo 0620112-78.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Nazaré Silva Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Lmc Corretora de Seguros - Nova Casa do Corretor - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Celso Antunes da Silveira Filho, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0621127-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Sandra dos Santos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta forma, indefiro pedido de tutela, tendo em vista que a medida poderá ser melhor analisada após formação do contraditório. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 26/08/2019 às 10:30h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0621195-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Raimunda Sa da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, referentes a BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA, da conta bancária/contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 11/12/2019 às 08:15h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FABÍOLA MARIA VASQUES PAREJA LOBO (OAB 4167/AM) - Processo 0621409-23.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Condomínio Residencial Giardino Di Milano - REQUERIDA: Cláudia Costa da Silveira - Oriente Dp Eng & Empreendimentos Ltda - Joao Pi Chung Yee - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Celso Antunes da Silveira Filho, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do autor, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, encaminhar os autos para a fila INFOJUD.

ADV: MARIA LÍRIA NEVES DA SILVA (OAB 10639/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0623095-50.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria Gilda de Souza - REQUERIDO: Banco Pan S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Celso Antunes da Silveira Filho, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato

Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar ao pagamento do valor remanescente.

ADV: ÁDRIA ALVES VITAL (OAB 5255/AM) - Processo 0623299-94.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Mário de Arruda Muller - REQUERIDO: Mauro Machado de Araújo - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Celso Antunes da Silveira Filho, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: PAULO AFONSO DE SOUSA TEIXEIRA JÚNIOR (OAB 90854/PR), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0623353-94.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Compromisso - REQUERENTE: Condominio Residencial Maria da Fe - REQUERIDO: Paulo Afonso de Souza Teixeira - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Celso Antunes da Silveira Filho, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte executada para efetuar ao pagamento do valor remanescente em 15 dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0625650-40.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Aurea Berredo Pinto - REQUERIDO: BradesCard S/A - Banco Bradesco S/A - Presentes os pressupostos extrínsecos e intrínsecos de admissibilidade, conheço do recurso Inominado. Intime-se a parte adversa para apresentar as contrarrazões. Após, remeta-se à turma recursal com os meus cumprimentos . Cumpra-se.

Ádria Alves Vital (OAB 5255/AM)
Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Alexsandra de Souza Carvalho (OAB 12237/AM)
Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Augusto Costa Júnior (OAB 4337/AM)
Bruno Valiera de Vasconcellos (OAB 162946/RJ)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Érico Rodrigo Farias Pinheiro (OAB 8929/AM)
Evelyn Campelo Loureiro (OAB 5298/AM)
Fabíola Maria Vasques Pareja Lobo (OAB 4167/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Flávio Queiroz de Souza Paula (OAB 10036/AM)
Franciel Franco de Souza Almeida (OAB 9301/AM)
Genko Karlo Sento Se de Andrade (OAB 38038/DF)
Gilberto Guimarães Vieira (OAB 8506/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Simch de Morais (OAB 11030/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Alexandre Abreu D'abadia (OAB 13495/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Maria Líria Neves da Silva (OAB 10639/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mônica Antony de Queiroz Melo (OAB 2043/AM)
Nataniel Pereira Massulo (OAB 12038/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Paulo Afonso de Sousa Teixeira Júnior (OAB 90854/PR)
Paulo Felipe Santos Magalhães (OAB 11367/AM)
Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (OAB 8196/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Regina Cecília de Sena Costa (OAB 5090/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Damasceno da Nova (OAB 161567/RJ)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)

3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO ONILDO SANTANA DE BRITO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUZA M. FILHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0102/2019

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0201519-66.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Claudio Azevedo de Melo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Intimo V.Sa. a comprovar o pagamento do valor da condenação, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de execução.

ADV: ELSON MARCELO LIMA DE SOUZA (OAB 9903/AM) - Processo 0203220-33.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Zuila Oliveira da Silva - "Intimo V.Sa. a juntar cálculo atualizado do valor da condenação (inclusive com multa de 10%), no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de arquivamento dos autos."

ADV: SANDRO DA SILVA SANTOS (OAB 7523/AM), ADV: HERBERT BRUNO MAGALHÃES ASSIS (OAB 10348/AM) - Processo 0210821-27.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Ivan Albuquerque dos Santos - Ante o exposto, 1) Julgo procedente os embargos de terceiros para efeito de cancelar a ordem de penhora de fls. 44; 2) JULGO extinta a presente execução para que surta seus jurídicos e legais efeitos. P. R. I.C.

ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0600326-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Intimo Vsa. Senhoria para contrarrazoar o Recurso Inominado, caso queira, no prazo de 10 dias.

ADV: JULIANA FERREIRA CORRÊA (OAB 7589/AM), ADV: NATASHA UCHÔA PAIVA (OAB 7644/AM) - Processo 0602071-34.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: ALEX PAULAEN GOMES - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intimo V. Sa., para, no prazo de 05 (cinco) dias, declinar os dados bancários, tais como: banco, agência, conta corrente/poupança, cpf do indicado, para transferência de valores indenizatórios no montante de R$ 16.813,75. Em sendo o banco Caixa Econômica Federal, informar a "operação".

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0602735-31.2017.8.04.0015 - Procedimento

do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco Schahin S.a. - "Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 05(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos à declaração nos presentes autos."

ADV: ALDO RAPHAEL MOTA DE OLIVEIRA (OAB 11865/AM), ADV: PAULO JOSÉ PEREIRA TRINDADE JÚNIOR (OAB 4992/AM) - Processo 0605849-12.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: JESSICA TEREZA SOUZA OLIVEIRA - EXECUTADA: Suely de Oliveira Marques - Tendo em vista a insuficiência de bens do Executado, procurados por meio do Sistema RenaJud, Intimo V.Sa. a indicar bens penhoráveis do Executado, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0606778-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Evanira dos Santos Oliveira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Assim sendo, 1) Julgo procedente o pedido de declaração de inexigibilidade dos valores cobrados no título de "serviço de esgoto" pelo período de março de 2009 à março de 2019. 2) Julgo procedente o pedido para condenar a Requerida a pagar a quantia em dobro, a título de repetição de indébito, de R$ 7.902,42 (setecentos mil novecentos e dois reais e quarenta e dois centavos), a título de danos materiais, e pagar a quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, incidindo-se, em ambos valores, correção monetária oficial e juros mensais de 1% a partir da citação. 3) Julgo procedente o pedido para que a Ré cancele a cobrança de taxa de esgoto na matrícula nº 892424, e restitua os valores cobrados por essa tarifa, a partir de abril de 2019, até que cesse a cobrança ou seja efetuado e fornecido devidamente o benefício do serviço de esgoto na área que reside a Requerente. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá a parte vencida ser instada a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida de que, acaso não cumpra no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, §1º, do CPC).Transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado. Por outro lado, havendo interposição de recurso inominado, intime-se a parte recorrida para oferecer contrarrazões. Após, remetam-se os autos à Secretaria das Turmas Recursais.

ADV: JOSÉ DE ANDRADE AZEDO NETTO (OAB 10394/AM), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA) - Processo 0608269-19.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria Carlos da Costa - LITSATIVO: Almir Antonio da Costa - LUCY MARIA DA COSTA QUEIROZ e outro - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Verifico que a sentença transitou em julgado e a parte requereu a execução da Sentença às fls.140/143 ; A constrição dos bens será buscada via sistema BacenJud. Aguarde a juntada aos autos do documento de informação de bloqueio da quantia exequenda; ou de restrição de veículo, o qual constituirá o próprio termo de penhora, o (Enunciados cíveis nº 140 e 147 do FONAJE) ; Feita que seja a penhora, ou restrição de veículo, intime-se o executado/devedor, na pessoa de seu advogado ou pessoalmente, para querendo, oferecer embargos, no prazo de 15 (quinze dias) (art. 52,IX c/c os Enunciados 117 e 142 do FONAJE); E caso não seja encontrado bens penhoráveis, intime-se o credor/exequente para nomear bens do devedor suscetíveis de penhora, no prazo de 30(trinta) dias, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0608285-07.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Intimo V.Sa. a comprovar o pagamento do valor da condenação, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de execução.

ADV: MARIANA MARQUES DOS SANTOS (OAB 10339/AM) - Processo 0609178-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Andreia Cordovil Siqueira - Isto posto, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE o pedido da requerente e condeno a requerida ao pagamento da importância de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), atualizado pelos índices legais INPC - a partir do trânsito em julgado, mais juros moratórios de 1% ao mês, a partir do mesmo período. Transcorridos quinze dias após o trânsito em julgado, sem a manifestação da parte interessada, retornem-me os autos conclusos. Havendo pedido da parte, efetuem-se os cálculos pertinentes antes de proceder à execução. Sem custas em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9099/95. P.R.I.C.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0609551-63.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Ramon Cunha Guedes - "Intimo V.Sa. a juntar cálculo atualizado do valor da condenação (inclusive com multa de 10%), no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de arquivamento dos autos."

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM) - Processo 0609864-24.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: VANIA MARIA NONATA DA SILVA - "Intimo V.Sa. a juntar cálculo atualizado do valor da condenação (inclusive com multa de 10%), no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de arquivamento dos autos."

ADV: TATIANA MENDES BARBOSA (OAB 12586/AM) - Processo 0609897-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Frank Dolzane Sinembú - Isto posto, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE o pedido do requerente para: - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a parte autora, a título indenizatório pelos danos morais sofridos, com juros (1%) e correção monetária desta data. Sem condenação em custas e honorários.Após o trânsito em julgado, e havendo requerimento, encaminhem-se os autos ao setor de execução; não manifestando-se a parte requerida, acresça-se, ao valor, a multa de 10% prevista no art. 475-J do CPC, para o caso de não pagamento voluntário no prazo de quinze dias. Sem custas em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9099/95.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: JOYCE HELEN HOLANDA MARINHEIRO (OAB 7519/AM), ADV: EMERSON ABINEÃ DA SILVA (OAB 6393/AM) - Processo 0609994-14.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Enriquecimento sem Causa - REQUERIDO: BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL - Assim sendo, 1) Julgo procedente o pedido para declarar a extinção do contrato impugnado devido sua nulidade, restituindo-se as partes ao estado em que antes dele se achavam, inclusive para efeito de obrigar a parte Requerida a restituir a quantia R$ 3.417,48 (três mil, quatrocentos e dezessete reais e quarenta e oito centavos), com correção monetária contada da citação, que decorrente do saldo da compensação entre o valor que entregou de R$ 3.000,06 (três mil reais e seis centavos) e o valor que recebeu de R$ 6.418,04 (seis mil, quatrocentos e dezoito reais e quatro centavos), em cumprimento a aludido contrato; 2) Julgo procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação; 3) Julgar procedente o pedido para confirmar a tutela antecipada deferida às fls. 40. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG), ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: ANA TEREZA DE AGUIAR VALENÇA (OAB 33980/PE), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0610069-24.2014.8.04.0015 - Procedimento

do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, julgo Improcedente os presentes Embargos a Execução. Transitado em julgado expeça-se alvará para levantamento do valor penhorado em favor da parte Exequente/ Embargado. Sem custas e honorários. P. R. I.C.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 190060/RJ) - Processo 0611337-11.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERIDO: Banco BMG S/A - " Intimo V.Sa. a efetuar o pagamento da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de execução. "

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/ PE), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0612379-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Helciane Barbosa Gina - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUIS FELIPE PROCOPIO DE CARVALHO (OAB 303905/ SP), ADV: ZENAIDE DE OLIVEIRA BRANDÃO (OAB 13164/ AM) - Processo 0613301-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Marcus Antonio do Nascimento Bastos - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALYNE COELHO OLIVEIRA (OAB 731/RR), ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/ AM) - Processo 0613421-19.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: FRANCIMAR ALVES DA SILVA - "Intimo V.Sa. a juntar cálculo atualizado do valor da condenação (inclusive com multa de 10%), no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de arquivamento dos autos."

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/ AM) - Processo 0613507-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Rosilane da Silva - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0613575-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ivan Lopes de Souza - Instrução e Julgamento Data: 17/10/2019 Hora 10:30 Local: Sala 3 do 3º JECC (Instrução e Julgamento Cível) Situacão: Pendente

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0613577-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ivan Lopes de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DAIANE APARECIDA KLAUS (OAB 12860/AM) - Processo 0613659-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Alcilene da Silva Goes - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DAIANE APARECIDA KLAUS (OAB 12860/AM) - Processo 0613793-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Marcelo Ferreira Barbosa - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/ AM) - Processo 0613986-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Benoisa Alves de Souza - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOÃO GILSON PEREIRA DA SILVA JÚNIOR (OAB 7675/AM), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ), ADV: CRISTIANE NOLASCO MONTEIRO DO RÊGO (OAB 8564/BA), ADV: IANNA CARLA CÂMARA GOMES. (OAB 16506/BA), ADV: WALDEMIRO LINS DE ALBUQUERQUE NETO (OAB 11552/BA), ADV: VICTORIA DUTRA DE ALENCAR ARANTES (OAB 10316/AM), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG) - Processo 0614386-94.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: ÁTILA DE SOUZA PADINHA - REQUERIDO: C&A MODAS - BradesCard S/A - ODONTOPREV S.A - Isto posto, julgo Improcedente os presentes Embargos a Execução. Transitado em julgado expeça-se alvará para levantamento do valor penhorado em favor da parte Exequente/ Embargado. Sem custas e honorários. P. R. I.C.

ADV: FABIO PONTES GARCIA (OAB 14234/AM) - Processo 0614637-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Fabio Pontes Garcia - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM) - Processo 0615047-05.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jéssimo Batista Alves - De ordem, fica designado o dia 21/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PAULO JAQSON FREIRE PINTO (OAB 7967/AM) - Processo 0615371-29.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Alcivania Pereira de Souza - "Intimo V.Sa. a juntar cálculo atualizado do valor da condenação (inclusive com multa de 10%), no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de arquivamento dos autos."

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0615873-65.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Diante o exposto, determino à Secretaria que intime o devedor para reativar o fornecimento de água na residência do Exequente, sob pena de majoração da multa cominada na aludida decisão. E para complementar o valor devido à Requerente no valor de R$ 3.500,00 por descumprimento da determinação judicial estipulada na decisão de fls. 56. Quanto ao pagamento voluntário determino a secretaria a expedição do alvará, em favor do Requerente, referente ao pagamento voluntário nos autos de fls. 148/149 dos autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/ PE), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0617800-66.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Patricia Auxiliadora Ribeiro de França - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Assim sendo, 1) Julgo procedente o pedido para declarar a extinção do contrato impugnado devido sua nulidade, restituindo-se as partes ao estado em que antes dele se achavam, inclusive para efeito de obrigar a parte Requerida a restituir a quantia R$ 2.469,03 (dois mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e três centavos), com correção monetária contada da citação, que decorrente do saldo da compensação entre o valor que entregou de R$ 3.761,44 (três mil, setecentos e sessenta e um reais e quarenta e quatro centavos) e o valor que recebeu de R$ 6.230,47 (seis mil, duzentos e trinta reais e quarenta e sete reais), em cumprimento a aludido contrato; 2) Julgo procedente o pedido para condenar a parte Requerida ao pagamento de reparação por danos morais no valor de R$ 6.986,00 (seis mil, novecentos e oitenta e seis reais), incidindo-se correção monetária da data dessa decisão, bem como juros mensais de 1%, a partir da citação; 3) Julgar procedente o pedido para confirmar a tutela antecipada deferida às fls. 68. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0617800-66.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 05 dias, contrarrazões aos Embargos de Declarações nos presentes autos.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE), ADV: WILSON JOSÉ DA SILVA CUNHA (OAB 3479/AM) - Processo 0618004-76.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Silvia Freire Lasmar - REQUERIDO: Claro S/A - Conciliação Data: 08/11/2019 Hora 10:00 Local: Sala 1 do 3º JECC (Conciliação Cível) Situacão: Pendente

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0618676-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Arlindo França Alexandre Filho - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DANIELE DE FREITAS CORREA (OAB 9287/AM) - Processo 0618923-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Valcineia dos Santos Correa - De ordem, fica designado o dia 22/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WELTTON VENSON DA COSTA (OAB 1327-A/RN) - Processo 0619450-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Soraya Bezerra Salan - Conciliação Data: 01/11/2019 Hora 10:00 Local: Sala 1 do 3º JECC (Conciliação Cível) Situacão: Pendente

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0619560-16.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Giane Vasconcelos Sena - REQUERIDO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Intimo V.Sa. a comprovar o pagamento do valor da condenação, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de execução.

ADV: ADAM SILVA DE AZEVEDO (OAB 9745/AM) - Processo 0619699-02.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Daniel dos Santos Mota - REQUERIDO: Claro S/A - Intimo V.Sa. a contrarrazoar, no prazo de 15(quinze) dias, o embargos à execução nos presentes autos.

ADV: LUÍS CARLOS CALDERARO SOUZA (OAB 1991/AM), ADV: MIRCELENE NEVES SOUZA (OAB 13603/AM) - Processo 0620324-36.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosa Maria Calderaro de Souza - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 15 dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: PATRÍCIA LIMA TEIXEIRA (OAB 8482/AM) - Processo 0620467-88.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Marco Antonio Batista - Intimo Vsa. Senhoria para contrarrazoar o Recurso Inominado, caso queira, no prazo de 10 dias.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0620485-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sílvia Carolina Bindá Figueiredo - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: procuração outorgando poderes aos patronos.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0620569-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Carla Cristina Perrone Pinto - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: cópia do RG e CPF da autora.

ADV: PAULO RICARDO DA SILVA GOMES (OAB 7942/AM) - Processo 0620852-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Maria das Graças dos Santos Barbosa - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: cópia dos contracheques de todo período demandado (2012 a 2019).

ADV: ADELCI MARIA IANNUZZI MENDONÇA (OAB 1214/AM) - Processo 0620920-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Alessandra Vieira de Abreu - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: comprovante de residência em nome da Autora, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que a autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: GILVAN GERALDO DE AQUINO SEIXAS (OAB 1497/AM), ADV: IVO DO ESPÍRITO SANTO BENTO (OAB 13896/AM) - Processo 0621557-68.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Melina de Nazaré Marques Seixas - "Intimo V.Sa. a juntar cálculo atualizado do valor da condenação (inclusive com multa de 10%), no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de arquivamento dos autos."

ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM) - Processo 0621974-84.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Cii Centro Internancional de Idiomas Ltda - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM) - Processo 0623544-08.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Son Creation Market e Com Ltda Epp - Conciliação Data: 08/11/2019 Hora 09:30 Local: Sala 1 do 3º JECC (Conciliação Cível) Situacão: Pendente

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0626938-23.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Weekend Club Ponta Negra - De ordem, fica designado o dia 12/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

Adam Silva de Azevedo (OAB 9745/AM)
Adelci Maria Iannuzzi Mendonça (OAB 1214/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Aldo Raphael Mota de Oliveira (OAB 11865/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alyne Coelho Oliveira (OAB 731/RR)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Ana Tereza de Aguiar Valença (OAB 33980/PE)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 190060/RJ)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiane Nolasco Monteiro do Rêgo (OAB 8564/BA)
Daiane Aparecida Klaus (OAB 12860/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniele de Freitas Correa (OAB 9287/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elson Marcelo Lima de Souza (OAB 9903/AM)
Emerson Abineã da Silva (OAB 6393/AM)
Fabio Pontes Garcia (OAB 14234/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Gilvan Geraldo de Aquino Seixas (OAB 1497/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Herbert Bruno Magalhães Assis (OAB 10348/AM)
Ianna Carla Câmara Gomes. (OAB 16506/BA)
Ivo do Espírito Santo Bento (OAB 13896/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Gilson Pereira da Silva Júnior (OAB 7675/AM)

José de Andrade Azedo Netto (OAB 10394/AM)
José Gomes de Amorim (OAB 10881/AM)
Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB 855A/SE)
Joyce Helen Holanda Marinheiro (OAB 7519/AM)
Juliana Ferreira Corrêa (OAB 7589/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Carlos Calderaro Souza (OAB 1991/AM)
Luis Felipe Procopio de Carvalho (OAB 303905/SP)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Mariana Marques dos Santos (OAB 10339/AM)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Mircelene Neves Souza (OAB 13603/AM)
Natasha Uchôa Paiva (OAB 7644/AM)
Patrícia Lima Teixeira (OAB 8482/AM)
Paulo Jaqson Freire Pinto (OAB 7967/AM)
Paulo José Pereira Trindade Júnior (OAB 4992/AM)
Paulo Ricardo da Silva Gomes (OAB 7942/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Sandro da Silva Santos (OAB 7523/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Tatiana Mendes Barbosa (OAB 12586/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Victoria Dutra de Alencar Arantes (OAB 10316/AM)
Waldemiro Lins de Albuquerque Neto (OAB 11552/BA)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Weltton Venson da Costa (OAB 1327-A/RN)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson José da Silva Cunha (OAB 3479/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Zenaide de Oliveira Brandão (OAB 13164/AM)

4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0207/2019

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: LEONARDO BRAZ DE CARVALHO (OAB 76653/MG), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM) - Processo 0601563-85.2015.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - REQUERENTE: ALEXSANDRO MOREIRA DE LIMA - REQUERIDO: DIRECIONAL ENGENHARIA LTDA - De ordem, intime-se a parte embargada para se manifestar sobre os Embargos à Execução de fls. 271/281, no prazo de 15 (quinze) dias. (art. 920, I do CPC). Após, façam-se os autos conclusos.

Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Leonardo Braz de Carvalho (OAB 76653/MG)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JAIME ARTUR SANTORO LOUREIRO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL AKÁSSIO SEBASTIÃO MEDEIROS CAVALCANTE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0204/2019

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0200292-67.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0201150-35.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0202061-81.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: JOAO DANILO PINTO - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, intimem-se a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art.523 do CPC.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0203314-51.2010.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Ramerson Vasconcelos Ferreira - REQUERIDO: Banco Bradesco - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para se manifestar sobre o documento juntado às fls. 179 , no prazo de 05 (cinco) dias, querendo.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0600706-34.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Rafaela Andrade de Meneses Torres - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, intime-se a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, na forma do art. 523 do CPC.

ADV: GENERVAL FRANCISCO AMORIM DA GRAÇA (OAB 12115/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0600799-31.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Por todo o exposto, determino a intimação da Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, retificar as faturas determinadas na sentença, bem como as subsequentes até 19/05/2019, para o valor mínimo, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de R$ 20.000,00 (vinte mil reais). Em seguido, reduzo o valor da multa cominatória ao patamar de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e determino a intimação do Requerido para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento voluntário das astreintes, no valor de R$ 50.000,00, sob pena de bloqueio judicial pelo sistema BACENJUD. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM) - Processo 0600863-80.2013.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: SKY Brasil Serviços - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos

exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0601383-30.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Eline Ramos Barbosa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que a matéria discutida dispensa a produção de provas em audiência. Dessa forma, com fundamento no art. 355, I, do CPC, proferirei julgamento antecipado da lide. Concedo o prazo de 10 (dez) dias para apresentação da contestação caso o(a) Requerido(a) ainda não tenha carreado aos autos, sob pena de revelia (art. 20, da lei n. 9.099/95). Intimem-se e cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0601693-07.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, intimem-se a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art. 523 do CPC.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0601707-88.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Ricardo Lima Costa - De ordem, intimem-se a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art. 523 do CPC.

ADV: NATHALIA GONÇALVES DE MACEDO CARVALHO (OAB 287894/SP), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0601772-15.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: William Maciel de Almeida - REQUERIDO: Cooperativa Mista Jockey Club de Sao Paulo - D E C I S Ã O Vistos e etc. Defiro o pedido postulado pela Requerida às fls. 70/71, motivo pelo qual designo audiência de instrução e julgamento para o dia 15/10/2019 às 10:30 hs a ser realizada na sala de audiência desta 4a Vara do Juizado Especial Cível. Cada parte poderá trazer até 03 (três) testemunhas, que deverão comparecer independentemente de intimação. À Secretaria para as intimações necessárias. Manaus, 01 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM) - Processo 0601835-40.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Pedro França Fonseca - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0602007-50.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, intimem-se a parte Executada no para, no prazo de 15 (quinze) cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art.523 do CPC.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0602115-11.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: William da Silva França - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Nos termos da certidão de fl. antecedente, verifico que o recurso é intempestivo. Com efeito, reza o art. 42, caput, da Lei 9.099/95, que "o recurso será interposto no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da sentença (...)". Considerando que a sentença foi proferida em audiência, no dia 08/07/2019, com ciência das partes, o dia final para interposição do Recurso Inominado se daria em 26/07/2019, mas o recorrente apenas o protocolou na data de 29/07/2019, extemporaneamente. Isto posto, em juízo prévio de admissibilidade (Enunciado 166 do Fonaje), denego seguimento ao recurso inominado, por intempestividade. Certifique-se o trânsito em julgado. Intimem-se as partes.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0602152-38.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Quebra de Sigilo Bancário - REQUERENTE: Sineide de Souza e Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: FLÁVIA RAMOS DE CARVALHO (OAB 8786/AM) - Processo 0602199-46.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Maria de Fátima Frota de Vasconcelos - EXECUTADO: Financeira Alfa S.a. - Crédito Financiamento e Investimentos - DECISÃO Vistos etc. Dou-me por suspeito por razões de foro íntimo superveniente, consoante o parágrafo único do art. 145, do Código de Processo Civil, para atuar no presente feito, devendo ser redistribuído ao meu substituto legal, nos termos da resolução nº 011/2017, publicada em 30/08/2017. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 29 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: SIDNEY HEITOR AZEVEDO FIGUEIREDO (OAB 12563/AM) - Processo 0602685-94.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Amorim Azevedo - D E C I S Ã O Vistos etc. Considerando a citação infrutífera dos Requeridos (fls. 71/72), defiro o pedido de fls. 73/74 com relação ao Requerido 1. Quanto ao Requerido 2, verifico que a Requerente não indicou novo endereço para citação deste, razão pela qual determino sua intimação para manifestação, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de arquivamento. Indicado novo endereço do Requerido 2, paute-se audiência de conciliação. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se. Manaus, 01 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0602809-48.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Marco Alexandre Nascimento de Lima - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, intimem-se a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art. 523 do CPC.

ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0602888-56.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Paulo Almeida da Silva Junior - REQUERIDO: Sodecam Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas Ltda, Uninorte (Unidade 3) - Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que a matéria discutida dispensa a produção de provas em audiência. Dessa forma, com fundamento no art. 355, I, do CPC, proferirei julgamento antecipado da lide. Concedo o prazo de 10 (dez) dias para apresentação da contestação caso o(a) Requerido(a) ainda não tenha carreado aos autos, sob pena de revelia (art. 20, da lei n. 9.099/95). Intimem-se e cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: RONIVALDO BATISTA DA SILVA (OAB 9854/AM), ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM) - Processo 0603379-97.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Marcos Paulo Serrão Bezerra - Ronald de Almeida Damarceno - REQUERIDA: Maria Cristina Soares Fontes - D E C I S Ã O Vistos e etc. Da detida análise, atento aos princípios do contraditório, ampla defesa e devido processo legal, reputo necessária a produção de provas em audiência, razão pela qual designo audiência de instrução e julgamento para o dia 16/10/2019 às 10:30h a ser realizada na sala

de audiência desta 4a Vara do Juizado Especial Cível. Cada parte poderá trazer até 03 (três) testemunhas, que deverão comparecer independentemente de intimação. À Secretaria para as intimações necessárias. Manaus, 01 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0603924-36.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Waldemir Maia da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM) - Processo 0604115-81.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: João Batista Freitas - REQUERIDO: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU (OAB 8226/AM) - Processo 0604216-21.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Saul Martins Moura de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: THAÍS CAROLINE PIRES DE FIGUEIREDO (OAB 8295/AM) - Processo 0605490-25.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERIDO: Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SPE e outro - Conforme certidão de fl. 227, os valores bloqueados via sistema Bacenjud já foram transferidos para conta judicial vinculada a este Juízo, sendo que a devolução dos valores à Requerida deverá ser realizada através de alvará judicial. Pelo exposto, determino a expedição de alvará judicial para a devolução dos valores de fls. 224/226 à Requerida PAMMELLA AMELIE FRANCISCA RAMOS VIANA. Intime-se a parte para que indique dados bancários para confecção do alvará eletrônico. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 01 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0605495-42.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Keyth Henrique Santana - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Vistos etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 02/10/2019 às 11:00h, a ser realizada na sala de audiência desta 4a Vara do Juizado Especial Cível. Cada parte poderá trazer até três testemunhas, que deverão comparecer independente de intimação. À Secretaria para as intimações necessárias. Manaus, 31 de julho de 2019.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0605522-25.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Nazaré da Silva Araújo - REQUERIDO: Banco Bmc S/A - Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos. Trata-se de pedido de antecipação dos efeitos da tutela em ação indenizatória. Aduz o(a) autor(a) que o(a) requerido(a) vêm realizando descontos indevidos em seu contracheque. Porque verossímeis os argumentos, os fatos narrados na inicial levam à conclusão preliminar de plausibilidade na postulação antecipatória, ante os inegáveis prejuízos que vem sofrendo pelo desconto procedido, e com os que ainda poderá vir a sofrer pelos novos lançamentos eventualmente procedidos. Ante o exposto, defiro a Tutela de Urgência postulada para determinar que o réu Banco Bmc S/A e Banco Bradesco Financiamentos S/A, providencie, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a suspensão dos descontos "BANCO BMC S/A - EMP" procedidos no seu contracheque da autora Maria Nazaré da Silva Araújo, CPF n. 67677223249, que, para o caso de não cumprimento da ordem, fixo desde logo a multa de R$ 1.000,00 (mil reais) por cada novo lançamento efetuado a partir da intimação. Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Designo o dia 20/08/2019 às 09:45h, para realização da audiência de conciliação. Intime-se, cite-se e cumpra-se. Manaus, 29 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0606145-89.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Adilson Moreira Barboza - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Vistos etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 01/10/2019 às 11:00h, a ser realizada na sala de audiência desta 4a Vara do Juizado Especial Cível. Cada parte poderá trazer até três testemunhas, que deverão comparecer independente de intimação. À Secretaria para as intimações necessárias. Manaus, 31 de julho de 2019.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: JORDAN DE ARAÚJO FARIAS (OAB 12125/AM) - Processo 0606176-12.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: Rafael Cunha de Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em assim sendo, tratando-se de ato meramente ordinatório, fica redesignada a audiência de conciliação para o dia 10/10/2019 às 09:00h, saindo a parte requerida, ora presente, já ciente da referida redesignação.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0606933-06.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Luiz de Souza Rego - Vistos etc. Fica designada audiência de conciliação para o dia 18/09/2019 às 08:30h a ser realizada neste Juízo, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, na Av. Noel Nutels, s/n - Cidade Nova, CEP 69095-000. Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: CARLOS EDUARDO DA SILVA SANTOS (OAB 9362/AM) - Processo 0607393-90.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Joyce Augusto Macedo - De ordem, fica designado o dia 30/08/2019 às 11:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: STHEFANO MALHEIROS SANTANA DE ALMEIDA (OAB 18501/MT) - Processo 0607424-13.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Antonio Souza Silva - Vistos etc. Fica designada audiência de conciliação para o dia 07/10/2019 às 11:30h a ser realizada neste Juízo, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, na Av. Noel Nutels, s/n - Cidade Nova, CEP 69095-000. Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se. Manaus, 26 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0607444-04.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Vanusa Correa de Araujo - Vistos etc. Fica designada audiência de conciliação para o dia 08/10/2019 às 09:30h a ser realizada neste Juízo, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, na Av. Noel Nutels, s/n - Cidade Nova, CEP 69095-000. Determino,

outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se. Manaus, 26 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0607529-87.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Luciana Menezes de Brito - Vistos etc. Fica designada audiência de conciliação para o dia 12/09/2019 às 10:45h a ser realizada neste Juízo, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, na Av. Noel Nutels, s/n - Cidade Nova, CEP 69095-000. Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se. Manaus, 26 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0607551-48.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Roseny de Oliveira Rolim da Silva - Vistos etc. Conforme o art. 300 do Código de Processo Civil, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. No caso que se apresenta, após análise preliminar, não restei convencido dos requisitos acima indicados, razão pela qual, indefiro a tutela postulada. Após, remetam-se os autos ao CEJUSCON-CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Rua Paraíba, s/n - Aleixo, para realização de audiência de conciliação. Cite-se e intime-se. Manaus, 30 de julho de 2019.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0607593-97.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Emerson Manuel Marques Delaguila - Vistos etc. Fica designada audiência de conciliação para o dia 19/09/2019 às 09:00h a ser realizada neste Juízo, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, na Av. Noel Nutels, s/n - Cidade Nova, CEP 69095-000. Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0607629-42.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Lindalva Ferreira Fonseca - Vistos etc. Fica designada audiência de conciliação para o dia 18/09/2019 às 11:30h a ser realizada neste Juízo, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, na Av. Noel Nutels, s/n - Cidade Nova, CEP 69095-000. Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ADSON MARQUES E SOUZA (OAB 14798/AM) - Processo 0607650-18.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lucas Souto Guedes - Vistos etc. Conforme o art. 300 do Código de Processo Civil, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. No caso que se apresenta, após análise preliminar, não restei convencido dos requisitos acima indicados, razão pela qual, indefiro a tutela postulada. Designo audiência de conciliação para o dia 20/09/2019 às 08:30h. Cite-se e intime-se. Manaus, 30 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro. Juiz de Direito

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA MENDONÇA (OAB 12723/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0607674-46.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Josue Nogueira Noronha - Vistos etc. Fica designada audiência de conciliação para o dia 09/10/2019 às 10:30h a ser realizada neste Juízo, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, na Av. Noel Nutels, s/n - Cidade Nova, CEP 69095-000. Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: JAKSON ALVES DE SOUZA (OAB 8840/AM) - Processo 0607676-16.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: José Rômulo Menezes da Silva - Assim, preenchidos os pressupostos do artigo 300 do CPC, determino a imediata retirada do nome de José Rômulo Menezes da Silva, CPF nº 11190019272 do SPC/SERASA, o que deve ser providenciado pela parte requerida no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de incorrer em multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento deste preceito, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Designo o dia 18/09/2019 às 08:45h, para realização da audiência de conciliação. Intime-se, cite-se e cumpra-se. Manaus, 29 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0607680-53.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria do Perpetuo Socorro Castro de Aquino - Vistos etc. Conforme o art. 300 do Código de Processo Civil, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. No caso que se apresenta, após análise preliminar, não restei convencido dos requisitos acima indicados, razão pela qual, indefiro a tutela postulada. Designo audiência de conciliação para o dia 10/10/2019 às 11:30h. Cite-se e intime-se. Manaus, 01 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro. Juiz de Direito

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0607684-90.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Rosangela Brito Rodrigues - Vistos etc. Fica designada audiência de conciliação para o dia 19/09/2019 às 08:30h a ser realizada neste Juízo, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, na Av. Noel Nutels, s/n - Cidade Nova, CEP 69095-000. Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ENDREW DOS SANTOS MESQUITA (OAB 14260/AM) - Processo 0607693-52.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: César Augusto Maciel Magalhães - Vistos etc. Fica designada audiência de conciliação para o dia 16/09/2019 às 10:30h a ser realizada neste Juízo, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, na Av. Noel Nutels, s/n - Cidade Nova, CEP 69095-000. Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se. Manaus, 26 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0607702-14.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Andre Gomes, - Assim, preenchidos os pressupostos do artigo 300 do CPC, determino a imediata retirada do nome de Antonio Andre Gomes,, CPF nº 85608963253 do SPC/SERASA, o que deve ser providenciado pela parte requerida no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de incorrer em multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento deste preceito, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Indefiro os demais pedidos de Tutela de Urgência. Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Designo o dia 19/09/2019 às 08:45h, para realização da audiência de conciliação. Intime-se, cite-se e cumpra-se. Manaus, 29 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM) - Processo 0607743-78.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Maria Rr Pedrosa - Me (Comercial Dia-a-dia Ltda) - Vistos e examinados os autos do processo. Não há nos autos documentos que confirme ser o(a) Requerente morador(a) da área sujeita à competência territorial deste Juizado Especial, nos termos do art. 4º da RESOLUÇÃO Nº 07/2015 - Tribunal Pleno, DJE da Seção IV, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas. Com efeito, limitou-se a parte autora a apresentar, quando do ajuizamento da ação, comprovante de

residência (água, luz, fatura e/ou telefone) emitido em seu nome ou de terceira pessoa, sem declaração indicando ser o suplicante domiciliado no referido local, referente à sua representação processual. Forte em tais razões, determino que intime-se o(a) Requerente na pessoa de seu patrono, no prazo de 10 (dez) dias, para que apresente os documentos como: RG, CPF, comprovante de residência em seu nome ou na ausência deste, declaração simples subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, acompanhada de cópia de RG desta, demonstrando ser o(a) Requerente domiciliado(a) no imóvel, em petição eletrônica. Em seguida, apresentados os documentos solicitados, paute-se audiência de conciliação, e voltem-me os autos conclusos para apreciação do pedido de antecipação da tutela, se houver. Em caso negativo, transcorrido o prazo assinalado, voltem-me os autos conclusos para prolatação de sentença extintiva. Intime-se e cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0607773-16.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Cleusa Santos de Jesus - Vistos etc. Fica designada audiência de conciliação para o dia 18/09/2019 às 09:45h a ser realizada neste Juízo, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, na Av. Noel Nutels, s/n - Cidade Nova, CEP 69095-000. Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0607775-83.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Idulvina Ribeiro dos Santos - Vistos etc. Fica designada audiência de conciliação para o dia 18/09/2019 às 10:00h a ser realizada neste Juízo, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, na Av. Noel Nutels, s/n - Cidade Nova, CEP 69095-000. Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0607781-90.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Bartolomeu Carvalho Ribeiro - Vistos etc. Fica designada audiência de conciliação para o dia 18/09/2019 às 10:30h a ser realizada neste Juízo, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, na Av. Noel Nutels, s/n - Cidade Nova, CEP 69095-000. Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO (OAB 8816/AM) - Processo 0607785-30.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Raimundo Nonato Ayres Ribeiro - Preenchidos os pressupostos do artigo 300 do CPC, determino que a parte Requerida: I) Abstenha-se de suspender o fornecimento de energia elétrica no imóvel do(a) consumidor(a), referente ao objeto da presente ação, até ulterior deliberação deste Juízo, ou caso já tenha havido o corte do serviço, restabeleça o seu fornecimento em 24 (vinte e quatro) horas; II) Retire o nome da parte autora Raimundo Nonato Ayres Ribeiro, CPF nº 00520950291 dos órgãos de proteção ao créditos, referente ao objeto da presente demanda, no prazo de 10 (dez) dias. Fixo multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento das obrigações, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Designo o dia 18/09/2019 às 10:45h, para realização da audiência de conciliação. Intime-se, cite-se e cumpra-se. Manaus, 29 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0607842-48.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marilene de Oliveira Cabral - Preenchidos os pressupostos do artigo 300 do CPC, determino que a Requerida abstenha-se de suspender o fornecimento de água no imóvel do(a) consumidor(a) referente a dívida objeto da presente ação, até ulterior deliberação deste Juízo, ou caso já tenha havido o corte do serviço, restabeleça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, o seu fornecimento, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento deste preceito, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Designo o dia 19/09/2019 às 10:15h, para realização da audiência de conciliação. Intime-se, cite-se e cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0607848-55.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Olendina Gomes dos Santos - Preenchidos os pressupostos do artigo 300 do CPC, determino que a Requerida: I) Abstenha-se de suspender o fornecimento de água no imóvel do(a) consumidor(a), referente ao objeto da presente ação, até ulterior deliberação deste Juízo, ou caso já tenha havido o corte do serviço, restabeleça o seu fornecimento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. II) Abstenha-se de inserir o nome Maria Olendina Gomes dos Santos, CPF nº 21543259200 nos cadastros de restrição ao crédito, referente ao objeto da presente ação, até julgamento final de mérito. Fixo multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento das obrigações, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Indefiro os demais pedidos de Tutela de Urgência. Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Designo o dia 19/09/2019 às 10:45h, para realização da audiência de conciliação. Intime-se, cite-se e cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro. Juiz de Direito

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM) - Processo 0607851-10.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Terezinha de Jesus Nogueira Bastos - Vistos etc. Fica designada audiência de conciliação para o dia 19/09/2019 às 09:45h a ser realizada neste Juízo, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, na Av. Noel Nutels, s/n - Cidade Nova, CEP 69095-000. Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0607854-62.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elaine Socorro de Souza Cruz - Preenchidos os pressupostos do artigo 300 do CPC, determino que a Requerida: I) Abstenha-se de suspender o fornecimento de água no imóvel do(a) consumidor(a), referente ao objeto da presente ação, até ulterior deliberação deste Juízo, ou caso já tenha havido o corte do serviço, restabeleça o seu fornecimento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. II) Abstenha-se de inserir o nome Elaine Socorro de Souza Cruz, CPF nº 43702589287 nos cadastros de restrição ao crédito, referente ao objeto da presente ação, até julgamento final de mérito. Fixo multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento das obrigações, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Indefiro os demais pedidos de Tutela de Urgência. Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Designo o dia 19/09/2019 às 10:30h, para realização da audiência de conciliação. Intime-se, cite-se e cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro. Juiz de Direito

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM) - Processo 0607856-32.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sebastião Souza dos Santos - Preenchidos os

pressupostos do artigo 300 do CPC, determino que a Requerida: I) Abstenha-se de suspender o fornecimento de água no imóvel do(a) consumidor(a), referente ao objeto da presente ação, até ulterior deliberação deste Juízo, ou caso já tenha havido o corte do serviço, restabeleça o seu fornecimento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. II) Abstenha-se de inserir o nome Sebastião Souza dos Santos, CPF nº 47497939220 nos cadastros de restrição ao crédito, referente ao objeto da presente ação, até julgamento final de mérito. Fixo multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento das obrigações, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Indefiro os demais pedidos de Tutela de Urgência. Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Designo o dia 19/09/2019 às 11:00h, para realização da audiência de conciliação. Intime-se, cite-se e cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro. Juiz de Direito

ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0607861-54.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Socorro Mendonça - Preenchidos os pressupostos do artigo 300 do CPC, determino que a Requerida: I) Abstenha-se de suspender o fornecimento de água no imóvel do(a) consumidor(a), referente ao objeto da presente ação, até ulterior deliberação deste Juízo, ou caso já tenha havido o corte do serviço, restabeleça o seu fornecimento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. II) Abstenha-se de inserir o nome Maria do Socorro Mendonça, CPF nº 71678328200 nos cadastros de restrição ao crédito, referente ao objeto da presente ação, até julgamento final de mérito. Fixo multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento das obrigações, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Indefiro os demais pedidos de Tutela de Urgência. Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Designo o dia 20/09/2019 às 08:30h, para realização da audiência de conciliação. Intime-se, cite-se e cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro. Juiz de Direito

ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0607866-76.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gerson Luiz Gama Lima - Preenchidos os pressupostos do artigo 300 do CPC, determino que a Requerida: I) Abstenha-se de suspender o fornecimento de água no imóvel do(a) consumidor(a), referente ao objeto da presente ação, até ulterior deliberação deste Juízo, ou caso já tenha havido o corte do serviço, restabeleça o seu fornecimento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. II) Abstenha-se de inserir o nome Gerson Luiz Gama Lima, CPF nº 27623084291 nos cadastros de restrição ao crédito, referente ao objeto da presente ação, até julgamento final de mérito. Fixo multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento das obrigações, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Indefiro os demais pedidos de Tutela de Urgência. Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Designo o dia 20/09/2019 às 08:45h, para realização da audiência de conciliação. Intime-se, cite-se e cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro. Juiz de Direito

ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0607903-06.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosilene Pereira Amaral - Vistos etc. Fica designada audiência de conciliação para o dia 23/09/2019 às 08:30h a ser realizada neste Juízo, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, na Av. Noel Nutels, s/n - Cidade Nova, CEP 69095-000. Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0607908-28.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Zenaide Auzier de Oliveira - Preenchidos os pressupostos do artigo 300 do CPC, determino que o(a) Requerido(a) abstenha-se de inserir o nome do(a) Requerente Zenaide Auzier de Oliveira, CPF nº 76831124291, em cadastros restritivos de crédito, referente ao objeto da presente demanda, ou caso a medida já tenha sido efetuada, determino sua retirada em 10 (dez) dias. Em caso do descumprimento destes preceitos, fixo multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Designo o dia 23/09/2019 às 11:00h, para realização da audiência de conciliação. Intime-se, cite-se e cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0608005-28.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Rozilda Leles Martins - Vistos etc. Fica designada audiência de conciliação para o dia 24/09/2019 às 09:00h a ser realizada neste Juízo, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, na Av. Noel Nutels, s/n - Cidade Nova, CEP 69095-000. Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0608008-80.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Auxiliadora da Trindade - Vistos etc. Fica designada audiência de conciliação para o dia 24/09/2019 às 09:15h a ser realizada neste Juízo, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, na Av. Noel Nutels, s/n - Cidade Nova, CEP 69095-000. Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0608011-35.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cacilda Ambrozio Pereira - Vistos etc. Fica designada audiência de conciliação para o dia 24/09/2019 às 09:45h a ser realizada neste Juízo, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, na Av. Noel Nutels, s/n - Cidade Nova, CEP 69095-000. Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: AGUIBERTO CAMILO REDI (OAB 202A/AM) - Processo 0608041-70.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Antonia Gomes Ferreira - Preenchidos os pressupostos do artigo 300 do CPC, determino que a Requerida: I) Abstenha-se de suspender o fornecimento de água no imóvel do(a) consumidor(a), referente ao objeto da presente ação, até ulterior deliberação deste Juízo, ou caso já tenha havido o corte do serviço, restabeleça o seu fornecimento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. II) Abstenha-se de inserir o nome Antonia Gomes Ferreira, CPF nº 28535081291 nos cadastros de restrição ao crédito, referente ao objeto da presente ação, até julgamento final de mérito. Fixo multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento das obrigações, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Indefiro os demais pedidos de Tutela de Urgência. Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Designo o dia 24/09/2019 às 10:00h, para realização da audiência de conciliação. Intime-se, cite-se e cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro. Juiz de Direito

ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM) - Processo 0608091-96.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Francisco Barros da Silva - Assim, preenchidos os pressupostos do artigo 300 do CPC, determino a imediata retirada do nome de Francisco Barros da Silva, CPF nº 74065858372 do SPC/SERASA, o que deve ser providenciado pela parte requerida no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de incorrer em multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento deste preceito, até o limite

de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Designo o dia 24/09/2019 às 11:00h, para realização da audiência de conciliação. Intime-se, cite-se e cumpra-se. Manaus, 01 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM), ADV: SÉRGIO DE LIMA (OAB 201/AM) - Processo 0608124-23.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Edilene Coelho Duarte - REQUERIDO: José Francisco Aleixo da Silva e Auricélia Jezine da Silva e outro - Vistos etc. Em análise mais aprofundada dos autos, entendo indispensável a realização de audiência de instrução e julgamento, que designo para o dia 15/10/2019 às 10:00h, a ser realizada na sala de audiência deste Juízo. Cada parte poderá trazer até três testemunhas, que deverão comparecer independente de intimação. À Secretaria para as intimações necessárias. Manaus, 01 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES (OAB A1266/AM), ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0608848-27.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Tatiane Pinho Teixeira - Marcelino Rodrigues Barros Junior - REQUERIDO: Cvc Brasil Operadora e Agência de Viagens - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a Reclamação para:) CONDENAR o(a) Requerido(a) aos danos materiais, totalizando R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), acrescidos de correção monetária pelo índice INPC e juros de 1% ao mês desde o desembolso; II) CONDENAR o(a) Requerido(a) ao pagamento da quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais), para cada um dos Requerentes a título de indenização por danos morais, acrescidos de correção monetária pelo índice INPC a partir dessa data e juros de 1% ao mês desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra. Publique-se, registre-se e intimem-se. Manaus, 11 de julho de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Adson Marques e Souza (OAB 14798/AM)
Aguiberto Camilo Redi (OAB 202A/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Aline Mikaela Garcia Gomes (OAB 9626/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Arruda Advocacia e Consultoria Juridica (OAB 449/AM)
Carlos Eduardo da Silva Santos (OAB 9362/AM)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Ellen Cristina Goncalves Pires (OAB A1266/AM)
Endrew dos Santos Mesquita (OAB 14260/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Flávia Ramos de Carvalho (OAB 8786/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Generval Francisco Amorim da Graça (OAB 12115/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Caboclo de Macedo (OAB 8816/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
JAKSON ALVES DE SOUZA (OAB 8840/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB 509/AM)
Jordan de Araújo Farias (OAB 12125/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nathalia Gonçalves de Macedo Carvalho (OAB 287894/SP)
Nayanna Evellyn Pessoa Mendonça (OAB 12723/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Paulo Roberto Arce Nicolau (OAB 8226/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Ronivaldo Batista da Silva (OAB 9854/AM)
Sérgio de Lima (OAB 201/AM)
Sidney Heitor Azevedo Figueiredo (OAB 12563/AM)
Sthefano Malheiros Santana de Almeida (OAB 18501/MT)
Thaís Caroline Pires de Figueiredo (OAB 8295/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0181/2019

ADV: RODRIGO GONZALEZ (OAB 158817/SP), ADV: EDSON MARQUES DE OLIVEIRA (OAB 52161/DF), ADV: DÉCIO FREIRE (OAB 2255A/RJ), ADV: CARLOS EDUARDO RODRIGUES DA CUNHA (OAB 12251/AM) - Processo 0205691-51.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: BRUNO FERNANDES BRUM - REQUERIDO: EXTRA.COM.BR CNOVA COMERCIO ELETRONICO S/A - Tex Courier S.A (Total Express) - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: RHAIZA JULIANA OLIVEIRA VIEIRA (OAB 8993/AM) - Processo 0601034-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Cleide Monteiro Porto - REQUERIDO: Revista Planeta - Três Editoral Ltda. (Editora Três) - Assim sendo, arquivem-se os autos. P.C.I.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: SUELEN CRISTINA MAIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 4345/AM) - Processo 0601266-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Larissa Silva de Araújo - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Por isso, DECLARANDO INEXISTENTE(s) O(s) DÉBITO(s) DISCUTIDO(s) NOS AUTOS, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 20.000,00 em prol da parte autora, a

título de indenização por danos morais. Oficie-se para cancelamento da negativação, caso persista. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 364 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o alto grau do vício e da culpa, que a ilícita negativação se trata de cobrança indireta de supostos débitos sem que a parte se valha do devido processo legal, o dano suportado pela parte, a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: MICHAEL LEMES MONTEIRO (OAB 10013/AM) - Processo 0601456-73.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Michael Lemes Monteiro - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM), ADV: HAROLDO MALIZIA JÚNIOR (OAB 13447/AM), ADV: DELIAS TUPINAMBÁ VIEIRALVES (OAB 2268/AM) - Processo 0601514-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Leonardo Jose Carreta Machado - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM), ADV: ARMANDO MICELI FILHO (OAB 48237/RJ) - Processo 0601909-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Josy Carlos da Silva Cruz - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 3.213,89, a título de danos materiais, bem como a pagar R$ 20.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. Indefiro pedido de restituição imediata da quantia, dada a irreversibilidade da medida. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data janeiro/2019 (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 364 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: a adstrição ao pedido, o alto grau do vício e da culpa, a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. P.R.I.

ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM), ADV: MARCOS DE REZENDE ANDRADE JÚNIOR (OAB 188846/SP), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 1035/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0601912-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jucelino Rosa Gomes - REQUERIDO: Liberty Seguros S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL), ADV: IVI MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 11105/AM) - Processo 0602620-73.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ivan Sócrates do Nascimento - REQUERIDO: Cielo S/A - O alegado excesso de execução mostra-se incorreto, uma vez que os cálculos desta secretaria foram feitos nos ditames legais e melhor espelham o título executivo judicial, sendo adotados os parâmetros contidos no mesmo e elaborados com o auxílio da ferramenta de cálculos do próprio site do TJAM. Ademais, a parte embargada demonstrou documentalmente o descumprimento da obrigação estabelecida nos autos, conforme documentos de fls. 401/403 e 407/408. Ou seja, descumprimento velado dos comandos firmados nos autos. Inclusive, estabelecido o necessário contraditório, a parte embargante apresentou a genérica manifestação de fls. 410/411, que nada diz a respeito dos fatos articulados nos autos. Por isso, JULGO IMPROCEDENTES OS PRESENTES EMBARGOS à EXECUÇÃO, determinando, por conseguinte, o prosseguimento da execução sobre o valor constrito via BACENJUD. Após o trânsito em julgado, expeça-se Alvará Judicial em prol da parte embargada, devendo a mesma fornecer dados bancários necessários para pagamento por meio do Alvará Eletrônico, caso seja a hipótese dos autos. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I.C

ADV: ANA RITA DOS REIS PETRAROLI (OAB 130291/SP), ADV: VICTOR JOSÉ PETRAROLI NETO (OAB 978A/AM), ADV: IZAQUE NEWTON DA SILVA DUTRA (OAB 10636/AM) - Processo 0604031-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Orivaldo Batista Gomes - REQUERIDO: Itau Seguros S/A - Por isso, DECLARANDO INEXISTENTE(s) O(s) DÉBITO(s) DISCUTIDO(s) NOS AUTOS, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 14.970,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. Oficie-se para cancelamento da negativação, caso persista. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 364 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta:adstrição ao pedido, o alto grau do vício e da culpa, que a ilícita negativação se trata de cobrança indireta de supostos débitos sem que a parte se valha do devido processo legal, o dano suportado pela parte, a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0604999-21.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jobson Oliveira dos Santos - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0605348-87.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Bancários - REQUERENTE: Miguel Inhuma Filho -

Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM) - Processo 0606194-12.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - REQUERENTE: HICLES JARBAS TORRES RABELO - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FÁBIO ALEXANDRE DE MEDEIROS TORRES (OAB 91377/RJ), ADV: MÁRCIO PEREZ DE REZENDE (OAB 77460/SP), ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM), ADV: ALEXANDRE ENÉIAS CAPUCHO (OAB 220844/SP), ADV: BRUNO DE MELO MACIEL (OAB 189411/RJ) - Processo 0606233-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Leyla Viga Yurtsever - REQUERIDO: Iberia Linhas Aéreas de Espana S/A - Tvlx Viagens e Turismo S/A (viajanet) - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Ressalto que eventual diligência no sentido de reaver as custas e preparo efetuados a menor (fls. 177/182) é se de tratada junto à Presidência do E. TJAM. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: ESTEFANI CAROLINI RIBEIRO DE SA (OAB 89287/PR), ADV: MARIA SEBASTIANA RIBEIRO DE SA (OAB 33933/PR) - Processo 0606688-66.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Compra e Venda - EXEQUENTE: Ek Formaturas Eireli - Epp - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: ADRIANA MONTEIRO DE SOUZA (OAB 14269/AM) - Processo 0606825-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERIDA: Heloisa Lira de Oliveira - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0607200-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0607221-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERIDO: Claro S/A - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: FABRÍCIO FROTA MARQUES (OAB 6444/AM) - Processo 0607760-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Amazon Explorers Manaus Ltda - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: ANDREWS MARTINS SIQUEIRA (OAB 11954/AM) - Processo 0610371-48.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Reginaldo dos Santos da Silva e outro - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: KARLA PATRÍCIA BRASIL LUZZI (OAB 4714/AM) - Processo 0610621-47.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Josefa de Oliveira Souza - encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Cumprida a transferência, encaminhem-se os autos conclusos para análise do pedido de fls. 430/431.

ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 1304A/AM), ADV: CAIO MELLI ARISI (OAB 21848O/MT), ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT) - Processo 0611064-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Mayara da Silva Garcia - Isto posto, homologo a desistência e, por conseqüência, JULGO EXTINTO o Processo sem a Apreciação do Mérito, nos termos do art. 51, caput, c/c o art. 485, inciso VIII do CPC. Sem custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55, caput da Lei 9099/95. Preparo de lei. Após, ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as cautelas de praxe.

ADV: DANIELLE DE AZEVEDO CARDOSO (OAB 56347/BA), ADV: FERNANDO FRANCISCO MARQUES PEREIRA CUNHA (OAB 13429/AM) - Processo 0611566-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Michel Cavalcante de Pinho - REQUERIDO: Ebazar.com.br Ltda (mercadolivre) - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: DIAS DOS SANTOS ADVOGADOS (OAB 311/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: MÁRCIO VINÍCIUS COSTA PEREIRA (OAB 84367/RJ), ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM) - Processo 0611669-12.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Alcinete Castro de Miranda - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas / VRG Linhas Aéreas - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 01/11/2019 às 10:00h.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0612855-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Hélio Leonardo Moura Brandão - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSE CARLOS MELO DA SILVA JUNIOR (OAB 8266/AM) - Processo 0613086-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Leandro Costa da Rocha - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0613665-74.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Vera Lucia Maciel de Alencar - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0613742-49.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Jofarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda Epp - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos.

Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: RIBEIRO & FARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 597/AM), ADV: PETER MATEUS DE FARIAS RIBEIRO (OAB 11063/AM) - Processo 0613878-17.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: H.r Serviços Educacionais Ltda - Crij - Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9.099/95. Trata-se de processo onde o exequente pretende satisfazer crédito de R$ 1.297,55, razão pela não há que se falar em suspensão da CNH dos executados, medida excepcional que, in casu, mostra-se desproporcional e ineficaz, tendo em vista que não se prestará à satisfação do crédito. Inexistindo bens penhoráveis e indicação de bem apto a sofrer constrição, conforme certidão do Sr. Oficial de Justiça e ausência de indicação eficaz pela parte autora, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, nos termos do art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95. Desde já, caso requerido, defiro expedição de certidão de dívida e expedição de ordem para inscrição em cadastro de maus pagadores (Enunciado 76, FONAJE) P.R.I. Baixem-se e arquivem-se os autos. Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas legais. Reativação somente se houver indicação de bem penhorável dentro do prazo de prescrição da execução. P. R. I

ADV: ROBERTA CAROLAINE LIRA LOPES (OAB 13961/AM), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0613893-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Helder Isidio de Lima - REQUERIDO: Claro S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 26/09/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 01 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ELAINE VITÓRIA DA SILVA GUEDES (OAB 10583/AM) - Processo 0615028-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elizabeth de Matos Aguiar - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 09/09/2019 às 10:30h.

ADV: ELAINE VITÓRIA DA SILVA GUEDES (OAB 10583/AM) - Processo 0615028-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elizabeth de Matos Aguiar - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FELIPE ANTÔNIO DE CARVALHO FILHO (OAB 6454/AM) - Processo 0615692-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Super Expresso Tarumã Comércio de Produtos Alimentícios Me - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0615979-90.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Cond. Opera Prima Reziencialle - intimo o patrono subscritor da petição de fls. 59, a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM) - Processo 0616639-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eudo Maciel de Moura - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/10/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 01 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: JULIANA SOUZA DO VALE (OAB 13451/AM) - Processo 0616660-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ana Caroline Sebastião de Oliveira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/10/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 01 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ALONCIO DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 8617/AM) - Processo 0616887-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: ALONCIO DE OLIVEIRA JUNIOR - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 26/09/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 01 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: NAUZILA VIRGINIA PRESTES CAVALCANTI CAMPOS

(OAB 11683/AM) - Processo 0616974-06.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Maria Suelen Ribeiro dos Reis - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: GERALDO DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 12039/AM) - Processo 0616982-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mario Jorge Santos de Menezes Junior - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 24/09/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 01 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM), ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM) - Processo 0617227-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Boa Vista - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 28/11/2019 às 10:00h.

ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM), ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0617239-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Boa Vista - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 28/11/2019 às 10:30h.

ADV: THASSIA POLLYANA FERNANDES DA COSTA (OAB 13462/AM) - Processo 0617260-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Kellen Cristina Barbosa Formoso - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 26/09/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 01 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: LEONARDO GUIMARÃES BRITO (OAB 4096/AM) - Processo 0617318-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcelo Medeiros de Lima e outro - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 392A/RN), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0617367-62.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: William Janes de Carvalho Bastos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - INTIMEM-SE as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor)

ADV: PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU (OAB 8226/AM) - Processo 0617383-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Lilia de Queiroz Pará dos Santos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 24/09/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 01 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0617418-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Celia Regina Souza da Fonseca - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 26/09/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 01 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: LÚCIA VITÓRIA SANTOS DE OLIVEIRA (OAB 12281/AM) - Processo 0617593-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Áureo Lúcio Costa de Oliveira e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 24/09/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 01 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com

o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0617635-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jackelyny Correa da Silva - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 28/11/2019 às 09:30h.

ADV: CHARLENE LOPES DOS SANTOS (OAB 12728/AM) - Processo 0617757-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Vanderlice Sena Martins - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/10/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 01 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ADRIANA SILVA MARTINS (OAB 11158/AM) - Processo 0617931-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Rivail dos Santos Castro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/10/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 01 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: HENRIQUE LUÃ FURTADO GRANGEIRO (OAB 12024/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0618581-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Jacqueline Ferreira de Alencar - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 11/11/2019 às 08:30h.

ADV: VÍTOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP) - Processo 0618608-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria do Socorro Vieira de Barros - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 18/10/2019 às 11:00h.

ADV: LUANA ANDRADE MELO (OAB 12282/AM) - Processo 0618736-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Hilderley Rego Barbosa - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM) - Processo 0619034-83.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Espécies de Títulos de Crédito - REQUERENTE: Elias da Silva dos Santos - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0619312-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Fracisco José Xavier da Silva - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: EULER VILAÇA BATISTA BORGES (OAB 2428/AM) - Processo 0619373-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Figueiro Torres - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 18/10/2019 às 10:00h.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM) - Processo 0619487-44.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eucilene Maria da Cunha Teixeira - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho, INTIME-SE a parte recorrida

para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: ALESSANDRA MARA FIM OLIVEIRA (OAB 1370/RR) - Processo 0619491-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Amanda Lima Holanda - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 01/10/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 01 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: PHELIPE ERNESTO SILVA PINTO (OAB 7725/AM) - Processo 0619517-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Camapua Comercio Varejista de Produtos Alimenticios e Servicos de Hoteis e Similares Eireli - Assim, conheço os embargos por serem tempestivos, tornando sem efeito a sentença de fl. 37. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser realizada na sala de audiências deste 6º JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0620025-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Glauber Charles Lemos Nunes - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 26/11/2019 às 10:00h.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0620034-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Glauber Charles Lemos Nunes - INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser realizada na sala de audiências deste 6º JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0620034-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Glauber Charles Lemos Nunes - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 27/09/2019 às 10:00h.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM), ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM) - Processo 0620057-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Gildson Vinhote Limeira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser realizada na sala de audiências deste 6º JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM) - Processo 0620057-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Gildson Vinhote Limeira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 27/09/2019 às 09:30h.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0620103-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Daniel Ferreira de Souza - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 27/11/2019 às 08:30h.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0620122-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Renata Maria Vieira Neves - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 14/11/2019 às 11:00h.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0620149-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Perpetuo Socorro Guedes da Silva - INTIME-SE a parte

interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 25/11/2019 às 10:30h.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0620304-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Perpetuo Socorro Guedes da Silva - REQUERIDO: Banco Carrefour (Banco CSF S/A) - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a parte ré se abstenha de efetuar cobranças sob as rubricas "Seguro Fatura Premiada" e "SMS Controle Total" a partir da competência do mês próximo, nos termos do art. 297, CPC/15 . Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser realizada na sala de audiências deste 6º JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0620304-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Perpetuo Socorro Guedes da Silva - REQUERIDO: Banco Carrefour (Banco CSF S/A) - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 27/09/2019 às 10:30h.

ADV: ANA FLÁVIA DA SILVA GOMES (OAB 9615/AM) - Processo 0620366-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Alan Kardec de Oliveira Barros - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 27/11/2019 às 09:00h.

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0620660-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Carla Kissia Damascena de Pinho - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 14/11/2019 às 10:30h.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0620671-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: e W D Restaurante Ltda - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 26/11/2019 às 11:30h.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0620674-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: e W D Restaurante Ltda - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 26/11/2019 às 11:00h.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0620679-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: e W D Restaurante Ltda - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 26/11/2019 às 10:30h.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0620839-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ines Maria Monteiro Med,. - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 05/11/2019 às 11:30h.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0620884-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Cenira Oliveira Fonseca - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 30/09/2019 às 09:30h.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0620905-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimunda Doracy Ferreira de Souza - INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser realizada na sala de audiências deste 6º JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0620905-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimunda Doracy Ferreira de Souza - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 07/10/2019 às 10:00h.

ADV: INGRA GRAZIELA GUEDES MESQUITA (OAB 12462/AM) - Processo 0620915-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Cândido Matheus Magalhães Lima - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 13/11/2019 às 11:00h.

ADV: ANNA CRISTHINA BARBOSA MASSULO (OAB 14363/AM) - Processo 0620923-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gloria Pereira Almeida - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 13/11/2019 às 11:30h.

ADV: DAYANA DE MENEZES AZEVEDO (OAB 10500/AM) - Processo 0620943-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elisangela dos Santos Batista - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento à audiência de conciliação, designada para a Semana Nacional de Conciliação, 04/11/2019 às 11:30h, a ser realizada na sala de audiências do 6º Juizado Especial Cível da comarca de Manaus/AM.

ADV: SIDNEY OHANA TUFY (OAB 13254/AM) - Processo 0620945-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Marinilda Cruz Quintas - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 01/11/2019 às 10:30h.

ADV: RICHARDSON RAYMOND DUTRA PEIXOTO (OAB 14277/AM) - Processo 0620955-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Janaina Dutra Moreno - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 25/11/2019 às 09:00h.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0620968-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Kissia Larissa Eugenia de Arau - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 14/11/2019 às 10:00h.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0620978-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Neuton Guimaraes Barros, - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 14/11/2019 às 11:30h.

ADV: LARISSA LADISLAU DA SILVA (OAB 8276/AM) - Processo 0621048-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Fábio Luís Sanches de Paula - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 18/11/2019 às 09:00h.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0621062-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Menor Mourao de Morais - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 30/09/2019 às 10:30h.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0621076-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimunda Oliveira de Souza - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 30/09/2019 às 10:00h.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0621102-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Alda de Sá Mendes - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 14/10/2019 às 10:00h.

ADV: ALESSANDRA TAKETOMI FEITOSA (OAB 13625/AM) - Processo 0621109-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Darci Santos Taketomi (darci) - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 26/11/2019 às 09:30h.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0621116-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Ivana Cristina Santos de Freitas - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 27/11/2019 às 09:30h.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0621137-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: José Inaldes Lobo - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 30/09/2019 às 09:00h.

ADV: HELEN KELLER DA SILVA DIAS (OAB 13433/AM) - Processo 0621140-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - RECLAMANTE: L.J. - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 30/09/2019 às 08:30h.

ADV: CARLOS CARIOCA DA COSTA FILHO (OAB 14349/AM) - Processo 0621153-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Augusto Conte Sanches e outro - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser realizada na sala de audiências deste 6º JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: CARLOS CARIOCA DA COSTA FILHO (OAB 14349/AM) - Processo 0621153-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Augusto Conte Sanches e outro - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 28/11/2019 às 09:00h.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM), ADV: CARVALHO ADVOCACIA (OAB 558AM) - Processo 0621157-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Tharlys de Carvalho Pimentel e outro - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser realizada na sala de audiências deste 6º JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM), ADV: CARVALHO ADVOCACIA (OAB 558AM) - Processo 0621157-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Tharlys de Carvalho Pimentel e outro - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 28/11/2019 às 08:30h.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0621171-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Adao Abreu Lima - INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser realizada na sala de audiências deste 6º JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0621171-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Adao Abreu Lima - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 18/11/2019 às 08:30h.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0621199-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Benedita Lucia Rodrigues - INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser realizada na sala de audiências deste 6º JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0621199-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Benedita Lucia Rodrigues - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 16/09/2019 às 11:30h.

ADV: ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB 9761/

AM) - Processo 0621215-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Noemia Junqueira Guminiak - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser realizada na sala de audiências deste 6º JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB 9761/AM) - Processo 0621215-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Noemia Junqueira Guminiak - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 18/10/2019 às 10:30h.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0621240-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Antônio Carlos Nery Santana - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a parte ré se abstenha de reservar margem consignável e empréstimo sobre a RBC, nos termos do art. 297, CPC/15 . Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser realizada na sala de audiências deste 6º JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0621240-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Antônio Carlos Nery Santana - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 20/09/2019 às 08:30h.

ADV: GABRIELA LINS TORRES (OAB 8060/AM) - Processo 0621251-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Overbooking - REQUERENTE: Patricia Amaral Couto - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser realizada na sala de audiências deste 6º JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: GABRIELA LINS TORRES (OAB 8060/AM) - Processo 0621251-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Overbooking - REQUERENTE: Patricia Amaral Couto - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 11/11/2019 às 09:00h.

ADV: MOYSÉS ROBERTO GEBER CORRÊA (OAB 5678/AM) - Processo 0621258-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Viagem ao Exterior - REQUERENTE: Aldenei Correa Junior - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: CRISTIANE DE SOUSA SILVA (OAB 14431/AM) - Processo 0621269-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - RECLAMANTE: L. P de Paula - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser realizada na sala de audiências deste 6º JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: CRISTIANE DE SOUSA SILVA (OAB 14431/AM) - Processo 0621269-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - RECLAMANTE: L. P de Paula - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 27/11/2019 às 10:00h.

ADV: ROBERTO CAMARGO DE OLIVEIRA FILHO (OAB 12561/AM) - Processo 0621277-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Carlos André Fernandes dos Anjos - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser realizada na sala de audiências deste 6º JEC. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ROBERTO CAMARGO DE OLIVEIRA FILHO (OAB 12561/AM) - Processo 0621277-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Carlos André Fernandes dos Anjos - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 06/11/2019 às 08:30h.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0622999-69.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: P.D.P.E.M. - INTIME-SE a parte executada para que, caso queira, apresente Embargos à Execução no prazo legal.

ADV: CAROLINA OLIVEIRA DA FONSECA (OAB 10249/AM) - Processo 0623390-87.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Queliane Carvalho da Silva - De ordem, encaminhos os autos à fila de trabalho pertinente para que seja realizada transferência dos valores voluntariamente depositados. Cumpre ressaltar que o prazo para cumprimento da ordem de transferência é de até 72 horas contado a partir do envio à CEF. Da mesma forma, o custo da transferência eletrônica é o da TED, cujo valor é estipulado pela tabela de valores da própria CEF. Concomitantemente, intime-se a parte exequente para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0625559-47.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Caroline Lima Colares - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM), ADV: CARLOS

ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0625732-71.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Milton Jorge Castro - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Revogada eventual liminar concedida. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0627500-32.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Mauro Jefferson Fernandes da Silva - REQUERIDO: Mercantil Nova Era Ltda - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 4.294,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos materiais, conforme notas e orçamento juntados, bem como em R$ 1.000,00, a título de danos morais. Rejeito o pedido de condenação por lucros cessantes, na medida em que a parte autora não comprovou sua incidência nos autos. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) furto (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 364 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o alto grau do vício e da culpa, o dano suportado pela parte, a enorme diferença de pujança econômica entre ambas e o caráter pedagógico da condenação (STJ; RESP 355392; RJ; Terceira Turma; Rel. Desig. Min. Sebastião de Oliveira Castro Filho; Julg. 26/03/2002; DJU 17/06/2002; pág. 00258). Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. P.R.I.

ADV: WILLIAN DO NASCIMENTO TELLES (OAB 9688/AM) - Processo 0627877-03.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Felipe Douglas Trigueiro Duk - Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: DANILO ANDRADE MAIA (OAB A1111/AM), ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG), ADV: VANESSA ARAUJO PEREIRA (OAB 12526/AM) - Processo 0628370-77.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Sabrina Fabiane Fernandes Macena - REQUERIDO: LOJAS RENNER S/A - Por isso e por tudo que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido, condenando a parte ré a pagar R$ 10.000,00, atinente aos danos morais suportados pela parte autora. Declaro inexistente os débitos decorrentes dos contratos 8990014323741, 8990014364197 e 43646603291 (pedido 4). Determino que a ré emita boleto em desfavor da autora (obrigação de fazer) e junte-o aos autos no valor de R$ 547,60 (pedido 5), com vencimento para até 45 dias após a juntada. Autora que deverá, sponte propria, imprimir e pagar, sob pena de inadimplência e mora. Obrigação(ões) de fazer a serem cumpridas, pela parte ré, em até 15 dias úteis após a intimação da presente, sob pena de multa de R$ 10.000,00, eis que eventual recurso será recebido somente no efeito devolutivo (art. 43 da L. 9.099/95), em relação à obrigação de fazer. Oficie-se para cancelamento das negativações. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 364 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, nada sendo requerido ou exaurida a execução, baixar e arquivar.

ADV: CARLOS EDUARDO ROCHA CRUZ (OAB 73238/MG), ADV: DYONISIO PINTO CARIELO (OAB 103723/MG), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0628587-23.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Carla Adriana Pantoja Oliveira - REQUERIDO: Santa Helena Vinte e Um Empreendimentos Imobiliarios Spe Ltda - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: SÉRGIO DE ALMEIDA PIMENTA (OAB 9288/AM) - Processo 0628656-55.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Michele Monique Melo de Matos Santos - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM), ADV: EVANDRO DE AZEVEDO MARTINS FILHO (OAB 8290/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM) - Processo 0628848-85.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Rodrigo Bezerra Viegas da Costa - Me - REQUERIDO: T W Comercio de Artigos Esportivos Eireli - Por isso, falecendo competência ao presente Juizado para apreciar a causa, manejada que foi por parte representada por Procurador, RESOLVO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 8º, § 1º c/c 9º, caput c/c 51, II, todos da Lei 9.099/95 c/c 485, IV, do CPC, devendo a parte, querendo, litigar junto a uma das varas cíveis comuns. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Baixar e arquivar oportunamente. P.R.I.

Adriana Monteiro de Souza (OAB 14269/AM)
Adriana Silva Martins (OAB 11158/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alessandra Mara Fim Oliveira (OAB 1370/RR)
Alessandra Taketomi Feitosa (OAB 13625/AM)
Alexandre Enéias Capucho (OAB 220844/SP)
Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
ALONCIO DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 8617/AM)
Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
Ana Flávia da Silva Gomes (OAB 9615/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Ana Rita dos Reis Petraroli (OAB 130291/SP)
Anderson Junqueira Guminiak (OAB 9761/AM)
Andrews Martins Siqueira (OAB 11954/AM)
Anna Cristhina Barbosa Massulo (OAB 14363/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Armando Miceli Filho (OAB 48237/RJ)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bruna das Chagas de Mendonca (OAB 10474/AM)
Bruno de Melo Maciel (OAB 189411/RJ)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Caio Melli Arisi (OAB 21848O/MT)
Carlos Carioca da Costa Filho (OAB 14349/AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carlos Eduardo Rocha Cruz (OAB 73238/MG)
Carlos Eduardo Rodrigues da Cunha (OAB 12251/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carolina Oliveira da Fonseca (OAB 10249/AM)
Carvalho Advocacia (OAB 558AM)
CHARLENE LOPES DOS SANTOS (OAB 12728/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)

Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiane de Sousa Silva (OAB 14431/AM)
Danielle de Azevedo Cardoso (OAB 56347/BA)
Danilo Andrade Maia (OAB A1111/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Dayana de Menezes Azevedo (OAB 10500/AM)
Décio Freire (OAB 2255A/RJ)
Delias Tupinambá Vieiralves (OAB 2268/AM)
Dias dos Santos Advogados (OAB 311/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Dyonisio Pinto Carielo (OAB 103723/MG)
Edson Marques de Oliveira (OAB 52161/DF)
ELAINE VITÓRIA DA SILVA GUEDES (OAB 10583/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Estefani Carolini Ribeiro de Sa (OAB 89287/PR)
Euler Vilaça Batista Borges (OAB 2428/AM)
Evandro de Azevedo Martins Filho (OAB 8290/AM)
Fábio Alexandre de Medeiros Torres (OAB 91377/RJ)
Fabrício Frota Marques (OAB 6444/AM)
Felipe Antônio de Carvalho Filho (OAB 6454/AM)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Fernando Francisco Marques Pereira Cunha (OAB 13429/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
Gabriela Lins Torres (OAB 8060/AM)
Geraldo de Souza Nascimento (OAB 12039/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Haroldo Malizia Júnior (OAB 13447/AM)
Helen Keller da Silva Dias (OAB 13433/AM)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Luã Furtado Grangeiro (OAB 12024/AM)
Ingra Graziela Guedes Mesquita (OAB 12462/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
IVI MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 11105/AM)
Izaque Newton da Silva Dutra (OAB 10636/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
Joabe de França Barros (OAB 4919/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 392A/RN)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
JOSE CARLOS MELO DA SILVA JUNIOR (OAB 8266/AM)
Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB 855A/SE)
Juliana Souza do Vale (OAB 13451/AM)
Karla Patrícia Brasil Luzzi (OAB 4714/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Larissa Ladislau da Silva (OAB 8276/AM)
Leonardo Guimarães Brito (OAB 4096/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Luana Andrade Melo (OAB 12282/AM)
Lúcia Vitória Santos de Oliveira (OAB 12281/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 1035/AM)
Márcio Perez de Rezende (OAB 77460/SP)
Márcio Vinícius Costa Pereira (OAB 84367/RJ)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcos de Rezende Andrade Júnior (OAB 188846/SP)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Sebastiana Ribeiro de Sa (OAB 33933/PR)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Michael Lemes Monteiro (OAB 10013/AM)
Moysés Roberto Geber Corrêa (OAB 5678/AM)
Nauzila Virginia Prestes Cavalcanti Campos (OAB 11683/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Neyla Grance Martins (OAB 1304A/AM)
Neyla Grance Martins (OAB 25087/MT)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Roberto Arce Nicolau (OAB 8226/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Peter Mateus de Farias Ribeiro (OAB 11063/AM)
Phelipe Ernesto Silva Pinto (OAB 7725/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Rhaiza Juliana Oliveira Vieira (OAB 8993/AM)
Ribeiro & Farias Advogados Associados (OAB 597/AM)
Ricardo Lopes Godoy (OAB 77167/MG)
Richardson Raymond Dutra Peixoto (OAB 14277/AM)
Roberta Carolaine Lira Lopes (OAB 13961/AM)
Roberto Camargo de Oliveira Filho (OAB 12561/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Gonzalez (OAB 158817/SP)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Sérgio de Almeida Pimenta (OAB 9288/AM)
Sidney Ohana Tufy (OAB 13254/AM)
Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque (OAB 4345/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Tayane Carolyne Gonçalves Borges (OAB 115084A/RS)
Thassia Pollyana Fernandes da Costa (OAB 13462/AM)
Vanessa Araujo Pereira (OAB 12526/AM)
Victor José Petraroli Neto (OAB 978A/AM)
Vítor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Willian do Nascimento Telles (OAB 9688/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO CELSO ANTUNES DA SILVEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL THIAGO RODRIGO DOS SANTOS RESENDE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0182/2019

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0200401-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Fls. 68/71 - Paute-se nova audiência de conciliação, para data mais breve possível. Intimações de praxe. P.C.I.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0200401-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Tim Celular S/A - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 20/09/2019 às 09:00h.

ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0200857-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme

art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: VICTOR CRUD RUSSO (OAB 14660/AM) - Processo 0201501-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: VANIA CRISTINA BRAGANÇA COÊLHO - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 19/09/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 29 de julho de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: JORDANI CAVALCANTE GUERRA (OAB 211783/RJ) - Processo 0201654-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Roberto Gleisson de Oliveira - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0202075-68.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Claro S/A - INTIME-SE a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, transfira-se o valor devido.

ADV: LÍCIA NASCIMENTO HAYDEN XIMENDES (OAB 9085/AM) - Processo 0202098-77.2019.8.04.0015 (processo principal 0628311-89.2018.8.04.0015) - Cumprimento Provisório de Sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Thiago Bento Ximendes - Por isso, EXTINGO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Extraiam-se cópias das peças para o processo principal, nele prosseguindo a execução e eventuais embargos. As PARTES DEVEM PETICIONAR NO Nº SAJ DO PROCESSO PRIMITIVO. Ressalte-se que qualquer peticionamento realizado nos presentes autos a partir deste ato será desconsiderado, em virtude da fundamentação que ora se apresenta. P.R.I. Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo de lei. Baixem-se e arquivem-se os autos.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE STÁBILE (OAB 251594/SP), ADV: RILKE TORRES BARBOSA LIMA (OAB 13516/DF) - Processo 0203195-49.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ane Christine Nunes Fragoso - REQUERIDO: L.A.M FOLINI COBRANÇAS - ME (Mundial Editora) - Por isso, conheço, mas REJEITO os presentes embargos, mantendo íntegra a sentença. P. I.C.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB 95502/RJ) - Processo 0203856-28.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0600359-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Carlos Fabian Rosas de Sousa - REQUERIDO: Crefisa S/A Crédito Financiamento e Investimentos - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM) - Processo 0600732-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jucimar Vasconcelo Soares - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/09/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 01 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial

que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: PETERSON RICARDO OLIVEIRA MOURA (OAB 9705/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0601712-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Edson Felix Caetano Junior - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas S.a. - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: TEREZINHA TELES FERNANDES (OAB 6622/AM) - Processo 0601778-59.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Di Donna Comérc. de Artes Ltda - Fl. 57 - Prazo de 30 dias para a parte exequente diligenciar a fim de obter o endereço da parte executada. Prejudicada, determino o cancelamento da audiência designada para o dia 05/08/2019, as 8h30min. P.C.I.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0602057-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Timaia Costa Serrão - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0602080-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Timaia Costa Serrão - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: MARCELO ALBUQUERQUE CHAVES (OAB 9607/AM) - Processo 0602281-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Alphaville Manaus 4 - REQUERIDO: Alphaville Urbanismo S.a e outro - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV e art. 330, IV c/c 321, CPC/15. Sem custas pretéritas. Sem honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei. P.R.I. Transitada em julgado, certifique-se e baixem-se e arquivem-se os autos sem prévia conclusão.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0602379-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Auxiliadora Maria Almeida Nasseralla - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Nos termos da certidão de fl. antecedente, verifico que o recorrente deixou de recolher o preparo recursal exigido à admissibilidade do recurso inominado de fls. 132/144, conforme determina o art. 3° do Provimento CGJ n. 256/2015 c/c o art. 42, §1.º, da Lei 9.099/95. Observo, por oportuno, que, em sede de JECCs, não há a previsão de intimação para recolhimento integral do preparo, consoante inovação trazida pelo Novo Código de Processo Civil, no art. 1.007, § 4.º, por falta de previsão legal no art. 42 da Lei n. 9.099/95. Ademais, tal norma não pode ser aplicada ao microssistema, ex vi do Enunciado 168, segundo o qual, "Não se aplica aos recursos dos Juizados Especiais o disposto no artigo 1.007 do CPC 2015". Isto posto, em juízo prévio de admissibilidade, denego seguimento, por deserção, ao recurso inominado. Certifique-se o trânsito em julgado. Intimem-se as partes.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: EMMANUEL MICHAEL HARAQUIAN FILHO (OAB 3342/AM) - Processo 0602536-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Lilian Aroucha Aires - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: JAIRO RAFAEL MORAES MUNHOZ (OAB 8703/AM), ADV: IVI MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 11105/AM) - Processo 0602710-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Renata Corrêa dos Santos - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM) - Processo 0602820-80.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Samara da Silva Martins - Fl. 104 - Prazo de 30 dias para a parte autora diligenciar a fim de obter o endereço da parte ré. P.C.I.

ADV: GEORGIA MARTIGNAGO DE PELLEGRIN WARKEN TOLEDO (OAB 314917/SP), ADV: LARISSA CAMPOS RUBIM (OAB 11145/AM) - Processo 0602839-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Slawomir Drapiewski - REQUERIDO: (Requerido) Ethiopian Airlines Enterprise e outro - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: CRISTIANE AURÉLIA BARBOSA LIMA (OAB 4357/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0602907-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Leticia Catunda Castello Branco - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Brasileiras S.a - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: REBECA DANTAS DIB (OAB 8909/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: PAULO RICARDO DAHROUGE ALECRIM (OAB 11868/AM) - Processo 0603746-66.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maristela Olazar Serejo Duarte Alecrim - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: LAÍS MONIQUE DA SILVA SANTOS (OAB 10340/AM), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM) - Processo 0603762-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Leticia de Araujo Dantas - REQUERIDO: E. de L. e Lima & Cia Ltda Me - Esbam - Fls. 84/85 - prazo de 5 dias para que a parte autora deposite em secretaria as mídias que diz possuir. Após, prazo de 5 dias para que a parte ré retire, em secretaria, as mídias juntadas, trazendo pen drive, seguindo-se mais 5 dias para manifestações, querendo. Finalmente, voltem para sentença.

ADV: ARI BADARANE NICOLAU JÚNIOR (OAB 11935/AM),

ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE), ADV: GUILHERME DA COSTA LINS (OAB 10685/AM), ADV: LEONOR REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 11932/AM) - Processo 0603772-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Alvaro Felipe Amande Nogueira - RECLAMADO: Claro S/A - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: NATHALIE HELENA CANTO COELHO (OAB 9418/AM) - Processo 0603905-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Felipe Fae Lavareda de Souza - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: ELAINE RODRIGUES JERÔNIMO SILVA (OAB 7793/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM) - Processo 0603995-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Natacha Bezerra Mota - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas S/A - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0604106-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ana Maria de Lima Ferrer - REQUERIDO: Smiles Fidelidade S/A e outro - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0604541-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Jardim Itapoã - Fl. 51 - AR recebido por terceiro estranho à lide. Não há se cogitar eventual revelia. Paute-se nova audiência de conciliação. Cite-se a parte ré por oficial de justiça. P.C.I.

ADV: ALESSANDRO DA SILVA CALADO (OAB 11768/AM) - Processo 0604575-08.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Lucirene Francelina de Brito Santos - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: JHENNIFER CRISTINE SOUZA PINTO (OAB 12655/AM) - Processo 0604603-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Edi Carlos dos Santos Mascarenhas e outro - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: JOSÉ CARLOS CAVALCANTI JÚNIOR (OAB 3607/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: RENZZO FONSECA ROMANO (OAB 6242/AM) - Processo 0604832-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Ruiter Sander Macedo Martins de Rezende - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Paute-se nova audiência de conciliação, a ser realizada neste JEC. P.C.I.

ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: SIGRID DE LIMA PINHEIRO (OAB 9594/AM) - Processo 0604886-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Sigrid de Lima Pinheiro - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas S/A - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: ANDRÉA RENATA VIRGÍNIO DE SOUZA (OAB 9238/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 10026A/PB) - Processo 0605538-55.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Artemiza Virginio de Moura - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RODRIGO PRADO PORTILHO (OAB 8360/AM) - Processo 0605688-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Marlen Cristinny Prado Portilho - EXECUTADO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: ROBSON MATHEUS (OAB 8853/AM), ADV: CLEIDE RODRIGUES BARRETO MATHEUS (OAB 8164/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM) - Processo 0605731-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Lucilene Monteiro da Silva - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: FERNANDO DA SILVA LIMA (OAB 9218/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0606056-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Dewrick Miki Cosme Loureiro - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: CÉLIO ORLANDO PAPES DE OLIVEIRA (OAB 9078/AM) - Processo 0606065-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Paulo Cezar de Campos Rissoli - Paute-se nova audiência de conciliação. Cite-se a parte ré por oficial de justiça. P.C.I.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB 4037/AM), ADV: RICARDO DE OLIVEIRA LIMA (OAB 6306/AM) - Processo 0606129-46.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - REQUERENTE: Antonio Carlos Gomes da Costa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Verifico que satisfeitas as obrigações determinadas no título executivo, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, CPC/15. Baixar e arquivar, reativando, caso necessário, conforme avaliação do Ilmo. Sr. Diretor de Secretaria.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0606464-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: José Jorge Corrêa Porto - Fl. 46 - Paute-se nova audiência de conciliação. Cite-se a parte ré no endereço formulado. P.C.I.

ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: HILGNER AUGUSTO DOS SANTOS SOUZA MONTEIRO (OAB 12848/AM) - Processo 0606607-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Wagner Vicente de Morais Silva - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição

a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: EWERTON CARNEIRO DA SILVA (OAB 11062/AM) - Processo 0606672-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Ocean Park - Fl. 74 - AR para citação da parte ré recebido por terceiro estranho à lide. Não hse cogitar eventual revelia. Paute-se nova audiência de conciliação. Cite-se a parte ré por oficial de justiça. P.C.I.

ADV: LUIZ ALEXANDRE ABREU D'ABADIA (OAB 13495/AM) - Processo 0606770-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Jandercley Souza dos Santos - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: ÉRIKA LIMA BARBOSA (OAB 10665/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: RAISSA CAVALCANTE DA SILVA (OAB 13103/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0606858-38.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Renato Gomes Lopes - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Tenho por satisfeitas as obrigações determinadas no título executivo, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, CPC/15. Baixar e arquivar, reativando, caso necessário, conforme avaliação do Ilmo. Sr. Diretor de Secretaria.

ADV: FERNANDO FRANCISCO MARQUES PEREIRA CUNHA (OAB 13429/AM) - Processo 0606959-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sara de Carvalho Lopes Barros - Fls. 32/33 - Paute-se nova audiência de conciliação. Cite-se a parte ré por carta precatória. P.C.I.

ADV: MICHELLEN DE LIMA AVES (OAB 10367/AM), ADV: ANA LÚCIA DE SOUZA NOGUEIRA (OAB 5054/AM) - Processo 0607091-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sabrina Quara dos Santos - REQUERIDO: Copa Airlines - Compañia Panameña de Aviacion S.a. - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0607163-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Valdei de Souza Ramos - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: RAFAEL CAVALCANTI PEREIRA DOS SANTOS (OAB 200960/RJ), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: RAFAEL CAVALCANTI PEREIRA DOS SANTOS (OAB 200960/RJ) - Processo 0607582-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Katia Gomes de Almeida - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: VÍTOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0607604-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Vivenda do Pontal - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: ISABEL DA SILVA MEDEIROS (OAB 7178/AM), ADV: VALDECI SANTANA FONSECA (OAB 10758/AM) - Processo 0607863-95.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Mercia Vieira de Avila - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0608068-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Paulo Jorge Farias de Brito - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: ADRIANA MONTEIRO DE SOUZA (OAB 14269/AM) - Processo 0608209-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosineila Laéssa Salomão da Silveira - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0608450-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: ADALGIZA RADOYKA SIMÃO DE QUEIROZ - REQUERIDO: Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens S.a. - Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM) - Processo 0608509-08.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - EXEQUENTE: Condominio Forum Business Center - EXECUTADO: Santa Cassilda Empreendimentos Imobiliários Ltda - Fls. 179/182 - Intime-se a parte ré a fim de que ratifique o teor de sua pretensão formulada, eis que destoa completamente do teor da manifestação de fls. 121. Prazo de 5 dias. P.C.I.

ADV: THAÍS SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 13541/AM), ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0609146-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Lucas Galiza de Queiroz - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: RICARDO HÜBNER (OAB 9398/AM), ADV: ALOIZIO PAES DE LIMA (OAB 1814/AC) - Processo 0610012-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Edson Gabriel Andrade de Souza -

REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: KÁTHYA REGINA BARBOSA DE SENA (OAB 1051A/AM) - Processo 0610230-58.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alexandre da Silva Franco de Sá - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Contudo, considerando a justificativa apresentada, deixo de condenar a parte ausente em custas. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: ROSA OLIVEIRA DE PONTES (OAB 4231/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM) - Processo 0610231-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Naide Choji Freitas - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0610436-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Weekend Club Ponta Negra - Fl. 57 - Indefiro o pedido de suspensão dos autos. Hipótese em que a pretensão formulada não se amolda ao que dispõe o art. 313 do CPC. Prazo de 15 dias para a parte autora requerer o que de direito. P.C.I.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: KARLA PATRÍCIA BRASIL LUZZI (OAB 4714/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0610621-47.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Josefa de Oliveira Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Telefônica Brasil S/A - Netflix Entretenimento Brasil Ltda. - Intime-se a parte executada VIVO S/A para que adimpla voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0610925-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Maria do Perpetuo Socorro Alves da Silva - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - INTIMEM-SE as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor)

ADV: JÉSSICA NAYARA FONSECA PADILHA LOBATO (OAB 10842/AM) - Processo 0611092-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimundo Nonato Vieira Colombo e outros - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM), ADV: MÁRCIO VINÍCIUS COSTA PEREIRA (OAB 84367/RJ), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: DIAS DOS SANTOS ADVOGADOS (OAB 311/AM) - Processo 0611669-12.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Alcinete Castro de Miranda - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas / VRG Linhas Aéreas - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM) - Processo 0611704-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Kirley Michelly Marques da Silva - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0612015-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: André Ricardo Nascimento das Neves - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: PEDRO DA SILVA GONÇALVES (OAB 13144/AM), ADV: ALAN CARLOS VASCONCELOS AGUIAR (OAB 13538/AM) - Processo 0612138-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosemary Nascimento Pinto - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: CÉSAR ITUASSU DA SILVA NETO (OAB 9506/AM) - Processo 0613319-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Monike Saldanha Antony - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: JOÃO ALBERTO RIBEIRO PONCE DE LEÃO JÚNIOR (OAB 5813/AM) - Processo 0613432-43.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Parque Residencial São Judas Tadeu Iii Etapa - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV e art. 330, IV c/c 321, CPC/15. Sem custas pretéritas. Sem honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei. P.R.I. Transitada em julgado, certifique-se e baixem-se e arquivem-se os autos sem prévia conclusão.

ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: FABÍOLA VASCONCELOS MITOSO (OAB 4236/AM) - Processo 0613525-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Stephanie da Silva Marques - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: THIAGO JORGE MARQUES MALCHER PEREIRA (OAB 6824/AM) - Processo 0613963-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Overbooking - REQUERENTE: Thiago Deleprani Mansano e outro - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: LUAN VIEIRA DA CUNHA (OAB 11201/AM) - Processo 0614489-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Lúcia Maria Correa Viana - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a

fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: FRANÇOIS ANTÔNIO GALVÃO (OAB 10015/AM) - Processo 0614500-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maurício Rodrigues de Souza - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 19/09/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 29 de julho de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: FRANÇOIS ANTÔNIO GALVÃO (OAB 10015/AM) - Processo 0614506-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maurício Rodrigues de Souza - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 19/09/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 29 de julho de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM), ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM) - Processo 0614603-69.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Raimundo de Lima das Graças Leite Pinto - REQUERIDO: Confiance Recuperadora de Crédito Eireli - Me - Fls. 166/167 - Considerando que o valor localizado via BACENJUD não corresponde sequer a 10% do montante perseguido, foi efetuado seu desbloqueio. Nesse sentir, expeça-se certidão de dívida em prol da parte autora/exequente, conforme solicitado. Após, arquivem-se os autos. P.C.I.

ADV: RENIR BEGNINI (OAB 5095/AM) - Processo 0614645-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jhonatas Tavares de Oliveira Dantas - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: SIGRID LIMA ARAÚJO (OAB 4574/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0614762-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: Carlos Celso da Silva Conde - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Fl. 126 - Redesigne-se a audiência de conciliação, a ser realizada neste JEC. P.C.I.

ADV: MARTHA LORENA GOMES DE JESUS PEREIRA (OAB 9261/AM) - Processo 0615050-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ricardo da Silva Moura - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JULIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 4631/RO) - Processo 0615146-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Igor Thierry Nogueira Domingos - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: EARLEN GUEDES DA SILVA (OAB 10720/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0615381-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Monna Dorotheia Assis de Moraes - REQUERIDO: Carrefour Comercio e Indústria Ltda - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de

tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que se oficie ao órgão responsável pela negativação comprovada pela parte autora, fl. 29, no valor de R$ 8.054,42, incluído pela Banco CSF S/A, para que proceda à completa suspensão de sua publicidade no prazo de 5 dias, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser realizada na sala de audiências deste 6º JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM) - Processo 0615750-33.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Frank Gilney de Oliveira Sena - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 19/09/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 29 de julho de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0615951-25.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Orivany Silva dos Santos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/10/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 02 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0616038-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Crizelides da Costa Araújo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/10/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 02 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: JANAINA TATHIANE CARVALHO DE SOUZA (OAB 10353/AM) - Processo 0616070-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Flavio Coutinho Marques - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP) - Processo 0616111-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Luiza Cardoso Cruz Veloso e outros - REQUERIDO: Air France/klm S.a - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: THAIS GOMES VIEIRA DA ROCHA (OAB 12661/AM) - Processo 0616256-09.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Nelson Luiz Gomes Vieira da Rocha - REQUERIDO: Claro S/A e outro - Por isso, conheço, mas REJEITO os presentes embargos, mantendo íntegra a sentença. P. I.C.

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0616263-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Auxilhadora Xavier Ismael - INTSSADO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A e outro - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 05/11/2019 às 09:30h.

ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM) - Processo 0616571-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rodrigo Otávio Borges Melo - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 19/09/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 29 de julho de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM) - Processo 0616955-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Poliana Maia Maximiano - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 05/11/2019 às 11:00h.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0617015-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Verediana Marreira de Lima Lopes - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 19/09/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 29 de julho de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0617046-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Gilson Robson Silva Dias - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/10/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 02 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do

Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0617204-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Raquel Gomes da Silva - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV e art. 330, IV c/c 321, CPC/15. Sem custas pretéritas. Sem honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei. P.R.I. Transitada em julgado, certifique-se e baixem-se e arquivem-se os autos sem prévia conclusão.

ADV: YURI DA SILVA LADISLAU (OAB 10857/AM) - Processo 0617256-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Francisco Rodrigues Pereira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 19/09/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 29 de julho de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 392A/RN), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0617367-62.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: William Janes de Carvalho Bastos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0617367-62.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: William Janes de Carvalho Bastos - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM) - Processo 0617428-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Luiz Augusto de Sousa Gonçalves - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 19/09/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 29 de julho de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0617430-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Silvio Cardoso - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/10/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 02 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM) - Processo 0617508-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível

- Contratos Bancários - REQUERENTE: Neri Mendes da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 19/09/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 29 de julho de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0617520-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Raimundo Xavier Rodrigues - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 19/09/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 29 de julho de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LAILA JÉSSICA ALENCAR COSTA E SILVA (OAB 9572/AM) - Processo 0617587-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Diogo Nilton Tomazio da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 19/09/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 29 de julho de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: NEYMAR BELÉM DE QUEIROZ (OAB 14255/AM) - Processo 0617865-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Paula Marinho de Assunção - Reitere-se o Despacho de fl. antecedente, vez que não cumprido de maneira integral, ou seja, deve a parte autora emendar o valor da causa, de modo a compreender a soma dos pedidos, afim de refletir seu real proveito econômico, nos termo do art. 292, VI do CPC. Prazo de 15 (quinze) dias. Após, voltem-me conclusos. P.C.I.

ADV: NEYMAR BELÉM DE QUEIROZ (OAB 14255/AM) - Processo 0617865-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes

- REQUERENTE: Paula Marinho de Assunção - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que se oficie ao órgão responsável pela negativação comprovada pela parte autora, fl. 21, para que proceda à completa suspensão de sua publicidade no prazo de 5 dias, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser realizada na sala de audiências deste 6º JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: SUELLEN APARECIDA DE CARVALHO BELASQUE (OAB 811A/AM) - Processo 0618010-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nota Fiscal ou Fatura - REQUERENTE: Flutu Produções Ltda - Me - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/10/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 02 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0618015-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Elissandra Abreu Araujo - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV e art. 330, IV c/c 321, CPC/15. Sem custas pretéritas. Sem honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei. P.R.I. Transitada em julgado, certifique-se e baixem-se e arquivem-se os autos sem prévia conclusão.

ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0618025-86.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ermenildo Batista Lopes - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: ENNY LUDMYLA PEREIRA DUARTE (OAB 8094/AM) - Processo 0618124-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Joao Liberato Ferreira Barroso - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: BLENDA DA SILVA BARROS (OAB 13147/AM), ADV: ISAAC CAMPOS AGUIAR (OAB 14778/AM), ADV: FABIANA AMORIM BARROS (OAB 10647/AM) - Processo 0618533-95.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Neuza Oliveira Ferreira - REQUERIDO: Mega Ótica - Fls. Retro -tendo em vista a renúncia do advogado da autora e o disposto no art. 76 do NCPC, intime-se a autora para que, no prazo de 5 dias úteis, constitua novo advogado. Após, certificados,voltem conclusos.

ADV: ADALBERTO PEREIRA NOBRE FILHO (OAB 9140/AM) - Processo 0618586-13.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - REQUERENTE: Adalberto Pereira Nobre Filho e outro - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0618621-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Glaucia Monteiro - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 25/11/2019 às 10:00h.

ADV: DAINIUSEN PEDROSA CASTRO E SILVA (OAB 953/RR) - Processo 0618960-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Andrea Cristina Lopes de Freitas - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: DIEGO OLIVEIRA REIS (OAB 6823/AM) - Processo 0619149-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rosalina Amazonas Tussolini - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: EDILSON LIMA DA SILVA (OAB 5707/AM) - Processo 0619346-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Maria Zilda Batista Pinto - Reitere-se o Despacho de fl. antecedente, ou seja, deve a parte autora comprovar sua residente através de documento idôneo, em seu nome, devidamente atualizado, facultando-se-lhe utilização do disposto na Lei 7.115/83. Prazo de 05 (cinco) dias. Após, venham-me conclusos. P.C.I

ADV: MARCOS ANTÔNIO VASCONCELOS (OAB 5794/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: MÁRCIO VINÍCIUS COSTA PEREIRA (OAB 84367/RJ) - Processo 0619355-21.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Pâmella Regina Modesrto de Vasconcelos - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: MARCOS ANTÔNIO VASCONCELOS (OAB 5794/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: MÁRCIO VINÍCIUS COSTA PEREIRA (OAB 84367/RJ) - Processo 0619355-21.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Pâmella Regina Modesrto de Vasconcelos - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: DAIANE APARECIDA KLAUS (OAB 12860/AM) - Processo 0619631-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Eleandro de Oliveira Smith - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que se oficie ao órgão responsável pela negativação comprovada pela parte autora, fl. 19, para que proceda à completa suspensão de sua publicidade no prazo de 5 dias, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser realizada na sala de audiências deste 6º JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma

do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ANDRÉA RENATA VIRGÍNIO DE SOUZA (OAB 9238/AM) - Processo 0619756-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luiz Anselmo Barbosa Ferreira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 19/09/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 29 de julho de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: CÁRITA DOS ANJOS NASCIMENTO (OAB 8082/AM), ADV: MÁRCIO VINÍCIUS COSTA PEREIRA (OAB 84367/RJ) - Processo 0619768-97.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Jaddyr Candido de Oliveira Junior - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: MESSI ELMER VASCONCELOS CASTRO (OAB 9910/AM) - Processo 0620002-16.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXECUTADO: Roberto Rego da Silva - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0620146-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Perpetuo Socorro Guedes da Silva - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 05/11/2019 às 10:00h.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0620148-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Perpetuo Socorro Guedes da Silva - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 05/11/2019 às 08:30h.

ADV: RÉGIS FERREIRA MACHADO (OAB 10077/AM), ADV: CAIRO CARDOSO GARCIA (OAB 12226/AM), ADV: ANTÔNIO LUCIANO LIMA SOUSA (OAB 6974/AM) - Processo 0620262-93.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ricardo Costa Torres - REQUERIDO: Locadora Loca Rápido Ltda. - Marcelo de Arquino Goncalves - Prazo de 5 dias para que a parte recorrente comprove com documentos a alegada hipossuficiência, eis que em se tratando de pessoa jurídica não esta não se presume. P.C.I.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0620361-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sonia Elisandra Macedo de Oliveira - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 11/11/2019 às 10:00h.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0620374-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jandercley Souza dos Santos - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 05/11/2019 às 10:30h.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0620399-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Maria Valda Ferreira Rebouças - Prazo de 15 dias para que a parte autora emende o pedido e) da inicial, a fim de especificar os meses e valores por extenso, que pretende tornar litigiosos, bem como esclarecer com precisão o valor cobrado impugnado e o valor da repetição, de forma separada, eis que se tratam, a rigor, de pedidos distintos. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: STHEFANO MALHEIROS SANTANA DE ALMEIDA (OAB 18501/MT) - Processo 0620421-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Andre dos Santos Ferraz - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 08/11/2019 às 08:30h.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0620433-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raimundinha Reis da Silva - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 05/11/2019 às 09:00h.

ADV: RAPHAEL DOUGLAS VIEIRA (OAB 90343/MG) - Processo 0620471-28.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Raphael Douglas Vieira - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: CÉLIO ORLANDO PAPES DE OLIVEIRA (OAB 9078/AM) - Processo 0620539-75.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio em Edifício - REQUERENTE: Bem Viver Total Ville Condomínio Liberdade - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos

termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0620660-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Carla Kissia Damascena de Pinho - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO), ADV: MÁRCIO VINÍCIUS COSTA PEREIRA (OAB 84367/RJ), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM) - Processo 0620667-32.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Celineide Holanda de Oliveira Nazare - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0620671-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: e W D Restaurante Ltda - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0620674-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: e W D Restaurante Ltda - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0620679-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: e W D Restaurante Ltda - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM) - Processo 0620829-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Quitação - REQUERENTE: Antonia Maria Pereira de Araujo - Prazo de 15 dias, para que a parte autora junte comprovante de negativação a que se refere o pedido de antecipação de tutela. P.C.I.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0620905-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimunda Doracy Ferreira de Souza - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THIAGO CAMPOS DE OLIVEIRA (OAB 8576/AM) - Processo 0621026-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Edna da Silva Monteiro - Intime-se a parte autora para que comprove sua residência através de documento(s) idôneo(s), em seu nome, devidamente atualizado(s), facultando-se-lhe utilização do disposto na lei 7.115/83., Prazo de 15 (quinze) dias. Após, venham-me conclusos. P.C.I.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0621100-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Amenaide Pereira de Souza - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0621100-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Amenaide Pereira de Souza - Intime-se a parte autora para que emende a inicial a fim de esclarecer o valor da causa, nos termos do art. 292, VI do CPC. Prazo de 15 (quinze) dias. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ARIJONES BONFIM DA SILVA (OAB 6434/AM) - Processo 0621123-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Aline Migueis Bonfim - Intime-se a parte autora para juntar aos autos documento de identidade oficial com foto, bem como comprovante de residência, em seu nome, devidamente atualizado, facultando-se-lhe a utilização do disposto na Lei 7.115/83. Prazo de 15 (quinze) dias. Após, voltem-me conclusos. P.C.I.

ADV: HELEN KELLER DA SILVA DIAS (OAB 13433/AM) - Processo 0621140-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - RECLAMANTE: L.J. - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser realizada na sala de audiências deste 6º JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ALEXANDRE FREITAS SILVA (OAB 79829/MG) - Processo 0621177-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Luiz Henrique Castelo de Souza - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA SILVA DE SENA (OAB 8956/AM) - Processo 0621209-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Leoncio Ribeiro Tavares - Intime-se a parte autora para que emende o valor da causa, de modo a refletir seu real proveito econômico, nos termos do art. 292, VI, NCPC. Prazo de 15 (quinze) dias. Após, venham-me conclusos. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA GLADES RODRIGUES GUEDES (OAB 9823/AM) - Processo 0621283-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Greise Martildes Pontes Lopes - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que se oficie ao órgão responsável pela negativação comprovada pela parte autora, fls. 23 e 24, para que proceda à completa suspensão de sua publicidade no prazo de 5 dias, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser realizada na sala de audiências deste 6º JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0621712-37.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: União

Serviços de Conservação e Segurança Patrimonial Ltda - Epp - REQUERIDO: Condomínio Morada dos Jardins - Edifício Orquídeas - Por isso, JUGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 14.813,67, em prol da parte autora. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se no que pertinente: desde a data de cada desembolso, 27.06.2017 (fl. 16) e 04.10.2017 (fl. 18). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Baixar e arquivar oportunamente. P.R.I.

ADV: MARCELO DE LIMA (OAB 2797/AM), ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM), ADV: JANAÍNA MARIÊ CALADO DE LIMA (OAB 8891/AM) - Processo 0622282-23.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Socorro Leandro da Silva - REQUERIDO: Condominio Residencial Central Park - Legítima Segurança - Fls. 114/118 - Torno sem efeito a Sentença prolatada e seus atos consectários. Aguarde-se o transcurso do prazo a que se refere o despacho de fl. 112. Após o que, façam-me os autos conclusos. P.C.I.

ADV: JANAÍNA MARIÊ CALADO DE LIMA (OAB 8891/AM), ADV: MARCELO DE LIMA (OAB 2797/AM), ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM) - Processo 0622282-23.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Socorro Leandro da Silva - REQUERIDO: Condominio Residencial Central Park e outro - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ LEGÍTIMA SEGURANÇA A PAGAR R$ 25.582,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos materiais. JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO PELOS DANOS MORAIS. MANTENHO A IMPROCEDÊNCIA REFERENTE AO RÉU CONDOMÍNIO PELA FUNDAMENTAÇÃO DE FLS. 94/95. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Baixar e arquivar oportunamente. P.R.I. P.R.I.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0622735-52.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Bianca Silva Espírito Santo - Fl. 141 - Com base nas informações fornecidas, oficie-se ao Exmo. Sr. Juiz Coordenador da Central de Mandados, solicitando a devolução do mandado em apreço, bem como a adoção das providências que reputar pertinentes em relação ao oficial de justiça responsável pela demora. P.C.I.

ADV: NILSON GOMES OLIVEIRA MEIRELES (OAB 5872/TO), ADV: ALESSANDRA DE ALMEIDA FIGUEIREDO (OAB 237754/SP), ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM) - Processo 0622782-89.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Maria Edileuza Correa Façanha - REQUERIDO: Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda - Whirlpool Eletrodimésticos AM S/A - INTIMEM-SE as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor)

ADV: ADRIANO SILVEIRA DE SOUZA (OAB 12312/AM), ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB 95502/RJ), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO) - Processo 0623075-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte Aéreo - REQUERENTE: Osmar Junior Brasil de Farias e outro - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas S/A - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: CAROLINA OLIVEIRA DA FONSECA (OAB 10249/AM) - Processo 0623390-87.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Queliane Carvalho da Silva - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Prazo de 15 dias.

ADV: RICARDO PINHEIRO DA COSTA (OAB 7952/AM) - Processo 0623898-33.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Life Parque 10 - À Secretaria para designar nova data para tentativa de audiência de conciliação, intimando-se o exequente com as cautelas de praxe. Após, expeça-se o competente mandado de citação, penhora e avaliação. P.C.I.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO) - Processo 0624784-32.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: João Batista de Lima Melo Filho - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: PEDRO LUIZ CARNEIRO DE ABRANTES (OAB 41295/CE), ADV: ANTONIO AMBROSIO CARNEIRO NETO (OAB 1399/CE) - Processo 0625606-21.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Marcio Henrique de Carvalho Ribeiro - INTIME-SE a parte executada para que, caso queira, apresente Embargos à Execução no prazo legal.

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO (OAB 672A/AM), ADV: SIQUEIRA CASTRO ADVOGADOS (OAB 37/AM) - Processo 0625705-88.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Substituição do Produto - REQUERENTE: Néper Souza Campelo - REQUERIDO: Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda - Panasonic do Brasil Ltda. - Intime-se a parte autora para que, ciente da petição de fls. 188/190, disponibilize informações de local, data e horário para que a assistência técnica possa proceder à retirada da geladeira Panasonic Inverter FF BB53PV3WA. Prazo de 15 dias. Em nada mais havendo, arquivem-se os autos. P.C.I.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0625977-82.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Tamara Souza da Silva - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Instrução e Julgamento Data: 15/08/2019 Hora 11:00

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0626289-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Weekend Club Ponta Negra - Fl. 162 - Indefiro o pedido formulado. Hipótese em que a pretensão formulada não se amolda ao que dispõe o art. 313 do CPC. Prazo de 15 dias para a parte autora requerer o que de direito. P.C.I.

ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0626334-62.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Carlos Evaldo Souza Júnior - GEORGE HENRIQUE SOARES DE SOUZA - Fl. 55 - Prazo de 30 dias para a parte autora diligenciar no sentido de obter os dados necessários a promover a citação da parte ré. P.C.I.

ADV: IVENS DE OLIVEIRA PINTO (OAB 13398/AM) - Processo 0627453-58.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio do Conjunto Residencial Jardim Brasil - Fl. 106 - Prazo de 15 dias para a parte autora se manifestar sobre a diligência posta nos autos. P.C.I.

ADV: HAILDO JARBAS RODRIGUES (OAB 5304/AM) - Processo 0628644-41.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sergio Mauricio Silva Anunciação - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Prazo de 2 dias para que a parte recorrente complemente as custas, nos moldes do prov. 256/2015 -CGJ/AM.

ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO),

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM) - Processo 0628679-98.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Nivia Cristiny Matos Carvalho - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas S.a. - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM) - Processo 0629575-44.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Thaiza Maria Oliveira da Camara Lima - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas S.a. - Sendo autor em processo diverso contra o réu acima mencionado, resto impedido de atuar no feito, conforme art. 144, IX do NCPC. Encaminhem-se os autos ao setor de distribuição a fim de que sejam remetidos ao juízo tabelar. P.C.I.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0629734-84.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosaelaine Ramos Smith da Rocha - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Converto o julgamento em diligência. Prazo de 15 dias para a parte autora juntar aos autos o original da comprovação de residência de fl. 14, bem como as 3 (três) faturas anteriores. P.C.I.

Adalberto Pereira Nobre Filho (OAB 9140/AM)
Adriana Monteiro de Souza (OAB 14269/AM)
Adriano Silveira de Souza (OAB 12312/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Carlos Vasconcelos Aguiar (OAB 13538/AM)
Alessandra de Almeida Figueiredo (OAB 237754/SP)
Alessandro da Silva Calado (OAB 11768/AM)
Alexandre freitas silva (OAB 79829/MG)
Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
Aloizio Paes de Lima (OAB 1814/AC)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Ana Lúcia de Souza Nogueira (OAB 5054/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Renata Virgínio de Souza (OAB 9238/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antonio Ambrosio Carneiro Neto (OAB 1399/CE)
Antônio Braz da Silva (OAB 10026A/PB)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Luciano Lima Sousa (OAB 6974/AM)
Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB 11935/AM)
Arijones Bonfim da Silva (OAB 6434/AM)
Blenda da Silva Barros (OAB 13147/AM)
Cairo Cardoso Garcia (OAB 12226/AM)
Camila Jatahy Araujo (OAB 12602/AM)
Cárita dos Anjos Nascimento (OAB 8082/AM)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB 672A/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Carolina Oliveira da Fonseca (OAB 10249/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Célio Orlando Papes de Oliveira (OAB 9078/AM)
César Ituassu da Silva Neto (OAB 9506/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cleide Rodrigues Barreto Matheus (OAB 8164/AM)
Cristiane Aurélia Barbosa Lima (OAB 4357/AM)
Daiane Aparecida Klaus (OAB 12860/AM)
Dainiusen Pedrosa Castro e Silva (OAB 953/RR)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Dias dos Santos Advogados (OAB 311/AM)
Diego da Silva Soares Cruz (OAB 21519/MT)
Diego Oliveira Reis (OAB 6823/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Earlen Guedes da Silva (OAB 10720/AM)
Edilson Lima da Silva (OAB 5707/AM)
Elaine Rodrigues Jerônimo Silva (OAB 7793/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Emmanuel Michael Haraquian Filho (OAB 3342/AM)
Enny Ludmyla Pereira Duarte (OAB 8094/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
ÉRIKA LIMA BARBOSA (OAB 10665/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Ewerton Carneiro da Silva (OAB 11062/AM)
Fabiana Amorim Barros (OAB 10647/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabíola Vasconcelos Mitoso (OAB 4236/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando da Silva Lima (OAB 9218/AM)
Fernando Francisco Marques Pereira Cunha (OAB 13429/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
François Antônio Galvão (OAB 10015/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Georgia Martignago de Pellegrin Warken Toledo (OAB 314917/SP)
Guilherme da Costa Lins (OAB 10685/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Antonio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)
Gustavo Antonio Feres Paixao (OAB 7675-A/TO)
Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB 95502/RJ)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Henrique Stábile (OAB 251594/SP)
Haildo Jarbas Rodrigues (OAB 5304/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Helen Keller da Silva Dias (OAB 13433/AM)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)
Hilgner Augusto dos Santos Souza Monteiro (OAB 12848/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isaac Campos Aguiar (OAB 14778/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Isabel da Silva Medeiros (OAB 7178/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Ivens de Oliveira Pinto (OAB 13398/AM)
IVI MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 11105/AM)
Jairo Rafael Moraes Munhoz (OAB 8703/AM)
Janaína Mariê Calado de Lima (OAB 8891/AM)
JANAINA TATHIANE CARVALHO DE SOUZA (OAB 10353/AM)
Jéssica Nayara Fonseca Padilha Lobato (OAB 10842/AM)
Jhennifer Cristine Souza Pinto (OAB 12655/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Alberto Ribeiro Ponce de Leão Júnior (OAB 5813/AM)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
Jordani Cavalcante Guerra (OAB 211783/RJ)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 392A/RN)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Carlos Cavalcanti Júnior (OAB 3607/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB 855A/SE)
Juliane dos Santos Silva (OAB 4631/RO)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Patrícia Brasil Luzzi (OAB 4714/AM)
Káthya Regina Barbosa de Sena (OAB 1051A/AM)

Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Kênia Bastos Andrade (OAB 4037/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laila Jéssica Alencar Costa e Silva (OAB 9572/AM)
Laís Monique da Silva Santos (OAB 10340/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Larissa Campos Rubim (OAB 11145/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Leandro Rebelo de Paula (OAB 11851/AM)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Leonor Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 11932/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
LÍCIA NASCIMENTO HAYDEN XIMENDES (OAB 9085/AM)
Luan Vieira da Cunha (OAB 11201/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alexandre Abreu D'abadia (OAB 13495/AM)
Marcelo Albuquerque Chaves (OAB 9607/AM)
Marcelo de Lima (OAB 2797/AM)
Márcio Vinícius Costa Pereira (OAB 84367/RJ)
Marcos Antônio Vasconcelos (OAB 5794/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Maria Glades Rodrigues Guedes (OAB 9823/AM)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Martha Lorena Gomes de Jesus Pereira (OAB 9261/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Messi Elmer Vasconcelos Castro (OAB 9910/AM)
Michellen de Lima Aves (OAB 10367/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Nathalie Helena Canto Coelho (OAB 9418/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Neymar Belém de Queiroz (OAB 14255/AM)
Nilson Gomes Oliveira Meireles (OAB 5872/TO)
Paulo Ricardo Dahrouge Alecrim (OAB 11868/AM)
Pedro da Silva Gonçalves (OAB 13144/AM)
Pedro Luiz Carneiro de Abrantes (OAB 41295/CE)
PETERSON RICARDO OLIVEIRA MOURA (OAB 9705/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rafael Cavalcanti Pereira dos Santos (OAB 200960/RJ)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
RAISSA CAVALCANTE DA SILVA (OAB 13103/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Raphael Douglas Vieira (OAB 90343/MG)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Rebeca Dantas Dib (OAB 8909/AM)
Régis Ferreira Machado (OAB 10077/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
RENIR BEGNINI (OAB 5095/AM)
Renzzo Fonseca Romano (OAB 6242/AM)
Ricardo de Oliveira Lima (OAB 6306/AM)
Ricardo Hübner (OAB 9398/AM)
Ricardo Nunes Lopes (OAB 13034/AM)
Ricardo Pinheiro da Costa (OAB 7952/AM)
Rilke Torres Barbosa Lima (OAB 13516/DF)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberta Silva de Sena (OAB 8956/AM)
Robson Matheus (OAB 8853/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
RODRIGO PRADO PORTILHO (OAB 8360/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Roger Marques Mendes (OAB 9516/AM)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Rosa Oliveira de Pontes (OAB 4231/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sigrid de Lima Pinheiro (OAB 9594/AM)
Sigrid Lima Araújo (OAB 4574/AM)
Siqueira Castro Advogados (OAB 37/AM)
Sthefano Malheiros Santana de Almeida (OAB 18501/MT)
Suellen Aparecida de Carvalho Belasque (OAB 811A/AM)
Terezinha Teles Fernandes (OAB 6622/AM)
Thais Gomes Vieira da Rocha (OAB 12661/AM)
Thaís Souza de Oliveira (OAB 13541/AM)
Thiago Campos de Oliveira (OAB 8576/AM)
Thiago Jorge Marques Malcher Pereira (OAB 6824/AM)
Valdeci Santana Fonseca (OAB 10758/AM)
Victor Crud Russo (OAB 14660/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vítor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Yuri da Silva Ladislau (OAB 10857/AM)

7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0181/2019

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0603764-19.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Raimunda Nonata das Chagas Arantes - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: MARIA ROSA SOARES DE LIMA ÁVILA (OAB 4086/AM), ADV: ALEXANDRA CALDERARO QUEIROZ (OAB A1224/AM) - Processo 0605738-57.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Nadia Margareth Souza Soares - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM) - Processo 0610301-94.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Edanilson Carioca de Souza - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM) - Processo 0613660-52.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Jorge Lúcio da Silva - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0618215-15.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE:

Ismael Carlos de Souza - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0618788-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antonio Carlos Seixas da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR aos autos documento de identidade legível para identificar a parte pessoalmente, atendendo ao art. 9º da Lei 9.099/95.

ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM) - Processo 0619452-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de Protesto - REQUERENTE: Sebastiana Queiroz Choxaro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR aos autos documento de identidade legível para identificar a parte pessoalmente, atendendo ao art. 9º da Lei 9.099/95, bem como JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM, que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0619927-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Mendonça da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM, que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: RAÍSA DE AZEVEDO SIQUEIRA (OAB 10781/AM) - Processo 0620161-85.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: Lucelle Dantas de Araujo - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência ATUALIZADO em seu nome OU JUSTIFICAR vínculo de parentesco ou jurídico com a declarante, bem como apresente documento oficial com foto oficial da declarante, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0620381-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Aldeney Maximiliano Catique Veras - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR aos autos documento de identidade legível para identificar a parte pessoalmente, atendendo ao art. 9º da Lei 9.099/95.

ADV: GABRIEL AMÂNCIO DA SILVA SANTOS (OAB 14123/AM) - Processo 0620387-90.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Escola Batista Arca de Noé - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado da Escola Batista Arca de Noé, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM, que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: CARLOS EDGAR TAVARES DE OLIVEIRA (OAB 5910/AM) - Processo 0620425-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jairon Nogueira de Melo e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 01/11/2019 às 09:00h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM) - Processo 0620607-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Renato de Souza Pinto - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 01/11/2019 às 09:15h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: ANDRÉ DE OLIVEIRA BARBOSA (OAB 211216/RJ) - Processo 0620650-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Rafael Nascimento Gama e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 01/11/2019 às 08:15h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM) - Processo 0621219-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Mario Jorge Ell Amme - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM, que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: KARLA MARIANA DE MELO CHIAVEGATTO (OAB 5890/AM) - Processo 0626460-15.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Ruth Silva de Souza - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alexandra Calderaro Queiroz (OAB A1224/AM)
Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
André de Oliveira Barbosa (OAB 211216/RJ)
Bruna das Chagas de Mendonca (OAB 10474/AM)
Carlos Edgar Tavares de Oliveira (OAB 5910/AM)
Gabriel Amâncio da Silva Santos (OAB 14123/AM)
Jackson da Cruz Andrade (OAB 2460/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
Karla Mariana de Melo Chiavegatto (OAB 5890/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marco Cesar Souza Pimentel (OAB 13160/AM)
Maria Rosa Soares de Lima Ávila (OAB 4086/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
RAÍSA DE AZEVEDO SIQUEIRA (OAB 10781/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0185/2019

ADV: AURIANA RAMOS PEREIRA DE GOUVEIA (OAB 2955/AM) - Processo 0201163-05.2017.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: JULIO CESAR CORDEIRO GALAXE - Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar os autos, sob pena de arquivamento.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0600254-92.2017.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro de Educação Integral Christ Master - Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar os autos, sob pena de arquivamento.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0600646-98.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos de Consumo - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Considerando que não houve intimação para cumprimento, eis que a autora não entrou com cumprimento de sentença, não há o que se falar em multa. Proceda-se com a intimação da ré para cumprimento. Cumpra-se. Manaus, 22 de julho de 2019.

ADV: LARA REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 10686/AM) - Processo 0600702-97.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Ceproeducar Ltda - Me - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 29 de julho de 2019.

ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM) - Processo 0601766-45.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Olavo Vazi da Silva - Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar os autos, sob pena de arquivamento.

ADV: JOZÉLIA DE SOUZA CARVALHO LOPES (OAB 6493/AM), ADV: JÚLIO ANTÔNIO DE JORGE LOPES (OAB 2023/AM), ADV: OLIVAR DURÃES FILHO (OAB 2273/AM) - Processo 0602128-54.2013.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: BEATRIZ DE CASTRO E COSTA RIZZATO e outro - Tendo em vista o não cumprimento da sentença, eis que a parte vencida não compareceu no prazo determinado para retirada da mídia, proceda-se com a execução da multa. Determino ainda, uma nova intimação para cumprimento no prazo de 15 dias da obrigação imposta, oportunidade em que majoro a multa arbitrada para o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), até o limite de 15 (quinze) dias. Cumpra-se. Manaus, 23 de julho de 2019.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0603155-26.2014.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Promessa de Compra e Venda - REQUERIDO: SANTA SOFIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA (CAPITAL ROSSI) e outro - De ordem, intime-se a parte requerida SANTA SOFIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os seus dados bancários e/ou os do seu patrono(Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: MARTHA LORENA GOMES DE JESUS PEREIRA (OAB 9261/AM) - Processo 0605169-22.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EXEQUENTE: Victória Gomes de Jesus Pereira - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0610897-78.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Claro S/A - De ordem, intime-se a parte requerida para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os seus dados bancários e/ou os do seu patrono (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe. Ou requerer que a expedição seja feita em ESPÉCIE. A título de esclarecimento a instituição bancária(CEF) cobra a taxa de R$22,00(vinte e dois reais) para realizar a transferência para conta indicada pela parte.

ADV: TATIANA MUNIZ SABBÁ GUIMARÃES (OAB 6104/AM) - Processo 0611482-96.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Saint Laurent - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 29 de julho de 2019.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0612590-63.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXECUTADO: Banco Pan S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0614150-74.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP) - Processo 0616074-23.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXECUTADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 9.493,99 (Nove mil, quatrocentos e noventa e três reais e noventa e nove centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 10.443.38 (Dez mil, quatrocentos e quarenta e três reais e trinta e oito centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: RAYLANDER DA COSTA FIALHO (OAB 14768/AM) - Processo 0618786-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Phablo Dantas Oliveira - De ordem, fica designado o dia 26/08/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NATANIEL PEREIRA MASSULO (OAB 12038/AM) - Processo 0619754-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Susiane Albuquerque Batista - De ordem, fica designado o dia 09/09/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0620575-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Valnira Ferreira Pereira - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: RAIMUNDO DA CRUZ FARIAS JÚNIOR (OAB 14186/AM) - Processo 0620655-47.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: JI Sotero Lopes - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;

ADV: SIGRID LIMA ARAÚJO (OAB 4574/AM) - Processo 0620688-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial

Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sigrid Lima Araújo - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas , RG (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0620697-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Reinaldina Dorothéia Nascimento Vieira - De ordem, fica designado o dia 09/09/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0620812-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Edineia Barroso da Silva, - De ordem, fica designado o dia 09/09/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RENATA SIMONETTI TEIXEIRA (OAB 13286/AM), ADV: LOUISE OLIVEIRA BRAGA (OAB 10120/AM), ADV: FABIANA ALBUQUERQUE ARNAUD DE SOUZA LIMA (OAB 10286/AM) - Processo 0620850-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Haydee Maria de Souza Simonetti - De ordem, fica designado o dia 10/09/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ILLY SOARES DE SOUZA (OAB 10263/AM) - Processo 0620866-20.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: North Representacao e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda-me - Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar os autos, sob pena de arquivamento.

ADV: SILVANA LIMA DE OLIVEIRA (OAB 8778/AM) - Processo 0620940-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Tatiane Vieira de Araujo - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0621134-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Raymundo Thury Barbosa - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) Comprovante do n. de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, RG

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0621160-38.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Jucelino Rodrigues de Souza - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: MANOEL MEIRELES BICHARA (OAB 9274/AM) - Processo 0621172-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Edilmar Bezerra Silva - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: HENRIQUE SIMCH DE MORAIS (OAB 11030/AM) - Processo 0621188-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Aline Silva Cardoso - De ordem, fica designado o dia 12/09/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0621223-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adriele de Araújo Simão - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0622532-56.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Alan de Oliveira Melo - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB 95502/RJ) - Processo 0623074-74.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - EXECUTADO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 9.370,20 (Nove mil, trezentos e setenta reais e vinte centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 10.307,22 (Dez mil, trezentos e sete reais e vinte e dois centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: KENNEDY PAZ TIRADENTES (OAB 7682/AM) - Processo 0623183-88.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: RENIR BEGNINI - Assim, considerando a impossibilidade de prosseguimento da presente ação, decido por extinguir sem julgamento do mérito o processo, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9099/95. Após o transito em julgado, arquive-se os autos.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0626877-65.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXEQUENTE: Luis Carlos Frank - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 29 de julho de 2019.

André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Auriana Ramos Pereira de Gouveia (OAB 2955/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Fabiana Albuquerque Arnaud de Souza Lima (OAB 10286/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)

Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB 95502/RJ)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Henrique Simch de Morais (OAB 11030/AM)
Illy Soares de Souza (OAB 10263/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
Jozélia de Souza Carvalho Lopes (OAB 6493/AM)
Júlio Antônio de Jorge Lopes (OAB 2023/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Kennedy Paz Tiradentes (OAB 7682/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lara Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 10686/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Louise Oliveira Braga (OAB 10120/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Manoel Meireles Bichara (OAB 9274/AM)
Martha Lorena Gomes de Jesus Pereira (OAB 9261/AM)
Nataniel Pereira Massulo (OAB 12038/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Olivar Durães Filho (OAB 2273/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Raimundo da Cruz Farias Júnior (OAB 14186/AM)
RAYLANDER DA COSTA FIALHO (OAB 14768/AM)
Renata Simonetti Teixeira (OAB 13286/AM)
Sigrid Lima Araújo (OAB 4574/AM)
Silvana Lima de Oliveira (OAB 8778/AM)
Tatiana Muniz Sabbá Guimarães (OAB 6104/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO MANUEL DA COSTA VIEIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERTA CIARLINI RABELO DE LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0186/2019

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP) - Processo 0616074-23.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXECUTADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (dez) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 162/164 (mencionar sentença) prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa. - determinar o cancelamento em definitivo da inscrição procedida nos cadastros de inadimplentes apontados por ordem da parte requerida, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do trânsito em julgado desta decisão, sob pena de multa diária que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 (dez) dias; - declarar a inexistência do débito imputado sob responsabilidade da parte autora, para todos os efeitos. Sem condenação em custas e honorários de primeiro grau. Reservo-me para apreciar o eventual pedido de gratuidade de custas por ocasião do recurso possível desta, diante das provas apresentadas que legitimem o benefício. P.R.I.C.."

Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO MANUEL DA COSTA VIEIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERTA CIARLINI RABELO DE LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0181/2019

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0603050-88.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXEQUENTE: Cleice Alves da Silva - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: CRISTIANO RIBEIRO VIANA (OAB 12740/AM) - Processo 0607150-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Cibele Pennini Nery - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0608057-95.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Laíza Moraes Corrêa - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: ALBADILO SILVA CARVALHO (OAB A1161/AM), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE), ADV: SAULLO SAMMIR BERRÊDO PACHECO (OAB 8593/AM) - Processo 0626031-48.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Sebastiao Ricardo Braga Braz - EXECUTADO: Porto Seguro Veículos S/A (Concessionária Renault) - Renault do Brasil S/A - Na verdade não houve excesso, houve o bloqueio judicial da conta da embargante mas seguida houve desbloqueio da referida conta. Assim, o embargante vem ardilosamente requerer a liberação quantias que sabe não fazer jus. Quanto ao réu Porto Veículos S/A, igualmente não há qualquer excesso, isso porque o comprovante de pagamento colacionado ao processo é do próprio bloqueio judicial operado em seu desfavor. Desta forma, chamo o presente feito à ordem para desconsiderar a decisão anterior ante a ausência de excesso em favor dos embargante Porto Veículos S/A e Renault do Brasil S/A. Libere-se o valor disponível ao autor da ação, o exequente e arquivem-se os autos. Intime-se. Cumpra-se.

Albadilo Silva Carvalho (OAB A1161/AM)
Cristiano Ribeiro Viana (OAB 12740/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Saullo Sammir Berrêdo Pacheco (OAB 8593/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO MANUEL DA COSTA VIEIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERTA CIARLINI RABELO DE LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0188/2019

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0202159-37.2016.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXECUTADO: SKY BANDA LARGA LTDA - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 85/86, prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa. Ante o que, por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por Elizeu José Cariole Dias em face de SKY BANDA LARGA LTDA, para:- condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 193,44 (cento e noventa e três reais e quarenta e quatro centavos) a parte autora, a título indenizatório pelos danos materiais sofridos, com juros (1%) e correção monetária da citação válida; - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais) a parte autora, a título indenizatório pelos danos morais sofridos, com juros (1%) e correção monetária desta data;- determinar a readequação das

faturas para o valor contratado pelo autor de R$ 169,80, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do trânsito em julgado desta decisão, sob pena de multa diária que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 (dez) dias;- determinar que seja disponibilizado a velocidade contratada pelo autor, de 4 MG de internet, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do trânsito em julgado desta decisão, sob pena de multa diária que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 (dez) dias.Sem condenação em custas e honorários de primeiro grau. Reservo-me para apreciar o eventual pedido de gratuidade de custas por ocasião do recurso possível desta, diante das provas apresentadas que legitimem o benefício.P.R.I.C.

Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)

9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0155/2019

ADV: JONNE STANLEY DA SILVA TELES (OAB 13993/AM) - Processo 0607603-03.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXECUTADO: Carlos Henrique Campos - Diante do exposto, HOMOLOGO o acordo EXTRA JUDICIAL de fls. 66-68, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, julgando extinto o presente processo com fulcro no artigo 487, III, b) do Código de Processo Civil. A Requerimento do credor, expeça-se competente alvará, se for o caso. DELIBERANDO: Considerando o bloqueio on line via BACENJUD nas conta do Executado às fls. 69-70, cujo valores já fora transferido para a conta do juízo, ficando este juízo impossibilitado de fazer o desbloqueio do sobredito valor. INTIME-SE o Executado, na pessoa de seu advogado, para no prazo de 5 (cinco) dias, informar dados bancários, tais como: AGENCIA - CONTA com digito - NOME DO BANCO, para fins de transferência eletrônica em favor do executado. Após, ARQUIVEM-SE os autos definitivamente.

Jonne Stanley da Silva Teles (OAB 13993/AM)

10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0217/2019

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0603609-30.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERIDO: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros e outro - Por vislumbrar a possibilidade de ocorrência de dano irreparável para a parte, recebo o recurso inominado de fls. 205-218 nos efeitos devolutivo e suspensivo, consoante permissivo do art. 43 da Lei nº 9.099/95. Apesar de não ter sido avaliado o pedido de justiça gratuita anteriormente, conforme tem decidido a jurisprudência pátria, nada obsta a solicitação dos benefícios e/ou sua concessão neste momento processual. Assim, diante da declaração de hipossuficiência da parte autora e, não existindo nos autos elementos capazes de afastar a presunção de verdade atribuída à declaração por lei, defiro a gratuidade processual postulada. Sendo assim, recebo o recurso inominado de fls. 231-237, nos efeitos suspensivo e devolutivo por vislumbrar a possibilidade de ocorrência de dano irreparável para a parte, com fundamento no dispositivo citado acima. Dessa feita, encaminho os autos à Secretaria para que sejam procedidas as anotações de praxe, bem como para que sejam intimadas as partes para, no prazo de dez dias, querendo, apresentar suas contrarrazões. Intime-se. Cumpra-se

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0603625-81.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Apesar de não ter sido avaliado o pedido de justiça gratuita anteriormente, conforme tem decidido a jurisprudência pátria, nada obsta a solicitação dos benefícios e/ou sua concessão neste momento processual. Assim, diante da declaração de hipossuficiência da parte autora e, não existindo nos autos elementos capazes de afastar a presunção de verdade atribuída à declaração por lei, defiro a gratuidade processual postulada. Assim, recebo o recurso inominado de fls.141-147, nos efeitos devolutivo e suspensivo por vislumbrar a possibilidade de ocorrência de dano irreparável para a parte, consoante permissivo do art. 43 da Lei nº 9.099/95. Dessa feita, encaminho os autos à Secretaria para que sejam procedidas as anotações de praxe, bem como para que seja intimada a parte requerida para, no prazo de dez dias, querendo, apresentar suas contrarrazões. Intime-se. Cumpra-se

Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)

José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)

Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO IGOR DE CARVALHO LEAL CAMPAGNOLLI

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL VANESSA OLIVEIRA DOS SANTOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0216/2019

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0200822-93.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: NILZA TORRES MARTINS - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Forte nesses fundamentos, conheço dos aclaratórios para dar-lhes provimento, ao tempo em que integralizo o julgado para, tornar sem efeito a decisão interlocutória prolatada às fls. 11/12.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0200958-90.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: ANA MARIA RIBEIRO DE SOUZA - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nesse elastério, reconheço a complexidade probatória da causa e a consequente incompetência desta Justiça Especial para dirimi-la, nos moldes do artigo do art. 51, III, da Lei nº 9.099/95, pelo que determino a extinção do feito sem o julgamento do mérito. Caso não haja recurso das partes, no prazo da lei, autorizo o imediato arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo. P.R.I.C

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: AYNNE FLORES DE SOUZA (OAB 10072/AM) - Processo 0202725-03.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: MARIA DE FATIMA LIRA DAS FLORES - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Diante do exposto, forte nas razões acima declinadas e estando satisfeitos os requistos autorizadores da medida, concedo a liminar postulada para determinar que a requerida restabeleça, no prazo de 48 horas, o fornecimento de água à unidade consumidora da suplicante, até ulterior deliberação deste Juízo, sob pena de nova multa diária no valor de R$500,00 (quinhentos reais), até o limite de dez dias, pelo descumprimento deste preceito, a ser revertida em favor da parte autora.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0601207-73.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Doroteia Pereira Moreira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nestes fundamentos, conheço dos embargos de declaração opostos, pois presentes os requisitos de sua admissibilidade, mas rejeitos-os por não identificar omissão ou contradição na sentença combatida, mantendo-a tal qual lançada.

ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB

60359/RJ) - Processo 0602511-10.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Francisco Marcelino Ferreria - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ALEX LELIS DA COSTA (OAB 11888/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0602831-60.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Ademar Morais Barbosa - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Forte nestes fundamentos, conheço dos embargos de declaração opostos, pois presentes os requisitos de sua admissibilidade, mas rejeitos-os por não identificar omissão ou contradição na sentença combatida, mantendo-a tal qual lançada por meu antecessor.

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP) - Processo 0602885-26.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Terezinha Pereira de Jesus - RECLAMADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM) - Processo 0602948-51.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Izomar Ferreira dos Santos - REQUERIDO: Confiance Recuperadora de Crédito Eireli - Me - Defiro o pedido de execução de fls. 75-83. Intime-se a parte executada para, no prazo de quinze dias, efetuar o pagamento do valor executado de R$6.463,80 (seis mil, quatrocentos e sessenta e três reais e oitenta centavos), sob pena de ser acrescida multa de 10%, nos termos do art. 523, §1º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo in albis, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se à execução com a penhora online diretamente na conta da parte executada via BacenJud, nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Por fim, restando infrutíferas as medidas acima descritas, proceda-se à realização de consulta e bloqueio de veículos mediante o RENAJUD. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0603029-97.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria José Teixeira da Costa - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Forte nestes fundamentos, conheço dos embargos de declaração opostos, pois presentes os requisitos de sua admissibilidade, mas rejeitos-os por não identificar omissão ou contradição na sentença combatida, mantendo-a tal qual lançada por meu antecessor.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0603065-42.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alfredo Carlos de Moraes Neto - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: PRISCILLA LOPES DE ALCANTARA (OAB 8615/AM) - Processo 0603140-81.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jean Joseph Jean Louis - REQUERIDO: K. B de Paula - Me - Banco Bradesco Financiamentos S/A - Forte nesses fundamentos, com fulcro no art. 487, inciso I, do Digesto de Processo Civil: 1 - julgo procedente o pedido relativo a obrigação de fazer, determinando que a parte ré efetue a emissão do carnê, sem juros, multa ou qualquer ônus para o requerente, no prazo de quinze dias, sob pena de multa diária no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), até o limite de dez dias; 2 - julgo parcialmente procedente o pedido de indenização por danos morais, condenando a parte ré ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC), ambos a serem contados a partir da prolação deste decisum.

ADV: RAIMUNDO SIMÃO JERÔNIMO FILHO (OAB 13056/AM) - Processo 0603191-92.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: M Teles de Oliveira Me - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Forte nesses fundamentos, conheço dos aclaratórios para dar-lhes parcial provimento, ao tempo em que integralizo o julgado para confirmar os efeitos da decisão interlocutória de fls. 28 e 29.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0603654-68.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: João de Souza Ferreira, - REQUERIDO: Abm - Brasil Associação Beneficente Mutua Assistencial do Brasil e outro - INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para juntar aos autos o demonstrativo atualizado do débito, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do que dispõe o art. 524 do CPC. Int. CUMPRA-SE.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0603764-33.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0604028-50.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Francisco Frota Ribeiro - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - DECIDO. Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB 10324/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0604522-12.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Selma Costa de Menezes - REQUERIDO: C&A Modas Ltda. - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedente a presente demanda para: 1 - declarar a nulidade e, consequentemente, o cancelamento dos descontos realizados sob rubrica “dívida familiar farmácia”; 2 - condenar a parte requerida ao pagamento de R$ 179,40 (cento e setenta e nove reais e quarenta centavos), à título de repetição de indébito, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC), ambos a serem contados a partir do efetivo prejuízo do autor (data do primeiro desconto indevido); 3 - Improcedente o pedido de indenização por danos morais. Deixo de condenar o demandado ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei nº 9.099/95. P.R.I.C

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0604581-97.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ricardo Davi de Oliveira Vieira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de julgamento antecipado, formulado pelas partes em audiência conciliatória (fl. 100-101), bem como defiro o pedido da parte requerente para juntar extratos bancários no prazo de 5 (cinco) dias. Nesta oportunidade, determino seja intimada a parte ré, para se manifestar acerca dos referidos documentos, após, façam-se os autos conclusos para posterior prolação de sentença.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0604601-88.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Orley da Silva Lopes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Defiro o pedido de julgamento antecipado, formulado pela parte requerida em audiência conciliatória (fl. 284-285). Nesta oportunidade, determino seja intimada a parte requerente, para apresentar substabelecimento no prazo de 5 (cinco) dias, após, façam-se os autos conclusos para posterior prolação de sentença.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM) - Processo 0604622-64.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Cleonice Assunção dos Santos - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, inciso I do CPC, julgo parcialmente procedente o pedido de indenização por danos morais formulado pela autora na inicial, condenando a requerida ao pagamento de R$2.000,00 (dois mil reais), com correção monetária (NPC) e juros de 1% ao mês, ambos a serem contados a partir da prolação deste decisum. Deixo de condenar a parte requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.C.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF) - Processo 0604624-34.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: Paulo Cezar Albuquerque da Silva - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, I, do Digesto de Processo Civil, julgo parcialmente procedentes os pedidos autorais para determinar que a parte ré suspenda definitivamente os descontos operacionados no contracheque do autor, relativos ao empréstimo objeto desta demana, sob pena de multa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), por cada cobrança indevida, até o limite de dez incidências. Em caso de descumprimento, converta-se a referida multa em perdas e danos. Julgo parcialmente procedente o pedido de indenização por danos morais, condenando o banco réu ao pagamento de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC), ambos a serem contados a partir da prolação deste decisum. Deixo de condenar a parte requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei nº 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: SUELEM PENA BENTO DA SILVA (OAB 9796/AM) - Processo 0604640-85.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Michelle Ferreira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nesse elastério, reconheço a complexidade probatória da causa e a consequente incompetência desta Justiça Especial para dirimi-la, nos moldes do artigo do art. 51, III, da Lei nº 9.099/95, pelo que determino a extinção do feito sem o julgamento do mérito. Caso não haja recurso das partes, no prazo da lei, autorizo o imediato arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo. P.R.I.C

ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0605500-86.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ozimar Belarmno da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ademais, não se deve perder de vista que a demanda ora ajuizada versa sobre fornecimento de água, serviço essencial e cuja prestação há de ser contínua, podendo ser suspensa apenas se comprovado o inadimplemento injustificado do consumidor ou o cometimento de grave irregularidade, o que, a priori, não se verifica na hipótese destes autos. Forte nessas razões e satisfeitos os pressupostos do art. 300 do Código de Processo Civil, determino à parte requerida que restabeleça, no prazo de 48 horas, o fornecimento de água à unidade consumidora da postulante, sob pena de multa diária no valor de R$1.000,00 (mil reais) pelo descumprimento deste preceito, até o limite de 10 (dez) dias, a ser revertida em favor da suplicante.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0610119-30.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Conceicao Bentes Monteiro Costa - De ordem, intime-se o requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF ou CNPJ) necessários à expedição de alvará eletrônico para fins de transferência bancária ou para que manifeste interesse pela expedição de alvará eletrônico para levantamento em espécie, bem como para que manifeste-se acerca da satisfação das obrigações.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alex Lelis da Costa (OAB 11888/AM)
Aline Mikaela Garcia Gomes (OAB 9626/AM)
Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
AYNNE FLORES DE SOUZA (OAB 10072/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eduardo Santana Pinheiro (OAB 7049/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Neyla Grance Martins (OAB 25087/MT)
Odely Costa dos Santos (OAB 10324/AM)
Priscilla Lopes de Alcantara (OAB 8615/AM)
Raimundo Simão Jerônimo Filho (OAB 13056/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Ricardo Nunes Lopes (OAB 13034/AM)
Suelem Pena Bento da Silva (OAB 9796/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 13º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0141/2019

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: HILDEBERTO CORRÊA DIAS (OAB 1127/AM) - Processo 0605347-78.2013.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - EXEQUENTE: João das Chagas Dantas - Ante o exposto, julgo improcedente os presentes EMBARGOS À EXECUÇÃO, condenando a parte embargante ao pagamento das custas processuais, nos termos do art. 55, parágrafo único da Lei n. 9.099/95. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e devidamente preparado, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Eg. Turma Recursal. Após o trânsito em julgado desta sentença, expeça-se o competente Alvará Judicial à parte embargada do valor penhorado via BACENJUD. P.R.I. Fica a parte embargante ciente que após o trânsito em julgado, deverá proceder o depósito das custas no valor da causa, em guia própria disponibilizada no site do tribunal

de Justiça, bem como sua comprovação nos autos no prazo de 15 dias. Transcorrido o prazo sem pagamento da referida custas, proceda-se o protesto via sistema. Após, arquivem-se.

ADV: ABRAHIM JEZINI JÚNIOR (OAB 8073/AM), ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0605476-78.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - REQUERENTE: Illimani Soares Marrocos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Isto posto, julgo improcedente os presentes EMBARGOS À EXECUÇÃO, condenando a parte embargante ao pagamento das custas processuais, nos termos do art. 55, parágrafo único da Lei n. 9.099/95. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e devidamente preparado, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Eg. Turma Recursal. Após o trânsito em julgado desta sentença, expeça-se o competente Alvará Judicial à parte embargada do valor penhorado via BACENJUD. P.R.I. Fica a parte embargante ciente que após o trânsito em julgado, deverá proceder o recolhimento das custas no valor da causa, em guia própria disponibilizada no site do tribunal de Justiça, bem como sua comprovação nos autos no prazo de 15 dias. Transcorrido o prazo sem pagamento da referida custas, proceda-se o protesto via sistema. Após, arquivem-se.

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM), ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0605501-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Christiane Matos Ramirez - REQUERIDO: Daniel Tiago Inácio Salina - Em atenção a petição de fls. 48/67, na qual a parte ré suscita nulidade de citação, foi determinada a consulta prévia ao sistema INFOJUD, sendo constatado que o endereço indicado nos autos não corresponde ao endereço da parte ré, sendo portanto nula a citação. Dito isso, dou por citada a parte ré a partir da sua manifestação nos autos. À Secretaria para que proceda a retificação do cadastro da parte ré. Fica a nova audiência de conciliação designada para o dia 13/11/2019 às 08:45h. Intimem-se as partes via DJE.

ADV: ARNOLDO NOGUEIRA DE SOUZA (OAB 7497/AM), ADV: CAMILA LEAL DE SOUZA (OAB 7498/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0606718-09.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Janeize Lopes Monteiro - EXECUTADO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. (VIVO S.A) - Isto posto, julgo improcedente os presentes EMBARGOS À EXECUÇÃO, condenando a parte embargante ao pagamento das custas processuais, nos termos do art. 55, parágrafo único da Lei n. 9.099/95. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e devidamente preparado, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Eg. Turma Recursal. Após o trânsito em julgado desta sentença, expeça-se o competente Alvará Judicial à parte embargada do valor penhorado via BACENJUD. P.R.I. Fica a parte embargante ciente que após o trânsito em julgado, deverá proceder o recolhimento das custas no valor da causa, em guia própria disponibilizada no site do tribunal de Justiça, bem como sua comprovação nos autos no prazo de 15 dias. Transcorrido o prazo sem pagamento da referida custas, proceda-se o protesto via sistema. Após, arquivem-se.

ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: MAYLLA BARROSO DA COSTA (OAB 12449/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0606802-05.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Diego Barroso da Costa e outro - REQUERIDO: Construtora Capital S/A e outros - De ordem, verificando a tempestividade dos embargos de declaração com efeitos modificativos, INTIMO a parte embargada para APRESENTAR CONTRARRAZÕES no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANA CAROLINE SILVA PICANÇO (OAB 14459/AM) - Processo 0608220-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Ana Caroline Silva Picanço - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$5.000,00 (Cinco mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 231,00 (Duzentos e trinta e um reais), incidindo juros e correção monetária, a partir da citação. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Intime-se a parte revel, se constituído advogado nos autos. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: CHRISTIAN ALBERTO RODRIGUES DA SILVA (OAB 2682/AM), ADV: SIGRID DE LIMA PINHEIRO (OAB 9594/AM), ADV: HENRIQUE SIMCH DE MORAIS (OAB 11030/AM) - Processo 0609168-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jones Rodrigues da Costa - RECLAMADO: Ótica Avenida Ltda - Posto isso, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 51, inciso II, da Lei n. 9.099/95. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: THIAGO URIEL MAIA DE LIMA (OAB 11142/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0611538-66.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Atraso de vôo - REQUERENTE: THIAGO URIEL MAIA DE LIMA - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Isto posto, julgo improcedente os presentes EMBARGOS À EXECUÇÃO, condenando a parte embargante ao pagamento das custas processuais, nos termos do art. 55, parágrafo único da Lei n. 9.099/95. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e devidamente preparado, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Eg. Turma Recursal. Após o trânsito em julgado desta sentença, expeça-se o competente Alvará Judicial à parte embargada do valor penhorado via BACENJUD. P.R.I. Fica a parte embargante ciente que após o trânsito em julgado, deverá proceder o recolhimento das custas no valor da causa, em guia própria disponibilizada no site do tribunal de Justiça, bem como sua comprovação nos autos no prazo de 15 dias. Transcorrido o prazo sem pagamento da referida custas, proceda-se o protesto via sistema. Após, arquivem-se.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0615092-09.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Zilda Batista Ribeiro - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A e outro - Em atenção a petição de fls. 344/350, verifico que a parte executada alega erro de cálculo, matéria atinente ao recurso de embargos à execução, que não foi oposto em momento

oportuno, não sendo a referida petição meio adequado para reforma de Sentença. Outrossim, ratifico os cálculos elaborados pela Secretaria deste Juízo, por estarem em conformidade com a Sentença e Acórdão. Expeça-se alvará judicial do valor indicado à fl. 337, para recebimento em espécie pelo patrono autorizado pela parte executada, conforme requerido à fl. 348. Cumpra-se. Após arquivem-se.

ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM), ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG), ADV: LUQUESIA RODRIGUES DOS SANTOS (OAB 412257/SP), ADV: DANILO ANDRADE MAIA (OAB A1111/AM), ADV: DANILO ANDRADE MAIA (OAB 1111/AM) - Processo 0615599-04.2017.8.04.0015 (apensado ao processo 0607748-11.2017.8.04.0015) - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Darlene Guimaraes Nery Silva - REQUERIDO: LOJAS RENNER S/A - Analisando os autos com maior acuidade, constato a existência de dois julgados em sentidos opostos, sendo proferido um acórdão nos autos correntes às fls. 62/64, reformando a sentença de piso, e outro proferido nos autos do processo n. 0607748.11.2017.8.04.0015 mantendo na integra a referida sentença. Assim sendo, diante da aparente contradição, chamo o feito à ordem para tornar sem efeito o despacho de fl. 83 e todos os atos subsequentes. Remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal para dirimir a citada contradição, restando prejudicado o pedido de execução de fls. 68/69.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0617315-03.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Marinelson Lima da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, julgo improcedente os presentes EMBARGOS À EXECUÇÃO, condenando a parte embargante ao pagamento das custas processuais, nos termos do art. 55, parágrafo único da Lei n. 9.099/95. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e devidamente preparado, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Eg. Turma Recursal. Após o trânsito em julgado desta sentença, expeça-se o competente Alvará Judicial à parte embargada do valor penhorado via BACENJUD. P.R.I. Fica a parte embargante ciente que após o trânsito em julgado, deverá proceder o recolhimento das custas no valor da causa, em guia própria disponibilizada no site do tribunal de Justiça, bem como sua comprovação nos autos no prazo de 15 dias. Transcorrido o prazo sem pagamento da referida custas, proceda-se o protesto via sistema. Após, arquivem-se.

ADV: DEBORA DE CAMPOS FROTA (OAB 10140/AM), ADV: KENNIO SOUZA AZEVEDO (OAB 10487/AM) - Processo 0617583-52.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ronaldo Newton Brito da Frota Junior - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0617650-85.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Mirian Luniere Cabral - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, intimo as partes da decisão proferida nos autos do processo em epigrafe: “Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Declaro quitado o contrato com a sigla “Olé BONSUC.Cartao”, COD 6305, indicados no contracheque da parte autora, a partir desta data. Expeça-se Ofício à Secretaria de Administração indicada à fl.555, para que exclua do contracheque da parte autora, matrícula n. 113.265-2 C, o desconto pertinente a sigla “Olé BONSUC.Cartao”, COD 6305. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob pena de crime de desobediência. Julgo improcedente o pedido de dano material. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.”

ADV: FRANCIANE MONTEIRO CAVALCANTE (OAB 6934/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0619672-82.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - REQUERENTE: Elda Monteiro Cavalcante - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Isto posto, julgo improcedente os presentes EMBARGOS À EXECUÇÃO, condenando a parte embargante ao pagamento das custas processuais, nos termos do art. 55, parágrafo único da Lei n. 9.099/95. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e devidamente preparado, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Eg. Turma Recursal. Após o trânsito em julgado desta sentença, expeça-se o competente Alvará Judicial à parte embargada do valor penhorado via BACENJUD. P.R.I. Fica a parte embargante ciente que após o trânsito em julgado, deverá proceder o recolhimento das custas no valor da causa, em guia própria disponibilizada no site do tribunal de Justiça, bem como sua comprovação nos autos no prazo de 15 dias. Transcorrido o prazo sem pagamento da referida custas, proceda-se o protesto via sistema. Após, arquivem-se.

ADV: GABRIEL CASTILHO DOS SANTOS (OAB 10277/AM) - Processo 0620143-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria do Perpétuo Socorro Cav;cante de Souza Monteiro - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CARLOS CARIOCA DA COSTA FILHO (OAB 14349/AM) - Processo 0621162-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marli da Araújo Pereira e outro - De ordem, fica designado o dia 10/12/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: UESLEI FREIRE BERNARDINO (OAB 14474/AM) - Processo 0621193-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Fabíola do Espírito Santos Guedes - De ordem, fica designado o dia 10/12/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FABÍOLA MARIA VASQUES PAREJA LOBO (OAB 4167/AM) - Processo 0621210-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Wenden Souza da Costa - De ordem, fica designado o dia 10/12/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CARLOS CARIOCA DA COSTA FILHO (OAB 14349/AM) - Processo 0621255-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Anilda Maria de Omena Soares e outro - De ordem, fica designado o dia 10/12/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARÍLIA RAMOS DE OLIVEIRA (OAB 3733/AM) - Processo 0621273-89.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marília Ramos de Oliveira e outros - Posto isso, JULGO EXTINTA a presente demanda sem a análise do meritum causae, nos termos do artigo 51, inciso IV, da Lei n. 9.099/95. Sem custas e honorários, ex vi legis. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional,

devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: DANIELLE KOHASHI DA COSTA (OAB 10059/AM) - Processo 0621374-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Marilucia Rodrigues Pinheiro - De ordem, fica designado o dia 10/12/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KLAUS GIACOBBO RIFFEL (OAB 75938/RS), ADV: CAUÊ TAUAN DE SOUZA YAEGASHI (OAB 357590/SP), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0625316-06.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Alessandra Sebastiana Lavareda Anjos - REQUERIDO: Fundo de Investimentos Em Direitos Creditórios Npl Ipanema I - Posto isso, julgo improcedente o pedido formulado pela parte autora em face da parte ré. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Abrahim Jezini Júnior (OAB 8073/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Ana Caroline Silva Picanço (OAB 14459/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Arnoldo Nogueira de Souza (OAB 7497/AM)
Camila Leal de Souza (OAB 7498/AM)
Carlos Carioca da Costa Filho (OAB 14349/AM)
Cauê Tauan de Souza Yaegashi (OAB 357590/SP)
Christian Alberto Rodrigues da Silva (OAB 2682/AM)
Danielle Kohashi da Costa (OAB 10059/AM)
Danilo Andrade Maia (OAB 1111/AM)
Danilo Andrade Maia (OAB A1111/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Debora de Campos Frota (OAB 10140/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Fabíola Maria Vasques Pareja Lobo (OAB 4167/AM)
Franciane Monteiro Cavalcante (OAB 6934/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Gabriel Castilho dos Santos (OAB 10277/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Henrique Simch de Morais (OAB 11030/AM)
Hildeberto Corrêa Dias (OAB 1127/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Kennio Souza Azevedo (OAB 10487/AM)
Klaus Giacobbo Riffel (OAB 75938/RS)
Luquesia Rodrigues dos Santos (OAB 412257/SP)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marília Ramos de Oliveira (OAB 3733/AM)
Maylla Barroso da Costa (OAB 12449/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ricardo Lopes Godoy (OAB 77167/MG)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sigrid de Lima Pinheiro (OAB 9594/AM)
THIAGO URIEL MAIA DE LIMA (OAB 11142/AM)
Ueslei Freire Bernardino (OAB 14474/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0117/2019

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0606436-89.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Gilmar Marques da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que REDESIGNEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 20/09/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 02 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ELAINE VITÓRIA DA SILVA GUEDES (OAB 10583/AM) - Processo 0606883-77.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Telma Rodrigues dos Santos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 27/09/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 01 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo

Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ELAINE VITÓRIA DA SILVA GUEDES (OAB 10583/AM)

Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)

15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 15º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO MARIA DO PERPETUO SOCORRO DA SILVA MENEZES

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL IVÂNIA PITTALUGA MORENO DA COSTA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0158/2019

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0200489-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jefferson Silva Gomes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, intime-se a parte requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0201006-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Berliethe Maria da Rocha Rodrigues Queiroz - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - A matéria discutida nos autos não exige produção de prova em audiência, à vista do que anuncio o julgamento antecipado da lide, ex vi do art. 355, I do CPC, do que deverão ser intimadas as partes, para os devidos fins. Faça-se concluso para sentença. À Secretaria para as diligências necessárias. Cumpra-se.

ADV: JULIANA FALCI MENDES (OAB 223768/SP) - Processo 0203736-19.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Pamela de Fatima de Mendonça Amorim - REQUERIDO: Autoescola Signos - TERCEIRO I: Banco Bradesco S/A - Trata-se de petição acostada por terceiro interessado - BANCO BRADESCO S/A - na qual requer o desbloqueio RENAJUD recaído sobre os veículos indicados às fls. 32, ao argumento de que celebrou contrato de compra e venda com garantia de alienação fiduciária com a empresa requerida AUTOESCOLA SIGNOS, tendo como objeto os veículos supracitados e que a mesma descumpriu o contrato, ocasionando a propositura da Ação de Busca e Apreensão a qual foi devidamente cumprida, encontrando-se os veículos na posse do peticionante. Com efeito, da análise detida dos documentos acostados pelo Banco Bradesco S/A, notadamente aqueles de fls. 42/43, verifico que os veículos de placas OAF4933, OAM1637 e OAN5793 foram aprendidos em ação de busca e apreensão que tramitou junto à 6ª Vara Cível da Capital, processo nº 0643868-66.2015.8.04.0001, sendo suas posses devidamente restituídas ao banco credor. Ora, sendo os veículos alienados fiduciariamente, não podem ser objeto de penhora movida contra o devedor fiduciante, réu na presente ação, haja vista que este detinha apenas a posse direta dos bens e deles não era proprietário, conforme disposto no art. 66 da Lei n. 4.276/65. Isso posto, defiro o pedido de fls. 32/46, determinando o imediato desbloqueio Renajud sobre os veiculos de placas OAF-4933, OAM-1637 e OAN-5793, ordenado às fls. 29/30, permancendo o bloqueio sobre os demais que não são objeto do presente pedido, para prosseguimento da execução. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ANA PAULA BENEVIDES DE ARAÚJO (OAB 10188/AM) - Processo 0205660-31.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Jose Carlos da Siva - REQUERIDA: LUCIANA CAMELO LARANJEIRA - De ordem, fica designado o dia 23/08/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NILSON GOMES OLIVEIRA MEIRELES (OAB 5872/TO) - Processo 0212559-50.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Maria Luiza de Souza Silva - REQUERIDA: Ângela Meirice Fernandes Carvalho - Vistos, etc... Trata-se de execução de título judicial espraiado em sentença proferida nestes autos, tendo sido tomadas todas as providências para o recebimento do crédito condenatório, especificamente aquela relativa à penhora de bens por Mandado de Penhora e Avaliação cumprido por Oficial de Justiça, restando infrutífera. Intimada a exequente, requereu certidão de crédito. Tenho, portanto, que há motivo bastante ao pronunciamento de extinção do processo executório e consequente arquivamento do feito, à inteligência do que reza o art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95, devolvendo-se os documentos à autora-exequente. Em casos tais reverbera-se a possibilidade da Exequente pugnar pela expedição de certidão de dívida em desfavor do Executado, desde que por si assumida a inteira responsabilidade por tal medida, segundo o que dita o Enunciado 76 do FONAJE. Enunciado 76 - No processo de execução, esgotados os meios de defesa ou inexistindo os meios de defesa ou inexistindo bens para a garantia do débito, expede-se, a pedido do exequente, certidão de dívida para fins de inscrição no Serviço de Proteção ao Crédito - SPC e SERASA, sob pena de responsabilidade. Desta feita, se a Exequente assim atuar, certifique a Diretora de Secretaria e entregue a certidão de dívida à autora/exequente, que deverá agir às suas expensas e responsabilidade para o cadastro restritivo dos dados do Executado em órgãos restritivos de crédito ou mesmo em cartórios de protestos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DÉBORA CRISTINA NASCIMENTO DA COSTA (OAB 9226/AM) - Processo 0600228-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Multa - REQUERENTE: D. B. G. de Vasconcelos Arte e Restauração - Me - REQUERIDO: Claro S/A - Trata-se de Recurso Inominado tempestivo com pedido de gratuidade recursal manejada pela recorrente às fls. 128/131. Dispõe o Enunciado 116 FONAJE: ENUNCIADO 116 - O Juiz poderá, de ofício, exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos para obter a concessão do benefício da gratuidade da justiça (art. 5º, LXXIV, da CF), uma vez que a afirmação da pobreza goza apenas de presunção relativa de veracidade (XX Encontro - São Paulo/SP). Isso posto, intime-se a recorrente para comprovar a alegada insuficiência de recursos, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento do pedido. Cumpra-se

ADV: JAYME MATOS DE SENA (OAB 4939/AM), ADV: KÁTIA MARIA VASCONCELOS DA SILVA SANTOS (OAB 11464/AM) - Processo 0600810-63.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Leonardo Queiroz Dantas - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0601268-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Reinaldo Gomes de Miranda - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0601413-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Cristiano Pereira de Sousa - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM), ADV: CAMILLA FERNANDA TUFI ALMEIDA (OAB 7024/AM) - Processo 0601954-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: George Marcel de Souza Azevedo - REQUERIDO: Salim Nobre da Silva - Intime-se o requerido para instruir o pedido de fls. 117/119 com os documentos comprobatórios de suas alegações, notadamente extratos bancários das contas bloqueadas. Faça-o no prazo de 5 dias. Após, voltem-me conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: FARID MENDONÇA JÚNIOR (OAB 6969/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0602829-10.2016.8.04.0016 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: ALFREDO SEFFAIR - REQUERIDO: OI Móvel S/A - Autos nº: 0602829-10.2016.8.04.0016 Requerente: ALFREDO SEFFAIR Requerido: OI Móvel S/A DECISÃO O status das empresas em recuperação judicial impossibilita a realização de atos expropriatórios, quer se trate de crédito concursal ou extraconcursal, justamente por que afetarão o patrimônio que constitui a massa falida, e por ser ato de competência do Juízo universal da falência/recuperação judicial. Com relação à empresa Ré, oportuno colacionar Aviso TJ nº 37/2018, de lavra do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Milton Fernandes de Souza, datado de 15/05/2018: AVISO TJ nº 37/2018 - O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DESEMBARGADOR MILTON FERNANDES DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais, AVISA, a pedido do Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital, aos magistrados, membros do Ministério Público, da Defensoria Pública, das Procuradorias do Estado e dos Municípios, servidores, advogados e demais interessados, com relação ao processo de Recuperação Judicial do Grupo OI, Proc. Nº 0203711-65.2016.8.19.0001, que acerca dos créditos detidos contra o Grupo OI/TELEMAR: 1. Com a realização da Assembleia Geral de Credores em 19.12.2017, os processos em que as empresas do Grupo OI/TELEMAR são parte poderão seguir dois trâmites distintos, a depender se o objeto da demanda diz respeito a créditos concursais - fato gerador constituído antes de 20.06.2016 - e, por isso, sujeito à Recuperação Judicial ou a créditos extraconcursais - fato gerador constituído após 20.06.2016 - e, por isso, não sujeito à Recuperação Judicial. 2. Os processos que tiverem por objeto créditos concursais devem prosseguir até a liquidação do valor do crédito, que deve ser atualizado até 20.06.2016. Com o crédito líquido, e após o trânsito em julgado de eventual impugnação ou embargos, o Juízo de origem deverá emitir a respectiva certidão de crédito e extinguir o processo para que o credor concursal possa se habilitar nos autos da recuperação judicial e o crédito respectivo ser pago na forma do Plano de Recuperação Judicial, restando vedada, portanto, a prática de quaisquer atos de constrição pelos Juízos de origem. 3. Os processos que tiverem por objeto créditos extraconcursais devem prosseguir até a liquidação do valor do crédito. Com o crédito líquido, e após o trânsito em julgado de eventual impugnação ou embargos, o Juízo de origem expedirá ofício ao Juízo da Recuperação Judicial comunicando a necessidade de pagamento do crédito. 4. O Juízo da Recuperação, com o apoio direto do Administrador Judicial, o Escritório de Advocacia Arnoldo Wald, receberá os ofícios e os organizará por ordem cronológica de recebimento, comunicando, na sequência, às Recuperandas para efetuarem os depósitos judiciais. 4.1. A lista com a ordem cronológica de recebimento dos ofícios e autorização para efetivação dos depósitos judiciais ficará à disposição para consulta pública no site oficial do Administrador Judicial www.recuperacaojudicialoi.com.br, sendo dispensável a solicitação dessa informação ao Juízo da Recuperação. 5. Os depósitos judiciais dos créditos extraconcursais serão efetuados diretamente pelas Recuperandas nos autos de origem, até o limite de 4 milhões mensais, de acordo com a planilha apresentada pelo Administrador Judicial. Os processos originários deverão ser mantidos ativos, aguardando o pagamento do crédito pelas Recuperandas. 6. Esse procedimento pretende viabilizar tanto a quitação progressiva dos créditos extraconcursais, quanto a manutenção das atividades empresariais e o cumprimento de todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial." Rio de Janeiro, 15 de maio de 2018. Desembargador MILTON FERNANDES DE SOUZA - Presidente do Tribunal de Justiça. No caso em tela, estamos diante de crédito extraconcursal porquanto tenha a presente ação fato gerador posterior a 20.06.2016 enquadrando-se, portanto, na hipótese prevista no item 3 e seguintes do supracitado aviso, razão pela qual determino seja laborado cálculo para atualização do valor do crédito, expedindo-se ofício ao Juízo da Recuperação Judicial comunicando a necessidade de pagamento do referido crédito, a quem incumbe a organização por ordem cronológica de recebimento e a comunicação às Recuperandas para efetuarem os depósitos judiciais, podendo o exequente acompanhar a lista com a ordem cronológica de recebimento dos ofícios e autorização para efetivação dos depósitos judiciais no site oficial do Administrador Judicial, com endereço eletrônico www.recuperacaojudicialoi.Com.br. Após, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 31 de julho de 2019. Maria do Perpetuo Socorro da Silva Menezes Juíza de Direito

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0603511-31.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXEQUENTE: Jocineia Bentes Sombra - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - De ofício, corrijo o erro material contido no despacho de fls. 213. Com efeito, onde se lê: "Determino, ainda, que seja o réu intimado a, no prazo de 20 dias a contar do recebimento desta, cessar imediatamente os descontos, sob pena de multa que majoro para R$ 2.000,00 (Dois mil e quinhentos reais) por cada desconto efetivado, tudo nos termos do que autoriza o art. 497 e seguintes do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis." Leia-se: "Determino, ainda, que seja o réu intimado a, no prazo de 20 dias a contar do recebimento desta, cessar imediatamente os descontos, sob pena de multa que majoro para R$ 2.000,00 (Dois mil reais) por cada desconto efetivado, tudo nos termos do que autoriza o art. 497 e seguintes do CPC." À Secretaria para as providências cabíveis e cumprimento da decisão de fls. 208.

ADV: ADRESSE NUANCE OLIVEIRA DE ARAÚJO (OAB 9158/AM) - Processo 0603598-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paulo Roberto Pessoa Vasconcelos - REQUERIDO: Claro S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais

objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Contrarrazões já apresentadas, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM) - Processo 0604910-61.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Saulo de Almeida Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Em análise aos presentes autos, notadamente o documento acostado às fls. 170, verifico que o réu efetivamente deu cumprimento à obrigação de restabelecimento do serviço do plano Vivo Turbo 800 mb somente em 07/06/18, apesar de intimada para tal em em 05/04/2018, conforme certidão de fls. 24. Isso posto, ratifico a decisão de fls. 168, reconhecendo a incidência da multa estabelecida em seu patamar máximo - 15 dias - no total de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) a ser revertido em favor da parte autora. Determino, pois, seja promovida ordem de protocolamento de bloqueio BacenJud do referido valor expedindo-se, após, as notificações necessárias. Efetivada a constrição e decorrido o prazo para embargos, se não houver manifestação do executado, expeça-se alvará em favor da autor À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM) - Processo 0605285-62.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Araci Afonso Muniz - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0606376-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Alexsandro Soares de Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 16/09/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0606487-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcos da Silva Cruz - REQUERIDO: Claro S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0607637-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alessandra Lima Rocha - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0607670-80.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - EXECUTADO: Leandro Costa da Silva - CONCLUSÃO: Ante o exposto, nos termos do art. 487, III, b, c/c art. 924, II, e art. 925 do CPC, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Isento de custas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei n. 9.099/95.

ADV: SUELLEN PONCELL DO NASCIMENTO DUARTE (OAB 28490/PE) - Processo 0607839-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ely Daniel da Silva Marques Gatto - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S.a. - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0608013-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Izidio Alves de Lima Filho - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: RYLENE ÁLVARES BASTOS RODRIGUES (OAB 10145/AM), ADV: TATIANA MUNIZ SABBÁ GUIMARÃES (OAB 6104/AM) - Processo 0608194-43.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Condomínio Residencial Thiago de Mello - REQUERIDA: Alessandra Vasconcelos da Costa e outro - Processo: 0608194-43.2019.8.04.0015 Requerente:Condomínio Residencial Thiago de Mello Requerido:Alessandra Vasconcelos da Costa DECISÃO Requereu a parte executada o parcelamento da execução, autorizando o levantamento do valor equivalente a 30% da dívida (fls. 103/106), pugnando seja admitido pagar o restante em seis parcelas mensais e consecutivas, tendo o autor manifestado sua concordância, conforme fls. 117/119. Por conseguinte defiro o pedido de parcelamento do débito em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês, advertindo a executada que o não pagamento de qualquer das prestações acarretará cumulativamente, nos termos do art. 916 do CPC: I - o vencimento das prestações subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato reinício dos atos executivos; II - a imposição ao executado de multa de dez por cento sobre o valor das prestações não pagas. Quanto ao vencimento da primeira parcela, estipulo como vencimento o dia 25/08/19, tendo em vista que a data sugerida pelo credor é pretérita ao presente deferimento, e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes. Intime-se a executada que os depósitos deverão ser efetuados mediante depósito ou transferência bancária para a conta corrente do Condomínio Residencial Thiago de Mello, CNPJ n. 15.014.596/0001-56, Banco Itaú, ag.0686, Conta n.12159-1; Expeça-se alvará eletrônico para transferência no valor R$ 3.340,25 (três mil, trezentos e quarenta reais e vinte e cinco centavos) para conta corrente do Condomínio Residencial Thiago de Mello, CNPJ n. 15.014.596/0001-56, Banco Itaú, ag.0686, Conta n.12159-1, operação 03. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 30 de julho de 2019. Maria do Perpetuo Socorro da Silva Menezes Juíza de Direito

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0609096-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sheyla Regina Jafra Cordeiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls.

antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0609399-44.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - REQUERIDO: Renato Antônio de Souza Lima - Em análise aos presentes autos verifico que o executado não opôs embargos em audiência, como lhe faculta o § 1º do art. 53 da Lei nº 9.099/95 e a proposta de parcelamento efetuada por seu patrono não foi aceita pelo exequente. Determino, pois, o prosseguimento da execução de modo seja o bem penhorado constante do auto de penhora de fls. 97 levado à leilão a ser realizado por leiloeiro oficial, obedecidos os trâmites previstos no art. 880 e seguintes do CPC. Ressalte-se que o bem penhorado não poderá ser arrematado por preço vil, assim considerado aquele inferior a cinquenta por cento do valor da avaliação, nos termos 891, Parágrafo único, CPC. Expeça-se precatória para esse fim. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: SUELEN CRISTINA MAIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 4345/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0610156-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Paulo de Almeida - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Considerando a justificativa apresentada pelo autor, defiro o pedido de isenção de custas para ajuizamento de nova ação, nos termos do § 2º do art. 51 da Lei nº 9.099/95. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: STEPHANNY KATHERINNY FONSECA MOTTA (OAB 8114/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM) - Processo 0610632-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alcimeire Bassal da Silva - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM) - Processo 0610977-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Marta Vasques - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0611752-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Karem Welen Ferreira da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Não vislumbro a necessidade de produção de prova em audiência. A oitiva pessoal do autor é desnecessária, diante dos fatos já articulados na exordial e do conteúdo da prova produzida pelo réu, em contestação. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: JOÃO BOSCO DOS SANTOS PEREIRA JÚNIOR (OAB 3729/AM), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 11937A/AL), ADV: CARLOS CESAR SOARES (OAB 390519/SP), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0612584-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Odilio Pereira Costa Neto - REQUERIDO: Loja Peregrinus Comércio de Acessórios - Lojas Americanas S.A. - A matéria discutida nos autos não exige produção de prova em audiência, à vista do que anuncio o julgamento antecipado da lide, ex vi do art. 355, I do CPC, do que deverão ser intimadas as partes, para os devidos fins. Faça-se concluso para sentença. À Secretaria para as diligências necessárias. Cumpra-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0612640-60.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Verona Premium - EXECUTADA: Maria Adirleia Oliveira da Silva - Defiro o pedido de fls. 156, determinando seja o bem penhorado constantes do auto de penhora de fls. 148/150 levado à leilão a ser realizado por leiloeiro oficial, obedecidos os trâmites previstos no art. 880 e seguintes do CPC. Ressalte-se que o bem penhorado não poderá ser arrematado por preço vil, assim considerado aquele inferior a cinquenta por cento do valor da avaliação, nos termos 891, Parágrafo único, CPC. À Secretaria para as providências pertinentes. Cumpra-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0613262-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Auristeleni Pereira Frota - REQUERIDO: Vivo S/A - Não vislumbro a necessidade de produção de prova em audiência. A oitiva pessoal do autor é desnecessária, diante dos fatos já articulados na exordial e do conteúdo da prova produzida pelo réu, em contestação. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0613282-96.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Ester Moraes da Silva Costa - Me - EXECUTADO: Carlos Antônio Olegário de Oliveira - Glenda Glaucia Souza de Oliveira - Em análise aos presentes autos verifico que os executados não opuseram embargos em audiência, como lhes faculta o § 1º do art. 53 da Lei nº 9.099/95. Isso posto, determino a expedição de alvará em favor do exequente para levantamento do valor objeto de penhora Bacenjud de fls. 36. Determino, ainda, o proseguimento da execução, laborando-se novo cálculo com abatimento do valor acima, promovendo-se novo protocolamento Bacenjud em face dos executados. Restando frustrado, expeça-se mandado de penhora e avaliação dos veículos bloqueados via RENAJUD de fls. 39 e 42, a ser cumprido por oficial de justiça. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: SÉLVIO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 8308/AM) - Processo 0613568-45.2016.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condominio Residencial Espaco Verde - EXECUTADO: PAULO CÉSAR BARROS FILHO - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Promova-se o desbloqueio RENAJUD de fls. 80. Arquive-se os autos. Manaus, 01 de agosto de 2019

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0613884-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Crizelides da Costa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento da Autora à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO a Autora ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquive-se os autos. Manaus, 01 de agosto de 2019

ADV: JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO PINHEIRO (OAB 6353/AM) - Processo 0613900-41.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Carlos Diogo Gonçalves Marques - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Trata-se de Recurso Inominado tempestivo com pedido de gratuidade recursal manejada pela recorrente às fls. 212/224. Dispõe o Enunciado 116 FONAJE: ENUNCIADO 116 - O Juiz poderá, de ofício, exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos para obter a concessão do benefício da gratuidade da

justiça (art. 5º, LXXIV, da CF), uma vez que a afirmação da pobreza goza apenas de presunção relativa de veracidade (XX Encontro - São Paulo/SP). Isso posto, intime-se a recorrente para comprovar a alegada insuficiência de recursos, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento do pedido. Cumpra-se

ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM) - Processo 0613960-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERENTE: Marcos Gomes Bezerra Júnior - De ordem, fica designado o dia 17/09/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: VALDEMIRO BRASILIANO DE MORAIS FILHO (OAB 11274AM), ADV: MÔNICA SANTA RITA BONFIM (OAB 3384/AM) - Processo 0613973-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Josue do Nascimento de Souza - REQUERIDO: C.da Silva Rocha Eireli - Trata-se de pedido de desbloqueio de valores e parcelamento do débito remanescente acostado pelo executado ao argumento de que tais valores destinam-se ao pagamento de fornecedores e funcionários. Inicialmente, cumpre esclarecer que esse Juízo já se pronunciou às fls. 107 quanto à deserção do recurso inimonado interposto, sendo certo que decorreu não devido à ausência de recolhimento de preparo, cuja comprovação consta dos autos às fls. 90/91, devidamente certificado pela Secretaria da Vara às fls. 92, mas sim pela ausência de comprovação do recolhimento das custas processuais, consoante determinação contida no Prov. 256 - CGJAM, cuja guia sequer gerou junto ao sistema, mostrando-se tal questão superada. Quanto ao pedido de desbloqueio de valores, o executado sequer acostou qualquer documento que comprove suas alegações, tais como folha de pessoal, extratos bancários, balanços, etc, razão pela qual indefiro-o. Isso posto, prossiga-se com a execução, promovendo-se a transferência do valor exequendo para conta judicial, intimando-se o executado para, querendo, opor embargos no prazo legal. Intimem-se. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MAYRAN OLIVEIRA DE AGUIAR (OAB 122910/MG), ADV: GIOVANNA MARIA ELIAS DA SILVA (OAB 11729/AM) - Processo 0614274-23.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Sheila Maria Medeiros Carvalho - REQUERIDO: Igreja Mundial do Poder de Deus - Trata-se de execução de título extrajudicial em que o devedor, citado para pagar o débito no prazo de 3 dias, não o fez, limitando-se a nomear a penhora os bens indicados às fls. 57. Em manifestação de fls. 58/63, o exequente insurge-se quanto à nomeação ao argumento de que os bens não estão no foro da execução, a avaliação foi feita com base em nota fiscal datada de 05/04/2016, além de não ter sido obseervada a ordem legal de preferência, o que dificulta o prosseguimento da execução. Com efeito, os argumentos apresentados pelo exequente merecem guarida, e tedo em vista que a nomeção pelo executado não observou a ordem de preferência estabelecida pelo art. 835 do CPC, é que rejeito os bens apresentados, determinando o prosseguimento da execução nos exatos termos da decisão de fls. 31, com o consequente bloqueio de valores Bacenjud e demais atos executórios. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: CRISTIANO MENEGHETTI PEDROSO (OAB 11813/AM) - Processo 0614617-53.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Arthur Nascimento Teixeira - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ELSON MARCELO LIMA DE SOUZA (OAB 9903/AM) - Processo 0615169-86.2016.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Gse Serviços Combinados de Escritorio e Apoio Administrativo Ltda Epp - EXECUTADO: Amazonas Centro de Formação e Especialização Em Segurança Ltda. - Trata-se de pedido de desconsideração de personalidade jurídica acostado pelo exequente às fls. 107, tendo em vista que todas as diligências para expropriação em face da pessoa jurídica executada restaram frustradas. Intime-se o exequente para acostar aos autos as imprescindíveis cópias do contrato social e demais alterações contratuais da executada a fim de se identificar e qualificar seus sócios, no prazo de 5 dias. Após, voltem-me conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 1079A/SE), ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 16330/BA), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0615509-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Pedro Pinheiro da Silva - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Considerando a justificativa apresentada pelo autor, defiro o pedido de isenção de custas para ajuizamento de nova ação, nos termos do § 2º do art. 51 da Lei nº 9.099/95. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CÉLIO ORLANDO PAPES DE OLIVEIRA (OAB 9078/AM) - Processo 0616230-11.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Florence Garden - EXECUTADA: Alessandra Cavalcante Viegas - Trata-se de pedido de penhora de imóvel devedor de cotas condominiais. Intime-se o exequente para acostar a imprescindível certidão narrativa do imóvel para a apreciação do pedido. Após, voltem-me conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO DE OLIVEIRA RAMOS (OAB 128998/SP), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0616430-18.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Thiago Damasceno do Nascimento - REQUERIDO: UNIVERSO ON LINE S.A - UOL - Banco Bradesco S/A - Trata-se de ação que tem por objeto questionamento acerca de tarifa bancária denominada “CESTA BÁSICA DE SERVIÇOS” ou rubricas similares, ajuizada pela parte autora em face do Banco Réu. Pois bem. Em decisão proferida nos autos do Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei n.º 0000511-49.2018.8.04.9000, foi determinada a suspensão de todos os feitos que versem sobre as seguintes questões jurídicas, que serão objeto de uniformização: 1. Se é legal a cobrança da tarifa bancária denominada “cesta básica de serviços”, “cesta fácil” ou similares, quando não demonstrada a contratação de tais serviços, mediante contrato específico, ou se tal panorama configura a ocorrência de ato contraditório por parte do usuário do serviço, que, sabendo dos descontos efetivados em sua conta-corrente, se mantém inerte (venire contra factum proprium) ; 2. A ocorrência ou não de danos morais em razão de tais descontos da pessoa do correntista; e 3. Ocorrência ou não do dever de repetição simples ou dobrada dos valores descontados, acaso constatado, no caso concreto, que estes são indevidos. Diante do que restou relatado e atendendo à referida determinação, considerando, ainda, que a causa de pedir encontra-se inserida nas matérias enumeradas no Pedido de Uniformização, determino a suspensão da presente ação até que se ultime o julgamento do incidente acima transcrito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0616554-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: A.L.C.A. - REQUERIDO: N.C.G. - Ex positis, indefiro a petição inicial, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo sem análise do mérito, uma vez ausentes os requisitos de admissibilidade da tutela jurisdicional, ex vi do art. 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil c/c 485, inciso I, do mesmo Diploma Legal. Isento de condenação em custas processuais e honorários advocatícios por força do disposto no artigo 55, da Lei n° 9.099/95. P.R.I.C. Manaus, 31 de julho de 2019.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0616881-43.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - EXECUTADA: Beatriz Carolina Leite da Silva - De ordem, fica designado o dia 17/09/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação em Execução. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0617422-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material -

REQUERENTE: Almir Correa Cavalcante - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 16/09/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: CECILIA MARIA VACCARO BRAMBILLA (OAB 44467/PR) - Processo 0617624-19.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: M. L. Leite Me (Vip Formatura) - REQUERIDA: Janaide Oliveira da Silva - Requereu a executada o parcelamento da execução em seis parcelas mensais e consecutivas, tendo o exequente manifestado sua concordância, conforme fls. 25/26. Por conseguinte defiro o pedido de parcelamento do débito em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês, advertindo a executado que o não pagamento de qualquer das prestações acarretará cumulativamente, nos termos do art. 916 do CPC: I - o vencimento das prestações subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato reinício dos atos executivos; II - a imposição ao executado de multa de dez por cento sobre o valor das prestações não pagas. Os pagamentos deverão ser feitos através de depósito bancário na conta da procuradora da empresa Autora. DADOS DA CONTA: BANCO ITAÚ AG: 3899 CONTA CORRENTE: 09102-3 CPF: 036.539.309-60 TITULAR: CECILIA MARIA VACARRO BRAMBILLA, tendo como primeiro vencimento 30/07/2019 e os demais no mesmo dia dos meses subsequentes. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: JACQUELINE CRUZ CARRIÇO (OAB 8952/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0617894-14.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio do Santos Borges - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Autos nº: 0617894-14.2017.8.04.0015 Requerente: Antonio do Santos Borges Requerido: Telemar Norte Leste S/A - Oi DECISÃO O status das empresas em recuperação judicial impossibilita a realização de atos expropriatórios, quer se trate de crédito concursal ou extraconcursal, justamente por que afetarão o patrimônio que constitui a massa falida, e por ser ato de competência do Juízo universal da falência/recuperação judicial. Com relação à empresa Ré, oportuno colacionar Aviso TJ nº 37/2018, de lavra do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Milton Fernandes de Souza, datado de 15/05/2018: AVISO TJ nº 37/2018 - O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DESEMBARGADOR MILTON FERNANDES DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais, AVISA, a pedido do Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital, aos magistrados, membros do Ministério Público, da Defensoria Pública, das Procuradorias do Estado e dos Municípios, servidores, advogados e demais interessados, com relação ao processo de Recuperação Judicial do Grupo OI, Proc. Nº 0203711-65.2016.8.19.0001, que acerca dos créditos detidos contra o Grupo OI/TELEMAR: 1. Com a realização da Assembleia Geral de Credores em 19.12.2017, os processos em que as empresas do Grupo OI/TELEMAR são parte poderão seguir dois trâmites distintos, a depender se o objeto da demanda diz respeito a créditos concursais - fato gerador constituído antes de 20.06.2016 - e, por isso, sujeito à Recuperação Judicial ou a créditos extraconcursais - fato gerador constituído após 20.06.2016 - e, por isso, não sujeito à Recuperação Judicial. 2. Os processos que tiverem por objeto créditos concursais devem prosseguir até a liquidação do valor do crédito, que deve ser atualizado até 20.06.2016. Com o crédito líquido, e após o trânsito em julgado de eventual impugnação ou embargos, o Juízo de origem deverá emitir a respectiva certidão de crédito e extinguir o processo para que o credor concursal possa se habilitar nos autos da recuperação judicial e o crédito respectivo ser pago na forma do Plano de Recuperação Judicial, restando vedada, portanto, a prática de quaisquer atos de constrição pelos Juízos de origem. 3. Os processos que tiverem por objeto créditos extraconcursais devem prosseguir até a liquidação do valor do crédito. Com o crédito líquido, e após o trânsito em julgado de eventual impugnação ou embargos, o Juízo de origem expedirá ofício ao Juízo da Recuperação Judicial comunicando a necessidade de pagamento do crédito. 4. O Juízo da Recuperação, com o apoio direto do Administrador Judicial, o Escritório de Advocacia Arnoldo Wald, receberá os ofícios e os organizará por ordem cronológica de recebimento, comunicando, na sequência, às Recuperandas para efetuarem os depósitos judiciais. 4.1. A lista com a ordem cronológica de recebimento dos ofícios e autorização para efetivação dos depósitos judiciais ficará à disposição para consulta pública no site oficial do Administrador Judicial www.recuperacaojudicialoi.com.br, sendo dispensável a solicitação dessa informação ao Juízo da Recuperação. 5. Os depósitos judiciais dos créditos extraconcursais serão efetuados diretamente pelas Recuperandas nos autos de origem, até o limite de 4 milhões mensais, de acordo com a planilha apresentada pelo Administrador Judicial. Os processos originários deverão ser mantidos ativos, aguardando o pagamento do crédito pelas Recuperandas. 6. Esse procedimento pretende viabilizar tanto a quitação progressiva dos créditos extraconcursais, quanto a manutenção das atividades empresariais e o cumprimento de todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial." Rio de Janeiro, 15 de maio de 2018. Desembargador MILTON FERNANDES DE SOUZA - Presidente do Tribunal de Justiça. No caso em tela, estamos diante de crédito extraconcursal porquanto tenha a presente ação fato gerador posterior a 20.06.2016 enquadrando-se, portanto, na hipótese prevista no item 3 e seguintes do supracitado aviso, razão pela qual determino, não havendo controvérsia quanto ao valor do crédito do exequente, no importe de R$3.708,12 (três mil setecentos e oito reais e doze centavos), a expedição de ofício ao Juízo da Recuperação Judicial comunicando a necessidade de pagamento do referido crédito, a quem incumbe a organização por ordem cronológica de recebimento e a comunicação às Recuperandas para efetuarem os depósitos judiciais, podendo o exequente acompanhar a lista com a ordem cronológica de recebimento dos ofícios e autorização para efetivação dos depósitos judiciais no site oficial do Administrador Judicial, com endereço eletrônico www.recuperacaojudicialoi.Com.br. Após, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 31 de julho de 2019. Maria do Perpetuo Socorro da Silva Menezes Juíza de Direito

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0617897-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Izaias Gonçalves de Oliveira Junior - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 16/09/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Quanto ao pedido de antecipação de tutela, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM) - Processo 0617998-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alexandro Magno Ferreira de Araújo - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, fica designado o dia 17/09/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0618114-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Helena Rufino da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica designado o dia 28/08/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0618131-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do

Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Francisca Ferreira de Luna - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica designado o dia 17/09/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KAIO FELIPE OLIVEIRA FERNANDES (OAB 9102/AM) - Processo 0618184-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Edizia de Souza Brandao - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 17/09/2019 às 08:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0618210-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jhonathas Chatheubrian Maximynno Bezerra - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - De ordem, fica designado o dia 16/09/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Quanto ao pedido liminar, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0618232-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Nice Martins de Oliveira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica designado o dia 17/09/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RUBIA CARDOSO RIBEIRO (OAB 14429/AM) - Processo 0618297-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Valmir Fernandes Guimaraes - RECLAMADO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica designado o dia 09/09/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: FRANCISCO DE SOUSA SANTANA JÚNIOR (OAB 9856/AM) - Processo 0618792-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Queila Patrícia de Oliveira Poltronieri - REQUERIDO: Doutor Consulta Manaus Clínica Médica Eireli-epp - De ordem, fica designado o dia 17/09/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0618819-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Jaqueline Godoi Santos - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 16/09/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, verifico a probabilidade do direito alegado pela parte autora, bem como o perigo de dano decorrente da permanência do seu nome nos cadastros restritivos de crédito, estando, portanto, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro o pedido de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício aos Órgãos de restrição ao crédito, indicados às fls. 25, para que em até 03 (três) dias, a contar do recebimento desta decisão, excluam dos seus cadastros a dívida no valor informado no documento mencionado, anotada em nome da parte autora Jaqueline Godoi Santos, CPF nº 94578346234 pela parte ré, até posterior deliberação, eis que esta questão encontra-se sub judice, sob pena de crime de desobediência.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: EMERSON ABINEÃ DA SILVA (OAB 6393/AM) - Processo 0618827-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Antonia Nonata da Costa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 03/09/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro os pedidos de tutela provisória.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0619269-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Rosangela Andrade Maia - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 16/09/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0619316-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Marinez Castro de Araujo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 16/09/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: ALEX LELIS DA COSTA (OAB 11888/AM) - Processo 0619484-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Laura Melissa de Araujo Albuquerque - REQUERIDO: Tercolim Móveis e Eletrodomésticos Ltda - Me - De ordem, fica designado o dia 17/09/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em

conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0619684-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Andrada Matos de Oliveira - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, fica designado o dia 17/09/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0619959-11.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Pedrosa da Silva - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, fica designado o dia 17/09/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: MARVYN BORIS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 12571/AM) - Processo 0620150-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ednaldo Fernandes da Silva - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - De ordem, fica designado o dia 23/09/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: AUGUSTO COSTA JÚNIOR (OAB 4337/AM) - Processo 0620230-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maricélia de Andrade Almeida - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, fica designado o dia 16/09/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: JOHNNY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 8430/AM), ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM) - Processo 0620419-32.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Escolinha Tio Patinhas Ltda - Epp - EXECUTADA: Patricia Pinheiro Souza - Uma vez que todas as tentativas de constrição patrimonial empreendidas pelo Juízo restaram infrutíferas, intime-se o Exequente para indicar bens penhoráveis em nome do devedor, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIA RAMOS DE CARVALHO (OAB 8786/AM), ADV: GABRIELA GOMES SOARES (OAB 12504/AM) - Processo 0620525-28.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Virginia Miranda da Costa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: PEDRO MORAIS DE BRITO JUNIOR (OAB 10803/AM) - Processo 0621485-47.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Adria Reis Pontes - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Trata-se de Recurso Inominado tempestivo com pedido de gratuidade recursal manejada pela recorrente às fls. 141/153. Dispõe o Enunciado 116 FONAJE: ENUNCIADO 116 - O Juiz poderá, de ofício, exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos para obter a concessão do benefício da gratuidade da justiça (art. 5º, LXXIV, da CF), uma vez que a afirmação da pobreza goza apenas de presunção relativa de veracidade (XX Encontro - São Paulo/SP). Isso posto, intime-se a recorrente para comprovar a alegada insuficiência de recursos, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento do pedido. Cumpra-se

ADV: TOMÁS GOMES DA SILVA NETO (OAB 12978/AM) - Processo 0621975-06.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luiz Joao Santos de Oliveira - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM), ADV: DAVID SALEON GOMES ABECASSIS (OAB 9614/AM), ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM) - Processo 0622264-36.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Anderson Leão Cordeiro - REQUERIDO: Fábrica de Eventos - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0622498-81.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Edú Goya Dornelles Junior - REQUERIDO: Oi S/A - Considerando a juntada de novos documentos pelo Autor às fls. 124/135, intime-se o Réu para no prazo de 5 dias se manifestar acerca dos referidos documentos, especialmente quanto ao número de protocolo informado na reclamação realizada junto à Anatel, sob pena de julgamento do feito no estado em que se encontra. Intime-se.

ADV: JOSÉ FÉLIX DE OLIVEIRA BRANDÃO (OAB 11862/AM) - Processo 0622656-73.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Raimundo Arquilau de Oliveira Brandão - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0622866-90.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Edu da Silva Melo - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para

apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0623132-77.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Edivania Albuquerque de Lima - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM) - Processo 0623182-06.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Gláucio Nunes da Luz - EXECUTADO: Marcos Antonio Rodrigues Monteiro - Considerando que todas as tentativas de expropropriação de bens em face da pessoa física e jurídica restaram frustradas, consoante respostas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e certidão do oficial de justiça, intime-se o Exequente para indicar bens penhoráveis em nome do devedor, no prazo de 30 dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM) - Processo 0623583-39.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Shirley Mara Ferreira dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0623822-09.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - EXEQUENTE: Celso Antônio da Silveira - EXECUTADO: Osvaldo Dutra Braga - Não sendo, entretanto, localizados bens suscetíveis de penhora, intime-se o Exequente para indicar bens a penhora no prazo de 30 dias, sob pena de arquivamento dos autos, na forma do art. 53, § 4º, da LJEC

ADV: JOYCE JOANNY DE OLIVEIRA LEITÃO LIMEIRA (OAB 11294/AM), ADV: ZAYRA THAYS DA SILVA ALBUQUERQUE (OAB 11957/AM) - Processo 0624511-53.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Afonso Luiz Costa Lins Júnior - REQUERIDO: Carril e Rocha Ltda Me (Portal do Zacarias) - Sebastião Lucivaldo Moraes Carril - De ordem, fica designado o dia 16/09/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: KAMILA MARIA PINHEIRO DE MENEZES (OAB 12278/AM) - Processo 0624899-53.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: M. Henoch Gomes Pereira Me - EXECUTADO: Carlos Bruno da Silva - Em análise aos presentes autos verifico que o executado não opôs embargos em audiência, como lhe faculta o § 1º do art. 53 da Lei nº 9.099/95. Isso posto, determino a expedição de alvará em favor do exequente para levantamento do valor objeto de penhora Bacenjud de fls. 36/37. Determino, ainda, o proseguimento da execução, laborando-se novo cálculo com abatimento do valor acima, promovendo-se novo protocolamento Bacenjud em face do executado. Restando frustrado, expeça-se mandado de penhora e avaliação dos veículos bloqueados via RENAJUD de fls. 38, a ser cumprido por oficial de justiça. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO (OAB 8819/AM) - Processo 0626904-48.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisco Renovato de Miranda - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Intime-se o Autor para apresentar de forma legível os extratos anexados aos autos às fls. 12/14, no prazo de 5 dias, sob pena de julgamento do feito no estado em que se encontra. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ÉDEN ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 4115/AM) - Processo 0627325-38.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Waldemir Kramer Goncalves - De ordem, INTIMO a parte Requerente para indicar/corrigir o endereço que deverá constar no mandado/carta, no prazo legal de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: HÁLLICE MOREIRA TEIXEIRA (OAB 9003/AM) - Processo 0627729-89.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Patrícia Nahmias Costa - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB 11421/AM) - Processo 0627767-04.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Carlos Antônio Nogueira da Silva - EXECUTADA: Márcia Rodrigues Ibernon Kitzinger - Vistos, etc... Trata-se de execução de título extrajudicial, tendo sido tomadas todas as providências para o recebimento do crédito condenatório, inclusive aquela relativa à penhora de bens pelos sistemas Bacenjud, Renajud, Infojud, bem como por Mandado de Penhora e Avaliação cumprido por Oficial de Justiça, restando todas infrutíferas. Intimado o exequente, requereu a inclusão do nome da devedora no rol de inadimpelntes. Tenho, portanto, que há motivo bastante ao pronunciamento de extinção do processo executório e consequente arquivamento do feito, à inteligência do que reza o art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95, devolvendo-se os documentos à autora-exequente. Em casos tais reverbera-se a possibilidade da Exequente pugnar pela expedição de certidão de dívida em desfavor do Executado, desde que por si assumida a inteira responsabilidade por tal medida, segundo o que dita o Enunciado 76 do FONAJE. Enunciado 76 - No processo de execução, esgotados os meios de defesa ou inexistindo os meios de defesa ou inexistindo bens para a garantia do débito, expede-se, a pedido do exequente, certidão de dívida para fins de inscrição no Serviço de Proteção ao Crédito - SPC e SERASA, sob pena de responsabilidade. Desta feita, certifique a Diretora de Secretaria e entregue a certidão de dívida à autora/exequente, que deverá agir às suas expensas e responsabilidade para o cadastro restritivo dos dados do Executado em órgãos restritivos de crédito ou mesmo em cartórios de protestos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0628134-28.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Edilson Barbosa Rego - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Trata-se de Recurso Inominado tempestivo com pedido de gratuidade recursal manejada pela recorrente às fls. 190/212. Dispõe o Enunciado 116 FONAJE: ENUNCIADO 116 - O Juiz poderá, de ofício, exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos para obter a concessão do benefício da gratuidade da justiça (art. 5º, LXXIV, da CF), uma vez que a afirmação da pobreza goza apenas de presunção relativa de veracidade (XX Encontro - São Paulo/SP). Isso posto, intime-se a recorrente para comprovar a alegada insuficiência de recursos, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento do pedido. Cumpra-se

ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0628233-95.2018.8.04.0015 - Procedimento

do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Mariliza Rebelo dos Santos Silva - REQUERIDO: Claro S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM) - Processo 0628346-49.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Isane Nascimento de Almeida - REQUERIDO: Rodrigo Pontes da Silva - Defiro o pedido de fls. 38, assinalando prazo de 15 dias para o requerente indicar o endereço correto para citação do réu. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB 11421/AM) - Processo 0629128-56.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Carlos Antônio Nogueira da Silva - EXECUTADA: Silvana de Paula Rocha dos Santos - Intime-se o exequente para informar o endereço correto da executada, uma vez que naqueles endereços obtidos junto ao SIEL e INFOJUD não se logrou êxito em sua citação, consoante certidão do oficial de justiça de fls. 31. Faça-o no prazo de 10 dias, sob pena de extinção da execução. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: FLÁVIA CAROLINE DE SANT'ANA (OAB 10641/AM) - Processo 0629718-33.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Lucia da Costa Rocha - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JÉSSICA NAIANY TAVARES BARROS (OAB 9547/AM) - Processo 0629720-03.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Carlos Augusto de Souza Marques Júnior - REQUERIDO: Claro S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM) - Processo 0639047-77.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ulisses Bergson Almeida da Silva - REQUERIDO: Centro Educacional Pingo de Gente Ltda - De ordem, fica designado o dia 16/09/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro o pedido de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício aos Órgãos de restrição ao crédito, indicados às fls. 20, para que em até 03 (três) dias, a contar do recebimento desta decisão, excluam dos seus cadastros a dívida no valor informado no documento mencionado, anotada em nome da parte autora Ulisses Bergson Almeida da Silva, CPF nº 15382265291 pela parte ré, até posterior deliberação, eis que esta questão encontra-se sub judice, sob pena de crime de desobediência.

ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP) - Processo 0646166-26.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - RECLAMADO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Adresse Nuance Oliveira de Araújo (OAB 9158/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Alex Lelis da Costa (OAB 11888/AM)
Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Ana Paula Benevides de Araújo (OAB 10188/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Anne Caroline Castro Silva (OAB 11421/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Augusto Costa Júnior (OAB 4337/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Camilla Fernanda Tufi Almeida (OAB 7024/AM)
Carlos Cesar Soares (OAB 390519/SP)
Cecilia Maria Vaccaro Brambilla (OAB 44467/PR)
Célio Orlando Papes de Oliveira (OAB 9078/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiano Meneghetti Pedroso (OAB 11813/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
David Saleon Gomes Abecassis (OAB 9614/AM)
Débora Cristina Nascimento da Costa (OAB 9226/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Éden Albuquerque da Silva (OAB 4115/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Elson Marcelo Lima de Souza (OAB 9903/AM)
Emerson Abineã da Silva (OAB 6393/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Farid Mendonça Júnior (OAB 6969/AM)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)
FLÁVIA CAROLINE DE SANT'ANA (OAB 10641/AM)
Flávia Ramos de Carvalho (OAB 8786/AM)
Francisco de Sousa Santana Júnior (OAB 9856/AM)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
Gabriela Gomes Soares (OAB 12504/AM)
Giovanna Maria Elias da Silva (OAB 11729/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Gualter Moraes dos Reis (OAB 8804/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Gustavo Amorim Corrêa (OAB 5071/AM)
Gustavo Antonio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hállice Moreira Teixeira (OAB 9003/AM)
Jacqueline Cruz Carriço (OAB 8952/AM)
Jair Alves Corrêa (OAB 5317/AM)
Jayme Matos de Sena (OAB 4939/AM)
Jéssica Naiany Tavares Barros (OAB 9547/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Bosco dos Santos Pereira Júnior (OAB 3729/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
Johnny de Oliveira Salles (OAB 8430/AM)
José Antônio do Nascimento Pinheiro (OAB 6353/AM)
José Félix de Oliveira Brandão (OAB 11862/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB 855A/SE)
Joyce Joanny de Oliveira Leitão Limeira (OAB 11294/AM)
Juarez Barbosa de Lima Neto (OAB 8819/AM)
Juliana Falci Mendes (OAB 223768/SP)
Kaio Felipe Oliveira Fernandes (OAB 9102/AM)
Kamila Maria Pinheiro de Menezes (OAB 12278/AM)
Kátia Maria Vasconcelos da Silva Santos (OAB 11464/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Larissa Sento-Sé Rossi (OAB 1079A/SE)
Larissa Sento-Sé Rossi (OAB 16330/BA)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Gustavo de Oliveira Ramos (OAB 128998/SP)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/

AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Marvyn Boris de Oliveira Costa (OAB 12571/AM)
Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mayran Oliveira de Aguiar (OAB 122910/MG)
Mônica Santa Rita Bonfim (OAB 3384/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Nilson Gomes Oliveira Meireles (OAB 5872/TO)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Pedro Morais de Brito Junior (OAB 10803/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Rubia Cardoso Ribeiro (OAB 14429/AM)
Rylene Álvares Bastos Rodrigues (OAB 10145/AM)
Sélvio Rodrigues de Souza (OAB 8308/AM)
Stephanny Katherinny Fonseca Motta (OAB 8114/AM)
Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque (OAB 4345/AM)
Suellen Poncell do Nascimento Duarte (OAB 28490/PE)
Tatiana Muniz Sabbá Guimarães (OAB 6104/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 11937A/AL)
Tomás Gomes da Silva Neto (OAB 12978/AM)
VALDEMIRO BRASILIANO DE MORAIS FILHO (OAB 11274AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Zayra Thays da Silva Albuquerque (OAB 11957/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 15º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0160/2019

ADV: EDIANAVE MENDONÇA LIMA (OAB 8469/AM) - Processo 0201004-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: WANDELL TOMAS DO NASCIMENTO - REQUERIDO: Supermercado Baratão da Carne - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE o pedido de danos morais formulado na inicial, proferindo sentença com resolução de mérito à luz do artigo 487, inc. I, do Código de Processo Civil de 2015. Isenção de custas e honorários advocatícios à inteligência do que dita o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.C.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: RAFAEL GOOD GOD CHELOTTI (OAB 139387/MG), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0201693-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ane Cristine Nunes Fragoso - REQUERIDA: Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. - MAGAZINE LUÍZA S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELLEN CAROLINE OLIVEIRA DE ALCÂNTARA (OAB 10616/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0603857-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ineiva de Oliveira Freitas - Daniel Bezerra dos Reis - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial para: a) CONDENAR o Réu ao pagamento da repetição de indébito no valor de R$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da citação; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do arbitramento.

ADV: FABIANA AMORIM BARROS (OAB 10647/AM) - Processo 0606340-48.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: R.S.T.S. - REQUERIDA: H.C.A.S. - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a demanda, condenando a Ré ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar do arbitramento.

ADV: ALOIZIO PAES DE LIMA (OAB 1814/AC), ADV: RICARDO HÜBNER (OAB 9398/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0610018-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carmen Maura Araújo Moreira - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para CONDENAR o Réu ao pagamento de verba indenizatória pelo dano material que fixo em R$ 7.000,00 (sete mil reais), incidindo-se correção monetária oficial e juros de 1% (um por cento) ao mês a partir do arbitramento, tudo de conformidade com o que apregoa a Súmula 362, do Superior Tribunal de Justiça.

ADV: AMANDA DE OLIVEIRA LOPES (OAB 13271/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0610672-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Dalete de Oliveira Sampaio - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALINE ANDRESA BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 14226/AM), ADV: SIGRID LIMA ARAÚJO (OAB 4574/AM) - Processo 0612548-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Paulo Roberto Sena Silva - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial e faço nos seguintes termos: a) CONDENAR o Réu ao pagamento do valor de R$ 302,00 (trezentos e dois reais), incindindo-se juros e correção monetária de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do arbitramento.

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM), ADV: ALCINARA MARQUES DOS SANTOS (OAB 8665/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0613375-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Espólio Iracema Marques Pantoja - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0613753-15.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Nadson Amancio Felix - REQUERIDO: Valmir Martins dos Santos - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PROCEDENTE a ação de cobrança, condenando o Réu ao pagamento de R$ 10.080,93 (dez mil e oitenta reais e noventa e três centavos), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da última atualização do débito (16/05/18). JULGO IMPROCEDENTE de condenação em honorários advocatícios, proferindo sentença com base no art.487, I do CPC.

ADV: MARIA ISABEL GURGEL DO AMARAL PINTO (OAB 14119/AM), ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 1080A/AM) - Processo 0613969-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Dermilson Carvalho das Chagas - REQUERIDO: Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: DAIANA KELLY BANDEIRA SPENER (OAB 13366/AM) - Processo 0614079-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Veralice da Silva Alves - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Averbo-me impedida de atuar no presente feito, nos nos termos do art. 144, IX do CPC/15, o qual transcrevo: Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: IX - quando promover ação contra a parte ou seu advogado. Destarte, considerando que essa julgadora ajuizou ação em face do réu, exsurge impedimento para atuar no presente processo, razão pela qual ordeno sua redistribuição ao meu substituto legal, dando-se baixa na distribuição. Demais providências pela Secretaria. Cumpra-se.

ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0614687-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Edilson Alves Rodrigues - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NATASHA CRISTINA PEREIRA DE JESUS (OAB 8437/AM), ADV: RENATA CRISTINA MAGALHÃES DA SILVA (OAB 7817/AM), ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 16330/BA), ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 1079A/SE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0614776-59.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Enzio Cleber Pereira Monteiro - REQUERIDO: Credicard S.a - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: JONATHAS MARCELINO ANDRADE DOS SANTOS (OAB 7607/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0614828-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Salatiel Marques da Costa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Banco Itaú Consignado - O caso é de julgamneto anteipado da lide, nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA (OAB 10838/AM), ADV: JOSÉ MARIA DA COSTA (OAB 204519/SP) - Processo 0615014-78.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Everaldo F. Barreto - REQUERIDO: Industria de Bebidas Paris Ltda - ASSLITISC: Indústria de Bebidas Paris Ltda. (filial) - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM) - Processo 0615032-36.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: R S 2 Comercio de Vidros Ltda Me - REQUERIDO: Construtora Carramanho Ltda. - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PROCEDENTE a ação de cobrança, condenando o Réu ao pagamento de R$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da citação.

ADV: ADRIANA MÁRCIA COSTA CÂNCIO (OAB 6119/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0615066-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Eliberato Alves de Souza - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM) - Processo 0615112-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Suzane dos Santos Fárias - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0615593-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Anne Caroline Pinto Henriques - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - Isto posto, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE o pedido, proferindo sentença com resolução do mérito ex vi do art. 487, I, do CPC.

ADV: LUCIVANE CARLA DA SILVA (OAB 10109/AM), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0615711-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível -

Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mariangela Pereira Bastos - REQUERIDO: American Airlines Brasil - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO SIMÕES PASSOS (OAB 4906/AM) - Processo 0615824-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Corretagem - REQUERENTE: Doze Negócios Imobiliários Ltda (Remax Baruch Imoveis) - REQUERIDO: Victor Silva Rodrigues - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PROCEDENTE o pedido de indenização por danos materiais e o fato nos seguintes termos: CONDENAR o Réu ao pagamento do valor de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), a título de danos materiais, incindindo-se juros de mora a contar da data do evento danoso, qual seja, 18 de fevereiro de 2019 e correção monetária de 1% (um por cento) ao mês a contar da data do efetivo prejuízo, qual seja, 19 de fevereiro de 2019. Em relação ao pedido de indenização por danos morais, JULGO IMPROCEDENTE a demanda, pela motivação acima exposta, proferindo sentença com resolução de mérito à luz do artigo 487, inc. I c/c 490 do Código de Processo Civil de 2015. Isenção de custas e honorários advocatícios à inteligência do que dita o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.C.

ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO (OAB 672A/AM) - Processo 0615963-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eliane Goncalves da Silva - REQUERIDO: Panasonic do Brasil Limitada - Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda - Maxima Assistencia Tecnica - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0616385-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Patricia Dantas da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ NORIO HIRATSUKA (OAB 231205/SP), ADV: REBECA AGUIAR LARRAT (OAB 9964/AM) - Processo 0617612-39.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: João Gilson Pereira da Silva Júnior - REQUERIDO: Movida Locação de Veículos S.a - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE os pedidos da inicial, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: GISCARDE OVÍDIO KARRER DE MELO MONTEIRO (OAB 6885/AM), ADV: FLÁVIA CAROLINE DE SANT'ANA (OAB 10641/AM) - Processo 0618930-57.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jessica Batista da Silva - REQUERIDO: Barco N/M Estrela de Davi - David Oliveira Fernandes - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial para: a) CONDENAR o Réu ao reembolso do valor de R$ 60,00 (sessenta reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do prejuízo (24/02/17); b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do arbitramento.

ADV: ANDRÉ LUIZ ACCIOLY SILVA (OAB 134551/RJ), ADV: RICARDO BAZZANEZE (OAB 57033/PR), ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0619667-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria de Guadalupe Vicente Jimenez - REQUERIDO: Msc Cruzeiros do Brasil Ltda - Qcns Cruise Brasil Agencia de Viagem e Turismo Ltda (123 Cruzeiros.com.br - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial em relação ao Réu MSC Cruzeiro para: a) CONDENAR à complementação do reembolso no valor de R$ 3.540,20 (três mil, quinhentos e quarenta reais e vinte centavos), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da citação; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do arbitramento. JULGO IMPROCEDENTE a demanda em relação ao Réu 123 Cruzeiros.Com, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0621214-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Johannes da Silva Pereira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Trata-se de ação que tem por objeto questionamento acerca de tarifa bancária denominada "CESTA BÁSICA DE SERVIÇOS" ou rubricas similares, ajuizada pela parte autora em face do Banco Réu. Pois bem. Em decisão proferida nos autos do Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei n.º 0000511-49.2018.8.04.9000, foi determinada a suspensão de todos os feitos que versem sobre as seguintes questões jurídicas, que serão objeto de uniformização: 1. Se é legal a cobrança da tarifa bancária denominada "cesta básica de serviços", "cesta fácil" ou similares, quando não demonstrada a contratação de tais serviços, mediante contrato específico, ou se tal panorama configura a ocorrência de ato contraditório por parte do usuário do serviço, que, sabendo dos descontos efetivados em sua conta-corrente, se mantém inerte (venire contra factum proprium) ; 2. A ocorrência ou não de danos morais em razão de tais descontos da pessoa do correntista; e 3. Ocorrência ou não do dever de repetição simples ou dobrada dos valores descontados, acaso constatado, no caso concreto, que estes são indevidos. Diante do que restou relatado e atendendo à referida determinação, considerando, ainda, que a causa de pedir encontra-se inserida nas matérias enumeradas no Pedido de Uniformização, determino a suspensão da presente ação até que se ultime o julgamento do incidente acima transcrito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0621781-69.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Fernando Maurício Pedrosa Castelo Branco - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE os pedidos da inicial proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: LUÍS FELIPE MOTA MENDONÇA (OAB 2505/AM), ADV: JAMILLE PRISCILA CONCEIÇÃO DA SILVA (OAB 13785/AM) - Processo 0621789-46.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: André Willian Pedroso Gaia - REQUERIDO: Felipe Massulo Junior - LITSPASSIV: C.f.c. Auto Escola Mendes Ltda - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, reconheço a ilegitimidade passiva da Requerida Autoescola Mendes e JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO o feito pela motivação jurígena da qual me ocupei, proferindo Sentença à luz do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil de 2015. Transitado em

julgado, prossiga o presente feito em relação ao pedido de execução formulado pelo Autor às fls. 40/43. Isenção de custas e honorários advocatícios à inteligência do que dita o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: JULIANA FERNANDES DOS SANTOS (OAB 292422/SP) - Processo 0622684-07.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio View Club Home - REQUERIDO: Api Spe22 Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda (Pdg Construtora e Empreendimentos) - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação de cobrança, condenando o Réu ao pagamento do valor de R$ 17.978,69 (dezessete mil, novecentos e setenta e oito reais e sessenta e nove centavos), referente às taxas condominais da tabela de fls. 239/241, bem como daquelas comprovadamente vencidas no curso do processo desde que ainda não tenha sido entregue as chaves, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da última atualização (28/11/18).

ADV: SÉRGIO PAULO MESQUITA JÚNIOR (OAB 10823/AM), ADV: TATIANA MENDES BARBOSA (OAB 12586/AM) - Processo 0627474-34.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Odenilze de Souza Ramos - REQUERIDO: Fatesp - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da inicial e o fato nos seguintes termos: a) CONDENAR o Réu ao pagamento do valor de R$ 825,00 (oitocentos e vinte e cinco reais), a título de danos materiais, incindindo-se juros de mora a contar da data do evento danoso, qual seja, 29 de setembro de 2018 (fls. 40) e correção monetária de 1% (um por cento) ao mês a contar da data do efetivo prejuízo, qual seja, 18 de junho de 2018; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral, que fixo no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), incidindo-se juros de mora a contar da data da citação e correção monetária de 1% (um por cento) ao mês a contar do arbitramento, à inteligência da Súmula 362, do STJ. Isenção de custas e honorários advocatícios à inteligência do que dita o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.C.

ADRIANA MÁRCIA COSTA CÂNCIO (OAB 6119/AM)
Alcinara Marques dos Santos (OAB 8665/AM)
Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
Aline Andresa Braga de Oliveira (OAB 14226/AM)
Aloizio Paes de Lima (OAB 1814/AC)
Amanda de Oliveira Lopes (OAB 13271/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Luiz Accioly Silva (OAB 134551/RJ)
André Norio Hiratsuka (OAB 231205/SP)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 16215/PA)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB 672A/AM)
Celso de Faria Monteiro (OAB 1080A/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA (OAB 10838/AM)
Daiana Kelly Bandeira Spener (OAB 13366/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edianave Mendonça Lima (OAB 8469/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Eduardo Simões Passos (OAB 4906/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Ellen Caroline Oliveira de Alcântara (OAB 10616/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Fabiana Amorim Barros (OAB 10647/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
FLÁVIA CAROLINE DE SANT'ANA (OAB 10641/AM)
Giscarde Ovídio Karrer de Melo Monteiro (OAB 6885/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jamille Priscila Conceição da Silva (OAB 13785/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Jonathas Marcelino Andrade dos Santos (OAB 7607/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Maria da Costa (OAB 204519/SP)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Juliana Fernandes dos Santos (OAB 292422/SP)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Larissa Sento-Sé Rossi (OAB 1079A/SE)
Larissa Sento-Sé Rossi (OAB 16330/BA)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Lucivane Carla da Silva (OAB 10109/AM)
Luís Felipe Mota Mendonça (OAB 2505/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Isabel Gurgel do Amaral Pinto (OAB 14119/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Natasha Cristina Pereira de Jesus (OAB 8437/AM)
Nathalia Cristina Santos Gabriel (OAB 13524/AM)
Rafael Good God Chelotti (OAB 139387/MG)
Rebeca Aguiar Larrat (OAB 9964/AM)
Renata Cristina Magalhães da Silva (OAB 7817/AM)
Ricardo Bazzaneze (OAB 57033/PR)
Ricardo Hübner (OAB 9398/AM)
Ricardo Nunes Lopes (OAB 13034/AM)
Sérgio Paulo Mesquita Júnior (OAB 10823/AM)
Sigrid Lima Araújo (OAB 4574/AM)
Tatiana Mendes Barbosa (OAB 12586/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JACI CAVALCANTI GOMES ATANAZIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL IRLÂNDIA MENDES QUEIROZ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0172/2019

ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM) - Processo 0600391-28.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Maria Dagoberto dos Reis - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Exequente/Executado intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF, CNPJ), necessários à efetivação do pagamento por meio de Alvará Eletrônico, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, transfira-se-lhe o valor incontroverso.

ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM) - Processo 0600934-31.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Cleonice Gregorio Nogueira - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os depósitos realizados (fl. 130), advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0601053-60.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXEQUENTE: ANA NERY VIANA CARDOSO - Intime-se a parte autora para prestar esclarecimentos acerca da não devolução do valor de R$ 1.000,00 à parte executada, conforme determinado no acórdão de fls. 282/285, no prazo de 5 (cinco) dias. Transcorrido o prazo sem manifestação, execute-se via sistema Bacenjud. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: JANAÍNA COELHO MOTA SANTIAGO (OAB 3936/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: DANILO ANDRADE MAIA (OAB A1111/AM), ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0601495-21.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Francisca Rairiane dos Santos Paiva - REQUERIDO: LOJAS RENNER S/A - Diante da controvérsia sobre o contrato em que refuta o fato descrito na inicial, a audiência de instrução e julgamento se faz indispensável, ante a necessidade de dilação probatória para dirimir o caso concreto. Assim, designo o dia 05/11/2019 às 10:00h para realização de Audiência de Instrução e Julgamento, oportunidade que serão ouvidas pessoalmente as partes e testemunhas em número máximo de 03 (três). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0601656-02.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Estrelas do Amanhã - De ordem, intimo a parte exequente para tomar ciência da certidão de dívida à fl. 73, e, nada mais havendo a ser diligenciado neste autos, remeto-os à fila de processos encerrados.

ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM) - Processo 0601776-11.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosely Soares da Silva - REQUERIDO: Francisco Alipio Cardoso Guimarães - Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - De ordem, conforme redesignação em termo de audiência às fls. 596/597, fica designado o dia 19/09/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0601881-51.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Hermes Cardoso Silva Filho - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: DENISE MORGADO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA (OAB 6999/AM) - Processo 0601912-76.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: RAIMUNDO ANTONIO CUNHA LIMA - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Exequente/Executado intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF, CNPJ), necessários à efetivação do pagamento por meio de Alvará Eletrônico, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, transfira-se-lhe o valor incontroverso.

ADV: HILDEBERTO CORRÊA DIAS (OAB 1127/AM), ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM) - Processo 0602291-17.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - EXEQUENTE: LEONARDO GUERREIRO PRESTES - EXECUTADO: VIVO S.A - Defiro parcialmente o pedido de fl. 234. Intime-se a parte requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, cumprir voluntariamente a sentença/acórdão, realizando o pagamento do saldo remanescente de R$ 442,49, sob pena de incidência da multa de 10% insculpida no art. 523, § 1º, do NCPC. Caso o pagamento não seja efetuado dentro do prazo, proceda-se a tentativa de penhora via sistema Bacenjud (enunciado 147 - Fonaje) e pesquisa junto ao sistema Renajud. Noutro giro, intime-se o exequente para apresentar conta bancária para fins de expedição de alvará, no prazo de 5 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM) - Processo 0602488-98.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenizaçao por Dano Moral - EXEQUENTE: V. Marques Nobrega - De ordem, intimo a parte exequente para, no prazo de 05 dias, manifestar eventual interesse na adjudicação dos bens penhorados.

ADV: GEISA RODRIGUES DA FROTA (OAB 8871/AM) - Processo 0602526-52.2014.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: MARIA IVANILDE DA SILVA PINHEIRO - Transcorrido o prazo de sobrestamento determinado no despacho de fl. 335, intime-se o exequente para informar a este juízo acerca do desfecho da penhora no rosto os autos processada na 3º Vara da Fazenda Pública Estadual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0604536-64.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMADO: Banco BMG S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 269/271, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 7.078,95, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ADRESSE NUANCE OLIVEIRA DE ARAÚJO (OAB 9158/AM) - Processo 0605312-93.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lucio Pessoa Guimarães - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0605424-33.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 209/216, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 10.855,59, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0605647-49.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Edson Morais Lopes - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MÁRCIA FERNANDA ALBUQUERQUE BARROS LIMA (OAB 9651/AM) - Processo 0605893-16.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - TERCEIRA: Ediely Hanna Gadelha Barros - Intimado para se manifestar acerca da proposta de pagamento do executado, quedou-se inerte o exequente. Desta forma, em observância ao principio da execução menos onerosa para o devedor (art. 805 do NCPC), defiro o pedido de fls 139/140. Intime-se o devedor para que realize o pagamento do débito, devidamente corrigido, em conta judicial, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da ciência desta decisão, devendo apresentar o comprovante de depósito nos autos. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM) - Processo 0606016-09.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Michel Junior Lobo da Costa - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0606020-46.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Antonio Gonzaga da Silv. - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 11:15h para a realização de

audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0606021-31.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Gonzaga da Silv. - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação-Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0606023-98.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Jose Edson de Lima Brandão - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: RICARDO ALEXANDRE VIEIRA DA COSTA (OAB 1396-A/RN) - Processo 0606030-90.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Dayenne Rose Araujo de Oliveira - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, c/c Portaria Nº 001/2012, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado Amazonas, indicando: (x.) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (x) o comprovante de residência dentro da competência deste Fórum. ( ) determina-se nos termos do artigo 320, do CPC, que a parte requerente

ADV: RICARDO ALEXANDRE VIEIRA DA COSTA (OAB 1396-A/RN) - Processo 0606033-45.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Antonio da Silva Parnaiba - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: RICARDO ALEXANDRE VIEIRA DA COSTA (OAB 1396-A/RN) - Processo 0606035-15.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jakson Correa da Cruz - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, c/c Portaria Nº 001/2012, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado Amazonas, indicando: (x) o Cadastro de Pessoa Física (CPF), da parte autora. (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (x) o comprovante de residência dentro da competência deste Fórum. ( ) determina-se nos termos do artigo 320, do CPC, que a parte requerente

ADV: RICARDO ALEXANDRE VIEIRA DA COSTA (OAB 1396-A/RN) - Processo 0606037-82.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jakson Correa da Cruz - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, c/c Portaria Nº 001/2012, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado Amazonas, indicando: (x) o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), da parte requerente. (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (x) o comprovante de residência dentro da competência deste Fórum. ( ) determina-se nos termos do artigo 320, do CPC, que a parte requerente

ADV: CRISTIANO GONÇALVES PIRES (OAB 10755/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0606039-86.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Carlos Junio Gonçalves Pires - REQUERIDO: Centro Universitário do Norte - Uninorte - De ordem, fica intimada a parte autora para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a petição de fls. 222-223.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0606045-59.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Alda Maria dos Santos Ferreira - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação-Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0606047-29.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Geraldo de Souza Ferreira - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0606051-66.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - RECLAMANTE: Jose Mendes Batista - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: HAROLDO MALIZIA JÚNIOR (OAB 13447/AM) - Processo 0606065-50.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Charles Vasconcelos Lima - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0606077-64.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Luciano Rocha de Souza - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0606084-56.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Diego Figueredo do Nascimento - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: ÁTILA ROMANO ARAÚJO BENJAMIN JÚNIOR (OAB 10993/AM) - Processo 0606097-55.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Melqui Sedequi dos Santos - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, c/c Portaria Nº 001/2012, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado Amazonas, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (x) o comprovante de residência dentro da competência deste Fórum. ( ) determina-se nos termos do artigo 320, do CPC, que a parte requerente

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0606106-17.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Vanessa Marques Patrício - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, c/c Portaria Nº 001/2012, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado Amazonas, indicando: (x) o

comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (x) o comprovante de residência dentro da competência deste Fórum. (x) determina-se nos termos do artigo 320, do CPC, que a parte requerente

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0606111-39.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Vanessa Marques Patrício - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, c/c Portaria Nº 001/2012, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado Amazonas, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (x) o comprovante de residência dentro da competência deste Fórum. (x) determina-se nos termos do artigo 320, do CPC, que a parte requerente

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0606216-16.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Allen Costa Andrade - De ordem, fica designado o dia 21/10/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: ENDREW DOS SANTOS MESQUITA (OAB 14260/AM) - Processo 0606217-98.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Yago Ruiz Auzier e Lima - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: PRISCILA NEVES SILVA COSTA (OAB 12879/AM) - Processo 0606304-88.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Luis Nunes Reis - REQUERIDO: André Luigi Coelho de Oliveira - Me - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados às fls. 123, bem como para informar os dados bancários para posterior confecção de alvará judicial. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FABIANA AMORIM BARROS (OAB 10647/AM) - Processo 0606569-61.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Cristiano Caetano da Silva - EPP (Óticas Americanas) - Diante do requerimento do Exequente às fls. 94/96, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 1.970,64, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0607024-55.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 197/201, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 7.243,19, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0607357-07.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Raimundo Costa Neves - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução.

ADV: MARIA DE JESUS DE SOUZA LIMA (OAB 3076/AM) - Processo 0607744-90.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Obrigações - EXEQUENTE: Jj Rodrigues Comercio de Lubrificantes Ltda - De ordem, INTIMO a parte requerente para se manifestar acerca da proposta da parte requerida (fls. 62), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0607755-85.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$ 14.055,94, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0609490-22.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Batista Canaã - REQUERIDA: Roseane Pimentel Mesquita - Diante da ausência de defesa, designo o dia 31/10/2019 às 10:00h para realização de Audiência de Instrução e Julgamento, concedendo, inclusive, oportunidade da parte autora buscar auxílio jurídico para elaboração de sua fesa, na forma do artigo 9º, §2, da Lei dos Juizados Especiais. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0611713-79.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$ 15.299,52, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 1235A/AM) - Processo 0611960-60.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Contratos de Consumo - EXECUTADO: Banco Itaucard S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 117/122, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da multa de R$ 1.000,00, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, prosseguir-se-á automaticamente os atos de expropriação.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0613586-17.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - Diante do que consta na certidão de fl. 309, defiro parcialmente o pedido do autor de fl. 299/300. Intime-se a parte requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, cumprir voluntariamente com o pagamento do saldo remanescente de R$ 2.248,95, sob pena de incidência da multa de 10% insculpida no art. 523, § 1º, do NCPC. Caso o pagamento não seja efetuado dentro do prazo, proceda-se a tentativa de penhora via sistema Bacenjud (enunciado 147 - Fonaje) e pesquisa junto ao sistema Renajud. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0613957-78.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 418/420, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 10.442,97, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

Adresse Nuance Oliveira de Araújo (OAB 9158/AM)

Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)

Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Átila Romano Araújo Benjamin Júnior (OAB 10993/AM)
Brendo de Castro Martins (OAB 13009/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB 7019/AM)
Cristiano Gonçalves Pires (OAB 10755/AM)
Danilo Andrade Maia (OAB A1111/AM)
Davi da Silva Macêdo (OAB 10149/AM)
Denise Morgado de Oliveira Junqueira (OAB 6999/AM)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Endrew dos Santos Mesquita (OAB 14260/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fabiana Amorim Barros (OAB 10647/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Geisa Rodrigues da Frota (OAB 8871/AM)
Haroldo Malizia Júnior (OAB 13447/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hildeberto Corrêa Dias (OAB 1127/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Janaína Coelho Mota Santiago (OAB 3936/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 1235A/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Márcia Fernanda Albuquerque Barros Lima (OAB 9651/AM)
Maria de Jesus de Souza Lima (OAB 3076/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Priscila Neves Silva Costa (OAB 12879/AM)
Ricardo Alexandre Vieira da Costa (OAB 1396-A/RN)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0176/2019

ADV: MICHELLE PEREIRA CRUZ (OAB 7072/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0202991-24.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: EILZON FERREIRA DE CASTRO - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, em razão da ausência de manifestação da parte interessada, encaminho os presentes autos para a baixa.

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0607192-91.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Luiz Ccarlos Albuquerque Ferreira - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, em razão da ausência de manifestação da parte interessada, encaminho os presentes autos para a baixa.

Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Michelle Pereira Cruz (OAB 7072/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO JACI CAVALCANTI GOMES ATANAZIO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL IRLÂNDIA MENDES QUEIROZ

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0173/2019

ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ), ADV: SAMANTHA DE SOUZA PENHA (OAB 13297/AM), ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ) - Processo 0600040-21.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Vitorino Ferreira Lima - REQUERIDO: Banco Itaú Consignado S/A - Ex positis, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pleitos autorais. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: ALAN DE MOURA MENDES (OAB 13404/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 1873A/AP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0600478-47.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Vander dos Santos Seixas - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente reclamação, para: CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$1.007,00 (mil e sete reais) a titulo de danos materiais, acrescido de correção monetária pelo INPC a partir do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação. CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$30.000,00 (trinta mil reais), a título de danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF) - Processo 0600602-64.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: João Batista da Silva - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, para: DECLARAR ANULADO O CONTRATO de empréstimo no cartão de crédito entre a Requerida e a parte Requerente, que resultaram nos descontos indevidos. Por consectário lógico, DETERMINAR à Requerida que abstenha de efetuar novos descontos, no prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de desobediência, será aplicado multa astreintes de R$1.000,00 (mil reais) por cada desconto indevido até o limite de R$12.000,00 (doze mil reais). Para restituir o status quo ante, CONDENAR a Requerida pagar à Requerente a quantia de R$2.879,73 a título de danos materiais, acrescido de correção monetária pelo INPC a contar do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação.. CONDENAR a Requerida pagar à Requerente a quantia de R$4.000,00 a título de danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos, aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: PAULO FELIPE SARAIVA DA SILVA (OAB 10242/AM), ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0600770-32.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Marcos de Oliveira Dias - REQUERIDO: Apeam (Associação dos Praças do Estado do Amazonas) - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, com fulcro no artigo 487, I, do CPC para: DECLARAR inexistente o contrato entre as partes e, por via de consequência, DETERMINAR à Requerida que se abstenha de lançar novos descontos no prazo de 15 dias. Em caso de desobediência, será aplicado multa astreinte de R$1.000,00 (mil reais) por cada desconto, estabelecendo o limite de R$10.000,00 (dez mil reais).

CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$1.568,29 a titulo de danos materiais, acrescido de correção monetária pelo INPC a partir do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação e, JULGAR IMPROCEDENTE o pleito de indenização por dano moral. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C. Jaci Cavalcanti Gomes Atanazio Juíza de Direito

ADV: ANA CAROLINE SILVA PICANÇO (OAB 14459/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0600891-60.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Cláudio Laborda de Melo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, nos termos do art. 51, II, da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, em virtude da complexidade da matéria. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.C.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0600946-11.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Diego Rodrigo Rosas Marinho - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente reclamação, com fulcro no artigo 487, I, do CPC, para: DETERMINAR à Requerida que se abstenha de efetuar cobranças do contrato declarado inexigível, no prazo de 15 dias. Em caso de desobediência, aplico multa de R$300,00 (trezentos reais), até o limite de 10 multas. E, JULGAR IMPROCEDENTE o pleito de indenização por moral. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: EDMAR MACIEL DE OLIVEIRA (OAB 14032/AM) - Processo 0600983-38.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Manoel Dionizio de Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Portanto, nos termos do art. 51, II, da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, em virtude da complexidade da matéria. P.R.I.C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: MILTON LITAIFF GONÇALVES (OAB 10220/AM) - Processo 0601050-03.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisca Angela da Silva Sousa - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Portanto, nos termos do art. 51, II, da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, em virtude da complexidade da matéria. Transitado em Julgado, Arquivem-se os autos Defiro os benefícios da gratuidade da Justiça. P.R.I.C.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM) - Processo 0601114-13.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Roiany de Castro Farias - REQUERIDO: Netflix Entretenimento Brasil Ltda. - Banco Bradesco S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente reclamação, na forma do artigo 487, I, do CPC, para: DECLARAR INEXISTENTE a relação jurídica e, por via de consequência, DETERMINAR às Requeridas que abstenham de faturar o serviço no cartão de crédito, sob pena de incorrer em multa astreintes de R$500,00, por cada faturamento indevido, limitado a 10 multas. CONDENAR as Requeridas solidariamente a restituírem o valor de R$37,90 (trinta e sete reais e noventa centavos) em sua forma simples, quantia que deverá ser acrescida de correção monetária pelo INPC a contar do ajuizamento da demanda e juros da Citação. E julgar improcedente o pleito de indenização por dano moral. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos, até que haja manifestação da parte interessada. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: JANAÍNA LOPES CAVALCANTE (OAB 5872/AM), ADV: ANDERSON ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5059/AM) - Processo 0601181-75.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Edinaldo Franco da Silva - REQUERIDO: Sul América Companhia Nacional de Seguros - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, na forma do artigo 487, I, do CPC, para: I DECLARAR RESCINDIDO O CONTRATO de seguro entre a Requerida e o Requerente, que resultou nos descontos indevidos. Por consectário lógico, DETERMINAR o cancelamento dos descontos no prazo de 15 dias. Em caso de desobediência, será aplicado multa astreintes de R$300,00 por cada desconto indevido, estabelecendo o limite de 10 multas. II - CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente a quantia material já computado em dobro, no valor de R$ 1.564,00 (mil quinhentos e sessenta e quatro reais), acrescido de correção monetária, pelo INPC, a partir do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação. III - CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente a título de dano moral na quantia de R$ 8.000,00 (oito mil reais), acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos, aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0601185-15.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cecy Venancio da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Portanto, nos termos do art. 51, II, da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, em virtude da complexidade da matéria. Transitado em Julgado, Arquivem-se os autos P.R.I.C.

ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM) - Processo 0601268-31.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jessica Azevedo de Abreu - REQUERIDO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Natura Cosméticos S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente reclamação, com fulcro no artigo 487, I, do CPC, para: I DECLARAR INEXISTENTE O CONTRATO E INEXIGÍVEL o débito que originou a inscrição negativa entre Requerida Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I e a parte Requerente Jessica Azevedo de Abreu. Como consectário lógico, DETERMINAR à Requerida cancele os registros negativos, se ainda estiver anotado, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária astreintes de R$500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$5.000,00 (cinco mil reais). II - CONDENAR solidariamente as Requeridas Natura Cosmética S/A

ADV: ANA BÁRBARA MARTINS BACELAR (OAB 11404/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0601461-46.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Maria da Conceição Soares da Costa - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Portanto, nos termos do art. 51, II, da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, em virtude da complexidade da matéria. Transitado em Julgado, Arquivem-se os autos Defiro os benefícios da gratuidade da Justiça. P.R.I.C.

ADV: ARIVAN DE CARVALHO NUNES (OAB 5108/AM) - Processo 0601492-66.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: V.S.G. - REQUERIDO: A.A.C.C.A.P.M.P. - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente reclamação, com fulcro no artigo 487, I, do CPC, para: I DECLARAR INEXISTENTE O CONTRATO E INEXIGÍVEL o débito que originou a inscrição

negativa entre Requerida AVISTA S/A Administradora de Cartões de Crédito (Atual: PAG S/A Meios de Pagamento) e a parte Requerente Vanilza Santos Granja. Como consectário lógico, DETERMINAR à Requerida cancele os registros negativos, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária astreintes de R$500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$5.000,00 (cinco mil reais). II - CONDENAR a parte Requerida AVISTA S/A Administradora de Cartões de Crédito (Atual: PAG S/A Meios de Pagamento), nos termos dos artigos 6º, VI, 14, e 42, "caput", todos do CDC, pagar a parte Requerente Vanilza Santos Granja a quantia de R$ 6.000,00 (seis mil reais), a título de indenização por danos morais. Esta indenização deverá ser acrescida de juros legais e correção monetária pelo INPC a contar desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), transcorrido o prazo de 05 dias, arquivem-se os autos. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 20335/PE), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0601527-26.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: José Raimundo Freitas Fontão - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Ex positis, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para DECLARAR INEXISTENTE o contrato firmado entre Requerente e Requerido quanto às rubricas "RENOVAÇÃO TIM PRÉ 1GB + VOZ ILIMITADO 7 DIAS, VO-TIM RECADO BACKUP e ACESSO A INTERNET". Como consectário lógico, DETERMINAR que a Requerida se abstenha de lançar esses serviços, no prazo de 15 dias. Em caso de desobediência, aplique-se multa de R$200,00 (duzentos reais) até o limite de R$5.000,00, por faturamento indevido encaminhado para o autor. II - CONDENAR a Requerida, pagar à parte Requerente a quantia de R$495,72, acrescido de correção monetária pelo INPC a partir de cada desconto e juros legais a partir da citação. III - IMPROCEDER o pleito de reparação moral. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Indefiro os benefícios da gratuidade da justiça. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0601774-07.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Kleberson da Silva Oliveira - REQUERIDO: Ns2.com Internet S.a. (netshoes) - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente reclamação, com fulcro no artigo 487, I, do CPC, para: DECLARAR RESCINDIDO o contrato entre as partes. CONDENAR a Requerida pagar à parte autora na quantia de R$ 1.048,90 (mil e quarenta e oito reais e noventa centavos) a título de reparação material, acrescido de correção monetária a partir do ajuizamento da demanda e juros legais da citação. E, ainda, CONDENAR a parte Requerida pagar à parte Autora, a título de danos morais, o valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), acrescido de correção monetária e juros a partir do trânsito em julgado. Transitado em julgado, arquivem-se. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0601807-94.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Tania Maria da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente reclamação, para: I - DECLARAR a inexigibilidade parcial dos faturamentos, por via de consequência, DETERMINAR à Requerida que retifique as cobranças para 15M³, em conformidade aos faturamentos anteriores. Para o cumprimento, estabeleço o prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de desobediência, será aplicado multa astreintes de R$200,00 (duzentos reais) por cada cobrança indevida encaminhada à parte autora, estabelecendo o limite de R$5.000,00. II - IMPROCEDER o pleito de indenização por danos morais. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Defiro os beneficios da gratuidade da justiça à parte autora. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0601894-50.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Cristina Botelho Seixas - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente reclamação, para: DECLARAR a inexigibilidade parcial do faturamento de fls.18, para excluir a alínea referente ao valor de R$219,84, referente a multa por violação de lacre, substituição de lacre e substituição de hidrômetro, mantendo os demais faturamentos. Por via de consequência, DETERMINAR à Requerida que retifique a cobrança para a tarifação mínima da classe, no prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de desobediência, será aplicado multa astreintes de R$200,00 (duzentos reais) por cada cobrança indevida encaminhada à parte autora, estabelecendo o limite de R$5.000,00. E, ainda, IMPROCEDER o pleito de indenização por danos morais. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Defiro os beneficios da gratuidade da justiça à parte autora. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: DIVINO FRANCISCO DE OLIVEIRA BARRETO JÚNIOR (OAB 8487/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: RIGONEY SARAIVA AMORIM (OAB 13582/AM) - Processo 0601916-11.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Felisbela Gomes Barreto - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente reclamação, para: I - CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$8.158,72 (oito mil cento e cinquenta e oito reais e setenta e dois centavos) a titulo de danos materiais, acrescido de correção monetária, pelo INPC a partir do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação. II - CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$2.000,00 (dois mil reais), a título de danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: RAFAEL BICCA MACHADO (OAB 44096/RS), ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0601972-78.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Kleverton Silva e Silva - REQUERIDO: Administradora Geral de Estacionamento S/A (indigo) - Condomínio Manauara Shopping - Apesar de a parte Reclamante estar ciente de seu dever de comparecer pessoalmente às audiências, e, ainda, deixado de apresentar justificativa no prazo de 48 horas (fls.111/112), assim não o fez. Desta forma, incide nos termos da determinação legal do art. 51, I, da Lei dos juizados especiais nº 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, e determino o seu consequente ARQUIVAMENTO. Condeno, ainda, a parte Autora ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Sem custas e honorários, salvo recurso. (art. 55 da lei 9.099/95)

ADV: ELVISLAN DO NASCIMENTO SILVA (OAB 8970/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0602065-41.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Elisangela da Silveira Martins - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso

Consignado S/A - Pelo exposto, com fulcro no artigo 487, inciso I, do CPC, julgo IMPROCEDENTE a demanda, rejeitando os pleitos autorais. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP) - Processo 0602304-11.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Regina da Silva - RECLAMADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente reclamação, com fulcro no artigo 487, I, do CPC, para: I DECLARAR INEXISTENTE O CONTRATO E INEXIGÍVEL o débito que originou a inscrição negativa entre Requerida Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I e a parte Requerente Regina da Silva. Como consectário lógico, DETERMINAR à Requerida cancele os registros negativos, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária astreintes de R$500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$5.000,00 (cinco mil reais). II - CONDENAR a parte Requerida Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I, nos termos dos artigos 6º, VI, 14, e 42, "caput", todos do CDC, pagar a parte Requerente Regina da Silva a quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), a título de indenização por danos morais. Esta indenização deverá ser acrescida de juros legais e correção monetária pelo INPC a contar desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), transcorrido o prazo de 05 dias, arquivem-se os autos. Havendo pretensão nos termos do artigo 523 e 524, do Código de Processo Civil, desarquivem-se os autos e pratiquem os demais atos de intimação para posterior deliberação. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0602481-72.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Alfredo Ribeiro de Carvalho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, para: DECLARAR ANULADO O CONTRATO de empréstimo no cartão de crédito entre a Requerida e a parte Requerente, que resultaram nos descontos indevidos. Por consectário lógico, DETERMINAR à Requerida que abstenha de efetuar novos descontos, no prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de desobediência, será aplicado multa astreintes de R$1.000,00 (mil reais) por cada desconto indevido até o limite de R$12.000,00 (doze mil reais). Para restituir o status quo ante, CONDENAR a Requerida pagar à Requerente a quantia de R$1.324,71. a título de danos materiais, acrescido de correção monetária pelo INPC a contar do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação.. CONDENAR a Requerida pagar à Requerente a quantia de R$3.000,00 a título de danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos, aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCO ROBERTO COSTA MACEDO (OAB 16021/BA), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0602564-88.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Monica de Oliveira Monteiro - REQUERIDO: Zurich Seguros - Banco Bradesco S/A - Pelo exposto, com fulcro no artigo 487, inciso I, do CPC, julgo IMPROCEDENTE a demanda, rejeitando os pleitos autorais. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0602679-12.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Antonia Neuma Brito da Silv A - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE, rejeitando os pleitos autorais, na forma do artigo 487, I, do CPC. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos, aguardando manifestação das partes interessadas. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: FÁBIO CRISTIANO MOURA DE FREITAS (OAB 10756/AM), ADV: ALAN HERGERTON FAÇANHA (OAB 9353/AM) - Processo 0602724-16.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Millian Abreu de Vasconcelos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, para: DECLARAR ANULADO O CONTRATO de empréstimo no cartão de crédito entre a Requerida e a parte Requerente, que resultaram nos descontos indevidos. Por consectário lógico, DETERMINAR à Requerida que abstenha de efetuar novos descontos, no prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de desobediência, será aplicado multa astreintes de R$1.000,00 (mil reais) por cada desconto indevido até o limite de R$12.000,00 (doze mil reais). Para restituir o status quo ante, CONDENAR a Requerida pagar à Requerente a quantia de R$2.117,73 a título de danos materiais, acrescido de correção monetária pelo INPC a contar do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação.. CONDENAR a Requerida pagar à Requerente a quantia de R$4.000,00 a título de danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos, aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0602899-10.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Moacir Amaro Pimentel - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, para: DECLARAR ANULADO O CONTRATO de empréstimo no cartão de crédito entre a Requerida e a parte Requerente, que resultaram nos descontos indevidos. Por consectário lógico, DETERMINAR à Requerida que abstenha de efetuar novos descontos, no prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de desobediência, será aplicado multa astreintes de R$1.000,00 (mil reais) por cada desconto indevido até o limite de R$12.000,00 (doze mil reais). Para restituir o status quo ante, CONDENAR a Requerida pagar à Requerente a quantia de R$23.026,15 a título de danos materiais, acrescido de correção monetária pelo INPC a contar do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação.. CONDENAR a Requerida pagar à Requerente a quantia de R$4.000,00 a título de danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos, aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: BRENDA KAREN NUNES PASSOS LIMA (OAB 13270/AM), ADV: WILSON FILIPE DE SOUZA MATOS (OAB 14254/AM) - Processo 0603144-55.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Ernesto Santos da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, para: DECLARAR ANULADO O CONTRATO de empréstimo no cartão de crédito entre a Requerida e a parte Requerente, que resultaram nos descontos indevidos. Por consectário lógico, DETERMINAR à Requerida que abstenha de efetuar novos descontos, no prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de desobediência, será aplicado multa astreintes de R$1.000,00 (mil reais) por cada desconto indevido até o limite de R$12.000,00

(doze mil reais). Para restituir o status quo ante, CONDENAR a Requerida pagar à Requerente a quantia de R$6.072,15 a título de danos materiais, acrescido de correção monetária pelo INPC a contar do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação.. CONDENAR a Requerida pagar à Requerente a quantia de R$4.000,00 a título de danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos, aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0603224-19.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Zeneide Belem Gaia - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Pelo exposto, com fulcro no artigo 487, inciso I, do CPC, julgo IMPROCEDENTE a demanda, rejeitando os pleitos autorais. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0603381-26.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Joao Jose Pereira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em consequência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquive-se os autos. Manaus, 26 de julho de 2019

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: SAMARA GUERRA ALMEIDA (OAB 7194/AM) - Processo 0603414-16.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria da Conceição Pereira de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Sendo assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, e determino seu arquivamento, condeno ainda, a parte requerente ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Manaus, 30 de julho de 2019

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0604030-20.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Gilcilene Freitas Ribeiro - REQUERIDO: BradesCard S/A - Portanto, nos termos do art. 51, II, da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, em virtude da complexidade da matéria. P.R.I.C.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0605387-35.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Otavio Alves dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco Cartões S/A - Desta forma, havendo deixado a autora de cumprir a determinação judicial imposta e restando impossibilitada de analisar a abrangência territorial, conforme artigo 1°, aliena b da Portaria 001/2012 e artigo 2° da Resolução 12/2017, indefiro a petição inicial e julgo extinto o processo sem resolução do mérito na forma do art. 321, parágrafo único c/c art. 485, I, ambos do Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: ÍTALO NASCIMENTO NISHIYAMA (OAB 8996/AM) - Processo 0606148-71.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: RUI BARBOSA DE AZEVEDO - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquivem-se os autos. Manaus, 29 de julho de 2019

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: ALAN CARLOS VASCONCELOS AGUIAR (OAB 13538/AM) - Processo 0606358-54.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Silvanira Liberato Alves - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente reclamação, para: DECLARAR INEXISTENTE O CONTRATO entre a Requerida e a Requerente, que resultou no desconto indevidos. Por consectário lógico, DETERMINAR a Requerida que cancele os descontos, no prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de desobediência, aplico multa astreintes de R$1.000,00 (mil reais) por cada desconto até o limite de R$12.000,00 (doze mil reais); CONDENAR a Requerida pagar à Requerente a quantia de R$95,40 (noventa e cinco reais e quarenta centavos) já computado em dobro, acrescido de correção monetária pelo INPC a contar do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação e, ainda CONDENAR a Requerida pagar à Requerente a quantia de R$2.000,00 (dois mil reais) a título de danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos, aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM), ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0606466-20.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Elizeu Pereira de Abreu - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Sendo assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, e determino seu arquivamento, condeno ainda, a parte requerente ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Manaus, 25 de julho de 2019

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM) - Processo 0606853-69.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: CHARLES GOMES DE LIMA - REQUERIDO: Claro S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, com fulcro no artigo 487, I, do CPC, para:para: DETERMINAR à Requerida proceder com o cancelamento da cobrança de pontos adicionais no prazo de 15 dias. Em caso de desobediência será aplicado multa astreintes de R$300,00 (trezentos reais) por faturamento indevido encaminhado à parte autora, estabelecendo o limite de R$6.000,00 (seis mil reais); CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente a quantia de R$266,98 (duzentos e sessenta e seis reais e noventa e oito centavos), acrescido de correção monetária pelo INPC a contar do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação; e, ainda, CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente a quantia de R$2.000,00 (dois mil reais), acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a contar desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0606941-73.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Sendo assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, e determino seu arquivamento, condeno ainda, a parte requerente ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo

objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Manaus, 29 de julho de 2019

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM), ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0607356-56.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Iracema Brandao Carvalho - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em consequência CONDENO a Autora ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquive-se os autos. Manaus, 26 de julho de 2019

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM) - Processo 0607456-11.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquive-se os autos. Manaus, 30 de julho de 2019

ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ), ADV: JULIANA SOUZA DO VALE (OAB 13451/AM), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA) - Processo 0607784-04.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antonio Francisco Nascimento do Vale - REQUERIDO: Banco Itaú Consignado S.a - Banco Itaucard S/A - Isso posto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, com fulcro no art. 51, II, da Lei 9.099/95. Sem condenação em custas ou honorários, em face do resultado do julgamento (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0607824-20.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Manoel Uchoa e Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, com fulcro no artigo 487, I, do CPC, para: DECLARAR INEXIGÍVEL o faturamento de fls.10. Como consectário lógico, DETERMINAR à Requerida retire/cancele a anotação do nome da parte autora dos órgãos de proteção ao crédito, no prazo de 05 dias. Em caso de desobediência, será aplicado multa diária de R$500,00 (quinhentos reais) até o limite de R$5.000,00. Julgar improcedente o pleito de indenização por dano moral. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), transcorrido o prazo de 05 dias, arquivem-se os autos. Havendo pretensão nos termos do artigo 523 e 524, do Código de Processo Civil, desarquivem-se os autos e pratiquem os demais atos de intimação para posterior deliberação. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0611780-44.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Aurenice Lopes - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em consequência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquive-se os autos. Manaus, 26 de junho de 2019

ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0611889-58.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Manoel Araujo das Chagas - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em consequência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquive-se os autos. Manaus, 26 de junho de 2019

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Carlos Vasconcelos Aguiar (OAB 13538/AM)
Alan de Moura Mendes (OAB 13404/AM)
Alan Hergerton Façanha (OAB 9353/AM)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Ana Bárbara Martins Bacelar (OAB 11404/AM)
Ana Caroline Silva Picanço (OAB 14459/AM)
Anderson Ortiz Granja de Souza (OAB 5059/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Arivan de Carvalho Nunes (OAB 5108/AM)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Brenda Karen Nunes Passos Lima (OAB 13270/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 20335/PE)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Davi da Silva Macêdo (OAB 10149/AM)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)
Divino Francisco de Oliveira Barreto Júnior (OAB 8487/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Edmar Maciel de Oliveira (OAB 14032/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Eloy das Neves Lopes Júnior (OAB 4900/AM)
Elvislan do Nascimento Silva (OAB 8970/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fábio Cristiano Moura de Freitas (OAB 10756/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Ítalo Nascimento Nishiyama (OAB 8996/AM)
Janaína Lopes Cavalcante (OAB 5872/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Juliana Rita Gomes da Silva (OAB 14001/AM)
Juliana Souza do Vale (OAB 13451/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)

Marco Roberto Costa Macedo (OAB 16021/BA)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
MILTON LITAIFF GONÇALVES (OAB 10220/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Neyla Grance Martins (OAB 25087/MT)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Felipe Saraiva da Silva (OAB 10242/AM)
Rafael Bicca Machado (OAB 44096/RS)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 1873A/AP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rigoney Saraiva Amorim (OAB 13582/AM)
Samantha de Souza Penha (OAB 13297/AM)
Samara Guerra Almeida (OAB 7194/AM)
Wilson Filipe de Souza Matos (OAB 14254/AM)

13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ERIVAN DE OLIVEIRA SANTANA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GILBERTO CARVALHO DE ALMEIDA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0038/2019

ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM) - Processo 0610701-74.2019.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Ameaça - AUTORFATO: Glaber Menezes de Queiroz - Fica V. Sa. intimada da audiência Preliminar de Transação Penal , relativa ao processo em epígrafe foi designada para o dia 18/09/2019 às 09:00h, na sede deste Juízo.

ADV: ALESSANDRA DORVAL DA COSTA (OAB 14636/AM) - Processo 0612462-43.2019.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Injúria - AUTORAFATO: Ana Samanta Ketllen Tufic Picanço - Fica V. Sa. intimada da decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito deste Juízo, relativa ao processo em epígrafe. No termo, foi dito que considerando a ausência das partes e, considerando ainda, que nos presentes autos há vítima determinada, aplica-se o o enunciado 99 do FONAJE que dispõe o seguinte: “Nas infrações penais em que haja vítima determinada, em caso de desinteresse desta ou de composição civil, deixa de existir justa causa para ação penal.” Determinando, consequentemente, o arquivamento do feito, com a devida baixa na distribuição. Nada mais havendo e nada mais foi dito, o MM. Juiz determinou o encerramento do termo.

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0617021-85.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Violência Doméstica Contra a Mulher - INDICIADA: L.S.S. - Fica V. Sa. intimada da decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito deste Juízo, relativa ao processo em epígrafe. No termo, foi dito que considerando a ausência das partes e, considerando ainda, que nos presentes autos há vítima determinada, aplica-se o o enunciado 99 do FONAJE que dispõe o seguinte: “Nas infrações penais em que haja vítima determinada, em caso de desinteresse desta ou de composição civil, deixa de existir justa causa para ação penal.”, determinando, consequentemente, o arquivamento do feito, com a baixa na distribuição. Nada mais havendo e nada mais foi dito, o MM. Juiz determinou o encerramento do termo.

ADV: MARTHA LORENA GOMES DE JESUS PEREIRA (OAB 9261/AM) - Processo 0620598-29.2019.8.04.0015 - Petição Criminal - Calúnia - VÍTIMAFATO: Rosecleide Oran Barros Coupê - Fica V. Sa. intimada da audiência de conciliação, relativa ao processo em epígrafe foi designada para o dia 07/10/2019 às 09:00h, na sede deste Juízo.

ADV: INGRID DANIELLE DE SOUZA MARQUES (OAB 7756/AM) - Processo 0620641-63.2019.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Maus Tratos - VÍTIMAFATO: Victória Lorrany Freitas de Souza - Fica V. Sa. intimada de que sua audiência Preliminar de Transação Penal, relativa ao processo em epígrafe foi designada para o dia 18/09/2019 às 08:15h, na sede deste Juízo.

ALESSANDRA DORVAL DA COSTA (OAB 14636/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Ingrid Danielle de Souza Marques (OAB 7756/AM)
Martha Lorena Gomes de Jesus Pereira (OAB 9261/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)

17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CAIO CÉSAR CATUNDA DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA MADDY FIGLIUOLO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0153/2019

ADV: ANDRÉA RENATA VIRGÍNIO DE SOUZA (OAB 9238/AM) - Processo 0618862-73.2019.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Apropriação de Coisa Havida por Erro, Caso Fortuito ou Força da Natureza - AUTORFATO: Raimundo Nonato Benicio da Silva - DESPACHO R.H. 1 - Raimundo Nonato Benicio da Silva, qualificado nos autos, requer o adiamento da audiência designada para o dia 19/08/2019 às 11:00h, argumentando que sua patrona, estará em outra audiência no mesmo horário, anteriormente designada, na 1ª V.E.C.U.T.E, o que impossibilita sua presença neste Juizado. 2 Os documentos acostados ao requerimento de fls., comprovam a toda evidência o alegado. Em sendo assim, designo uma nova data para a realização da audiência. Desta feita, para o dia 27/08/2019 às 9h. Cumpra-se. Manaus, 01 de agosto de 2019 Caio César Catunda de Souza Juiz de Direito

Andréa Renata Virgínio de Souza (OAB 9238/AM)

18ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO THEMIS CATUNDA DE SOUZA LOURENÇO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL PAULO MIGUEL DA SILVA ARAUJO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0059/2019

ADV: ELIAS BINDÁ DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 8571/AM) - Processo 0600305-69.2018.8.04.0016 - Termo Circunstanciado - Leve - VÍTIMAFATO: Nivia Batista da Cruz - AUTORAFATO: Ines Rodrigues Correa - Fica V. Sa. INTIMADO(A) a comparecer nesta 18ª Vara do Juizado Especial Criminal, às 09:30h, do dia 09/09/2019, com o fim de integrar a Audiência de Conciliação na Autuação Sumária n° 0600305-69.2018.8.04.0016 instaurada para apurar, em tese, a prática das infrações de Lesão Corporal Leve. Ficando na sua responsabilidade intimar seu/sua cliente. Atenciosamente, Paulo Miguel da Silva Araujo. Diretor de Secretaria.

ADV: CLEMILTON LÚCIO BRAÑA (OAB 10906/AM) - Processo 0600356-46.2019.8.04.0016 - Termo Circunstanciado - Crimes de Trânsito - VÍTIMAFATO: Kleber Carvalho Rodrigues - AUTORFATO: Andrew Jhares Gentil da Costa - Fica V. Sa. INTIMADO(A) de que a Audiência Preliminar relativa ao processo n° 0600356-46.2019.8.04.0016, nesta 18ª Vara do Juizado Especial Criminal, foi Redesignada para às 10:30h, do dia 09/09/2019. Ficando na sua responsabilidade informar seu cliente. Atenciosamente, Paulo Miguel da Silva Araujo. Diretor de Secretaria.

ADV: WALDIR GONÇALVES BARROS JÚNIOR (OAB 5535/AM) - Processo 0600446-54.2019.8.04.0016 - Termo Circunstanciado - Dano - VÍTIMAFATO: Valmir Nogueira da Silva - AUTORFATO: Frederico Augusto Gama Maués - Belmon Vasconcelos Caldas - Aciole Castelo Branco Maués - Fica V. Sa. INTIMADO(A) a comparecer nesta 18ª Vara do Juizado Especial Criminal, às 11:30h, do dia 03/09/2019, com o fim de integrar a Audiência de

Conciliação na Autuação Sumária n° 0600446-54.2019.8.04.0016 instaurada para apurar, em tese, a prática das infrações de Dano e Esbulho possessório. Ficando na sua responsabilidade informar seu cliente. Atenciosamente, Paulo Miguel da Silva Araujo. Diretor de Secretaria.

ADV: JAMYS DOUGLAS DE OLIVEIRA BERMEU (OAB 6572/AM) - Processo 0600602-42.2019.8.04.0016 - Termo Circunstanciado - Leve - VÍTIMAFATO: Raimundo Renato Rodrigues Afonso - Elizete Maria da Silva Afonso - AUTORFATO: Matheus Luiz Melo de Oliveira Cunha - Adriano Felix Barbosa - Fica V. Sa. INTIMADO(A) a comparecer nesta 18ª Vara do Juizado Especial Criminal, às 08:30h, do dia 02/09/2019, com o fim de integrar a Audiência de Conciliação na Autuação Sumária n° 0600602-42.2019.8.04.0016 instaurada para apurar, em tese, a prática das infrações de Lesão Corporal Leve e Injúria. Ficando na sua responsabilidade informar seu/sua cliente. Atenciosamente, Paulo Miguel da Silva Araujo. Diretor de Secretaria.

ADV: RAFAEL CORDEIRO SOIBELMAN (OAB 6155/AM), ADV: RAFAEL REIS PEREIRA (OAB 7219/AM) - Processo 0600632-77.2019.8.04.0016 - Termo Circunstanciado - Esbulho possessório - VÍTIMAFATO: Orismar Maia da Silva - AUTORFATO: Jason dos Santos Silva - Fica V. Sa. INTIMADO(A) a comparecer nesta 18ª Vara do Juizado Especial Criminal, às 10:00h, do dia 16/09/2019, com o fim de integrar a Audiência de Conciliação na Autuação Sumária n° 0600632-77.2019.8.04.0016 instaurada para apurar, em tese, a prática das infrações de Esbulho possessório. Ficando na sua responsabilidade informar seu cliente. Atenciosamente, Paulo Miguel da Silva Araujo. Diretor de Secretaria.

ADV: CATHARINA DE SOUZA CRUZ ESTRELLA (OAB 7006/AM) - Processo 0600765-22.2019.8.04.0016 - Termo Circunstanciado - Injúria - VÍTIMAFATO: Thatiana Neves Costa de Souza Castelo Branco - DANIEL HENRIQUE LOUZADA AREOSA - AUTORAFATO: Karin Smaniotto Barra - Fica V. Sa. INTIMADO(A) a comparecer nesta 18ª Vara do Juizado Especial Criminal, às 08:30h, do dia 28/08/2019, com o fim de integrar a Audiência de Conciliação na Autuação Sumária n° 0600765-22.2019.8.04.0016 instaurada para apurar, em tese, a prática das infrações de Injúria e Difamação. Ficando na sua responsabilidade informar seu/sua cliente. Atenciosamente, Paulo Miguel da Silva Araujo. Diretor de Secretaria.

ADV: ALEXYS CAMPOS LAZAROU (OAB 406634/SP), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0600845-83.2019.8.04.0016 - Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo - Crimes de Concorrência Desleal - VÍTIMAFATO: Apply Assessoria Em Educação Ltda. Me - AUTORFATO: André Rafael Nasser - Fica V. Sa. INTIMADO(A) a comparecer nesta 18ª Vara do Juizado Especial Criminal, às 09:45h, do dia 12/08/2019, com o fim de integrar a Audiência de Conciliação na Autuação Sumária n° 0600845-83.2019.8.04.0016 instaurada para apurar, em tese, a prática das infrações de Crimes de Concorrência Desleal. Ficando na sua responsabilidade informar seu cliente. Atenciosamente, Paulo Miguel da Silva Araujo. Diretor de Secretaria.

ADV: MAURÍCIO VIEIRA DE CASTRO FILHO (OAB 11035/AM) - Processo 0601066-66.2019.8.04.0016 - Petição Criminal - Difamação - AUTOR: Luis Carlos Honorio de Valois Coelho - RÉ: Kinaia Zenir da Silva Nunes - Fica V. Sa. INTIMADO(A) a comparecer nesta 18ª Vara do Juizado Especial Criminal, às 09:30h, do dia 16/09/2019, com o fim de integrar a Audiência de Conciliação na Autuação Sumária n° 0601066-66.2019.8.04.0016 instaurada para apurar, em tese, a prática das infrações de Difamação e Injúria. Ficando na sua responsabilidade informar seu/sua cliente. Atenciosamente, Paulo Miguel da Silva Araujo. Diretor de Secretaria.

Alexys Campos Lazarou (OAB 406634/SP)
Catharina de Souza Cruz Estrella (OAB 7006/AM)
Clemilton Lúcio Braña (OAB 10906/AM)
Elias Bindá de Carvalho Júnior (OAB 8571/AM)
Jamys Douglas de Oliveira Bermeu (OAB 6572/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Maurício Vieira de Castro Filho (OAB 11035/AM)
Rafael Cordeiro Soibelman (OAB 6155/AM)
Rafael Reis Pereira (OAB 7219/AM)
Waldir Gonçalves Barros Júnior (OAB 5535/AM)

SUMÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Presidente **Desembargador Yedo Simões de Oliveira**
Endereço **Av. André Aráujo s/n - CEP:69060-000**
Telefone **(092) 2129-6666**
Internet **www.tjam.jus.br**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1
SEÇÃO I 1
PRESIDÊNCIA 1
SECRETARIA DA CENTRAL DE PRECATÓRIOS 1
Intimações 1
SEÇÃO II 2
TRIBUNAL PLENO 2
Conclusões de Acórdãos 2
Intimações 7
Decisões 8
Pauta de Julgamento Designado 8
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA 8
Intimações 8
SEÇÃO III 9
CÂMARAS REUNIDAS 9
Intimação 9
Pauta de Julgamento Designado 9
Editais 9
SEÇÃO IV 10
CÂMARAS ISOLADAS 10
PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL 10
Intimações 10
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL 14
Intimação 14
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL 15
Conclusão de Acórdãos 15
Despachos 24
Decisões 25
Pauta de Julgamento Designado 26
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 28
Intimações 28
Decisões 28
Pauta de Julgamento Designado 28
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 29
Conclusões de Acórdãos 29
Despachos 31
Intimações 31
Decisões 32
Pauta de Julgamento Virtual 32
SEÇÃO VI 32
VARAS - COMARCA DA CAPITAL 32
1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 32
2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 42
3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 46
4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 51
5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 53
6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 64
7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 72
8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 76
9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 78
10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 81
11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO 83
12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 85
13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 89
14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 105
15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 106
16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 116
17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 120
18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 123
19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 126
20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 132
1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA 139
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 143
5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 149
2ª VARA CRIMINAL 151
6ª VARA CRIMINAL 152
9ª VARA CRIMINAL 153
10ª VARA CRIMINAL 153
1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 153
2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 158
3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 162
VARA DE EXECUÇÃO PENAL 162
AUDITORIA MILITAR 163
2ª VARA DE FAMÍLIA 164
5ª VARA DE FAMÍLIA 166
7ª VARA DE FAMÍLIA 168
8ª VARA DE FAMÍLIA 171
VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA ESTADUAL 207
1ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 221
2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 246
4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 247
1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES 249
2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes 249
VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES DE TRÂNSITO 250
VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS 250
SEÇÃO VII 252
JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER 252
3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 252
VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL 253
VARA INFRACIONAL DO JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE 281
SEÇÃO VIII 281
TURMA RECURSAL 281
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL 291
1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 291
3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 294
4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 298
6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 304
7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 331
8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 333
9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 336
10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 336
13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 338
14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 341
15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 342
16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 355
13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 365
17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 365
18ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 365